

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências
Programa de Pós-graduação em Geografia

Leandro Ricarte Castro de Souza

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES: análise da dinâmica espaço-temporal das relações estabelecidas entre as comunidades e a natureza no entorno do Parque Nacional do Caparaó – ES/MG

Belo Horizonte

2025

Leandro Ricarte Castro de Souza

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES: análise da dinâmica espaço-temporal das relações estabelecidas entre as comunidades e a natureza no entorno do Parque Nacional do Caparaó – ES/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação Geográfica

Orientadora: Prof.^a Dra. Úrsula Ruchkys de Azevedo

Belo Horizonte

2025

S729u
2025

Souza, Leandro Ricarte Castro de.

Unidades de conservação e populações [manuscrito] análise da dinâmica espaço-temporal das relações estabelecidas entre as comunidades e a natureza no entorno do Parque Nacional do Caparaó – ES/MG / Leandro Ricarte Castro de Souza. – 2025.

338 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientadora: Úrsula Ruchkys de Azevedo

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação Geográfica

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2025.

Bibliografia: f. 315-327.

1. Ecologia política – Teses. 2. Áreas protegidas – Teses. 3. Justiça ambiental – Teses. 4. Parque Nacional do Caparaó (ES e MG) – Teses. I. Ruchkys, Úrsula de Azevedo II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 577.4 (815.1/.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POPULAÇÕES: ANÁLISE DA DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE AS COMUNIDADES E A NATUREZA NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ – ES/MG

LEANDRO RICARTE CASTRO DE SOUZA

Tese de Doutorado defendida e aprovada, no dia **20 de março de 2025**, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Aramis Cortes de Araújo Júnior

IFES

Marcelino Santos de Moraes

UFVJM

Bernardo Machado Gontijo

IGC/UFMG

Klemens Augustinus Laschefski

IGC/UFMG

Úrsula Ruchkys de Azevedo - Orientadora

IGC/UFMG

Belo Horizonte, 20 de março de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Aramis Cortes de Araujo Junior, Usuário Externo**, em 21/03/2025, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Klemens Augustinus Laschefski, Professor do Magistério Superior**, em 22/03/2025, às 00:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Machado Gontijo, Professor do Magistério Superior**, em 22/03/2025, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelino Santos de Moraes, Usuário Externo**, em 24/03/2025, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ursula Ruchkys de Azevedo, Professor(a)**, em 26/03/2025, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4030184** e o código CRC **831469A3**.

*Dedico este trabalho ao meu saudoso pai
Sebastião Rodrigues de Souza, que partiu
muito cedo.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todo o bem e toda a graça derramados em abundância todos os dias sobre a Terra.

À minha amada esposa Simone, por todo amor, apoio e compreensão.

Às minhas filhas Laisa, Laura e Letícia, razão maior de tudo que faço.

À minha mãe Maria Auxiliadora, que nunca deixou faltar amor, cuidado e compreensão.

À minha orientadora, Professora Úrsula Ruchkys de Azevedo, pela paciência, solicitude e dedicação.

Ao saudoso Professor Leonardo de Oliveira Carneiro, que sempre foi um grande incentivador e, acima de tudo, um bom amigo.

Ao meu orientador de mestrado, Professor Bruno Milanez, que sempre esteve pronto a ajudar.

Ao Parque Nacional do Caparaó, na pessoa de seus servidores, pela disponibilização das informações demandadas.

Aos moradores do entorno do ParNa Caparaó, pela hospitalidade e generosidade.

Ao servidor aposentado do ParNa Caparaó, pela disposição em contribuir com esta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG, pela oportunidade de realizar este curso, gratuito e de excelência.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, Campus Ibatiba, por proporcionar todas as condições necessárias para realização deste doutorado.

*O homem é a natureza adquirindo
consciência de si própria (Élisée Reclus).*

RESUMO

A problemática ambiental – também chamada de questão ambiental e/ou de crise ambiental – é uma das grandes temáticas contemporâneas, perpassando praticamente todos os aspectos da vida social, desde questões econômicas até a possibilidade de extinção da espécie humana. Entre os muitos desdobramentos dessa problemática, destacam-se as políticas ambientais, voltadas a reduzir ou eliminar os impactos negativos da ação humana sobre o ecúmeno. Nesse contexto, a criação de Unidades de Conservação (UCs) desponta como uma das políticas públicas mais relevantes. Esta tese analisa a constituição e o funcionamento das UCs, com foco na relação sociedade↔natureza e nas concepções de natureza subjacentes a essas estruturas. O Parque Nacional do Caparaó (ParNa Caparaó), localizado na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo, é utilizado como estudo de caso, sendo o objetivo principal compreender como as relações sociedade↔natureza se desenvolveram em seu entorno ao longo do tempo, tendo a criação do parque como fator central de influência. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem teórica baseada na Ecologia Política, com atenção aos processos de produção da natureza expressos pelas UCs. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica, mapeamento da região e entrevistas semiestruturadas com gestores, funcionários e moradores do entorno do parque. Os resultados revelaram que as UCs frequentemente expressam uma visão de natureza como algo externo às sociedades humanas, o que pode entrar em choque com outras cosmografias e práticas locais de produção da natureza, gerando conflitos ambientais. No caso do ParNa Caparaó, identificam-se tanto impactos positivos, como a proteção de elementos não humanos e mudanças nas práticas locais de uso do ambiente, quanto impactos negativos, como o aumento da pressão populacional em áreas periféricas, a degradação ambiental e a emergência de situações de injustiça envolvendo as comunidades locais e a gestão do parque. A análise destaca a complexidade das dinâmicas sociedade↔natureza no contexto das UCs, contribuindo para os debates sobre governança ambiental, justiça ecológica e o papel das políticas públicas de conservação na construção de novas formas de relação entre humanos e o ambiente.

Palavras-chave: natureza; ecologia política; produção da natureza; injustiça ambiental; conflitos ambientais.

ABSTRACT

The environmental issue—also referred to as the environmental question and/or environmental crisis—is one of the major contemporary themes, encompassing virtually all aspects of social life, from economic concerns to the potential extinction of the human species. Among the many dimensions of this issue, environmental policies aimed at reducing or eliminating the negative impacts of human actions on the ecumene stand out. In this context, the creation of Conservation Units (CUs), emerges as one of the most significant public policies. This thesis analyzes the establishment and functioning of CUs, focusing on the society↔nature relationship and the underlying conceptions of nature expressed through these structures. The Caparaó National Park (ParNa Caparaó), located on the border between the states of Minas Gerais and Espírito Santo, is used as a case study. The primary objective is to understand how society↔nature relationships have developed in the park's surroundings over time, with the park's creation serving as a central influencing factor. The research is grounded in a theoretical approach based on Political Ecology, with particular attention to the processes of nature production expressed through of CUs. Methodologically, the study combines a literature review, regional mapping, and semi-structured interviews with managers, employees, and local residents living near the park. The results revealed that CUs often convey a vision of nature as external to human societies, which can conflict with other cosmographies and local practices of nature production, thereby generating environmental conflicts. In the case of ParNa Caparaó, both positive impacts, such as the protection of non-human elements and changes in local practices of environmental use, and negative impacts, such as increased population pressure in peripheral areas, environmental degradation, and the emergence of injustices involving local communities and park management, were identified. The analysis highlights the complexity of society↔nature dynamics within the context of CUs, contributing to debates on environmental governance, ecological justice, and the role of conservation policies in shaping new forms of human-environment relationships.

Keywords: nature; political ecology; production of nature; environmental injustice; environmental conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Parque Nacional do Caparaó - ES/MG	26
Figura 2 – Denominação de origem da Região do Caparaó	68
Figura 3 – Municípios que Compõe a Indicação Geográfica (IG) do Caparaó	69
Figura 4 – Eventos que marcaram a constituição das APs modernas no mundo e no Brasil ..	114
Figura 5 – Parque Nacional do Caparaó e sua Zona de Amortecimento de Impactos	136
Figura 6 – Principais Rodovias de Acesso ao ParNa Caparaó (ES/MG)	136
Figura 7 – Parque Nacional do Caparaó e seu entorno	137
Figura 8 – Parque Nacional do Caparaó e seu entorno	138
Figura 9 – Parque Nacional do Caparaó e seu entorno	138
Figura 10 – Parque Nacional do Caparaó	138
Figura 11 – Cachoeira das Antas, Parque Nacional do Caparaó	139
Figura 12 – Campos de Altitude, Parque Nacional do Caparaó	139
Figura 13 – Pico da Bandeira, Parque Nacional do Caparaó	139
Figura 14 – Mapa Hipsométrico do ParNa Caparaó e dos Municípios que o Compõe	141
Figura 15 – Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI entre 1991 e 2000	174
Figura 16 – Situação fundiária do ParNa Caparaó em 2014 por município	206
Figura 17 – Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando as Vilas de Santa Clara e Pedra Roxa	211
Figura 18 – Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando o Distrito de Santa Marta e a Vila de Limo Verde	212
Figura 19 – Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando os Distritos de Patrimônio da Penha e Mundo Novo	212
Figura 20 – Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando a Vila de Rio Claro e o Córrego da Jacutinga	213
Figura 21 – Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando a Cidade de Alto Caparaó e o Distrito de Pedra Menina	213
Figura 22 – Lixo acumulado na chegada de Patrimônio da Penha após o final de semana	218
Figura 23 – Lixo descartado de forma inadequada na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó	218
Figura 24 – Área de terraplanagem entre Santa Marta e Pedra Roxa, às margens da rodovia que circunda o ParNa Caparaó	230

Figura 25 – Construção de alto padrão dentro da área do parque, região da Jacutinga, entre Limo Verde e Santa Marta	230
Figura 26 – Construção dentro da área do Parque, região de Rio Claro, município de Iúna	230
Figura 27 – Área de terraplanagem na comunidade Paraíso, a poucos metros da portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó	231
Figura 28 – Área de terraplanagem e construção na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó	231
Figura 29 – Construção de alto padrão na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó	231
Figura 30 – Construção de alto padrão às margens do rio na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó	232
Figura 31 – Área de terraplanagem às margens do rio na comunidade Paraíso	232
Figura 32 – Obra de grande porte nas imediações do Patrimônio da Penha	233
Figura 33 – Obra de grande porte próxima a Limo Verde, no entorno do ParNa Caparaó	233
Figura 34 – Chalés e pousada na comunidade Forquilha do Rio, em Pedra Menina, próximo à portaria do ParNa Caparaó	234
Figura 35 – Terreno à venda próximo ao Patrimônio da Penha	234
Figura 36 – Chácaras à venda na região da Jacutinga, entre Limo Verde e Santa Marta	234
Figura 37 – Lotes à venda na comunidade de Paraíso	235
Figura 38 – Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI entre 2001 e 2010	245
Figura 39 – Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI entre 2011 e 2020	253
Figura 40: Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI no ano de 2023	263
Figura 41 – Imagem Google Satélite com Foco nas Represas Alvo da Disputa entre o ParNa e o Proprietário da Área	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatos e acontecimentos que marcaram a história das APs no Brasil	115
Quadro 2 – Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à expansão dos limites do ParNa Caparaó e seus impactos no território e na vida dos sujeitos locais	198
Quadro 3 – Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno	222
Quadro 4 – Categorias, subcategorias e unidades de registro relacionadas ao café no ParNa Caparaó e seu entorno	239
Quadro 5 – Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à relação entre as comunidades e o parque	286
Quadro 6 – Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à influência indireta do ParNa Caparaó na dinâmica local	294

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Áreas municipais dentro do Parque Nacional do Caparaó	134
Tabela 2 – População dos municípios do entorno do ParNa Caparaó	142
Tabela 3 – Renda média per capita e IDHM dos municípios do entorno direto do ParNa Caparaó	143
Tabela 4 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 2001 e 2010	175
Tabela 5 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 2001 e 2010	175
Tabela 6 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 2001 e 2010	246
Tabela 7 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 2001 e 2010	246
Tabela 8 – Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó nos períodos 1991-2000 e 2001-2010	247
Tabela 9 – Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos períodos 1991-2000 e 2001-2010	247
Tabela 10 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 2011 e 2020	254
Tabela 11 – Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 2011 e 2020	254
Tabela 12 – Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó nos períodos 2001-2010 e 2011-2020	258
Tabela 13 – Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos períodos 2001-2010 e 2011-2020	259
Tabela 14 – Comparação do uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre os diferentes períodos analisados (2000-2010-2020)	261
Tabela 15 – Comparação do uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre os diferentes períodos analisados (2000-2010-2020)	262
Tabela 16: Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó em 2023	264
Tabela 17: Área em km ² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó em 2023	264

Tabela 18: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre os mapas de 2020 e 2023 265

Tabela 19: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos mapas de 2020 e 2023 265

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMPS – Associação de Moços de Presidente Soares

AP – Área Protegida

APs – Áreas Protegidas

BACEN – Banco Central do Brasil

DO – Denominação de Origem

EP – Ecologia Política

ES – Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

FBCN – Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FUNCAFÉ – Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

IA – Injustiça Ambiental

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IG – Indicação Geográfica

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial

IP – Indicações de Procedência

MG – Minas Gerais

ParNa – Parque Nacional

PDM – Projeto Doces Matas

PM – Plano de Manejo

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UC – Unidade de Conservação

UCs – Unidades de Conservação

ZAI – Zona de Amortecimento de Impacto

ZAIs – Zonas de Amortecimento de Impactos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa e objetivos.....	25
1.2 Metodologia	30
2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	38
2.1 Introdução.....	38
2.2 A natureza: breve revisão histórica acerca da complexidade, das significações e das mudanças experimentadas pela palavra-conceito	39
2.3 Visões de mundo – produção de naturezas	50
2.4 As dimensões do conceito de território e sua aplicabilidade nos estudos das relações sociedade↔natureza expressas por meio das APs	63
2.5 Conflitos, conflitualidade e conflitos ambientais: conceitos fundamentais para entender a dinâmica sociedade↔natureza	78
2.5.1 Os conflitos e a conflitualidade	78
2.5.2 Os conflitos ambientais: uma manifestação das desigualdades e injustiças que perpassam os processos de produção da natureza	84
3. AS RELAÇÕES SOCIEDADE↔NATUREZA VISTAS A PARTIR DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS	95
3.1 Introdução.....	95
3.2 O surgimento das áreas naturais protegidas modernas: a produção da natureza por meio dos parques nacionais	96
3.3 A política brasileira de criação de APs: breve contextualização histórica	110
3.4 As UCs brasileiras na atualidade: panorama geral acerca dos conflitos ambientais presentes nessas áreas no país	123
4. O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ: CARACTERÍSTICAS GERAIS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO PARNA E SUA ZAI	133
4.1 Introdução.....	133
4.2 Breve descrição do ambiente do entorno do ParNa Caparaó mineiro e capixaba	134
4.3 A criação do ParNa Caparaó: a produção da natureza através do imaginário da preservação do Pico da Bandeira.....	144
4.4 O contexto vivenciado pelo ParNa Caparaó e seu entorno entre 1961 e 1978...	154

4.5 A dinâmica socioespacial do ParNa Caparaó entre 1979 e 1998: conflitos, desafios e a evolução do uso e ocupação do solo no Parque e seu entorno	161
4.5.1 Uso e ocupação do solo no ParNa e seu entorno entre 1991 e 2000.....	172
4.6 O ParNa Caparaó e seu entorno entre 1999 até o presente: expansão fundiária, turismo e o uso e ocupação do solo local	180
4.6.1 A situação fundiária do Parque	181
4.6.2 O turismo no ParNa Caparaó e seu entorno: breve análise acerca de sua dinâmica e importância	209
4.6.3 O uso e a ocupação do solo no ParNa e seu entorno entre 2001 e 2010 e entre 2011 e 2020.....	244
5. OS CONFLITOS AMBIENTAIS NO PARNA CAPARAÓ E SEU ENTORNO: EXPANSÃO TERRITORIAL, TURISMO, CRESCIMENTO POPULACIONAL E OS IMPACTOS E CONFLITOS DE SEGUNDA ORDEM	267
5.1 Introdução.....	267
5.2 Os conflitos diretos: a expansão do Parque, a situação fundiária e o uso dos recursos ecológicos locais.....	268
5.3 Os impactos e conflitos indiretos	293
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
REFERÊNCIAS	315
APÊNDICES	328

1. INTRODUÇÃO

A temática ambiental, representada, dentre outras, pela chamada “crise ambiental¹”, vem se firmando desde os anos de 1960 como uma das de maior importância nas discussões que têm sido realizadas no mundo. Sua relevância se consolidou, entre outras coisas, pelo fato de que, a partir do período histórico iniciado após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, uma parcela das sociedades começou a ter maior percepção e entendimento acerca das consequências ambientais negativas que suas ações vinham produzindo sobre o planeta como um todo.

A título de ilustração, vale destacar entre essas consequências, o aumento do envenenamento do solo, das águas e dos animais, que ganhou destaque especialmente com a publicação, em 1962, nos Estados Unidos, do livro “*Silent Spring*”, de Rachel Carson, que repercutiu tanto naquele país quanto em outros ao redor do mundo; o aumento da ocorrência e da intensidade de desastres e crimes ambientais, como o caso da Baía de Minamata, no Japão, nos anos de 1950, o desastre de Bhopal, na Índia, em 1984, e o acidente em Chernobyl, na antiga União Soviética, em 1986, entre tantos outros que marcaram o período pós Segunda Guerra Mundial; o aumento do buraco na camada de ozônio, que mobilizou diferentes setores das sociedades a partir do final da década de 1970 (Bernardes e Ferreira, 2003); e a dita “crise climática”, onde a ameaça do aquecimento global passou a figurar como uma das principais consequências ambientais negativas das ações humanas sobre o planeta.

É nesse contexto, onde, de um lado, tem-se o aumento da ocorrência dos impactos ambientais negativos associados às atividades humanas sobre o planeta, e, de outro, o crescimento da percepção e do entendimento das sociedades acerca da ocorrência desses

¹ É possível dizer que aquilo que, de forma genérica, tem sido denominado de “crise ambiental” se refere ao conjunto dos impactos ambientais negativos produzidos pelas variadas formas de intervenção das sociedades capitalistas sobre o planeta como um todo, ameaçando, inclusive, a manutenção das condições de continuidade de existência da espécie humana sobre a Terra. Essa crise torna-se evidente a partir dos anos de 1960, com o surgimento de publicações, a ocorrência de crimes e desastres ambientais de grandes proporções e o desenvolvimento de movimentos de contestação do modelo de sociedade estabelecido especialmente nos países dominantes do cenário global. Entre os principais fatores de preocupação no bojo dessa problemática estão, de acordo com Ferreira e Rosa (2021, p. 188), a “[...] urbanização acelerada e omissa em relação às variáveis ambientais, distúrbios diretamente atinentes ao funcionamento dos ecossistemas (desmatamento e defaunação), alterações nos aspectos quali-quantitativos da água, perturbações físicas e químicas aos oceanos, aquecimento global e mudanças climáticas”. Tendo em vista essa conjuntura, é possível asseverar que a degradação ambiental que marca a crise ambiental em curso “[...] se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A questão ambiental [e, dentro desta, a crise ambiental] problematiza as próprias bases da produção; aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade e para a construção de futuros possíveis fundados nos limites das leis naturais, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humanas” (Leff, 2012, p. 17).

problemas e de como os mesmos estavam ligados às ações humanas, que vão surgir propostas para que esses eventos e impactos possam ser neutralizados ou ao menos minimizados.

Estando posta essa conjuntura, a criação de áreas naturais protegidas (APs, e que, no Brasil, são denominadas de Unidades de Conservação – UCs²) passa a figurar como uma das principais políticas públicas voltadas para a proteção ambiental. O estabelecimento dessas áreas não é uma estratégia nova, tendo surgido ainda no século XIX, nos Estados Unidos.

Vale ressaltar, por outro lado, que mesmo antes da criação do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872, já haviam ocorrido outras iniciativas de estabelecimento de APs com fins diversos. A título de exemplo, se pode citar a criação de uma reserva na Suíça, em 1569, para proteger o antílope europeu; a criação de Parques Reais na França, no século XVIII, que chegaram, inclusive, a serem abertos à população em geral (Quintão, 1983; Vallejo, 2002); e mesmo a área que viria a formar a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, que apesar de ter se tornado Parque Nacional apenas em 1961³, já havia sido declarada como um espaço de especial interesse por seus atributos naturais e econômicos cem anos antes, em 1861, por Dom Pedro II, passando a ser reflorestada e protegida das atividades antrópicas, além de outros, sendo algumas iniciativas nesse sentido datando de até 5.000 a. C. (Vallejo, 2002; Bensusan, 2014).

Nos Estados Unidos, a criação de Yellowstone se deu a partir do desejo da constituição de um espaço onde parcelas da população estadunidense – fundamentalmente suas elites – pudessem se divertir e aproveitar a vida na “natureza”, como é possível identificar através do ato legislativo que deu origem a essa AP (Yellowstone Net, 2025). Posteriormente, o parque tornou-se um importante símbolo que contribuiu para sedimentar uma concepção de natureza fortemente pautada na perspectiva preservacionista. A criação do parque em questão em 1872, por exemplo, restringiu o acesso indígena à região, antes utilizada para caça, coleta e práticas espirituais. Embora este tenha sido estabelecido para recreação e preservação, também foi

² Aqui vale um esclarecimento importante com relação às nomenclaturas empregadas no texto para se referir às áreas protegidas. No contexto global, a denominação “Área Protegida” é utilizada para designar os espaços especiais de proteção da natureza. Essa nomenclatura também é utilizada no Brasil. Porém, no país é mais comum a referência às “Unidades de Conservação”. Entretanto, vale salientar que a nomenclatura “Unidades de Conservação” não abarca todas as categorias de áreas protegidas existentes em território nacional, mas apenas aquelas que são referidas pela Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Como exemplos, têm-se as terras indígenas e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), que não são contempladas por essa lei. Neste texto, a expressão “Áreas Protegidas” será utilizada para se referir aos espaços de proteção da natureza no contexto global, enquanto que a expressão “Unidades de Conservação” será utilizada sempre que necessário para se referir especialmente às formas que são abrangidas pela Lei 9.985/2000, onde se situa a categoria “Parque Nacional”, foco principal das análises aqui empreendidas.

³ O parque nacional inicialmente criado na área foi denominado de “Parque Nacional do Rio de Janeiro”, tendo sido instituído em 1961, como citado no texto. Em 1967, porém, o nome do parque foi alterado, passando o mesmo a se chamar “Parque Nacional da Tijuca” (ICMBio, 2024).

palco de repressão às comunidades nativas, cujos direitos sobre as terras foram desconsiderados (Patterson, 2019).

Ao contrário do que muitas vezes se imagina ou até mesmo se observa em pesquisas que trabalham com a temática das áreas protegidas, especialmente quando essas buscam fazer um resgate histórico no que se refere ao surgimento da ideia de criação dessas estruturas, porém, a instituição de Yellowstone não se deu em um espaço “vazio”. Da mesma forma, sua criação levou ao surgimento de conflitos – que hoje seriam denominados de ambientais – entre os habitantes nativos daquela região e os agentes do Estado responsáveis pela implementação e gestão da área. Esses eventos podem ser lidos como sendo precursores do que viria a se tornar uma situação corriqueira envolvendo esses espaços especiais de proteção da natureza.

Ilustrando essa situação, Jacob (2001), por exemplo, apresenta parte do panorama conflituoso que surgiu com a criação das primeiras APs nos EUA, dentre elas o Parque Nacional de Yellowstone. Segundo esse autor, entre os problemas relacionados ao estabelecimento do parque, destacaram-se as invasões, que, de tão intensas e incontroláveis à época, levaram os gestores do mesmo a convocar o exército americano para retomar o controle da área nos anos de 1880.

Por conseguinte, o modelo implantado nos Estados Unidos acabou por espelhar fortemente a visão da relação sociedade-natureza projetada pelo movimento preservacionista, o que, por sua vez, deu origem a uma estrutura que não concebia a possibilidade da presença humana nesses espaços, exceto para contemplação e atividades de recreação (Araújo, 2007; Diegues, 2001; Vallejo, 2002).

Vale ainda destacar que, apesar de a criação de áreas naturais protegidas ter se disseminado pelo mundo após a fundação de Yellowstone, a concepção desses espaços seguiu caminhos diversos daquele trilhado pelos Estados Unidos. Alguns países apenas “copiaram” o modelo estadunidense de criação de parques. Outros, porém, buscaram adaptar a instituição desses espaços de “proteção da natureza” de acordo com suas características e interesses específicos.

Quintão (1983) argumenta, inclusive, que muitas APs criadas com a denominação “Parque Nacional” após Yellowstone, foram gestadas com diferentes objetivos de manejo, especialmente no continente africano, não refletindo fielmente a configuração do pioneiro parque estadunidense. Ainda assim, é possível dizer que o modelo instaurado nos Estados Unidos acabou se difundindo por outros lugares, tornando-se dominante com o passar dos anos.

A emergência da crise ambiental a partir dos anos de 1960/1970 apenas consolidou

esse mecanismo, fazendo com que se tornasse um dos principais procedimentos adotados pelos países para, entre outras coisas, tentar mitigar os impactos causados pelas atividades humanas sobre a Terra (Bensusan, 2006; Bensusan 2014; Diegues, 2001; Vallejo, 2002).

Inicialmente, o objetivo por trás da criação dessas áreas era fundamentalmente o de preservar os recursos naturais para uso público. Com o passar dos anos, porém, essa perspectiva sofreu alterações, concentrando seu foco na preservação dos recursos naturais *per si* (Quintão, 1983). Nas últimas décadas, pode-se dizer, surge o entendimento de que essas APs poderiam também funcionar como espaços disseminadores de outros modos de relacionamento com a “natureza”, influenciando de forma positiva na mudança dos padrões de acesso, exploração e uso dos recursos naturais.

No que se refere ao Brasil, a inauguração dessa política de proteção da natureza, que já havia inspirado o surgimento de “Parques Nacionais” em vários países do mundo após Yellowstone (Canadá, 1885; Nova Zelândia, 1894; Austrália e África do Sul, 1898; Suécia e Suíça, 1914; Argentina, 1922) (Quintão, 1983), aconteceu em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, localizado na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Quintão, 1983; Diegues, 2001). No caso brasileiro, pode-se afirmar que essa unidade “copiou”, até certo ponto, o modelo estadunidense de parques, partindo da premissa da incompatibilidade de relações entre sociedade e natureza. Entretanto, como será argumentado, no Brasil também houve a necessidade de adaptação do modelo às condições singulares encontradas por aqui, o que originou situações diversas em relação ao contexto dos EUA.

Apesar do período de quase 60 anos decorridos entre a criação de Yellowstone e do Parque Nacional de Itatiaia, as discussões em torno dessa temática começaram no Brasil ainda no século XIX. Tendo como fonte de inspiração o movimento norte-americano e a perspectiva preservacionista, dominante na época, o engenheiro e abolicionista André Rebouças (1838-1898) propôs, já em 1876, a criação de dois parques nacionais no país: um em Tocantins, na Ilha do Bananal, e outro no Paraná para proteger a Cachoeira das Sete Quedas, onde atualmente se localiza o lago da usina de Itaipu (Drummond, Franco e Ninis, 2006; Medeiros, 2006).

Mesmo não tendo suas propostas de criação dos parques atendidas naquele momento, as ideias de Rebouças representaram importante marco nas lutas pelo estabelecimento dos primeiros parques nacionais em terras brasileiras, influenciando os debates que se seguiram nos anos posteriores (Medeiros, 2006).

O Parque Nacional do Caparaó (ParNa Caparaó), instituído em 1961, localiza-se na

divisa entre os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES), na Região Sudeste do Brasil, sendo uma Unidade de Conservação (UC) com terras nesses dois estados da federação (Brasília, 2015).

No Brasil, os processos de criação de UCs, e a partir da nova redação dada pela Lei 9.985 (que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), de suas respectivas Zonas de Amortecimento de Impactos (ZAI), principalmente as de caráter integral, como o ParNa Caparaó, tem historicamente se caracterizado por produzir todo um rearranjo territorial nos espaços em que essas estruturas são implementadas, podendo conduzir a mudanças significativas nas formas de inter-relacionamento entre as sociedades por elas impactadas e o seu ambiente de experimentação e produção do mundo.

Entre essas modificações, é possível o surgimento daquelas que podem ser interpretadas como tendo um caráter positivo, como a mudança nas formas de apropriação e uso dos recursos naturais, passando estas a se dar de modo menos degradante no tocante a esses recursos. Por outro lado, como tem sido possível evidenciar em muitas das UCs de proteção integral existentes no país, a criação desses espaços, e sua posterior operacionalização, podem também funcionar como geradores de situações de injustiça e de conflitos ambientais.

Por injustiça ambiental (IA), entende-se “[...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (Herculano, 2002, p. 2). Além disso, situações de IA também podem estar relacionadas aos próprios processos que objetivam gerar proteção ambiental (como no caso da constituição de UCs, por exemplo), especialmente quando esses acabam favorecendo certos grupos – com maior poder e capacidade de influência nas sociedades – e seus interesses em detrimento de outros grupos – bem menos influentes e poderosos, como as populações camponesas e tradicionais – e seus interesses.

Para além das situações de injustiça e conflitos ambientais imediatos, que muitas vezes são produzidas com a criação dessas áreas, ou mesmo antes, durante a própria fase de planejamento para o estabelecimento dessas estruturas, as mudanças socioterritoriais decorrentes da existência desses espaços podem, ainda, originar novos conflitos no médio e longo prazo (Souza e Milanez, 2019).

Os conflitos ambientais estão intimamente ligados aos modos diferenciados através dos quais os variados sujeitos e grupos sociais acessam e usufruem dos recursos naturais presentes nos territórios. Por conseguinte, esses usos diferenciados estão associados às múltiplas maneiras

a partir das quais cada um desses sujeitos e grupos sociais ‘significam’ e ‘entendem’ aquilo que denominam de “natureza”, conduzindo, conseqüentemente, a formas diversas de apropriação, uso e ‘produção da natureza’ (Smith, 1988; Porto-Gonçalves, 1989; Moscovici, 2007; Souza, 2019). As significações heterogêneas acerca da natureza e sua espacialização, levando à ‘produção de naturezas variadas’ sobre o território, conduzem ao embate entre múltiplos projetos que são postos em movimento através desses territórios, podendo ocasionar o surgimento de conflitos ambientais.

Os conflitos ambientais também estão relacionados à percepção de ameaça de um grupo com relação às ações produzidas sobre o território por outros grupos. Essa percepção geralmente está associada à ocorrência de um problema que limita/impede ou pode vir a limitar/impedir no futuro a continuidade do uso dos recursos pelo grupo impactado. Logo, quando as condições de apropriação do meio natural de algum dos grupos são ameaçadas, geralmente por meio de impactos indesejáveis, produzidos por atividades de outros grupos, os conflitos podem eclodir (Acsehrad, 2004; Brito et al., 2011; Little, 2004). Mesmo que esses impactos ainda não estejam ocorrendo, a simples percepção por parte de um dos grupos de que tal situação pode vir a se materializar é suficiente para conduzir ao surgimento de conflitos.

De forma geral, os conflitos ambientais podem ser definidos como “embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico, isto é, com seus respectivos meios social e natural” (Little, 2004, p. 1). Essas relações, muitas vezes antagônicas, envolvem desde questões referentes à exploração direta dos recursos (solo, água, recursos minerais, etc.) até as relações de território e territorialidade que vão se constituindo sobre esses espaços ao longo do tempo (Souza, 2016).

Isto posto, é possível argumentar que “[...] os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço” (Zhourri e Laschefski, 2010b, p. 4). Assim, estes conflitos se inserem numa lógica espacial, onde o território desempenha papel central, visto que é sobre este que as múltiplas relações se fazem, em um movimento dialético, repleto de conflitualidade (Fernandes, 2008).

Desse modo, entende-se neste trabalho que para uma melhor compreensão dos conflitos ambientais, além da tese da produção da natureza, os conceitos de território, de territorialidade e de identidade territorial desempenham papel central. No que concerne ao território, este é aqui compreendido a partir da perspectiva integradora proposta por Haesbaert (2004).

Sendo assim, e considerando que os conflitos ambientais não envolvem apenas disputas em torno da apropriação material do território e de seus recursos, ou seja, da base econômica, mas também perpassam a dimensão cultural, a dimensão política – especialmente por meio das relações de poder – e a dimensão natural (Souza, 2016), compreendida aqui fundamentalmente a partir das relações sociedade↔natureza⁴, entende-se ser essa a concepção de território mais adequada para a análise desses fenômenos.

Portanto, “reconhecer que o território é o *locus* onde se dão as variadas relações entre os diferentes sujeitos e grupos sociais, e entre estes e o meio natural, é também perceber a centralidade dessa categoria dentro dos estudos relacionados às questões ambientais” (ibid. p. 41).

Da mesma forma, o conceito de territorialidade é uma ferramenta essencial para compreender os conflitos ambientais. Conforme Raffestin (1994), a territorialidade não se limita apenas ao Estado-Nação, mas também abrange todas as situações em que coletivos exercem poder sobre um determinado recorte espacial. Esse conceito relacional destaca que grupos sociais desenvolvem uma territorialidade e “defendem seu território”. No entanto, o Estado permanece como a instância mais poderosa, criando UCs, muitas vezes em oposição à territorialidade já estabelecida por grupos locais, que necessitam desses espaços para sua reprodução social. Assim, os conflitos ambientais territoriais emergem quando a territorialidade do Estado, com suas restrições de uso da natureza, se choca com a territorialidade de grupos que convivem diretamente com essa mesma natureza, resultando em disputas de poder, expulsões, manifestações e outras formas de resistência.

A territorialidade se caracterizaria como a expressão mais intensa da apropriação territorial manifestada pelos sujeitos e grupos sociais ao longo do tempo. Ela é evidenciada através das diferentes dimensões que compõem a visão integradora de território, perpassando

⁴ O uso do símbolo “↔” para se referir às interações, movimentos e dinâmicas que perpassam e perfazem a relação sociedade↔natureza, é um recurso metodológico empregado nesta tese, sendo inspirado na proposta de Souza (2019), e busca ilustrar, entre outras coisas, o entendimento adotado neste trabalho de que a relação entre estas é, ‘sempre’, uma relação dialética. Ou seja, esse recurso expressa dois aspectos fundamentais da abordagem aqui utilizada: 1) a compreensão de que as relações sociedade↔natureza são, ‘sempre’, de reciprocidade, de modo que, enquanto sociedade, estamos sujeitos a sofrer – como sofreremos – diferentes formas de influência do mundo não humano sobre nossa dinâmica socioeconômica e cultural – ainda que em muitos momentos se deseje apagar esse aspecto e que, para parcela das sociedades planetárias, isso pareça não mais existir. Da mesma forma, com nossa dinâmica socioeconômica e cultural influímos de modo determinante sobre o mundo não humano, que por sua vez “influi” de volta, numa espiral praticamente infinita; 2) deixar claro que, para o autor desta pesquisa, a separação sociedade-natureza, tão aprofundada nas/pelas sociedades capitalistas, não é uma realidade, pois aquilo que se denomina sociedade e aquilo que se denomina natureza são, na verdade, parte de um todo inseparável. Como bem argumenta Souza (2019, p. 61) ao expressar essa formulação, “[...] necessitamos abrir-nos para aquilo que está por trás da forma ‘sociedade’ ↔ ‘natureza’, a qual expressa a ruptura com qualquer formulação que não questione a ideia de uma simples ‘interação’ entre duas entidades perfeitamente distinguíveis uma da outra” (grifos nossos).

seus aspectos políticos, econômicos, culturais e, também, “naturais” (Souza, 2016).

Seja qual for o motivo que produz a territorialidade, ela sempre será criada por um dos principais fatores que levam à constituição dos territórios, ou seja, a intenção de tornar exclusivo, pelo exercício do poder (político, material, simbólico) uma parcela específica do espaço, promovendo o par liberdade-segurança das ações que os sujeitos/grupos sociais territorializadores aspiram realizar (Paula, 2009). Em situações diversas, os processos de territorialização que produzem a territorialidade não são exclusivos de um único sujeito/grupo social, o que pode levar à sobreposição de outras territorialidades, que, quando se chocam, ocasionam os conflitos e, dentre eles, os ambientais.

Concomitantemente à territorialidade – e ao seu exercício –, tem-se também a constituição de identidades territoriais, que são, igualmente, aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas que se processam sobre os territórios. Na verdade, como argumenta Bossé (2004, p. 173), “[...] a territorialidade revela a identidade do lugar; ela é, ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo”.

Nesse sentido, e de forma sucinta, pode-se afirmar que “[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida através do território” (Haesbaert, 1999, p. 172). Logo, entende-se por identidade territorial uma forma de identificação do sujeito ou grupo social com o seu território, ou, melhor dizendo, um reconhecimento do indivíduo ou da coletividade enquanto um sujeito/grupo social específico que está diretamente atrelado ao território em que vive, experimenta e a partir do qual produz o mundo. O território, nesse caso, desempenha papel central na própria constituição desse sujeito/grupo social.

No que diz respeito às UCs, essas estruturas muitas vezes interferem diretamente tanto no exercício da territorialidade quanto nas identidades territoriais de sujeitos e grupos sociais diversos nos territórios em que são implantadas. Isso ocorre fundamentalmente em função das mudanças espaciais e simbólicas que essas são capazes de produzir sobre os territórios, impondo, em diversos momentos, lógicas distintas daquelas dos sujeitos e grupos locais, tanto no que tange às formas de apropriação e uso dos recursos como no que se relaciona com a significação do espaço e seus elementos, impactando sobre o exercício da territorialidade dos moradores das áreas onde se instalam, assim como também sobre os elementos materiais e simbólicos que são significativos para a constituição de suas identidades territoriais.

Logo, é possível afirmar que o entendimento das relações sociedade↔natureza, perpassando, dentro dessas, os conflitos ambientais, é tarefa complexa. Particularmente, quando se analisam essas relações a partir da perspectiva da produção da natureza, da territorialidade e da identidade territorial, sua compreensão envolve não apenas a dimensão

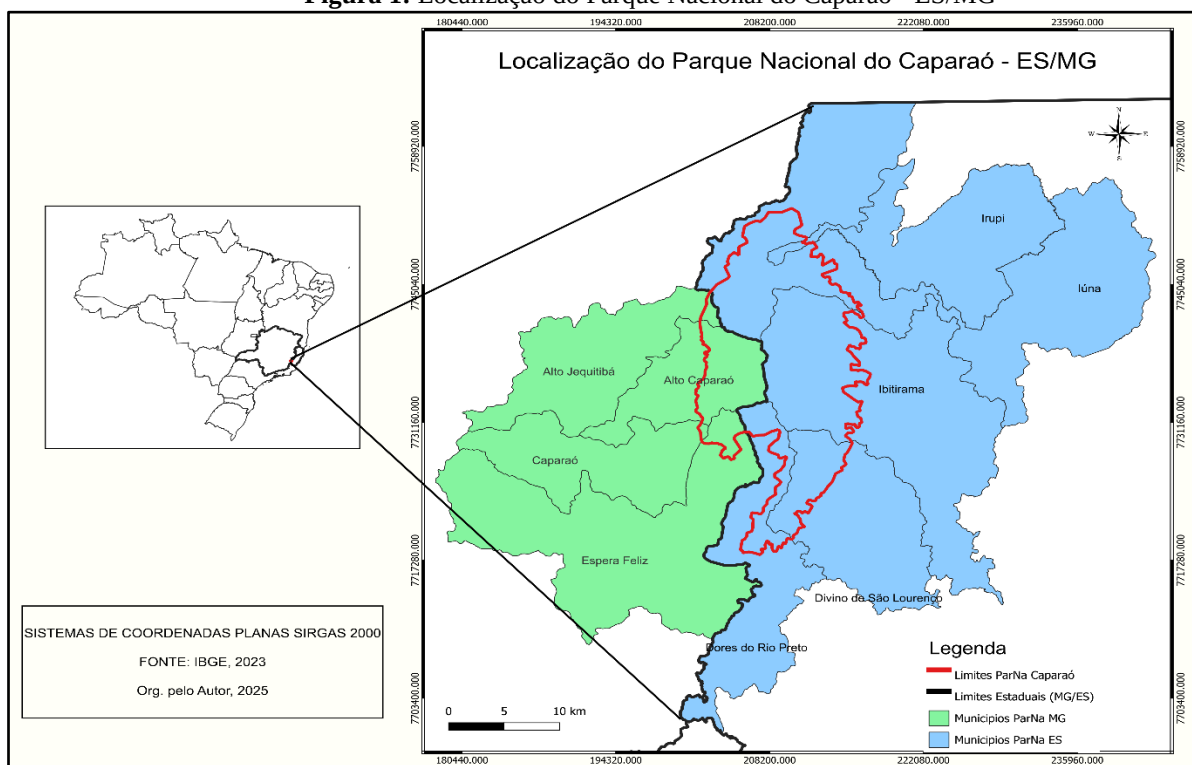
social, mas também as dimensões espacial e temporal.

É nesse contexto que se insere esta tese, entendendo que a realização de pesquisas que busquem analisar a dinâmica e as transformação das/nas relações sociedade↔natureza em suas diferentes facetas pode ser um caminho importante na busca de melhor compreender as mesmas, ajudando a revelar, ainda, as variadas situações de injustiça ambiental que afetam os sujeitos e grupos sociais partícipes dessa dinâmica.

1.1 Justificativa e objetivos

A região do ParNa Caparaó se caracteriza como importante reserva de Mata Atlântica localizada nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, estando sob a regulamentação da Lei 9.985 (SNUC) de julho de 2000, que, entre outros instrumentos, estabeleceu a criação da ZAI como forma de proteção do entorno das unidades de conservação. Por se tratar de uma área de ocupação antiga, a região vem sendo ocupada e utilizada há várias décadas (Souza, 2016). A figura 1, a seguir, apresenta a localização do ParNa juntamente com os municípios que possuem terras dentro de seus limites.

A criação do ParNa Caparaó, em 1961, impactou de forma importante a dinâmica territorial local. A nova conjuntura que se estruturou a partir da criação da unidade levou a mudanças nas formas de inter-relacionamento sociedade↔natureza nos territórios que foram diretamente impactados pela criação dessa UC, produzindo, com o passar dos anos, mudanças que podem ser vistas por parcela dos observadores externos e mesmo dos moradores locais como tendo sido positivas. Nesse rol de mudanças positivas, é possível mencionar a diminuição da caça às espécies animais nativas, por exemplo. Por outro lado, as transformações territoriais impostas pela criação da Unidade também produziram a ocorrência de situações de injustiças e de conflitos ambientais. Aqui, se pode citar a proibição de certas práticas agrícolas, como a produção cafeeira em determinadas áreas do território local, como exemplo de situações negativas impostas às populações locais com a criação do parque (ibid.).

Figura 1: Localização do Parque Nacional do Caparaó - ES/MG

No que tange aos conflitos ambientais, pesquisa anteriormente realizada na região evidenciou que, após quase sessenta anos da criação da unidade, os fenômenos dessa ordem no território eram caracterizados pela ausência de embates diretos, evidentes ou exacerbados entre as comunidades locais e a UC, sendo classificados como “conflitos ambientais latentes” e interpretados, à época, como uma categoria distinta de conflito ambiental (Souza, 2016). No entanto, o aprofundamento desta tese, aliado a um refinamento dos estudos sobre a problemática, revelou não se tratar de diferentes categorias de conflitos, mas de um mesmo conflito que, ao longo do tempo, passou por variadas fases ou estágios.

Nesse sentido, o contexto identificado no ParNa Caparaó e em seu entorno imediato difere, até certo ponto, daquele que mais frequentemente é observado em outras UCs de proteção integral do Brasil, com destaque para a categoria “Parque Nacional”, onde geralmente podem ser verificados conflitos ambientais que vivenciam momentos/etapas de embates diretos e até mesmo violentos entre as UCs e os sujeitos e grupos sociais locais. Para além dessa diferenciação da realidade do ParNa Caparaó em comparação com outras unidades existentes no país, entretanto, é possível também que a ausência de um maior aprofundamento das análises e debates acerca da dinâmica dos conflitos acabe produzindo dificuldades analíticas para a explicação de toda a complexidade presente nesses fenômenos. Isso porque, ao que parece, boa parte das pesquisas evidenciam apenas situações em que o conflito está

numa etapa de maior acirramento, de modo que o mesmo pode ser facilmente percebido tanto pelos que nele estão envolvidos quanto por outros que observam “de fora”.

Essa situação pode ser evidenciada, por exemplo, no trabalho de Santos, L. (2016), que em análise sobre as UCs do Espírito Santo, identificou a ocorrência de conflitos no ParNa Caparaó apenas entre as décadas de 1970 e 1980, quando da desapropriação das primeiras áreas que constituíam o parque, o que leva a crer que, na visão desse autor, em períodos mais recentes esses fenômenos já não ocorreriam mais nesse espaço. Assim, observa-se aquilo que foi anteriormente argumentado, ou seja, que quando os embates mais diretos e pronunciados estão ausentes, a percepção que se tem muitas vezes é de que não há mais conflito, mesmo quando as condições que originaram a disputa continuam presentes.

No caso do ParNa Caparaó, esta pesquisa evidencia a existência de conflitos ambientais diversos envolvendo a UC, seja com as comunidades do entorno, seja com aqueles sujeitos que ainda residem em seu interior. Na verdade, no limite, e à luz da legislação vigente, a própria presença de residentes no interior da unidade já é em si mesma uma situação de conflito, tendo em vista se tratar de uma UC de proteção integral que não prevê a existência de moradores em seu interior. Além disso, as práticas realizadas por esses sujeitos tendem a contrariar os pressupostos legais que regulamentam os usos nessas áreas, o que produz conflitos de uso/territoriais entre os sujeitos residentes no espaço territorial do ParNa e a unidade.

Essas situações ilustram tanto a complexidade dos conflitos ambientais, no geral, quanto também aquela existente no ParNa Caparaó e seu entorno direto, de modo mais específico. Segundo os levantamentos realizados, e tomando como referência a distinção entre conflitos latentes e conflitos manifestos (Santos, 2009; Souza, 2016), tem-se no ParNa Caparaó especialmente a ocorrência de conflitos ambientais que experimentam um certo estado de latência ou dormência, não significando, por outro lado, como parece supor Santos, L. (2016), a inexistência dos mesmos na área.

Para além desse cenário, pesquisa anteriormente realizada evidenciou, ainda, a existência dos chamados “impactos e conflitos ambientais indiretos, ou de segunda ordem” (Souza e Milanez, 2019). Esses estão relacionados, no caso do ParNa Caparaó, com as alterações induzidas pela presença do Parque na região que acabaram produzindo outras situações que levaram à ocorrência dos impactos e dos conflitos (ibid.). Nesse caso, tratam-se de situações que não são produzidas diretamente pela unidade – como, por exemplo, aquelas associadas aos processos de desapropriação –, mas são uma consequência secundária da existência da mesma (ibid.). A pesquisa atual também destaca a ocorrência de algumas dessas,

dentre elas aquelas relacionadas ao turismo e à especulação imobiliária no entorno da UC, além de outras.

A presente investigação, assim, se configura, até certo ponto, enquanto uma continuidade de pesquisa anteriormente realizada (Souza, 2016) em uma das comunidades do entorno do ParNa Caparaó (Patrimônio da Penha, pertencente ao município de Divino de São Lourenço – ES), onde foi possível perceber algumas situações que caracterizavam, naquele momento, a dinâmica sociedade↔natureza local. Essas ocorrências foram intensamente analisadas durante a referida pesquisa, permanecendo, porém, lacunas a serem preenchidas por investigações posteriores – tais como aquelas relacionadas à situação fundiária do ParNa Caparaó. De igual forma, também ficaram em aberto outras possibilidades de análise não aplicadas à época – como, por exemplo, aquelas pertinentes aos impactos da presença da UC sobre a produção do espaço e da natureza local.

Ao mesmo tempo, com o decorrer dos anos após a realização do estudo inicial, passou a ganhar forma a perspectiva de expandir as investigações para outras áreas circunvizinhas do parque. Isso ocorreu pelo fato de ser o entorno da unidade composto por muitas outras comunidades, localizadas tanto em sua vertente espírito-santense quanto no lado mineiro, o que instigou o desejo de se entender melhor as dinâmicas que outras áreas que são vizinhas da UC possuem. Além disso, mesmo tendo restringido a área de análise no estudo inicial, as observações de campo e as conversas com os moradores de Patrimônio da Penha, já naquele momento, demonstraram que existiam outras situações que poderiam ser melhor analisadas, tais como o contexto fundiário do parque, os possíveis impactos do turismo e do aumento da procura externa por lotes e propriedades na região, bem como o cenário dos próprios conflitos ambientais aí existentes, que, como já mencionado, difere dos que mais comumente são estudados e analisados pela academia no tocante à dinâmica das UCs do país.

Além disso, este trabalho se configura também enquanto uma tentativa de estender e aprofundar as análises em torno das UCs e das dinâmicas que estas impõem sobre os territórios onde são criadas e colocadas em funcionamento, tendo como objeto de análise, como bem se sabe, o ParNa Caparaó, e contando, neste caso, com a inserção de novas metodologias que possam auxiliar na elucidação de fatos que: 1) não receberam o tratamento completo; 2) não foram devidamente percebidos anteriormente; ou 3) fazem parte de uma dinâmica que não existia no passado.

Dentre esses processos, as investigações de campo mostraram a necessidade de analisar com maior profundidade a situação fundiária do Parque. Isso porque a UC passou, em 1997, por uma revisão dos seus limites, definindo um aumento em sua área, que passou de 26.000

para 31.800 hectares. Na pesquisa anterior, esse fato não foi detectado – ainda que menções a problemas relacionados a algumas propriedades que teriam sido abarcadas pela expansão da UC tenham surgido esporadicamente –, demonstrando agora, porém, ser de grande relevância para a compreensão da dinâmica do ParNa, assim como do principal conflito identificado na área, qual seja, aquele envolvendo justamente a situação fundiária da unidade.

Logo, a investigação também buscou lançar mão de novos olhares sobre a dinâmica sociedade↔natureza permeada pelas UCs, em geral, e pelo ParNa Caparaó, em particular, como forma de produzir conhecimentos que possam ser úteis para o entendimento de alguns dos principais problemas e desafios que essa dinâmica tem gerado, não se tratando, dessa forma, apenas de uma continuação da pesquisa anterior, mas em alguns pontos de uma extensão daquela.

Espera-se que as informações e conhecimentos que foram produzidos nesta tese sobre a realidade dos sujeitos locais contribuam para suas experiências de convivência com o ParNa Caparaó e os processos a ele relacionados. Além disso, almeja-se que a análise da dinâmica regional possa auxiliar a própria unidade de conservação a melhorar seu relacionamento com as comunidades do entorno, considerando sua presença consolidada no território. Isso pode possibilitar um tratamento mais adequado de alguns dos problemas enfrentados pela unidade.

Baseado, então, no contexto brevemente apresentado até aqui sobre as UCs, em geral, e sobre o ParNa Caparaó, em particular, e estimulados por observações e leituras sobre essas problemáticas que continuaram a ser feitas ao longo dos anos após a pesquisa anterior a nível de mestrado, a pergunta que surgiu e que orienta esta tese é: quais são e como se caracterizam as relações sociedade↔natureza no entorno do Parque Nacional do Caparaó?

Tendo, então, essa pergunta como norteadora da presente investigação, e partindo do pressuposto de que as UCs, com especial destaque para a categoria “Parque Nacional”, produzem um processo de reorganização do território, tendo potencial para gerar novas configurações nas relações sociedade↔natureza nos espaços onde estas estruturas são criadas, podendo essas novas relações apresentarem-se sob diferentes aspectos, perpassando desde mudanças que podem ser lidas como positivas nas formas como os sujeitos e grupos sociais se apropriam e utilizam os elementos ambientais, até situações de injustiça ambiental, sendo essas um dos aspectos negativos ligados à constituição dessas áreas no mundo e também no Brasil, a presente pesquisa terá como objetivo geral: entender quais são e como se desenvolveram as relações sociedade↔natureza no entorno do ParNa Caparaó, em uma perspectiva temporal, tendo como fator de influência central a constituição do parque.

Logo, parte-se da hipótese de que o ParNa Caparaó produziu, ao longo de sua trajetória

histórica, variadas mudanças sobre o território onde está assentado, gerando alterações nos modos de vida dos sujeitos locais e nas suas territorialidades, conduzindo, de um lado, ao surgimento de novos olhares e formas de produção do espaço e da natureza local/regional, e, de outro, a situações de injustiça e de conflitos ambientais envolvendo parcela dos sujeitos que foram impactados pela dinâmica da unidade.

Assim, a partir da definição do objetivo geral da pesquisa, é possível realizar algumas indagações acerca da ligação entre a criação e gestão das unidades de conservação no Brasil e as mudanças na relação sociedade↔natureza que estas têm sido capazes de induzir: a) como as relações sociedade↔natureza têm se transformado nos territórios que são impactados pela criação dessas unidades? b) como os moradores locais percebem as consequências e as mudanças induzidas ao longo do tempo no território pela presença desses espaços de proteção da natureza? e c) de que maneira a presença dessas estruturas têm contribuído, ao mesmo tempo, para mudanças ditas positivas na relação das populações locais com seu ambiente e para geração de injustiça ambiental, bem como de conflitos ambientais nos territórios onde são implementados?

Para que as questões anteriormente formuladas possam ser respondidas e o objetivo geral da pesquisa possa ser alcançado, esta é orientada pelos seguintes objetivos específicos:

1. Entender como os sujeitos e grupos sociais das comunidades do entorno do ParNa Caparaó percebem a influência do parque nas relações sociais que se manifestam sobre o território.
2. Identificar e analisar as situações de injustiça ambiental produzidas pela presença do parque sobre sujeitos e grupos sociais das comunidades do entorno do ParNa.
3. Identificar os conflitos ambientais existentes no entorno do ParNa Caparaó e analisar a dinâmica espaço-temporal desses conflitos.
4. Identificar e analisar as mudanças ocorridas na relação sociedade↔natureza no entorno do ParNa Caparaó ao longo do tempo.

1.2 Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa foi estruturado em três etapas complementares, realizadas ao longo dos quatro anos de trabalho.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica. Os materiais utilizados nessa fase foram livros, artigos, monografias, mapas, registros cartográficos, dissertações e teses, além de outras fontes que abordam temas de interesse que contribuíram para o desenvolvimento

das análises aqui empreendidas.

A revisão bibliográfica teve como foco a construção do referencial teórico necessário para analisar e entender as relações sociedade↔natureza presentes no entorno do ParNa Caparaó. Dessa forma, especial atenção foi dada aos conceitos de território, de territorialidade, de identidade territorial, de conflitualidade e de conflitos ambientais, pois estes permeiam todo o debate desenvolvido neste trabalho, caracterizando-se enquanto ferramentas metodológicas fundamentais para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa. Esses conceitos, por sua vez, foram trabalhados apresentando sempre como pano de fundo a abordagem da ecologia política (EP), tendo em vista que esta se caracteriza enquanto uma ferramenta metodológica fundamental das análises que aqui foram produzidas.

Além desses conceitos, também foi realizada discussão sobre as origens e o desenvolvimento da ideia de criação de APs como estratégia para proteção da natureza, com especial foco sendo dado à categoria “Unidades de Conservação”. Tendo em vista que este também é um tema sensível na presente pesquisa, o mesmo foi tratado de maneira que o leitor possa entender os processos que deram origem a essa estrutura, bem como as visões de mundo que impactaram durante sua concepção, ainda no século XIX, e no seu desenvolvimento até o atual período histórico. Por conta disso, essa temática foi trabalhada tendo como base metodológica, além dos conceitos citados acima, a tese da “produção da natureza”, tendo em vista que as APs – e as UCs – são aqui compreendidas como uma forma de ‘natureza produzida’ a partir de significações específicas de natureza e das relações que são estabelecidas entre esta e as sociedades. Aqui, também, a abordagem se pauta nos preceitos da EP, pois discute-se a relação entre as formas de interpretar, definir, se relacionar e produzir o ambiente partindo do entendimento de que este é político e permeado por relações de poder, sendo a natureza, nesse sentido, ‘também’ uma construção socioeconômica e cultural, variando no tempo e no espaço segundo diferentes sujeitos e grupos sociais.

A segunda etapa consistiu na pesquisa de campo, realizada de outubro de 2023 a junho de 2024, abrangendo todo o entorno do ParNa Caparaó. As atividades incluíram conversas informais com moradores da região, observações in loco, entrevistas com residentes tanto nos arredores quanto no interior do Parque e também com servidores de carreira da UC. No total, foram realizadas 41 entrevistas com moradores e duas com funcionários efetivos da Unidade. No momento da visita à sede, havia apenas três servidores de carreira, dos quais um não quis participar da pesquisa; um dos entrevistados ocupava o cargo de chefe do ParNa.

Por fim, também foi conduzida uma entrevista com um ex-servidor aposentado do Parque, que trabalhou por trinta e sete (37) anos na Unidade, exercendo, ao longo desse período, diversos cargos no ParNa. Essa última entrevista se fez necessária especialmente pelo fato de que, diferentemente dos funcionários atuais que foram entrevistados e que não estavam na unidade quando da ocorrência do seu processo de expansão territorial, esse servidor aposentado da UC vivenciou o acontecimento desse fato marcante na história do Parque e do território no qual ele se insere.

Em todos os casos, as entrevistas foram conduzidas com um roteiro semiestruturado (apêndices 1, 2 e 3). Entre as perguntas dos questionários, algumas abordavam o turismo, considerando o uso público previsto pela legislação para a UC e o papel crescente dessa atividade no ParNa e em seu entorno. À medida que as incursões de campo e as conversas com moradores locais foram avançando, algumas perguntas foram ajustadas, com a exclusão de itens e a inclusão de outros, visando explorar novas situações e adaptar o questionário à realidade local percebida.

Essa etapa objetivou a coleta de dados primários que pudessem contribuir para a compreensão da dinâmica das relações sociedade↔natureza existentes no entorno do ParNa Caparaó, bem como para o entendimento da dinâmica espaço-temporal dessas relações. Entende-se que as entrevistas são ponto central desta tese, pois por meio destas é “[...] possível perguntar aquilo que não conseguimos observar: sentimentos, intenções e pensamentos, por exemplo” (Rocha, 2020, p. 3), permitindo a compreensão da perspectiva do outro, entendendo que essa outra visão de mundo é significativa e pode ser demonstrada e compreendida (Patton, 2002).

Como forma de chegar aos sujeitos e grupos sociais durante a etapa de realização das entrevistas, lançou-se mão do método de “amostragem em bola de neve” (*Snowball Sampling*), tendo em vista que o mesmo já tinha se mostrado eficiente na coleta de informações relevantes na área foco da pesquisa em trabalho anteriormente realizado (Souza, 2016).

O método de amostragem em bola de neve

[...] é um método que não se utiliza de um sistema de referências, mas sim de uma rede de amizades dos membros existentes na amostra. Este tipo de método baseado na indicação de um indivíduo de um ou mais outros indivíduos é também conhecido como método de cadeia de referências (Dewes, 2013, p. 7).

Segundo o autor em apreço, o método bola de neve possui a vantagem de ser efetivo

para encontrar populações escondidas ou difíceis de encontrar. Como a pesquisa buscou analisar as relações sociedade↔natureza existentes nas comunidades do entorno do ParNa Caparaó, perpassando, nesse contexto, as situações de conflitos ambientais existentes na área de estudo, o método se mostrou pertinente, pois, em muitos momentos, quando se trabalha com conflitos de toda ordem, dentre eles os ambientais, nota-se um certo receio de parte dos sujeitos e grupos sociais em externalizar suas posições acerca desses embates, permanecendo esses sujeitos e grupos “escondidos”. As investigações de campo ilustraram essa realidade, já que, em certos momentos, alguns entrevistados se mostraram reticentes em reconhecer a existência de conflitos na região, como será detalhado nos próximos capítulos desta tese.

A pesquisa teve como ponto de partida uma base de indivíduos já conhecida pelo pesquisador, resultado de trabalhos anteriores. Alguns desses sujeitos forneceram as primeiras indicações de outros potenciais entrevistados. Dentre os contatos iniciais, dois foram consultados para novas indicações; ambos são moradores nativos de Patrimônio da Penha, com amplo conhecimento das comunidades do entorno e de seus residentes.

Além disso, é importante mencionar que por intermédio do saudoso professor Leonardo de Oliveira Carneiro, docente de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi possível chegar a um novo contato na comunidade de Pedra Roxa, pertencente ao município de Ibitirama-ES. Esse sujeito, juntamente com os indicados pelos moradores nativos de Patrimônio da Penha, formou os primeiros elos da rede de indivíduos residentes no entorno e no interior do ParNa Caparaó que participaram deste estudo.

Como o objetivo da tese foi compreender a dinâmica das relações sociedade↔natureza no tempo e no espaço, foco principal foi dado à população idosa, ainda que também se tenha contemplado faixas etárias mais jovens. Das 41 entrevistas realizadas, 26 foram com pessoas com idade superior a sessenta anos, sendo as duas mais velhas com oitenta e seis anos. Sete entrevistados tinham mais de oitenta anos e seis tinham entre setenta e setenta e nove anos. As quinze entrevistas restantes foram realizadas com sujeitos com menos de sessenta anos, sendo a pessoa mais jovem entrevistada de trinta e três anos.

A priorização de entrevistados mais idosos foi essencial para entender a evolução temporal das relações sociedade↔natureza na região, assim como o processo de expansão do ParNa Caparaó e seus impactos. A inclusão de sujeitos mais jovens também se mostrou relevante, permitindo observar o contraste geracional entre as diferentes faixas etárias.

Das 41 entrevistas, 37 ocorreram em comunidades no lado capixaba do ParNa Caparaó, enquanto 4 foram conduzidas na vertente mineira. Embora não fosse objetivo da pesquisa correlacionar o número de entrevistados com a representatividade territorial de cada estado

no parque, vale mencionar que cerca de 80% da UC está localizada no Espírito Santo, justificando, em parte, a distribuição dos entrevistados entre os dois estados.

Em relação à distribuição por gênero, a maioria absoluta dos entrevistados foram do sexo masculino, totalizando 37 entrevistas, enquanto sujeitos do sexo feminino compuseram apenas 4 entrevistas. Essa diferença não foi fruto de uma ação deliberada do pesquisador baseada em algum aspecto metodológico específico, sendo, a princípio, apenas uma condição que foi se desenhando aleatoriamente a partir das indicações dos sujeitos entrevistados de outros que poderiam participar das entrevistas.

Com relação ao tempo, a somatória das entrevistas com os sujeitos residentes no entorno e dentro do ParNa Caparaó totalizou 1.728 minutos e 19 segundos, o que dá cerca de 28 horas de áudios que foram gravados junto aos sujeitos locais entrevistados. Todos esses áudios foram cuidadosamente ouvidos, transcritos e analisados, compondo parte central desta tese. Além desses, as entrevistas conduzidas junto aos dois funcionários efetivos da unidade totalizaram 209 minutos e 54 segundos, o que corresponde a cerca de 3 horas e 29 minutos de áudios que, assim como no caso dos moradores, também foram minuciosamente ouvidos, transcritos e analisados, contribuindo também para elucidar aspectos relevantes da dinâmica local.

No caso da entrevista realizada com o servidor aposentado da UC, essa, apesar de não ter sido conduzida presencialmente, também demandou ser transcrita, tendo em vista que as perguntas foram remetidas ao sujeito em questão pelo aplicativo de mensagens “whatsapp” e, na sequência, as respostas foram enviadas ao pesquisador por meio de áudio. No total, os áudios dessa entrevista totalizaram 74 minutos e 28 segundos, o que representa uma hora e quatorze minutos de áudio.

Por fim, no que se refere às entrevistas, o tratamento dos dados seguiu o método da análise de conteúdo de Bardin (1979). Essa abordagem se caracteriza como sendo

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (ibid., p. 42).

A análise de conteúdo se desenvolve em três etapas distintas e complementares. A primeira fase, chamada de pré-análise, envolve a seleção dos materiais a serem examinados, além da definição das hipóteses e objetivos da análise (ibid.). Com esses elementos definidos, segue-se para a segunda etapa: a exploração do material (ibid.). Essa fase consiste na aplicação

sistemática das decisões previamente estabelecidas e, segundo a autora, é “longa e fastidiosa”, envolvendo operações de codificação, decomposição ou enumeração baseadas em regras específicas (ibid., p. 101). Nessa etapa, o material é inspecionado de maneira crítica e detalhada, criando-se códigos, categorias e subcategorias que orientarão a análise do conteúdo selecionado.

Vencidas as duas primeiras etapas, pode-se avançar para a terceira e última fase, chamada de “tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (ibid.). Nesse momento, se procede à construção esquemática, onde as informações selecionadas a partir da fonte que foi definida para a coleta dos dados são sintetizadas para uma melhor visualização. No caso desta pesquisa, optou-se pela construção de quadros contendo os códigos, as categorias, as subcategorias e as unidades de registro, que são as frases destacadas das entrevistas com os moradores locais que estão dentro do tema geral analisado. Assim, foi possível elaborar cinco (5) esquemas nesse sentido, sendo cada um deles associado às problemáticas gerais em perspectiva, quais sejam: o turismo e seus impactos, a situação fundiária da UC, o café, os conflitos ambientais diretos e os impactos e conflitos ambientais indiretos (ou de segunda ordem).

Para auxiliar na análise das entrevistas realizadas com moradores da região e gestores do ParNa Caparaó, utilizou-se o software de gerenciamento de dados ATLAS.ti. Essa ferramenta foi desenvolvida para organizar e categorizar documentos, entrevistas e outras fontes de informação sobre as quais se aplica o método de análise de conteúdo. Vale ressaltar que “o programa não desenvolve a pesquisa, nem substitui o olhar crítico e analítico do pesquisador” (Jardim, 2017, p. 55). O ATLAS.ti facilita a organização e categorização dos dados, permitindo consultas rápidas ao banco de dados, mas a transcrição – nos casos das entrevistas gravadas –, a interpretação e análise das informações são de total responsabilidade do pesquisador.

Compreende-se que o método da análise de conteúdo é uma ferramenta metodológica importante, pois é capaz de auxiliar no entendimento da realidade social vivenciada por sujeitos e grupos sociais diversos, bem como nos processos de construção dessa realidade, a partir da interpretação das mensagens presentes em diferentes formas e meios de comunicação (dentre elas(es) as entrevistas) que são instituídos nas sociedades em que esses estão inseridos. Logo, esse método permite “[...] caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes, 2009, p. 84).

Além desses métodos, e de forma complementar a eles, também foram produzidos

mapas de uso e ocupação do solo referentes tanto à área que forma o ParNa Caparaó quanto àquela que compõem seu entorno imediato, abrangendo sua Zona de Amortecimento de Impacto (ZAI). Inicialmente, em função da ausência de informações mais detalhadas no Plano de Manejo (PM) do ParNa, imaginou-se que a ZAI do parque tivesse cerca de 10 km de extensão a partir dos limites da UC. Entretanto, durante a realização da entrevista com o chefe da unidade, descobriu-se que a abrangência da mesma seria muito menor do que aquela que se havia pensado, não tendo, na realidade, um valor fixo para todo o entorno, sendo um pouco mais extensa em alguns lugares e mais estreita em outros. Ainda assim, mesmo nos locais em que a delimitação se estenderia por uma faixa maior, foi indicado que não chegaria nem próximo dos 10 km inicialmente imaginados. Esse fato demandou uma correção dos mapas iniciais de uso e ocupação do solo que haviam sido produzidos até então, objetivando ajustar esses à dimensão correta da ZAI.

A entrevista com o chefe da UC revelou outro fato relevante sobre a área. Segundo ele, embora a ZAI tenha sido delimitada durante a elaboração do PM do Parque, ela nunca foi efetivamente implantada e, até o momento da pesquisa, seus limites permaneciam indefinidos. Como consequência, a página do PM que deveria conter o mapa da ZAI (p. 498) está em branco, já que a ausência de uma delimitação efetiva impediu a publicação do mapeamento.

Assim, pode-se dizer que, ao fim e ao cabo, o ParNa Caparaó não contava com uma ZAI efetivamente implementada durante esta investigação, o que explica a limitada atuação do Parque fora dos seus limites territoriais. Essa situação foi observada tanto pelas numerosas intervenções nas proximidades da UC quanto pelas falas de muitos entrevistados locais. Conforme o chefe do ParNa, a atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se restringe principalmente aos limites da UC e de sua ZAI. No entanto, como a ZAI do ParNa Caparaó não foi implementada, a ação do órgão permanece limitada.

Ainda no que tange à elaboração dos mapas, esses subsidiaram parte das análises que foram realizadas pela pesquisa, sendo instrumento complementar a auxiliar nas investigações. Por meio desses, foi possível visualizar com maior acurácia, entre outras coisas, a evolução dos processos de uso e ocupação do solo tanto no interior quanto no entorno do Parque, o que fez dos mapas componentes auxiliares importantes na observação e análise da dinâmica da relação sociedade↔natureza na região no tempo e no espaço, como objetivou a fazer esta pesquisa.

Foram elaborados três mapas de uso e ocupação do solo para o território do ParNa

Caparaó e para a área que supostamente formaria sua ZAI, um para cada década, com a década de 1990 como ponto de partida e 2020 como ano final. Posteriormente, um quarto mapa foi produzido, englobando um período mais curto, de apenas três (3) anos, sendo este referente aos anos de 2021 a 2023, objetivando identificar características que indiquem a manutenção ou a alteração nas formas de uso e ocupação na região do Parque e seu entorno para a próxima década.

Na terceira e última etapa da pesquisa, desenvolveu-se, com o auxílio das informações e dos dados coletados por meio da revisão bibliográfica, das observações realizadas em campo, do mapeamento da área e dos dados coletados com a realização das entrevistas, o texto final, com as considerações sobre as situações estudadas.

A partir das perspectivas oferecidas por essas abordagens, foi possível produzir uma interpretação momentânea da situação vivenciada pelo ParNa Caparaó e seu entorno. Entre as principais constatações que puderam ser verificadas, destacam-se: 1) o afastamento da UC das comunidades do entorno; 2) o papel que a unidade desempenha na economia das comunidades a ele circunvizinhas, especialmente por meio das atividades relacionadas ao turismo; 3) os impactos indiretos da presença do ParNa no território (aumento da procura por lotes e propriedades na região, especulação imobiliária, conflitos indiretos entre moradores nativos e os novos moradores, aumento da pressão sobre os elementos ecológicos locais); 4) a importância dos aspectos ecológicos locais para a economia da região, tendo a unidade um papel relevante ao auxiliar na preservação/conservação dos elementos da ecologia da área; 5) as dificuldades estruturais enfrentadas pela UC, o que impacta na sua atuação sobre o território e possivelmente também na relação entre o parque e as comunidades a ele vizinhas; e 6) os problemas gerados pelo ParNa para parcela dos sujeitos locais, destacando-se o conflito relacionado ao processo de regularização fundiária da UC, além de outros.

Essas e outras situações observadas compõem a dinâmica das relações sociedade↔natureza que caracterizam o ParNa Caparaó e seu entorno no atual período histórico, sendo essa analisada em maior profundidade nos capítulos que se seguem.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DA PESQUISA

2.1 Introdução

Neste capítulo inicial, busca-se realizar a elaboração do arcabouço teórico-metodológico que será empregado para as análises que serão posteriormente realizadas em torno das relações sociedade↔natureza presentes e expressas nas/através das APs e UCs, em geral, e no/através do ParNa Caparaó, em particular. Neste primeiro momento, são discutidas questões relacionadas ao conceito de natureza, de território e de conflitos, conflitualidade e conflitos ambientais, sempre permeadas pelos pressupostos da Ecologia Política (EP), ainda que esta não seja alvo de uma teorização específica neste trabalho.

As discussões são fruto de questionamentos diversos envolvendo as problemáticas e conceitos supracitados, tais como: O que é, afinal de contas, a natureza? É possível defini-la de forma exata e universal? Existe um entendimento único ou mesmo dominante sobre o que ela é/significa? Essa compreensão mudou ao longo do tempo? Se sim, quais foram as principais alterações que ela experimentou? Como os territórios podem ser definidos? Quais são os aspectos que produzem as territorialidades e os territórios? O que são identidades territoriais e como estas se ligam aos territórios e às discussões envolvendo as UCs? As APs produzem territórios e territorialidades? O que são conflitos? O que são conflitos ambientais? Existem elementos básicos que caracterizam um conflito como sendo ambiental? Todo conflito ambiental é igual? Os conflitos ambientais estão sempre em um mesmo nível de intensidade, ou eles podem mudar ao longo do tempo, recuando e/ou avançando em sua dinâmica?

Orientando-se por essas e outras questões, foram realizados levantamentos bibliográficos e feitas leituras de diversos autores que, de algum modo, buscaram refletir sobre esses conceitos, tendo sempre como pano de fundo a dinâmica das relações sociedade↔natureza. Entre os objetivos deste capítulo inicial, busca-se começar a evidenciar que a compreensão de natureza que embasou e que continua a inspirar boa parte do pensamento por trás da criação e da gestão de APs e UCs, especialmente aquelas ditas de “proteção integral”, como é o caso do ParNa Caparaó, não tem nada de natural, no sentido de que a concepção desses espaços é ‘política’ e, como tal, está imbuída de significados, significações, interesses e relações de poder que são manifestados(as) pelos sujeitos e grupos sociais interessados e envolvidos nos processos de criação e funcionamento dessas áreas.

Para além disso, intenta-se deixar claro a forma a partir da qual os conceitos de território, de conflito, de conflitualidade e de conflito ambiental serão empregados nesta tese. De igual modo, se busca evidenciar a partir de qual perspectiva de natureza se fala quando se refere às APs e UCs, bem como às dinâmicas sociedade↔natureza que são estabelecidas por meio dessas estruturas nos territórios onde elas são criadas e colocadas em funcionamento.

O capítulo se inicia com uma abordagem em torno das origens históricas da (suposta) separação entre sociedade e natureza, perpassando, ainda, discussão em torno da complexidade que o próprio conceito de natureza apresenta. Na sequência, aborda-se a ideia de ‘produção da natureza’, que será tomada nesta tese como central para as análises que posteriormente serão realizadas sobre as relações sociedade↔natureza presentes no ParNa Caparaó.

Na seção que segue, discute-se o conceito de território, apresentando algumas formas a partir das quais este pode ser compreendido e explicitando o entendimento que aqui será adotado. Na mesma seção, discute-se também os conceitos de territorialidade e de identidade territorial, tendo em vista a importância dos mesmos para compreensão da própria ideia de território e, mais ainda, dos processos de territorialização e desterritorialização, que são tão presentes no contexto das APs. Propõem-se, ainda nesta seção, a perspectiva do “selo territorial”, como forma de melhor entender algumas situações que se processam no espaço a partir da presença de características específicas que acabam funcionando como definidoras de um determinado território.

Por fim, discute-se os conceitos de conflito, de conflitualidade e de conflito ambiental, tendo em vista o fato de que, entre as características mais marcantes apresentadas pelas APs ao longo de sua história moderna, estão justamente a ocorrência desses fenômenos em diversas formas e intensidades.

Espera-se, com isso, que o leitor possa começar a entender um pouco mais sobre a complexidade que perpassa os processos de inter-relacionamento sociedade↔natureza expressos nas APs.

2.2 A natureza: breve revisão histórica acerca da complexidade, das significações e das mudanças experimentadas pela palavra/conceito

A palavra “natureza” deriva da expressão latina “**Natura**” (Nascentes, 1955) e possui uma diversidade imensa de significados (Smith, 1988). Uma rápida consulta a alguns dicionários ilustra essa situação. No dicionário Aurélio Júnior, por exemplo, “natureza” é

definida como sendo “O Universo e todos os seres que nele vivem”, podendo ser também a “Força ativa que estabeleceu e conserva a ordem natural de tudo quanto existe”, e, ainda, o “Temperamento, índole” de alguém, e, por fim, a “Espécie, qualidade” de algo (Ferreira, 2005, p. 617).

Quando se recorre ao Dicionário de Filosofia, a definição da palavra é dada com base em vários conceitos, havendo alguns pontos em comum entre estes que são utilizados para demarcá-la, destacando-se o princípio do movimento ou substância, a ordem necessária ou ligação causal, a exterioridade em contraposição à interioridade da consciência e o campo de conjugação de determinadas técnicas de investigação (Abbagnano, 2007), o que abre a possibilidade de entendê-la e defini-la de diferentes maneiras, tornando seu emprego, por isso, também muito diversificado. Segundo o autor supracitado, a compreensão da natureza como sendo o princípio da vida e do movimento de todas as coisas que existem é a mais antiga e venerável, condicionando o uso corrente da palavra (ibid.).

Nesse sentido, o conceito de natureza tem, historicamente, sido utilizado para designar diferentes aspectos da vida social e, digamos, “natural”⁵ da dinâmica planetária. Por esse motivo, a definição de natureza talvez seja uma das tarefas mais complexas e, pode-se dizer, até mesmo arriscada que qualquer pesquisador envolvido nas problemáticas referentes às questões de cunho ambiental pode experimentar. Talvez este seja um dos principais fatores que faz com que, no Brasil, o número de publicações que ousam realizar discussões mais aprofundadas e robustas em torno da ideia/conceituação/significação da natureza (palavra/conceito) nos trabalhos da área seja relativamente pequeno. Além disso, é possível que a existência de entendimento de que a ideia/conceito/significado de natureza seja mais ou menos igualitário e apreensível entre/por todos (ou ao menos para/pela maioria das pessoas), também pode condicionar esse baixo volume de análises que se debruçam sobre a conceituação do termo, pois imagina-se que o simples pronunciar da palavra já denotaria uma compreensão relevante e significativa – e até mesmo homogênea e universal – do que se deseja com ela expressar. Isso parece ser um considerável equívoco.

⁵ A complexidade que envolve a palavra e o conceito de natureza, como se busca aqui evidenciar, demanda um breve adendo também sobre o uso da palavra “natural”. O uso dessa palavra nesta tese, em muitos momentos, virá dentro de parênteses (assim como também a palavra/conceito “natureza”). O autor lança mão desse recurso como forma de expressar, entre outras coisas, as ambiguidades e multiplicidades que/a partir das quais essa palavra/conceito acaba apresentando. No caso específico do uso no texto que originou essa breve nota, o emprego da palavra/conceito objetiva fazer referência aos fenômenos, processos e estruturas que, em sua dinâmica de formação e funcionamento, independem da presença e/ou intervenção humana. Em outros momentos do trabalho, porém, a palavra/conceito “natural” (e também “natureza”) poderá ser utilizada para fazer referência às ambiguidades e dubiedades que envolvem tanto ela mesma, quanto a própria ideia/conceito de natureza.

Esse equívoco se evidencia por meio de vários fatores, dentre os quais destacam-se três aqui: 1) o primeiro deles é que a palavra “natureza”, especialmente quando utilizada para dar uma ideia de “selvagem” a algo, na condição, então, de “natureza-selvagem” neste caso, não existe em todas as línguas (Rolston III, 1997). Muitas sociedades não ocidentais, como as indígenas, por exemplo, não possuem uma expressão específica para designar aquilo que, muitas vezes, “natureza” significa, especialmente no imaginário da sociedade capitalista-urbano-industrial (ibid.); 2) por “natureza”, pode-se entender diferentes aspectos da realidade, como uma floresta ou apenas uma única árvore, uma rocha ou uma montanha, uma construção antiga que já foi tomada pela vegetação, ou mesmo um lago, inclusive de uma usina hidroelétrica, uma AP (ou UC), etc. Quer dizer, cada sujeito e grupo social poderá projetar sobre objetos, estruturas e fenômenos diferentes entendimentos do que a natureza é/significa, ocasionando uma diversidade de formas de a ‘significar’; e 3) ao longo da história humana, a ideia de natureza sofreu muitas mudanças, e mesmo diante de um certo entendimento que se buscou e que ainda se busca tornar hegemônico, é possível notar nos tempos hodiernos muitas variações quando se observa com mais cuidado a forma como cada sujeito e grupo social ‘significa’ a natureza em suas relações cotidianas, sempre, é claro, influenciados por interesses diversos, que são, por sua vez, perpassados por relações de poder que podem ser – como geralmente são – muito desiguais.

Corroborando com essa argumentação, Soper (1995, citando Willians, 1980), afirma que a palavra “natureza” é uma das mais complexas presentes na linguagem. De igual forma, autores como Castree e Braun (2001) e Zheng e Yoshino (2003), além de outros, também observam a complexidade da palavra/ideia/conceito de “natureza”, destacando, além disso, que essa/esse pode mudar – como mudou – ao longo do tempo e segundo sujeitos e grupos sociais com culturas diversas (Zheng e Yoshino, 2003). Por consequência disso, ela traz consigo uma multiplicidade de significados e usos, que vão desde aqueles que destinam-se a destacar algum aspecto referente ao comportamento humano – tanto no sentido de justificar certas atitudes como de condenar outras, estando associada, neste caso, com aquelas características que formariam a essência humana –, até àqueles referentes aos eventos e às estruturas que ocorrem no planeta (ou fora dele) e cuja existência/ocorrência não estaria diretamente relacionada com a ação das sociedades.

Nessa perspectiva, por exemplo, Porto-Gonçalves (1989, p. 25) afirma que

Sem que nos apercebamos, usamos em nosso dia a dia uma série de expressões que trazem em seu bojo a concepção de natureza que predomina em nossa sociedade. Chama-se de **burro** ao aluno ou a pessoa que não entende o que se fala ou ensina; de

cachorro ao mau-caráter; de **cavalo** ao indivíduo mal-educado; de **vaca**, **piranha** e **veado** àquele ou àquela que não fez a opção sexual que se considera correta, etc... Juntamos os termos: **burro**, **cachorro**, **cavalo**, **vaca**, **piranha** e **veado** são todos nomes de animais, de seres da natureza [...] (grifos do autor).

Ou seja, associamos à natureza uma miríade de aspectos, situações, estruturas e fenômenos que fazem com que o significado da palavra seja muito abrangente, ambíguo e até mesmo enigmático em certos contextos, não se limitando apenas àquilo que está no reino do não humano, de modo que, muitas vezes, como no exemplo apresentado pelo autor em apreço, é mesmo difícil distinguir o humano do não humano na abordagem da natureza. De igual forma, essa característica marcante da palavra/conceito em questão, leva outros autores a afirmar que “A natureza é, de fato, muito difícil de apreender”⁶ (Swyngedouw, 2011, p. 42).

Nesse ponto, tem-se uma curiosidade – e ao mesmo tempo uma contradição – interessante, pois desde os primórdios da sociedade capitalista, a separação entre o “reino dos homens” e o “dos animais e plantas” sempre foi (e em muitos momentos ainda continua sendo) uma verdadeira obsessão. Ainda assim, as comparações entre aquilo que é tipicamente humano e aquilo que é da “natureza”, mesmo que tendo a finalidade de distinguir os “dois mundos”, acaba gerando uma confusão entre eles. Historicamente, porém, essas estratégias, pode-se dizer, foram capazes de alcançar, ainda que de maneira incompleta, os objetivos para os quais foram elaboradas e empregadas, dentre eles, o de justificar toda sorte de intervenções violentas sobre os não humanos e, em certas ocasiões, até mesmo sobre grupos humanos específicos, que não se encaixavam no estereótipo de sociedade inventada pelos europeus durante a expansão colonial.

Na mesma linha de argumentação, Thomas (1988) apresenta, em várias passagens de seu célebre livro “O homem e o mundo natural”, alguns exemplos das muitas comparações que eram realizadas entre o comportamento humano e o reino animal, o que contribuía para produzir uma suposta distinção entre as sociedades e aquilo que se entendia como sendo a natureza, em um período em que essa dicotomia se consolidava. Mesmo tendo concentrado seus estudos na Inglaterra, o autor faz o esforço de trazer alguns exemplos da relação sociedade↔natureza que estava se estabelecendo em outros países a título de comparação, tais como Itália e França.

No que se refere às analogias entre os comportamentos sociais e o mundo não humano, Thomas tece uma interessante crítica ao afirmar que

No entanto, não havia muita justificação objetiva para o modo pelo qual os animais eram percebidos. “Bêbado como uma cabra”, dizia o provérbio. Mas quem jamais viu

⁶ No original: *La naturaleza es, en efecto, muy difícil de apreender.*

uma cabra bêbada? O homem atribuía aos animais os impulsos da natureza que mais temia em si mesmo – a ferocidade, a gula, a sexualidade – mesmo sendo o homem, e não os animais, quem guerreava a sua própria espécie, comia mais do que devia e era sexualmente ativo durante todo o ano. Foi enquanto um comentário implícito sobre a natureza **humana** que se delineou o conceito de “animalidade” (p. 48, grifos do autor).

Em observação semelhante, Soper (1995) afirma que mesmo intencionando distinguir o humano do não humano, colocando estes últimos como se fossem verdadeiras antíteses dos primeiros, em muitos momentos a humanidade, por meio de suas relações com os animais especialmente, inclinou-se a vê-los como espelhos de si mesma, estendendo ao mundo dos animais não humanos características referentes às próprias sociedades, como no exemplo já trazido acima por Thomas e, um pouco antes, também por Porto-Gonçalves. Pode-se afirmar, então, que “Os animais medeiam nossas relações com o mundo e uns com os outros de maneiras muito variadas. [...] Eles simbolizam tudo o que é mais sagrado e tudo o que é mais insultado”⁷ (ibid., p. 82).

Pelo que se pode depreender, então, muitos conceitos sociais acabavam sendo refletidos e encarnados a partir de um entendimento de natureza que se desejava separada da sociedade, mesmo que essa separação fosse, como se nota, nenhum pouco precisa em boa parte das vezes, a não ser talvez a partir de um nível de alienação significativo, como, infelizmente, parece ser também o caso em que se encontra atualmente boa parte das sociedades planetárias, e que, por isso mesmo, acaba sendo convencida de que essa dicotomia sociedade-natureza é real e plenamente possível. Porém, uma análise mais cuidadosa é capaz de demonstrar que essa separação ocorre muito mais no campo do discurso do que na realidade vivenciada e experimentada pelas pessoas na sua vivência cotidiana, ainda que, é importante destacar, esse divórcio mais imaginário que material tenha implicações significativas sobre o planeta e sobre todas as espécies que nele habitam, inclusive, é claro, os próprios seres humanos.

Mas, de onde vem então essa tentativa de separar o humano do não humano? A convivência entre o “reino dos homens” e o “reino dos animais” sempre foi pautada pela divisão, como se fossem as sociedades verdadeiras alienígenas em relação às demais espécies, estruturas e fenômenos que compõem a dinâmica planetária? Na verdade, essa separação remonta, como bem demonstra, entre outros, Porto-Gonçalves (1989), ainda à Grécia e Roma clássicas, mais especificamente ao período socrático ou antropológico (século V ao IV a. C.).

Assim, “É com Platão e Aristóteles que se começa a assistir um certo desprezo ‘pelas pedras e pelas plantas’ e a um privilegiamento do homem e da ideia” (ibid., p. 31). Até então,

⁷ No original: *Animals mediate our relations to the world and each other in an immense variety of ways. [...] They symbolize everything that is most hallowed and most reviled.*

o conceito de natureza que havia sido produzido pelos pensadores da época era significativamente diferente, pois envolvia um entendimento mais abrangente, que abarcava, inclusive, os próprios deuses daquele período, como ilustrado na frase atribuída a Tales: “tudo está cheio de deuses” (Citado por Gerd Bornheim, apud Porto-Gonçalves, 1989, p. 29). Tinha-se, dessa maneira, uma natureza ‘sacralizada’, bem como, pode-se dizer, ‘integrada’ e ‘integrante’ pelas/das sociedades, entendimento este que, em essência, talvez não fosse muito diferente daquele manifestado por muitas das populações indígenas originárias da América e de outros continentes.

Papel importante no processo de (suposta) separação entre sociedade e natureza foi desempenhado pela religião judaico-cristã, especialmente durante a Idade Média. Por conseguinte,

[...] Os cristãos vão afirmar decididamente que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. Note bem: o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus (Deus aqui aparece com letra maiúscula não como para os pré-socráticos). O homem é, assim, dotado de um privilégio. Com o cristianismo no Ocidente, Deus sobe aos céus e, de fora, passa a agir sobre o mundo imperfeito do dia a dia dos mortais. [...] Enfim, com o cristianismo, os deuses já não habitam mais esse mundo, como na concepção dos pré-socráticos (ibid., p. 32).

Logo,

A idade média é marcada pela leitura do mundo a partir de aspectos religiosos. Mas novas rupturas e novas concepções de natureza também são construídas. E cada vez fica mais forte a “transição” para uma ideia de natureza, como um ser inteiramente exterior, feito de partes exteriores, exterior ao homem e a si mesmo, como puro objeto. A ideia de infinito, devido à tradição judaico-cristã continua, mas a partir desse momento, a natureza desdobra-se em um **naturante** e um **naturado**. É então em Deus (**naturante**) que se refugia tudo o que podia ser interior à natureza. O **naturado** torna-se produto, pura exterioridade (Corrêa e Castro, 2015, p. 4, grifos das autoras).

Ou seja, o mundo não humano deixa de ser habitado por deus (ou por muitos deuses), o que retira desse mundo, dessa “natureza”, o seu caráter sagrado. Tem-se, assim, a continuidade do processo de “dessacralização da natureza” (Porto-Gonçalves, 1989), ou, nos dizeres de Moscovici (2007), de “desencantamento do mundo”, iniciado no período socrático, aprofundada na Idade Média e que se concretizará na Idade Moderna e no período contemporâneo, com o advento da ciência ocidental, dita moderna, e com o industrialismo.

Nesse novo momento histórico, René Descartes (1973) se destaca como um dos principais responsáveis pela consolidação dessa cisão entre sociedade e natureza. É com ele que a separação entre espírito e matéria, sujeito e objeto, iniciada com os socráticos e intensificada

na Idade Média, especialmente pelos ensinamentos cristãos, vai se consolidar, constituindo-se como o cerne do pensamento moderno e contemporâneo (Porto-Gonçalves, 1989). Em sua obra “Discurso sobre o método”, Descartes institui um olhar sobre o mundo não humano, entendido como sendo a “natureza”, que o toma como fonte de recursos necessários e úteis para a vida “dos homens”, tendo as sociedades (mas não qualquer sociedade, e sim aquela ocidental, branca, europeia e masculina, é sempre importante lembrar), para concretizar essa dimensão da “natureza”, que se tornar “como que senhores e possuidores” da mesma (ibid.).

Com a dessacralização da natureza,

O antropocentrismo consagrar a capacidade humana de dominar a natureza. Essa, dessacralizada já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida, tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média. É a natureza-morta, por isso pode ser esquartejada (ibid., p. 34).

Assim, pode-se afirmar que “O controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado dos primeiros cientistas modernos” (Thomas, 1988, p. 34).

Note-se bem: é a ideia/conceito de natureza que vai sendo alterada(o) à medida que os interesses sociais (especialmente de alguns sujeitos e grupos específicos) vão sendo, também eles, modificados, juntamente com as transformações econômicas que se processam na esteira do surgimento e desenvolvimento de variados sistemas socioeconômicos e culturais ao longo da história. Isso quer dizer, então, que a natureza (sua conceituação e significação) sempre desempenhou importante papel na dinâmica das sociedades, mesmo quando dela se desejava que estas fossem “separadas”. Não se pode negar, assim, que a própria definição do que a natureza é ou deveria ser jamais se caracterizou enquanto uma estratégia ingênua, vazia de intencionalidades, ou mesmo imbuída de pureza e bondade, como muitas vezes se desejou transparecer, entre outros, nos processos da aplicação da definição de natureza nas APs (e UCs), mas, pelo contrário, sempre carregou – e continua carregando – propósitos associados àqueles e àquelas que buscavam (e buscam) impor uma ideia/significação desta sobre outras conceituações que dela eram (e continuam a ser) produzidas.

Sobre essa característica, em especial, encontramos novamente em Thomas (1988, p. 49) outros indícios de como a ideia de natureza era modelada para legitimar formas de intervenção humana sobre o meio que, de outra maneira, poderiam ser julgadas como inapropriadas ou até mesmo violentas. Assim,

Ao traçar uma sólida linha divisória entre o homem e os animais, o principal propósito dos pensadores do início do período moderno era justificar a caça, a domesticação, o

hábito de comer carne, a vivissecção [...] e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores. Mas essa insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve consequências importantes para as relações entre os homens. Com efeito, se a essência da humanidade era definida como consistindo em alguma qualidade específica, seguia-se então que qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano ou semi-animal.

Tudo isso era, mais do que uma procura por explicações sobre as diferenças entre a espécie humana e as demais, uma forma de justificação para os “novos” modos de apropriação e uso da “natureza” e de seus elementos, tidos, agora assim, como recursos, pois passam a ser vistos, essencialmente, apenas como elementos que podem ser utilizados para a expansão econômica e a geração de riqueza financeira. Além disso, essa forma de significar a natureza também se caracterizou enquanto uma busca de pretextos que pudessem fomentar os processos de dominação tanto da própria “natureza” como de outros grupos sociais, cujos comportamentos, modos de vida e de relacionamento com o meio, ou seja, cuja a cultura, não se encaixava no padrão cultural estabelecido como “superior” e, por isso, tornado modelo para as demais.

Mesmo nos tempos hodiernos é possível evidenciar como esse discurso, em parte, não foi totalmente superado. Pelo contrário, em algumas situações ele parece mesmo ter sido aprofundado e “modernizado”, adquirindo nova roupagem, como, por exemplo, por meio de formas de defesa da degradação ambiental e das mazelas enfrentadas por grupos sociais específicos, muitas vezes legitimadas através da pregação do “desenvolvimento” (ou melhor seria dizer “des-envolvimento”, como brilhantemente nos ensina Porto-Gonçalves, 2006?). De igual forma, como infelizmente foi possível observar no Brasil nos últimos anos, onde o governo central do período 2019-2022 com certa frequência se referia às populações indígenas e seus modos de vida como se fossem inferiores ao restante da sociedade, “atrasados”, na expressão mais corrente, afirmando sempre uma suposta necessidade de integração desses grupos ao restante da população brasileira, claro, tendo como base não a cultura desses povos originários, mas sim a capitalista-urbano-industrial, dominante no país.

Igualmente, é possível notar a presença desse tipo de discurso quando se observam falas fazendo referência a um suposto atraso que o modo de vida de grupos como o dos seringueiros, dos vazanteiros, dos geraizeiros, dos quilombolas, entre vários outros, apresentariam. Essas falas são evidenciadas especialmente quando da realização de projetos nos moldes da sociedade capitalista-urbano-industrial que acabam invadindo os territórios desses coletivos, ditos tradicionais, o que geralmente produz movimentos de resistência por parte desses sujeitos, ocasionando conflitos, fazendo com que esse tipo de argumentação venha à tona com ainda

mais força. Ou seja, guardadas as devidas proporções, não estaríamos tão distantes assim das argumentações que, no passado, pretenderam fundamentar toda sorte de atrocidades cometidas pela espécie humana contra o meio “natural”, bem como de algumas sociedades contra muitas outras.

É digno de nota, ainda, que todos esses discursos, tanto no passado quanto no presente, muitas vezes carregam a aura da naturalidade, no sentido de que intentam amparar sua argumentação a imbuindo da roupagem do natural, que, neste caso, assume a condição de essência humana e/ou planetária. Exemplos são aqueles que justificam a desigualdade e a competição como “naturais”, ou seja, como sendo situações que também ocorrem no meio não humano, “natural”, neste caso, e como fazendo parte do próprio espírito humano, da sua “natureza”. Tudo isso demonstra, com bastante vigor, o quão complexa é a ideia/conceito de natureza e como esta/este historicamente foi e continua sendo mobilizada(o) com objetivos diversos, indo além do “simples” fato de distinguir o humano do não humano.

Nesse sentido, tanto a Idade Moderna como o período contemporâneo foram responsáveis por mudanças significativas na representação de natureza, como já se começou a destacar nos parágrafos anteriores. Essas transformações tiveram profundo impacto e exerceram influência relevante na maneira como, atualmente, a natureza é entendida, apropriada e usada pelas variadas populações que compõem a sociedade global, mas especialmente a capitalista-urbano-industrial, projetando-se, inclusive, sobre o estabelecimento de APs, tema central desta tese.

Dessa forma, retomando o papel de Descartes (1973), Oliveira (2002, p. 126) observa que

[...] essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se completa, passando a fazer parte do pensamento moderno e contemporâneo. A filosofia cartesiana atribuiu ao conhecimento um caráter pragmático e este conhecimento “vê a natureza como um recurso”.

Essa “natureza como recurso” perde, assim, para boa parte do imaginário social da época, duas de suas características talvez mais importantes até então: a de habitat do sagrado, como já mencionado, e a de *locus* de toda sorte de perigos e mitos. E, ao passo que perde essas duas condições, adquire esse novo caráter, passando a ser entendida fundamentalmente como provedora de recursos para o bem social (mas não de qualquer sociedade, como já destacado acima), sendo apropriada, usada e explorada de modos significativamente diversos muitas vezes daqueles que, até pouco tempo antes, eram dela realizados.

Com o advento do iluminismo e, logo em seguida, com o início do processo de industrialização e a continuidade de expansão capitalista, cristaliza-se o entendimento de natureza como sendo tudo aquilo que não pertence à dinâmica social. A natureza torna-se, então, uma externalidade frente às sociedades (Smith, 1988). Entre muitos que tiveram relevante papel durante essa etapa, Corrêa e Castro (2015) ressaltam Immanuel Kant. Segunda as autoras em apreço, o filósofo, “Influenciado pelas ideias iluministas atribui ao homem o sujeito detentor do SER e, conseqüentemente, uma nova filosofia da natureza também inicia” (ibid., p. 5-6). Nessa perspectiva, “A representação humana torna-se sinônimo de Ser, ou seja, só o homem é SUJEITO” (ibid., p. 6).

Estando posto, então, esse novo entendimento,

Há definitivamente uma ruptura com o sagrado, pois a natureza não é construída por Deus, mas pela razão humana. Tais conclusões foram significativas e simbólicas para legitimar todos os processos posteriores. Processos de intensa exploração da natureza através da industrialização que chega junto com a modernidade prometida pelos iluministas (Corrêa e Castro, 2015, p. 6).

Não se pode deixar de notar, mais uma vez, a estreita relação existente entre as formas como a natureza passava a ser entendida e significada e os modos como as relações entre esta e as sociedades também acabavam sendo transformadas. Pode-se asseverar, assim, que jamais existiu natureza sem que houvesse projeções sociais sobre seus significados. Portanto, parece de fato ser uma contradição ou equívoco a ideia de natureza como sendo algo externo à sociedade, tomando a forma, nesse pensamento, de tudo aquilo que a distingue da dinâmica social. Pelo contrário, o que se observa nessa situação é que esta é fruto, na verdade, das próprias mudanças socioeconômicas e culturais experimentadas pela sociedade ocidental, onde modificar o entendimento de natureza foi condição fundamental para a própria expansão da influência dessa sociedade e do sistema econômico por ela produzido pela totalidade do planeta.

Assim, ao se chegar no século XIX, a ciência e a técnica assumem uma posição de centralidade na vida da sociedade capitalista-urbano-industrial, de modo que

A natureza, cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado, é agora subdividida em Física, Química, Biologia. O homem em Economia, Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, etc. Qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada torna-se agora mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento (Porto-Gonçalves, 1989, p. 34).

A influência desses pressupostos foi tão significativa que, ainda hoje, muito da ciência e da própria relação sociedade↔natureza – que, nessa visão dicotômica, assume a condição de

relação “sociedade-natureza” ou, muitas vezes ainda pior, como “sociedade X natureza” – está embebida de toda essa lógica do divórcio entre o que, nesta situação, são entendidos como “dois mundos” diferentes.

Essa perspectiva, inclusive, estava impregnada na própria concepção de natureza daqueles que passaram, a partir de um certo momento, a questionar as ações da sociedade ocidental capitalista-urbano-industrial sobre o meio, questionamentos esses que, posteriormente, estiveram na base dos movimentos que deram origem às APs modernas, como será evidenciado mais adiante. Ainda que – e é importante frisar este aspecto – essas indagações tenham sido relevantes para fomentar reflexões em torno de outras possibilidades de relacionamento com a “natureza”, pautadas em visões que buscavam estabelecer com o meio formas de interação que fossem menos degradantes, especialmente em comparação com o modelo exploratório – e degradante – do capitalismo industrial contemporâneo, esses entendimentos não rompiam com a essência do pensamento ocidental sobre a natureza: ou seja, aquele que a tomava como uma externalidade frente às sociedades.

Atualmente, com a expansão do capitalismo por todo planeta, tendo esse sistema de organização socioeconômica e cultural se tornado dominante, pode-se afirmar que, em essência, a ideia de natureza enquanto uma externalidade diante das sociedades, ainda que o emprego da palavra/conceito varie muito em seu sentido, como mostraram Smith (1988), Porto-Gonçalves (1989), Soper (1995), Demerit (2002), Morton (2007), Swyngedouw (2011), entre outros, tornou-se preponderante frente a outros entendimentos, mesmo para aqueles e aquelas que defendem modelos de intervenção sobre o meio que sejam menos impactantes e até entre aqueles e aquelas que argumentam em favor da ausência total de interação social com aquilo que entendem ser a natureza. No cerne de todos esses argumentos, tem-se a natureza tomada como externalidade, algo não humano, antítese de tudo que se refere ao social, compreensão essa que, para alguns estudiosos da questão (Smith, 1988; Porto-Gonçalves, 1989; Morton, 2007; Swyngedouw, 2011; Leff, 2012; Souza, 2019), está na base dos processos de degradação em curso no planeta. Esse entendimento é também aquele que se adota neste trabalho. Daí a necessidade de se teorizar em torno da compreensão da relação sociedade↔natureza da qual esta tese se apropria, onde a primeira não é vista ‘apenas’ como um fator externo às sociedades, mas, ‘mais que isso’, como ‘também’ sendo ‘produzida’ por esta e ‘produzindo-a’, numa relação que é ‘sempre’ dialética.

2.3 Visões de mundo – produção de naturezas

Como se buscou evidenciar na primeira parte deste capítulo, a ideia/conceito de natureza é muito complexa(o). Tendo passado por importantes mudanças ao longo da história, foi e continua a ser empregada(o) com diferentes finalidades, sempre permeando os processos de inter-relacionamento das sociedades com seu meio na produção do espaço. Diante dessa situação, pode-se afirmar que a natureza, nos mais diferentes sentidos a partir dos quais a palavra/conceito é utilizada(o),

[...] carrega uma carga simbólica imensamente complexa e contraditória; é objeto de ideologias muito divergentes; e tem sido representada em uma enorme variedade de formas diferentes. Nos últimos tempos, passou a ocupar um lugar central na agenda política como resultado da crise ecológica, onde **figura como um conceito geral através do qual somos levados a repensar nosso uso atual dos recursos, nossas relações com outras formas de vida e nosso lugar e responsabilidades dentro do ecossistema**⁸ (Soper, 1995, p. 2, tradução e grifos nossos).

Logo, pode-se dizer que nas últimas cinco décadas, especialmente, a ideia que a sociedade capitalista-urbano-industrial, agora tornada global – ainda que muito diversificado em seu modo de pensar e contando também com a existência e resistência de outros grupos que não reproduzem a mesma forma de ver o mundo e nele atuar, é sempre importante lembrar –, tem elaborado sobre a natureza novamente passou por mudanças. Assim como há alguns séculos atrás, as transformações socioeconômicas e culturais experimentadas em nível planetário pela continuidade do avanço do modo de produção e consumo capitalista, produziram novos impactos sobre o meio – sendo muitos desses agora em nível global – e, ao mesmo tempo, intensificaram outros que já vinham se fazendo, especialmente com o início da Primeira Revolução Industrial por volta de 1750.

Entre essas transformações, destaca-se o fato de a “natureza” ter assumido uma posição central em discussões globais sobre as formas de intervenção das sociedades no “meio ambiente”. Em geral, esse termo é utilizado para referir-se tanto aos “ambientes não humanos” – espaços considerados “naturais” – quanto ao espaço habitado por indivíduos, entendido como o meio que os cerca. No entanto, mesmo nessa última acepção, a dicotomia entre sociedade e natureza persiste, pois os fenômenos, objetos e estruturas “naturais” continuam a ser separados

⁸ No original: [...] carries an immensely complex and contradictory symbolic load; it is the subject of very contrary ideologies; and it has been represented in an enormous variety of differing ways. In recent times, it has come to occupy a central place on the political agenda as a result of ecological crisis where it figures as a general concept through which we are asked to re-think our current use of resources, our relations to other forms of life, and our place within, and responsibilities towards the ecosystem.

dos sociais. Essa visão ignora as interconexões essenciais entre ambos, sem as quais o que se entende por "natural" ou "social" não existiria da mesma forma.

Neste trabalho não se corrobora com essa interpretação acerca do “meio ambiente”. Concordando-se, assim, com os apontamentos de Souza (2019, p. 36), que afirma que

A partir do momento em que transcendemos a visão limitante que tende a reduzi-lo [o ambiente] a um ‘meio ambiente’, ou seja, via de regra à **natureza não humana** (litosfera, atmosfera, biosfera, hidrosfera e criosfera, ainda que às vezes fazendo-se menção à ‘tecnosfera’ como um mero apêndice e de modo superficial), **o ambiente passa a revestir-se de uma considerável complexidade** (grifos nossos).

Pois,

Ao deixarmos de ignorar a sociedade ou tratá-la como um simples fator adicional despedido de maior interesse [...], entendendo o ambiente terrestre enquanto a Terra como morada humana, ele deixa de ser apenas uma maneira de se qualificar o espaço geográfico para, com efeito, se tornar algo tão abrangente quanto ele – ou até mesmo mais...

Essa forma de compreender o ambiente ainda se mostra relevante, pois, no contexto histórico atual, ele foi apropriado por diversas instituições e esferas de poder, “[...] estabelecendo assim uma relação de dominação sobre o próprio conceito de ambiente e também [sobre] o conceito de natureza” (Cattaneo, 2004, p. 15). Logo, ao se estabelecer uma compreensão que busque superar a lógica geral hegemônica, acredita-se ser possível enxergar com maior clareza as várias disputas que se processam em torno desses conceitos (ambiente e natureza), revelando os interesses por trás dos diversos “discursos ambientais”, bem como as injustiças impostas sobre determinados grupos como consequência do favorecimento a outros. Assim, nessa perspectiva, o ambiente “[...] emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais” (Leff, 2012, p. 17).

É importante ressaltar, também, que mesmo diante das disputas e dos discursos em andamento, o contexto em que se estabelece uma maior preocupação com a “natureza” não é um fenômeno novo, que surgiu apenas nos últimos cinquenta anos. Na verdade, já no século XVIII e, mais especialmente, a partir do século XIX, com a intensificação do processo de industrialização e, por consequência, das modificações por ele induzidas, é possível observar o aparecimento de questionamentos e de movimentos que indagavam sobre os modos como vinham se dando as intervenções humanas sobre o meio, sendo alguns desses responsáveis diretos pelo surgimento da ideia de criação de APs nos moldes modernos. Porém, existe

consenso no mundo acadêmico acerca da centralidade que os debates ambientais adquiriram em décadas recentes, havendo concordância em torno dos anos de 1960/1970 como sendo aqueles em que o movimento ambiental se torna, de fato, relevante no mundo (Bernardes e Ferreira, 2003; Leff, 2012).

Nesse contexto, quando observamos o emprego da ideia de natureza no período hodierno, tendo como plano de fundo a problemática ambiental, esse geralmente se dá como uma forma de distinguir aquilo que seria específico da dinâmica natural do planeta e de seus ecossistemas daquilo que é típico do desenvolvimento das sociedades, compondo, assim, uma oposição entre cultura e natureza, ou, como mais frequentemente é referida, entre sociedade e natureza, encaixando-se, nesse caso, na acepção que mais comumente é aferida à ideia de natureza, como já foi discutido anteriormente.

Logo, mesmo diante de mudanças importantes que a abordagem da natureza experimentou nas últimas décadas, estas não foram suficientes para vencer a dicotomia sociedade/natureza construída ao longo de vários séculos, de modo que a primeira ainda hoje continua sendo tomada como uma externalidade frente à segunda (Smith, 1988). Tal fato dificulta a superação dos problemas oriundos do modelo de relação sociedade↔natureza que foi tornado dominante através do capitalismo e que tem sido alvo de preocupações significativas, especialmente com a eclosão da crise ambiental em décadas recentes.

Vale destacar, entretanto, que essa compreensão de natureza, partindo da perspectiva que a toma como uma externalidade, ainda que dominante no imaginário coletivo atualmente, não é a única. Na verdade, é apenas uma dentre diversas outras formas de se entender a mesma que foram e continuam sendo forjadas no seio das variadas sociedades que historicamente se desenvolveram sobre as diferentes áreas do planeta.

No que se refere à conceituação dominante, no entanto, um dos principais resultados dessa visão geral em torno do que seria a natureza tem sido a desconsideração, em boa parte das vezes, do papel desempenhado pelas sociedades sobre aquilo que se entende nesta tese, juntamente com Smith (1988), Porto-Gonçalves (1989), Moscovici (2007) e Souza (2019), entre outros, como sendo a ‘produção da natureza’ e a ‘natureza produzida’. Como consequência disso, manifesta-se, em diversos momentos, uma grande dificuldade por parte de muitos estudiosos da questão ambiental (e no seio da própria sociedade como um todo) para entender parcelas significativas das implicações que estão associadas às formas a partir das quais se realiza a apropriação e o uso/exploração da “natureza” pelos diversos sujeitos e grupos sociais, que têm como plano de fundo as múltiplas visões de mundo – e de natureza – que possuem e projetam no/sobre/através do ambiente. Como reflexo dessa situação, tem-se uma

enorme dificuldade em propor alternativas e caminhos que possam contribuir para superar os múltiplos e graves problemas que atingem as sociedades atuais, estando estes colocados, inclusive, como ameaças capazes de impossibilitar a continuidade da manutenção da vida no planeta em um futuro não muito distante.

A ideia de produção da natureza é significativa neste trabalho, pois "[...] pode nos ajudar a reconhecer o poder dos humanos de moldar a natureza, tanto por meio de nossos conceitos quanto por meio das práticas materiais que levam e resultam dessas formas de construir [ou produzir] a natureza" (Demeritt, 2002, p. 785, tradução nossa). No contexto desta tese, é particularmente importante compreender a produção de uma representação de natureza que demanda proteção. Essa visão reflete a separação cognitiva moderna entre "homem" e "natureza", gerando a ideia de conservar a natureza "intocada" e justificando a criação de Unidades de Conservação (UCs). No entanto, é crucial reconhecer que nem toda ação humana é destrutiva; há práticas sustentáveis, como as de povos indígenas e populações tradicionais, que convivem com a natureza de forma regenerativa. O conflito central reside na uniformização das representações, que tratam de forma igual práticas destrutivas e sustentáveis, resultando também em uma forma de "monoculturalização" da natureza.

Nesse sentido, concorda-se com Porto-Gonçalves (1989, p. 23) quando esse afirma que "o conceito de natureza não é natural", pois 'é fruto das construções sócio-históricas e culturais' que são produzidas a partir das relações sociedade↔natureza, 'sempre' numa perspectiva dialética de reciprocidade, onde ao mesmo tempo em que a primeira interfere sobre o meio, esse também influi no comportamento dessa. De igual forma, à medida que o ambiente vai sendo apropriado, (re)transformado e (re)configurado, novas formas de relacionamento sociedade↔natureza surgem, numa espiral praticamente infinita que se renova a cada novo momento, onde as relações se retroalimentam uma à outra, dando origem a processos interligados de produção de novos espaços e novas naturezas, bem como de simbologias e representações outras que são feitas desses.

Afinal,

As ideias (valores, noções, conceitos, mitos...) [...] são socialmente construídas, e assim a realidade social, natureza aí incluída (**enquanto "natureza-para-a-sociedade"**, ou seja, a natureza tal como percebida pelos seres humanos e com cujos elementos eles interagem) é, sempre, fruto de um processo mediado pela cultura e pela história (Souza, 2019, p. 41, grifos do autor).

Essa compreensão contraria sobremaneira aquela dominante no imaginário social e científico (inclusive dentro da própria ciência geográfica), que, como se viu, toma a natureza

como um “algo dado”, um *a priori* que existe antes da intervenção/apropriação social, o que, por conseguinte, leva a não se conceber “[...] que a relação homem-meio consiste mais apropriadamente, na atual conjuntura, em uma relação de *produção social da natureza* e, em última análise, de produção do espaço geográfico” (Lima, 2015, p. 110, grifos nossos). Como consequência, a forma dominante de entender a relação sociedade↔natureza “[...] implica, na maior parte dessas leituras, em não compreender a produção do espaço, nas suas mais variadas formas de manifestações, como a expressão histórico-material e geográfica de relações sociais motivadoras da própria crise ambiental” (ibid., p. 110).

Ou seja, a ausência de uma compreensão da natureza ‘também’ como uma produção social, impossibilita a boa parte da sociedade contemporânea, ao que parece, assimilar a própria crise ambiental em curso. Isso ocorre, pois sendo esta crise oriunda do modelo de relacionamento sociedade↔natureza que foi tornado dominante nos últimos cinco séculos, ao abrir-se mão de inserir a natureza na sociedade – nesse caso, a capitalista-urbano-industrial, vale ressaltar – e essa na primeira, tomando uma delas como sendo uma externalidade frente à outra, acaba-se limitando ou até mesmo impossibilitando o entendimento das nuances por trás da problemática ambiental. Isso acontece pelo simples fato de que, entre outras coisas, deixa-se de discutir (ou discute-se apenas superficialmente) justamente a condição de centralidade que o modelo social que foi alçado à posição de hegemônico ocupa em toda essa problemática, concentrando-se em aspectos específicos, como, por exemplo, a preservação de certas áreas da superfície da Terra através da criação de APs, enquanto muitas outras acabam permanecendo “desprotegidas”, porque, dentre outros fatores, podem não possuir os mesmos atributos estéticos que aquelas escolhidas para proteção.

Esse discurso, que retira o papel social da produção da natureza, é bem representado, entre outras, pela ideia de “fator antrópico”, como sagazmente nos lembra Lima (2015). Nessa perspectiva, “[...] negligencia-se todo o processo histórico em que o homem, através das condições materiais de existência (incluindo o desenvolvimento da técnica), subjugaria paulatinamente os interditos da natureza ao passo em que produz espaço geográfico” (ibid., p. 110). De igual forma, ao se reduzir toda dialética da relação sociedade↔natureza ao ideário do “fator antrópico”, perde-se de vista as muitas desigualdades que perpassam essas relações, destacando-se aquelas relacionadas às condições político-materiais que cada sujeito e grupo social têm de interferir e influenciar nas formas como os componentes ambientais são definidos, acessados e utilizados/explorados.

Portanto, nessa perspectiva, todos são tomados em pé de igualdade – desde as populações indígenas que ainda vivem isoladas em rincões amazônicos, por exemplo, até

grandes executivos de empresas transnacionais. Assim, termina-se por olvidar as gradações sociais e econômicas que demarcam tão profundamente a sociedade capitalista-urbano-industrial e que, por consequência, levam certos grupos a produzir impactos sobre o planeta muito maiores do que outros.

Atualmente, inclusive, o nível de transformação gerado sobre o ecúmeno pelas ações e intervenções humanas é tamanho que vem se aventando, já há algum tempo, a própria perspectiva de que estaria a Terra vivenciando uma nova época do ponto de vista geológico, sendo esta denominada de “Antropoceno” (Crutzen e Stoermer, 2000). Essa nomenclatura faz alusão justamente às inúmeras mudanças significativas vivenciadas pelo planeta como consequência da presença da espécie humana sobre ele. Na visão daqueles que defendem essa ideia, “As atividades socioeconômicas na Terra cresceram de modo significativo ao longo dos últimos 200 anos [...] e hoje estão sendo comparadas às forças geofísicas que dão forma a nosso planeta” (Artaxo, 2014, p. 16).

Como argumentam Lewis e Maslin (2015), apesar de recente, tomando como referência a idade geológica do planeta, a atividade humana sobre a Terra tem sido profunda, mesmo no ambiente global. Talvez o maior exemplo disso sejam as mudanças climáticas contemporâneas, que vêm sendo associadas fundamentalmente a essas atividades. As intervenções humanas, inclusive, são hoje possivelmente a causa preponderante da maioria das alterações ambientais atuais, de maneira que é muito provável que, no futuro, estas possam também ser observadas no registro geológico estratigráfico por milhões de anos (ibid.), assim como já acontece com outros eventos do passado que marcaram o fim de uma época e o início de outra.

Entretanto, mesmo reconhecendo acertadamente a capacidade humana de intervenção sobre o planeta e, conseqüentemente, de alteração de suas configurações, a ponto de se propor a reflexão sobre o início de uma nova época geológica, a perspectiva em questão parece fazê-lo ainda sob um ponto de vista que continua não sendo capaz de perceber, de um modo mais profundo, toda a complexidade envolvida nos processos vigentes de inter-relacionamento sociedade↔natureza. Isso pode ser evidenciado, mais uma vez, ao se notar que as populações humanas são tomadas, nessa ótica, como homogêneas em suas formas de perceber, significar, se apropriar e usar/explorar o ambiente, entendido genericamente nesse enfoque como sendo a “natureza”. Isso provoca repetições de diagnósticos pouco claros e até mesmo tendenciosos, levando a percepções do tipo das que colocam o crescimento populacional como sendo um fator de maior relevância para os processos de alteração e degradação ambiental em curso em comparação com questões de ordem econômica e aquelas relativas ao modo de vida dominante nas sociedades atuais, como parece ser a visão de Cartaxo (2015).

É importante destacar, ainda, que parece ser mesmo razoável falar em uma nova era geológica (Lewis e Maslin, 2015), tendo como fator de mudança a presença e as ações humanas sobre a Terra, especialmente a partir dos avanços significativos na ciência e nas formas de intervenção sobre o ecúmeno e até além dele. Porém, os processos de produção da natureza, em torno dos quais se advoga nesta tese, não podem ser resumidos apenas a essa possível nova época, sendo, como bem demonstram, entre outros, Smith (1988), Porto-Gonçalves (1989), Moscovici (2007), Santos, M. (2008a; 2008b; 2012) e Souza (2013; 2019), muito anteriores a essas formas de intervenção, digamos, mais intensas e poderosas que têm sido produzidas nos últimos cinco séculos, especialmente após o início das chamadas Revoluções Industriais.

Assim, quando se visualiza natureza e sociedade não como esferas separadas, mas como ‘também’ sendo uma produto da outra e vice-versa, o quadro que se desenha, entende-se, pode se tornar mais nítido. Isso porque, entre outras situações, abre-se a possibilidade de, por um lado, apreender as múltiplas causas da crise ambiental, e, por outro, propor alternativas para sua superação que, de fato, possam ser capazes de gerar mudanças significativas, indo além daquelas proposições que, até aqui, vêm sendo apresentadas e que, como tem sido possível evidenciar, não se mostram suficientes para produzir transformações relevantes que impeçam a continuidade da degradação ambiental planetária – cujas consequências e impactos já vêm sendo sentidas(os) por muitos sujeitos e grupos sociais mundo afora de maneira bastante desigual –, bem como evitar os cenários ainda mais dramáticos que são desenhados para o futuro próximo.

Diante desse quadro, é importante ressaltar que “O problema da destruição da natureza tem que ser localizado no nível das relações específicas de produção e consumo e não pode ser atribuído a algum conjunto generalizado de atributos ou atitudes humanas”⁹ (Soper 1995, p. 13, tradução nossa). Esse entendimento corrobora com a análise realizada acima acerca das desigualdades que perpassam a definição, o acesso e o uso/exploração da “natureza” e, a partir da perspectiva aqui adotada, pode-se dizer, da sua ‘produção’.

Novamente, é importante notar que, como consequência da aceção que é dada mais comumente à ideia de natureza, em muitos momentos têm-se uma verdadeira ausência de ação no que se refere principalmente às posturas que deveriam ser adotadas para mitigar ou, preferencialmente, eliminar os problemas e os riscos advindos das formas predominantes de relação sociedade↔natureza que foram sendo construídas ao longo da história pelo modo capitalista-urbano-industrial de produção e consumo. Evidencia-se nesse contexto, por

⁹ No original: *The problem of the destruction of nature has to be located at the level of specific relations of production and consumption and cannot be attributed to some generalized set of human attributes or attitudes.*

exemplo, a dificuldade de se chegar a acordos em diferentes escalas (da local à global) referentes às estratégias e posturas que deveriam ser postas em movimento a fim de criar condições para que o tão propagado desenvolvimento sustentável possa realmente ocorrer, mesmo tendo sido essa ideia apropriada fortemente pela própria lógica do capital. Ou seja, mesmo sendo uma alternativa que foi abraçada e ressignificada pelo sistema a partir de suas leis, ainda assim são notórias as adversidades para que muitas das soluções pensadas dentro do escopo do desenvolvimento sustentável possam ser colocadas em prática.

Talvez o maior exemplo disso – e que está ligado àquele que possivelmente representa, no bojo da crise ambiental contemporânea, o mais grave de todos os problemas, que é o aquecimento global – seja a questão climática. Já faz algumas décadas que muitos debates em torno dessa problemática vêm se desenvolvendo, quase sempre tendo como pano de fundo as leis e mecanismos de funcionamento do mercado. Porém, pode-se afirmar que pouquíssimos foram os avanços reais que foram produzidos por essas discussões.

Entende-se que boa parte desse cenário se faz justamente pela ausência de uma compreensão de natureza que supere a dicotomia entre essa e a sociedade, proporcionando uma nova maneira de visualizar as relações que se estabelecem dentro e através delas. Pois se, como na visão predominante, a natureza é entendida como uma externalidade, não contendo em seu interior a sociedade e não estando contida por essa, parece ser muito difícil para boa parte dos sujeitos e grupos sociais reconhecer a necessidade de caminhar conjuntamente com a primeira, pensando suas ações não apenas da perspectiva do bem estar exclusivo da humanidade, mas como um processo onde tanto os humanos quanto os não humanos (aí incluídos elementos orgânicos e inorgânicos, assim como estruturas e fenômenos diversos) possam ter suas possibilidades de vida e realização respeitadas e mantidas no tempo e no espaço.

Daí adotar-se aqui a perspectiva de natureza entendida como uma produção social, pois “A ideia de produção da natureza desafia a separação que foi legada entre sociedade e natureza, e se coloca para nós como um desafio imposto pelo próprio capitalismo” (Oliveira, 2002, p. 123). De modo que “A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana” (ibid., p. 123).

É a partir dessa compreensão que se pode asseverar que “Assim como uma árvore em crescimento recebe um novo anel a cada ano, a concepção social da natureza tem acumulado inumeráveis camadas de significado no decorrer da História” (Smith, 1988, p. 27). E é nesse sentido também que se pode afirmar, uma vez mais com Porto-Gonçalves (1989, p. 63), que “Não existem palavras naturais para falar de natureza. As palavras são criadas e instituídas em

contextos sociais específicos e também por este modo *o conceito de natureza não é natural*” (grifos nossos). O centro desse argumento repousa no entendimento de que, entre outras coisas, as concepções de natureza que cada grupo/sociedade criou e cria historicamente moldaram e continuam a moldar as formas de inter-relacionamento entre esses grupos e o ambiente, levando à ‘produção de múltiplas naturezas’, tanto simbólica como materialmente, ‘sendo’ as APs – e UCs – exemplos desse processo.

À vista disso, é possível dizer que “[...] não existe uma ‘natureza’ singular como tal, apenas uma diversidade de *naturezas contestadas*”, e que “[...] cada uma dessas naturezas é constituída através de uma variedade de processos socioculturais dos quais tais naturezas não podem ser separadas de forma plausível¹⁰” (Macnaghten e Urry, p. 1, tradução e grifos nossos). Não é por outro motivo, então, que é possível perceber visões de natureza que são, em muitos momentos, significativamente diversas, pois ‘são’ construídas a partir de formas de experimentação do mundo, verdadeiras práxis, que variam no tempo e no espaço.

Nesse contexto, ao voltar o olhar por um breve momento para o Brasil, possivelmente um dos países do mundo mais diversificado culturalmente, com uma ainda forte presença de povos originários e tradicionais, como os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os seringueiros, etc., e, ao mesmo tempo, com uma sociedade que busca se inserir na economia-mundo capitalista-urbano-industrial seguindo os mesmos passos (ou parte deles ao menos) que foram percorridos pelas economias ditas “desenvolvidas”, tendo como parâmetro essa compreensão da natureza também como uma produção social, talvez seja possível perceber com maior clareza, entre outras coisas, as causas dos muitos conflitos que ainda ocorrem nos variados espaços que compõem o território nacional.

No cerne de praticamente todos esses embates está a ideia de natureza – ainda que, muitas vezes, esse aspecto não seja ressaltado, seja pelos sujeitos envolvidos nessas disputas, seja por aqueles que as investigam – que cada grupo manifesta, sendo muito variada segundo cada um deles, o que, por consequência, leva a formas diferenciadas de definição, acesso e uso/exploração dos elementos presentes no meio. Esse cenário é capaz de conduzir a enfrentamentos quando essas formas acabam se sobrepondo umas em relação às outras, estando a constituição e gestão de APs, é claro, incluídas nesses processos.

É significativo destacar que, ao pensar a natureza como sendo também uma produção social, ‘o que se deseja não é negar a existência de processos’ que se desenvolvem no planeta e que não demandam a interferência humana para que possam acontecer, o que, neste caso,

¹⁰ No original: [...] *there is no singular 'nature' as such, only a diversity of contested natures [...] each such nature is constituted through a variety of socio-cultural processes from which such natures cannot be plausibly separated.*

poderia levar ao extremo de afirmar, como faz Swyngedouw (2011), que “a natureza não existe”, ou, ainda, ter um posicionamento semelhante ao de Morton (2007), para quem seria mesmo necessário abolir do vocabulário ecológico a própria palavra “natureza”. Ainda que se possa entender as razões tanto do primeiro quanto do segundo quando fazem essas colocações que são, também, provocações muito instigantes, e mesmo concordando com esses autores em outros momentos de suas argumentações sobre a questão, entende-se aqui que abrir mão de conceitos é sempre um risco importante que pode, ao contrário de facilitar, acabar por tornar mais difícil a explicação dos fenômenos que se processam no mundo. Nesse sentido, concorda-se com Souza (2013), pois acredita-se ser preferível ‘disputar’ a significação desses como forma até mesmo de produzir, a partir desse processo de debate e reflexão, novos entendimentos que sejam realmente capazes de gerar avanços reais em torno, nesse caso, das questões associadas à problemática ambiental, em geral, e da criação e gestão de UCs, em particular, com especial foco nos acontecimentos que se realizam no entorno do ParNa Caparaó – ES/MG.

O que se busca, na verdade, é reconhecer, entre outras coisas,

[...] que, muito embora a natureza não se confunda inteiramente com a sociedade, ela **está**, ao mesmo tempo, **na** sociedade (a materialidade da natureza transformada pelas relações sociais); e, quanto à sociedade, mesmo que ela não se confunda inteiramente com a natureza, ela **está**, ao mesmo tempo, **na** natureza (a ideia de natureza como cultural e historicamente produzida) (Souza, 2013, p. 28-29, grifos do autor).

Assim, acredita-se ser possível evitar duas situações incômodas: 1) deixa-se de cair na armadilha da dicotomia sociedade-natureza, que tantos problemas vem gerando para o planeta, sendo a crise ambiental em curso, como já destacaram outros autores (Porto-Gonçalves, 2006; Leff, 2012; Lima, 2015, entre outros), o sintoma mais evidente desse divórcio forçado; e 2) não se comete o equívoco de pensar a natureza a partir de extremos: ou entendida somente como aquilo que se opõem às sociedades, assumindo, nesse sentido, a condição de externalidade frente a essas, ou passando a ser tomada exclusivamente como uma produção social, não havendo nada mais que não esteja na alçada humana, levando essa a perder seu caráter de também ser representativa de estruturas, objetos, fenômenos e processos que, em sua dinâmica, não demandam a presença e a participação humana para se realizarem.

Tendo, então, essa abordagem, pode-se asseverar que negar a ideia de que a natureza é, também, uma produção social – ainda que não seja “apenas” isso, como também se tem afirmado até aqui –, insistindo na argumentação de que natural são apenas aquelas coisas, objetos, fenômenos e estruturas que não derivam da ação social, poderia levar a uma situação contraditória e curiosa, pois

[...] se considerarmos como “natureza” apenas aquilo que precedeu a história humana, ou está livre do impacto da ocupação humana no planeta, então pode parecer que estamos empenhados em negar a validade de muito do que, em nosso cotidiano, faz referência à “natureza”. Falar do “passeio na natureza” ou do “Parque Natural”; de aditivos “naturais” em oposição a aditivos “artificiais”; do ambiente “natural” que amamos e procuramos preservar – tudo isso, pode-se concluir dessa abordagem, é uma confusão [...]”¹¹(Soper, 1995, p. 19-20, tradução nossa).

Por conseguinte, ‘reconhece-se’, como deve ser, a ocorrência de uma miríade de fenômenos, elementos, estruturas e processos que independem da presença da espécie humana no planeta, de tal forma que mesmo que no futuro esta deixe de se fazer presente por aqui, é muito provável que a maioria dessas situações, se não todas elas, possivelmente continuem a ocorrer como já ocorriam muito antes do aparecimento do *homo sapiens*. Entretanto, ‘os fatos que se deseja destacar’ neste trabalho, fundamentalmente, são, de um lado, os ‘processos de significação’ daquilo que se denomina de “natureza”, com suas múltiplas formas de representação que variam de acordo com cada sujeito e grupo social a partir de suas também múltiplas culturas e modos historicamente construídos(as) de apropriação, representação e interação com o ambiente, e, de outro lado, as ‘muitas implicações’ que cada uma dessas formas de entender a natureza ‘produz’ sobre os modos de apropriação e uso dos elementos presentes no meio, bem como nos modelos de organização socioespacial que cada sociedade construiu ao longo do tempo a partir de adaptações diversas que criaram, sempre em interação recíproca com o ambiente que habitavam, dando origem a uma gama variada de modos de inter-relacionamento com a “natureza”.

Esse argumento se ancora no fato de que não se acredita ser possível uma separação total entre natureza e sociedade, como se as dinâmicas que ocorrem em um “campo” fossem completamente dissociadas daquelas que ocorrem em outro “campo”. Ainda que, como nos lembra Soper (1995) e, especialmente, Souza (2019), um certo nível de diferenciação entre aquilo que é da sociedade e aquilo que é da “natureza” seja importante, a compreensão aqui manifestada é de que a natureza ‘não é’ simplesmente aquilo que se distingue das sociedades, como se fosse uma outra esfera oposta a tudo o que é da cultura, da história e, por que não, da geografia. Pelo contrário, e de forma complementar, nesta tese compreende-se a natureza como integrada por esses atributos pertencentes à dinâmica planetária natural, porém ‘mais além’

¹¹ No original: [...] if we count as 'nature' only that which preceded human history, or is free from the impact of human occupancy of the planet, then it might seem as if we were committed to denying the validity of much of our everyday reference to 'nature'. To speak of the 'nature walk' or 'Nature Park'; of 'natural' as opposed to 'artificial' additives; of the 'natural' environment which we love and seek to preserve - all this, it might follow from this approach, is a muddle [...].

deles, como aquilo que ‘também’ se inscreve ‘e é’ inscrito nas dinâmicas sócio-históricas e culturais dos variados grupos humanos que habitam o ecúmeno.

Nessa perspectiva, então, pode-se asseverar que produzir espaço é ‘produzir naturezas’, e, por conseguinte, produzir naturezas é, de igual forma, produzir espaço, pois “[...] o espaço é político. O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico” (Lefebvre, 2016, p. 60). Assim, “[...] sabe-se que também a natureza é formada, modelada, transformada. Que, em larga medida, ela é um produto da ação, que a própria face da Terra, isto é, a paisagem, é obra humana”, advindo daí “[...] a necessidade de uma estratégia. Eis a natureza politizada” (ibid., p. 63). Destarte, ao se argumentar a favor da tese da produção da natureza, este trabalho insere-se no centro da análise geográfica, que toma como seu objeto de estudo justamente o espaço e seu processo de produção.

Em suma, a compreensão aqui adotada parte do princípio de que

[...] são as práticas sociais específicas, especialmente das habitações das pessoas, que produzem, reproduzem e transformam diferentes naturezas e diferentes valores. É através de tais práticas que as pessoas respondem, cognitivamente, esteticamente e hermenêuticamente ao que foi construído como sinais e características da natureza. Tais práticas sociais incorporam as suas próprias formas de conhecimento e compreensão e minam uma simples demarcação entre ciência objetiva e conhecimento leigo. Estas práticas estruturam as respostas das pessoas ao que é considerado “natural”¹² (Macnaghten e Urry, p. 2, tradução nossa).

Ou seja, não existe uma natureza que seja totalmente apartada das sociedades, como se as segundas fossem alienígenas em relação à primeira, especialmente aquela tida como “natureza selvagem”, *wilderness*, para usar a expressão originária dos EUA, que é a imagem de natureza que embasou – e, em certa medida, continua a embasar – a compreensão por trás da ideia de APs e UCs. Afinal, como bem salienta Rolston III (1997, p. 47), a “‘Natureza selvagem’ é um mito do urbano, principalmente da mente urbana. Natureza selvagem é outra daquelas palavras-filtro com as quais colorimos a natureza que vemos¹³” (tradução nossa).

Logo, reafirma-se a posição de que, nesta tese,

[...] **a natureza que importa não é, em primeiro lugar, aquela das forças naturais [...], mas sim a “natureza-para-a-sociedade”**. Aqui, o espaço geográfico é, portanto,

¹²No original: [...] *that it is specific social practices, especially of people's dwellings, which produce, reproduce and transform different natures and different values. It is through such practices that people respond, cognitively, aesthetically and hermeneutically, to what have been constructed as the signs and characteristics of nature. Such social practices embody their own forms of knowledge and understanding and undermine a simple demarcation between objective science and lay knowledge. These practices structure the responses of people to what is deemed to be the 'natural'.*

¹³No original: *'Wilderness' is a myth of the urbane, mostly urban mind. Wilderness is another one of those filter-words with which we colour the nature we see.*

um espaço verdadeira e densamente **social**, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionantes relativos) (Souza, 2013, p. 31, grifos do autor).

Essa compreensão da natureza – e do espaço – é relevante nas análises que serão realizadas sobre as relações sociedade↔natureza presentes nas APs e UCs, em geral, e sobre aquelas existentes no ParNa Caparaó e seu entorno, em particular, pois entende-se que essas estruturas ‘são’ formas de natureza produzida, carregadas de todo um simbolismo histórico que impacta diretamente a vida dos sujeitos e grupos sociais que são por elas afetados e que com elas e através delas estabeleceram dinâmicas variadas ao longo do tempo. Como não poderia deixar de ser, essas dinâmicas sempre foram – e continuam sendo – influenciadas pelas visões e entendimentos de natureza que esses grupos desenvolveram, tendo a existência dessas áreas possivelmente impactado nesses processos. Por conseguinte, as significações de natureza que foram sendo criadas por esses sujeitos ao longo do tempo provavelmente influenciaram – e continuam a influenciar – nas formas como eles se relacionam com o meio e ‘produzem’ a natureza, material e simbolicamente.

Sendo assim, compreende-se que ao “ler” e entender a natureza como sendo também uma produção humana, é possível começar a percebê-la mais nitidamente como um campo onde interesses múltiplos estão em constante disputa. Imbuída dessa condição, a natureza está carregada de relações de poder que são colocadas em movimento sobre o espaço e os territórios com objetivos diversos, dentre eles especialmente o exercício do poder sobre os ditos “recursos naturais” presentes nesses espaços/territórios, cuja principal faceta se manifesta por meio do controle sobre o acesso e uso desses recursos. Por outro lado, ao se desconsiderar essa dimensão fundamental da natureza, corre-se o risco de perder de vista muitos dos processos políticos, culturais, econômicos, geográficos e históricos que estão na base das múltiplas desigualdades que perpassam o acesso a essa natureza e que levam à produção de muitas situações de injustiças sociais e ambientais, bem como à ocorrência de conflitos ambientais de diferentes tipos e intensidades.

No que se refere às APs e UCs, depreende-se que essas, entendidas aqui como uma forma de natureza produzida, igualmente estão inseridas nesse contexto, podendo, em função disso, ser analisadas e explicadas a partir da ideia de uma “natureza” também enquanto uma produção sócio-histórica e cultural. É esse aspecto que se buscará elucidar mais adiante, quando se passar à análise específica dessas estruturas. Antes disso, porém, faz-se necessário esclarecer alguns outros aspectos teóricos que formam a base teórico-metodológica a partir da qual se

buscará estudar a dinâmica das relações sociedade↔natureza que estão em movimento no entorno do ParNa Caparaó – ES/MG.

2.4 As dimensões do conceito de território e sua aplicabilidade nos estudos das relações sociedade↔natureza expressas por meio das APs

O conceito de território tem sido talvez um dos mais utilizados nas últimas duas ou três décadas pela geografia para explicar diferentes aspectos da realidade. Sua definição, entretanto, continua a ser alvo de diversas discussões e debates que, se ainda não foram capazes de lograr alcançar uma significação única sobre o conceito – e talvez nunca seja possível fazê-lo, o que também não é algo a ser visto como negativo, ainda que seja sempre necessário um escrutínio no que concerne às formas de uso que dele são realizadas, bem como cuidado metodológico ao empregá-lo, a fim de não banalizar sua aplicação –, ao menos tiveram o grande mérito de levar a reflexões que, entende-se, enriqueceram e renovaram seu emprego como uma das principais categorias de análise da ciência geográfica. Entre os mais importantes frutos desse processo, tem-se o uso desse conceito em pesquisas que investigam variadas situações dentro das sociedades atuais, produzindo reflexões de grande relevância no que se relaciona às dinâmicas sociais que se processam no seio dessas sociedades.

Não é desejável, neste estudo, a realização de toda uma revisão histórica sobre o uso do conceito de território ao longo do tempo, indo desde os primórdios até o período presente, como algumas vezes ocorre em trabalhos que fazem aplicação deste em suas análises. Por outro lado, é importante que se apresente alguns dos principais entendimentos a partir dos quais o território enquanto conceito tem sido tratado, especialmente nos últimos anos. O objetivo central dessa tarefa é, entre outras coisas, evidenciar a definição que será adotada nesta tese e que, entende-se, melhor poderá contribuir para as investigações que serão aqui realizadas.

Para além desse aspecto, compreende-se que o uso desse conceito em estudos que buscam investigar as dinâmicas expressas por meio das relações sociedade↔natureza é fundamental, pois

O território é uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade na natureza e, assim, **nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza**. A problemática ambiental ganha maior consistência quando analisada a partir do território, das territorialidades e dos processos de territorialização (Porto-Gonçalves, 2006, p. 38, grifos nossos).

Essa situação expressa pelo autor em apreço se apresenta dessa forma, pois é no território (ou nos territórios) que deságuam um conjunto de situações que faz com que esse assuma uma condição de centralidade nos estudos ambientais. Dentre essas ocorrências, destacam-se aqui as que estão associadas às sobreposições, nos territórios, de lógicas diversas que, no atual estágio da globalização, envolvem interesses que provém de múltiplas escalas, desde aquelas mais locais (como as dos bairros, distritos e municípios) até aquelas mais globais (como as questões envolvendo as mudanças climáticas e os interesses de empresas transnacionais, por exemplo). Logo, “O território se torna, por tudo isso, uma categoria central para dar conta do desafio ambiental contemporâneo, na medida em que ele comporta, na sua materialidade, *a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço* (Porto-Gonçalves, 2006, p. 129, grifos nossos).

Ao se tomar os conflitos ambientais como objeto de análise, sendo estes oriundos, entre outros, dos embates que se desenvolvem pelo acesso e uso dos elementos que compõem o meio, bem como das disputas em torno das significações que são feitas da natureza e de seus componentes e que, em última instância, acabam por condicionar as formas de acesso e uso desses, é possível perceber como o território desempenha, como argumentado por Porto-Gonçalves anteriormente, lugar de centralidade nas discussões que envolvem a problemática ambiental. Nesse sentido, esse conceito é fundamental nesta tese, pois acredita-se que UCs como o ParNa Caparaó são tanto estruturas que se caracterizam enquanto territórios, como também são áreas onde se põem em disputa diferentes formas de significar e, conseqüentemente, de acessar e usar a “natureza”.

Mas, de qual território se está falando quando se trabalha com essa problemática? Existe uma significação específica e que melhor se apresenta para entender toda essa dinâmica?

Uma definição interessante de território afirma que esse

[...] é o espaço geográfico atribuído a um ser, a uma comunidade, a uma entidade de qualquer natureza, física ou imaterial: o espaço de vida de um animal, a área onde aparece uma espécie vegetal, a área de difusão de uma linguagem ou qualquer outra prática social, etc. Quando é atribuído a um grupo humano complexo (um povo, uma nação, uma sociedade) torna-se um dos membros fundamentais do seu projeto comum: em suporte e recurso básico, ambiente de vida, paisagem própria e invariante na memória pessoal e coletiva¹⁴ (Naranjo, 1998, p. 20, tradução nossa).

¹⁴ No original: *El territorio es el espacio geográfico adscrito a un ser, a una comunidad, a un ente de cualquier naturaleza, física o inmaterial: el espacio de vida de un animal, el área de aparición de una especie vegetal, el ámbito de difusión de una lengua o de cualquier otra práctica social, etc. Cuando se atribuye a un grupo humano complejo (un pueblo, una nación, una sociedad) se convierte en uno de los integrantes fundamentales de su proyecto común: en soporte y recurso básico, ámbito de vida, paisaje propio e invariante en la memoria personal y colectiva.*

Trata-se de uma concepção de território que, pode-se dizer, é bastante abrangente, abraçando, inclusive, aspectos que estão além das relações sociais em sua definição do que o conceito significaria, o que, para os fins deste trabalho, acaba extrapolando seu arcabouço de análise. Ainda assim, nota-se, nessa definição, alguns pontos de convergência com outros autores da geografia que buscaram trabalhar com o conceito nos últimos anos e que oferecem importantes contribuições sobre sua significação e aplicabilidade, especialmente para os estudos geográficos.

Em uma reflexão bastante profunda sobre o conceito de território, Haesbaert (2004, p. 79), após apresentar aquelas que, em sua percepção, seriam as principais formas a partir das quais este é entendido, e não apenas na geografia, mas em outras áreas, como, por exemplo, na economia, afirma aquela que, para ele, seria a maneira mais correta de entender o território, enxergando-o “[...] a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço”.

Tem-se, assim, em Haesbaert (2004) uma compreensão desse conceito que é bastante completa – e complexa, diga-se –, pois o mesmo abrange diferentes aspectos que o perpassam, evitando cair em situações em que apenas uma das múltiplas faces que geralmente conduzem à formação dos territórios (seja a econômica, a cultural, a política, a simbólica ou a “natural”) seria considerada, como, segundo o mesmo autor argumenta, em muitos momentos acabou ocorrendo.

Desse modo,

Tendo como pano de fundo essa noção híbrida (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (Haesbaert, 2004, p. 79).

Reafirmando essa posição, Haesbaert (2020, p. 59-60) argumenta que “Território, portanto, em qualquer sentido, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional ‘poder político’. Este tem a ver tanto com o poder, no sentido mais explícito, de dominação, quanto com o poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”¹⁵ (tradução nossa).

¹⁵ No original: *Territorio, así, en cualquier acepción, tiene que ver con el poder, pero no sólo con el tradicional “poder político”. Éste tiene que ver tanto con el poder, en el sentido más explícito, de dominación, como con el poder en el sentido más implícito o simbólico, de apropiación.*

Especialmente no segundo caso, da apropriação do território através de mecanismos simbólicos, a ideia que se faz de natureza tende a ser determinante para esse processo. No que se refere às APs e às UCs, essa situação pode ser evidenciada, entre outras, através das mudanças que ocorrem tanto dos usos do ambiente quanto daqueles sujeitos e grupos sociais que são autorizados a realizarem esses usos, o que altera as territorialidades presentes no território, sendo também este já modificado pela criação e funcionamento dessas estruturas.

Ademais, outro aspecto relacionado ao território, especialmente àqueles que são fruto dos processos de criação e funcionamento das APs e das UCs, bem como àqueles outros que, ainda que não sejam produtos diretos desses processos, acabam sendo, em muitos momentos, impactados por eles, diz respeito à constituição do que se pode denominar de “selo territorial”. Este seria uma forma de significado simbólica que se associa a um determinado território que, como forma de valorização, por exemplo, de produtos oriundos daquele território específico, acaba carregando sua marca, seu “selo”, definindo o produto como originário daquele (ou daqueles) território(s) em particular. Entre os muitos exemplos dessa prática, pode-se citar o famoso “Queijo Canastra”, proveniente de territórios de Minas Gerais que estão próximos à Serra da Canastra, onde se localiza o Parque Nacional da Serra da Canastra; e, mais recentemente, alguns cafés especiais que têm levado em seus rótulos a marca “Caparaó”, os identificando como tendo sido produzidos nesse território que, como se sabe, conta com a presença do ParNa Caparaó. São processos que buscam, fundamentalmente, agregar valor aos produtos, associando-os a um território específico que geralmente abriga características singulares (físicas, culturais, simbólicas, etc.).

De certa forma, é possível afirmar que o território é “exportado” por meio dos produtos que sobre ele são produzidos e que são imbuídos de todos os simbolismos que são atribuídos a esses territórios em questão, como no caso dos exemplos citados. Logo, se se recorrer novamente à análise de Haesbaert (2004) sobre território, especialmente quando esse autor busca refletir sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, pode-se ter duas leituras que são, ao mesmo tempo, distintas e complementares. Isso porque a perspectiva apresentada contraria, até certo ponto, a ideia de fluidez que, segundo o mesmo, os territórios atualmente carregam, pois estabelece uma clara relação entre um território específico, com suas dinâmicas particulares, e um (ou vários) produto(s) como forma de agregar valor a esse(s). Ou seja, não qualquer território, mas apenas aquele específico com suas particularidades que o tornam tão “especial”. Por outro lado, essa também reforça a perspectiva da fluidez do território, pois as mercadorias circulam por outros lugares, em várias escalas, gerando a sensação de que aquele território onde essas foram produzidas também se faz, de

alguma forma, presente em outros espaços do planeta. De igual forma, esses espaços outros também acabam por se fazer presentes naquele território que empresta seu “selo” à mercadoria, especialmente por meio dos interesses e atenções que sobre ele são depositados(as) a partir do instante em que passa a ser reconhecido como detentor de características “especiais” que agregam novos valores e significados aos produtos e, é claro, ao próprio território em questão.

Do ponto de vista econômico, existe no Brasil, inclusive, uma forma de se fazer referência a determinados territórios objetivando destacá-los perante outros, intencionando fazer com que alguns produtos produzidos nesses territórios tenham maior valor de comercialização. Essa ferramenta é conhecida como Indicação Geográfica (IG), sendo fornecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) após passar por processos específicos de reconhecimento (Santos et al., 2022). A mesma se divide, ainda, em duas modalidades: as Indicações de Procedência (IP) e as Denominações de Origem (DO) (ibid.). No caso da Região do Caparaó, essa foi contemplada com uma DO em 2021, voltada para o café arábica aí produzido, depois de alguns anos de luta de parte de seus moradores e de instituições regionais e locais em prol desse reconhecimento (ver figura 2) (ibid.).

Com relação à IG, essa

[...] pode ser definida como sendo um nome geográfico, ligado a determinado território, que busca distinguir um produto ou serviço de seus similares ou equivalentes, porque este, em especial, possui características distintas que podem ser imputadas à sua origem geográfica, figurando nestes a influência de fatores naturais e humanos (Santos et al., 2022, p. 14).

Segundo os autores mencionados, “A agregação de valor ao produto, junto do aumento de renda a quem produz, são os primeiros efeitos que se esperam de uma IG” (ibid., p. 16). Embora os processos de concessão de uma IG a um território específico incluam análises que buscam compreender a relação entre aspectos ecológicos e humanos (ibid.), assegurando que essa interação é essencial para a qualidade de um determinado produto, o objetivo central permanece sendo o reconhecimento econômico, ou seja, a valorização de um produto específico.

No caso da DO, sua distinção em relação à IP reside no fato de que ela se refere a um território como um todo – como a Região do Caparaó, que abrange dezesseis municípios, sendo dez no Espírito Santo e seis em Minas Gerais (Souza, Simão e Silva, 2021), que são apresentados na figura 3, abaixo –, podendo ser associada ao conceito de ‘*terroir*’. Historicamente vinculado à produção vinícola, o termo *terroir* era usado de maneira pejorativa até a década de 1950, referindo-se a vinhos de menor prestígio, destinados ao consumo em áreas

rurais da França (Tonietto, 2007). No entanto, atualmente, o *terroir* é sinônimo de qualidade, sendo associado a vinhos de alto padrão (ibid.).

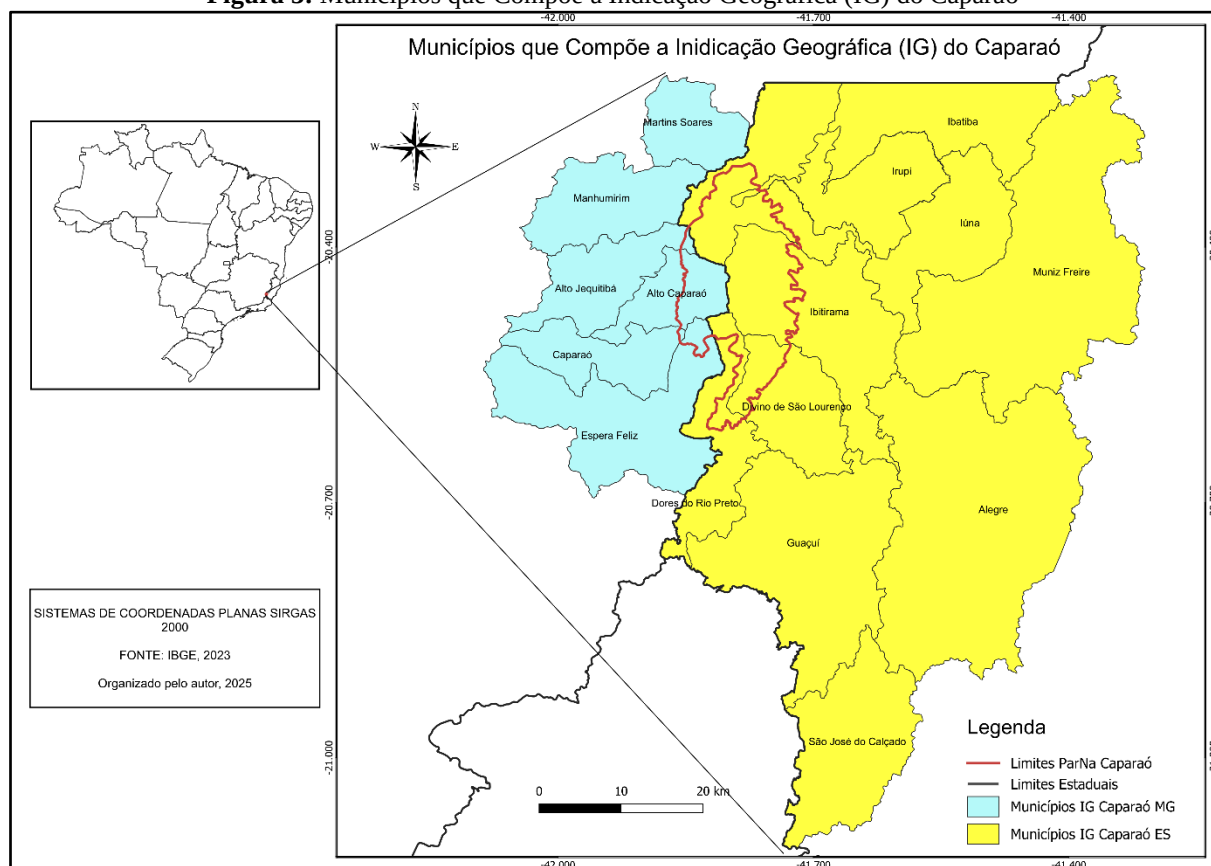
Com o surgimento dos cafés especiais, o conceito de *terroir* foi também apropriado por esse produto, buscando diferenciá-lo de outros que não compartilham as características específicas de um *terroir*. Na conotação atual, o termo implica um conjunto de fatores ambientais e culturais que conferem singularidade ao café, destacando seu sabor, aroma e qualidade como reflexos diretos das condições do local de cultivo (Tonietto, 2007; Moraes e Mello, 2019). Logo, este

[...] passa a exprimir a interação entre o meio natural e os fatores humanos. E esse é um dos aspectos essenciais do *terroir*, de não abranger somente aspectos do meio natural (clima, solo, relevo), mas também, de forma simultânea, os fatores humanos da produção – incluindo a escolha de variedades, aspectos agrônômicos e aspectos de elaboração dos produtos. O *terroir* [...] se opõe a tudo o que é uniformização, padronização, estandardização e é convergente ao natural, ao que tem origem, ao que é original, ao típico, ao que tem caráter distintivo e ao que é característico (Tonietto, 2007, p. 8)

Figura 2: Denominação de origem da Região do Caparaó



Fonte: INPI, 2021

Figura 3: Municípios que Compõe a Indicação Geográfica (IG) do Caparaó

Tanto a ideia de IG quanto a de *terroir* voltam-se para aspectos dos territórios que os destacam com o objetivo de obter um reconhecimento que resulte na valorização monetária das mercadorias produzidas. Embora esses conceitos incluam a interação entre elementos de ordem ecológica e humana em suas definições – algo relevante sob determinados pontos de vista –, entende-se que IG e *terroir* não oferecem uma análise mais profunda das dinâmicas territoriais que se processam no espaço, pois estão circunscritos à lógica de valoração econômica dos produtos de um determinado território. Por serem idealizados dentro de uma perspectiva estritamente mercadológica, esses conceitos apresentam limitações quanto à compreensão mais ampla das complexidades do espaço.

À vista disso, retomando a ideia do ‘selo territorial’, é possível dizer que ao se pensar o território a partir dessa perspectiva, com especial foco se voltando para as UCs e para as dinâmicas que elas imprimem sobre os espaços onde são criadas e colocadas em funcionamento, um outro aspecto relevante que pode ser destacado diz respeito à ideia de natureza intocada que essas suscitam sobre as áreas onde se fazem presentes. Nesse sentido, aqueles territórios que passam a ser tidos como mais “naturais”, por meio da instalação de UCs e das significações que elas geralmente carregam para os espaços onde são implantadas, ou mesmo que passam a ser

conhecidos como sendo ambientes em que a “natureza” é melhor preservada e onde se pode experimentar um maior contato com essa, acabam adquirindo, por consequência, um “selo territorial” que, pode-se dizer, os tornam muitas vezes sinônimo de “natureza natural”.

Este “selo”, então, passa a identificar aquele território, produzindo consequências várias sobre ele, dentre elas, pode-se citar aqui, tomando como referência os trabalhos de Cattaneo (2004), Santos, A. (2016) e mesmo o de Souza (2016) – ainda que este aspecto tenha sido abordado de maneira apenas marginal, no caso deste último autor –, a especulação imobiliária oriunda do aumento do interesse de grupos diversos, principalmente aqueles provenientes dos espaços urbanos, por moradias que estejam próximas dessas áreas onde se entende que a “natureza” está presente.

Assim sendo, ao se observar esses aspectos que também caracterizam a dinâmica dos territórios, especialmente daqueles que são criados ou que sofrem a influência das UCs, é importante destacar a compreensão manifestada por Santos (1999) e Santos e Silveira (2001) sobre o conceito de território, pois apresenta uma contribuição relevante, capaz de auxiliar em uma melhor compreensão das dinâmicas que perpassam esses espaços. Dessa forma, para Santos (1999, p. 7) o território precisa ser entendido como “território usado”, que é “[...] o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Em outro momento, Santos e Silveira (2001) chegam mesmo a afirmar que território, em sua concepção, é sinônimo de espaço geográfico.

Ainda que se possa discordar dos autores no que concerne à abrangência da concepção de território que eles manifestam, é nítida a contribuição que produzem para o debate sobre a problemática, especialmente porque o entendimento que expressam ultrapassa uma perspectiva que, mesmo nos tempos hodiernos, ainda parece ocupar lugar de destaque em parte importante do imaginário social, que é aquela que compreende o mesmo como sendo apenas um recorte delimitado do espaço caracterizado por apresentar limites bem definidos e muitas vezes estanques. Mesmo que o território seja, no limite, também isso, sua conceituação e definição deve ultrapassar essa compreensão limitada, objetivando produzir, a partir do uso desse conceito, entendimentos do real que sejam de fato significativos e que, principalmente, possam ser capazes de produzir mudanças qualitativas para as sociedades, com especial destaque, pelos propósitos deste trabalho, no que diz respeito às relações sociedade↔natureza.

Dessa maneira, o que interessa na definição dos autores supracitados, especialmente para os fins desta tese, é a percepção que eles trazem sobre a necessidade de se tomar o território não apenas como um recorte em si mesmo, numa definição que poderia ser denominada nesse

caso, tomando como referência a síntese elaborado por Haesbaert (2004) das principais formas de uso do conceito, de “política”, mas, ultrapassando esse entendimento, como uma estrutura que abriga múltiplas relações sociais e que é fruto da identificação que determinados sujeitos e grupos sociais possuem com parcelas específicas do espaço. Esse, por sua vez, abriga uma miríade de símbolos, materiais e imateriais, que somente têm sentido a partir das relações que com eles são estabelecidas pelas pessoas que habitam esse espaço, e que, ao mesmo tempo, pelas significações que carregam para esses sujeitos, dão também sentido a essas relações.

Sendo assim, ao se trazer as discussões envolvendo o conceito de território e seu consequente emprego para a análise de questões relacionadas à problemática ambiental, especialmente àquelas associadas às dinâmicas produzidas pelas UCs, entende-se que é possível proporcionar importantes contribuições para os debates, pois essas estruturas, quando criadas e postas em funcionamento sobre territórios outros já existentes, modificam, geralmente de forma bastante significativa, as formas de uso já presentes, que, em alguns casos, são praticadas há várias gerações (Tofeti, 2018). No tocante ao Brasil, esse aspecto é ainda mais relevante, pois dentro do escopo das políticas ambientais do país, a constituição dessas áreas emerge como uma das (senão a) políticas ambientais de maior extensão e impacto, tendo em vista que a mesma abrange quantitativo significativo do território nacional, afetando, de diferentes maneiras, a vida de milhões de pessoas em todas as regiões e biomas do país.

Logo,

Um ponto importante a ser destacado sobre as UC diz respeito ao impacto sobre a configuração territorial decorrente de sua criação. Com efeito, em razão de as UC apontarem o que pode e não pode ser feito no território e, também, por mobilizarem diversos atores interessados em torno de sua gestão por meio dos conselhos previstos em lei, pode-se afirmar que as UC transformam concretamente as bases territoriais (em outras palavras, as condições territoriais prévias à criação) (ibid., p. 17-18).

Nesse contexto, também é nítida a ligação entre, retomando Santos (1999) e Santos e Silveira (2001), o “uso” dos territórios e a ocorrência de conflitos ambientais. Isso porque os diferentes sujeitos e grupos sociais projetam sobre e através do território seus variados modos de vida e de perceber e entender o meio à sua volta, ou seja, a natureza em seu sentido mais amplo, enquanto ‘natureza produzida’. Essas diferenças, quando se chocam, geram os conflitos ambientais. No caso da constituição de UCs, especialmente aquelas ditas de proteção integral, como é o caso dos “Parques Nacionais”, os rearranjos territoriais que são criados pela presença dessas áreas acabam se tornando mais um fator que passa a atuar sobre o território, ocasionando o surgimento de novas dinâmicas que, juntamente com as que já se fazem presentes, tendem a

contribuir para o surgimento dos conflitos ou até mesmo para o acirramento e a transformação daqueles já existentes.

Sendo assim,

[...] os territórios também são cada vez mais permeados por novos interesses, sujeitos e arranjos territoriais externos, que se interconectam por meio de redes, numa perspectiva multiescalar, relativizando os sentidos de fronteira e de limites territoriais, aspecto que demanda interpretações capazes de dar conta desse movimento e das inúmeras forças que compõem os territórios, representando assim, novos desafios aos processos de (re)ordenamento (Santos, A., 2016, p. 75).

Os territórios devem, nesse sentido, ser compreendidos enquanto porções do espaço que são definidas por e partir das relações de poder (Souza, 2019), pois “Sendo um ‘campo de força’, o território é, simultaneamente, espaço e relações sociais: a rigor, trata-se de relações sociais (e mais particularmente de poder) que se projetam sobre um substrato espacial material de referência” (ibid., p. 38, grifos do autor). Relações essas que não se limitam às fronteiras locais do território, podendo, a depender das características que esse apresenta (tais como a presença de componentes naturais de grande valor monetário, por exemplo, ou mesmo, como tem sido o caso de algumas áreas próximas de UCs no Brasil, por um processo de revalorização da “natureza natural”), sofrer influências provenientes de múltiplas escalas.

Entendido a partir dessa perspectiva, o território é, como já expressado por Porto-Gonçalves (2006), central tanto para que se compreenda os pormenores responsáveis pela crise ambiental em curso, quanto para propor alternativas de superação dessa problemática. Isso porque, sendo o conceito de território essencialmente “sócio-espacial” (Souza, 2019), esse “[...] nos remete, fundamentalmente, àquela dimensão do espaço geográfico que é o *espaço social*, que corresponde ao espaço geográfico material e imaterialmente produzido [...]” (ibid., p. 38, grifos do autor). A partir dessa ótica, a conceituação de território passa a ser capaz de dar conta de analisar a intensa dinâmica social que se processa em torno das relações sociedade↔natureza, pois assume o espaço como sendo um híbrido, como na proposta de Haesbaert (2004), não limitando as análises desse a apenas uma única dimensão (seja a econômica, a política, a cultural, a simbólica ou mesmo à “natural”), voltando o olhar para o processo dialético que perpassa os movimentos dessas “esferas”.

No que concerne, então, à natureza, entendida também enquanto uma produção social, essa leitura do conceito de território complementa essa compreensão, pois esse, juntamente com as territorialidades múltiplas que são estabelecidas nos territórios por sujeitos e grupos sociais com visões de mundo e de natureza divergentes, acabam por ser “[...] expressões dessas

diferenças na maneira como as culturas e os grupos humanos se relacionam com a natureza não humana [...] (Souza, 2019, p. 83). Tal situação pode ser captada atualmente ao se tomar como referência essa forma de ler e entender o território, pois

[...] as fronteiras e o conjunto dos limites e das territorialidades estatais são como que garantidores de processos de exploração e “dominação da natureza” (não raro com implicações de verdadeira rapina e devastação ambiental), ao passo que populações tradicionais ou “pré-modernas” corriqueiramente estabelecem relações de muito maior cuidado com os recursos dos quais elas – como bem sabem – estreitamente dependem, não só materialmente (sobrevivência física, abrigo, alimentação), mas também culturalmente (modo de vida) (ibid., p. 83).

As APs e UCs, enquanto formas de natureza produzida, acabam por se caracterizarem, nesse contexto, enquanto territórios garantidores de, por um lado, um certo entendimento de natureza, e, por outro, do acesso e uso a essa natureza por sujeitos e grupos sociais específicos, enquanto impõe sobre outros grupos e sujeitos limitações quanto às formas de acessar e usar essa mesma natureza.

Entram em cena, nesse cenário, as territorialidades e as identidades territoriais que são projetadas/criadas sobre os/por meio dos territórios pelos grupos que participam de suas dinâmicas. Para Raffestin (1994, p. 160), que parte de uma perspectiva de espaço distinta daquela que é aqui adotada, a territorialidade seria o “[...] conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (ibid., p. 160). Ao se territorializar, então, os sujeitos e grupos sociais que disputam o território – e que utilizam em muitos momentos, no caso da problemática ambiental, os discursos em torno da significação da natureza – produzem mediações espaciais que os permitem exercer poder efetivo sobre os processos de reprodução socioeconômica, cultural e política que se fazem no e por meio dos territórios, ocasionando, de igual forma, a posse e a reprodução desses. Este poder e seu exercício, como nos lembra Haesbaert (2004, p. 97), “[...] é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo”.

Portanto,

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1994, p. 158).

A territorialidade, assim, é marcada como sendo a maneira mais intensa de dominação

territorial manifestada pelos sujeitos e grupos sociais que buscam criar novos territórios e/ou manter o poder e a capacidade de influência sobre aqueles que já existem (Souza, 2016). Logo, “Territorializar-se [...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos) [...]” (Haesbaert, 2004, p. 97).

Nesse contexto, é possível afirmar que “Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma *multiplicidade de expressões*, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (Little, 2004, p. 254, grifos nossos). O autor em apreço utiliza, ainda, um conceito que parece interessante para auxiliar na compreensão das relações sociedade↔natureza estabelecidas sobre os territórios por populações diversas, que seria o de “cosmografia”. Esse é entendido “[...] como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (ibid., p. 254).

Segundo o mesmo autor, “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (ibid., p. 254). Como será discutido mais adiante, no caso da Região do Caparaó, essa cosmografia se associa fortemente à presença da Serra e de outros aspectos ecológicos existentes na região, bem como à produção cafeeira que aí se desenvolveu, também muito atrelada às características ecológicas da área, estando a economia e a cultura de boa parte do entorno do ParNa Caparaó diretamente ligada ao cultivo desse gênero agrícola desde antes da própria criação da UC.

Destarte, independentemente das razões que levam à produção das territorialidades, o que importa é ter em mente que por trás desses processos está sempre o desejo de tornar exclusivo para apropriação, significação, uso e/ou exploração uma parcela específica do espaço geográfico. Esse processo se dá, fundamentalmente, através do exercício do poder, em seus mais diferentes aspectos (político, econômico, material, simbólico, etc.), objetivando promover o par liberdade-segurança das ações que os sujeitos e grupos sociais territorializados buscam realizar (Paula, 2009).

Pode-se afirmar, dessa forma, que

Territorialidades [...] se desenvolvem em íntima conexão com os ambientes em suas dimensões paisagística (aparência, espaço visível) e diretamente material ou tangível, quer sejam as dinâmicas e processos naturogênicos dos (geo)ecossistemas, quer sejam as formas e as dinâmicas já nitidamente produzidas socialmente, de campos de cultivo e pastos artificiais a cidades (Souza, 2019, p. 84).

A territorialidade, assim, “[...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral” (Luchiari e Isoldi, 2007, p. 166-167). Vem à tona, aqui, um outro aspecto que é significativo para a compreensão das dinâmicas das relações sociedade↔natureza que são produzidas nas UCs, em geral, e no ParNa Caparaó e seu entorno, em particular, que é a identidade territorial. Essa se configura em conjunto com os processos de exercício das territorialidades e da produção dos territórios, pois “As territorialidades geram as identidades que, por sua vez, influenciam nas próprias territorialidades e na formação dos territórios e seus patrimônios” (Saquet e Briskievicz, 2009, p. 8).

Para Haesbaert (1999, p. 172), “[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território [...]”. Ou seja, a identidade territorial está diretamente atrelada a um território e ao exercício da territorialidade de um sujeito ou grupo sobre ele. Esse processo, ainda segundo o autor em apreço, se dá por meio de uma relação de apropriação que ocorre tanto no campo das ideias quanto no sentido mais concreto, da posse e do controle do território (ibid.).

A identidade territorial “[...] está diretamente ligada aos significados do território na construção do imaginário social. A noção de pertencimento ao lugar é construída a partir da vivência e das práticas sociais, e passa a ser constituinte da própria noção de ser” (Luchiari e Isoldi, 2007, p. 167). Logo, a identidade territorial representa a identificação do sujeito com o seu território, um reconhecimento de si mesmo como parte inseparável do espaço que habita, onde vive, experimenta e produz o mundo.

Como o próprio nome sugere, o território é parte componente central da identidade territorial. Fortalecer os laços territoriais que unem os sujeitos ao território é, portanto, essencial para manter ou reforçar essa identidade, já que o território não apenas constitui, mas também é constituído pelos indivíduos que dele fazem parte. Nesse sentido, “A construção [ou a manutenção e o fortalecimento] da identidade passa também pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico” (ibid., p. 167).

Um aspecto significativo da identidade é que ela não é estanque (Haesbaert, 1999; Pollice, 2010). Ao contrário, as identidades são dinâmicas, mudando no tempo e no espaço, buscando se adaptar, tendo em vista que a identidade se relaciona não apenas com a identificação que um sujeito ou grupo faz de si mesmo, mas também – e fortemente – com a forma como outros os identificam (Haesbaert, 1999; Hall, 2009). No caso específico da identidade territorial, essas transformações também podem se processar como consequência de mudanças no próprio território, que acabam forçando adaptações na forma como os sujeitos e

grupos locais produzem as suas territorialidades. Nesse caso, é possível que ocorram tanto mudanças quanto até mesmo uma busca pela afirmação e o fortalecimento de processos existentes, que, nessa situação, seria uma forma de garantir a manutenção do controle do território frente a situações que podem ser entendidas como ameaças a esse domínio.

No que tange às mudanças experimentadas pela identidade, Pollice (2010, p. 14) traz uma interessante reflexão, afirmando que

Se é verdade que a identidade territorial muda no tempo, estão também mudando os símbolos desta identidade; e às vezes esta mudança é estimulada pela própria representação que os **outsiders** fazem do território e da sua especificidade. Em circunstâncias particulares, a comunidade local pode ser progressivamente induzida a adequar a percepção de si e da própria especificidade cultural, modificando a própria iconografia. Isto acontece, sobretudo, quando os **outsiders** são portadores de uma cultura dominante e os processos de desenvolvimento em escala local apresentam uma matriz fortemente exógena (grifos do autor).

Quando se pensa nos territórios onde são instaladas APs e UCs, como no caso do Caparaó, por exemplo, a situação descrita pelo autor supracitado torna-se, em muitos momentos, marcante, seja na afirmação das identidades territoriais existentes, seja na transformação das mesmas, com o consequente surgimento de novas identidades. Como algumas dessas áreas, ao que parece, têm se tornado espaços que exercem cada vez mais atratividade em sujeitos externos, seja como turistas, seja como moradores temporários ou mesmo permanentes, sendo estes oriundos principalmente de ambientes urbanos, os territórios onde se localizam essas estruturas acabam sofrendo a influência desses novos frequentadores/moradores, que, em geral, possuem uma bagagem cultural diferente daquela dos moradores nativos. Consequentemente, o encontro entre esses grupos, cada qual buscando exercer sua territorialidade tendo como fundamento sua formação cultural, tende a conduzir a mudanças na identidade territorial local ou à afirmação da mesma, de maneira que, neste último caso, essa consolidação geralmente acontece por meio do resgate e validação de aspectos relevantes da cultura dos locais.

No que se relaciona às áreas turísticas, é provável que as mesmas sejam aquelas em que esse processo de mistificação e mudança dos aspectos identitários sejam mais intensos e frequentes (Pollice, 2010). Assim,

Nestas áreas, de fato, a demanda turística contribui para a criação e para a transformação do espaço turístico, agindo como fator desestruturante das valências identitárias do território. Uma consequência do descolamento entre imagem e lugar turístico é, de fato, **a frequente inversão da relação entre a representação da realidade e a realidade mesma**. O lugar se adapta progressivamente à imagem,

perdendo a própria autenticidade ou, em casos extremos, a sua própria identidade territorial (ibid., p. 14, grifos nossos).

No caso das APs e UCs, além da questão turística, existe ainda, em muitos momentos, a perda direta do território, como demonstra Cattaneo (2004). Consequentemente, se pode ter também a eliminação da própria identidade territorial do sujeito ou grupo que perdeu seu território, tendo em vista o que já foi dito sobre a correlação entre esses dois fatores. Não à toa, para parcela dos sujeitos deixar o território muitas vezes é perder ‘o seu sentido de ser no mundo’, tendo em vista que ele somente ‘é’ a partir do território que habita, pois é por meio dele que produz e vivencia o mundo, o seu mundo. É por isso, também, que muitas vezes os processos de desterritorialização são tão pesados e difíceis, mesmo quando envolvem, no caso das APs e UCs especialmente – ou pelo menos deveria ser assim –, o pagamento de indenizações aos sujeitos que são forçados a sair de suas propriedades, pois o que estão perdendo não é apenas uma porção de terra, um pedaço de chão, mas parte significativa daquilo que os fazem ‘ser’ e ‘existir’ no mundo.

No que diz respeito à Região do Caparaó, compreender a identidade territorial exige considerar a correlação entre as territorialidades locais e os aspectos ecológicos da área, uma vez que fatores históricos influenciaram a organização socioeconômica e cultural do território. Entre os aspectos ecológicos, destacam-se o clima, as variações de altitude e a abundância de água. Quanto à organização econômico-produtiva, a produção cafeeira é o elemento mais marcante, ganhando novo impulso nos últimos anos com os cafés especiais. Essas discussões serão aprofundadas mais adiante nesta tese.

Tendo, então, em conta os fundamentos que foram discutidos até aqui, é possível retomar a questão do território, podendo-se afirmar, enfim, que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" – "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) – como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (Haesbaert, 2007, p. 23).

E, uma vez mais, têm-se nas APs e UCs um interessante laboratório onde essas situações que envolvem o território podem ser analisadas. Isso porque, entre outras coisas, essas se caracterizam como estruturas que, ao serem criadas e colocadas em funcionamento, impactam as territorialidades e, por consequência, os territórios de vários sujeitos e grupos sociais, pois impõem novas territorialidades e formas outras de apropriação e uso dos territórios – bem como

dos elementos que sobre eles se fazem presentes –, agora não mais definidos pelos grupos que habitavam esses antes da instalação da AP/UC e que, por isso, possuíam territorialidades próprias, manifestadas nas formas de uso do território, mas demarcadas e delineadas pelos interesses e lógicas de outros sujeitos e grupos sociais, muitas vezes localizados a milhares de quilômetros de distância daqueles territórios e daquelas APs/UCs, ou até mesmo em outros continentes, como foi e continua sendo o caso de muitas dessas estruturas voltadas para a proteção da “natureza” presentes, por exemplo, no continente africano e mesmo aqui na América Latina, inclusive no Brasil.

Toda essa dinâmica envolvendo a produção da natureza, de territorialidades, de identidades territoriais e de territórios por meio das APs e UCs têm conduzido ao surgimento de várias situações nesses espaços, destacando-se, entre elas, os conflitos, que são oriundos justamente das divergências que se manifestam a partir do momento em que se encontram, de um lado, as representações de natureza, as territorialidades, as identidades territoriais e os territórios que são fruto da interação dos sujeitos e grupos sociais locais com seu meio, e, de outro, as representações de natureza, as novas territorialidades e os novos territórios que são produzidos pela criação e funcionamento dessas áreas. As divergências provenientes dessa dinâmica complexa, da qual um dos frutos acaba muitas vezes sendo a limitação de uso do território e dos seus elementos por parte dos sujeitos e grupos sociais residentes nas áreas onde essas estruturas são implantadas, são responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento dos embates, que são denominados de “conflitos ambientais”, bem como pela intensificação e transformação de outros que, por ventura, já existiam sobre esses territórios antes mesmo da criação das APs.

2.5 Conflitos, conflitualidade e conflitos ambientais: conceitos fundamentais para entender a dinâmica sociedade↔natureza

2.5.1 Os conflitos e a conflitualidade

Os conflitos, de maneira geral, são situações que sempre estiveram presentes nas sociedades em todas as épocas da história humana. Desde os primórdios, pode-se dizer, esses fenômenos fizeram parte das relações entre as pessoas, e não apenas entre aquelas que integravam grupos distintos, com culturas e modos de ver e entender o mundo que eram opostos, mas também entre as que pertenciam ao mesmo grupo, como ainda no período atual continua a ocorrer. Os conflitos, nesse sentido, são inerentes à própria sociedade, não

importando seu nível de coesão e homogeneidade (Nascimento, 2001; Jeong, 2008; Bercovitch, Kremenjuk e Zartman, 2009; Simmel, 2011).

Como parte integrante e, é possível dizer, constituinte mesmo das relações sociais, os conflitos perpassam diferentes esferas e aspectos da vida de sujeitos e grupos sociais, indo desde aqueles de cunho individual, como os de ordem psíquica, por exemplo, passando por aqueles que envolvem um número reduzido de indivíduos, como uma disputa no trânsito, e chegando aos que possuem caráter coletivo, que podem opor grupos que pensam o mundo e seus aspectos de forma totalmente diferente, perpassando situações de cunho cultural, político, religioso ou de qualquer outra matriz, podendo levar, inclusive, a enfrentamentos de grande magnitude e violência, como as diversas guerras que se processaram ao longo da história. A maioria dos conflitos, porém, tendem a possuir dimensões bem menores, continuando a ser, entretanto, fenômenos que exercem grande influência na dinâmica social cotidiana de muitos sujeitos e grupos sociais em todas as partes do planeta.

Durante o século XX, muitos foram os pesquisadores que buscaram estudar esse fenômeno, entendendo-o como tendo um papel relevante na dinâmica social, o que contribuiu significativamente para a produção de definições e análises interessantes sobre o conflito. Vale ressaltar que esse contexto foi possível, ao que parece, pelo fato de o século em questão ter sido marcado pela ocorrência de inúmeros conflitos de grande proporção, destacando-se as duas grandes guerras mundiais (Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, e Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945), o que acabou oferecendo um terreno fértil para o crescimento das análises e das teorias em torno do conflito, especialmente no campo da ciência sociológica e no das relações internacionais.

Assim, o conflito social – que é aquele que interesse neste trabalho – é definido de várias formas. Alguns argumentam que esses são disputas pelo acesso a recursos escassos ou pela definição de significados e valores desses mesmos recursos, onde, em muitos momentos, o objetivo é ferir e neutralizar aqueles que lutam na outra ponta, podendo chegar mesmo ao extremo da busca pela eliminação dos oponentes (Coser, 1961). Outros vão afirmar que os conflitos são fruto de situações em que se fazem presentes atividades e interesses que são incompatíveis com aquelas(es) de outros sujeitos, o que ocasiona os embates (Deutsch, 1973, citado por Bercovitch, Kremenjuk e Zartman, 2009; Entelman, 2002). E há ainda aqueles que dizem que os conflitos se referem ao movimento de dois ou mais corpos (sujeitos) que passam a se movimentar um contra o outro, numa ação deliberada para paralisar ou mesmo extinguir a outra parte (Bercovitch, Kremenjuk e Zartman, 2009). O fato é que, em uma situação de conflito, estão sempre presentes dois ou mais indivíduos que, por incompatibilidade de

interesses, acabam se movimentando e colidindo, podendo essa colisão apresentar-se sob diferentes formas e intensidades, indo desde aquelas em que eventos violentos surgem, colocando em risco a própria integridade física dos sujeitos envolvidos no embate, até outras em que os movimentos assumem formatos, pode-se dizer, mais sutis, não englobando violência física, se limitando ao campo das disputas discursivas e simbólicas, por exemplo.

Logo, os conflitos podem ser entendidos como sendo uma gama variada de situações, possuindo algumas características que os identificam, sendo estas: a) a presença de duas ou mais partes em disputa; b) uma situação em que haja escassez de recursos – ou ao menos a impressão de escassez, que pode ser, inclusive, produzida propositalmente –, o que geralmente ocasiona confrontos em torno de seu acesso e uso; c) a existência de comportamentos que são postos em movimento para limitar ou impedir a ação do outro, bem como, em certos casos, para feri-lo ou até mesmo levar à seu extermínio; e d) a presença de objetivos distintos entre sujeitos e/ou grupos sociais (Mack e Synder, 1957, citado por Bercovitch, Kremenjuk e Zartman, 2009). Estas condições podem, ainda, se fazer presentes em diferentes instâncias ou ambientes, desde os indivíduos, passando por grupos sociais específicos e chegando até as próprias nações (Bercovitch, Kremenjuk e Zartman, 2009). Vale frisar que nem sempre todas essas variáveis estarão presentes, o que não suprime a existência do conflito.

O conflito, segundo Bercovitch, Kremenjuk e Zartman (2009), diz respeito a uma disputa violenta entre sujeitos e/ou grupos sociais ou, ainda, a uma situação em que a incompatibilidade de interesses entre estes sujeitos/grupos sociais está posta. Segundo os autores em apreço, a opção pela primeira forma de entendimento do que seriam os conflitos acaba por limitar a capacidade de assimilação de sua dinâmica, muitas vezes dificultando a compreensão das causas que originaram os embates e, conseqüentemente, restringindo possíveis intervenções que objetivem eliminar o conflito ou mesmo transformá-lo, como muitas vezes se busca fazer no campo da resolução de conflitos, sendo preferível, assim, optar pela segunda forma de entender esses fenômenos.

No que diz respeito a esta tese, concorda-se com a visão dos autores supracitados, pois entende-se que o conflito pode apresentar-se de diferentes formas e possuir intensidades variadas, não se limitando a expressões violentas. O conflito enquanto um embate violento entre sujeitos ou grupos sociais diversos é apenas uma das feições que esse fenômeno pode assumir. De igual modo, um mesmo conflito pode passar por variadas etapas ao longo de sua existência, indo de uma forma mais violenta para uma em que as partes envolvidas buscam afastar a guerra total de suas ações, podendo retornar à etapa anterior decorridos alguns anos ou até mesmo algumas décadas. Tudo isso porque os conflitos são fenômenos muito dinâmicos, pois, entre

outras coisas, “[...] envolvem interesses imiscuídos que vão do individual ao coletivo numa mesma dada situação” (Barbanti Junior, 2002, p. 7).

Um aspecto interessante de se entender o conflito como um fenômeno ocasionado pela incompatibilidade de interesses entre partes diferentes são as possibilidades que se abrem para a análise desse fenômeno. Uma dessas diz respeito à percepção de que mesmo diante de interesses divergentes, os sujeitos e grupos sociais podem simplesmente decidir não agir (Bercovitch, Kremenyuk e Zartman, 2009). Ou seja, as pessoas podem perceber que existe algo que é manifestado por outras pessoas (uma ação, uma visão de mundo, uma forma de compreensão da natureza, etc.) que se apresenta de uma maneira que é oposta àquela que esses creem ser a correta ou a mais adequada, porém, mesmo se deparando com essa situação que contraria seu entendimento e até mesmo seu interesse, estes não atuam para se contrapor aos outros, deixando por isso mesmo, por assim dizer. Neste caso, “O conflito é, portanto, visto como uma situação em que as partes percebem a incompatibilidade de objetivos, mas não necessariamente se envolvem em um comportamento mutuamente incompatível”¹⁶ (ibid., p. 4, tradução nossa).

Tratar-se-ia, nesse sentido, segundo os autores supracitados, de um conflito passivo – ou latente, como tem sido argumentado de forma mais rotineira pelo autor desta tese –, pois a incompatibilidade de interesses pode ser evidenciada, mas nenhuma ação visando impor um desejo ou entendimento em detrimento do desejo/entendimento do outro estaria sendo mobilizada. Por outro lado, a partir do momento em que começam a haver movimentos objetivando impor uma visão ou uma condição em oposição a outras, estaria configurado o conflito ativo (ibid.) – ou manifesto, como se prefere neste trabalho e em outros produzidos por nós. Esta é uma compreensão de conflito interessante e que até mesmo contraria a visão mais geral em torno desse fenômeno, pois argumenta a existência do conflito mesmo que não haja uma ação deliberada sendo praticada. Neste caso, a simples incompatibilidade de interesses já denotaria a existência do conflito.

Nesse aspecto, o conceito de conflitualidade (Fernandes, 2008) também se mostra interessante, podendo auxiliar na compreensão da dinâmica dos conflitos sociais, com destaque, em função dos objetivos desta tese, para os ditos “conflitos ambientais”. Por conflitualidade, entende-se “[...] o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento”

¹⁶ No original: *Conflict is thus seen as a situation in which the parties perceive goal incompatibility, but do not necessarily engage in behaviour which is mutually incompatible.*

(ibid., p. 177). Ou seja, a conflitualidade é o estado permanente de tensão existente nas sociedades – e não apenas na capitalista, como argumenta o autor em apreço. Ou seja, nessa perspectiva o estado de tensão permanente pode ainda não ser em si uma situação de conflito, mas é, entretanto, aquela condição que geralmente antecede à ocorrência dos embates, pois se caracteriza pela presença de elementos que produzem a manutenção, no tempo e no espaço, de condições que podem, a qualquer momento, ocasionar o início de um conflito, seja ele qual for.

Especialmente na sociedade capitalista-urbano-industrial, em função dos modos a partir dos quais esta opera, ocasionando pressões diversas sobre sujeitos e grupos sociais variados, bem como produzindo contradições que frequentemente levam, entre outras, a crises dentro do próprio sistema (Harvey, 2016), os estados de tensão entre as camadas sociais que compõem essas sociedades são constantes. Isso mantém a conflitualidade sempre presente, de modo que ao disparar de qualquer gatilho, um dado conflito pode ser iniciado, pois “A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” (Fernandes, 2008, p. 176).

Ainda que falando em torno dos impactos do capitalista sobre uma esfera econômica e social específica, que no caso seria o campesinato, a argumentação de Fernandes (2008) sobre a conflitualidade pode ser muito útil para a compreensão da dinâmica dos conflitos, pois insere no debate a possibilidade de analisar ocorrências que tendem a ser confundidas com situações de conflito manifesto, quando, na verdade, tratam-se de condições que antecedem a esses e que são, também elas, importantes, especialmente para a melhor compreensão das relações sociedade↔natureza. Assim, pode-se argumentar que

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. [...] A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (ibid., p. 178).

Dessa forma, ao diferenciar a conflitualidade do conflito, pode-se dizer que

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. [...] O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. **Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade não.**

Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos (ibid., p. 198, grifos nossos).

Assim, conflito e conflitualidade são, nesse sentido, situações complementares. É o processo de conflitualidade que produz o surgimento, em certos momentos, do conflito em sua forma explícita ou manifesta, entendido, nesse contexto, como sendo o embate direto entre as partes em disputa. A ausência dessa forma de conflito não significa, desta maneira, a ausência de tensão e de disputas, inclusive no campo do simbólico, sendo essas explicadas pelo conceito de conflitualidade, que vem complementar a noção de conflito latente, de modo que a conflitualidade, em essência, “[...] contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais” (ibid., p. 208).

Ainda no que se refere ao conflito, pode-se dizer que, de maneira geral, esse é percebido e entendido no senso comum como sendo algo negativo, que expressa a ausência de compreensão das partes envolvidas nos embates a respeito de algum ou de vários aspectos vivenciados por essas, ocasionando a ocorrência dos enfrentamentos. De igual forma, esse fenômeno também parece ser compreendido como sendo a expressão da presença de algo que não faz sentido, que está fora do lugar, e que, por isso, ‘é errado’, sendo os sujeitos e grupos sociais que manifestam esses comportamentos responsáveis pela ocorrência dos embates.

Por fim, parece também haver uma percepção generalizada de que os conflitos são expressão da ação daqueles e daquelas que se opõem à mudança e ao “desenvolvimento”, o que em certas situações – como o de populações ditas tradicionais se posicionando contrariamente a projetos desenvolvimentistas, por exemplo –, acaba levando a acusações de que esses grupos estariam atrapalhando a “marcha do progresso”. Essa crença generalizada na negatividade dos conflitos, ao que parece, está associada ao fato de que em muitos desses fenômenos são vivenciadas experiências aflitivas e de sofrimento explícito por parte daqueles e daquelas que estão neles envolvidos(as) (Pardo e Nascimento, 2015).

Na teoria social, entretanto, já há algumas décadas o conflito tem sido entendido como um fenômeno que também possui um caráter de positividade, podendo, por isso, representar uma fonte de mudanças sociais que podem ser benéficas para um dado grupo ou sociedade por ele afetado(a). Alguns autores argumentam, por isso, que os conflitos são importantes para a própria manutenção da coesão social dentro das sociedades, mesmo quando levam ao extremo da aniquilação de uma das partes envolvidas na disputa (Simmel, 2011).

Não se tem, aqui, o mesmo entusiasmo que Simmel parece demonstrar quando argumenta em torno de um suposto papel importante que esse processo de aniquilação

produzido pelos conflitos seria capaz de gerar nas sociedades, mas se compreende que, de fato, os conflitos têm a capacidade de desempenhar um aspecto positivo no seio das mesmas, especialmente por serem eficazes muitas vezes na tarefa de trazer à luz, dentre outras, situações de injustiça vivenciadas por sujeitos e grupos sociais específicos.

Essa característica de positividade que os conflitos podem apresentar se deve, entre outras coisas, ao fato de que esses fenômenos são fruto, em muitos momentos, dos inconformismos e das resistências que são manifestados(as) por sujeitos e grupos sociais diversos, que não aceitam passivamente as condições sociais e, pode-se dizer, ambientais a eles impostas pelo modo de produção e consumo capitalista, sinalizando, “[...] positivamente, a continuada busca de uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente viável” (Zhourri e Laschefski, 2010a, p. 16).

Logo, os conflitos, com destaque para os ditos “conflitos ambientais”, tornam-se provavelmente ainda mais relevantes no atual estágio social planetário, especialmente diante dos grandes desafios que se colocam por meio da crise ambiental, pois “[...] denunciam contradições em que as vítimas das injustiças ambientais não só são verdadeiramente excluídas do chamado desenvolvimento, mas assumem todo o ônus dele resultante” (Zhourri, 2008, p. 105). Daí a importância de analisar esse tipo específico de conflito com maior acurácia, como se buscará fazer nas linhas que se seguem.

2.5.2 Os conflitos ambientais: uma manifestação das desigualdades e injustiças que perpassam os processos de produção da natureza

Os conflitos ambientais são uma forma ou ramificação dos conflitos sociais em geral. Sua qualificação enquanto “ambiental” advém, entre outras coisas, do fato de que sua eclosão ocorre em função de disputas que têm como cerne a significação, o acesso e o uso/exploração da natureza. Em outras palavras, a ocorrência desse tipo de conflito está relacionada fundamentalmente ao processo que nesta tese vem sendo chamado de produção da natureza.

A produção da natureza é, em si mesma, impregnada de conflitualidade, pois na dinâmica de sua reprodução, as sociedades se confrontam com diferentes lógicas de significação e uso/exploração dos elementos ambientais (Achselrad, 2004), o que frequentemente leva à embates entre as partes envolvidas nesses processos. Logo, “[...] o uso destes recursos é [...] sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público” (ibid., p. 8).

Assim como os conflitos sociais em geral, é possível afirmar que os conflitos ambientais sempre estiveram presentes na história das sociedades planetárias (Barbanti Junior, 2002), ainda que essa denominação – bem como um maior interesse em se estudar esses fenômenos a partir da ótica da problemática ambiental – tenha surgido apenas em um período mais recente, datando dos últimos cinquenta anos, estando relacionada à eclosão da crise ambiental a partir dos anos de 1960/1970. Mesmo assim, é possível identificar várias situações anteriores a este momento histórico em que disputas foram travadas tendo como centro o acesso e uso dos recursos naturais ou mesmo os processos de degradação do ambiente produzidos pelas múltiplas intervenções humanas sobre o espaço, especialmente após o início da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII.

Nesse sentido, por exemplo, Allier (2007) chama a atenção para algumas disputas que se deram entre o fim dos anos de 1800 até os anos de 1960, período que antecedeu a eclosão da problemática ambiental. Um desses embates foi o que ocorreu na região da Andaluzia, na Espanha, entre mineradores de cobre e a companhia Rio Tinto Mineração. A partir da descrição do conflito realizada pelo autor supracitado, é possível perceber uma série de aspectos presentes nessa ocorrência do final do século XIX que caracterizam situações que, hoje, são denominadas de conflitos ambientais. De maneira semelhante, o autor em apreço também traz outra descrição de embate que poderia facilmente ser identificada como um conflito ambiental moderno. Novamente, trata-se de uma situação envolvendo a mineração de cobre. Porém, dessa vez o caso em questão se desenvolveu em Ashio, no Japão, em 1907, onde a corporação Furukawa teria produzido o primeiro grande evento de contaminação daquele país (ibid.). Por fim, o autor em questão também relata o caso dos conflitos envolvendo mineradores no Peru, durante praticamente todo o século XX.

Assim como Alier (2007), Pádua (2002), em um interessante livro em que analisa o pensamento político e, em suas palavras, a “crítica ambiental” no cenário brasileiro entre os anos de 1786 e 1888, ilustra a ocorrência de várias situações que, hoje, poderiam ser denominadas de conflitos ambientais, inclusive no que dizia respeito, já naquele momento, à própria definição da legislação da época, que, como evidenciado por Laschefski, Dutra e Doula (2012), muitas vezes induz à ocorrência de conflitos antes mesmo da materialização sobre o território dos projetos e ações que são por elas idealizados(as). Assim, Pádua (2002, p. 32) apresenta o contexto vivenciado à época pelo Brasil, afirmando que “A vontade de combater a destruição ambiental, que efetivamente existia na mente de alguns, chocava-se com o interesse imediato da elite socioeconômica do país”.

Entre os exemplos retratados pelo autor em apreço, destaca-se o caso das disputas que se processaram na região de Ilhéus, na Bahia, a partir do final dos anos 1700. Segundo Pádua (2002, p. 93), na visão de alguns sujeitos daquele período que desenvolveram uma certa preocupação com a “natureza”, “A população local não utilizava corretamente a sua riqueza florestal, dedicando-se a uma agricultura banal e predatória”, o que teria levado à degradação das matas nativas da região. Por conta disso, e, especialmente, pelos apelos de pessoas influentes de então, tais como Ferreira da Câmara, que à época em que residiu na Bahia foi proprietário do Engenho da Ponta, onde instalou uma série de inovações que o tornaram uma referência no estado, e de Francisco Nunes, desembargador, nomeado inspetor dos Reais Cortes em 1792, entre outros, foi que algumas legislações e determinações foram criadas voltadas para a tentativa de proteção dos recursos florestais em Ilhéus (ibid.). Dentre elas, destaca-se o estabelecimento de uma linha imaginária em torno das matas próximas ao mar nos distritos onde ocorriam as maiores devastações, passando a ser proibido nesses espaços a realização de qualquer roçado, de modo que os que ousassem realizar alguma intervenção nessas áreas, corriam o risco de sofrer rigorosos castigos (ibid.). Entretanto, logo após o estabelecimento dessa regra “[...] ficou claro, porém, que seria difícil proibir os roçados, tanto devido ao ‘grande clamor dos povos que viviam da lavoura’ quanto pela ‘sensível falta que entrou a sentir-se do pão da mandioca no celeiro público’” (ibid., p. 99). Além disso, “[...] as matas sofriam com a ação dos pequenos fabricantes de barcos, que usavam a melhor madeira em detrimento da Marinha Real” (ibid., p. 99).

Todos esses embates não foram considerados e examinados no momento em que se desenvolveram sob a ótica dos conflitos ambientais. Porém, ao se realizar uma análise mais atenta dos mesmos, tomando a perspectiva dos conflitos ambientais como balizadora, é possível perceber a presença de vários aspectos que poderiam configurar muitas dessas disputas como sendo de cunho ambiental. Entretanto, pode-se afirmar que, mesmo diante dessas e de outras evidências que demonstram a ocorrência desses fenômenos em praticamente toda a história humana, é especialmente a partir dos anos de 1990 que a temática dos conflitos ambientais adquire maior envergadura nos debates acadêmicos a nível internacional, chegando com mais força no Brasil no início dos anos 2000. É nesse momento que começam a surgir, por aqui, teorizações em torno do conceito desse fenômeno, com autores como Little (2001) e Acsegrad (2004), dentre outros, bem como trabalhos que passam a enfocar mais atentamente situações caracterizadas como sendo de conflitos ambientais.

Nesse cenário, Little (2001, p. 107), por exemplo, vai afirmar que os conflitos ambientais são aqueles envolvendo “[...] disputas entre grupos sociais derivados dos distintos

tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. Ou seja, nos conflitos ambientais estão inseridas lógicas diversas acerca da apropriação e uso dos recursos não humanos. Quando essas lógicas se chocam sobre o território, os conflitos eclodem, produzindo embates entre os sujeitos e grupos sociais envolvidos nesses processos de apropriação.

O autor em apreço também destaca que o conceito “socioambiental”, sobre o qual ele discute a temática dos conflitos, envolveria, ainda, três outras dimensões: a) o mundo biofísico e seus variados ciclos naturais, ou seja, a própria dinâmica natural do planeta, com seus múltiplos processos que se desenvolvem de forma contínua; b) o mundo humano, com todas as suas estruturas sociais, acompanhadas pelos movimentos constantes que são típicos de sua dinâmica; e c) o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses “dois mundos”, destacando-se, nesse caso, os processos de apropriação, uso e produção dos recursos que são desenvolvidos a partir das ações humanas, e que têm como base justamente os atributos presentes no ambiente “natural” (ibid., p. 107).

Contudo, ao se tomar como referência para a análise dos conflitos ambientais a ideia de produção da natureza, que vem sendo desenvolvida neste trabalho, nota-se que o emprego que o autor em apreço realiza do adjetivo “socioambiental” para qualificar os conflitos em torno do acesso e uso dos elementos que compõem o ambiente, continua a reproduzir, ainda que de forma não intencional, a velha dicotomia sociedade-natureza. Isso porque, no entendimento emitido pelo autor em questão, a ideia de ambiente, por si só, parece não ser capaz de expressar a totalidade das relações presentes no espaço, sendo por isso necessário o enxerto da palavra “sócio” à palavra “ambiental”, formando então o adjetivo “socioambiental”, recurso que, inclusive, também já foi utilizado pelo autor desta tese de modo, pode-se dizer, equivocado em outro momento (Souza, 2016).

Neste caso, corrobora-se com a crítica elaborada por Souza (2019, p. 184) acerca do uso do termo “socioambiental” para caracterizar esse tipo de conflito, tendo em vista que “[...] a expressão ‘conflitos socioambientais’, tão em voga no Brasil, é *duplamente redundante*: em primeiro lugar, porque *todo conflito é social*; em segundo lugar, *porque a dimensão social já está embutida no conceito de ambiente, que não deve ser confundido com sua redução ‘naturalista’ a um ‘meio ambiente’*” (grifos do autor), preferindo-se, por isso, a expressão “conflitos ambientais”, como já tem sido empregada ao longo de todo o texto até aqui redigido.

Ao continuar com sua argumentação, Little (2001, p. 108) realiza uma classificação dos conflitos ambientais, categorizando-os em três tipos diferentes: a) os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; b) os conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e c) os conflitos em torno do uso dos conhecimentos

ambientais. Guardadas as críticas elaboradas acima, esse tipo de sistematização representa um avanço importante para o estudo dos conflitos ambientais, pois vai além de uma simples definição generalista dos mesmos, possibilitando análises que permitem reconhecer os variados fatores que estão por trás da ocorrência desses fenômenos, bem como as múltiplas dinâmicas que esses podem apresentar.

A divisão dos conflitos ambientais proposta por Little (2001) parece se assemelhar, nesse sentido, àquela proposta alguns anos depois por Zhouri e Laschefski (2010a). Segundo esses dois autores, os conflitos ambientais vão surgir como consequência dos processos diferenciados a partir dos quais o mundo material é apropriado pelos diferentes sujeitos e grupos sociais que disputam os significados da natureza e a posse de seus recursos, ou seja, que concorrem pela produção de naturezas diversas.

Sendo assim, os autores supracitados dividem os conflitos ambientais em três categorias: 1) os conflitos ambientais distributivos; 2) os conflitos ambientais espaciais; e 3) os conflitos ambientais territoriais. De modo geral, os conflitos distributivos são definidos como sendo aqueles que “[...] manifestadamente, indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais” (Zhouri e Laschefski 2010a, p. 18). Já os espaciais, são os que “[...] abrangem aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água etc.” (ibid., p. 21). Por fim, os conflitos ambientais territoriais se caracterizam por configurar “[...] situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial” (ibid., p. 23).

Ao destacarem o papel que os conflitos ambientais desempenham nas sociedades atuais, os autores supracitados afirmam, ainda, que é por meio desses que “[...] exprimem-se as contradições do agenciamento espacial de atividades e formas sociais de uso e apropriação dos recursos territorializados” (ibid., p. 17). Os conflitos, nesse caso, parecem assumir um aspecto benéfico, pois é a partir deles que várias situações de injustiça, e até de violência, vivenciadas pelas populações que são diretamente impactadas pelas consequências ambientais negativas de atividades que se dão na esteira do modo de produção e consumo capitalista-urbano-industrial passam a ser conhecidas, podendo, assim, ser combatidas através de mobilizações diversas em torno dos direitos dessas populações, dentre eles, o de ter garantida a continuidade de seus modos de vida e do acesso aos recursos ambientais necessários para a manutenção destes modos.

Aqui vale um adendo importante, porém. Ao se argumentar em torno da positividade dos conflitos ambientais, bem como sobre o caráter universalista que os conflitos em geral assumem nas sociedades desde seus primórdios, tanto os autores supracitados como o que escreve esta tese, não desejam afirmar uma naturalidade acrítica acerca desses fenômenos, como se, por serem eles parte integrante e formadora mesmo das sociedades, não pudessem, por isso, ser questionados e confrontados, especialmente no que concerne às causas que levaram e levam à existência desses. Caso fosse essa a postura adotada, tanto neste trabalho quanto naquele produzido por Zhouri e Laschefski (2010), perder-se-ia toda a capacidade de análise crítica tanto dos conflitos em si quanto de suas causas, o que, entende-se, não faria sentido dentro de uma perspectiva dialética que se pretende por meio desta pesquisa.

Logo, a naturalidade do conflito e seu caráter de positividade devem ser compreendidos sempre a partir de uma visão crítica, enquanto, no caso do primeiro aspecto, presença que não deve ser olvidada e nem tomada apenas como sintoma de perturbações negativas no sistema, quase uma patologia nessa última acepção, e, no caso da segunda característica, como sinal que evidencia, muitas vezes, a existência de situações que oprimem, excluem, retiram a dignidade e impõem pesadas condições de degradação sobre determinados grupos sociais, enquanto produz bonança e benefícios praticamente ilimitados a outros grupos, que assumem, por isso, posição de privilegiados. Por estarem ligados, sobretudo, a contextos políticos, econômicos, sociais e ecológicos (Bob e Bronkhorst, 2010), os conflitos, em geral, e os ambientais, em particular, devem ser, nesse sentido, entendidos e analisados acima de tudo como manifestações das desigualdades sociais e ambientais que perpassam as sociedades atuais.

Retomando Zhouri e Laschefski (2010a), é importante frisar que, apesar dessa categorização dos conflitos, esses não se configuram enquanto fenômenos estanques. Isso quer dizer que muitos conflitos ambientais podem apresentar, em sua dinâmica, características de mais de uma das categorias propostas pelos autores supracitados, como eles próprios procuraram deixar claro. O fato de haver essa categorização não impede que os conflitos se apresentem como fenômenos multifacetados, demandando dos estudos sobre a temática uma análise sempre atenta e bem fundamentada para que estes possam ser compreendidos em toda sua complexidade.

Feita essa ressalva, entende-se, neste trabalho, que essa proposta, assim como aquela realizada por Little (2001), tem um papel relevante na análise dos conflitos ambientais, pois ao estabelecer uma diferenciação entre eles, permite, entre outras coisas, uma melhor percepção da complexidade que esses fenômenos podem assumir, superando, dessa forma, as leituras mais simplistas, que, ao não teorizar sobre esses processos, tendem a produzir análises

homogeneizadas dos mesmos, levando a uma percepção errônea de que esses seriam sempre iguais ou teriam sempre uma mesma dinâmica. De forma semelhante, tais análises, desprovidas de maior rigor teórico, podem levar a uma confusão entre situações, onde problemas e impactos ambientais acabam sendo tratados como se fossem sinônimos de conflitos ambientais, como bem observou o próprio Laschefski em outro trabalho (Laschefski, 2017).

É importante evidenciar, ainda, que em boa parte das vezes os problemas e os impactos ambientais negativos caminham juntos às situações de conflito. Porém, não se deve confundir alhos com bugalhos, pois apesar de quase sempre os conflitos ambientais terem início em função da ocorrência de algum problema ou impacto ambiental, nem todo problema ou impacto de ordem ambiental acabará produzindo um conflito (Souza, 2019). Os conflitos ambientais são produto de uma série de variáveis, sendo os impactos ambientais negativos “apenas” uma delas, ainda que sejam, em boa parte das vezes, a principal.

É por conta disso que se pode afirmar que “A percepção de um problema ou conjunto de problemas como sofrimento e deterioração da qualidade de vida não enquanto fatalidade (‘vontade de Deus’, ‘destino’ etc.), mas sim como uma injustiça socialmente produzida e evitável, depende de todo um contexto cultural e social-psicológico” (ibid., p. 174). Assim, não basta que haja a ocorrência e mesmo a percepção de um impacto ambiental – seja ele qual for e tenha ele a magnitude que tiver – para que se configure um conflito de ordem ambiental, pois “[...] uma vez havendo um sentimento de indignação, a tradução da indignação popular e das tensões em *conflitos manifestos* dependerá de vários fatores, com destaque para a cultura política, a conjuntura, o papel das instituições e o nível de organização da sociedade civil” (ibid., p. 174-175, grifos nossos). Do contrário, poderá se ter uma situação em que a conflitualidade esteja presente, mas a manifestação do conflito não ocorra, podendo originar, por outro lado, um conflito latente, que pode ou não se transformar em manifesto dependendo das variáveis presentes na dinâmica socioterritorial dos sujeitos e grupos sociais que são afetados por esses eventos. A complexidade dos conflitos é, então, evidente.

É a partir da percepção dessa complexidade apresentada pelos conflitos que Acsehrad (2004) vai tecer, assim, suas considerações sobre esses fenômenos. Partindo de uma visão mais abrangente e profunda dos conflitos ambientais, e criticando, inclusive, a própria definição desses fenômenos elaborada por Little (2001), bem como às que foram produzidas por outros autores que abordaram essa questão, Acsehrad (2004, p. 17) argumenta que a “sociologia da questão ambiental” enfrenta dificuldades para “caracterizar as especificidades dos ‘conflitos ambientais’ como objeto científico”. Logo, para esse autor, existiriam três concepções principais de conflitos ambientais. A primeira delas seria a evolucionista. Segundo Acsehrad,

essa concepção visualiza o “meio ambiente” fundamentalmente sob a ótica evolucionista, centrando suas análises em torno das “[...] formas adaptativas do homem como espécie animal” (ibid., p. 17). Por essa perspectiva, “[...] os conflitos ambientais oporiam entre si ‘as diferentes formas de adaptação dos atores sociais ao mundo natural, juntamente com suas ideologias e modos de vida respectivos’” (ibid., p. 17).

Por outro lado, segundo o mesmo autor, outros grupos tendem a ver os conflitos ambientais fundamentalmente a partir de uma ótica que ele denomina de “economicista”. Desse modo, os conflitos ambientais seriam, para esses grupos, de dois tipos: conflitos por distribuição de externalidades e conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais. Logo, essa forma de enxergar os conflitos ambientais, ainda que acertadamente perceba a gênese desses processos na fronteira social entre o mercado e o não-mercado, seria frágil e incompleta, pois “[...] vê-se aprisionada pela hegemonia das categorias mercantis” (ibid., p. 18).

Partindo dessa compreensão manifestada por Acselrad (2004) e tendo como plano de fundo esse entendimento, pode-se dizer, mercadológico dos conflitos ambientais, é possível supor que estes sempre são vistos por essa perspectiva como sendo problemas a serem solucionados, tendo como mecanismos de resolução efetivos apenas aqueles que são concebidos dentro dessa lógica de mercado, de maneira que qualquer outra possibilidade plausível de ser gestada fora desse ideário acaba sendo vista como ruim e/ou ineficiente, o que, em última análise, tem potencial de levar à ocorrência de novos conflitos. É nesse sentido, também, que o campo da “gestão de conflitos” vem crescendo de forma considerável nos últimos anos, especialmente através da produção de farta bibliografia sobre a questão, “[...] cujo apanágio é aprimorar estratégias para amortecer choques e tornar as tensões ‘maneáveis’ e ‘construtivas’” (Souza, 2019, p. 205), sempre, é claro, tendo como alicerce o modo de pensar e significar o mundo gestado no seio da sociedade capitalista-urbano-industrial e que, por isso mesmo, desconsidera que “[...] muitos interesses sejam, em ultimíssima instância, *irreconciliáveis*” (ibid., p. 205, grifos do autor).

Acselrad (2004) enxerga, ainda, um terceiro ponto de vista a partir do qual os conflitos ambientais são analisados, sendo esta uma visão dos conflitos permeada pelo entendimento de que esses seriam “[...] expressões de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento” (ibid., p. 18). Para o autor, mesmo essa interpretação é limitante, tendo em vista que “Sua existência [...] aparece aqui como restrita a fronteiras definidas em grande parte por especificidades espaciais, e não como pertinente às fronteiras sociais mais disseminadas da vigência do mercado e das relações capitalistas” (ibid., p. 18). Ou seja, essa ótica restringiria as análises dos conflitos ambientais às divergências entre as concepções de mundo das sociedades

capitalistas-urbano-industriais e aquelas que se mantêm às margens desse modelo, praticando formas de apropriação, uso e produção da natureza que são distintas das praticadas pelo primeiro grupo. Tal abordagem desconsideraria, dessa maneira, todas as contradições que atravessam as sociedades capitalistas-urbano-industriais, sendo essas contradições também causas de conflitos diversos no interior dessas mesmas sociedades, dentre eles os ambientais.

Partindo, então, desse reconhecimento e, ainda, de uma abordagem fundamentada na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu 1996, o autor em apreço formula uma definição de conflitos ambientais. Para ele, esses conflitos são

[...] aqueles envolvendo grupos sociais **com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território**, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004, p. 26, grifos nossos).

Embora seja significativa e importante, a definição proposta por Acselrad parece concentrar-se nos embates que ocorrem “apenas” entre sujeitos ou grupos com perspectivas de uso territorial distintas, assemelhando-se, nesse sentido, à ideia de conflitos territoriais apresentada por Zhouri e Laschefski (2010a). Esse fato acaba limitando, até certo ponto, as análises dos conflitos ambientais, pois como bem demonstra Laschefski (2017) ao revisitar o processo de discussão em torno da problemática envolvendo a epistemologia desses conflitos, os conflitos ambientais territoriais têm como característica, na maioria das vezes, serem irreconciliáveis, pois o que está em jogo são os próprios territórios e, com isso, as possibilidades de reprodução socioeconômica e cultural dos grupos que dele dependem. Esse não é o caso, em certos momentos, dos conflitos espaciais e dos distributivos, que podem ser solucionados ou ao menos minimizados a partir de adaptações, seja de ordem administrativa ou técnica, como argumentam Zhouri e Laschefski (2010a).

Ainda assim, a definição em voga se mostra relevante, pois tendo a mesma em conta, pode-se dizer que os conflitos ambientais, ao fim e ao cabo, ‘são fenômenos relacionados aos processos de produção da natureza’, estando ligados às dinâmicas de reprodução socioeconômica, política e cultural que são realizadas pelas sociedades em seu processo diário de experimentação e vivência do e no mundo. Além disso, é possível argumentar também, uma vez mais com Acselrad (2004), que as disputas pelo acesso e uso dos recursos ambientais envolvem, além dos aspectos materiais, no sentido da apropriação direta desses recursos, também os sentidos culturais que são dados ao ambiente e aos elementos que o conformam.

Logo,

Deste ponto de vista, se considerarmos o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não é ambientalmente benigno – **redistribui o poder sobre os recursos territorializados**, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas localizações. [...] **Pois o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço**, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, **pela afirmação de certos projetos** em contextos de desigualdade sociopolítica (ibid., p. 19, grifos nossos).

Vê-se, assim, que os conflitos que se desenvolvem em torno das questões ambientais envolvem os próprios significados que são dados à natureza e aos seus componentes, novamente em um processo constante de ‘produção de naturezas diversas’. À vista disso, os conflitos ambientais podem também ser definidos como sendo aqueles “[...] *que envolvem a (re)apropriação social da natureza (no sentido de ‘natureza primeira’), incluindo a sua transformação material, o controle dos recursos e a sua valoração e ressignificação*” (Souza, 2019, p. 175, grifos do autor).

No que diz respeito às APs modernas, essas estruturas, desde seus primórdios de existência, sempre estiveram envoltas em várias disputas pela definição da natureza e, por consequência, dos usos que seriam realizados dos elementos presentes nos territórios por elas produzidos, bem como de quais sujeitos e grupos sociais estariam autorizados a realizarem esses usos. Assim, ao se voltar o olhar para as APs, especialmente as brasileiras, com destaque, ainda, para as UCs, especialmente aquelas ditas de proteção integral, como o ParNa Caparaó, e tendo como pressupostos teóricos as perspectivas apresentadas até aqui, percebe-se que em praticamente todas elas ocorrem processos vários de produção da natureza.

Nesse contexto, uma das manifestações mais recorrentes que se revela nos espaços onde essas estruturas são constituídas são justamente os conflitos ambientais, que, como se buscou evidenciar nos parágrafos anteriores, estão diretamente relacionados aos embates que se fazem sobre o território pela definição dos significados de natureza que serão hegemônicos e que, por consequência, definirão também as formas aceitas e as não aceitas de apropriação e uso/exploração do ambiente. Esses fenômenos, porém, não são homogêneos, apresentando uma multiplicidade de formas e dinâmicas. Para melhor entender alguns desses conflitos, assim como outras situações existentes nas APs e em seus entornos, faz-se necessário, agora, além dos pressupostos teóricos já apresentados, ter uma compreensão básica sobre como essas estruturas, em sua forma moderna, foram concebidas, bem como os conceitos de natureza que

estiveram e ainda estão por trás da constituição de boa parte dessas áreas. É o que se buscará realizar no próximo capítulo desta tese.

3. AS RELAÇÕES SOCIEDADE↔NATUREZA VISTAS A PARTIR DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

3.1 Introdução

Neste capítulo, será explorado o processo de surgimento das áreas naturais protegidas em sua configuração moderna. Inicia-se com uma breve revisão histórica, apontando as discussões e acontecimentos que levaram à emergência da ideia de criação de espaços específicos destinados à proteção da “natureza”. Apresenta-se, dessa maneira, o contexto geral a partir do qual essa perspectiva surgiu, demonstrando as correntes de pensamento, as razões históricas e os interesses que perpassaram o advento da ideia.

Em seguida, passa-se para o contexto nacional, onde são destacados, ainda que de maneira não exaustiva, alguns dos movimentos, sujeitos e acontecimentos que antecederam e influenciaram a criação das primeiras APs em território brasileiro. Posteriormente, se discute brevemente o processo de expansão dessa política no país, demonstrando algumas das principais consequências territoriais e sociais da mesma. A partir desse momento, o termo UC (ou UCs) passará a ser utilizado com mais frequência, tendo em vista o contexto específico do Brasil com relação a essas áreas e que já foi brevemente explicado anteriormente.

Na sequência do capítulo, é apresentada uma visão geral acerca do contexto atual das UCs brasileiras, evidenciando-se algumas das principais dinâmicas da relação sociedade↔natureza que ocorrem nesses espaços e nas áreas que são por eles impactadas, com ênfase nas situações de conflitos ambientais aí existentes.

Toda discussão aqui empreendida será permeada pela perspectiva da produção da natureza, já debatida no capítulo anterior, tendo em vista que ‘se parte da compreensão’ de que as APs – e UCs – são, elas mesmas, formas de natureza produzida.

O objetivo primeiro do capítulo é permitir que os leitores possam ser introduzidos de maneira mais intensa no panorama das APs e UCs, possibilitando a estes um melhor entendimento no que concerne à origem dessas estruturas, bem como nas dinâmicas que são por elas produzidas nos territórios onde são criadas. Além disso, busca-se também preparar o caminho para que se possa adentrar nas análises que serão realizadas das dinâmicas presentes no ParNa Caparaó e seu entorno, que são o objeto primordial de estudo desta tese.

3.2 O surgimento das áreas naturais protegidas modernas: a produção da natureza por meio dos parques nacionais

As Áreas Naturais Protegidas (APs) são, fundamentalmente, estruturas criadas com o objetivo principal de proteger determinadas áreas do planeta – tidas como “naturais” – das atividades humanas. Mas, de onde surgiu a ideia de separar parcelas específicas da superfície da Terra e “isolá-las” das intervenções humanas? Quais foram os fatores que motivaram essa concepção? Quais pressupostos culturais, científicos e ideológicos estiveram por trás do surgimento dessas estruturas? Quais foram as significações de natureza que impactaram na constituição das primeiras APs modernas? E na atualidade, quais são os interesses e as significações de natureza que moldam e influenciam nas relações sociedade↔natureza que se processam nesses espaços e em suas áreas de influência imediata? Indagações como essas, além de outras mais, que são fruto da constante inquietação que surgiu a partir das leituras e análises que foram se fazendo ao longo da caminhada acadêmica e profissional do autor desta tese, é que conduziram à argumentação que se segue nas linhas e páginas abaixo.

Inicialmente, e de maneira geral, pode-se dizer que as APs surgiram a partir da compreensão de que as ações e intervenções sociais sobre o ambiente – que, nesse caso, era tomado como sendo o ambiente “natural” – eram sempre prejudiciais, sem distinção de grupos e modos de vida, acarretando problemas para a “natureza” e para as espécies não humanas que a habitavam. Logo, é possível afirmar que a ideia de constituição de espaços destinados à proteção de uma suposta “natureza natural” partiu da compreensão de que a sociedade não era parte da natureza, sendo a segunda uma externalidade diante da primeira, tendo esse entendimento emergido a partir da consolidação do conceito de (suposta) separação sociedade-natureza que já vinha se materializando há vários séculos, como se buscou evidenciar anteriormente.

Assim, a constituição dessas áreas toma forma, especialmente durante o século XX, como uma reação de parcelas da sociedade capitalista-urbano-industrial diante dos muitos problemas ambientais que surgiram a partir das profundas transformações induzidas pelo processo de industrialização (Castro Júnior, Coutinho e Freitas, 2009). Há consenso de que o marco temporal que inaugurou a era moderna das APs foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872. Essa não foi, no entanto, a primeira AP a existir no mundo, pois evidências históricas sugerem que em períodos que antecederam esse acontecimento, a destinação de áreas para a proteção de algum recurso natural específico já era realizada, ainda que as motivações que levavam à criação desses espaços passassem, grosso modo, por outros

aspectos diferentes daqueles que conduziram à criação de Yellowstone, que foi, isto sim, o primeiro parque nacional.

Vallejo (2002, citando Bennet, 1983), por exemplo, argumenta que existem evidências que indicam que na Mesopotâmia (atual Iraque, Irã e Jordânia) já haviam sido concebidas áreas destinadas à proteção de recursos naturais, objetivando evitar a escassez de recursos importantes para o desenvolvimento das sociedades que lá se localizavam. Citando Oliveira (1999), o autor em apreço afirma, ainda, que também no Irã, em torno de 5.000 a. C., foram criadas reservas de caça e leis voltadas à proteção de áreas específicas.

Em relação ao Ocidente, registros históricos revelam que iniciativas que tiveram como objetivo a destinação de áreas para fins específicos de preservação/conservação de certas espécies animais ou vegetais vêm ocorrendo desde pelo menos a Idade Média, tendo surgido primeiramente na Europa (Quintão, 1983; Vallejo, 2002). Essas iniciativas foram colocadas em andamento fundamentalmente pela nobreza e a aristocracia rural da época, e a motivação que embasava essas práticas era basicamente a de separar certas áreas para uso exclusivo desses grupos, especialmente para que nelas se pudesse realizar a caça, ou, ainda, objetivando “[...] a proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro” (Vallejo, 2002, p. 3). Logo, “O objetivo não era a subsistência nem havia qualquer sentido social mais amplo como, por exemplo, lazer e recreação para o público em geral” (ibid., p. 3).

Ainda sob o ponto de vista da origem das concepções em torno da destinação de áreas específicas para a proteção da “natureza”, “Originalmente – e, talvez, paralelamente – a ideia de se reservar determinados espaços tem, pelo menos, duas motivações: a preservação de lugares sagrados e a manutenção de estoques de recursos naturais” (Bensusan, 2014, p. 32). Exemplo da primeira dessas motivações é encontrado na criação de florestas sagradas na Rússia (Devemport e Rao, 2002, citados por Bensusan, 2014). Sobre a segunda motivação, as próprias reservas de caça criadas no Irã há cerca de 5.000 a. C., mencionadas por Vallejo (2002), se caracterizam enquanto uma amostra desse objetivo.

Observando essas evidências, é possível asseverar que se tratavam de situações em que a natureza era tida, já naquele momento, como uma fonte de exploração e fornecimento de recursos, mesmo que a ideia de que era preciso “tortura-la” afim de “extrair os seus segredos” que, mais tarde, conduziria ao imaginário da “dominação da natureza”, ainda não tivesse sido concebida. Vê-se, então, que por traz desse processo de preservação/conservação de determinados recursos, sempre existiu um conceito próprio do que a natureza seria, que, por conseguinte, conduzia a formas de uso específicas que dela eram feitas.

Muitas dessas estratégias de proteção da “natureza”, no entanto, tiveram como característica a efemeridade, não se constituindo enquanto políticas ou movimentos duradouros no tempo e no espaço, como viria a ser a constituição de APs após a inauguração de Yellowstone. É exatamente por isso que esse evento é tido como o marco temporal que dá início à era moderna das APs no mundo. Basta ver, por exemplo, que após a criação desse parque, muitos outros países seguiram caminho parecido, criando seus próprios parques nacionais, tais como o Canadá, em 1885, a Nova Zelândia, em 1894, a Austrália e a África do Sul, em 1898, a Suécia e a Suíça, em 1914, a Argentina, em 1922, e o próprio Brasil, que estabelece seu primeiro parque nacional em 1937 (Quintão, 1983; Vallejo, 2017).

Como já mencionado brevemente, as transformações produzidas e induzidas pelas Revoluções Industriais levaram a mudanças significativas, tanto nos espaços urbanos quanto nas regiões rurais. Essas mudanças conduziram, por sua vez, a reflexões e questionamentos crescentes por parte de certos setores das sociedades acerca das formas como a “natureza” era significanda e, conseqüentemente, apropriada e explorada. Alguns grupos e indivíduos começaram a relacionar problemas que passaram a afetar com mais intensidade especialmente o meio urbano justamente ao modo como a “natureza” era entendida, apropriada e explorada. É exatamente desses grupos que vão surgir os primeiros debates sobre a criação de espaços destinados à proteção da “natureza”.

Vale destacar, ainda que brevemente, as mudanças na forma como parte da sociedade da época passou a enxergar a “natureza”. Ainda que não tenha rompido com a essência de entendê-la como uma externalidade frente às sociedades, é imprescindível sublinhar, parcela importante das pessoas nas sociedades capitalistas começaram a ver a “natureza” não mais como lugar de degradação, da perversão, ambiente de horrores diversos e ameaças significativas, mas, ao contrário, como espaço sublime, local de contemplação e de volta às raízes iniciais da humanidade. Além disso, também passaram a perceber as intervenções humanas muitas vezes como sendo cruéis, violentas e degradantes das condições de existência de outras espécies, sendo, por isso, necessário cessá-las ou ao menos diminuir sua incidência de forma significativa (Thomas, 1988; Camargos, 2006).

Thomas (1988, p. 84) chama essa mudança do olhar sobre a “natureza”, inclusive, de uma verdadeira revolução, pois essa transformação na perspectiva das pessoas da época

[...] não afetou simplesmente os cientistas profissionais ou aquele crescente corpo de membros da **gentry**, clérigos e damas que fizeram da dedicação à história natural amadora um dos mais característicos passatempos de classe média do século XVIII; ela também teve um efeito traumático na atitude da gente comum, tornando obsoletos

muitos pressupostos que tinham feito parte das atitudes populares diante da natureza (grifos do autor).

Também ilustrando essa transformação, Cronon (1996) afirma que ao se voltar 250 ou 300 anos antes do período hodierno, é possível perceber a ausência de maior sensibilidade das sociedades em relação à “natureza” e seus componentes – espécies não humanas aí incluídas, bem como as culturas consideradas “bárbaras” e “selvagens” –, pois, entre outras coisas, não era comum se observar tantas pessoas caminhando e buscando em lugares remotos, ainda pouco modificados pelas ações humanas, experiências que atualmente são denominadas de “selvagens”, “místicas”, “naturais” ou, ainda, “de conexão com a natureza”. Essas situações, que passaram a ser cada vez mais frequentes especialmente a partir do início das intensas transformações vivenciadas pelos espaços urbanos com as Revoluções Industriais e do surgimento dos movimentos que reivindicavam maior cuidado com a “natureza”, eram possivelmente inimagináveis algumas décadas antes desses acontecimentos.

Retomando brevemente a discussão sobre a expressão “*wilderness*” (que no Brasil geralmente é traduzida como “selvagem” ou, ainda, “natureza selvagem”) a partir do autor em apreço, é possível observar que no século XVIII – e antes –, nos países de língua inglesa, essa era utilizada para fazer referência a lugares e paisagens que carregavam significados e simbolismos muito diversos em relação àqueles que posteriormente viriam a ser associados a esses(as). Nesse sentido, uma área ou paisagem que era tida como “*wilderness*” era sinônimo de um ambiente hostil, ruim, estéril, além de outros adjetivos que, na maioria das vezes, não tinham a conotação positiva que, especialmente a partir do século XIX, passou a ser vinculada a essa expressão (ibid.).

Nota-se, assim, uma significativa mudança na maneira como a “natureza” era entendida e significada por parcelas da sociedade capitalista-urbano-industrial da época, especialmente entre o final do século XVIII e o início do XIX, sendo essas encabeçadas fundamentalmente por setores dessa sociedade mais ligados à academia, à literatura e às artes em geral. As pessoas que formavam estes setores, muitas das quais com condições financeiras significativas e influência política relevante, passaram a ver na cidade o que antes era reservado aos espaços “naturais”. Toda a sujeira, a perversão, a violência, a perversidade, a maldade e os horrores que durante séculos foram associados à “natureza”, começaram a ser conectados à vida urbana, passando as cidades à condição de degradadas e degradantes (Thomas, 1988), sendo, então, urgente a proteção de áreas onde os tentáculos da industrialização e da urbanização ainda não haviam alcançado.

Evidencia-se, dessa maneira, como as visões de natureza foram sendo moldadas na

sociedade capitalista-urbano-industrial com o avanço do conhecimento científico, de um lado, e segundo os interesses de diferentes grupos sociais partícipes dessa sociedade, de outro. Por conseguinte, buscavam-se tanto formas de justificar sua dominação, quanto de fomentar sua suposta proteção. Novamente, é mister citar a sagaz observação de Porto-Gonçalves (1989) e afirmar, juntamente com esse autor, que “o conceito de natureza não é natural”, pois evidenciase que sua representação, entendimento e significação são fruto das produções socioculturais e históricas que dela foram sendo feitas ao longo do tempo, sempre pautadas pelos interesses dos diferentes grupos que buscavam defini-la, seja para se apropriar e explorar seus componentes, seja para supostamente protegê-la das intervenções sociais. As APs, com destaque para a categoria “Parque Nacional”, entende-se, não estiveram – assim como, ainda hoje, não estão – fora dessa dinâmica.

As décadas finais do século XIX consolidam a mudança na percepção e significação da “natureza”. O que antes era tomado como a antítese de tudo aquilo que era organizado e de bom grado, passa a ser comparado ao próprio Jardim do Éden (Cronon, 1996). Com a continuidade do avanço da história ambiental e da reflexão em torno dessas questões, materializaram-se movimentos que passaram a reivindicar a criação de espaços especiais onde a “natureza” pudesse ser mantida em seu estado, digamos, “original”. É nesse contexto que se funda a base dos movimentos preservacionista e conservacionista, que exerceram papel central no surgimento das APs modernas. Por terem tido importante influência na criação das primeiras APs, tendo peso significativo na constituição dessas estruturas ainda no atual período histórico, inclusive, é relevante que se esclareça um pouco mais sobre essas duas correntes do movimento ambientalista.

O preservacionismo é uma das muitas vertentes que caracterizam, na atualidade, o campo ambiental, tendo surgido nos EUA, ainda no século XIX, no bojo das mudanças na visão sobre a relação sociedade↔natureza experimentadas por parcelas da sociedade capitalista-urbano-industrial. Assim como ocorreu com a visão de natureza na Europa, seu aparecimento também esteve associado às intensas mudanças produzidas pelo processo de industrialização pelo qual passava aquele país. Outro fator que foi determinante para o surgimento dessa corrente ambientalista acabou sendo a necessidade efervescente da constituição de uma cultura própria por parte da sociedade estadunidense em formação, com símbolos e estruturas que pudessem caracterizar e diferenciar os EUA frente a outras nações (Camargos, 2006).

Esse segundo aspecto merece destaque por demonstrar de forma bastante significativa a produção e o uso da ideia de natureza. A criação de uma cultura tipicamente “americana” era uma demanda da jovem nação, que, desconsiderando a vasta e rica contribuição de seus povos

originários, entendia que era necessário que houvesse a concepção de uma “história própria”, que pudesse exaltar suas contribuições para o mundo e fazer frente à cultura dos países europeus, entendida pelos EUA como mais rica e forte naquele momento, diante dos símbolos que a Europa possuía e que faltavam ainda aos “americanos” (Araújo, 2007; Camargos, 2006; Bensusan, 2014). Nesse sentido, a busca consistia em construir “[...] um emblema nacional, um traço cultural que distinguisse a jovem nação dos demais países e ainda oferecesse uma analogia direta com o espírito libertário, democrático que se procurava enfatizar [...]” (Camargos, 2006, p. 29-30).

Por conseguinte, “As imensidões naturais do País, sem contrapartida no velho mundo, mostraram-se um excelente mote, reunindo todos os requisitos” (ibid., p. 30). A antes temida e rejeitada “*wilderness*” foi alçada à condição de símbolo maior do jovem país (ibid.), assumindo a função estratégica de definir a cultura dos EUA para o mundo e para seus próprios habitantes. É a natureza – ou melhor dizendo, uma significação específica desta feita – sendo mobilizada para atender a interesses singulares, não tendo, por isso mesmo, nada de “natural” em sua elaboração e significado, sendo uma produção sociocultural e histórica voltada para objetivos muito particulares.

Pode-se dizer, assim, que no que se refere às APs modernas, representadas nesse primeiro momento pelos parques nacionais, que a “natureza” precisou ser primeiro inventada para que somente depois pudesse ser preservada (Neumann, 2004), tendo em vista que a ideia de uma natureza apartada da humanidade não é uma elaboração que sempre esteve presente no imaginário social, sendo produzida historicamente segundo interesses e objetivos determinados. Por conseguinte, no que diz respeito aos EUA, a “natureza” foi peça central de sua formação socioterritorial e histórico-cultural, funcionando como uma espécie de pedra angular na criação de parte significativa da cultura daquele país.

É nessa conjuntura que o preservacionismo floresce. Partindo de uma compreensão de que seria “[...] impraticável a ideia de coexistência entre populações humanas e áreas naturais protegidas” (Souza, 2016, p. 74), esta corrente advogava (e, grosso modo, continua a advogar atualmente) que era necessário proteger a “natureza” de toda e qualquer ação humana, pois na visão dessa, toda intervenção social sobre o meio seria negativa, o que, conseqüentemente, traria prejuízos ao ambiente “natural” (Diegues, 2001; Alier, 2007; Souza, 2016). Seu nome de maior importância foi John Muir (1838-1914), que se inspirou nas considerações filosóficas de Henry David Thoreau para embasar suas ações políticas (Araújo, 2007).

Ao distinguir entre “preservacionismo”, “conservacionismo” e “ambientalismo dos pobres”, inclusive, Alier (2007) se refere a essa primeira corrente através de uma outra alcunha,

denominando-a de “culto ao silvestre”, em função de sua pregação em torno da incompatibilidade de interação entre sociedade e “natureza”, o que, pode-se argumentar, seria uma demonstração da verdadeira veneração que essa perspectiva prestaria àquilo que entende como sendo a natureza, justamente porque “[...] surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais” (ibid., p. 22).

O preservacionismo teve grande peso no processo de constituição de Yellowstone, estendendo sua influência para além daquela área protegida e daquele país, consolidando-se como o modelo de proteção da “natureza” que acabou se disseminando por outros continentes e países nos anos posteriores à criação da primeira AP moderna.

Paralelamente ao preservacionismo, no entanto, um outro movimento se apresentou, partindo de uma perspectiva que concebia outras formas de utilização da “natureza”. Esse ficou conhecido como “conservacionismo”. Esta corrente se caracterizava (e ainda se caracteriza, diga-se) pela crença no uso racional dos recursos naturais. Um dos principais precursores dessa vertente ambientalista foi o engenheiro florestal estadunidense Gifford Pinchot (1865-1946). Em seu entendimento, a “natureza” era relativamente lenta no desenvolvimento de seus processos, de maneira que caberia aos “homens” a tarefa de criar e/ou melhorar técnicas e tecnologias que pudessem, de um lado, acelerar os processos naturais, e, de outro, diminuir os desperdícios de recursos, aumentando a eficiência nos usos que deles se faziam (Diegues, 2001; Araújo, 2007).

Aqui vale uma breve, porém, importante ressalva. Quando o movimento conservacionista advogava, com Pinchot, em torno da necessidade do desenvolvimento pelos “homens” de métodos e ferramentas capazes de aprimorar o uso dos recursos naturais, é preciso que se entenda que essa perspectiva não se referia a todos os “homens”, bem como também não se dirigia a todos os grupos étnico-culturais, cada qual com suas formas singulares de ver o mundo e de produzir naturezas diversas, mas a um grupo específico que, grosso modo, seria composto por homens brancos, de origem europeia, cristãos (em sua grande maioria ao menos) e com um entendimento específico de natureza, enxergando-a, fundamentalmente, como uma fonte de recursos que deveriam ser explorados em benefício dos “homens”, ainda que dentro de uma perspectiva supostamente de maior eficiência e cuidado. Olvidar essa informação é perder de vista um aspecto relevante sobre as disputas que se fizeram e que continuam se fazendo em torno da significação da natureza e pelo acesso e uso de seus componentes.

Via de regra, o conservacionismo de Pinchot aceitava “[...] a possibilidade de uso dos recursos naturais, desde que este fosse realizado de maneira racional, visando à manutenção dos mesmos pelo máximo de tempo possível” (Souza, 2016, p. 75). Assim, “Sua essência era o

uso adequado e criterioso dos recursos naturais” (Araújo, 2007, p. 32), de modo que, para Pinchot, “A natureza [...] compunha-se apenas de recursos naturais, que deveriam ser usados para prover um grande bem para o maior número de pessoas, por longo período” (ibid., p. 32). Nesse sentido, “Os representantes dessa segunda corrente utilizam a palavra ‘natureza’, porém falam mais precisamente de ‘recursos naturais’, ou até mesmo ‘capital natural’ e ‘serviços ambientais’” (Alier, 2007, p. 27). Na atualidade, essa perspectiva do ambientalismo é propagada especialmente por engenheiros e economistas, sendo “[...] uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida do sagrado” (ibid., p. 27). Essa característica do conservacionismo, juntamente a outras, leva o autor supracitado a denominá-lo de “evangelho da ecoeficiência”.

Essa visão, ainda que mantendo a essência de tomar a “natureza” como uma externalidade frente às sociedades, leva à produção de uma outra forma de significação acerca do que a natureza seria, conduzindo, por consequência, a outros modos de produção dessa. Se, com o preservacionismo, se produz uma natureza a ser protegida de quase toda a intervenção humana, excetuando-se a contemplação, a pesquisa científica e o turismo, colocando os espaços produzidos por essa lógica em “caixinhas” supostamente isoladas, que, em alguns casos, são verdadeiros castelos fortificados e “protegidos”, a natureza – e o espaço – produzida(o) pela lógica conservacionista é diferente; é uma “natureza mercado”, onde todos os processos seguiriam a lógica da gestão empresarial, podendo todos esses serem melhorados, visando o melhor uso dos elementos aí presentes, que são tidos como “recursos”, e, claro, a maior geração possível de lucro a partir desses usos gerenciados dos “recursos”. No caso do conservacionismo, muito do atual discurso do desenvolvimento sustentável é tributário dessa perspectiva, tendo em vista que parte, entre outras, da compreensão do melhor uso dos recursos, da “natureza”, como forma de produzir sua manutenção no tempo e no espaço.

Note-se bem: o que se deseja não é pura e simplesmente negar a demanda, por um lado, de maior proteção dos elementos, estruturas, processos e seres não humanos, e, de outro, a real necessidade de melhoria de diversos processos e formas de acesso, apropriação e uso desses elementos e ambientes não humanos. O que se busca destacar, na verdade, são ‘as lógicas, interesses e relações de poder’ que perpassam esses discursos e essas ideologias, ‘evidenciando’, ainda, ‘as consequências’ que o emprego dessas produzem sobre o espaço por meio da produção de naturezas diversas.

Isso significa lançar luz sobre eventos que têm conduzido o planeta – especialmente os sujeitos e grupos sociais com formas de apropriação simbólica e material da natureza distintas daquelas oriundas do modo de produção e consumo capitalista, e que são também os que

possuem menor poder econômico e político e, por isso mesmo, capacidade secundária de serem ouvidos e de influenciar nas decisões que são tomadas e que impactam sobre seus territórios de vida – a ocorrências de degradação social e ambiental significativas, bem como gerado situações de privação no acesso e uso de componentes ambientais estratégicos por parte de sujeitos e grupos sociais específicos, que têm seus modos de vida diretamente ligados a esses componentes, colocando em risco a própria sobrevivência desses, assim como de outras espécies não humanas que coabitam o planeta em conjunto com a humana.

A intenção é colocar em evidência, de igual forma, que, diferentemente do que muitas vezes se propaga e se busca fazer crer, por trás dessas perspectivas existem ‘sempre’ interesses e lógicas de poder que são manifestados(as) por aqueles que objetivam impor, sobre o espaço e os territórios que o compõe, suas visões de mundo e suas preferências, dando origem a formas de natureza que condizem com esses objetivos, tais como são as APs do período contemporâneo.

Nesse sentido, preservacionismo e conservacionismo estiveram em certa competição pelo predomínio na definição dos rumos que os modos de intervenção social sobre os ecossistemas teriam que assumir. Um dos centros dessas disputas acabou sendo o modelo de AP que deveria ser adotado nos EUA. Com o surgimento de Yellowstone, nos moldes como se deu, e a posterior expansão desse formato para outros países com o passar dos anos, evidenciou-se a primazia das concepções preservacionistas neste caso específico das APs. Porém, “A história da preocupação com o meio ambiente é muito mais complexa [...]” (Alier, p. 29) do que essa divisão poderia ser capaz de demonstrar, ainda que, para os fins aos quais se propõe este trabalho, ela acabe desempenhando um papel pedagógico relevante. Mesmo assim, no que diz respeito ao preservacionismo e ao conservacionismo, essas duas vertentes “[...] convivem atualmente em similitude, entrecruzando-se às vezes” (ibid., p. 32).

Dessa maneira, ao se observar e analisar as motivações por trás da criação de Yellowstone, nota-se que sua instituição esteve relacionada a outros fatores para além daqueles associados à preocupação com a proteção da natureza, ainda que esse tenha sido um dos motes evocados à época. É possível perceber, assim, que existiram aspectos também de ordem cultural e econômica que impactaram na criação do parque, possivelmente até com maior força do que os ligados ao contexto de proteção.

Em relação aos culturais, estes se associaram à necessidade premente de, na visão de sujeitos políticos e influentes de então, se criar símbolos que pudessem representar e constituir uma tradição cultural nitidamente estadunidense, como ficou demonstrado anteriormente. Ao mesmo tempo, porém, pode-se afirmar que se tratava de uma forma de ruptura com as tradições

e culturas dos nativos que ocuparam e ocupavam o território do jovem país, pois – e ao contrário do que muitas vezes se observa nos trabalhos sobre a temática publicados no Brasil, quando esses resgatam a fundação de Yellowstone e o movimento que encabeçou esse processo – os espaços do oeste estadunidense não eram “vazios” e despossuídos de sentidos simbólicos, mas, de outra forma, ocupados e significados por inúmeras populações originais daquela região da América, que significavam e produziam naturezas outras em relação àquela que era significada e produzida pelos imigrantes que chegavam.

É meritório destacar, também, que mesmo nos EUA, durante muito tempo, essa “outra história” da criação de Yellowstone – e de outras APs naquele país –, onde a existência e a resistência dos povos originários esteve sempre presente, foi olvidada (West, Igoe e Brockington, 2006; Adams e Hutton, 2007), vindo à tona com mais força apenas nas últimas três ou quatro décadas. Nesse sentido, por exemplo, Jacob (2001) traz uma série de relatos e informações que demonstram claramente a ocorrência de conflitos entre os agentes do Estado e os moradores locais – indígenas e não indígenas –, tanto em Yellowstone quanto nas Montanhas Adirondack, onde houve uma iniciativa de proteção da “natureza” também no século XIX que culminou com o estabelecimento de uma significativa área de preservação da *wilderness* ao final daquele século, sendo a região das Adirondack parte dessa estrutura.

No que tange aos aspectos econômicos, evidenciou-se o interesse de grupos específicos em torno dos possíveis investimentos e melhorias que poderiam ocorrer naquela região com a criação do parque, tais como a abertura de estradas, pousadas e hotéis, além do possível aumento de visitantes, atraídos pela presença da estrutura, produzindo uma dinamização da economia local e regional. Junto a isso, vislumbrava-se, naquele momento, a possibilidade de maior facilidade, com a presença do parque, para a continuidade do processo expansionista em direção ao oeste estadunidense (Colchester, 1994).

Como se nota, então, a questão de Yellowstone – e de outras APs criadas nos EUA e em outros países do mundo – era mais abrangente do que somente o desejo supostamente altruísta de se proteger/preservar/conservar uma área “natural” das ações humanas indesejadas. Tratou-se – como muitas vezes ainda se trata – da produção de significados de natureza que pudessem auxiliar no cumprimento dos interesses e objetivos de sujeitos e grupos sociais específicos para com aquele espaço.

Ao prevalecer o entendimento preservacionista sobre as APs, originando o modelo “Parque Nacional”, com a exclusão da presença humana desses espaços, o que predominou, na realidade, foi uma forma específica de se entender a natureza, onde a mesma era tomada como uma externalidade frente às sociedades. Em outras palavras, aquilo que os preservacionistas

entendiam por “natureza” era tudo o que se opunha ao que eles compreendiam como sendo a sociedade, bem como os objetos e fenômenos produzidos por essa, caracterizando uma verdadeira dicotomia. Para os preservacionistas, vale lembrar, “natureza” é tudo o que é concebido sem a participação humana, fazendo parte da dinâmica “natural” da Terra.

O que essa perspectiva não percebia é que a própria constituição de um espaço onde supostamente parcelas da “natureza” estariam sendo protegidas das ações humanas já era, em si mesma, uma ação que não se encaixava nesse entendimento de natureza que essa corrente manifestava (e ainda manifesta). As APs, enquanto uma estrutura, não existem naturalmente na “natureza”, sendo, na verdade, uma produção sócio-histórica e cultural que foi fabricada partindo-se de um conceito particular de natureza, que também foi e continua sendo produzido socialmente, de maneira que essa “natureza” dos preservacionistas era uma natureza que dificilmente podia, já naquele tempo, ser encontrada no planeta.

Tratar-se-ia, aí, de uma “natureza pristina”, “intocada”, como diria Diegues (2001). Sob a égide dessa compreensão acerca da natureza, após Yellowstone,

[...] foram feitas [e concretizadas, é importante frisar] muitas tentativas de transformar áreas “desabitadas” em parques e outros espaços protegidos. No entanto, inúmeras pesquisas antropológicas, culturais, históricas e ambientais realizadas nas últimas décadas vêm evidenciando que a “natureza” não é tão natural como parece e o mundo selvagem não é o que parece ser (Bensusan, 2014, p. 63-64).

A título de exemplo, na Amazônia, que na atualidade é tomada como uma das regiões da Terra onde ainda se poderia encontrar áreas com essas características de “natureza pristina” ou “intocada”, muitas evidências de caráter histórico, arqueológico e mesmo ecológico, que indicariam um passado de significativa atividade social, têm sido descobertas, evidenciando um manejo intenso daquele ecossistema, o que teria contribuído diretamente para o próprio processo de desenvolvimento da floresta (Bensusan, 2014; Neves, 2022).

De modo semelhante, mesmo em Yellowstone tais aspectos estavam muito presentes na paisagem no momento de constituição do parque, demonstrando a abundante atividade humana que durante milhares de anos foi praticada sobre aquela área e jogando por terra o mito de que se tratava de um ambiente pristino, “natural”, por assim dizer. Nesse sentido, por exemplo, foram encontrados inúmeros vestígios de antigos abrigos indígenas pelos primeiros gestores do parque, bem como diversas trilhas que perpassavam e cercavam a área da AP, além de cercas produzidas a partir de madeira local e arbustos objetivando afunilar os caminhos de animais, tornando sua caça mais fácil para os indígenas que viviam e se reproduziam naquele espaço (Jacob, 2001). De igual forma, o uso do fogo sempre foi uma estratégia utilizada pelos

habitantes originais de Yellowstone, de modo que as tentativas de conter os incêndios florestais na área após a constituição do parque acabaram produzindo consequências negativas para a fauna e para a flora local (ibid.).

Destarte, ao se apropriar de um entendimento de natureza que toma esta como uma mera externalidade frente às sociedades, os preservacionistas – e também os conservacionistas, diga-se – desconsideraram (e continuam a desconsiderar em muitos momentos ainda hoje) as relações dialéticas estabelecidas entre a dinâmica social e a dinâmica natural, encobrindo, de um lado, as profundas conexões entre o humano e o não humano, e perdendo a oportunidade, de outro lado, de contribuir de maneira mais crítica e produtiva com as discussões e questionamentos em torno das próprias formas pelas quais a sociedade capitalista-urbano-industrial estava (e continua a estar) se relacionando com o ambiente.

De modo semelhante, essa desconsideração do aspecto social da natureza e de seu caráter de integrante e integrada pelas/às sociedades manifestada pelo preservacionismo – e pelo conservacionismo –, levou essa corrente a exibir certa dificuldade em diferenciar as formas variadas a partir das quais sujeitos e grupos sociais diversos significavam, se apropriavam e utilizavam a “natureza” e seus componentes, conduzindo esse movimento a uma visão errônea, que entendia todas as formas de intervenção humana sobre a “natureza” como sendo sempre negativas. Ao fim e ao cabo, como se sabe atualmente, tal entendimento sedimentou as bases do modelo de parques inaugurado com Yellowstone em 1872.

Enquanto uma forma de natureza produzida, então, Yellowstone, assim como os demais parques e outras categorias de APs que surgiram após a sua criação, originou não uma “natureza intocada”, como pensavam seus idealizadores naquele momento e como ainda pensam atualmente os herdeiros dessa lógica, mas uma ‘natureza significada’, partindo de uma concepção onde natural é o que não pertencia/pertence e/ou não foi modificado pelos seres humanos. Porém, como já colocado, as APs, enquanto um espaço criado pela ação humana, são uma forma de natureza produzida, pois sua constituição não é em si um evento que faz parte da dinâmica planetária não humana, sendo uma estrutura que ‘somente’ existe como consequência de uma ação propositalmente adotada pelas sociedades. E, enquanto natureza produzida, é carregada pelas simbologias, pelas culturas e pelos interesses de quem as produziu.

As APs são, dessa forma, ‘realizações sociais’ imbuídas de sentidos históricos, culturais e políticos, configurando um campo de embates em que diferentes relações de poder entram em cena para disputar a significação da natureza e definir suas formas de produção, bem como aqueles sujeitos e grupos sociais que terão ou não acesso privilegiado aos componentes que se fazem presentes nos territórios que conformam essas estruturas.

Isso significa dizer que os conflitos – que neste caso podem ser caracterizados como ambientais – são parte integrante e, pode-se afirmar com certa segurança, formadores mesmos dessas estruturas, ainda que muitas vezes não sejam destacados, seja em parte dos estudos e pesquisas que são produzidos tendo as APs como objeto de análise, seja nas propagandas e falas oficiais dos órgãos governamentais e não governamentais que se dedicam a gerir e propagar essa política ambiental nos países. Entretanto, eles são parte constante da dinâmica desses espaços, especialmente por se tratarem, entende-se, de áreas onde são postas em movimento visões e significações da natureza que são diferentes e que acabam levando a embates entre as partes envolvidas e afetadas pela criação e gestão dessas estruturas.

Após a disseminação do modelo Yellowstone pelo mundo, a criação de APs tornou-se uma política pública global, adquirindo grande tração principalmente a partir dos anos de 1960/1970, com a eclosão da crise ambiental, onde a “natureza” – sua representação e significação – se modifica mais uma vez – ainda que, em essência, seu entendimento como uma externalidade frente às sociedades tenha se mantido no imaginário social dominante. Agora, ela deixa de ser percebida como uma fonte infinita de recursos (Euclides, 2016), passando à condição de bem finito, que deve por isso ser melhor protegida e gerida. Somado a esse fato, a independência política de muitos países que, até então, ainda eram colônias europeias, especialmente na África, e a retomada de regimes democráticos em outros, tais como os da América Latina, fez com que os problemas envolvendo as comunidades locais e as APs – com destaque para aquelas de proteção integral – eclodissem com mais força. Até então, muitos dos impactos ocasionados pelas APs nas áreas onde eram criadas e nos grupos sociais que eram por elas afetados praticamente não eram conhecidos, gerando uma falsa impressão de que tal estratégia somente produzia consequências positivas.

Não à toa, é também a partir desse momento que as consequências negativas impostas sobre grupos sociais diversos pela instalação e funcionamento dessas estruturas, bem como os conflitos que eram gerados como consequência da instituição dessas áreas, passam a ser mais estudadas(os) e conhecidas(os) (Adams e Hutton, 2007). Uma das consequências produzidas por esse novo contexto vivenciado pelas APs foi o surgimento do entendimento de que essas deveriam ser mais inclusivas, tanto sob o ponto de vista social quanto econômico, levando, inclusive, a debates e à reorganização de políticas, orientações e estratégias de instituições envolvidas com a problemática da preservação/conservação, tais como a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) (ibid.).

Na atualidade, pode-se dizer, muitas APs continuam a funcionar como espaços que manifestam uma compreensão de natureza que reflete a ideia desta como sendo a antítese da sociedade. Ainda que nas últimas décadas iniciativas tenham sido colocadas em prática visando reorientar as estratégias de preservação/conservação por meio desse mecanismo, tendo entre seus objetivos uma maior inclusão das populações das áreas que são impactadas pela criação e funcionamento dessas estruturas, é possível afirmar que muitas delas ainda funcionam como espaços onde a presença humana, assim como as atividades associadas a essa presença, tendem a ser bastante limitadas, sendo permitidas apenas em condições muito específicas, como o turismo e a pesquisa científica, por exemplo, especialmente naquelas categorias mais restritivas, tais como os parques nacionais.

É bem verdade que após a criação de Yellowstone e a expansão dessa estratégia pelo mundo, consolidando-se como uma das políticas públicas voltada para a questão ambiental mais disseminada na Terra no momento em que este trabalho é escrito, outras categorias de APs foram sendo criadas como forma de atender às demandas e às singularidades de cada país e região do planeta. Mesmo no Brasil, onde o ideal de Yellowstone teve forte repercussão, não houve uma transposição integral do modelo estadunidense para o território nacional (Camargos, 2006), como será discutido em pormenores na próxima seção, tendo sido realizadas várias adaptações ao longo do tempo visando atender os pleitos nacionais, o que culminou, inclusive, com a proposição de novas categorias de APs por aqui, tal como é o caso da Reserva Extrativista (RESEX), que foi proposta nos anos de 1980 fundamentalmente a partir das reivindicações dos seringueiros da Amazônia liderados por Chico Mendes (Almeida, Allegretti e Postigo, 2018).

Entretanto, mesmo diante desse novo cenário, especialmente nos países ditos periféricos da economia global, muitos dos quais pertencentes ao grupo daqueles que detém maior biodiversidade em seus territórios, sendo também responsáveis por ainda contar com parcelas importantes dos seus espaços nacionais com presença de biomas ainda pouco alterados pela ação humana, como é o caso do próprio Brasil, assim como de outros países da América Latina e da África, o que se pode observar é a ocorrência significativa de APs de proteção integral, com elevado nível de restrição de uso de seus componentes ambientais, bem como um forte apelo – especialmente internacional, mas não somente – pela continuidade de constituição dessas estruturas nos moldes mais rigorosos do preservacionismo. Por conta disso, um dos fenômenos mais recorrentes envolvendo esses espaços são justamente os conflitos ambientais.

Nesse aspecto, novamente o Brasil se destaca, pois muitas das APs que foram criadas no país desde que a primeira foi inaugurada, em 1937, foram constituídas através de processos que não consideraram a presença humana nos territórios onde essas passaram a ser implantadas,

como se os mesmos fossem espaços vazios, sendo uma verdadeira imposição de cima para baixo. De igual forma, em muitas dessas APs as vozes dos sujeitos e grupos sociais locais não foram ouvidas, dando origem a categorias que possivelmente não eram as mais adequadas frente à dinâmica local. Tudo isso, além de outros aspectos, ocasionaram uma miríade de situações que levaram e continua a levar a embates entre os sujeitos e grupos sociais locais e os agentes governamentais responsáveis pela gestão dessas áreas. Como forma de começar a melhor compreender algumas dessas situações, é importante que se entenda um pouco mais sobre a criação de APs no país. É o que se buscará fazer com a próxima sessão desta tese.

3.3 A política brasileira de criação de APs: breve contextualização histórica

No Brasil, a criação de APs se iniciou algumas décadas após a fundação do Parque Nacional de Yellowstone. Ainda que tenha se inspirado naquele evento, é um equívoco até certo ponto – muito comum, inclusive, nas pesquisas que se dedicam a estudar os espaços de proteção da natureza no Brasil – acreditar que o modelo brasileiro simplesmente copiou integralmente o estadunidense. Isso pode ser evidenciado não necessariamente pelo formato adotado pelo país, mas especialmente em função dos objetivos que inspiraram a criação das primeiras áreas voltadas para a proteção da “natureza” em solo brasileiro. Por ter o Brasil seus próprios interesses e peculiaridades, as APs foram concebidas por aqui com fins e em formatações diversas em relação aos/as que influenciaram na constituição dessas estruturas nos EUA (Camargos, 2006).

Entretanto, em essência, aqui, como lá, também se tratou de um processo em que a natureza foi produzida a partir de um entendimento específico do que esta seria – ou deveria ser. Nesse sentido, pode-se dizer que, de fato, uma parcela significativa do pensamento que esteve por trás da criação das primeiras APs no país foi diretamente influenciada pelo movimento estadunidense, tendo prevalecido uma concepção de natureza enquanto externalidade frente às sociedades, assim como também aconteceu com o pioneiro do processo de criação dessas áreas.

Isso pode ser constatado ao se perceber que a primeira dessas estruturas criada em território nacional foi o Parque Nacional de Itatiaia (ParNa Itatiaia), na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, em 1937. A inspiração para a instituição desse parque foi, sem sombra de dúvidas, Yellowstone, assim como o foi para a criação das outras APs que se seguiram à Itatiaia. Na sequência, foram instituídos mais dois parques nacionais: o Parque Nacional de Foz do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, ambos em 1939. A

concepção desses parques encerrou o período que alguns autores (Araújo, 2007; Vallejo, 2017) costumam denominar como sendo a primeira fase ou etapa da instituição de APs no país. Somente quase dez anos após a constituição desses é que um novo parque foi concebido, o Parque Nacional de Paulo Afonso, em 1948, que acabou sendo extinto em 1968 em prol da construção da usina hidrelétrica de mesmo nome (Araújo, 2007). Se sua criação for desconsiderada, entretanto, o período de intervalo entre a inauguração dos primeiros parques e dos que viriam após esse fato foi de cerca de vinte anos, tendo em vista que a instituição de novas estruturas nesse formato só voltou a ocorrer em 1959, com o estabelecimento dos parques nacionais Aparados da Serra, Araguaia e Ubajara, já numa segunda etapa de criação de APs no Brasil (Araújo, 2007; Vallejo, 2017).

Ao comparar os processos de concepção dos primeiros parques nacionais do país ao de Yellowstone, evidencia-se que as motivações que levaram à gênese dessas estruturas em terras nacionais foram um pouco distintas daquelas que produziram a instituição do precursor de todos os parques nos EUA. Se por lá, como foi possível evidenciar anteriormente, o fato fundamental era a necessidade de constituição de símbolos nacionais para uma cultura nascente, no Brasil a concepção dessas áreas esteve muito mais associada à demanda de integração do país a um regime cultural que se tomava como sinônimo de modernidade. As referências, é claro, foram a cultura europeia e norte-americana. Assim,

Enquanto nos Estados Unidos, as belezas naturais foram importantes na formação da identidade nacional – o que reforçou o apoio da sociedade americana aos parques nacionais –, no Brasil, o “chique” era parecer-se com a França. Não tínhamos claramente formado uma identidade nacional e, portanto, não havia, entre a elite, motivação para apoiar a preservação de nossas belezas naturais (Araújo, p. 61).

Por conta disso, então,

Nossas elites viam a Europa como um modelo a ser seguido pelo país, imbuindo-se de suas filosofias, abraçando sua literatura e celebrando seus grandes homens. O mundo literário e artístico limitava-se a imitar os estilos europeus e **tinha pouco espaço para a originalidade** (ibid., p. 61, grifos nossos).

Ou seja, enquanto os EUA buscavam uma forma de se diferenciar dos demais países, exaltando aspectos que fossem originalmente seus, o Brasil objetivava, com a constituição dos seus primeiros parques, se equiparar culturalmente a europeus e estadunidenses, denotando motivações diversas dos norte-americanos para constituir suas primeiras APs.

Logo, ainda que seja correto afirmar que os primeiros parques brasileiros foram inspirados no modelo estadunidense, não é totalmente adequado argumentar que o Brasil

simplesmente copiou a tradição lá inaugurada, ainda que o ParNa Itatiaia, bem como os demais criados na sequência desse, tenham se apropriado do conceito de Yellowstone, tendo em vista que as motivações para um e para outro foram diversas até certo ponto (Camargos, 2006).

Outro aspecto de diferenciação entre o movimento para criação de parques no Brasil e nos EUA diz respeito à maneira como os elementos físicos eram considerados nos dois países no momento da constituição das primeiras APs em cada um deles. Se nos EUA a “natureza” e seus componentes eram, naquele momento, tomados como detentores de valores intrínsecos, sendo este, por si só, um aspecto que justificaria a preservação dos mesmos, no Brasil a necessidade de preservação dos elementos não humanos esteve ligada muito mais à percepção de que esses poderiam desempenhar papel central no processo de desenvolvimento do país (Camargos, 2006; Araújo 2007). Nesse sentido, é possível dizer que, no Brasil, “A grande motivação para defender o ambiente natural era sua importância para a construção nacional. Os recursos naturais representavam grande trunfo para o progresso futuro do país, devendo ser utilizados de forma inteligente e cuidadosa” (Araújo, 2007, p. 53).

Ou seja, tem-se nos dois movimentos em prol da destinação de áreas específicas do território de cada país para a preservação uma diferença fundamental no que concerne aos objetivos que motivaram a realização de tais ações. Por consequência, ainda que os modelos adotados tenham sido semelhantes num primeiro momento, sendo o Brasil dependente dos EUA nesse aspecto, as perspectivas que cada um alimentava sobre as áreas a serem transformadas em parque eram, até certo ponto, diferentes, ocasionando formas também diversas de gerir esses espaços.

Talvez seja por isso que o Brasil, antes mesmo da criação de Itatiaia, já imaginava outras possibilidades para as APs que não apenas a categoria “Parque Nacional”, por demais restritiva da presença e das atividades humanas, concebendo, ainda na década de 1930, por meio do seu primeiro Código Florestal, a categoria “Floresta Nacional” (FLONA) e, mais adiante, na década de 1960, com o novo Código Florestal de 1965, a divisão entre APs de uso restritivo, ou indireto, e de uso não restritivo, ou direto (Vallejo, 2017).

Também é relevante perceber como o turismo – que foi outro aspecto destacado entre as justificativas para criação dos primeiros parques tanto nos EUA quanto no Brasil – foi tratado pelas duas nações. No primeiro caso, a ideia de fomentar essa atividade através dos parques nacionais era voltada especialmente para o público do próprio país. As propagandas e chamamentos relacionando a criação de Yellowstone ao aumento do turismo e à consequente geração de renda tinham como público alvo os próprios cidadãos estadunidenses (Camargos, 2006).

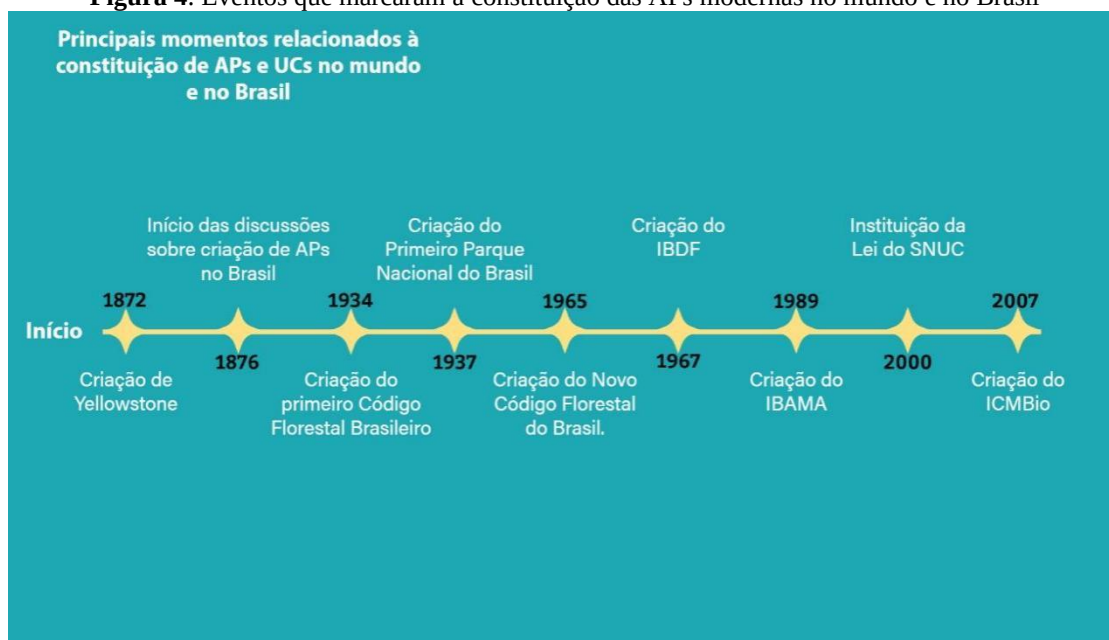
No Brasil, por outro lado, a questão turística esteve voltada muito mais para o público externo. O objetivo era estimular a visitação estrangeira, sendo as “belezas naturais” do país o grande cartão postal que poderia auxiliar nesse processo. Assim, a perspectiva de criação de parques nacionais tinha também entre seus objetivos o fomento ao turismo de estrangeiros, que poderiam experimentar um pouco dessa “natureza” exuberante do Brasil através dessas estruturas. Ao mesmo tempo, o país poderia se beneficiar desse processo não apenas sob o ponto de vista financeiro, mas também enquanto uma forma de vitrine, projetando-o para o mundo por meio de sua “natureza” (ibid.). Nesse último aspecto, o processo guardava semelhança ao ideário estadunidense.

Para além desse contexto, no Brasil o cenário político – no geral, bem mais turbulento que o estadunidense – sempre exerceu papel central tanto antes da constituição dos primeiros parques quanto depois, durante a fase de expansão da política de criação de APs em território nacional. Não à toa, alguns autores que trabalham com a questão das APs no país, ao realizarem uma recapitulação histórica do processo de constituição dessas áreas em território nacional, tendem a dividir os eventos utilizando como referência os momentos políticos vivenciados nacionalmente (Medeiros, 2006; Araújo, 2007). O próprio autor desta tese fez uso desse recurso em trabalho anterior (Souza, 2016), objetivando facilitar a compreensão das muitas etapas vivenciadas pelo sistema nacional de áreas protegidas a partir da inauguração do ParNa Itatiaia. Vale destacar, também, que por ser o Brasil um país de dimensões continentais e megadiverso, pressões externas sempre se fizeram presentes no que se relaciona com as políticas ambientais adotadas por aqui, especialmente com a ascensão da problemática ambiental à condição de um dos temas de maior relevância no mundo a partir das décadas de 1960/1970.

Não por outro motivo, quando se trabalha com essa temática é importante que se atente para essa perspectiva, tendo em vista que não se trata, no caso brasileiro, especialmente nas últimas quatro ou cinco décadas, apenas dos interesses nacionais, mas também da extensão sobre o território do país de perspectivas de outros agentes. Isso inclui países com significativo poder político e econômico, bem como conglomerados empresariais e financeiros, que acabam exercendo papel relevante na definição tanto das estratégias de preservação/conservação de áreas, quanto na escolha dos biomas prioritários para que estes processos se realizem.

Na figura 4, abaixo, apresenta-se, por meio de uma linha do tempo, alguns dos acontecimentos mais significativos na constituição de APs no mundo e no Brasil.

Figura 4: Eventos que marcaram a constituição das APs modernas no mundo e no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Objetivando, ainda, não ser exaustivo, apresenta-se a seguir de forma resumida, por meio do quadro 1, os principais acontecimentos, mecanismos e instituições criados(as) ao longo do tempo com o objetivo de fundamentar a constituição e o funcionamento das APs no Brasil.

Quadro 1: Fatos e acontecimentos que marcaram a história das APs no Brasil

Períodos	Contexto socioeconômico e político-cultural	Políticas e instituições/estruturas implementadas/criadas
1872-1921	. Início das reivindicações em torno da necessidade de criação de APs no país. Um dos primeiros a encampar esse debate foi o engenheiro florestal André Rebouças, a partir de 1876. Este período também se caracterizou por momentos de turbulência política, tanto interna quanto externa, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), impactando nas discussões sobre as APs no país.	. Criação do Serviço Florestal Brasileiro, em 1921, pelo Decreto Legislativo nº 4.421, dentro do qual também surgiram as primeiras referências aos parques nacionais.
1922-1936	. Aumento da efervescência política, social e cultural no Brasil. A elite brasileira via a Europa como modelo a ser seguido. . Crescimento da preocupação com o uso dos recursos naturais do país a partir dos questionamentos e alertas feitos por diferentes sujeitos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. . Mudança na política nacional, com a Revolução de 1930.	. Criação da Estação Biológica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1928, que englobava a região do Itatiaia, que viria a se tornar, mais tarde, o primeiro parque nacional brasileiro. . Instituição de uma nova Constituição, em 1934, que imputava ao governo a responsabilidade pela proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico. . Criação do primeiro Código Florestal do Brasil, em 1934. . Realização no Rio de Janeiro, em 1934, da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza.
1937-1939	. Continuidade da mobilização de setores da sociedade em torno da criação dos primeiros parques nacionais. . Consolidação do arcabouço legal que permitiu a criação das primeiras APs modernas do país.	. Criação do primeiro parque nacional do Brasil, o ParNa Itatiaia, em 1937. . Criação de mais dois parques em 1939: o ParNa Iguaçu e o ParNa Serra dos Órgãos.
1940-1958	. Cenário político-econômico nacional e internacional conturbado, especialmente pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, que acabou mobilizando a maioria dos esforços e da atenção do país.	. Aprovação, em 1948, da Convenção para a Proteção da Flora e Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. . Início das discussões, em 1950, do Novo Código Florestal do Brasil.

Continua na próxima página

Quadro 1: Fatos e acontecimentos que marcaram a história das APs no Brasil (Continuação)

	. Mudanças no cenário político nacional, com a consequente promulgação de uma nova constituição em 1946. . Abertura de novas fronteiras agrícolas em direção às regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.	. Criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, em 1958, vinculada à IUCN.
1959-1963	. Continuidade da política desenvolvimentista inaugurada na década de 1930, com a expansão da urbanização e a construção de rodovias e outras obras de infraestrutura, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Norte. . Inauguração de Brasília. . Aumento dos fluxos migratórios em direção às regiões Centro-Oeste e Norte.	. Criação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, em 1962, substituindo o Serviço Florestal. . Criação de doze novos parques nacionais no país, entre eles o ParNa Caparaó, em 1961. . Instituição de um novo Código Florestal, em 1965.
1964-1985	. Aprofundamento da crise político-econômica, culminando com o Golpe Militar de 1964. . Reformulação profunda do serviço público federal após o golpe de 1964. . Instituição, pelo governo militar, da “Operação Amazônia”, destinada à implementação de um modelo de desenvolvimento econômico para a região amazônica brasileira. . Eclosão da problemática ambiental no mundo, com a “natureza” tornando-se um dos temas prioritários na agenda político-econômica global.	. Promulgação, em 1967, da Lei 5.197, que proibiu a caça no país. . Criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que passou a ser responsável pela instituição e gestão das APs brasileiras. . Criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que tinha entre suas funções o monitoramento ambiental e o controle e fiscalização das normas e padrões estabelecidos. . Implementação da primeira etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil, elaborado a partir de 1970 pelo IBDF em conjunto com a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. . Criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, constituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). . Implantação da segunda etapa do Plano do Sistema de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil, em 1982, sob

Continua na próxima página

Quadro 1: Fatos e acontecimentos que marcaram a história das APs no Brasil (Continuação)

		a nomenclatura de Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
1986-2000	. Fim da ditadura militar brasileira em 1985. . Aumento da participação da sociedade civil nas questões políticas e sociais do país a partir da redemocratização. . Continuidade do crescimento da importância da problemática ambiental no mundo e no Brasil.	. Elaboração e promulgação de uma nova constituição em 1988, onde o “meio ambiente” ganha destaque diante da crescente importância da temática ambiental no mundo, por meio do Artigo 225, que trata exclusivamente dessa questão. . Criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, que substituiu, entre outros, o IBDF e a SEMA. . Por iniciativa do IBAMA, a ONG FUNATURA inicia o processo de revisão do Plano do Sistema de Unidades de Conservação no Brasil, dando início a discussões sobre as legislações das APs brasileiras. . Realização da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro, que reuniu governos, entidades e pessoas do mundo inteiro, sendo consagrado, nessa conferência, o conceito de “desenvolvimento sustentável”. . Instituição da Lei 9.985, que criou oficialmente o SNUC, regulamentando, ainda, o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil.
2000 aos dias atuais	. Com a instituição do SNUC, o país passa a ter um arcabouço legislativo mais bem organizado para lidar com as categorias de APs que foram abarcadas pelo sistema, dentre elas os parques nacionais. . Após 2002, chega ao poder no Brasil um governo de centro-esquerda, que aparentemente teria maior preocupação com a questão ambiental. Porém, este governo assume uma postura desenvolvimentista, estimulando a realização de obras de grande impacto ambiental, afetando a política de criação de APs.	. Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, que passa a ser responsável pela implementação e gestão do SNUC e das APs que dele fazem parte.

Continua na próxima página

Quadro 1: Fatos e acontecimentos que marcaram a história das APs no Brasil (Continuação)

	. O Brasil entra em um novo ciclo de prosperidade econômica, puxado pela valorização do preço das commodities a nível internacional. . Mudanças na política nacional a partir de 2016, com o fim do governo de centro-esquerda e a ascensão de um governo de direita liberal ao poder central. . A partir de 2019, a extrema direita assume o poder e começa a promover retrocessos significativos na política ambiental nacional, com o desmonte dos órgãos de fiscalização e combate aos crimes ambientais, bem como nas políticas voltadas para a questão ambiental no país, dentre elas as de APs, não tendo sido registrado nos últimos anos a criação de nenhuma nova AP em âmbito federal.	

Fonte: Elaborado com base em Araújo (2007) e Vallejo (2017)

Tendo como base as principais informações reunidas no quadro 1, se pode afirmar, sucintamente, que a política de criação de APs no Brasil, com destaque para as UCs e, dentro dessas, para os Parques Nacionais, passou por mudanças importantes ao longo do tempo desde a inauguração do primeiro ParNa em terras nacionais, em 1937. Entre as principais alterações, é possível observar que o Brasil saiu de um contexto em que as APs eram criadas, até meados da década de 1970, tendo como critério fundamentalmente a beleza cênica de uma área, para processos um pouco mais exigentes, onde os parâmetros passaram a ser de caráter científico, tais como a representatividade ecológica de um determinado bioma e sua importância para a manutenção de espécies animais e vegetais singulares, dentre outros indicadores (Araújo, 2007; Drummond, Franco e Oliveira, 2010; Vallejo, 2017).

É importante destacar que, durante a consolidação da questão ambiental no mundo e no Brasil – período que impactou diretamente a política de criação de UCs no país –, o Brasil vivenciou um regime ditatorial, de 1964 a 1985. Curiosamente, esse contexto resultou em alguns avanços na política de criação desses espaços. Entre as iniciativas mais significativas estão: a promulgação do novo Código Florestal em 1965; a criação, em 1966, de uma comissão pelo Ministério da Agricultura para avaliar os parques nacionais, gerando o primeiro diagnóstico abrangente das UCs federais; a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197) e a fundação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ambos em 1967; a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) em 1973; a execução do Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil (1979-1982), em parceria entre IBDF e FBCN; a promulgação da Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, e a criação do CONAMA, ambos em 1981 (Araújo, 2007; Castro Júnior, Coutinho e Freitas, 2009). Além

disso, diversas UCs foram criadas no período, impulsionadas por pressões internacionais sobre a questão ambiental (Araújo, 2007).

Para além desses fatos, entretanto, houve também situações negativas produzidas pelo regime ditatorial sobre a política ambiental, em geral, que impactaram, conseqüentemente, a de criação de UCs, em particular, especialmente porque o dito regime tinha como característica o caráter centralizador e autoritário (Castro Júnior, Coutinho e Freitas, 2009). Dentre essas situações, sobressaem-se: a) a imposição de muitas dessas estruturas de cima para baixo em territórios diversos, sem que as populações que as ocupavam pudessem questionar ou reclamar do processo; b) a ausência de consultas junto a essas populações quanto à instalação dessas áreas em seus territórios; e c) a atuação truculenta por parte do Estado tanto no que concerne ao processo de criação das UCs quanto no que tange à gestão dessas áreas.

Inclusive, mesmo tendo já decorridos quase 40 anos do término do regime de exceção que diversos problemas legou ao país, além de muita dor e sofrimento para parcela importante da sociedade brasileira, e mesmo depois de várias mudanças significativas experimentadas pela Nação, bem como pelos órgãos estatais que a compõem, dentre os quais o IBAMA (que foi inclusive desmembrado, dando origem, em 2007, ao ICMBio, que passou a ser o órgão responsável pela gestão das UCs federais), resquícios da forma truculenta e impositiva de atuação dos órgãos ambientais parecem ainda persistir, como é possível perceber, por exemplo, em trabalhos como os de Cattaneo (2004) e Santos, A. (2016), entre outros. Da mesma forma, memórias desse período também parecem resistir no imaginário de sujeitos que foram afetados pelo modo hostil e violento com que os agentes desses órgãos atuavam naquele tempo, inclusive na própria região do Caparaó, como foi possível evidenciar em algumas das entrevistas realizadas e que serão melhor detalhadas um pouco mais adiante.

Cabe ainda destacar que, no país, os ideais conservacionistas parecem ter tido um peso maior sobre os processos de criação dessas áreas do que aqueles relacionados ao preservacionismo, mesmo que as primeiras APs que foram estabelecidas por aqui tenham sido fundamentalmente de caráter mais restritivo, bem como tenha prevalecido, em nível federal ao menos, especialmente até o início dos anos 2000, a gênese de estruturas pertencentes ao grupo de UCs de proteção integral (Martins, 2012). Isso se evidencia, entre outras coisas, principalmente ao se observar os discursos e as lógicas que historicamente marcaram os movimentos em prol da criação desses espaços, bem como as políticas e estruturas que foram sendo criadas e implementadas nesse campo, como pode ser notado, por exemplo, nas pesquisas de Camargos (2006), Araújo (2007) e Vallejo (2017), dentre outros.

Esse contexto singular experimentado pelo Brasil, demonstra, mais uma vez, que a natureza ‘é’, ‘também’, uma construção sócio-histórica, cultural e política que varia segunda cada sujeito e grupo social no tempo e no espaço, caracterizando-se, nesse sentido, como uma manifestação do entendimento de mundo que cada um desses apresenta. As APs e, dentro dessas, as UCs, são, como já afirmado, formas de ‘natureza produzida’ que, nesse caso, baseiam-se numa representação social de “natureza intocada” (Diegues, 2001). Além disso, as APs e UCs são também representações de natureza que manifestam interesses e relações de poder dos sujeitos e dos grupos sociais que, de alguma forma, se beneficiam com a constituição desses espaços, como, por exemplo, através da abertura de possibilidades de geração de lucros e de valorização de ativos presentes nos territórios onde estas áreas serão criadas, ou, ainda, passando a ter acesso privilegiado a determinados espaços e aos elementos ambientais que eles abrigam. A constituição de uma UC nunca é, assim, um ato vazio de interesses, mesmo que a argumentação que envolve a criação dessas áreas muitas vezes busque apresentar-se como neutra ou mesmo como sendo representativa de um bem maior, que estaria, por isso mesmo, acima de qualquer desejo pessoal ou de um grupo específico.

Nesse sentido, a própria divisão das UCs entre de proteção integral e de uso sustentável, consolidada pelo SNUC, é representativa da perspectiva da produção de naturezas diversas. Isso porque, entre outras coisas, essa distinção teve origem nas discussões entre grupos que defendiam posições diferentes com relação ao acesso, apropriação e uso/exploração dos elementos ambientais, o que envolveu sujeitos diversos, indo desde aqueles pertencentes a grupos tidos como tradicionais, até os que representavam os interesses de poderosos setores econômicos. Em cada um desses, a natureza era – e continua a ser – vista e entendida de modos diferentes, apresentando pontos de convergência e outros de profundas oposições, dando origem a projetos variados para lidar com aquilo que se entendia como sendo a natureza, ‘produzindo’, por consequência, ‘naturezas múltiplas’.

No Brasil, a instituição do SNUC, em 2000, tem sido, até o momento em que esta tese é escrita, o ápice da política de criação de espaços para a proteção da “natureza” no país, tendo em vista que esse sistema reuniu sobre um mesmo arcabouço legal boa parte dessas estruturas existentes em território nacional, bem como unificou a legislação que rege a criação, implantação e gestão de grande parcela das mesmas (Drummond, Franco e Oliveira, 2010). Dentro do SNUC, como já foi dito, as UCs são divididas em dois tipos: as de proteção integral e as de uso sustentável. Como as próprias nomenclaturas sugerem, nas de proteção integral as atividades humanas são bastante restritas, sendo permitidas apenas em algumas situações

específicas, como o turismo e a pesquisa científica, por exemplo. Fazem parte desse grupo os Parques Nacionais, as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Monumentos Naturais e as Reservas de Vida Silvestre. No segundo tipo, as de uso sustentável, são permitidos usos diversos, desde que sejam compatíveis com a conservação da “natureza” local. Nesse segundo grupo estão as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Vallejo, 2017).

Assim como ocorreu nos EUA e em outros países do mundo, no Brasil a implantação de APs modificou profundamente a dinâmica territorial de vários espaços onde estas estruturas foram sendo instaladas ao longo do tempo. Por se tratar de espaços que foram sendo concebidos a partir de compreensões específicas do que a natureza seria, representando, desse modo, verdadeiras naturezas produzidas sócio-histórica, cultural e politicamente, a instalação dessas estruturas sobre territórios onde outras formas de natureza já existiam e se faziam presentes como uma expressão dos sujeitos e dos grupos sociais que habitavam essas áreas, em muitos momentos fez com que os choques entre os diferentes projetos de natureza acabassem se tornando praticamente inevitáveis. Junta-se a isso o fato de que a constituição desses espaços no país, em várias situações, se deu sem que houvessem maiores preocupações com as populações que já habitavam os territórios onde estes foram sendo criados, caracterizando-se como processos que se deram de cima para baixo (Diegues, 2001; Brito, 2008) – e não apenas no período ditatorial, como já mencionado, ainda que nessa época os processos tenham sido mais intensos –, levando ao surgimento de situações de injustiça ambiental que foram produzidas junto aos grupos afetados pela constituição dessas áreas, especialmente os mais pobres.

Por fim, mas não menos importante, somou-se a essas ocorrências a demora e a dificuldade na organização da política nacional de APs, de maneira que em muitos momentos essas estruturas foram sendo gestadas sem que houvesse um planejamento minimamente adequado e pensado que pudesse, por exemplo, estabelecer critérios sérios e mais apropriados para a escolha dos ambientes e dos territórios onde essas seriam estabelecidas. Exemplo disso é que, até meados da década de 1980, o Brasil era um dos pouquíssimos países da América do Sul que ainda não havia dado início à tramitação de um projeto de lei que tratasse de seu sistema de APs (Araújo, 2007). Da mesma forma, a inexistência de melhor planejamento também ocasionou a instalação de categorias de APs em áreas onde outras formatações poderiam ser mais eficazes, evitando, por exemplo, a ocorrência de conflitos relacionados à

incompatibilidade de uso dos elementos ambientais dos territórios onde essas foram implementadas.

Todos esses fatores, que se somam a outros – como, por exemplo, a situação do financiamento para o funcionamento desses espaços – fazem das APs brasileiras atualmente, com especial destaque para aquelas abarcadas pelo SNUC, espaços caracterizados por inúmeros desafios, de modo que os conflitos ambientais que se processam nessas áreas acabam sendo a manifestação talvez mais profunda a demarcar as muitas dificuldades que envolvem a criação, a implantação, o funcionamento e a gestão desses espaços. De maneira semelhante, estes conflitos também evidenciam os desafios que perpassam a problemática ambiental em curso, tendo em vista que as APs são, como se sabe, uma política de cunho ambiental que visa, entre outras coisas, manter espaços específicos da superfície da Terra os mais preservados/conservados possíveis diante das intervenções sociais, ainda que sejam estas áreas, elas mesmas, espaços – ou naturezas – produzidos pelas interferências e preferências sócio-históricas, culturais e políticas de determinados grupos sociais.

Não sem motivo, entende-se que as APs são “[...] um laboratório para o estudo dos conflitos, pois, [são] um espaço com limites definidos, onde podem ser observados e analisados diversos aspectos conflitantes, necessitando uma visão interdisciplinar dos problemas” (Brito, 2008, p. 3). No caso do Brasil, especialmente pelos aspectos já citados, esse laboratório torna-se ainda mais pujante de situações que podem ser estudadas, contribuindo tanto para uma melhor compreensão acerca dos conflitos ambientais, como da própria dialética que envolve a relação sociedade↔natureza e os processos de produção da natureza, que, nesse caso, são analisados a partir da perspectiva da constituição e gestão das APs, bem como da dinâmica territorial que essas impõem sobre as populações dos territórios que são por elas afetados.

Muitos têm sido, nesse sentido, os estudos e análises produzidos especialmente nas últimas duas décadas tendo como objeto de investigação justamente os conflitos ambientais e as relações geradas pelas APs nas áreas onde estas estruturas foram implantadas no Brasil. Essas pesquisas ajudam a compreender, de um lado, o estado atual de boa parte das APs brasileiras, com destaque para aquelas que compõem o SNUC, e, de outro, as mudanças territoriais e, por consequência, nas relações entre as populações e o ambiente – muitas vezes entendido de forma geral como sendo a “natureza” – produzidas por estas estruturas a partir de sua concepção e, principalmente, de sua instalação e funcionamento. É para onde se lança o olhar a partir da próxima seção.

3.4 As UCs brasileiras na atualidade: panorama geral acerca dos conflitos ambientais presentes nessas áreas no país

As características singulares do Brasil, somadas à forma como a política nacional de UCs foi gestada historicamente, sendo a constituição dessas estruturas a parte mais visível desse processo, faz com que, na atualidade, muitas das UCs brasileiras tenham que conviver com uma série de problemas e desafios que são, muitas vezes, de resolução extremamente complexa. Os conflitos ambientais configuram uma dessas situações.

Uma das formas de se entender o contexto atual das UCs brasileiras, nesse sentido, é olhar para os trabalhos que foram produzidos nas últimas duas ou três décadas sobre essas estruturas, especialmente aqueles que trataram, em algum nível, da relação sociedade↔natureza expressa através desses espaços. Por ter sido elaborada uma produção significativa sobre a temática, é muito difícil a análise de todas ou mesmo da maioria das pesquisas produzidas. Porém, ainda que olhando apenas para uma parcela dessa produção, é possível se ter um bom retrato do estado em que as UCs se encontram no país, principalmente no que diz respeito aos conflitos que ocorrem nesses espaços. De igual forma, pode-se também perceber algumas das mudanças que a criação e funcionamento dessas áreas impôs sobre os territórios e sobre as populações que foram por elas impactadas.

Especialmente no que concerne aos conflitos ambientais presentes em muitos territórios onde estas estruturas foram sendo constituídas,

Vale ressaltar que é impossível dissociar a criação de unidades de conservação à ideia de conflitos. Toda e qualquer unidade de conservação vai necessariamente nascer de um ou mais conflitos. Seja pela luta de preservação de uma espécie ou do conjunto genético encontrado em uma determinada área, ou ainda para garantir a preservação de um espaço de beleza cênica ou historiográfica relevante, sempre, em todos os casos, onde há riscos iminentes de sua perda. As apropriações sociais diversas, basicamente em contradição com a apropriação em larga escala desses recursos, fazem com que haja uma ação de proteção, que invariavelmente aglutina doses variáveis – mas sempre presentes – de disputas (Santos, A., 2016, p. 65).

Para além dos fatores colocados pelo autor em apreço como sendo geradores de contendas nos territórios onde alguma UC é instalada, é importante que se destaque também outros, tais como: a) os embates que se manifestam pela perda do direito de continuidade de usos já praticados sobre esses territórios; b) a desapropriação das terras, que em muitos momentos na história das UCs no país se deu sem que houvesse compensação adequada por essas perdas; e c) as próprias disputas que se originam como consequência do surgimento de outras territorialidades, que são fruto, por sua vez, da constituição de novos territórios a partir

da criação da UC. Por fim, é central destacar que esses processos têm origem como expressão dos embates travados por sujeitos e grupos diversos que entendem e projetam formas diferentes de natureza, ocasionando, consequentemente, a produção de naturezas diversificadas sobre os territórios, o que pode levar à ocorrência dos conflitos ambientais.

Todas essas situações estão diretamente relacionadas ao fato de que “O ato de criação de uma UC é por si só limitador das atividades econômicas e culturais das populações residentes na área” (Brito, 2008, p. 6). A materialização dessa situação se dá porque ao se criar uma UC o que se está produzindo é um novo território, que, nesse caso, se forma a partir do exercício da territorialidade estatal, que para ser posta em movimento, por sua vez, depende da expropriação de outros sujeitos e suas territorialidades daquele território que é alvo do processo de constituição da unidade.

Consequentemente, com a criação da UC ocorre a sobreposição do território estatal sobre territórios outros já existentes, bem como acontece a produção e a conformação de novas territorialidades, que também se colocam diante de outras já presentes. Esses processos dificilmente se dão sem que surjam divergências e resistências por parte dos sujeitos e dos grupos sociais que são impactados por essas mudanças significativas nas formas tanto de representação quanto de uso dos ambientes nos quais eles se inserem e realizam sua produção da natureza.

Nesse sentido, por exemplo, Tofeti (2018) demonstra, a partir do estudo de algumas UCs localizadas nos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica, no Brasil, que a constituição desses espaços leva a mudanças significativas nas configurações territoriais, nas territorialidades, nas formas de vida e, pode-se afirmar, de produção da natureza dos sujeitos e grupos sociais que são por eles impactados. Isso porque as UCs produzem mudanças da ordem dos significados e dos usos dos elementos e espaços que formam os territórios onde são implantadas ou projetadas para serem criadas, além de mobilizarem, nesse processo, sujeitos, grupos sociais e atores diversos que possuem algum tipo de interesse na sua criação, gestão e funcionamento.

Ao operar mudanças muitas vezes significativas sobre os territórios, as UCs atuam, ainda, como mecanismos de planejamento territorial (Brito, 2008) do Estado, impondo uma nova configuração sobre os territórios onde são criadas, exercendo sobre os sujeitos e grupos sociais presentes nesses um poder que reflete a lógica e o entendimento de natureza de outros agentes, que na maior parte das vezes não são locais. Consequentemente, os rearranjos territoriais gerados pela presença dessas áreas acabam por se tornar mais um fator que passa a atuar sobre o território, produzindo o surgimento de novos elementos que, juntamente com

aqueles que já se faziam presentes nesses, passam a contribuir para a ocorrência de conflitos ambientais ou mesmo para a intensificação/transformação dos já existentes, tendo em vista que “[...] a implantação de Unidades de Conservação é sempre acompanhada de mudanças no cotidiano de moradores e, principalmente, na dinâmica das relações de uso da terra pelas comunidades [...]” (Morais, 2014, p. 20).

Por conseguinte, “Todo este contexto configura uma situação em que os diferentes grupos sociais, cada qual com sua lógica de apropriação do meio, encontram-se constrangidos em um espaço comum, deflagrando um embate sobre qual realidade deverá ser priorizada” (ibid., p. 29). Ao fim e ao cabo, na verdade, trata-se, como tem sido defendido neste trabalho, de que tipo de – ou de qual – natureza será produzida: se aquela dos sujeitos e grupos sociais locais, que já realizam práticas e usos específicos do território e produzem uma forma, em muitos casos, centenária de natureza a partir de suas cosmografias (Little, 2003), ou se uma outra, imposta por grupos que geralmente são externos àquele território e que pautam sua produção do espaço – e da natureza – tendo como referência uma configuração de natureza que, como bem demonstram, entre outros, Santos (2008b), Lima (2015) e Souza (2013; 2019), já não existe mais no planeta há muito tempo. O fato é que, no encontro entre essas perspectivas diversas, muitos são os desafios e dificuldades que surgem, contribuindo para a ocorrência dos conflitos ambientais.

Ainda no que diz respeito a esses conflitos presentes nas UCs brasileiras, é interessante perceber que eles são, como já destacado, relativamente comuns e frequentes. Entre os inúmeros trabalhos produzidos ao longo das últimas décadas que buscaram evidenciar esses fenômenos nessas áreas, destacam-se aqui os de Audibert (2005), Monteiro (2011), Euclides (2012), Moraes (2014), Santos, A. (2016) e Tofeti (2018). São teses e dissertações que trabalharam, com maior ou menor profundidade, a questão dos conflitos em UCs de diferentes lugares do país.

Audibert (2005), por exemplo, analisou a relação entre as comunidades e as UCs no estado do Rio Grande do Sul a partir de cinco UCs já existentes naquele estado e outras duas que seriam criadas como contrapartida a ser executada pelo empreendedor responsável pela construção da RS-486 (Rota do Sol, trecho Tainhas – Terra de Areia). Pelas análises realizadas pelo autor em apreço, evidenciou-se a ocorrência de situações de conflito tanto nas UCs já existentes quanto nas áreas onde se vislumbrava a implementação de novas dessas estruturas. Esses eram evidenciados especialmente em relação às visões discordantes manifestadas entre os denominados “atores peritos” (fundamentalmente os técnicos e gestores das UCs estudadas, bem como aqueles pertencentes aos órgãos ambientais responsáveis pela implantação e gestão

dessas áreas no estado do Rio Grande do Sul) e os sujeitos locais, afetados de alguma forma pela criação e presença das UCs em questão. Principalmente no que concerne à visão de natureza dos “atores peritos”, o autor supracitado observou que “Para estes atores, a natureza é um patrimônio com um valor em si, anterior à ação e à vontade humanas, que merece ser preservado” (ibid., p. 382).

Logo, na concepção manifestada pelos “atores peritos”,

[...] o consumo humano atual, produto da satisfação de suas necessidades culturais e sociais, é representado como estando em oposição à preservação dos recursos naturais. Os elementos ambientais são significados como representativos da biodiversidade, ou seja, a natureza é o espaço de produção da diversidade biológica em processos naturalmente sustentáveis cuja interferência humana pautada por critérios culturais e não mais biológico-evolutivos conduz ao seu esgotamento e destruição, reduzindo a diversidade e ameaçando romper definitivamente os processos naturais na forma em que se organizam atualmente (ibid., p. 370).

Em outro trabalho interessante destacando a situação dos conflitos ambientais envolvendo comunidades e UCs, Monteiro (2011) demonstrou as situações abrangendo o Parque Nacional das Sempre-Vivas (ParNa Sempre-Vivas), em MG, e os apanhadores de flores. Neste caso, o conflito apresentado pela autora estava relacionado principalmente à proibição da coleta das flores sempre-vivas, que se deu após a constituição do parque, sendo intensificada a partir de 2007 (ibid.). Entre outras coisas, evidenciou-se, por meio desse conflito, uma diferenciação fundamental entre a visão de mundo – e de natureza – dos gestores do ParNa e dos sujeitos e grupos sociais locais que tiveram suas atividades restringidas pela constituição daquela unidade, especialmente porque

Ao contrário da racionalidade expressa pelo mito moderno da natureza intocada, as comunidades tradicionais camponesas, presentes nas áreas onde são alocadas as futuras UCs de proteção integral, não percebem a natureza como algo que lhes é exterior, pois as interações diretas e cotidianas com a terra são necessárias à sua reprodução material e simbólica (ibid., p. 110).

Confrontam-se, nesse sentido, visões de natureza diferentes, pois de um lado tem-se uma concepção de uso dos recursos naturais a partir de uma perspectiva que visualiza a natureza e seus componentes como sendo parte integrante da dinâmica socioeconômica e cultural desses grupos, contrapondo-se a uma percepção dessa mesma natureza e seus elementos como sendo externos às sociedades. Esta última, por sua vez, enxerga as ações antrópicas como sempre prejudiciais, sendo, por isso, necessário que a presença humana e as atividades desenvolvidas pelos grupos sociais sejam apartadas da “natureza”, como forma de preservá-la dos impactos

negativos provenientes dessas ações. Essa compreensão não é capaz de perceber que o próprio ato de se separar espaços específicos para que a “natureza” seja aí conservada/preservada não se caracteriza como algo “natural”, como se tem argumentado nesta tese, pois é fruto da vontade humana e, como tal, acarreta consequências a esses territórios, ainda que sejam diferentes em relação àquelas que seriam produzidas com a continuidade das formas de interação anteriores à constituição dos mesmos. Ou seja, as áreas naturais protegidas, na verdade, não são “naturais”, como já se tem destacado, pois são estruturas produzidas pelas ações de sujeitos e grupos sociais específicos que produzem e moldam a natureza a partir dos conceitos e entendimentos que esses possuem sobre ela. São esses processos de produção da natureza, que se diferenciam de um grupo social para o outro, que podem levar – como geralmente levam – à ocorrência de conflitos ambientais.

Em perspectiva semelhante, Euclides (2012) estudou a atuação de diferentes grupos na constituição do mosaico de UCs da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Neste caso, além dos conflitos diversos que puderam ser identificados pela autora, é interessante observar como a natureza – ou melhor dizendo, como um determinado discurso em torno da natureza – pode ser mobilizado de diferentes formas e por variados atores e grupos sociais para se alcançar seus objetivos específicos. Em um dos casos mais interessantes apresentados pela autora, tem-se a disputa entre os moradores de diversos municípios pertencentes à RMBH e a mineradora Vale pela constituição de uma UC na região da Serra do Gandarela.

Ao tomarem conhecimento acerca da intenção da mineradora Vale em expandir a mineração pela região em questão, através de um mega projeto denominado de “Projeto Mina Apolo”, diversos sujeitos e grupos sociais residentes na área foco do projeto, assim como outros que não residiam naquele espaço, mas que manifestavam algum tipo de interesse em relação aos elementos ambientais que ele abrigava, deram início a uma série de mobilizações com o objetivo de que fosse constituída uma UC de proteção integral na região, objetivando evitar a continuidade da operação da mineradora, que tinha como fim extrair cerca de 24 milhões de toneladas de minério de ferro da área por ano. Antevendo os possíveis impactos e riscos que tal projeto poderia gerar, as mobilizações então foram iniciadas (ibid.).

É interessante notar que, no contexto em questão, a compreensão de natureza manifestada pela mineradora e por aqueles que se opuseram às pretensões da empresa não era, em essência, diferente, tendo em vista que tanto para a mineradora quanto para os sujeitos em oposição aos seus interesses de expansão da exploração mineral na região do Gandarela, a natureza era tida como uma externalidade frente às sociedades. O que diferenciava a empresa dos sujeitos que passaram a reivindicar a constituição de uma UC de proteção integral na área

era a forma como a primeira pensava em explorar os elementos ambientais e a forma como os sujeitos locais imaginam ser possível evitar essa exploração, tendo em vista que, como já colocado, vislumbravam possíveis consequências ambientais negativas desse processo. Ao fim e ao cabo, porém, a “natureza” aí não perdia seu status de externalidade, de modo que, especialmente para os sujeitos locais contrários à mineração, a ideia de natureza enquanto espaço/ambiente intocado pela ação humana permeava boa parte da argumentação reivindicatória de constituição de uma UC na área foco do interesse mineral.

Também é válido observar que, diferentemente do que de forma mais corriqueira ocorre nas áreas onde se planeja criar uma UC, especialmente de categorias mais restritivas, houve, neste caso, um grande interesse e uma intensa mobilização para a instituição de uma estrutura nesses moldes por parte de muitos sujeitos locais. Isso evidencia os usos múltiplos do discurso da natureza, que, na situação em análise, assumiu a conotação preservacionista como forma de garantir a manutenção de condições ambientais tidas como mais interessantes para os indivíduos que pleiteavam essa estratégia. Assim, a UC funcionaria como um meio a partir do qual seria possível manter os aspectos ambientais do território os mais próximos possíveis do que se compreendia como sendo os mais adequados para o bem estar daquelas populações, em contraposição ao projeto minerário que se entendia prejudicial às condições de existência desses e de outros grupos, inclusive de espécies e indivíduos não humanos.

Esse tipo de cenário envolvendo as UCs, ajuda a evidenciar as contradições que perpassam o processo de proteção ambiental que se manifesta sobre os diferentes territórios do país por meio dessas estruturas. Entre essas contradições, destacam-se as necessidades diversas relacionadas à criação das APs, em geral, e das UCs, em particular, no Brasil. Se, de uma lado, existem aqueles espaços de proteção da natureza que foram criados em categorias que possivelmente não eram as mais adequadas às características locais dos territórios em que foram instituídos, levando à ocorrência de inúmeros problemas, realçando-se, aqui, os conflitos ambientais de diferentes ordens, de outro, tem-se a existência de territórios com dinâmicas socioespaciais que, em certos momentos, podem demandar, entre outras ações, a criação de UCs como um dos instrumentos a ser utilizado para proteger tanto os elementos não humanos existentes sobre esses territórios como os próprios sujeitos e grupos sociais que neles residem, tendo em vista possíveis ameaças oriundas, por exemplo, de grandes projetos, como os do setor minerário-exportador apresentado por Euclides (2012).

Manifesta-se, dessa maneira, uma relação dialética típica das sociedades atuais, onde um mesmo instrumento da política ambiental (as UCs) pode funcionar tanto como causador de problemas às populações que por ele são afetadas quando usado de maneira equivocada – por

exemplo, ao ser instituída uma categoria de UC que não atende à dinâmica local –, como, ao mesmo tempo, se caracterizar enquanto um mecanismo importante de proteção tanto da “natureza” e seus componentes, quanto dos grupos e sujeitos que deles necessitam para o seu processo de reprodução sociocultural.

Assim, continuando a seguir a trilha dos conflitos ambientais relacionados às UCs no país, tem-se em Moraes (2014) mais um exemplo de situações de embates envolvendo moradores locais e UCs de proteção integral. Da mesma forma como no caso de Monteiro (2011), a implantação de dois parques estaduais no estado de MG (Parque Estadual do Biribiri e Parque Estadual do Rio Preto) produziu impactos significativos na vida dos moradores das áreas onde estes foram implementados, especialmente pelas limitações e proibições que acabaram sendo impostas a esses moradores no que concerne à continuidade de suas atividades socioeconômicas, com destaque para a criação de gado e o extrativismo mineral e vegetal (ibid.).

Nesse contexto, no que se refere ao Parque Estadual do Biribiri, por exemplo, o autor em questão afirma que

A utilização de áreas comunitárias para a soltura de gado, extrativismo mineral (garimpo e areia) e extrativismo vegetal (coleta de espécies vegetais e madeira) sempre foi determinante para a subsistência das comunidades do entorno do PEBI. Nessa realidade, o parque passa a representar o cerceamento de suas atividades, até um possível final de uma tradição de vida (ibid., p. 118).

Segundo as análises do autor em apreço, situações semelhantes também afetaram as populações do entorno do Parque Estadual do Rio Preto, especialmente em função de proibições relacionadas à continuidade de realização de certos usos que eram praticados antes da constituição do parque, tais como a pesca, a criação de gado em terras comunais e até mesmo de práticas de lazer, como os banhos de cachoeiras em áreas que acabaram sendo abrangidas pela unidade (ibid.).

Já no Parque Nacional da Serra do Cipó (ParNa Serra do Cipó), também em MG, a situação de conflitos entre sujeitos locais e a unidade atingiu níveis mais severos, inclusive com a expulsão de antigos moradores que possuíam terras onde o ParNa foi constituído sem que houvesse, em contrapartida, a indenização devida por essas terras por eles ocupadas, chegando à absurda situação de pessoas sendo alocadas às margens da MG-010, uma das estradas que cortam a região, sem um mínimo de segurança e cuidado com a dignidade desses sujeitos (Santos, 2017). Na base dessa situação extrema está a maneira como ocorreu a criação do parque. Assim, em outro trabalho, o autor em apreço afirma que

São relatados, pelos antigos proprietários de terras que atualmente pertencem ao parque, como se deu o processo de desapropriação e criação da UC. Nota-se que tudo foi feito à revelia dos interesses e das histórias dos moradores locais, sendo uma situação imposta pelo poder público a esses sujeitos a partir de pressões oriundas de cientistas e ativistas ambientais em torno da necessidade de se proteger os recursos naturais locais. A territorialidade dos sujeitos locais, bem como seus modos de vida e suas raízes com o território, foram simplesmente desconsideradas (Santos, A., 2016, p. 159-160).

Evidencia-se, com isso, a soberba e a falta de empatia de parte do movimento ambientalista no que tange à imposição da ideologia preservacionista de proteção da “natureza”. Esse fato destaca-se, ainda, quando se percebe que a história de criação de UCs no país é repleta de outros relatos semelhantes ao trazido por Santos, A. (2016; 2017). Em muitas das UCs que foram sendo constituídas por aqui a partir de 1937, houve processos que deliberadamente negligenciaram e até sufocaram a presença e os interesses das comunidades locais impactadas pela gênese dessas áreas. É como se, de fato, esses espaços fossem vazios, como bem notou, entre outros, Diegues (2001). Dessa forma, os anseios, as interações, os modos de vida e as próprias possibilidades de sobrevivência de muitos desses sujeitos e grupos sociais, enfim, suas cosmografias, foram simplesmente desconsideradas por outros sujeitos e grupos que, ou não enxergaram essas populações, ou os consideraram como degradadores da “natureza”, não sendo esses, por isso, dignos de maiores cuidados e de tratamento justo.

Com essa perspectiva, então, foram sendo impostas sobre vários territórios de vida estruturas destinadas à proteção da “natureza”. Mas não qualquer natureza, é claro, mas sim aquela forjada no imaginário urbano-industrial-capitalista, que via – e continua vendo, em boa parte das vezes – a natureza apenas como aquilo que não se relaciona com as atividades humanas, desconsiderando toda a dialética que perpassa a relação sociedade↔natureza, num processo onde a sociedade molda a natureza ao mesmo tempo que é por ela moldada.

Por fim, entre os trabalhos destacados nesta tese sobre os conflitos em UCs, o de Tofeti (2018), assim como os demais, também apresenta o cenário de embates envolvendo comunidades e UCs em algumas dessas estruturas espalhadas por vários biomas brasileiros. Neste caso, destacam-se situações que foram observadas pelo autor em UCs na Bahia, em Brasília, no Ceará, no Rio de Janeiro e no Pará, contemplando os biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Em todos eles foram analisadas várias UCs de proteção integral e de uso sustentável, sendo possível identificar ocorrências de conflitos diversos e situações de conflitualidade, com destaque, no caso dos conflitos, para aqueles relacionados à incompatibilidade de uso dos elementos ambientais pelos sujeitos e grupos sociais locais após a constituição das UCs, especialmente as de proteção integral. Além disso, principalmente no

que se refere ao bioma Amazônia, onde foi estudado o mosaico de UCs da Serra dos Carajás, pode-se evidenciar, a partir dos relatos do autor supracitado, possíveis focos de novos conflitos naquela área, estando estes relacionados à provável expansão da mineração na região no futuro, tendo em vista se tratar de uma área riquíssima em minério, onde, como se sabe, a mineração já desempenha papel central na dinâmica socioeconômica local.

Todas estas pesquisas, além de muitas outras (Diegues e Vianna, 1995; Cattaneo, 2004; Cardoso, 2006; Ferreira, 2011; Figueiredo, 2011; Morales, 2011; Anaya, 2012; Silva, 2012; Arruda et al., 2013), ilustram com bastante intensidade as muitas situações de conflito vivenciadas pelas UCs no Brasil, se caracterizando esse fenômeno como uma das principais consequências geradas por essas estruturas sobre os territórios onde são implementadas no país.

Para além dos conflitos, porém, as UCs brasileira enfrentam outras dificuldades e desafios que marcam a dinâmica dessa política ambiental por aqui, destacando-se, entre eles(as), o financiamento destinado a essas áreas, que tem sido insuficiente para uma boa gestão de grande parcela dessas estruturas, como demonstram, entre outros, Dourojeanni e Pádua (2013) e Medeiros et al. (2018), e a própria presença de moradores em vários desses espaços e em seus entornos imediatos, como apontado por Bensusan (2014).

Entretanto, neste último caso, como a própria autora em apreço afirma,

A exclusão das pessoas residentes nas áreas protegidas é essencialmente injusta, pois dela deriva-se a distribuição desigual dos sacrifícios: algumas populações são direta ou indiretamente beneficiadas com a melhoria da qualidade ambiental derivada da proteção de determinadas áreas, enquanto outras são privadas das terras que ocupavam tradicionalmente, sendo, em geral, realocadas em locais e condições indefensáveis. É injusta, também, porque muitas das populações beneficiadas são aquelas responsáveis pelo modelo predatório que resultou na necessidade de se reservar áreas para proteção ambiental, enquanto as populações sacrificadas são aquelas que conservaram, por meio de uso tradicional da terra e dos recursos naturais, as poucas áreas naturais ainda existentes e, por isso, pagam um preço muito alto: sua destruição cultural e social (Bensusan, 2014, p. 60).

Diante desse contexto, se pode afirmar com certa segurança que a gestão desses espaços é sempre desafiadora. Além disso, é possível argumentar também, a própria ideia de se destinar áreas específicas da superfície do planeta para a “proteção” – de que, de quem, como e para quem, é sempre necessário indagar – da “natureza” é, como já vem sendo dito nesta tese, eivada de contradições, bem como pairam sobre essa perspectiva dúvidas quanto à sua real eficácia e os seus efeitos diferenciados em relação aos muitos sujeitos e grupos sociais que são, direta ou indiretamente, afetados por essa política.

Se, por um lado, não se pode negar de modo algum a necessidade de que sejam elaborados projetos e colocadas em prática ações que objetivem resguardar a qualidade do

ambiente, o que envolve, sem sombra de dúvidas, os aspectos e os elementos não humanos, sendo, nesse sentido, fundamental reconhecer que as APs e as UCs têm sido importantes para conter o avanço de formas de produção do espaço – e da natureza – que são, em essência, muito degradantes das condições ambientais locais, regionais, continentais e mesmo planetárias em várias regiões do mundo e do Brasil, de outro, entretanto, não se pode olvidar as muitas contradições que perpassam esse processo. Destacam-se, nesse contexto, as situações de injustiça ambiental que atingiram e que continuam a atingir muitos sujeitos e grupos sociais que foram e são impactados pela criação, implementação e funcionamento dessas estruturas, tendo muitos de seus modos de vida e de suas condições de reprodução sociocultural e econômica diretamente limitadas pelas mudanças territoriais impostas pelas APs e UCs.

Como consequência disso, tem-se em muitos momentos a eclosão de conflitos ambientais, pois estes acabam se configurando enquanto a manifestação mais evidente das insatisfações dos sujeitos diante de situações que consideram como injustas impostas a eles. Os conflitos nas UCs, assim, não devem ser vistos apenas como sintoma de uma resistência dos indivíduos frente às supostas tentativas de se proteger a “natureza”, como muitas vezes tendem a ser compreendidos – e como às vezes até podem mesmo ser, especialmente quando um dos lados neles envolvidos é justamente aquele que tem parcela maior de responsabilidade diante da crise ambiental em curso e que geralmente comete graves violações ambientais, contribuindo para acelerados e intensos processos de degradação ambiental, é importante destacar –, mas, fundamentalmente, como um movimento de denúncia frente à ocorrência de processos que impõem sobre os ombros de certos sujeitos e grupos sociais uma carga substancialmente mais significativa de responsabilidade e sacrifício diante das ameaças ambientais em andamento – como boa parte dos trabalhos aqui citados demonstram –, ao passo que poupa e até beneficia outros grupos, cuja responsabilidade nessas ameaças é geralmente muito maior do que daqueles que estão sendo privados de seus modos de vida “por um bem maior”.

É nesse sentido que pesquisas que buscam aprofundar análises sobre as relações sociedade↔natureza, tendo como objeto de investigação as dinâmicas que se passam nas UCs e em seus entornos, são capazes de desempenhar papel relevante, pois podem auxiliar na melhor compreensão acerca das influências que essas estruturas exercem sobre as condições de vida de sujeitos e grupos sociais diversos. De igual modo, também podem contribuir para uma melhor compreensão sobre a dinâmica dos conflitos ambientais existentes nessas áreas, ajudando a elucidar, entre outras, situações de injustiças ambientais que estejam se processando sobre os territórios que estão sob o guarda-chuva dessas áreas. É o que se buscará fazer a partir das próximas páginas desta tese ao se iniciar as análises em torno do ParNa Caparaó.

4. O PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ: CARACTERÍSTICAS GERAIS E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO PARNA E SUA ZAI

4.1 Introdução

Neste capítulo, inicia-se a análise do ParNa Caparaó e de seu entorno imediato. A abordagem começa com uma exposição básica das características locais, destacando os aspectos socioeconômicos, culturais e ecológicos da região. O objetivo fundamental é introduzir o leitor nesse espaço que é o alvo essencial das análises empreendidas nesta pesquisa.

Assim, o capítulo se inicia com uma breve descrição dos aspectos físicos e históricos da Região do Caparaó mineiro e capixaba, buscando evidenciar as características que marcam essa região. Na sequência, analisa-se o processo que deu origem ao ParNa Caparaó, objetivando compreender como a constituição do ParNa, em 1961, e sua efetiva implantação, a partir de 1979, impactaram na dinâmica de vida dos sujeitos locais e no funcionamento de seus territórios. Adota-se essa postura, pois entende-se ser importante a compreensão, mesmo que de forma básica, no que concerne aos primeiros impactos e consequências da criação e do início do funcionamento da UC na vida dos moradores da área, pois compreende-se que parte da dinâmica atual desse espaço pode ser melhor entendida ao se observar um pouco de como se deu a criação e o efetivo funcionamento da unidade, especialmente no que se refere à evolução espaço-temporal dos conflitos ambientais que surgiram.

Em seguida, discute-se questões referentes à situação fundiária da UC e outras ligadas à dinâmica turística do parque e das comunidades a ele circunvizinhas. Busca-se, com isso, compreender a dinâmica mais recente das relações sociedade↔natureza do ParNa e seu entorno, objetivando já se começar a perceber os desafios, os conflitos e as situações de injustiça ambiental que ocorrem nesse território, sendo estas(es) diretamente produzidas(os) ou influenciadas(os) pela presença da unidade sobre este.

Na sequência do capítulo, também são examinadas e discutidas as informações presentes nos mapas de uso e ocupação do solo que foram elaborados para esta tese. Esses mapas, entende-se, têm papel importante na pesquisa em questão, pois por meio deles é possível, por um lado, evidenciar a evolução espaço-temporal das categorias de uso e ocupação do solo tanto na área do Parque quanto em sua ZAI, e, de outro, complementar às informações que foram observadas e coletadas em campo, através das observações e entrevistas realizadas junto aos moradores locais e aos funcionários da UC.

4.2 Breve descrição do ambiente do entorno do ParNa Caparaó mineiro e capixaba

O ParNa Caparaó está localizado na divisa entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, na Região Sudeste do Brasil. Pelo lado de Minas Gerais, os municípios que possuem terras dentro da unidade são Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó e Espera Feliz, perfazendo 20,56% do parque. Já os municípios capixabas que possuem área nessa UC são Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Ibitirama, Irupi e Iúna, totalizando 79,44% do Parque (Brasil, 2015). Sua área total equivale a 31.800 hectares (ibid.). A tabela 1, a seguir, apresenta os dados referentes à área em km² que cada município tem dentro do Parque e a porcentagem de participação de cada um referente à totalidade da unidade. Como se pode notar, em Minas Gerais o município com maior participação no ParNa Caparaó é Alto Caparaó, onde também se localiza a portaria mineira do Parque, bem como a sede da unidade. Já no Espírito Santo, Iúna é o município com maior volume de terras situadas dentro da UC. Entretanto, a portaria capixaba está localizada em Pedra Menina, distrito de Dolores do Rio Preto – ES.

Tabela 1: Áreas municipais dentro do Parque Nacional do Caparaó

Municípios e suas respectivas áreas em km ²			Área do município dentro da UC			
UF	Cidade	Área km ²	Área km ²	%	Total km ²	%
MG	Alto Caparaó	104,6	45,0	14,12%	65,5	20,56%
	Alto Jequitibá	151,5	3,6	1,12%		
	Caparaó	130,7	0,9	0,28%		
	Espera Feliz	325,6	16,04	5,04%		
ES	Divino de São Lourenço	176,0	39,3	12,33%	253,1	79,44%
	Dolores do Rio Preto	153,0	23,4	7,34%		
	Ibitirama	329,0	77,5	24,34%		
	Irupi	184,0	3,8	1,18%		
	Iúna	461,0	109,1	34,26%		

Fonte: Souza (2016)

A data oficial de sua criação é 24 de maio de 1961, através do Decreto Federal nº 50.646 (Gobbo et al., 2015), tendo como legislação de referência o Código Florestal de 1934 (Santos, 2004), ainda vigente no ato de sua instituição. Inicialmente, o Parque possuía uma área total de cerca de 26.000 hectares (ha), tendo esta sido demarcada com base em valores altimétricos, de modo que todas as áreas situadas acima de 1.300 metros de altitude pertenciam à unidade (ibid.). Em 1997, no entanto, houve um processo de expansão de suas dimensões, tendo alcançado o atual valor já citado acima (Parreiras, 2004; Cunha, 2006).

Esse processo de expansão, com a definição de novos limites para o ParNa, inclusive, está na base de novos focos de conflitos que surgiram nos últimos vinte e quatro anos entre sujeitos locais e o Parque, tendo em vista que mesmo antes de ocorrer o aumento da área da unidade, seu processo de regularização fundiária não ter sido finalizado, de maneira que, com a expansão, tal situação acabou se agravando, como pode ser evidenciado através do próprio Plano de Manejo (PM) do ParNa em sua versão mais recente, publicada em 2015, após um longo período de revisão (Brasília, 2015). Entre os novos focos de conflito, destaca-se a criação de trutas em áreas incorporadas pela expansão do ParNa, uma questão apontada em pesquisas (Torres e Cosenza, 2017; Massini e Vale, 2018) e considerada sensível no Plano de Manejo (Brasil, 2015).

As observações de campo e as entrevistas também demonstraram que essa situação continua sendo uma questão delicada, especialmente para o proprietário das áreas que eram utilizadas para a truticultura e que acabaram sendo incorporadas ao Parque. Além disso, outras situações relacionadas à expansão dos limites territoriais do ParNa também puderam ser evidenciadas, demonstrando que a UC e seu entorno ainda vivenciam uma realidade de conflitos, mesmo que esses não apresentem como característica a presença de embates exacerbados e pujantes, como muitas vezes ocorre em outras UCs espalhadas pelo país.

A figura 5, abaixo, apresenta a localização do ParNa Caparaó e de sua ZAI, que foi estabelecida de maneira aproximada, tendo como referência as informações presentes no PM do Parque (Brasília, 2015). Já a figura 6, na sequência, apresenta as principais rotas de acesso às duas portarias do Parque.

Figura 5: Parque Nacional do Caparaó e sua Zona de Amortecimento de Impactos

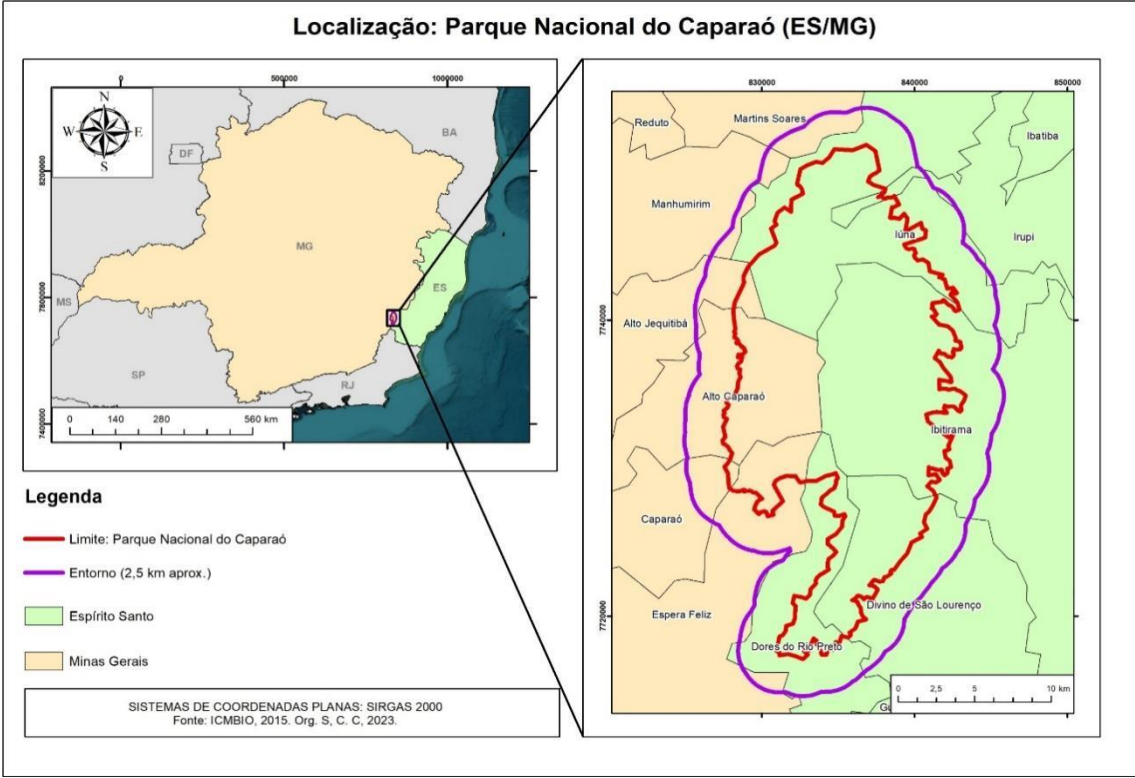
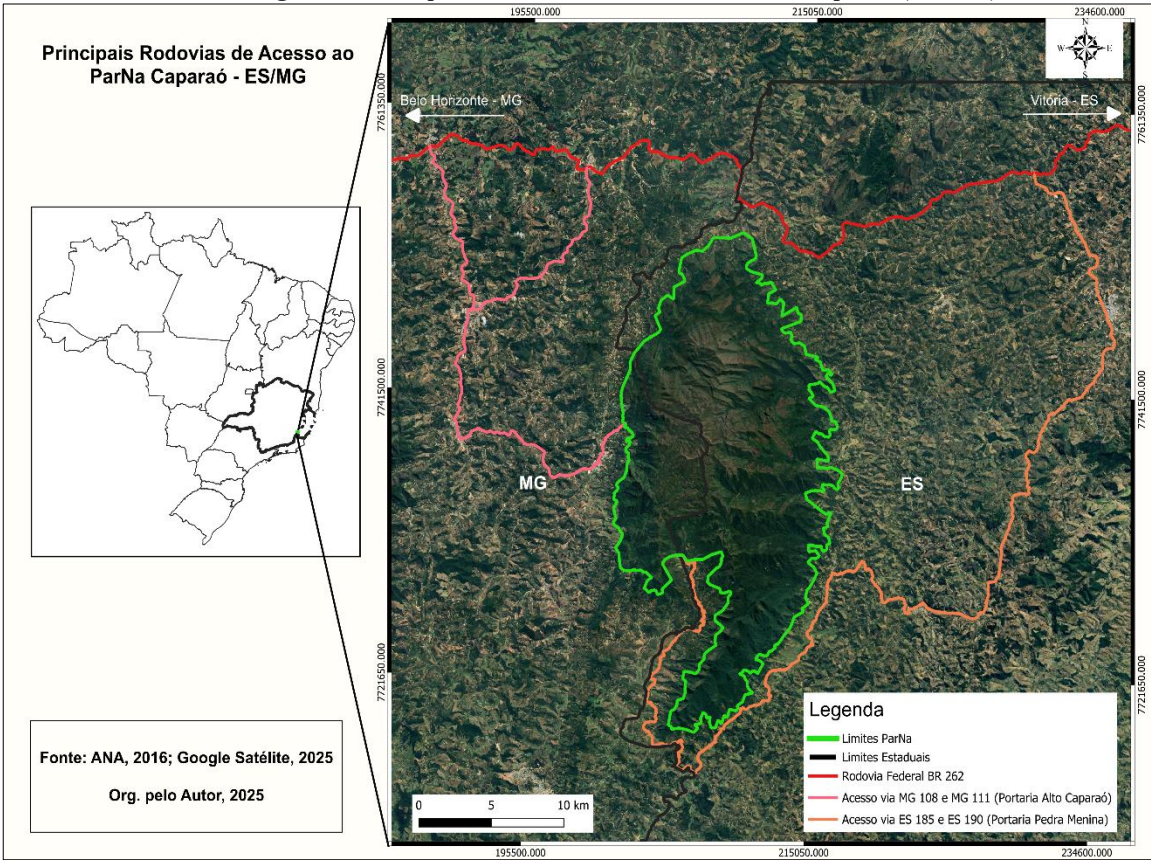


Figura 6: Principais Rodovias de Acesso ao ParNa Caparaó (ES/MG)



O ParNa Caparaó, situado na região da Mata Atlântica, desempenha um papel de extrema relevância como uma das mais significativas reservas desse bioma, notadamente no estado do Espírito Santo (Brasília, 2015; Amarante, 2016). De acordo com seu PM, é distintamente marcado pelo seu alto grau de endemismo tanto na flora quanto na fauna, e destaca-se como a única Unidade de Conservação de âmbito federal que garante proteção integral em uma vasta extensão territorial (Brasília, 2015, p. 8).

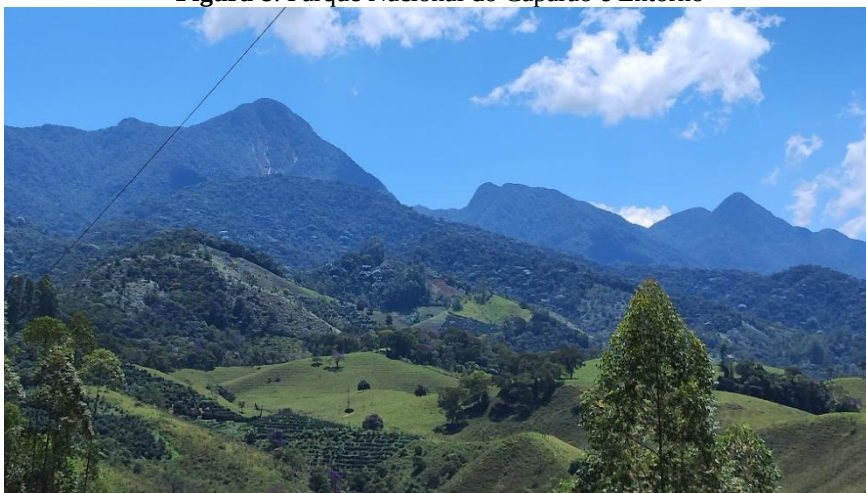
As formações florestais na região são encontradas em maior nível de preservação especialmente dentro dos limites do Parque, o que demonstra sua importância enquanto área de proteção da flora regional, caracterizando-se pela presença de: floresta estacional semidecidual montana; floresta ombrófila densa montana; floresta ombrófila densa alto montana; e campos de altitude (ou campos montanos) (Brasília, 2015). Predominam as formações do tipo secundária, tendo em vista o extenso processo de exploração e supressão da vegetação original (ICMBio, 2023), inicialmente voltado para a exploração madeireira e, posteriormente, para abertura de áreas para dar lugar à formação de pastagens para a criação animal e para o plantio de café (Santos, 2004; Brasília, 2015). Ainda assim, a região do Parque se destaca pela elevada riqueza florística (Brasília, 2015). Na sequência, tem-se algumas imagens do Parque e seu entorno imediato (figuras 7 a 13).

Figura 7: Parque Nacional do Caparaó e Entorno



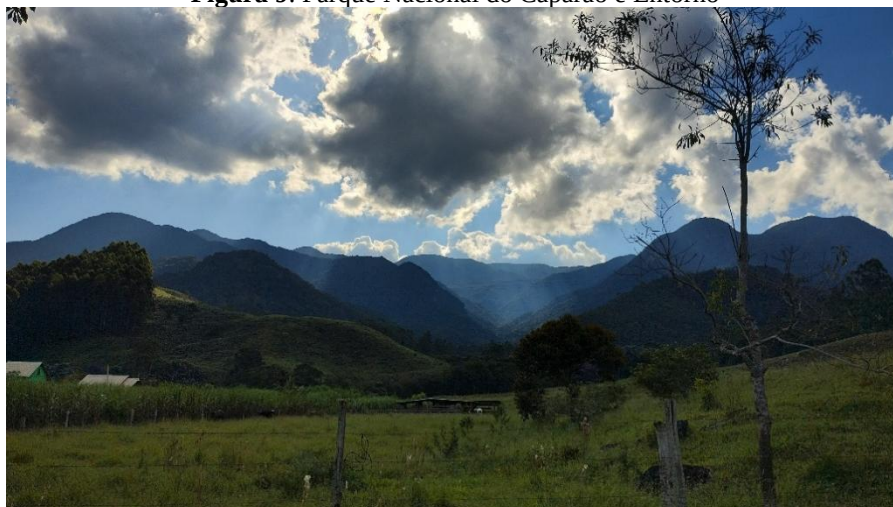
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 8: Parque Nacional do Caparaó e Entorno



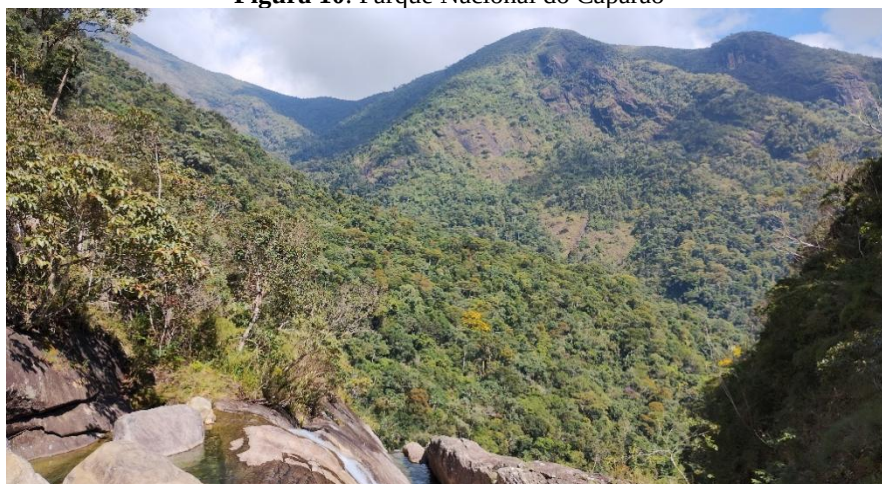
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 9: Parque Nacional do Caparaó e Entorno



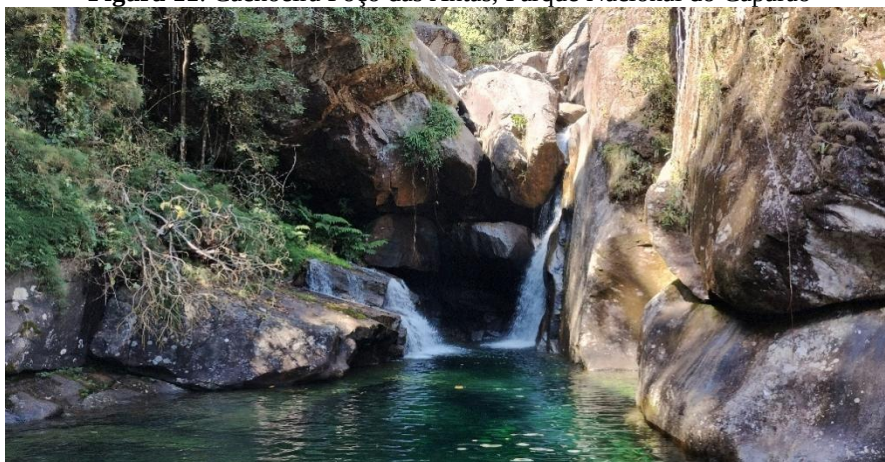
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 10: Parque Nacional do Caparaó



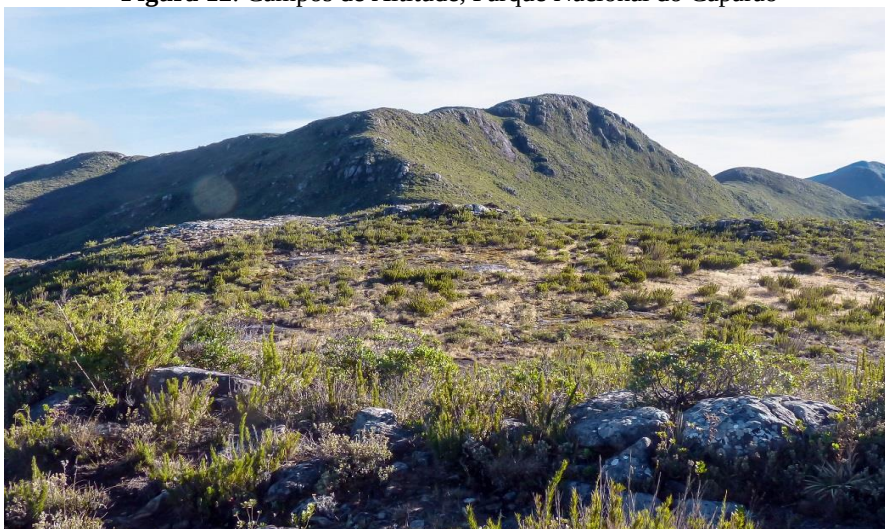
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 11: Cachoeira Poço das Antas, Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 12: Campos de Altitude, Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Clube Candeias, 2024

Figura 13: Pico da Bandeira, Parque Nacional do Caparaó



Fonte: Chico Trekking, 2012

Além disso, no ParNa também podem ser encontradas importantes espécies da fauna nacional, sendo algumas delas endêmicas (Brasília, 2015; ICMBio, 2023). De acordo com o PM da unidade,

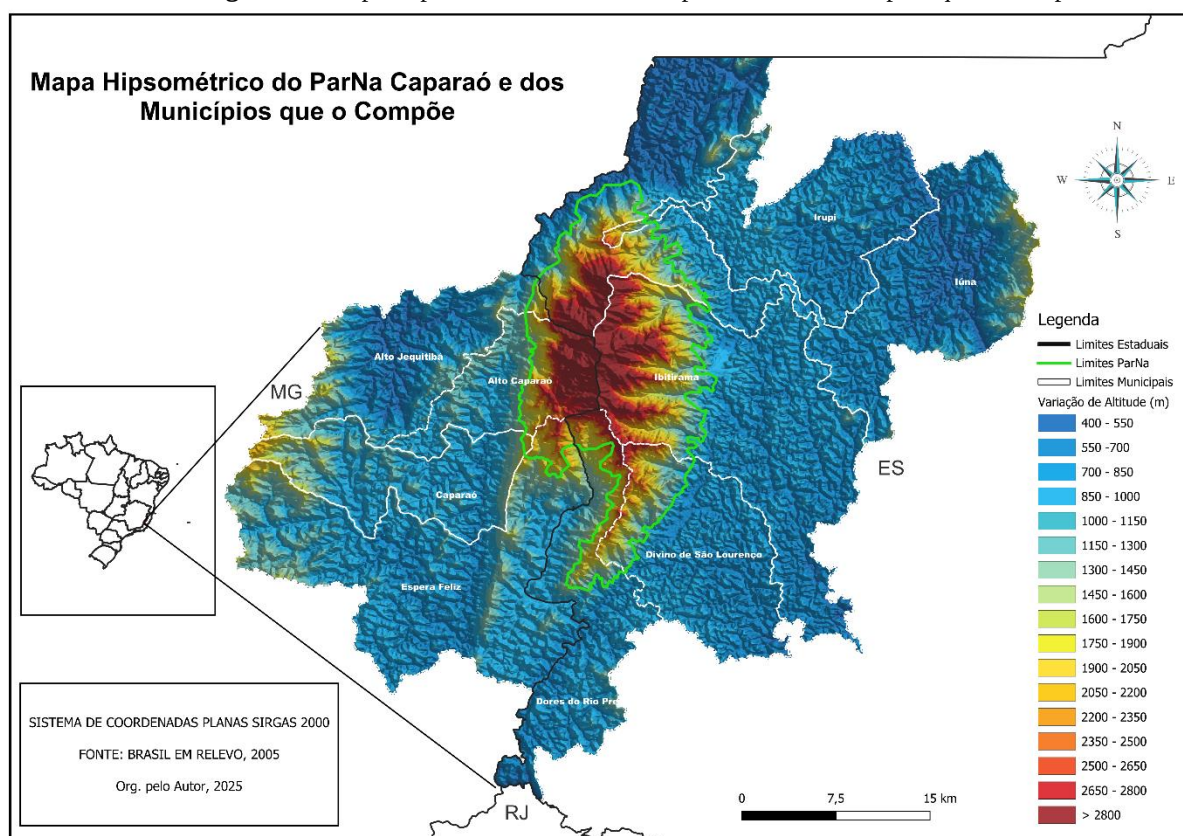
Do ponto de vista da avifauna, o PNC [Parque Nacional do Caparaó] apresenta um grau de endemismo alto. Nos estudos para a revisão do presente PM, foram observadas 45 espécies das 82 avaliadas em estudos anteriores (Paula & Carvalho, 2007). Soma-se a essas algumas espécies consideradas com alto grau de ameaça, das quais 72 encontram-se registradas para o PNC e, dessas, 28 foram relatadas no estudo citado anteriormente. Isto evidencia a importância do PNC para a preservação do que resta do patrimônio natural da Mata Atlântica (Brasília, 2015, p. 11).

Ainda segundo o mesmo documento,

As áreas com maior riqueza de espécies foram Tronqueira, Santa Marta e pico do Calçado, seguidas pela área do Rio Norte. As espécies especiais concentraram-se nas áreas do córrego Veadinho e do pico do Calçado. Considerando-se riqueza e espécies especiais, destaca-se a área da Tronqueira, seguida pelas áreas do córrego Veadinho, de Santa Marta e do pico do Calçado. Por fim, juntando as características com a avaliação de habitats e espécies para cada uma das áreas, Tronqueira é a que mais se destaca, seguida pelas áreas do córrego Veadinho e do pico do Calçado e pelas áreas do Rio Norte e Santa Marta (ibid., p. 142).

Em relação às características geológicas do ParNa e sua região circundante, observa-se que esses se situam na Serra do Caparaó, uma parte integrante da extensa região montanhosa denominada “Maciço do Caparaó”. Esse maciço, por sua vez, encontra-se inserido na Faixa de Dobramentos Ribeira, pertencente à extensa cadeia de dobramentos conhecida como Província Geológica Mantiqueira (ibid.). Nessa configuração, predominam rochas metamórficas que desempenham um papel fundamental na modelagem da paisagem, destacando-se os gnaisses e migmatitos, cujas origens remontam a mais de 2 bilhões de anos (Brasília, 2015; ICMBio, 2023). A figura 14, na sequência, apresenta o mapa hipsométrico do ParNa Caparaó e dos municípios que o compõe, sendo possível evidenciar o destaque que a Serra do Caparaó possui na região.

Figura 14: Mapa Hipsométrico do ParNa Caparaó e dos Municípios que o Compõe



Por fim, no que concerne às características físicas do ParNa e de seu entorno, merece destaque o papel significativo que desempenha no fornecimento de recursos hídricos tanto para a região do Caparaó mineiro e capixaba, quanto na condição de tributária para três grandes bacias hidrográficas da Região Sudeste do país. A presença de clima ameno, com períodos chuvosos concentrados principalmente entre os meses de outubro e março, associado à relativa conservação das matas, especialmente dentro do parque e em seu entorno mais próximo, favorece a formação de nascentes e córregos diversos que correm das áreas mais elevadas do ParNa em direção aos rios maiores localizados nas partes mais baixas que, posteriormente, alimentam o Rio Doce, o Rio Itabapoana e o Rio Itapemirim (Brasília, 2015; ICMBio, 2023).

Todos esses aspectos citados, evidenciam a importância ecológica que o Parque possui para a Região do Caparaó, extrapolando, inclusive, sua influência para além desse espaço, tendo em vista seu papel enquanto reserva significativa de Mata Atlântica, que, como se sabe, trata-se de um dos biomas mais ameaçados do país, e seu funcionamento enquanto importante fornecedor de recursos hídricos não apenas para a região em que se localiza, mas também para outras áreas do território nacional a partir da contribuição que realiza a bacias hidrográficas de grande relevância.

Já no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos do entorno da unidade, evidencia-se a presença de algumas características e atividades que são predominantes nesse espaço. No geral, os municípios que compõem o entorno do ParNa são formados por conjuntos populacionais que não ultrapassam a casa dos 30 mil habitantes, sendo todos eles encaixados na categoria de pequenos municípios. O mais populoso é Iúna, localizado no Espírito Santo. Já o que apresenta menor número de pessoas é o município de Caparaó, situado em Minas Gerais. Na tabela 2, abaixo, apresenta-se o número de habitantes por município e o total da somatória de todos que formam o ParNa e seu entorno.

Segundo Gobbo et al. (2015), a grande maioria das propriedades que compõem os municípios do entorno do Parque são caracterizadas como minifúndios e pequenos imóveis rurais, ou seja, possuem áreas que variam entre 2 e 24 ha. Algumas destas apresentam dificuldades financeiras para se modernizar, enquanto outras já se colocam em condições mais favoráveis, empregando técnicas agrícolas mais modernas, o que as permite auferir rendimentos mais elevados associados à produção agropecuária que realizam (ibid.).

Tabela 2: População dos Municípios do Entorno do ParNa Caparaó

UF	Cidade	População	Total
MG	Alto Caparaó	5.795	106.841
	Alto Jequitibá	8.397	
	Caparaó	5.048	
	Espera Feliz	24.102	
	Divino de São Lourenço	5.083	
ES	Dores do Rio Preto	6.596	
	Ibitirama	9.520	
	Irupi	13.710	
	Iúna	28.590	

Fonte: IBGE (2022)

De forma geral, também segundo os autores em apreço, as atividades com maior participação nos rendimentos dos agricultores dos municípios estão ligadas à produção cafeeira e à pecuária leiteira, tendo outras atividades, como a agroindústria, o artesanato, a silvicultura e a produção de gêneros agrícolas diversos (feijão, milho, mandioca, etc.) papel menos destacados nos ganhos dos moradores locais, ainda que venham representando uma outra possibilidade de rendimentos nos últimos anos. De igual forma, o turismo, proporcionado especialmente pela presença do Parque na região, também tem apresentado crescimento em alguns municípios, constituindo uma nova fonte de renda para parcela dos sujeitos locais, além de outros que vêm de fora, atraídos pelo potencial da área, e realizam investimentos para

explorar essa vertente econômica (Santos, 2004; Gobbo et al, 2015; Massini, Bedim e Fonseca-Filho, 2015).

No geral, os municípios que fazem parte do entorno do parque possuem rendas per capita que variam entre R\$ 13.410,81 (Alto Jequitibá – MG) e R\$ 24.492,79 (Dores do Rio Preto – ES) (IBGE, 2020). Isso os coloca em condições de renda média, tomando como base a própria classificação do instituto. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) está em patamar mediano em todos os municípios, com Iúna – ES possuindo o maior entre aqueles que detêm terras no Parque e Ibitirama – ES o menor. Na tabela 3, a seguir, são apresentados os valores de renda média e de IDHM de todos os municípios que compõem o ParNa Caparaó.

Tabela 3: Renda média per capita e IDHM dos municípios do entorno direto do ParNa Caparaó

UF	Cidade	Renda per capita	IDHM
MG	Alto Caparaó	14.345,03	0,661
	Alto Jequitibá	13.410,81	0,660
	Caparaó	16.622,82	0,624
	Espera Feliz	15.502,49	0,663
ES	Divino de São Lourenço	16.137,32	0,632
	Dores do Rio Preto	24.492,79	0,654
	Ibitirama	17.645,21	0,622
	Irupi	18.975,86	0,637
	Iúna	18.145,39	0,666

Fonte: IBGE (2010; 2020)

Entre os principais problemas ambientais detectados por pesquisas e levantamentos realizadas(os) nos municípios do entorno do Parque, destacam-se: a ainda baixa coleta e tratamento do esgoto residencial (IBGE, 2010), especialmente nas áreas rurais, onde praticamente a totalidade dos efluentes são lançados nos cursos d'água sem nenhum tipo de cuidado (Gobbo et al., 2015), bem como a também pequena coleta e tratamento do lixo produzido pelos moradores, novamente com destaque para as áreas rurais, onde a queima dos materiais é prática corriqueira (ibid.); o desmatamento de áreas de floresta nativa, objetivando fundamentalmente a abertura de novas frentes especialmente para o plantio de café, bem como de outros cultivos em menor proporção (Brasil, 2015; Massini e Vale, 2018); o assoreamento e poluição dos cursos d'água da região (Santos, 2004; Brasil, 2015; Massini e Vale, 2018); e o uso intensivo e muitas vezes não fiscalizado de agrotóxicos (Santos, 2004; Brasil, 2015; Massini e Vale, 2018). Todas essas são situações que também foram evidenciadas nas observações de campo e nas entrevistas com os moradores locais.

Esses aspectos, somados aos problemas estruturais e financeiros vivenciados pelo ParNa Caparaó, que serão foco de análise mais rigorosa um pouco mais adiante neste trabalho, fazem com que as ameaças e os desafios para a gestão do Parque sejam significativos, podendo essas acabar impactando tanto sua efetiva conservação/manutenção, quanto no relacionamento entre as comunidades locais e a UC. Antes de adentrar na análise propriamente dita desses aspectos relevantes que perpassam a dinâmica da relação sociedade↔natureza nesse território, entretanto, faz-se necessário compreender um pouco sobre como se deu o processo de criação do ParNa e sua efetiva implantação. É o que se buscará fazer na sequência.

4.3 A criação do ParNa Caparaó: a produção da natureza por meio do imaginário da preservação do Pico da Bandeira

O ParNa Caparaó foi criado em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, tendo completado 60 anos de existência em 2021. Entretanto, o processo que culminou com a sua instituição data de um período anterior ao decreto que o estabeleceu, partindo especialmente de movimentos e reivindicações de sujeitos e grupos que, ainda que estivessem localizados na região onde o Parque foi concebido, não representavam os anseios da maioria das pessoas da área, sendo fruto muito mais do imaginário de agentes específicos em torno de uma ideia/conceito de natureza do que de reivindicações que envolvessem a integralidade da coletividade local.

Não obstante, ainda que a criação da unidade tenha se materializado em 1961, a área onde se localiza o ParNa Caparaó já era objeto de interesse desde o Império, quando Dom Pedro II mandou colocar uma bandeira do Brasil naquele que, até então, era considerado o ponto mais alto do país, que passou então a ser conhecido como “Pico da Bandeira” (Santos, 2004).

Nas primeiras décadas do século XX, a área passou a ser alvo também do interesse científico, tendo sido registradas visitas com esse caráter à região do Pico da Bandeira já em 1922, quando uma missão belgo-brasileira visitou a Serra do Caparaó, após passagem pelo Itatiaia, objetivando realizar estudos comparativos sobre a flora e a fauna locais (Parreiras, 2004; Santos, 2004). Ainda que o objetivo tenha sido o de conhecer a área, argumentações em torno da necessidade de se preservar aquele ambiente começavam a ser aventadas (Parreiras, 2004; Santos, 2004).

Com a criação dos primeiros parques no país, a partir de 1937, o interesse pela região voltou a se intensificar, tendo, então, uma perspectiva mais nítida de constituição de uma UC para proteger o Pico da Bandeira e seu entorno. Nesse contexto, nos anos de 1940 o Serviço

Florestal, órgão que à época era responsável pela gestão dos primeiros parques do país, realizou algumas expedições à Serra do Caparaó (Santos, 2004). Em 1948, Gil Sobral, que era chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, foi nomeado pelo Serviço Florestal para realizar levantamentos e indicar a possibilidade de criação de um parque nacional na região do Caparaó (ibid.). Avaliando desde aspectos relacionados ao clima local até aqueles de ordem mais institucional/burocrática, como a possibilidade de cessão de terras para a constituição da UC pelos estados de MG e ES, Sobral apresentou parecer favorável para a criação da unidade ao órgão competente. Apesar disso, a ideia foi vetada, com a alegação de insuficiência de recursos financeiros para tal (ibid.), frustrando as expectativas daqueles que desejavam ver a área do Pico da Bandeira ser protegida.

Entretanto, mesmo não havendo maior esforço por parte do órgão federal para a constituição de uma UC na Região do Caparaó, no mesmo ano de 1948, vislumbrando a perspectiva de proteção da área e de criação de uma AP por parte do governo federal para esse fim, o estado do ES instituiu a Reserva Florestal do Pico da Bandeira, por meio do Decreto Lei nº 55 (Santos, 2004; Cunha, 2006). Era o início da interferência governamental naquele território com fins preservacionistas e da produção de uma nova forma de natureza local, ainda que, em efeitos práticos, os modos de intervenção no ambiente e de produção de natureza já enraizados continuassem a ser realizados.

É na década de 1950, no entanto, que as lutas em prol da constituição do Parque adquiriram maior tração, mobilizando, como já citado, alguns sujeitos e agentes locais e de outras áreas dos estados de MG e ES, dentre eles políticos e mesmo funcionários do Serviço Florestal (Santos, 2004). Nesse contexto, algumas pessoas e grupos acabaram se destacando. Foi o caso do então vereador do município de Espera Feliz, Inimá Novais de Campos, e da Associação dos Moços de Presidente Soares (AMPS), atual município de Alto Jequitibá (Santos, 2004; Parreiras, 2004; Cunha, 2006; Santos, 2013). Olhar para a atuação desses sujeitos é perceber como a natureza – uma compreensão específica que dela foi feita – acabou sendo mobilizada em prol da constituição do Parque. Do mesmo modo, é possível perceber a produção de uma forma específica de natureza a partir da ideia de constituição do ParNa, implicando, entre outras coisas, no choque com as outras naturezas produzidas pelos demais sujeitos locais que viviam no território.

Inimá, de acordo com Santos (2004), tinha grande encanto pela Serra do Caparaó, tendo se comprometido a lutar em prol da preservação da área. Com a ajuda de alguns outros interessados, “[...] realizou estudos sobre a região e fez um relatório acompanhado de mapas para melhor visualização de suas propostas de criação do Parque” (ibid., p. 97), enviando esse

material, em 1953, ao presidente Getúlio Vargas (ibid.), que havia sido responsável pela criação dos primeiros parques no Brasil, na esperança de que, tendo o presidente em mãos essas informações, pudesse entender a importância da área e criar uma UC no local, possivelmente nos moldes de Itatiaia.

Ao que parece, Inimá entendia a criação da UC não apenas como uma forma de proteger a natureza local – que, nesse caso, assumia a feição de “natureza natural” no imaginário daqueles que passaram a idealizar a criação de uma área protegida no Caparaó, compreensão bem típica, como apresentado anteriormente, de uma visão preservacionista de natureza –, mas também como uma possibilidade de garantir o desenvolvimento econômico para os municípios do entorno da Serra do Caparaó. Isso se evidencia, por exemplo, ao se perceber que, para além da criação de um parque nacional na Serra, Inimá solicitou ao presidente Getúlio Vargas

[...] que, junto à estrada que dava acesso ao Parque, pelo lado mineiro, fossem construídos a sede, uma estação experimental de flores, frutos e reflorestamento e um educandário para os filhos dos funcionários, além da instalação, ao longo do Parque, de diversos abrigos para visitantes. Para completar, **a construção de um hotel no então arraial** (hoje Alto Caparaó), **campo de pouso, hospital, ampliação das vias de comunicação e transporte** (Santos, 2004, p. 98, grifos nossos).

Como se pode notar, a natureza era mobilizada como forma de garantir o desenvolvimento local, sendo esse manifestado por meio das possíveis infraestruturas que poderiam acompanhar a criação da UC.

O não atendimento do pleito de Inimá pelo presidente à época não levou à sua desistência de alcançar seu objetivo. Nos anos seguintes, ao continuar a empreitada em prol da constituição de um parque nacional na Serra do Caparaó, Inimá, com a ajuda de colaboradores locais e da prefeitura de Manhumirim – MG, iniciou a construção de uma estrada de terra que pudesse favorecer a circulação de pessoas e veículos na Serra (ibid.). Em 1958, um trecho de cerca de 9 km foi finalizado, alcançando as imediações da área conhecida como Terreirão, que atualmente faz parte do ParNa Caparaó (ibid.).

Em entrevista com um morador nativo e antigo de Alto Caparaó, ao ser questionado sobre os primeiros anos de existência do Parque na região, alguns dos relatos foram confirmados, além de outras informações relevantes, como ilustrado no trecho da conversa reproduzido a seguir.

[...] Eu sei que a subida pro Pico aqui era por aqui. Aí, chegô esse senhor de Carangola nos anos 50 [1950], ele perdeu a política lá, ele era político, e Carangola era como se fosse a nossa capital aqui, porque tinha a Estrada de Ferro Leopoldina, que vinha do Rio de Janeiro, ela vinha até Carangola. Todo dia a estrada de ferro vinha e tinha

aquela ligação, e o Rio de Janeiro era a capital federal. Então aí... Mais nos anos 50, esse senhor lá perdeu a política e ele já tinha subido alguma vez aqui no Pico, ele achava muito bonito aqui, ele chegô aqui, ficou andano por aqui. Ele chegô aqui e falô: **ó, esse lugá aqui é muito bonito, isso aqui vai ter um futuro muito grande pra turismo**, mais nós não temo estrada pro pessoal chegá aqui no nosso município. Ele falô: nós vamo tê que arrumá as estrada prás pessoas virem visitá o nosso município. Ele falô: aqui é muito íngreme. Era de a pé e de cavalo. Ele falô: por lá dá um traçado, dá pra nós levar carro lá na tronqueira. Ele falô: **se dê dinheiro, nós levamo no Pico da Bandeira**, mais nós não temo, vamo levá na tronquera. Aí ele feiz o traçado e ele falô: ó, pra subir montanha, cê tem que fazê igual estrada de ferro. Cê tem que ir contornano e subino, contornano e subino, sempre subino, subino, subino. Não pode tê tópico! Mais ocê vai contornano e subino, contornano e subino, aí cê galga o topo. Mais ele falô: por lá vai dá um traçado, vamo vê se nós levamo carro até na Tronquera. **Aí, ele fez a demarcação, nós juntamo todo mundo e conseguimos, com picareta, com enxadão, machado, foice, foi cortano, fazeno a trilha, nós levamo um jipim daquele Willys 51 lá na Tronqueira.** Aí, ele ficô todo entusiasmado pra fazê... **Aí, ele feiz o projeto pra criá o Parque.** Ele falô: ó, **se dé dinheiro, nós levamo no Pico**, mais num temo como leva, aqui na Tronquera tá muito bão. **Aí, ele ficô entusiasmado com aquilo, feiz o projeto pra criá o Parque.** Aí, em 1960, o Jânio Quadros passô fazeno campanha política aqui em Manhumirim, uma cidade aqui próxima, pra Presidência da República. **Aí, ele chegô com o projeto na mão perto do Jânio e falô: doutor Jânio, se o senhor ganhar pra Presidência da República, assina o decreto ciano o Parque Nacional do Caparaó. Vamo preservá aquela riqueza que tem lá em cima. Lá tem muita nascente, vamo preservá aquilo.** O Jânio olhô assim e falô assim: se eu ganhar, eu vô assiná. Mais num falô muita coisa não. Botô aquilo na pasta, foi pra São Paulo, chegando lá, ele ganhou. Ele tomou posse em primeiro de janeiro de 61, 24 de maio de 61 o Jânio assinou o decreto ciano o Parque Nacional (A. G.¹⁷, 85 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Alguns pontos se destacam na fala do entrevistado, sendo um deles a percepção do político mencionado (provavelmente Inimá, segundo os relatos) de que o ParNa poderia se caracterizar como um instrumento importante para fomentar o turismo na região. Outro aspecto marcante é o discurso sobre a necessidade de proteger a área devido aos seus atributos ecológicos, especialmente a água – que, vale notar, ainda é o principal elemento destacado pelos moradores locais. Além disso, emergem aspectos econômicos nas reivindicações pela criação do Parque, refletidos na lembrança do entrevistado sobre as falas do político: “se dé dinheiro, nós levamo no Pico”.

Como mencionado, além do vereador Inimá, a AMPS também exerceu papel de destaque nos movimentos pela criação do Parque (Santos, 2004; Parreiras, 2004; Cunha, 2006). Tendo sido criada por descendentes de imigrantes europeus, majoritariamente de religião protestante, e mantendo fortes conexões com grupos semelhantes especialmente no Rio de

¹⁷ Como forma de preservar e resguardar a identidade dos moradores locais que se dispuseram a participar das entrevistas, seus nomes completos foram omitidos na pesquisa, sendo utilizadas apenas letras que fazem referência, em alguns casos, apenas ao primeiro nome dos sujeitos, e, em outros casos, ao nome e ao sobrenome. Além de ser uma prática comum em pesquisas que fazem uso das entrevistas como método, a mesma também é importante e necessária em função de que algumas informações fornecidas pelos entrevistados podem conter relatos sensíveis de situações vivenciadas pelos próprios sujeitos entrevistados ou por outros e das quais eles tiveram conhecimento.

Janeiro (Santos, 2004), essa associação teve acesso a informações acerca das preocupações e movimentações envolvendo a temática da criação de parques no país, que havia se iniciado algumas décadas antes.

Assim como Inimá, a AMPS passou a vislumbrar a constituição de uma UC na Serra do Caparaó não apenas como forma de proteger a natureza no Pico da Bandeira e suas imediações, mas como uma nova fonte para geração de renda para região, tendo em vista que a economia local estava ligada fundamentalmente à produção agropecuária, especialmente do café, e à extração de madeira (Santos, 2004). Possivelmente guardando resquícios da grande depressão dos anos de 1930, que impactou sobremaneira os produtores cafeeiros, esses moços, muitos filhos e netos de produtores de café, viam na criação de um parque na área e no fomento ao turismo uma forma de diversificar suas fontes de renda e, ao mesmo tempo, reduzir a dependência financeira de um único produto.

Estimulados por pessoas do Rio de Janeiro, com quem a AMPS mantinha contato constante, foi fundado, em 1958, o Departamento de Excursionismo dentro da Associação de Moços, o que acabou contribuindo para a intensificação das lutas em favor da criação do Parque, tendo em vista o aumento do interesse pela Serra do Caparaó e o crescimento das expedições ao Pico da Bandeira (ibid.). Assim,

Com a criação desse novo departamento na AMPS, logo surgiu a ideia da luta pela criação de um parque para a preservação da natureza na Serra do Caparaó. Por trás da ideia de preservação havia o interesse de se atrair visitantes, promovendo, assim, outra forma de desenvolvimento para a região (ibid., p. 96).

Novamente, assim como na fala anteriormente citada de A. G., não pode passar despercebido o apelo realizado em torno da importância que a atividade turística poderia representar para os municípios do Caparaó a partir da criação da UC. Nesse aspecto específico, guardadas as devidas proporções, os movimentos para constituir o Parque tiveram semelhança com o processo inaugurado nos EUA, com Yellowstone, em 1872, tendo em vista o uso do turismo como uma das justificativas para a constituição do pioneiro dos parques nacionais no mundo. Também de forma semelhante a Yellowstone, vale ressaltar, a “natureza” era tida como uma possível fonte de renda, ainda que em moldes diferentes em relação àqueles que eram até então predominantes na área.

Outrossim, é mister perceber que, como bem observado por Neumann (2004) para o processo de criação das primeiras APs nos EUA, no caso do Caparaó ‘a natureza precisou ser primeiramente inventada para que somente depois pudesse ser preservada’, tendo em vista que,

à exceção talvez dos picos existentes na região, praticamente toda a natureza da área já havia sido transformada significativamente, originando um novo ambiente, marcado pela dominância de uma natureza produzida, como pode ser evidenciado nas falas colhidas junto a moradores da região durante as entrevistas.

[...] **nóis tinha boi, cavalo e cabra lá em cima. Era muito!** Aí, a área do Parque primeiro era do meu bisavô, depois ficô pro meu avô, mais eram áreas, terras devolutas, terra do governo. Eles ocupavam como posse, né? [...] E o primeiro homem que entrô pra cá, no começo, é... era Império e esse homem cometeu um crime e ele ia sê preso. Aí, ele embrenhou por dentro das matas com a família e veio vindo, ele trouxe o que ele tinha. Ele tinha boi, tinha cavalo, tinha cabra e ele entrou por dentro das matas e ia vindo [...]. Aí, eis fizeram uma trilha, aí eis saíro num lugá lá em cima, na área do Parque, chama Maciera, tem uma planta lá que lembra maçã as folha, e aí saiu na Casa Quemada. Aí, **eles montaram um ranchinho lá, um curral**, e eles foram abrino uma fazenda aqui embaxo, na mata, **e os animais foi pra lá, foi nasceno lá.** [...] Aí, passou muito tempo, esse homem morreu, aí ficô pro filho. Os filho também foi ficano tudo velho, aí depois acabou o Império, virou República e esse pessoal já tava velho já, resolvero voltá pro Rio de Janeiro. E aí, uma boa parte já tinha morrido, aí o meu bisavô comprô os animais selvagens lá de cima, boi, cavalo e cabra, **comprô e ficô com direito de posse.** E aí, meu avô tinha muitos animais, uma fazenda muito grande aí pra baxo, **ele foi levando animais manso pra lá pra cima e foi domesticano. Aí, construiu a Casa Quemada, fez os ranchos em lugar estratégico e foi domesticano aquilo lá.** É porque lá em cima não tem inseto, então o bizerrinho nasce, cê não precisava de curá o umbiguinho dele. [...] Aí, foi passano muito tempo, o meu bisavô faleceu, aí veio o... o... passô pro meu avô, era o meu avô e meu tio que ficaram com a área lá, com os animais, eles tinham uma fazenda grande aí pra baxo, e foi domesticano. No fim, foi acabano, mais aquilo acabô num... Ficou tudo, assim, **cê chegava aqui, cê queria levá uns animais lá pra cima, era só você marcá com a sua marca, conversava com eles e eles falava: não, liberava, pode levá** (A. G., 85 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Antes de desapropriá, existia... hoje fala Parque, né? Antes de movimentá essas coisa, o pessoal falava Campo do Caparaó, mais num é campo, né? **É um campo grande né.** É área grande, eis fala Campo do Caparaó. Eu já fui, **a gente colocava gado lá dentro do Parque.** [...] **Meu pai que na época levava, a gente que levava pra ele lá. Punha gado, mais todos que tinha gado levava pra lá** (C. G., 81 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

Os produtores já tinha uma relação com a natureza aqui entorno. Meu pai, em sessenta e quatro [1964], que foi setenta e um [1971] [na verdade, a criação do Parque ocorreu em 1961], mais daí pra frente, **os nativos, os produtores aqui, tinha boi no alto, no campo.** Lá, a única coisa que podia soltá, algumas criação lá, é quem tinha... As pessoa mais influente, tinha mais boi, punha lá (E. H., 55 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

Na época que nós morava no Caparaó [...] Era tudo... **Era animal solto, era tudo, o pessoal trabalhava lá.** Caiu um helicóptero na vez que nós tava lá. Depois o pessoal começou a invadi, e nós morava muito pertim [...] (A. D., 66 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

Ou seja, na área em que posteriormente foi criado o ParNa Caparaó, no momento de sua constituição já não havia mais uma “natureza natural”, tendo sido está ‘produzida’ no imaginário social dos sujeitos e grupos que mais intensamente se envolveram na criação da

unidade e sendo por eles ‘projetada’ sobre aquele espaço, num segundo momento, como ‘forma de justificar’ a necessidade de criação de uma estrutura naquele território para proteger essa “natureza”.

Nesse processo de tentativa de produção de uma nova “natureza natural” – que, ao fim e ao cabo, era e continua sendo uma natureza produzida, ainda que revestida de uma aura de natural, tendo em vista, especialmente no atual período, decorridos cerca de sessenta e três anos da constituição do Parque, uma presença humana menos intensa e a prevalência de outras espécies de animais e plantas em comparação com a existência mais evidente e explícita de produções humanas no ParNa –, papel fundamental teve a mídia impressa da época, sendo, pode-se concluir a partir dos relatos (Santos, 2004; Parreiras, 2004; Cunha, 2006), bem explorada pelos sujeitos e grupos envolvidos na empreitada em prol do Caparaó. Assim, de acordo com Santos, (2004, p. 106), “[...] o enfoque principal de todos os artigos de jornais e projetos de lei era o desenvolvimento através do turismo. Além disso, as pessoas acreditavam que a criação do parque, por si só, incentivaria o turismo e viria a acabar com o desmatamento na região”.

Logo, tanto Inimá quanto a AMPS fizeram intenso uso desse meio de comunicação para produzir a imagem da Serra do Caparaó enquanto sendo ainda uma área onde a “natureza” estava presente, devendo ser preservada/conservada para o deleite dos turistas que se interessassem pela contemplação e admiração de espaços “naturais”. Ademais, forte apelo também existia em torno da necessidade premente de se proteger aquele território como forma de garantir a proteção dos recursos hídricos locais, como já mencionado, tanto para o uso direto através do consumo quanto para a atividade agrícola (Cunha, 2006).

O ápice de todo esse processo foi o encontro entre membros da AMPS com o então candidato a presidente Jânio Quadros, na cidade de Manhumirim – MG, em 1960, que foi citado, inclusive, por A. G. na fala reproduzida acima. Nesse encontro, segundo consta (Santos, 2004; Cunha, 2006), após ouvir com atenção os relatos dos integrantes da associação, Jânio Quadros pediu que tudo que havia sido relatado fosse colocado em papel. Ao receber um bilhete possivelmente contendo os aspectos mais significativos da conversa e da reivindicação da AMPS, o então candidato o embrulhou e colocou no bolso (Santos, 2004; Cunha, 2006). Essa ação teria gerado descrença nos integrantes do grupo, que pensaram que nunca mais aquela informação seria lembrada. Porém, para a surpresa de muitos, no ano de 1961, na condição de presidente do Brasil, Jânio Quadros criou o Parque Nacional do Caparaó (Santos, 2004; Cunha, 2006), sendo o fato considerado uma grande vitória tanto pela AMPS quanto por outros que durante anos trabalharam pela constituição da UC.

Essa movimentação envolvendo sujeitos e grupos locais a favor da criação do Parque faz com que, até os dias correntes, se tenha, em parte do imaginário social local, a percepção de que o ParNa Caparaó é fruto de uma mobilização social, como as falas a seguir deixam transparecer.

[...] o primeiro parque nacional criado no Brasil por uma mobilização popular. **Ele não foi criado por um governo, foi criado por uma comunidade que se organizou e pediu pra que virasse parque.** Então, ele tem um pertencimento da comunidade (C. B., 52 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Então, o Caparaó ele é uma unidade, inclusive, que foi criada, cê sabe, **a partir do anseio da comunidade**, né? A comunidade se organizou e pediu pra que fosse criada uma área protegida. Na época, aqueles jovens montanhistas e tudo, eles queriam que se conservasse, né? (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó).

Entretanto, ainda que tenha ocorrido uma intensa mobilização de alguns sujeitos locais e da AMPS em torno da constituição do Parque na região, no geral, esse processo foi caracterizado pela ausência de maior participação das populações locais. Isso porque a atuação desses tratava-se de uma ação localizada, não sendo uma demanda generalizada dos moradores residentes naquele território. Inclusive, houve alguns momentos em que os conflitos entre aqueles que estavam engajados na luta pela criação do ParNa e os demais residentes – que faziam uso das terras que viriam a constituir a unidade, especialmente para a criação de animais e para o cultivo de café – acabaram surgindo. Em um desses momentos, os integrantes da AMPS passaram a acusar os locais de depredação da ainda parca infraestrutura constituída na Serra para abrigar os turistas que passavam a chegar em quantitativos cada vez maiores para admirar as belezas “naturais” da região (Santos, 2004), sendo muitos deles atraídos pelos relatos constantes que eram feitos nos jornais sobre a exuberância da “natureza” da Serra do Caparaó.

Assim, a autora em apreço, em entrevistas que realizou com antigos moradores da região, identificou que “[...] havia um embate velado entre esses excursionistas e os moradores da região. Esses últimos usavam o Campo – como também eram chamadas as partes mais elevadas da Serra do Caparaó – com outros objetivos. A AMPS culpava as pessoas que levavam o gado para o Campo de destruírem as benfeitorias” (ibid., p. 108-109).

Além disso, os primeiros anos após a constituição do Parque se caracterizaram pela ocorrência de conflitos entre os sujeitos locais e a UC, especialmente em função da necessidade de cessação da criação de animais nas partes mais altas da Serra, os chamados “Campos”. As falas reproduzidas abaixo ilustram essa situação conflituosa e demonstram que, ao contrário do

que se pensa no atual momento histórico, nem toda a comunidade de Alto Caparaó ficou satisfeita com o atendimento do pleito de criação da unidade.

Ah, **ninguém fica feliz não né** [por ter que retirar os animais do Campo]. **Cê tá num lugar, tá acostumado com aquilo**, aí eles vem, **a tirô talvez o ganha pão da pessoa ali**, aí cê impurra com a barriga pra outra coisa (E. M., 55 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

[...] **aí o pessoal num gostô né, que eis tinha que tirá tudo que tinha lá né. O pessoal soltava vaca, animal, quem tinha tropa né**, mexia com tropa, soltava tudo. Aí, ia lá, pegava, o meu irmão trabalhava direto com tropa, do tal do Lair, Lair Prudente que chamava o cara. Aí, aquilo tudo ia pra lá, dormir pra lá, eis fazia uma casa... Não sei se cê já ouviu falá na casa quemada? [...] Eis ficava nessa casa. [...] **Mas era muita criação lá**, o negócio lá... Cachoera, aqueles trem bonito que tinha, aquilo ninguém ligava pra quilo não (A. P., 66 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

No começo foi muito ruim. [...] Mais no começo foi meio complicado, porque eis não tinham conhecimento. Cê vê, em 1961, né? Eles não tinham muito, é... **Ninguém falava nesse negócio de reserva natural**, e... e... e aí, eles pegaram um pessoal muito despreparado. **O camarada botava um revólver**, aí já ficaram imaginando... achando que ele era autoridade. Começo a distratar ao invés de conversá com as pessoas, como teria que conversá com os caras que tinham ligação lá em cima. Aí, **houve até alguns conflitos, e teve até alguns casos aí de colocarem fogo na reserva aí por maldade, por desentendimento** (A. G., 86 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Portanto, a ideia de que o processo de criação do ParNa Caparaó teria sido um interesse de toda a comunidade, por ter envolvido a mobilização de certos sujeitos e agentes locais, não parece ser totalmente correta, como evidenciam os relatos anteriores. Além disso, mesmo que toda – ou a maioria – da comunidade de Alto Caparaó tivesse se mobilizado em torno dessa demanda, é crucial lembrar que o Parque abrange terras de vários outros municípios, além de se estender por dois estados, MG e ES. Assim, ainda que o movimento tenha sido determinante para a criação do ParNa, afirmar que houve um apoio geral pela constituição do Parque desconsidera a existência de outros sujeitos em comunidades e municípios incluídos na unidade, muitos dos quais, durante parte de sua existência, nem sabiam que suas terras estavam dentro dos limites da mesma, como revela o depoimento a seguir de um morador local.

Ao ser indagado sobre se se recordava de quando se começou a falar sobre o Parque na região, o morador afirmou o seguinte:

Isso aí surgiu... é... eu num recordo muito bem não, **mais acho que já têm uns quarenta (40) ano** que começo a ficá mais, assim, tomano providência, né? A... o Parque. Aí, começo tomá conhecimento, **que ninguém nem via falá no Parque do Caparaó né**. Então, daquela época pra cá, deve tê uns quarenta (40) ano mais o meno que evem, como se diz, reconheceno né (O. L., 84 anos, entrevista realizada em 02/03/24).

Ou seja, se o Parque tem cerca de 63 anos, isso significa que para O. L., bem como, pode-se supor, para outros sujeitos que viviam em municípios e comunidades outras para além de Alto Caparaó, especialmente aqueles(as) situados(as) na vertente capixaba da UC, o conhecimento sobre a unidade só começou realmente a chegar cerca de 20 anos após a sua criação. Essa afirmação corrobora, também, com as informações que indicam que mesmo depois de criado, levou-se ainda um tempo para que o processo de efetiva instalação e funcionamento do ParNa se implantasse sobre o território.

Porém, o fato é que com a constituição do Parque, em 1961, a natureza usada dos locais passou a dar lugar à “natureza intocada” dos preservacionistas, representados fundamentalmente pela AMPS e por outros sujeitos que se engajaram na busca pela constituição da unidade. Assim, por se tratar de uma UC com cerca de sessenta e três anos de existência, tendo nesse período passado por inúmeras situações que impactaram tanto no seu funcionamento quanto na dinâmica dos territórios que são por ela afetados, a análise da relação sociedade↔natureza no ParNa e seu entorno será dividida, no caso deste capítulo, em períodos. O principal critério para a realização do recorte temporal proposto é a mudança produzida pela presença do Parque sobre o cotidiano dos sujeitos locais, sendo essas permeadas sempre pela projeção, sobre o território, de uma compreensão específica de natureza, que, por sua vez, acabou levando à produção de uma outra natureza, qual seja, a “natureza intocada”, bem como de novos territórios e territorialidades.

Dessa maneira, dividiu-se a investigação em três momentos: 1) 1961 a 1978; 2) 1979 a 2000; e 3) 2001 até o presente. Essa periodização está ligada fundamentalmente aos contextos que marcaram cada período. No caso do primeiro deles, entre 1961 e 1978, trata-se do momento inicial do Parque, caracterizado pela existência da unidade apenas no papel, tendo em vista que poucos foram os reflexos da presença da UC no território nesse primeiro momento. Já o segundo período, entre 1979 e 2000, foi a etapa em que houve a implementação de fato do ParNa e sua consolidação no território, o que produziu importantes reflexos sobre este e, consequentemente, na vida dos sujeitos locais. O último período, que vai de 2001 até o momento em que está tese é escrita, é caracterizado pelo aumento da importância do Parque nas comunidades do entorno, especialmente por meio do crescimento da atividade turística, e, principalmente, pela ocorrência de um evento que impactou de forma significativa a dinâmica territorial local, produzindo consequências que se arrastam até o momento, que foi a expansão dos limites do ParNa.

As análises realizadas foram fundamentadas a partir dos dados coletados por meio das observações de campo e das entrevistas com moradores locais, bem como através de dados

secundários, obtidos principalmente por meio de artigos, dissertações e teses de pesquisadores que estudaram algum aspecto do ParNa e/ou de seu entorno. Juntamente com esses dados, conta-se também com os mapas de uso e ocupação do solo produzidos exclusivamente para esta tese, objetivando a observação, em base cartográfica, de parte das mudanças na dinâmica do uso e ocupação do solo na unidade e sua ZAI. O uso desses mapas se concentrará nos períodos 2 e 3, tendo em vista a maior facilidade para obtenção dos dados para esses momentos e também a própria dinâmica de funcionamento da UC, que só foi efetivamente implantada no final dos anos de 1970. Além disso, as mudanças nos limites do Parque, em 1997, dificultaram a produção de mapas anteriores à década de 1990, pois os dados referentes aos limites antigos não estão disponíveis, não tendo sido viável confeccionar mapas anteriores aos anos de 1990.

Inicialmente, foi possível elaborar três mapas de uso e ocupação do solo para o ParNa Caparaó e sua ZAI, tendo como ano inicial de referência 1991. Cada um dos mapas compreende o período de uma década, sendo o primeiro abarcando os anos de 1991 a 2000, o segundo os anos de 2001 a 2010 e o terceiro de 2011 a 2020. Posteriormente, um quarto mapa foi elaborado, abrangendo um intervalo menor, englobando o período compreendido entre janeiro de 2021 a dezembro de 2023, objetivando trazer dados mais atualizados referentes ao uso e ocupação do solo no ParNa e sua ZAI, possibilitando vislumbrar a dinâmica de uso e ocupação que poderá ocorrer na próxima década na região.

Os mapas foram elaborados tendo como base imagens disponibilizadas pelo MapBiomass, projeto iniciado em 2015 e que realiza o monitoramento do desmatamento e do uso e ocupação do solo no Brasil a partir de 1985. Por meio do monitoramento anual acerca da dinâmica apresentada pelas áreas monitoradas, o projeto gera uma imagem Raster referente ao ano inteiro. Cada uma das imagens é composta por cerca de 90 a 102 métricas espectrais, que são extraídas de mosaicos formados por imagens dos satélites da série Landsat (MapBiomass, 2024). No caso dos mapas aqui apresentados, foram utilizadas 5 imagens Raster: 1990, 2000, 2010, 2020 e 2023. O nível de acurácia das informações, de acordo com o MapBiomass, é de 91% (ibid.). Para a elaboração de todos eles, inclusive o primeiro, foram considerados os atuais limites e dimensões do ParNa Caparaó.

4.4 O contexto vivenciado pelo ParNa Caparaó e seu entorno entre 1961 e 1978

O período subsequente à criação do ParNa Caparaó se caracterizou pela continuação de muitas das práticas realizadas pelas comunidades locais, tanto dentro dos limites da unidade quanto em seu entorno. Esse cenário é atribuído, em grande parte, à demora para a efetiva

implementação do Parque, que só se concretizou em 1979, após a realização de um levantamento topográfico e o cadastramento dos moradores que residiam no interior da unidade. Esses procedimentos foram realizados no ano anterior, em 1978, o que permitiu o início do processo de pagamento das primeiras indenizações relacionadas a algumas áreas da UC e, posteriormente, conduziu à desocupação dessas áreas (Santos, 2004).

Nesse intervalo de tempo, diversas atividades que eram praticadas antes da criação do Parque continuaram a ser realizadas. Entre essas, incluíam-se a retirada de madeira – que já havia diminuído em intensidade em comparação com décadas anteriores, devido ao esgotamento desse recurso em decorrência da exploração acentuada até então – e a criação de animais em áreas que passaram a pertencer à UC.

No caso da extração de madeira, existiam na região, inclusive, serrarias que processavam o material, tendo as mesmas continuado suas atividades mesmo após a criação do Parque, como se pode evidenciar a partir do depoimento a seguir.

[...] Eu vô vortá só um poquinho atraís aí, que eu acho que vai sê importante cê sabê disso. Em 1968... ah, pode aí... com certeza tô corretíssimo, 66, 67, em 68, em 69, no Parque, lá mais próximo à região de Caparaó, **existia uma madeireira!** Cê vê o que que era. E essa maderera era de um pessoal, um empresário de Juiz de Fora, eu cheguei lá nessa maderera... 67 não, 66. Claro que ela foi extinta depois, mais pro cê tê uma ideia do que é esse Parque nosso, que que é a riqueza que ele tem, que era uma maderera que... **Mais era uma maderera a todo vapor mesmo!** Quele maquinário ainda ultrapassado, **serrava cada tora.** Hoje eu fico pensando né, falei: gente, cada tora. E pra mim, naquela época, como era novo, como eu tinha te falado com cê, eu num tinha muita, né? E achava aquilo bonito. **Cada tora enorme rapaiz! Ypê,** quele negócio, **tirado da mata!** E levado pra Juiz de Fora. Caminhão era difícil, era aqueles caminhãozão grande! E muito potente pra levá quela madeira. E eu achava bonito aquilo. Escondido dentro da mata, pro lado da região de Caparaó aí, Três Cruzes, por aí. Tem um lugá chamado Três Cruzes (P. A., 78 anos, entrevista realizada em 15/03/24).

Para aqueles que desempenharam um papel fundamental na criação do ParNa, a persistência dessas atividades representava uma continuidade do processo de degradação daquele território. É interessante perceber, ainda, que alguns dos locais mais frequentados atualmente pelos visitantes do Parque já possuíam as nomenclaturas atuais mesmo antes da própria constituição da unidade, demonstrando que aqueles territórios eram representativos na vida dos sujeitos que os habitavam e os usavam. Esse é o caso, por exemplo, da Macieira, do Terreirão, da Cachoeira do Aurélio, entre alguns outros (Santos, 2004).

Segundo a autora em apreço, em teoria

[...] o Parna Caparaó teria uma área de 26.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 160 km, mas essa área ainda era passível de modificações até há

pouco tempo, pois apesar de o Plano de Manejo de 1981 estabelecer que os limites do Parna Caparaó deveriam compreender as terras que estivessem acima da cota de 1.300 m de altitude, o decreto de criação do Parna Caparaó mencionava que só depois de um estudo mais aprofundado seriam fixados os limites exatos [...]. Ou seja, durante décadas não se sabia exatamente onde era a área do Parque ou onde não era, o que certamente dificultou qualquer iniciativa de controle da área e de conservação da biodiversidade [...]. (ibid., p. 47).

Nesse sentido, segundo a mesma autora, no período que antecedeu a efetiva implantação do ParNa, “Os habitantes de Alto Caparaó nem sabiam o que era um parque nacional e quais consequências poderiam advir de sua instalação” (ibid., p. 48). É possível supor que essa também era a realidade dos demais municípios do entorno do Parque, pois se em Alto Caparaó¹⁸, que era a principal porta de entrada para a Serra do Caparaó e o Pico da Bandeira mesmo antes da criação da unidade, sendo também o local onde se processaram os principais movimentos em favor da constituição da mesma, as informações sobre sua implantação eram parcas, nas demais áreas do entorno elas provavelmente eram ainda mais raras, como a fala de O. L., citada algumas páginas acima, também evidencia.

Esse fato se ilustra, ademais, pela própria ausência de maior interesse pelo Parque demonstrado ao longo do tempo pelos municípios situados na vertente espírito-santense, que até meados dos anos 1990 continuavam sem apresentar uma movimentação mais significativa no sentido de valorização da presença da unidade em seus territórios (Garcia, 2013). Nesse contexto, inclusive, até o ano de 1995 boa parte da população localizada no entorno capixaba do Parque sequer sabia que “[...] a mata que tanto ‘atrasava o desenvolvimento’, e que todo ano pegava fogo, era na verdade o Parque Nacional do Caparaó, conhecido como sendo de Minas Gerais, mas que, na realidade, possui seu maior pico localizado na cidade de Ibitirama, no Estado do Espírito Santo” (Hinguer, 2007, apud Garcia, 2013).

Ainda que no ato de sua criação, em 1961, tenha sido destinada uma verba da ordem de dez milhões de cruzeiros (moeda vigente naquele tempo no país) para sua efetiva implantação, esses recursos nunca foram realmente aportados (Santos, 2004), tendo ficado o Parque destituído de condições financeiras robustas capazes de garantir sua real instalação e funcionamento nos primeiros anos após a promulgação do decreto que o criou. Ou seja, durante um período de cerca de dezoito anos, o ParNa Caparaó existiu apenas no papel, repetindo a sina de várias outras UCs espalhadas pelo Brasil.

¹⁸ Entre 1961, ano de criação do ParNa Caparaó, e 1995, Alto Caparaó, que até 1982 se chamava “Caparaó Velho”, era distrito de Caparaó, somente tendo se tornado oficialmente um município independente em 1997, com a posse do primeiro prefeito e vereadores eleitos no ano anterior (Prefeitura Municipal de Alto Caparaó, 2023).

Esse cenário produziu, como uma de suas consequências, o distanciamento entre grande parte da população do entorno e a unidade nas suas primeiras décadas de existência, o que também era, naquela altura, uma tônica das APs e UCs tanto no Brasil como em outros países do mundo. Nos anos de 1960 e 1970, vale lembrar, não existia um entendimento acerca da necessidade e da importância da aproximação entre as APs e UCs das populações que eram por elas impactadas. A visão geral, como se viu nos capítulos anteriores, era de que esses espaços deveriam ser apartados de praticamente toda a atividade humana, excetuando-se o turismo, a contemplação e a pesquisa científica.

Assim, os humanos, sem distinção, eram tidos como prejudiciais à “natureza” desses espaços, que por isso deveriam ser isolados, caso se desejasse que essa “natureza” realmente pudesse florescer. Para agravar ainda mais esse processo, vivia-se, no caso do Brasil, um regime ditatorial nesse período, praticamente inexistindo possibilidade de maior diálogo entre sujeitos e agentes governamentais. Tudo era imposto de cima para baixo, e aos sujeitos locais restava apenas obedecer ao que era determinado. Com o Caparaó não foi diferente.

As falas a seguir, fruto das entrevistas realizadas com moradores da região, ilustram um pouco desse contexto inicial do Parque.

[...] é, no começo o pessoal ficou ressabiado sim. No começo foi meio... **Quiseram ir na base da bancarroto memo. Eu tenho um tio que morreu enforcado por causa do Parque**, porque falô que tinha que cercá as estrada. Era pasto, tinha que cercá a estrada dum lado, cercá a estrada do outro, ele falô: comé que eu vô fazê? Era pobre, tinha uma distância longe. “Ah! Comé que os meu boi tem que ficá?” “Ou pro lado de cima, ou pro lado de baxo. E tem que passá a estrada”. **Ele pegô e ficô apavorado e suicidô**. Por causa de... de... de medo do... de perdê o que tinha (M. P., 68 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Aaa, eu calculo que foi nessa época sim [anos de 1960]. Eu acho que antes já tava falado: ó, **não pode, não pode**. Vinha sendo falado, cê entendeu? “**Num vai podê, vai prendê, vai fazê, vai acontecê**” (P. G., 65 anos, entrevista realizada em 24/02/24).

No caso de P. G., é importante mencionar que se trata de um sujeito que faz parte de uma das muitas famílias que perderam terras para o ParNa Caparaó, não tendo sido sua família indenizada pelas mesmas até o momento em que esta pesquisa foi realizada. Ainda no que concerne a ele e sua família, os mesmos foram impactados pelo primeiro processo de desapropriação, na já distante década de 1970. Tomando como base seu ano de nascimento (1958) e o fato de, segundo o próprio P. G., ter saído das terras de sua família por conta do Parque quando tinha entre dezesseis e dezessete anos, tem-se então que a situação por ele descrita ocorreu por volta dos anos de 1975.

Ao relatar como teria se desenvolvido esse processo de saída de sua família das terras que a ela pertenciam e ao ser indagado se a saída forçada teria sido difícil para eles, o sujeito em questão afirmou o seguinte:

Demais da conta! Trabalhano lá uê. Eu trabalhei muito lá, levava o almoço, sete (7), oito (8), nove (9) ano de idade, deiz (10) ano de idade, e almoço daqui lá. E chegava lá as marmita e aí engatava na inchadinha, ou dirriçano café! Meu pai botava nós no servicim mais leve. **Então, nosso sustento era de lá,** por que aqui [em outra área da comunidade em que residiam] um (1) alquero de terra, comé que o cara vai criá a família, né?

Assim,

Como naquela conjuntura não era imperativo consultar a população, em nenhum momento os moradores foram informados sobre o que estava acontecendo. Ficavam sabendo apenas que deveriam se retirar daquelas terras, pois agora era uma área reservada à proteção ambiental de uso indireto, que não admite a presença de moradores (Santos, 2004, p. 48).

Para além dessa forma de tratamento destinada aos locais, sendo, também, uma consequência da falta de preparo dos próprios funcionários da UC, pois “[...] eles pegaram um pessoal muito despreparado” (A. G.) para trabalhar no Parque, contribuía ainda mais para esse distanciamento a própria dificuldade para concretizar a instalação do ParNa. Até a década de 1980, por exemplo, a sede da UC esteve localizada na cidade de Alto Jequitibá, que mesmo possuindo terras dentro do Parque, se encontrava relativamente distante de seus limites e, principalmente, de sua principal porta de acesso, que era a Vila de Alto Caparaó, onde apenas existia um posto de fiscalização (ibid.). Além disso, a mentalidade predominante naquele tempo nos funcionários responsáveis pela UC também acabava sendo um limitador, pois fundamentalmente tratava-se de uma perspectiva preservacionista, que compreendia a natureza apenas como sendo aquilo que não tinha relação com a sociedade e com a cultura. Não que, na atualidade, essa perspectiva tenha se dissipado. Porém, percebe-se, no atual momento histórico, uma abertura maior para o diálogo e uma compreensão um pouco mais aberta sobre a importância das populações do entorno e residentes nas unidades no que concerne à proteção dos recursos nelas existentes.

Como consequência desse entendimento preservacionista, “Mesmo depois das desapropriações, as pessoas da região continuavam a ser vistas pelos funcionários do ParNa Caparaó como ‘degradadores ambientais em potencial’” (Santos, 2004, p. 49). Ou seja, na perspectiva dos funcionários daquele tempo, a convivência entre o Parque e os sujeitos locais, pode-se dizer, não seria possível. Ao menos não nos moldes já enraizados historicamente e que

deram origem àquela natureza que, a partir daquele momento, se desejava proteger, contraditoriamente, dos próprios sujeitos e grupos que foram responsáveis pela sua produção. Para alguns dos sujeitos entrevistados nesta tese, inclusive, essa compreensão que enxerga os locais como agressores e invasores permanece por parte do Parque ainda no atual momento histórico.

Como consequência desse quadro, situações de embates entre os moradores locais, tidos então como inimigos da “natureza” do ParNa, e o Parque acabaram surgindo. Especialmente durante o período que antecedeu sua efetiva implantação, e mesmo diante de uma situação em que a unidade existia apenas no papel, as investidas dos responsáveis pelo ParNa junto aos moradores locais, principalmente aqueles situados dentro dos limites da UC, acabaram gerando descontentamento, pois “Ao mesmo tempo em que aquele lugar era um parque nacional também era, por sua vez, um conjunto de propriedades particulares, já que ainda não haviam sido feitas as desapropriações e indenizações” (ibid., p. 48). Uma das principais evidências dessas tensões eram os incêndios florestais (ibid.), que quase todos os anos acabavam afetando parcela importante da unidade, tendo sido uma constante até meados da década de 1990 pelo menos, mesmo após a efetiva implantação do ParNa.

Além desse contexto envolvendo a situação fundiária, outra questão que acabou suscitando questionamentos dos moradores locais com relação ao Parque foi a necessidade de encerrar a criação de animais, fundamentalmente o gado, nas áreas dos campos de altitude, que era uma prática comum entre os habitantes daquele espaço. Os animais eram criados pelos sujeitos locais nessas áreas – que posteriormente viriam a pertencer ao ParNa Caparaó – de forma coletiva, com seus proprietários se utilizando de um sistema de marcação com ferro para identificar aqueles que eram de suas posses, evitando confusão entre eles (Santos, 2004).

Essa informação também foi atestada pela entrevista de A. G., quando esse afirma que o processo em voga era comum, sendo apenas necessário comunicar aos seus familiares (que eram donos de parte das terras em questão) o desejo de se levar os animais para essas áreas mais elevadas e fazer a marcação dos mesmos para identificá-los. A criação dos animais no Campo era uma prática vantajosa, especialmente pelas condições ambientais típicas desse espaço (Santos, 2013). Isso porque as características climáticas presentes nas partes mais elevadas da Serra produziam um efeito benéfico sobre os animais, exercendo controle parasitário sem que houvesse a necessidade de aplicação de produtos químicos para tal, como destacado por A. G. algumas páginas acima. Além disso, a própria vegetação, formada essencialmente por arbustos de pequeno porte e gramíneas, acabava funcionando como pastagem natural para os rebanhos que aí eram soltos (Santos, 2013).

Essa situação evidencia o papel que os aspectos ecológicos locais tinham em parte importante dos modos de reprodução socioeconômica dos sujeitos da região. Além disso, a própria questão cultural também era impactada por essa interação, tendo em vista que essa prática criava laços de amizade e cuidado entre os moradores locais que faziam uso dos campos, pois

Além do pasto, eram necessários outros cuidados com o gado. Havia um rodízio entre os criadores. De tempos em tempos, um grupo de pessoas se revezava para dar sal aos animais. Eram esses campeiros que também construíam ranchos para se abrigarem do frio, que se tornaram espaços de sociabilidade, onde os criadores se encontravam para contar “causos” e trocar experiências. **Os laços de solidariedade entre essas pessoas eram fortes. Sempre cooperavam uns com os outros**, independentemente de compensação financeira (Santos, 2004, p. 142, grifos nossos).

Logo, a criação do Parque desestruturou formas de relacionamento entre os sujeitos locais e o ambiente em que estavam inseridos, tendo em vista que a presença da UC impôs sobre o território uma nova forma de organização socioespacial, que a partir daquele momento não mais estava pautada na visão de mundo e de natureza dos moradores locais – suas cosmografias, nos dizeres de Little (2003) –, mas sob uma outra perspectiva, que não concebia o contato direto e frequente entre as pessoas e aquilo que se entendia ser a natureza. Os conflitos acabaram se tornando inevitáveis, mesmo antes da efetiva implantação da UC, tendo em vista que se tratavam de formas de apropriação e uso do território que eram incompatíveis, especialmente na perspectiva dos funcionários do ParNa.

Por conseguinte,

Mesmo com a criação do Parque, em 1961, as pessoas se recusaram a tirar os animais. Como era uma prática antiga, não entendiam a repentina proibição. Só com a efetiva instalação do Parque, quase vinte anos depois, é que a prática foi realmente proibida e os animais foram retirados do campo (Santos, p. 144).

As observações de campo e as entrevistas realizadas nesta tese revelaram que, em relação à memória desses eventos, parte dos sujeitos locais se recorda dos conflitos entre o Parque e os moradores que viviam ou utilizavam as áreas incorporadas à UC, como demonstrado nas falas de A. G. e M. P. Por outro lado, para outra parcela dos residentes atuais, esses conflitos iniciais parecem ter sido esquecidos ou sequer conhecidos. Entre as possíveis causas desse cenário estão: 1) o falecimento de muitos dos que vivenciaram aquela realidade; 2) a saída de outros moradores que também participaram dessa fase inicial; e 3) o processo de acomodação do Parque no território, uma vez que, com 63 anos de existência, a UC já se encontra consolidada na região.

Como consequência disso, parece ter ocorrido uma mudança com relação às causas e no que concerne à dinâmica dos conflitos ambientais que atualmente se processam no Parque e seu entorno, sendo esta uma situação que será melhor abordada mais adiante nesta tese. Entretanto, vale mencionar a ocorrência desses fatos como forma de ilustrar que, assim como aconteceu e ainda acontece em muitas UCs do Brasil, especialmente aquelas de proteção integral, o processo de criação e implantação do ParNa Caparaó não se deu sem atritos. De igual forma, como se pode notar, também houve aqueles e aquelas que sofreram significativos impactos nos seus modos de vida, muitas vezes tendo que abandonar suas propriedades pela impossibilidade de continuar a realizar suas práticas de reprodução socioeconômica e cultural, como foi o caso, por exemplo, de P. G. e sua família.

Ou seja, no ParNa Caparaó também foram produzidas situações que, na atualidade, podem ser caracterizadas como injustiças ambientais, tendo em vista os impactos negativos sofridos por determinados sujeitos e grupos nos seus modos de vida, chegando alguns desses, inclusive, a sofrer com a carência de recursos básicos para sobreviver, como foi afirmado a Oliveira (1999) por um morador de Pedra Roxa, povoado localizado no entorno capixaba do Parque.

Esse primeiro momento do ParNa Caparaó se encerra em 1978, pois em 1979, mesmo diante de todas as dificuldades e limitações, especialmente financeiras, o Parque foi, enfim, implementado. Com sua efetiva implantação, novos desafios surgiram, somando-se aos já existentes, aumentando ainda mais as tensões envolvendo o ParNa Caparaó e as populações que por ele foram diretamente impactadas.

4.5 A dinâmica socioespacial do ParNa Caparaó entre 1979 e 2000: conflitos, desafios e a evolução do uso e ocupação do solo no Parque e seu entorno

De acordo com Oliveira (1999), o aspecto mais importante no que concerne ao impacto social produzido pelo ParNa Caparaó na região em que foi instituído está diretamente ligado à questão fundiária. A autora enfatiza que a constituição do Parque ocasionou uma série de desafios significativos em termos de propriedade da terra, especialmente para as áreas incorporadas à unidade. Isso ocorreu em razão do planejamento da utilização do espaço, que, quando formulado, não levou suficientemente em consideração a necessidade de salvaguardar os componentes não humanos presentes na região, como, aliás, era e continua sendo a realidade de grande parte dos espaços agrícolas do país.

Nesse sentido, a constituição do ParNa representou, para parcelas importantes dos sujeitos presentes naquele território, uma mudança significativa nas formas de acesso e uso dos elementos ecológicos ali existentes e, por consequência, na própria produção da natureza que era por eles realizada, especialmente a partir da efetiva implantação da UC, em 1979. Não à toa, os conflitos entre as comunidades do entorno e o Parque acabaram se tornando frequentes e explícitos (Oliveira, 1999; Santos, 2004).

Ao analisar a situação de Pedra Roxa, comunidade localizada no município de Ibitirama, por exemplo, Oliveira (1999) destaca que, além da questão fundiária, situações relacionadas à ampliação das lavouras de café – muito atrelada às variações no preço dessa commodity, bem como às políticas estatais de extensão rural –, à abertura de novas áreas de pastagem, à extração do palmito juçara – associada a tradições católicas de substituição da carne pelo palmito, comum na região especialmente no período da Semana Santa – e à caça furtiva de animais silvestres estavam, nos anos de 1990, entre os principais conflitos identificados no ParNa e seu entorno. Todas essas eram práticas que, ainda que pudessem ser questionadas, faziam parte da cultura local. Dito de outra forma, eram integrantes dos modos de relacionamento sociedade↔natureza que ao longo de várias décadas foram sendo estabelecidos pelos moradores locais com seu ambiente, suas cosmografias, conduzindo os processos de produção da natureza nesse território.

Com a instituição do Parque e a imposição de um novo modelo de natureza, houve uma ruptura com aquele modo de vida e de produção da natureza local, não sendo, em muitos momentos, bem aceita pelos sujeitos aí residentes, ocasionando os embates. Esses estiveram relacionados especialmente às dificuldades que muitos desses sujeitos passaram a enfrentar para manter sua própria reprodução socioeconômica e cultural, tendo em vista as limitações de uso do território e de seus recursos impostas pelo ParNa.

A fala a seguir, colhida junto ao servidor aposentado do ParNa, ilustra essa situação e reflete as transformações ocorridas na política ambiental do país e nos órgãos responsáveis por sua execução. Essas mudanças tiveram repercussões significativas no território, impactando diretamente suas dinâmicas e configurações.

Quando o gestor do Parque era o IBDF, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a legislação era diferente, não tinha o Decreto de Mata Atlântica. Então, as propriedades elas precisavam deixar 20% de floresta, de vegetação nativa. Podia tirar 80%. Aí, o que fazia as pessoa? Esses 20% que ficava, vendia pra outro, o outro vai e tirava 80%, no final, sobrava nada. **E quase todo córrego que dava acesso ao Parque tinha uma pequena serraria.** Então, **o desmatamento era comum. O próprio órgão autorizava desmatar.** Formava grandes propriedades, pequenas e que no futuro não deram certo, porque as terras eram fracas. As pessoas investiram e não

tiveram retorno. **Então, deixaram um rastro de destruição.** Agora, com o passar do tempo, veio o Decreto de Mata Atlântica, veio o IBAMA, **aí foi proibido**, não podia mais, porque o Decreto de Mata Atlântica veio e colaborou, eu considero que colaborou e muito, porque acabou aquele negócio de 20%, pode tirar um pedaço de mata e deixar outro. Não, acabou, entendeu? Então, mesmo que a pessoa tenha 100% de floresta, ele não pode tirar, porque tá no Decreto de Mata Atlântica que não pode, né? Tem que se preservar. Esqueci agora o número do decreto, mais isso é fácil de a gente encontrar, né? Então, isso veio a ajudar e muito. Então, **a grande destruição que houve em volta foi porque era o IBDF, e o IBDF autorizava as pessoas a tirarem floresta pra abastecer essas serrarias que tava às margens do Parque.** Olha que coisa absurda, mas era a legislação em vigor à época. Então, quando veio o IBAMA, **que teve que interditar essas serrarias**, acabou com os desmatamentos, porque quando se desmatava, **havia uma oferta muito grande de palmito, que vendia irregular**, né? Tem muito palmito em volta do Parque. **Pássaros**, que às vezes estavam chocando filhotes, **eram muito filhote que os moradores capturavam, criavam em casa pra depois vender no tráfico de animais silvestres.** Então, era um desastre. Com a chegada do IBAMA, veio o decreto também de Mata Atlântica, **então isso acabou tudo.** Só que na hora que encerrou essas atividades, é questão de lógica, **os moradores começaram a olhar com indiferença:** epa, que negócio é esse? **Agora vai acabar com o desenvolvimento da nossa região.** Por que e os empregos que as serrarias ofereciam? As pessoas que derrubavam as florestas ofereciam? Os caminhoneiros que transportavam? As empresas que eram abastecidas pelos materiais lenhosos? Então, **começaram a haver um certo conflito** (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

Durante as observações de campo e a realização das entrevistas, foram identificados relatos sobre a aplicação de multas pelo Parque a sujeitos locais. Esses episódios evidenciam que, especialmente na etapa de implantação da unidade, a convivência entre o Parque e os sujeitos locais frequentemente resultava em conflitos.

Entrevistador: E o senhor nunca tomou multa não seu C. G.?

Entrevistado: Já!

Entrevistador: Já? Do pessoal do Parque?

Entrevistado: Já, mais é antes da medição [neste caso, antes da expansão do ParNa e da delimitação de seus novos limites].

Entrevistador: Ah, foi antes?

Entrevistado: É, quando eu comprei. É que eu tem lá hoje, lá. Mais veio uns... Naquela época, o pessoal caçava, mais num era proibido não. Aí, vei um cara de Santa Cruz, bateno barraca lá no mei da capoeira, em cima na mata, pra caçá! Falei: não, mais aí num pode. Ele num me pediu licença. Não, eu vô proibí! Mais o pessoal lá do Caparaó soube que tinha uns caçadô lá. Mais nisso, nesse intervalo, eu já tinha roçado lá uma eitada de mato lá! Eu plantei lá muitos mil pé de café, aonde eu rocei. Aí, eis viro o roçado... Não, eis viro o quemado! Eu já tinha quemado né. **Aí viero me murtá!** Aí foro lá, fizero lá, midiro lá, essas coisa, né? Mais naquela época, **o pouco dinheiro era muito**, né? Aí, **me murtô em cinco mil (5.000).** É, cinco mil (5.000) conto que falava. Cinco mil (5.000) cruzero hoje, né? Aí fui e paguei, **paguei já a murta com juros por cima** (C. G., 81 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

Meu pai e meu irmão foram multado, notificado, teve embargo. O meu pai foi multado porque aconteceu um fogo na região, um fogo que queimô em várias propriedades. Aí, passaram e multaram uma propriedade, multaram a outra e multaram o meu pai também, **meu pai sem tê culpa nenhuma.** Hoje, a gente sabe que esses fogos criminosos assim tem que caçá é o criminoso pra autuá ele, se fô o caso, e meu pai foi multado. E meu irmão, **porque plantô uma lavora de café onde o meu avô tinha uma lavora de café.** Aí, depois que tá plantado lá, já com deiz (10)

anos plantado, **viero e embargaro ela**, que não poderia, que a região era muito íngreme. **Mais era caso que era consolidado já** de acordo com a lei que usa na cidade. É caso consolidado há mais de cinquenta (50) ano.

Entrevistador: E tem muito tempo que aconteceu isso?

Entrevistado: Que meu irmão foi multado deve tê uns quinze (15) anos.

Entrevistador: E o pai do senhor?

Entrevistado: E meu pai foi multado há mais ou menos uns trinta e poucos anos (J. G., 55 anos, entrevista realizada em 30/03/24).

Os relatos acima evidenciam as dificuldades que a criação do Parque impôs sobre a vida dos sujeitos locais que foram por ele diretamente afetados. Restrições de uso dos terrenos que passaram a compor a unidade se tornaram a regra, tendo como alicerce de fundamentação dessa lógica a ideia de natureza enquanto uma produção não humana, sendo, por isso, inconcebível aos olhos dos funcionários da UC a presença e, principalmente, a intervenção social sobre o meio, de maneira que essas passaram a ser reprimidas, tendo como principal instrumento de repressão a aplicação de multas (Santos, 2004) àqueles que ousassem desobedecer à nova lógica de produção da natureza imposta pelo Parque. O problema era que, se por um lado, a continuidade de várias atividades que eram comuns e fundamentais para a reprodução socioeconômica e cultural dos sujeitos locais foram proibidas, tendo em vista a lógica de funcionamento do Parque, por outro, essas propriedades absorvidas pela unidade não eram indenizadas, como destacado por Oliveira (1999), sendo também uma situação detectada pelo autor desta tese durante os trabalhos de campo e as entrevistas, perdurando tal contexto até o momento em que esta pesquisa foi realizada, dificultando e até mesmo impossibilitando que esses sujeitos pudessem retomar suas vidas em outros lugares onde tais limitações não existiam.

Como consequência desse impasse, era possível identificar a tensão existente entre os agricultores que tiveram suas terras transformadas em parque e os agentes responsáveis pela fiscalização e gestão da UC, sendo estes últimos vistos pelos primeiros como pessoas que, na figura do IBAMA, interferiam em suas terras e em seus modos de vida sem que, em contrapartida, oferecessem qualquer tipo de compensação ou alternativa para que os sujeitos locais pudessem alcançar e/ou manter a sua subsistência (Oliveira, 1999). Todo esse contexto acabou criando uma visão negativa sobre o ParNa no imaginário das populações locais que foram mais intensamente afetadas por ele (Oliveira, 1999; Santos, 2004), situação que se arrastou por praticamente toda a década de 1990 e que ainda perdura no atual momento histórico em parcela dos moradores locais, especialmente em função da deflagração do processo que estabeleceu os novos limites do Parque, em 1997, como também foi possível detectar durante os trabalhos de campo, sendo melhor detalhado mais adiante.

Ao fim e ao cabo, é importante frisar, tratava-se fundamentalmente do choque, sobre o território, de modelos diferentes de produção da natureza, ainda que não fossem compreendidos dessa maneira, seja pelos agentes do Estado, representados pelo IBAMA, seja pelos sujeitos locais. Isso porque,

[...] problemas de manejo do Parque Nacional do Caparaó classificados pelo IBAMA como invasão, cultivo, pastoreio e extração de plantas **são usos normais da terra para alguns dos produtores rurais**. A maioria dos produtores rurais são camponeses, posseiros ou agricultores familiares que não possuem outras terras para produção de subsistência e não receberam nenhuma compensação econômica ou benefício pela terra que tradicionalmente ocupam¹⁹ (Oliveira, 1999, p. 163, tradução e grifos nossos).

Assim, o que para um – IBAMA – representava uma forma de ação incompatível com a compreensão de natureza que era por esse manifestada e que se desejava “proteger”, devendo, por isso mesmo, essa intervenção ser coibida, para os outros – os agricultores locais – não passava de uma atuação corriqueira, que compunha seu estilo de vida e de produção e experimentação da natureza no mundo, ou seja, suas cosmografias.

De igual modo, outro aspecto que acabou ocasionando conflitos entre os moradores e o Parque foi a total proibição da continuidade de criação de animais dentro dos limites da UC após a sua efetiva implantação, prática que, como já demonstrado anteriormente, era realizada muito antes da constituição do Parque, fundamentalmente em Alto Caparaó – MG. Nesse sentido, segundo Santos (2004, p. 154),

A retirada dos animais domésticos do Parque **causou grande desespero entre os moradores**. Quase todas as famílias tinham animais pastando no Campo, dentro da área do Parque e não tinham outro lugar para criá-los. Logo após a retirada dos animais, apenas as propriedades maiores continuaram com as criações. Os outros tiveram de vender tudo (grifos nossos).

Neste caso, analisando a situação descrita a partir da abordagem dos conflitos proposta por Simmel (2011), pode-se dizer que, naquele momento, a retirada dos animais do Campo representou a vitória do IBAMA com relação aos interesses dos sujeitos locais.

Essa também foi uma ação que produziu indignação na população local, pois assim como ocorreu com as proibições dos usos tradicionais da terra que eram praticados pelos agricultores locais,

¹⁹ No original: [...] *problems for the management of the National Park of Caparaó classified by IBAMA such as invasion, cultivation, grazing, and extraction of plants are normal land uses for some of the rural producers. The majority of the rural producers are peasants, squatters or family farmers who do not have other land for subsistence production and did not receive any economic compensation or benefits for the land, which they have traditionally occupied.*

A relação da população local com aquele lugar ultrapassava a utilização econômica: **era o modo de vida que eles conheciam**. Não era nada fácil aceitar não poder mais fazer o que se acostumou a fazer a vida inteira, principalmente naquele momento, em que o pensamento ecológico não tinha um significado na vida da grande maioria dos brasileiros. Pensar em preservar aquela área para desfrute dos visitantes e para ser objeto de estudo dos cientistas, ao invés de ocupá-la como sempre fora ocupada, era inconcebível e, até mesmo, inaceitável para aquelas pessoas (Santos, 2004, p. 153-154, grifos nossos).

Uma das principais reações a essas mudanças foi, como já mencionado, a ocorrência dos incêndios (ibid.), que durante a década de 1980 e o início da de 1990 causaram transtornos aos gestores do Parque e geraram prejuízos importantes para a flora e a fauna do mesmo. Era uma situação que ocorria, pois “De acordo com antigos diretores do Parna e moradores de Alto Caparaó, proprietários que se sentiam injustiçados ateavam fogo na fronteira de suas propriedades com o Parque, ocasionando grandes prejuízos ambientais” (ibid., p. 154).

Nesse sentido, ao ser questionado sobre o início do processo de funcionamento do ParNa Caparaó, bem como sobre a forma de atuação dos responsáveis pela unidade, M. P. faz afirmações que corroboram com as informações acima.

No começo... no começim, **era proibido memo**. Depois é que alguns foi veno que na conversa era melhor, aí foi conversano. **Que no passado, isso era tudo quemado, essas cabicera aí ó** [aponta em direção ao redor]. **Botava fogo nessas cabicera tudinho aí**. Aí... [o pessoal] **ficava com raiva** (M. P., 68 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

A falta de uma maior aproximação entre o Parque e as comunidades, somada à infraestrutura ainda limitada da UC, contribuiu para acentuar esse problema. Todo esse contexto configurava um ‘conflito ambiental territorial’ (Zhou e Laschefski, 2010a), cuja principal forma de manifestação eram as queimadas intencionais no Parque. Esse conflito resultava das divergências entre as territorialidades e cosmografias locais e a territorialidade imposta pelo ParNa Caparaó. Como essas diferentes formas de compreender, produzir e utilizar a natureza eram, à época, irreconciliáveis, os embates se tornaram praticamente inevitáveis.

Entretanto, ao passo que os desafios e os conflitos surgiam com a efetiva implantação do ParNa Caparaó, também começavam a ser desenvolvidas algumas iniciativas por parte do parque visando uma aproximação entre a unidade e a população do entorno, ambicionando principalmente reduzir a incidência dessas problemáticas sobre a UC (Santos, 2004). Nesse processo, se inicia uma mudança – ainda tímida, pode-se dizer, porém importante – na maneira como os funcionários da unidade passaram a se relacionar com os habitantes do entorno do ParNa. Até então muito distantes e mesmo despreocupados com o sentimento dos moradores

locais em relação ao Parque, os agentes responsáveis pela gestão da UC começaram a se aproximar das comunidades do entorno. Essa aproximação tem início por meio de algumas pequenas ações, tais como a visitação de escolas dos municípios limítrofes do ParNa e a realização de palestras junto aos estudantes e aos produtores rurais locais (ibid.). O principal objetivo era demonstrar para esses sujeitos a importância da UC, como forma de sensibilizá-los para a necessidade de auxiliar no trabalho de proteção do ambiente da Serra.

Em entrevista realizada em 2002, um dos funcionários do ParNa à época falou um pouco sobre como se deu esse processo.

Acho que mais ou menos desde 1985, 1986; a gente já começou a visitar escolas, sem recursos, sem material. A gente reunia as escolas, agendava, ia lá e plantava árvores em volta das escolas, como uma coisa simbólica. Fazia palestras despertando já a consciência dessas crianças, das pessoas quanto à preservação do Parque. Depois veio... aí a gente começou a lutar conseguindo algumas fitas de vídeo, algum material e começamos a procurar as organizações não-governamentais, as autoridades, as escolas, que é uma coisa que a gente sempre tem feito. A gente jamais pode abandonar as escolas. Íamos à Associação de proprietários, participando dos eventos da comunidade, levando material. Então, a gente tem trabalhado com as comunidades; as comunidades têm sido uns aliados, parceiros. As instituições da região, como a EMATER, o Sindicato Rural, também participam. Então, isso tudo tem ajudado (Santos, 2004, p. 74).

De modo semelhante, a fala do servidor aposentado do Parque que foi entrevistado para esta tese fornece informações sobre o início da aproximação entre a UC e as comunidades do entorno, bem como dos frutos produzidos por esse processo.

Só que, com o trabalho de educação ambiental que foi desenvolvido, colaborou em muito, que aí o Parque entrou em ação. **Chegamos a trabalhar com 52 escolas na zona rural nas proximidades do parque**, mostrando a função do Parque, a preocupação do Parque com as comunidades, **chamando as comunidades pra participar** e desenvolvendo muitas atividades nas escolas, com os alunos, com os pais dos alunos e nas proximidades com os proprietários, os filhos dos proprietários. Então, **foi quebrano aquela indiferença** e as pessoas começaram a entender realmente que precisava se preservar. E quando se trabalhava com as escolas, os filhos dos proprietários, as pessoas que foram atingidas né, principalmente, aí ocê trabalhar com a pessoa que tá na escola é uma beleza, porque a cabeça dele tá mais aberta e tal, né? Aí, levava para os pais essa preocupação. “Não, pai! O Parque tá aqui pra ajudá, vamos preservar, vamos ajudar”. Aí **começou a mexer com a mentalidade das pessoas e as pessoas começaram vê que realmente era necessário a preservação do Parque**. Eu mesmo trabalhei com filhos de proprietários. Eu trabalhava com eles educação ambiental nas escola visano isso, **que se o filho aderir a esse pensamento, ele vai influenciar em casa**, né? Então, era importante. A gente desenvolveu várias cartilhas, a gente trabalhava com... com... com cartilha orientano acerca de quema controlada, a caça, pesca, captura de animais silvestre, venda irregular de produtos oriundos de floresta de preservação permanente, de unidade de conservação. Então, **as pessoas começaram a entender isso**, entendeu? **Foi vários anos! Não foi assim de uma noite pro dia, isso demorô tempo, muito tempo**. Mais, nos finalmente, havia uma relação estável, uma relação amigável, **uma relação muito próxima tanto da comunidade como do Parque**. O Parque tava sempre trabalhano com as escolas,

sempre distribuino material, né? E sempre desenvolvno ações que pudesse desencadear realmente uma relação próxima.

Porque sempre foi uma preocupação do Parque se aproximar da comunidade. Chegou-se ao consenso que não adiantava o Parque existir sem o apoio das comunidades. Não tem como funcionar. É uma coisa que é inviável, não tem como. Então, **os dois têm que caminhar junto.** O Parque tem que vê o interesse da comunidade, trabalhar os interesses, **desde que venha realmente ser um interesse que congrega com o interesse do Parque,** né? Então, é muito especial isso, muito bonito essa relação, essa preocupação de trabalhar junto. Não tem como trabalhar separado, não existe possibilidade nenhuma do Parque caminhar sozinho. Porque se passou muito tempo o Parque achando que podia caminhar sozinho, não chegou a lugar nenhum, pelo contrário, **só teve pessoas contrárias, só teve problema sério, ninguém nunca colaborou com nada, porque o Parque achava que era o dono da situação.** Mais desde o dia que ele acordou e viu que sem a comunidade ele não ia a lugar nenhum, as coisas começaram a mudar de rumo, de direção. Aí sim, **aí começou a funcionar muita coisa,** entendeu? **Começou o parque a levar vantagem e as comunidades também. Havia um entrosamento,** um certo entrosamento, **mesmo diante desses conflitos de...** esses con... **esses conflitos fundiário.** Mesmo assim, ainda havia muito trabalho junto, caminhando junto (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

É importante mencionar ainda, nesse contexto, o desenvolvimento do Projeto Doces Matas (PDM) no ParNa Caparaó. Segundo Parreiras (2004), “‘Doces Matas’ é a denominação dada ao Projeto de Apoio Técnico à Conservação e Manejo de Unidades de Conservação da Mata Atlântica de Minas Gerais, envolvendo um acordo de cooperação binacional entre Brasil e Alemanha no âmbito do PPG-7” (ibid., p. 51). O projeto foi estabelecido em 1995 e previa uma articulação entre instituições que administravam três UCs situadas na Bacia do Rio Doce: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Mata do Sossego, o Parque Estadual do Rio Doce e o Parque Nacional do Caparaó (ibid.). Além disso, a proposta também objetivava “[...] o envolvimento e a sensibilização das populações que vivem na circunvizinhança das UC’s abrangidas pelo PDM nas questões concernentes à preservação das mesmas, bem como o desenvolvimento sustentável das regiões de entorno às Unidades de Conservação” (ibid., p. 51-52).

Ainda segundo o autor supracitado, o projeto em questão foi dividido em três etapas, que deveriam ter sido desenvolvidas ao longo de dez anos, entre 1995 e 2004. Entretanto, de acordo com Cunha (2006), o projeto em questão durou oito anos, sendo finalizado em outubro de 2005. Logo, pode-se supor que o mesmo teve início em 1998, e não em 1995, como era inicialmente previsto. Segundo Parreiras (2004), durante a primeira fase do programa “[...] foram empreendidos esforços no sentido de facultar uma maior articulação entre as instituições gestoras das áreas protegidas, através de cursos de capacitação dos funcionários e por meio do intercâmbio de informações entre os mesmos” (ibid., p. 56). Já na fase seguinte, o objetivo se voltou para o fortalecimento da participação das comunidades locais no que dizia respeito a questões ligadas à administração das UCs participantes do projeto (ibid.). Por fim, na última

etapa do processo, buscou-se o fortalecimento das atividades realizadas nas fases precedentes, objetivando “[...] assegurar a perenidade ou sustentabilidade das ações ao longo do tempo” (ibid., p. 56).

No geral, pode-se dizer, a partir das análises empreendidas por Parreiras (2004) e Cunha (2006), que o PDM pautava sua forma de atuação tendo por base o conceito predominante de desenvolvimento sustentável, buscando desenvolver no ParNa Caparaó e seu entorno ações que fossem capazes de induzir mudanças comportamentais nos sujeitos locais – servidores do Parque, técnicos de outros órgãos estatais atuantes nos municípios do Caparaó, tais como a EMATER, por exemplo, ONGs, associações e moradores da área. Logo, buscava-se estimular a produção de novas formas de uso dos recursos ambientais locais, pois entendia-se que era fundamental à manutenção do ParNa, de maneira que os modos de produção vigentes na região eram tidos como possíveis ameaças à integridade da UC (Parreiras, 2004). Além disso, também se objetivava produzir uma maior aproximação entre o Parque e as comunidades do seu entorno e vice e versa (Parreiras, 2004; Cunha, 2006), já refletindo a mudança de pensamento que vinha sendo produzida desde pelo menos os anos de 1980 no mundo no que tange ao papel das populações locais no processo de manutenção das APs.

É interessante notar que todo o programa foi organizado dentro de uma lógica que tomava os conhecimentos locais como sendo inferiores e até negativos no que concerne às formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, de modo que a maioria das ações desenvolvidas através do PDM tinham como foco basicamente a transmissão do conhecimento técnico dos agentes responsáveis pelo projeto aos moradores da região, pressupondo que os conhecimentos dos técnicos era superior ao dos demais sujeitos (Parreiras, 2004). Dessa forma, depreende-se, a partir do trabalho do autor em apreço, que alcançar o objetivo do programa de aproximação entre comunidades e Parque só poderia ser possível caso os sujeitos locais se adequassem – ou melhor, se submetessem – àquilo que os técnicos compreendiam como sendo um comportamento apropriado do ponto de vista da relação com o ambiente “natural”.

Entre as principais preocupações manifestadas pelo PDM quanto à manutenção do ParNa Caparaó naquele momento estavam, de um lado, o parcelamento da terra, tendo em vista que, em geral, a região é caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades, com tamanhos variando entre 2 e 24 hectares, e, de outro, o cultivo do café, principal atividade econômica dos municípios que compõem a UC (ibid.). No caso da produção cafeeira, vivia-se, naquele período, um momento de valorização do café nos mercados internacionais e também no nacional, aumentando a apreensão de que houvesse crescimento do desmatamento em função da expansão da área cultivada desse gênero (ibid.). É provável, inclusive, que esse

receio, e as possíveis ações que vieram por parte do PDM e do próprio Parque em função dele, estejam na base de algumas afirmações que foram feitas por sujeitos locais entrevistados para esta tese quanto à forma como a produção de café na região foi vista no passado, sendo uma dessas falas reproduzida a seguir.

[...] Se não fosse a cafeeira também... **Todo mundo meteno o pau no café naquela época**, mais o café protegeu o Parque, senão já tinha quemado as mata, já tinham quemado os bicho. Então, assim, tem o pró e tem o contra (C. B., 52 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Dentre as metodologias utilizadas pelo PDM para colocar em prática suas ações, estavam a criação de grupos de trabalho (GTs). Foram instituídos cinco GTs naquele momento pelo PDM: ecoturismo, diagnóstico participativo em UC, interpretação ambiental, educação ambiental e práticas ambientais (Parreiras, 2004). Segundo o autor supracitado, na época em que foram realizadas suas investigações de campo, apenas os GTs de ecoturismo e práticas ambientais estavam com atuação mais intensa no ParNa Caparaó.

Ao fim e ao cabo, tomando como referência as análises empreendidas por Parreiras (2004) e por Cunha (2006), pode-se dizer que o PDM desempenhou um papel que teve certo nível de impacto no ParNa Caparaó e seu entorno durante os anos em que esteve em execução. Neste caso, especialmente no que se relaciona com uma tentativa de maior aproximação do Parque com algumas comunidades a ele circunvizinhas, tendo em vista que o mesmo não foi estendido a todas aquelas que circundam a UC, concentrando-se principalmente em sua vertente mineira. Além disso, o mesmo também auxiliou na modernização de alguns serviços no ParNa, como, por exemplo, na estruturação do setor de informática do Parque, com a instalação, na época, de programas como o ArcView (Cunha, 2006).

No geral, ao que parece, o PDM foi capaz de produzir, naquele momento, mudanças no contexto das comunidades do entorno do ParNa Caparaó onde o projeto foi desenvolvido, especialmente por ter permitido “[...] a incorporação de alguns segmentos das comunidades locais em experimentos agrícolas de cunho ecológico e em oficinas de ecoturismo” (Parreiras, 2004, p. 153). Além disso, segundo Cunha (2006, p. 66), o PDM “[...] ocasionou modificações na estrutura interna do parque e no estreitamento das relações da sua administração com as demais instituições e organizações de sociedade civil localizadas em seu entorno”.

A autora em apreço também observou que o programa em questão teria contribuído para modificar a atuação administrativa do Parque, de modo que o mesmo contava, naquele momento, “[...] com uma gestão mais democrática, com o conselho consultivo instituído por

iniciativas do projeto e com perspectivas de constituição de grupos de trabalho no território sobre temas ambientais com a participação de outras instituições” (ibid., p. 67). Além disso, “A alteração do comportamento do IBAMA promoveu a transformação no campo de atuação de outras instituições, as quais também passaram a ter os seus objetivos convergidos para proposições comuns às do parque e passaram a buscar parcerias umas com as outras” (ibid., p. 67). Entretanto, Parreiras (2004) argumenta que parte das iniciativas empreendidas pelo PDM estavam muito ligadas à disponibilidade de recursos financeiros por parte do programa, o que possivelmente acabou levando a uma descontinuidade das mesmas após seu término.

Inclusive, durante a condução das entrevistas para esta pesquisa, ao serem questionados sobre as relações atuais com o Parque e a presença do mesmo nas comunidades, boa parte dos sujeitos entrevistados reclamou da falta de uma maior interação da UC com sua vizinhança, destacando, entre outras coisas, a ausência de reuniões, palestras e visitas organizadas pela unidade no atual período histórico. Nesse momento, alguns deles se recordaram de outros tempos em que essas situações ocorriam com certa frequência, sendo algumas dessas possivelmente também fruto do desenvolvimento do PDM no ParNa Caparaó entre 1998 e 2005, bem como de outros movimentos que acabavam mobilizando a unidade em conjunto com outras organizações/instituições estatais ou da sociedade civil.

Há anos atrás, quando houve o desarmamento [campanha para o desarmamento da população], o Parque veio e fez umas palestras, o Parque junto com a Polícia Militar, pro pessoal entregar as armas. Naquela época, acho que deve tê uns vinte (20), trinta (30) anos atrás, houve sim uma mobilização tanto das autoridades quanto do Parque. **Depois disso, não! Depois disso, não** (F. M., 43 anos, entrevista realizada em 16/12/24).

É, eu vejo o Parque muito distante das comunidades, muito distante mesmo. Eu, **há muitos anos**, que eu não vejo o Parque fazer uma reunião com comunidade do entorno. Não vejo. Escola... **Já teve uma época que tinha um programa de educação ambiental**, inclusive o programa que o Consórcio [Consórcio Caparaó] tinha, que o pessoal do Parque participava dele, entendeu? (D. H., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

A relação do Parque com a comunidade cara, **eu acho que ela já foi melhor**, sabe? [...] Reunino, conversano, só quando eles são acionados, entendeu? Eles não têm esse lance, **igual tinha antigamente**, de vim até as escolas, vir até a comunidade, participá de uma reunião de uma associação local. **Não tem muito isso mais não cara** (J. A., 52 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Entretanto, mesmo diante desse processo de aproximação entre a unidade e as comunidades do entorno, os conflitos ambientais entre os sujeitos locais e o Parque, bem como as tensões latentes, permaneciam. Além disso, ainda que essa aproximação tenha sido uma

iniciativa importante, vale frisar que ela se deu tendo como referência de natureza – e, por consequência, de sua produção – fundamentalmente a perspectiva preservacionista, repetidora da velha dicotomia sociedade-natureza, tendo ainda muitas dificuldades de compreender as formas de produção do espaço – e da natureza – praticadas pelos sujeitos locais. Ou seja, tratava-se de uma tentativa de aproximação ancorada em uma via de mão única, de maneira que “[...] os funcionários do Parna Caparaó iam até à comunidade como portadores de uma verdade incontestável: a necessidade da sua ‘conscientização ecológica’” (Santos, 2004, p. 86), esperando receber apoio e suporte dos moradores do entorno, sem, contudo, entender a realidade socioeconômica, produtiva e cultural na qual estes estavam inseridos.

Ainda que não sendo capaz de eliminar os conflitos e as tensões com os habitantes do entorno, no entanto, um dos possíveis resultados desse processo parece ter sido a diminuição dos focos e da extensão dos incêndios florestais no Parque, que a partir da segunda metade dos anos de 1990, especialmente, foram reduzidos de maneira significativa (ibid.), tendo o ParNa também passado a dispor de melhores condições estruturais, mesmo que não sendo as ideais segundo seu próprio PM (Brasília, 2015). Em 1999, por exemplo, o Parque e seu entorno tiveram apenas 100 hectares queimados, tendo esse quantitativo sido ainda menor em 2000, quando alcançou apenas 10 hectares, somando o interior e o entorno da unidade (Parque Nacional do Caparaó, 2006).

Além disso, outro possível resultado dessa aproximação foi que uma parte dos moradores locais passou a ter maior cuidado com a UC, especialmente aqueles que começaram a experimentar algum benefício econômico advindo fundamentalmente do aumento do fluxo turístico para a Serra do Caparaó proporcionado pela presença do ParNa. Nesse sentido, por exemplo, “A própria população passou a alertar os visitantes sobre como deveriam se comportar dentro do Parna Caparaó. Os guias [...] e os responsáveis pelo transporte de visitantes no Parna Caparaó passaram a zelar também pela limpeza e conservação” (Santos, 2004, p. 87), demonstrando que, para parcela dos sujeitos locais, a unidade tinha sua relevância.

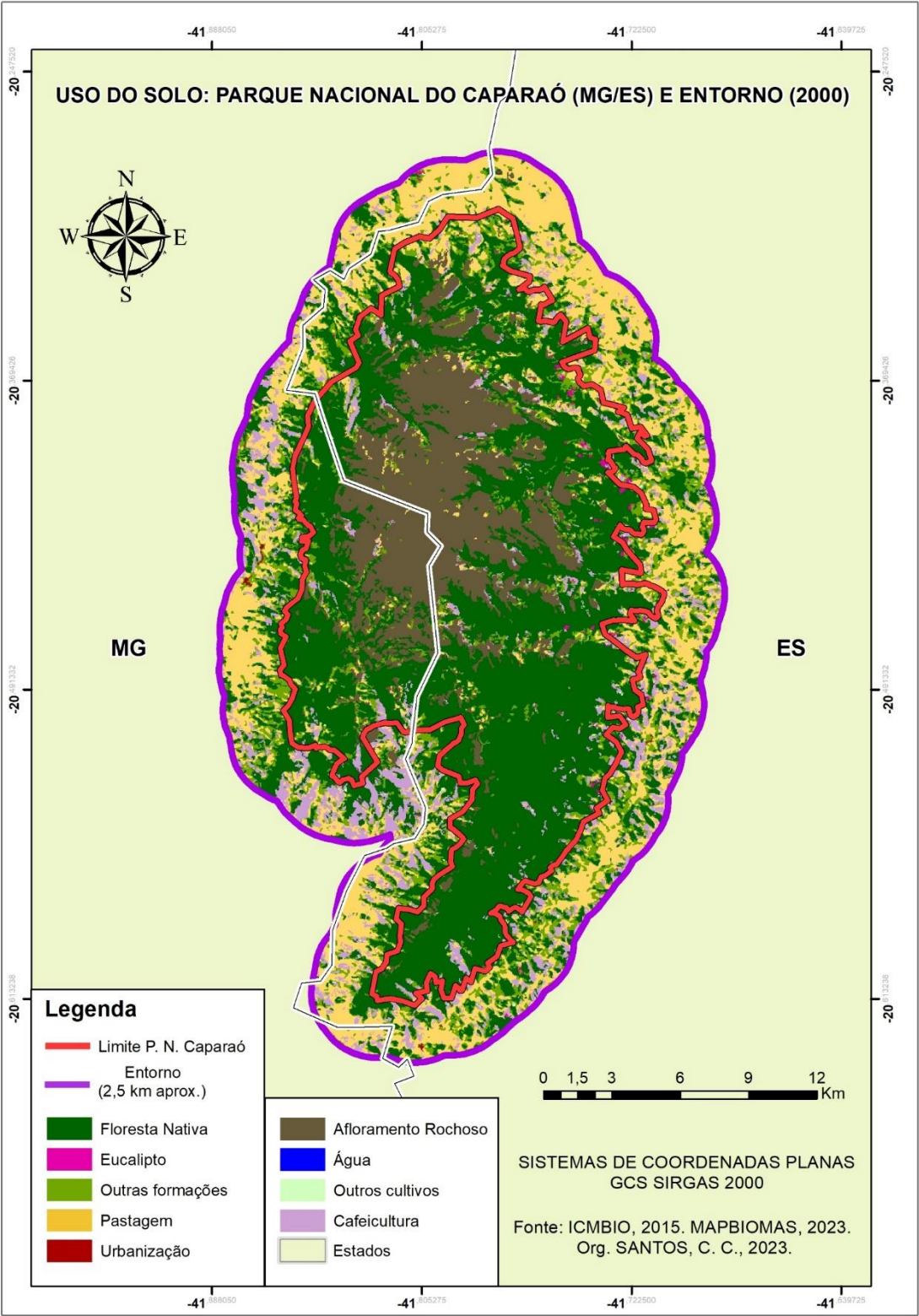
4.5.1 Uso e ocupação do solo no ParNa e seu entorno entre 1991 e 2000

Para além dessas informações, como já afirmado anteriormente foram produzidos mapas de uso e ocupação do solo exclusivos para esta tese tanto do ParNa Caparaó quanto de sua ZAI, sendo essa equivalente a uma área aproximada de 2,5 km do entorno do Parque, tendo como parâmetro para ser definida as delimitações estabelecidas pelo PM da unidade (Brasília, 2015). Para o período discutido nesta seção, englobando os anos de 1979 a 2000, foi produzido

um mapa de uso e ocupação do solo, compreendendo os anos entre 1991 a 2000. Esse mapa é apresentado na figura 15, na sequência, e as informações nele contidas são analisadas em seguida.

Como já afirmado anteriormente, o mapa em questão foi elaborado a partir de um mosaico de imagens dos Satélites Landsat, que são disponibilizadas pelo MapBiomass em seu site oficial de forma anual e gratuita (MapBiomass, 2023). No caso do mapa aqui apresentado, este foi gerado a partir da coleção 7, disponível no site da organização supracitada. Do ponto de vista metodológico, foram estabelecidas e identificadas nove categorias de uso e ocupação do solo no ParNa e em sua ZAI, quais sejam: Floresta Nativa, Eucalipto, Outras Formações, Pastagem, Urbanização, Afloramento Rochoso, Água, Outros Cultivos e Cafeicultura. Para a criação do mapa, foi utilizado o software ArcGIS, versão 10.5, sistema operacional licenciado pelo Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Estadual de Montes Claros – MG (UNIMONTES). Com o mapa pronto, realizaram-se cálculos para estabelecer os valores em km² das áreas correspondentes a cada categoria de uso e ocupação do solo.

Figura 15: Uso do solo no Parque Nacional do Caparaó (MG/ES) e entorno entre 1991 e 2000



A visualização do mapa, correspondente ao período entre 1991 e 2000, permite perceber um importante contraste entre a área do ParNa Caparaó e seu entorno imediato, composto por sua ZAI. Fica evidente a diferença no que se refere à manutenção dos componentes ambientais não humanos, fundamentalmente a flora, entre a área do parque e o seu entorno. Na concepção preservacionista, isso significaria dizer que o ParNa se caracterizava, na década de 1990, enquanto uma ilha de preservação cercada por espaços onde os processos de alteração dos componentes ambientais não humanos foram muito mais intensos.

Nas tabelas 4 e 5, abaixo, apresentam-se as áreas em km² ocupadas pelas categorias de uso e ocupação do solo no ParNa e sua ZAI.

Tabela 4: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 1991 e 2000

Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó	2000
Classes	Área (km ²)
Floresta nativa	183,26
Eucalipto	0,45
Pastagens	8,41
Outras formações	28,52
Urbanização	0,00
Rocha	85,56
Água	0,08
Outros cultivos	0,25
Cafeicultura	11,11

Fonte: Elaborado com base na figura 15

Tabela 5: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 1991 e 2000

Uso e ocupação do solo na ZAI	2000
Classes	Área (km ²)
Floresta nativa	63,07
Eucalipto	1,30
Pastagens	96,32
Outras formações	66,87
Urbanização	0,68
Rocha	1,44
Água	0,02
Outros cultivos	0,37
Cafeicultura	40,40

Fonte: Elaborado com base na figura 15

Na área do ParNa, destaca-se, como não poderia deixar de ser, a categoria Floresta Nativa, que ocupava boa parte da superfície da UC, ilustrando que mesmo diante das

dificuldades enfrentadas pela unidade nos anos que se seguiram após a sua efetiva implantação, foi possível proteger os elementos não humanos presentes no Parque de intervenções humanas mais severas. Essa situação também pode ser uma evidência de que a área onde se localiza o ParNa não sofreu na mesma intensidade com as formas de intervenção sobre o meio que eram mais comuns no seu entorno e na região do Caparaó como um todo, a saber a produção cafeeira e a criação de gado, além de outras atividades agrícolas, como a silvicultura.

Nesse aspecto, é possível que as características físicas diferenciadas da área da UC, muito atreladas às variações de altitude do relevo aí presente, tenham levado a outras formas de uso e de produção da natureza nesse espaço, contribuindo para uma menor degradação dos componentes não humanos da mesma, ainda que a retirada de madeira e, posteriormente, os incêndios, também tenham deixado suas marcas no espaço.

Excetuando-se a categoria “Rocha”, que é um componente comum da área e que, no geral, não estava associada a intervenções humanas mais severas, destacavam-se as categorias Outras Formações, que ocupava uma área de 28,52 km² do Parque, Cafeicultura, com 11,11 km², e Pastagem, com 8,41 km². Em relação à categoria Outras Formações, existem algumas possibilidades explicativas que podem estar associadas a ela. Uma dessas se refere muito provavelmente a áreas em estágio inicial ou até mesmo intermediário de regeneração florestal, comumente denominadas na região como “capoeiras”. Trata-se de vegetação que vai se sobrepondo a áreas que possivelmente já foram utilizadas para outros fins em algum momento – tais como cafeicultura e pastagem –, mas que acabaram deixando de ser utilizadas, seja em função das restrições de uso impostas pelo ParNa, no caso de propriedades particulares que não foram indenizadas pelo Parque, seja aquelas áreas já indenizadas e deixadas em processo de regeneração “natural”. Outra possibilidade diz respeito a locais que foram afetados por queimadas e que, assim como aqueles que foram abandonados, também começam a se regenerar e formar as capoeiras.

Por fim, essa categoria também pode ser representativa das áreas de Campos de Altitude que são encontradas no Parque, onde predomina uma vegetação composta fundamentalmente de pequenos arbustos e gramíneas, e que, no passado, como se viu, foram muito utilizadas para criação de animais pelos moradores de Alto Caparaó. Neste caso específico, essas se concentram na região central da imagem, circundando as formações rochosas, que é onde se encontram os pontos mais elevados do relevo do Parque.

Além dessa parte central, é possível perceber, a partir da análise da imagem, que essa categoria pode ser identificada em vários outros pontos da UC, indicando diversos locais do Parque que possivelmente estavam em processo de regeneração na década de 1990, seja por

terem sido áreas que eram anteriormente utilizadas por antigos habitantes, ou, ainda, por serem locais que sofreram com incêndios em outros momentos e que estavam se recuperando durante a década em questão.

Já as categorias Pastagem e Cafeicultura, eram representativas da presença ainda existente de atividades humanas consideradas incompatíveis com o conceito de natureza que moldou a UC dentro de algumas partes da unidade. Especialmente pelo fato de que parcelas significativas das terras que formavam o Parque ainda não haviam sido regularizadas, em algumas partes do mesmo essas atividades agrícolas continuavam a ocorrer, mesmo que a contragosto dos gestores do ParNa. Em relação à cafeicultura, a observação da imagem permite perceber que essa atividade estava espalhada por vários pontos da unidade, sendo identificada tanto do lado mineiro quanto do lado capixaba do Parque. Situação semelhante também ocorria com as pastagens. Porém, nota-se uma maior concentração dessa atividade nas regiões norte e nordeste da UC, localizadas na parte superior da imagem, com predominância no lado espírito-santense do ParNa.

Ainda sobre a situação fundiária do ParNa, é importante frisar que em 1997 a UC passou por uma revisão dos seus limites, o que acarretou na expansão de seu território. Com isso, no final dos anos de 1990, aumentou também o quantitativo de terras do Parque que passaram a demandar processos de regularização fundiária. As pesquisas de campo e as entrevistas, especialmente com os moradores locais, indicaram que boa parte dessa expansão se deu sobre áreas que eram utilizadas para a produção agrícola, o que possivelmente é o principal fator explicativo da presença de atividades dentro dos limites da UC que são consideradas antagônicas aos seus objetivos. Além disso, esse processo de expansão também conduziu ao surgimento de novos conflitos. Por ter sido uma situação marcante na história do ParNa Caparaó e das comunidades do entorno, essa dinâmica será analisada em detalhes um pouco mais adiante.

Já no que se refere à ZAI do ParNa, as categorias com maior representatividade eram Pastagem, que ocupava uma área de 96,32 km², Outras Formações, com 66,87 km², Floresta Nativa, com 63,07 km², e Cafeicultura, com 40,40 km². As pastagens estavam espalhadas por toda a extensão da ZAI do Parque, cobrindo uma área um pouco maior proporcionalmente, porém, no lado capixaba, tendo em vista que a criação de gado, ao lado da produção cafeeira, eram (e continuam sendo) as grandes fontes de renda dos municípios espírito-santenses limítrofes à UC, como já foi argumentado anteriormente. Nesse aspecto, inclusive, é provável que uma parte da categoria “Outras Formações” também seja representativa de áreas de pastagem, além, é claro, das capoeiras, como acontece dentro do Parque.

Entretanto, diferentemente do que ocorre no ParNa, onde essa categoria corresponde fundamentalmente a áreas de regeneração da vegetação, no caso do entorno, além dessa situação, também são encontradas pastagens que poderiam não estar com o manejo em dia, caracterizando uma forma de “pasto sujo”, onde o capim se mescla com arbustos e árvores de pequeno porte, além de outras espécies de plantas que acabam crescendo à medida que não é feita a limpeza dessas pastagens. Ao ler essas superfícies, o programa, a partir das amostras selecionadas para realizar a classificação, acaba identificando-as como sendo pertencentes à categoria Outras Formações.

Chama a atenção, ainda, a presença relativamente significativa de Floresta Nativa na ZAI na década de 1990, especialmente nas áreas mais próximas aos limites do Parque, sendo a terceira categoria com maior cobertura. Entre os fatores que explicariam esse processo, poderiam estar as limitações impostas pelo relevo da região – bastante movimentado, com a vertente oeste caracterizando-se como mais íngreme em relação à leste – às atividades agrícolas, o que dificultaria a exploração de muitos locais, e a própria presença do Parque, que como se viu, inicia, especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1980, uma maior aproximação com as comunidades do entorno, buscando demonstrar, entre outras coisas, a importância da preservação/conservação dos componentes ambientais da região. Por fim, as próprias leis de cunho ambiental, que já naquele momento limitavam a exploração de certas áreas, como margens de rios e topos de morros, também poderiam ser fatores explicativos para essa situação.

No caso específico dessa categoria, sua presença relativamente significativa na área do entorno do ParNa contrariava, em certa medida, a argumentação mais frequente de muitos apoiadores da lógica preservacionista, que sempre percebem a ação humana como degradante. É verdade que, em relação às áreas de florestas nativas observadas no entorno, a maior parte se encontrava dispersa, formando estruturas separadas umas das outras, muitas vezes sem contato, diferentemente do Parque, onde a mata nativa compunha um arranjo mais homogêneo e integrado. Entretanto, ainda que nessa situação, essa presença relevante de florestas no entorno era um fator importante e que poderia indicar uma maior preocupação, se não de todos, ao menos de parcela dos sujeitos locais com os elementos não humanos daquele espaço.

Por fim, a presença da categoria Cafeicultura entre as que ocupavam maior área no entorno evidenciava a importância dessa atividade produtiva na região do Caparaó, corroborando com as informações anteriormente apresentadas acerca do papel que o café teria na economia dos municípios circunvizinhos ao ParNa já há várias décadas. A imagem possibilita perceber que a maior incidência dessa cultura se concentrava na porção mineira do entorno da UC, apresentando, em alguns casos, contiguidade significativa, o que diferia da

produção localizada na vertente espírito-santense, onde as extensões das áreas produtoras eram menores. Essa diferença poderia indicar, inclusive, uma variação no tamanho das propriedades produtoras de café nos dois estados, sendo em Minas Gerais produzido muitas vezes em propriedades de maior extensão, enquanto que no Espírito Santo essa produção se concentraria em propriedades menores.

É importante destacar também o papel dos órgãos de fomento das atividades produtivas desenvolvidas nesse território. Agências estatais como a EMATER, em MG, e o INCAPER, no ES, sempre tiveram relevância na forma como o espaço local e regional foi pensado e produzido, já que são responsáveis por implementar políticas públicas voltadas ao estímulo das atividades agrícolas. Por um lado, esses órgãos desempenhavam – e ainda desempenham – um papel crucial no incentivo à produção agrícola e na modernização do setor. Por outro, a perspectiva produtivista que promoviam – e muitas vezes ainda promovem – entrava em conflito com a lógica protecionista do ParNa, apesar de ambas as abordagens serem fruto do mesmo modelo de organização produtiva e de consumo, o capitalista. Assim, surgiu no território um novo tipo de conflito, desta vez entre instituições governamentais que concebem e produzem o espaço de maneiras distintas.

Retomando o mapa de uso e ocupação do solo referente à década de 1990, é possível afirmar que as informações nele contidas permitem concluir que, naquele momento, o Parque se caracterizava, de fato, como um importante componente espacial regional, especialmente pela forma como a natureza era produzida a partir dele, sendo a UC uma estrutura representativa da natureza compreendida enquanto uma produção não humana, ainda que fosse um espaço já muito modificado pela ação social ao longo do tempo.

Por outro lado, seu entorno imediato refletia a predominância de outros usos feitos do território, ocasionando, em consequência, a produção de outras naturezas. Através do mapa, é possível evidenciar a predominância de categorias de uso e ocupação do solo que seriam, especialmente na concepção preservacionistas de natureza, degradantes das condições “naturais” locais – e, de fato, parte das atividades praticadas no entorno do ParNa nos anos 1990, especialmente a produção agropecuária, levaram a impactos negativos nesse espaço, tais como desmatamento e assoreamento de cursos d’água, é importante frisar. Uma das principais consequência dessas percepções diversas manifestadas pelos funcionários da unidade e por parcela importante dos sujeitos locais foi o surgimento, em diversos momentos ao longo do período representado pelo mapa, de conflitos ambientais entre o ParNa e as populações do entorno.

Com a virada do século, novos acontecimentos se desenvolveram na Região do Caparaó. Velhos problemas – como a situação fundiária do ParNa, por exemplo – continuaram a ocorrer, enquanto novos desafios – a consolidação do Parque como um polo turístico importante, bem como a intensificação da ocupação de algumas áreas do entorno por pessoas vindas de fora e que, grosso modo, apresentam formas de pensar a natureza e o mundo distintas dos locais, sendo essas atraídas justamente pela presença do Parque – também surgem. Esse é o período atual, que engloba os últimos 24 anos, e que será alvo de maior interesse neste trabalho a partir do próximo tópico.

4.6 O ParNa Caparaó e seu entorno entre 2001 até o presente: expansão fundiária, turismo e o uso e ocupação do solo local

O período a ser analisado neste tópico tem início em 2001. Ele abrange justamente o atual momento histórico do ParNa Caparaó, caracterizando-se este, entre outras coisas, pela expansão das dimensões territoriais do Parque, ocorrida a partir de 1998, quando a UC passou a contar com os atuais 31.800 hectares de área.

Paralelamente a esse fato de grande impacto e relevância para o ParNa e seu entorno, pode-se afirmar que a partir do final dos anos de 1990 e o início dos anos 2000, o turismo – que como se viu anteriormente, já era uma atividade que acontecia na região do Caparaó mesmo antes da constituição do Parque, sendo, inclusive, utilizada como justificativa para a criação da unidade – vai se intensificar, abrindo novas possibilidades de renda aos locais e mesmo a empreendedores externos, que passaram a ver na região uma interessante oportunidade de geração de renda.

Além dessas situações, vale destacar o aumento da presença de sujeitos e mesmo de grupos sociais em algumas áreas do entorno da UC, como é o caso, por exemplo, dos chamados “alternativos” ou “hippies” na comunidade de Patrimônio da Penha, no município de Divino de São Lourenço, especialmente. Esses, por sua vez, foram sendo atraídos justamente pela presença do Parque, vislumbrando na área a possibilidade de viver em um ambiente mais “natural”, onde o contato com a “natureza” pudesse ser realizado com maior intensidade, afastando-se da correria, da poluição e das angústias dos espaços urbanizados. Todos esses elementos, somados à continuidade dos usos já praticados do território e da produção da natureza no entorno pelos sujeitos aí residentes, sendo esses(as) fundamentalmente pautados(as) em atividades agropecuárias, conformam a dinâmica das relações sociedade↔natureza no ParNa e em seu entorno no atual momento histórico.

Como forma de melhor visualizar e entender esses processos, esta seção será dividida em subseções, sendo cada uma delas focada em um aspecto específico dessa dinâmica, a saber: a) a situação fundiária do Parque; b) o turismo; e c) o uso e ocupação do solo recentes do entorno da UC. Para auxiliar nas análises, dois outros mapas de uso e ocupação do solo do ParNa e seu entorno também serão utilizados. Esses mapas compreendem os períodos entre 2001 a 2010 e 2011 a 2020.

4.6.1 A situação fundiária do Parque

Para além de outros aspectos, e tendo em conta tanto as informações obtidas por meio do PM do ParNa Caparaó (Brasília, 2015) quanto através dos trabalhos de campo e das entrevistas, é possível afirmar com certa segurança que a situação fundiária da referida UC representa o principal problema e o mais significativo desafio para a unidade. Essa constatação se deve ao fato de que apenas algo em torno de 1/3 (um terço) de suas terras estavam, no momento em que esta pesquisa foi conduzida, em situação regular, como atestado pelo próprio PM da unidade (ibid.) e, posteriormente, confirmado pelo chefe da mesma. Ou seja, mais de 60% (sessenta por cento) do Parque não estava, até meados de 2024, em situação regular.

Ao ser indagado sobre essa realidade durante a entrevista, o atual chefe do ParNa Caparaó fez a seguinte afirmação:

A gente não tem isso redondinho não, mais, assim, na verdade a gente pode, a grosso modo, dividir três... Aí, essa informação sim, que é: **cerca de um terço foi adquirido; cerca de um terço resta adquirir; e cerca de um terço são áreas devolutas**, então, que ainda não foram regularizadas, porque mesmo a área devoluta ela tem que ser comprovada devoluta pra ser incorporada, mas que as informações, até então, mostram... Que cê imagina, têm muitas áreas sem ocupação nenhuma, naturalmente, né? **Até algumas com ocupação que não tem escritura, que é posse**. Mais a maioria, grosso modo, a grande maioria, áreas extensas muitas vezes, que são áreas devolutas, que não entram nesse um terço do adquirido. Então, a gente teria dois terços mais ou menos do Parque que tem uma situação regularizada, ou próximo disso, e um terço não, que aí você tem as propriedades legítimas, digamos assim, com registro, com cartório e tudo, **que ainda não foram indenizadas**. Aí, destas **você vai ter aquelas ocupadas**, e aí você vai ter às vezes grandes, tem até propriedades, áreas de produção de café e tudo, **famílias morando. Não tem um número...** É um sonho meu era ter tempo pra fazer as visitas e ter os números exatos, sabe? **E não tem**. Têm essas áreas ocupadas **e têm outras áreas que não estão ocupadas**, mas que são, **que tem proprietários**. Agora, essa semana passada mesmo, teve uma propriedade grande que foi emitida a certidão pra fins de compensação de reserva legal e tal, que é uma grande área de floresta, mas legítima a terra né, e o proprietário vai vendê-la e vai ser doado pro Parque, enfim. Então, tem essa situação também, que aí não tem a ocupação humana. **A mais delicada é onde têm as pessoas fazendo uso direto**. Lógico que, se eu tenho a propriedade, por mais que ela não tá ocupada, é um patrimônio, mas como não tem a presença, não tem o uso direto, não tem moradia, não tem a presença

humana ali, a coisa fica um pouco menos... um pouco mais tranquila, né? (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

A fala em questão evidencia a complexidade do contexto vivido pelo Parque, especialmente porque o ParNa não possui um levantamento detalhado do número de propriedades inseridas em seus limites que ainda precisam ser indenizadas. Além disso, a estimativa de que “apenas” um terço das terras ainda precisariam ser regularizadas é questionável, já que a UC não sabe com certeza quais, quantas e de quem são essas propriedades. Tampouco consegue especificar quais dessas áreas ainda são produtivas e habitadas, e quais já não são mais utilizadas para produção agrícola ou outras atividades.

Mesmo que se aceite a estimativa de Waldomiro de que um terço das terras do Parque pertence a particulares, isso ainda representaria cerca de 10.000 hectares – uma área significativa. Essa situação, como apontam os trabalhos de campo e entrevistas, gera prejuízos tanto para a unidade quanto para os moradores locais cujas terras foram incorporadas ao Parque. Para a UC, os prejuízos incluem a necessidade de tolerar, ainda que a contragosto, a presença de pessoas e atividades incompatíveis com seus objetivos dentro de seus limites. Também existem riscos decorrentes da indignação legítima daqueles que perderam suas terras ou enfrentam restrições impostas pela UC em seus modos de vida. Por outro lado, os proprietários enfrentam constante insegurança: alguns não conseguem usar suas terras, enquanto outros, ainda vivendo nelas, mantendo atividades produtivas, lidam com restrições de uso e vigilância contínua, gerando receios em relação às suas práticas. As falas a seguir ilustram essas situações.

Então, esse controlo tem que sê resurvido, porque o proprietário que era dono lá, atrais dessa serra aí, uma boa propriedade, **ele, pra tirá um parmito dendo que é deis, eis teve que ir no IDAF tirá licença pra ir lá tirá o parmitim pra cumê.** Tem cada um dessa grussura, dá gosto vê! Cê calcula bem: **é deles, paga imposto e o Parque proibiu trabalhá lá dentro e eis é dono e num pode fazê nada!** (D. Z., 73 anos, entrevista realizada em 27/01/24).

[...] Mais sobre a... o pobrema deis tê medido e a gente tá movimentano, **mais a gente fica com o pé atrais ainda,** né? (C. M., 81 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

Aí é o seguinte, ocê já fica com uma pulga atrais da orelha, **cê trabalha com medo.** Fui cortá uma árvinha lá por causa da rede de luiz, **já fiquei com medo! Cê corta com medo.** Ocê corta aquelas torinha tudo mildinha, joga gai seco por cima, joga foia por cima, **com medo.** Porque se passá, **cê é processado,** eis faiz a maió graça com a pessoa que nunca foi perante à justiça. Cê entendeu? **Eu acho isso vergonhoso né!** Cada um acha do jeito que quisé, cada um pensa do jeito que quisé, e... (P. G., 65 anos, entrevista realizada em 24/02/24).

Como já mencionado brevemente em outro momento, em 1997 o Parque passou por um processo de revisão dos seus limites territoriais. Ao final do mesmo, foi redigido um decreto (Decreto s/n, de 20 de novembro de 1997) (Brasil, 1997) que estabeleceu, ao que tudo indica, com base apenas em cartas topográficas, as novas fronteiras da UC. Antes da delimitação dos novos limites, a área da unidade equivalia a 26.000 hectares, tendo passado para 31.800 após a revisão em questão e a publicação do decreto supracitado. Esse aumento de 5.800 hectares na área do ParNa acabou produzindo a sobreposição entre o espaço territorial do Parque e o território de vários sujeitos locais, detentores de propriedades que foram anexadas à unidade.

As entrevistas com os sujeitos locais que vivenciaram esse acontecimento, sendo parte deles afetados diretamente pela situação, sugerem que nenhuma comunicação ou consulta por parte do Parque teria sido realizada à época junto aos moradores do entorno. Na verdade, como alguns deles afirmaram, apenas começaram a saber o que estava ocorrendo por volta dos anos de 2001 e 2002, quando os servidores do ParNa passaram a visitar as propriedades e comunicar aos seus proprietários as novas condições em que se encontravam a partir daquele momento. Pelo que foi possível compreender das falas dos sujeitos locais, especialmente, esse hiato entre a publicação do decreto com os novos limites e a chegada da informação às pessoas afetadas foi motivada pelo fato de o decreto em questão ter apenas estabelecido os novos limites da UC, não estando nele determinado ainda o processo de desapropriação das áreas. Este foi estipulado por um outro decreto, publicado posteriormente, em 2000 (Decreto de desapropriação das terras, imóveis rurais e benfeitorias do Parque Nacional do Caparaó, nos Estados de Minas e Espírito Santo, publicado em 20 de dezembro de 2000) (Brasil, 2000). Por isso esse espaço entre o decreto de 1997 e o início dos avisos aos moradores atingidos.

E aí, existe uma incoerência muito grande, porque os **limites do Parque eles foram determinados por cartas**, né? Cartográficas, **e de Brasília**, e foi um negócio meio que alea... meio não, **totalmente aleatório, sem nenhum critério técnico, sem nenhum respeito às atividades produtivas**. E é como o Chico Xavier falava antigamente: psicografado. Ele fechava os olhos, passava aqui, ali e acolá e foi assim. Ou seja, de **cima pra baixo** (F. C., 64 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Entrevistador: Mais eles não vieram? Não conversaram com ninguém?

Entrevistado: Num veio, porque se eu... Você tá me apresentando essa foia aqui [o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE], eu num sei... nem tô te interrogando essa foia, você tá me apresentando essa foia aqui, **mais eles eram pra tê também apresentado cada casa e deixado uma... uma...** “Aqui, o Parque é aqui, você assiná e vamos tomá conta desse Parque”. Ali indereitava isso! Aqui, **eu acho que eu tô falano demais! Vamo pará** (M. L., 86 anos, entrevista realizada em 27/01/24).

A gente tinha comprado, logo assim veio a demarcação! A demarcação mezo, do pro... da Lei, foi em 97 [1997], que decretou a ampliação do Parque, **mais a gente foi sabê**

aonde era mezo foi em 2000, que a gente tava inserido dentro dessa área que foi ampliado.

Entrevistador: E como que foi? Você estava até me falando, se puder me falar um pouquinho mais. Você falou que seu irmão foi até Brasília, inclusive, conversou, como foi isso?

Entrevistado: Sim! É, nós fiquemo sabeno depois, **não teve um estudo primário né**, pra sabê qual a área que... Assim: ah, essa região aqui a gente pode demarcá, essa num pode. **Já vei lá de Brasília. O cara que nunca tinha conhecido a região, vem e marca e fala:** isso aqui é... Aí, a gente ficô... Feiz o decreto da demarcação, aí treis (3) ou quato (4) ano que a gente foi sabê que a nossa região tava dendo Parque. Ah sô, **é muito ruim ocê sabê...**

Entrevistador: Então não teve reunião com vocês na época, ninguém falou nada?

Entrevistado: Não. Num foi...

Entrevistador: Já chegaram e “isso aqui é Parque” e...

Entrevistado: Igual eu te falei, eis foi lá no Pico... Lá justificaro que era uma área degradada, que tava em erosão, que tava seno... e é o contrário. Quando cê cuida de uma lavora dessa aí [aponta em direção às lavours ao redor], se eu largá ela, com poco tempo tá... tá... vira mato. Com dois (2), treis (3) ano isso aí recupera rapidinho.

Entrevistador: E como foi essa reunião que seu irmão participou em Brasília?

Entrevistado: **Foi poco produtiva né**, que num resolvero nada. A única coisa é que **num era pra mexê na propriedade, que ia indenizá, que ia pagá os produtores.** E hoje lá vai pra vinte e tantos anos, quais vinte e cinco (25), vinte e cinco (25) anos já (E. H., 55 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

As falas acima ilustram com clareza que toda a situação em questão ocorreu à revelia dos sujeitos locais, pois em nenhum momento os mesmos foram chamados a participar das tratativas envolvendo o crescimento do ParNa, seja antes da publicação do decreto de 1997, seja após, quando deveria ter sido realizado o processo de levantamento fundiário para fins de desapropriação, como o mesmo decreto havia estabelecido (Brasil, 1997). Segundo os depoimentos colhidos, as pessoas apenas eram comunicadas de que as terras que elas ocupavam, em certos casos há gerações, haviam sido incorporadas ao ParNa Caparaó e que, a partir daquele momento, elas deveriam parar suas atividades nas mesmas, pois seriam desapropriadas e indenizadas, sendo as respectivas propriedades deixadas para a regeneração “natural”.

Eu acho que é a questão da área do Parque, onde em 97 [1997] teve um decreto que aumentô a área do Parque e que os moradores têm a terra, mais não pode fazê nada com a terra. **Isso aí gerou um conflito muito grande e uma insatisfação**, porque as pessoas precisam trabalhá. Se tem que indenizá, indeniza o valor que vale e pra eles comprá em outro lugar. Só que não indenizô **e eles também não podem fazê mais nada na área.** Embora o meu entendimento de conhecimento atraveis tanto de lei ambiental quanto de meio ambiente, de modo geral, é que enquanto o Parque não pagá, a terra é do proprietário. E se ele tem uma lavora ou se ele tem uma atividade produtiva ali, ele pode continuá fazendo. **Mais na época, foi passado que ele não poderia fazê mais nada. Então, muitas pessoas abandonaram as terras e até hoje não receberam** (D. V., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

Além do abandono das propriedades por parcela dos sujeitos que foram atingidos pela expansão do Parque, houve também outras formas de prejuízo, mesmo àqueles que não saíram das áreas, como as falas a seguir atestam.

Na época que eles desapropriaro, **eles tratáro de pagá**. Desapropriaro no mei do ano e que até dezembro pagava. Depois, vortaro de novo, me avisô aqui em casa, e avisaro todas pessoa que tinha propriedade dentro do Parque: **ô, num aduba não, vão perdê o adubo! Que em dezembro paga todo mundo!** Eu num adubei tamém não. Neu num adubá e eis num pagaro, **eu perdi quais a lavora!** Mais aí retornei a lavora, **mais ela morreu quais tudo!** Que sem adubo morre né. Cortei aquele trem lá, mandei rancá muncado e prantei tudo denovo! E tô aqui té hoje (C. G., 81 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

[...] Só que, depois da demarcação, **o pessoal dexô muita lavora morré no mato. Achô que ia sê indenizado e não foi**. Eles demarcô, mais não proibiu trabalhar. Nós aqui não né! Não sei se proibiu otras pessoas, mais nós aqui não, não proibiu de trabalhar não. Mais muitos achô que ia sê indenizado rápido, **igual eis falaro, que ia indenizá o pessoal rápido**, aí dexô as lavoura no mato, **aí acabô tudo né. Virô tudo capoeira**, aí que num pode mexê mesmo (M. L., 68 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

É difícil precisar a dimensão dessas perdas, tendo em vista que parte dos sujeitos que deixaram de cultivar a terra também acabaram saindo das mesmas. De igual modo, uma outra parte desses já faleceram, levando consigo as memórias desse evento. Além disso, como já mencionado, o próprio Parque, que como órgão estatal deveria manter/possuir um acervo que pudesse auxiliar na identificação das áreas impactadas, não detém essa informação em detalhes. Por fim, mesmo que fosse possível mensurar o impacto monetário de todo esse processo, esse representaria apenas uma entre muitas outras consequências que são ainda mais difíceis de serem medidas, tais como aquelas de ordem afetiva e psicológica.

A ausência de informações aos sujeitos locais quanto ao processo de expansão dos limites do Parque também não foi o único problema relacionado a essa dinâmica. Um outro aspecto que causou e que continua causando dúvidas aos moradores da região, especialmente aos que foram diretamente atingidos pelo crescimento da UC, diz respeito aos próprios limites da unidade e ao modo como foram traçados. Consequentemente, acabam também existindo muitas indagações em relação à onde começa e/ou termina a área do ParNa. As falas a seguir explicitam esse contexto.

Então, e aí, essa expansão... o que que acontece nessa expansão? Cê pega a linha do Parque, se você olha o desenho do Parque, cê foca, você vai ver, é... **entrou em Minas, o Parque tá a dois mil (2000) metros de altura**. As propriedades... **Defendendo as propriedades**, dois mil (2000) metros de altura! Dois e quarenta (2040) eu já vi! Aqui, **cê tá a oitocentos (800) metros ela já me pegô. Têm propriedades que tá a seiscentos (600) metro**, de... de... de... ao nível do mar e o Parque pega. Só no Espírito

Santo! Então, **aqui no Espírito Santo cê vê uma faixa... a linha passando... comeno tudo, todas propriedades.** Quando chega em Minas, **ele começa a defender os cafezais, começa a defender as propriedades...** só pega a bera da mata. Aqui saiu cortano reto. Então, a... **a nossa luta seria que fazer que houvesse um novo desenho do Parque**, né? E, assim, vamo defendê a mata, vamo defender, né? A... a... o que for necessário. Nós ficamos com uma área de expansão do Parque, tudo bem, você tem que ter licença, mais é... assim... **vamos fazê as coisas dentro das regras de conservação**, né? (C. A., 65 anos, entrevista realizada em 12/12/23).

Passaram demarcando né, com GPS antigo, da estrada, **inclusive errando coordenadas. Têm áreas que vêm cá na estrada, têm áreas que vai lá em cima.** Qué dizê, **não tiveram um critério pra fazê isso.** “É quem eu gosto”, isso aí eu falo de cadera: quem eu gosto tá fora, quem eu não gosto tá dentro. Eu acredito que aconteceu isso, porque como eu brigava na época muito com o Parque, não com o Parque, pelo Parque, mas com a administração, porque o lado do Espírito Santo era largado e eu brigava muito por causa disso, eles chegaram na minha propriedade ó, a divisa vai lá em cima [aponta a direção], naquele ponto lá, que é de otro proprietário. Quando entra aqui, vem aqui ó [aponta para o local], faiz um dente e depois sobe, vem aqui! Ali ó, naquele topo de morro ali, dali pra cima já é considerado área de Parque. Então, qué dizê, aí, quando chega ali, sobe e vai lá em cima! Então, por que viero aqui e lá [aponta a direção] não, entendeu? Então, **não tiveram critérios.** Eu acho que uma das coisas que você pode citar foi a falta de critérios nessa demarcação, **que têm áreas que estão em cima e estão fora e têm área que estão embaixo e estão dentro.** Por quê? Por que isso? Essa incoerência aí? Porque pra você fazê uma demarcação justa, você teria que fazê por altitude: olha, toda área que tiver acima de mil (1000) metro... sei lá, oitocentos (800) metro... oitocentos (800) metros [não], porque viria aqui, a Pedra Minina toda estaria dentro do Parque. Mais vamos dizê lá, “a mil e quatrocentos (1400) de altitude, tudo vai estar denda área do Parque”, e a região normal aqui é setecentos (700) metros. Dores está a setecentos e tantos metros de altitude. Então, você faria uma cota: ó, tudo que tá acima de tanto, tá dendo Parque. Tudo que tá abaixo... Porque aí você faria uma régua, faria uma régua por altitude e não por olhometro (D. R., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

Mas só que eu fiquei, assim, **mei em dúvida**, que num me falaro, que depois que eu fui vê a linha, **eles decerô aqui** [faz o gesto e o formato sobre a mesa, ilustrando como teria sido feito a delimitação da área do parque sobre a sua propriedade], **cortô de banda aqui, pegô quase tudo**, né? Ainda ficô uma beradinha lá. **E lá na Penha, subiro pra cima!** Ai mais, descero pra baxo. **Não tem uma linha certa** (M. R., 73 anos, entrevista realizada em 01/05/24).

Infelizmente, o atual chefe do Parque, bem como o outro servidor que se dispôs a participar das entrevistas, não estavam presentes no ParNa Caparaó no momento em que esse processo de expansão da UC foi realizado. O primeiro chegou ao Parque apenas em 2008, enquanto que o segundo tornou-se servidor na unidade em 2014. Pelo que foi possível perceber por meio das entrevistas, esses já eram momentos em que as animosidades ligadas à ocorrência em questão aparentemente começavam a se acomodar, no caso do ano de 2008, ou mesmo em que já estavam relativamente acomodadas, no caso de 2014. Um terceiro servidor da unidade não quis participar da entrevista. Este estava presente na mesma quando da realização da expansão de seus limites, tendo em vista que já está lá há mais de 30 anos. Posteriormente, por meio do chefe do ParNa, foi perguntado a esse servidor mais antigo se ele se recordava de como

teria sido o processo, se houve estudos prévios da área e quais teriam sido os critérios para a expansão em questão. O mesmo afirmou não se recordar da situação, pois não teria trabalhado diretamente no projeto.

Como alternativa, buscou-se entrevistar algum servidor que tivesse passado pelo Parque no momento em que ocorreu essa dinâmica do seu crescimento territorial. Com o auxílio do próprio chefe da UC, bem como de um morador da região muito atuante, foi possível conseguir o contato de um desses servidores, que esteve como funcionário da unidade por cerca de 17 anos, entre 1991 e 2008. Nesse período, inclusive, foi chefe do ParNa Caparaó, estando a ocupar essa posição no momento em que o processo de expansão da unidade ocorreu. Inicialmente, ele demonstrou interesse em participar da entrevista e se dispôs a responder às questões. Um questionário específico foi elaborado e enviado, com o compromisso de retorno. No entanto, após diversas tentativas e insistências, o ex-servidor alegou falta de tempo para responder.

Por conta desse contratempo, foi necessário buscar outro ex-funcionário que tivesse vivenciado esse acontecimento. Com o auxílio do ex-servidor que desistiu de participar da entrevista e do morador que já havia ajudado na primeira tentativa, foi possível chegar a dois outros sujeitos, tratando-se de funcionários aposentados do ParNa Caparaó. O contato foi bem-sucedido, e um deles aceitou participar da pesquisa, respondendo ao questionário enviado. Suas respostas foram fundamentais para preencher a lacuna sobre a expansão da UC e seus impactos no território e na vida dos moradores locais. Grande parte das informações corroborou relatos já fornecidos pelos moradores entrevistados, enquanto outras trouxeram novas perspectivas e eventos ainda não abordados. No que concerne, por exemplo, à forma como se deu o processo de expansão, o ex-servidor fez a seguinte afirmação:

Esse processo foi um processo meio doloroso, entendeu? Porque contrataram uma empresa para fazer os novos limites do Parque. Porque, até então, tinha limite, mais ninguém sabia ao certo onde era, porque não tinha as coordenadas geográficas, e era uma coisa que pouca gente sabia, aí contrataram a empresa. **Não foi ouvido o chefe, não foi ouvido o funcionário, não ouviram as comunidades, fizeram os novos limites, só que ficou mais ou menos em 450 propriedades dentro dos limites do Parque e muitas áreas totalmente em lavoura de café.** Quer dizer, coisa desnecessária. **Que muitas áreas onde tinha vários fragmentos de floresta ficaram fora, entendeu? Tem lugar que o limite desceu quase na beira do asfalto, na estrada. Outros ficou lá em cima, nos cumes.** Então, ficou uma coisa, entendeu? A desejar, entendeu? **E ficou realmente um conflito.** Tinha que ter um jogo de cintura para saber lidar com isso, entendeu? Então, **gerou várias dificuldades.** E o processo de compra é um processo lento, uma lentidão tremenda. Tinha um setor lá no Parque, setor fundiário, que era para agilizar a compra dessas terras, **só que era muito lento,** entendeu? **Faltava recurso, muitas vezes não chegava um acordo de avaliação e então ficou gerando certas incertezas,** entendeu? E hoje, eu nem sei como funciona, porque depois que eu aposentei, eu me desliguei 100% de lá, entendeu? Então, não voltei lá mais, não tenho contato nenhum lá, entendeu? Então, eu não sei como está funcionando a questão fundiária, **mas o certo é que avançou muito pouco. Pouco**

demais. Então, havia uma intenção de fazer uma nova revisão nessas áreas, mas acho que nunca fez, entendeu? Para poder consertar esses erros grotescos que aconteceram, entendeu? Então, eu não sei como é que está a situação hoje, mas eu creio que não avançou nada também não, entendeu? (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

Como se nota, então, o processo foi totalmente arbitrário, não envolvendo, em nenhum momento, a comunidade afetada. Segundo o servidor aposentado, nem mesmo o Parque, incluindo seu chefe à época, foi consultado diante da situação, caracterizando essa ocorrência, como o próprio sujeito argumenta em outro momento, como uma situação que *“foi uma coisa que foi feita de cima para baixo. Não foi chamado as comunidade pra participá, não foi chamado os funcionário de Parque, chefe de Parque, ninguém participou! Foi uma coisa que veio de cima para baixo”* (Servidor aposentado do ParNa Caparaó).

É importante destacar, também, da fala do servidor aposentado do Parque as consequências geradas pela expansão arbitrária de seus limites. Dentre essas, evidenciam-se: os conflitos que surgiram; a desvalorização das propriedades; os impactos psicológicos gerados pelo processo, tendo em vista ter sido uma situação que *“atingiu o sentimento das pessoas, mudou as atividades das pessoas, engessou as pessoas, as propriedades ficaram desvalorizadas e houve realmente vários movimentos para tentar reverter a situação”* (Servidor aposentado do ParNa Caparaó); e, é claro, as limitações de uso que foram impostas aos sujeitos locais que tiveram suas propriedades abarcadas parcial ou integralmente pelos novos limites da UC, levando parte deles, como já se destacou acima, a abandonar as terras e/ou a deixar de cultivá-las por um tempo diante da promessa de recebimento de indenizações rápidas, o que também gerou prejuízos, como se pôde notar nos depoimentos destacados anteriormente.

Na sequência de sua fala, o servidor aposentado traz outras informações que ajudam a elucidar tanto os problemas que foram gerados para os moradores quanto para o próprio Parque, tendo em vista as dificuldades que se sucederam para a UC quanto à indenização das propriedades que foram inseridas em seus novos limites, além, é claro, das insatisfações e conflitos que surgiram diante do novo contexto.

Aí, o que que acontece? Do momento que fez a expansão, precisava comunicar agora aos moradores, o proprietário, se ele estava parcialmente dentro da unidade de conservação ou se ele estava fora da unidade de conservação. Então, com o GPS a gente ia a campo e localizava a propriedade e fazia um levantamento, **aí entregava uma notificação ao proprietário:** você está parcialmente dentro do Parque; você está totalmente fora do Parque. **E passava uma lista, uma relação de procedimentos.** “Olha, você não pode fazer isso, cê não pode fazer aquilo, **cê não pode mudar suas atividades, cê não pode construir casa, cê não pode fazer ponte, cê não pode fazer estrada nova. Oê agora tá dendo Parque e ocê vai tê que se preparar pra poder conseguir a documentação**”. Passava uma lista de documentos: **cê vai resolver a**

sua situação e o parque vai indenizar. Vai indenizar como se não tinha recurso? Os recursos são poucos. Nem sempre tem recursos e, quando tem, é pra pequenas coisas, entendeu? Pequenas propriedades. **Porque tem muita coisa dentro do Parque que fica caro, café principalmente. Indenizar lavoura de café é um absurdo.** Dependendo da moradia da pessoa, né? Uma propriedade bem cuidada hoje é muito valorizada, porque é feito um... Por exemplo, estrada, o valor de estrada, de cerca, de energia, de casa, de tudo que tem... pé de fruta, lavoura de café. Então, quando você faz a valorização disso, fica um absurdo, os recursos poucos, **“ah! Num tem como indenizar essa propriedade, não”.** **Aí, ficou indenizando propriedade barata,** entendeu? **Coisa largada, abandonada.** Porque muitas fazendas em volta do Parque foram abandonadas no passado, porque a terra é muito fraca, a pessoa tentou produzir e não conseguiu, aí abandonou. Então, por isso que tem muito remanescente em estágio avançado de regeneração, entendeu? Porque a floresta nativa foi suprimida. Aí, com o abandono, aí veio a recuperação. Só que isso leva anos pra voltar ao estado original, nem sei se volta, porque eu ainda não vi uma floresta que voltou ao estado original. Eu acho quase que impossível. Mais então, **criou-se um grupo de trabalho lá na administração do parque, trabalhava na situação fundiária,** inclusive eu mesmo ajudei a colaborar né, entregando notificação em volta do Parque, eu conhecia todo mundo, eu fazia fiscalização e já saía levando as notificações. Chegava na propriedade, colocava o GPS, via que tava dentro ou fora ou parcialmente, entregava, fazia uma notificação ao local, já entregava ao proprietário. **Ali já começava um problema, né? Começava um atrito, começava uma indiferença, começava uma indignação né. Porque uma propriedade rural dentro de uma unidade de conservação o valor dela é nada, ninguém quer, só serve pro dono e muito mal,** né? Então, foi feito isso, entendeu? Uma notificação e uma relação de documento, **só que caminhou muito pouco ou quase nada! Aconteceram pouquíssimas desapropriações, aconteceu mais de terra abandonada.** O cara já tava morando até em outro estado, já não voltava ali há muito tempo, aí notificava, o cara vinha, apresentava o documento, recebia dinheiro, né? Mais quando é assim, recebe pouco, era tudo floresta, valor de terra nua é barato. Mais aconteceu isso (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

Entre as informações presentes na fala do servidor aposentado, destaca-se a imposição de restrições de uso às propriedades que passaram a compor o território do ParNa Caparaó. Como se nota, a partir do momento em que ocorria a confirmação de que a propriedade estava, integral ou parcialmente, dentro do ParNa, os seus proprietários recebiam uma notificação e uma lista de proibições quanto aos usos que poderiam ou não continuar praticando nas áreas. Obviamente, essas proibições eram fruto de um modo de significar e produzir a natureza que se diferenciava – e se diferencia – das cosmografias dos sujeitos locais, produzindo choques entre o Parque e esses sujeitos.

Mesmo permanecendo nas propriedades, seus donos experimentavam proibições e restrições que limitavam seu modo de vida. Neste caso, os mesmos sofreram processos de desterritorialização, ainda que parte deles tenham continuado a viver e cultivar nas/as propriedades. Tomando como referência Haesbaert (2004), pode-se dizer que os sujeitos locais impactados pelo processo de expansão do ParNa Caparaó foram submetidos a uma “desterritorialização in situ”, pois ainda que permanecendo no território, foram proibidos de

realizar muitas das práticas que realizavam antes de terem suas terras abarcadas pelos novos limites da UC.

Na sequência da entrevista, ao ser questionado se se recordava do nome da empresa que teria sido contratada para realizar a demarcação dos novos limites do ParNa, o servidor aposentado traz algumas outras informações relevantes, que ilustram diversas dificuldades que os sujeitos locais e o próprio Parque passaram a vivenciar com a expansão da área da UC. Ademais, a fala também reforça a arbitrariedade e a ausência total de critérios que caracterizaram todo o processo de crescimento do ParNa Caparaó.

O nome dessa empresa, rapaiz, eu me esqueci agora, porque eu tô com um problema sério, rapaz, de lembrar de nome, sabe? Eu tive Covid, quase morri, e isso me afetou a minha memória. Então, quando eu me desliguei, aí contribuiu pra mim esquecer. **Só que não foi feito nenhum estudo prévio, não foi feito nada, a empresa chegou e fez**, entendeu? **“A empresa chegou, a empresa vai fazer”**, entendeu? **E fez do jeito deles, baseado não sei em que**. O cara chegou: a, não, vai ser aqui, vai ser ali, vai ser aqui, vai ser ali... e fez. **Precisava entregar um documento...** Veio na época aqui um ministro do meio ambiente, acho que Gustavo Kraus, um negó... Acho que Ricardo... não, é... Até o nome do ministro eu esqueci. Foi antes do José Carlos de Carvalho. Ele durou muito pouco lá. Inclusive, ele escreveu aquela frase: só jogue no rio aquilo que o peixe pode comer. Quer dizer, uma barbaridade o cara falá uma bobagem dessa, né? Foi esse ministro que teve. Ele teve muito pouco lá. Então, **precisava entregar um documento, ele precisava entregar um documento pro Parque pra dizê: eu tô fazendo alguma coisa**. Então, **essa empresa veio sob o comando dele, contratada por ele**, deve ser, entendeu? **Com o interesse dele, veio pra fazer esse documento, mais um negócio absurdo**. Entregaram as coordenada, a gente ia no campo pra ver: uai! Aqui é Parque, aqui não é. **Comé que pode isso aqui ser e ali num é?** Entendeu? **Só que as pessoas que ficaram dendo Parque gerou um desconforto**. Por quê? **Se eu tenho uma propriedade que tá dentro de uma unidade de conservação, ela desvaloriza 100%, ninguém vai me comprar. Eu vô vender pra quem? E o proprietário ficou limitado**, entendeu? **Ficou preso. Não podia construir nada ali. Ele tinha que manter o que tava ali. Ele não podia construir estrada nova, não podia mudar as atividades cul... é...** Por exemplo, se tinha café, não podia colocar pasto. Se tinha pasto, não podia colocar em café. Ele ficou amarrado, Entendeu? **Ficou engessado**. Então, **gerou uma turbulência danada**. Aí, **tivemos que lidar com isso**, entendeu? Isso aí foi uma coisa que tivemos que ter uma sabedoria muito especial mesmo, porque é um negócio absurdo. **E a reação foi grande**, entendeu? Porque as pessoas, às vezes, queria... **“Ah, vou vender a minha propriedade”**. O cara chegava, **“tá dendo Parque? Eu não quero”**. **“Ah, eu queria construir uma pousada, construir um hotel”**, num pode, entendeu? Aí, o proprietário era induzido a entrar com pedido de desapropriação. **Ele entrava com pedido de desapropriação, uma burocracia tremenda. Documento absurdo que tinha que conseguir, num bastava ter escritura só, né?** Muita das vezes, a pessoa tinha que se deslocar dois, três cartório, de um estado pra outro, entendeu? Então... Tinha a tal **“cadeia dominial”**, né? **A escritura tinha que dizer: fulano comprou de fulano, fulano de Bastião, Bastião de Pedro, Pedro de Manel, até encostar no Estado! Encostar no Império**. Quer dizer, entendeu? Então, **era um negócio difícil, não é muito fácil**, entendeu? **E fica caro!** Então, é um negócio muito... sei lá, **é um desconforto tremendo**, entendeu? **E trabalhar no meio disso tudo aí não é tão simples, poca gente sabe trabalhar**. Então, **a maioria prefere fazê vista grossa**, entendeu? **E dixa a coisa caminhá, mais caminhá de um jeito que não é o certo**. Eu fico imaginando às vezes daqui de casa, eu fico pensando: será comé que tá hoje? **Eu tem certeza que deve tê absurdos e mais absurdos dendo Parque**, que nego às vezes **“ah, num vi, num sabia, num...”** Entendeu? **“Tem poca gente”**, é um negócio

por aí, entendeu? **Porque eu tenho certeza que eles não deram conta disso não.** Mas, enfim, fazê o que, né? (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

Os problemas gerados pela expansão do Parque foram – e continuam a ser – bastante significativos, especialmente porque grande parte dessas áreas ainda não foram indenizadas, permanecendo ocupadas por moradores e utilizadas para cultivo. Essas mudanças impactaram profundamente o território e as territorialidades previamente consolidadas. O que deveria representar um avanço para a unidade – considerando que, segundo o servidor aposentado, o Parque não tinha, à época, seus limites oficialmente definidos, e que esse processo visava dar maior segurança à UC, aos seus funcionários e às comunidades vizinhas –, acabou por se revelar inadequado. A ação gerou uma profunda fratura no relacionamento entre a UC e os sujeitos locais que foram diretamente impactados pela expansão arbitrária de seus limites. Isso porque, como se viu, foi uma situação que se deu de cima para baixo, sem que fossem ouvidos nenhum dos lados que seriam afetados pelo processo, ou seja, nem as comunidades, nem o próprio Parque.

Além das consequências já mencionadas, houve também aquelas de ordem psicossocial, pois tudo isso gerou insegurança nas pessoas, que já não sabiam mais como seriam suas vidas ou mesmo como iriam recomeçar, pois as informações que chegavam até elas davam conta de que teriam que sair da área rapidamente.

Entrevistador: E como é que foi, assim, quando demarcou o Parque e falou: vocês vão ser indenizados e vão ter que sair. Como é que foi o sentimento do senhor na época?

Entrevistado: Aaa, logo nos dia a gente ficô no ar né. Nos dia assim a gente ficô no ar né. Aí, quando passô aquele resto de ano, aí a gente já chegô na conclusão que aquilo....

Entrevistador: Não ia acontecer e o senhor ficou tranquilo?

Entrevistado: Não ia acontecê, aí a gente tranquilizô mais (M. L., 68 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

Pelos relatos recebidos durante os trabalhos de campo e as conversas e entrevistas com moradores da região, é possível dizer que o sentimento de incerteza e medo externado por M. L. não foi algo isolado, mas uma situação que afetou várias outras pessoas que se viram, da noite para o dia, como proprietários de áreas que estavam inseridas dentro de uma UC de proteção integral.

Na sequência, ao ser indagado sobre a forma como as informações dando conta da nova realidade chegaram aos sujeitos locais atingidos, o servidor aposentado fez as seguintes colocações:

É, **isso aí é verdade** [que os sujeitos locais foram informados de que não precisariam mais investir ou cuidar das propriedades, pois elas eram parte do Parque a partir daquele momento e seriam indenizadas pelo governo]. Veio um grupo de estudantes, estagiários, num sei se é de Brasília rapaz, acho que é de Brasília, trouxeram um ônibus de gente pra cá, pra poder passar nas propriedade, pra poder ver como é que funciona a questão da demarcação, como é que faz, como é que não faz, né? Como se fosse um estudo, um aprendizado, né? Aí, **passaram avisando o pessoal: ó, num mexe com nada não. E tinha funcionário também que embarcô nessa**, entendeu? **Embarcou nessa e começou a dizê: vai ser tudo desapropriado, vai ser tudo indenizado, o governo não vai dar prejuízo a ninguém. Então, se ocês vão adubar a lavoura, ocês vão perder o dinheiro, porque o governo não vai pagar o adubo.** Era uns trem assim, entendeu? Então, **houve muita má informação**, entendeu? Porque, infelizmente, serviço público é um negócio que cê tem que saber mexer, senão cê entra pelos cano, entendeu? Eu falei: eu não vou passar essa informação, porque eu ainda não sei como vai funcionar isso. E tem uma coisa: coisa de governo é coisa lenta. Eu já tava acostumado, eu tava antigo na área, né? Eu falei: eu vou aguardar. E conforme eu aguardei. E tudo que vem de lá pra cá eu ia no juiz. Eu falei: eu vou ir no juiz, porque tudo quanto é problema que aparecer aqui, eu vou ter que comparecer lá pra prestar esclarecimento. Então, o que o juiz mandar fazer, eu faço. O que ele falar que eu não posso fazer, eu não vou fazer. **Simplesmente porque vei de lá pra cá? Nem tudo que vem de lá pra cá é o correto, né? Às vezes o cara queria pintar a casa, mudar a fachada da casa, “ah, eu posso ou não posso?”** Eu falei... eu perguntava ao juiz, **o cara: pode** [dá uma risada]. Aí, entendeu? Uns trem mais ou menos por aí. Eu não tive problema, graças a Deus rapaz, eu nunca tive problema com morador em volta do Parque, porque eu toda a vida eu fui uma pessoa que eu sempre agi com prudência, sabe? Eu agi tudo dentro da legislação. Eu falei: **existe um decreto de desapropriação, só que não tem dinheiro pra pagar esse povo. E tem uma coisa: não pagou, o cara é dono!** Eu nunca acreditei nisso, entendeu? Aí, **eu encontrei muito funcionário que faziam pressão em cima de mim, que me rebatiam a minha ideia.** Eu falei: **o gente, eu não acredito que alguém que é dono, tem escritura, paga imposto, passa a não ser dono da noite pro dia só porque tem um decreto de desapropriação. Tem um decreto de apropriação? Tem.** Ali agora é parque nacional? Pelo decreto é, mas não pagou! Quer dizer, a pessoa continua sendo dona. Lógico que eu não vou deixar fazer coisas absurdas, mas eu tenho que ser prudente. Então, tudo que eu ia fazer eu consultava o juiz, entendeu? Eu falava: ó, a pessoa quer fazer isso e isso. Pode ou não pode? O juiz falava assim: **já pagou?** Falei: **não. “Ué, então ele é dono”.** O entendimento era esse, entendeu? Então, **havia uma controvérsia.** Um acha que sim, outro acha que não. Mais eu sempre fui cauteloso, entendeu? **Lógico que eu não ia deixar o cara fazer coisa absurda. Construir dentro da área dele, porque aí já era Parque...** Inclusive, se ele fizesse alguma coisa fora das orientações passada, que na hora que entregava a notificação tava escrito tudo o que podia fazer ou não fazer né, se tivesse que autuar ele, não podia autuar ele na lei de crimes ambientais, tinha que autuar ele no Regulamento de Parque, uma coisa que eu nunca concordei com isso, rapaz. Eu fazia, mais não concordava, entendeu? Falei: **gente, comê que eu posso autuar uma pessoa que tem escritura de uma terra? Autuar ele que ele fez isso e isso dentro do Parque Nacional do Caparaó? Olha que coisa difícil de entender, cara? O cara não consegue entender isso também não. Ele aceita, mas ele não entende,** entendeu? **Comê que cê convence o cara que aquilo ali é um... é... “Eu tô fazendo uma autuação em cima de você porque você fez um ilícito dentro do Parque Nacional do Caparaó”, seno que o cara tá fazeno dentro da propriedade dele. Não é um troço difícil? Isso não é simples não,** entendeu? Mas sempre a gente... A gente teve muita orientação, a gente buscava orientação, buscava o conhecimento, entendeu? Inclusive, vei gente até do México aqui saber como que a gente lidava com isso! Com gente morano dentro de uma unidade de conservação, que lá também eles tinha esse problema, entendeu? E ia, vinha o Ministério do Meio Ambiente de lá pra poder saber, até eu que fui o palestrante na época, porque de tudo eu sabia, né? Então, eu não tinha esse problema. **Havia um descontentamento, havia muita coisa, mas eu nunca rebati o proprietário!** “Não, o senhor tá certo. O senhor tem que buscar, né? Os trâmites legais, procurar a comunidade, reunir com a comunidade, juntar um

grupo de pessoas, arrumar um advogado na comunidade, entendeu? Pra poder vê essa questão”. **Só que isso nunca andô, num anda, num vai andá! Eu num acredito nisso**, entendeu? **Porque o governo parece que faiz de bobo: não, eis num vão saí de lá, ou senão eles vão disanimá com aquilo. Muitos desanimaram**, entendeu? **Largou aquilo pra lá, perdeu as propriedades, num adubô lavora, a lavora morreu, ficô sem renda, disgostô com aquilo, os filho num qué nem sabê, num qué mexê com isso, já sabe que é problema**, porque contra a força não há resistência. **Comé que cê vai lutá contra o governo?** Entendeu? Eu sô contrário a isso! Totalmente contrário. Eu acho o seguinte: **decretô, é parque, tem que pagá!** Entendeu? **Tem que pagá, pra pessoa podê arrumá a vida dele em outro lugá.** Num é ficá, por exemplo, prejudicado, **porque ficô todo mundo prejudicado ué, totalmente prejudicado. E a desvalorização que foi isso, né? E o órgão fica desacreditado tamém. Só que depois, as pessoas passaram a conformá com essa situação, que vai ino a pessoa cansa de esperar, né? Vê que num vai acontecê nada, para até de falar nisso.** Eu num seiomé que tá o andamento, mais eu acho que ninguém tá mexeno com isso lá, porque eu num vejo falar, entendeu? (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, 65 anos, entrevista realizada em 04/11/24).

Como se nota, a situação realmente foi – e continua sendo – muito complicada e desgastante. Chama a atenção na fala do servidor a contradição entre o Parque e a propriedade particular, que põe em choque duas territorialidades distintas: a da UC e a do proprietário da terra. O próprio servidor observa essa situação quando afirma: “gente,omé que eu posso autuar uma pessoa que tem escritura de uma terra? Autuar ele que ele fez isso e isso dentro do Parque Nacional do Caparaó. [...] Comé que cê convence o cara que aquilo ali é um... é... ‘Eu tô fazendo uma autuação em cima de você porque você fez um ilícito dentro do Parque Nacional do Caparaó’, seno que o cara tá fazeno dentro da propriedade dele. Não é um troço difícil? Isso não é simples não, entendeu?”. Ou seja, até mesmo para os próprios funcionários da UC – ou para uma parte deles ao menos – a contradição era flagrante, tendo em vista que ainda que o decreto estabelecesse aquela área como sendo Parque, a mesma também era propriedade particular, pois ainda não havia sido indenizada, gerando, por si só, um significativo conflito. Ao fim e ao cabo, tratava-se – como ainda se trata – de uma situação que impôs sobre o território um contexto significativo de embate, mesmo que, no momento em que esta pesquisa foi produzida, esses embates não vivenciassem uma condição de exacerbação.

Vale destacar da fala do servidor aposentado a impressão que o mesmo tem da forma como o Estado olha para essa situação. Segundo o servidor, “Porque o governo parece que faiz de bobo: não, eis num vão saí de lá, *ou senão eles vão disanimá com aquilo*”, o que ilustra o que parece ser mesmo uma estratégia estatal, qual seja, a de vencer pelo cansaço, impondo sobre o território restrições que levam à desistência dos grupos, fazendo com que abandonem as áreas, que, com o tempo, passam espontaneamente para o poder do Estado.

A fala do servidor aposentado também ilumina como ocorreu a comunicação com os sujeitos impactados durante o processo. Entre os próprios servidores do Parque não houve

consenso sobre o que seria das propriedades após a demarcação dos novos limites e de como deveria ser feita a abordagem, com alguns deles incorporando totalmente a ideia de que todas aquelas áreas eram Parque e tinham que ser desapropriadas, enquanto que outros, mesmo reconhecendo a validade dos decretos, buscaram atuar de uma maneira mais prudente, aguardando o desenrolar dos fatos. Além disso, as informações passadas pelo servidor aposentado também confirmam aquelas que foram colhidas junto a moradores da região que foram entrevistados, tendo estes afirmado que receberam visitas de pessoas ligadas ao Parque que desestimulavam os proprietários, argumentando que não era mais necessário que cuidassem das propriedades, pois as mesmas seriam indenizadas com rapidez e qualquer investimento que fosse feito nelas a partir daquele momento seria perdido.

Ao ser questionado sobre as falas dos moradores dando conta do contexto da época, inclusive de que eles teriam sido informados pelo ParNa de que não precisariam ou mesmo não poderiam mais continuar trabalhando e investindo nas propriedades, pois elas eram, a partir daquele momento, Parque, e que eles seriam indenizados e teriam que deixar as mesmas, Waldomiro respondeu o seguinte:

É, **também eu ouço isso**. Comecei a ouvir à medida que eu... que eu.... Quando eu cheguei, eu fiquei mais ligado à pesquisa, trabalhei muitos anos mais com a pesquisa e uso público e tal. Aí, quando eu fui pra fiscalização, que já foi agora... Trabalhava também um pouco também com combate a incêndio. Ah, nesses últimos 10 anos, assim, eu comecei a ter mais... aí que eu tive contato mesmo com as propriedades, naquela coisa de visitar os córregos e de estar nos lugares, conhecendo as pessoas e tal, e aí eu ouvia essas histórias também, mas não tive a oportunidade de conversar com quem viveu esse momento pra saber exatamente como que foi isso. Então, aí você tem versões né, como que essa informação chegou pras pessoas, e aí que eu te falei, o que eu sempre... E até falei antes, foi bom que eu falei antes, eu sempre busquei isso, isso é uma experiência que eu trouxe lá da Mata Escura [...]. E aí, eu aprendi isso lá: **levar informação pras pessoas. Levar informação boa pras pessoas**: olha, a realidade é essa, e isso, isso, isso, assim, assim, assim. Beleza? Pra não ter esse tipo de situação. Então, **já ouvi esses relatos também**, e, inclusive, na fiscalização ao longo desses anos, **a gente foi muito tolerante com áreas de propriedade que estavam em pousio**, que as pessoas argumentavam que era isso, que a gente conseguia ver que existia um histórico de ocupação. Aí, cê consegue vê nas imagens de satélite e tudo. Então, **a gente foi muito tolerante nisso, visando minimizar mais, ou minimizar prejuízos a essas pessoas que é indevidos** né, por conta disso, de uma situação lá atrás, que a gente não tava no nosso conhecimento, no nosso controle, **que eventualmente tivesse levado ao abandono de áreas produtivas**. Que é a primeira coisa que eu falo às pessoas: **não abandonem suas áreas, cuidem, cultivem**. Vocês não podem fazer ampliação de fronteira agrícola em áreas de floresta e tudo, isso aí não poderia, **mas as áreas que você tem hoje, continuem utilizando, continuem cuidando**, porque quando vier uma avaliação, inclusive, ela vai avaliar o que está ali. Não adianta, né? Depois vem uma avaliação, “ah, há 20 anos atrás isso aqui era uma lavoura de café”, mas há 20 anos atrás, agora não tem a lavoura, o avaliador vai falar: olha, eu vou avaliar o que eu tô vendo. Por mais que você tente melhorar o preço na hora da indenização, jogar pra cima o máximo possível, vai comprometer esses valores (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

A fala de Waldomiro revela uma possível mudança na forma como o Parque passou a abordar os sujeitos no contexto da situação fundiária em comparação com os primeiros anos após a publicação do decreto de desapropriação, especialmente, que ocorreu em dezembro de 2000. Como se viu nos trechos destacados da entrevista com o servidor aposentado do ParNa, assim como nos depoimentos dos moradores mencionados anteriormente, no passado as conversas foram direcionadas para que as pessoas deixassem de cultivar suas terras e até mesmo saíssem delas – ainda que, como também destacado pelo servidor aposentado, nem todos os funcionários do Parque tenham adotado essa prática. No entanto, no momento em que esta pesquisa foi realizada, a abordagem parecia seguir uma direção diferente. Essa mudança é confirmada pelos próprios moradores, que relataram uma alteração na postura do Parque em relação ao uso das propriedades nos últimos anos, comparada à fase inicial, logo após a publicação do decreto de desapropriação das áreas.

Entrevistador: E como que foi, assim, na época o processo [de abordagem dos sujeitos locais pelo Parque]? Você estava me contando no começo dos seus tios lá. Como que foi essa abordagem?

Entrevistado: Foi muito, assim, **a abordagem foi militar, porque eram pessoas que tinham essa característica de militar**, aquele momento histórico. **Hoje, o ICMBio não tem mais essa característica.** Mais isso nós tamo falano de 97 [1997], nós tamos em 2024, então, assim, **é outro contexto. E foi uma abordagem abrupta, foi uma abordagem dura**, do qual eu acho que foi **desnecessária e desgastante**, naquele contexto foi muito. **Trouxe muito medo:** ah, a gente vai sê desapropriado. O que que a gente vai fazê agora? Setenta por cento (70%) da nossa propriedade tá aí. E aí? O que que a gente vai fazê? A gente só sabe vivê disso, a gente não sabe fazer outra coisa. O dinheiro que a gente vai ganhá aqui vai dá pra gente comprá um outro terreno pra continuá produzindo café? Só que aquele terreno é o melhó terreno de café que a gente tem. Será que a gente vai consegui supri essa... **Esses foram os medos, essas foram as características** (R. R., 33 anos, entrevista realizada em 30/03/24).

Em 1997 foi feito um decreto de desapropriação. Sabemos que a desapropriação requer um tempo pra avaliá, negociá e pagá. Aí, já funcionários do Parque, nesse tempo lá em 97 [1997], **no começo, ameaçava os produtores, os trabalhadores de prisão, multa, embargo. Falar até que poderia ser feito cerca de arame em torno do Parque**, porque no passado recente, em 1966, o exército cercô o Parque para combatê os guerrilheiros. Não quero tomá tese nem direita nem de esquerda, mais foi fato real. Também há muitas controvérsias, mas o exército cercô o Parque, e o ICMBio, os funcionário da época, 97 pra cá, **usava dessa história pra intimidá o pessoal, ameaçando de ser cercado com cerca elétrica, do exército entrá e desapropriá, do exército tirá o pessoal à força, do pessoal podê sê preso, mutado, embargado ou notificado.**

Entrevistador: Isso acontece hoje ainda?

Entrevistado: Não, hoje não. Hoje... **hoje o pessoal ficô já mais ciente!** Sabe que o Instituto Chico Mendes, ICMBio, de Conservação é um instituto importante, mais dando que é certo. Aí, hoje o pessoal já não aceita muito fatos que não seja com a escrita. Se falô e escreveu, aí compará na lei, nós aceitamos e respeitamos cada funcionário do Parque. Mas hoje, assim, **hoje tá muito mais consciente, tanto os trabalhadores quanto também os funcionários que vêm aqui visitar.**

Entrevistador: Uma relação mais tranquila hoje, assim, o senhor diria?

Entrevistado: Sim. **Hoje a relação é muito boa em termo que foi há vinte (20) anos** (J. G., 55 anos, entrevista realizada em 30/03/24).

Ou seja, houve, ao que tudo indica, uma mudança de fato importante na forma como os proprietários que continuaram cultivando e até mesmo morando nessas áreas passaram a ser tratados pela UC, refletindo o que parece ter sido uma alteração no perfil dos próprios servidores da mesma. Ainda assim, são inegáveis os impactos negativos produzidos na vida de vários dos sujeitos que foram afetados pela expansão do ParNa, especialmente os que saíram ou deixaram de cultivar as propriedades diante das informações recebidas nos primeiros anos da década de 2000.

Então, quando eu comprei essa propriedade ali, eu num sabia que ela tava dendo Parque! **Quebrei a cara!** Tem trinta e poucos anos que eu quebrei a cara comprá quela propriedade.

Entrevistador: Mas quando o senhor comprou, pelo visto, eu não sei, mas parece que ainda não era Parque...

Entrevistado: Não, já era, já era. Só que não...

Entrevistador: Ela já estava dentro já?

Entrevistado: É, eu num sei, num tem certeza se já tava determinada a área²⁰. Aí que eu num sei né. A minha área é setenta e um (71) hectares. Dá quatorze alqueiros aproximado.

Entrevistador: E como que era lá? O senhor chegou a trabalhar nela? Como que foi?

Entrevistado: Eu... parece que eu... Tinha sido dirrubado dois (2) alqueiro de terra tinha dois (2) ano! **E a minha ideia era entrá cultivano** aqueles dois (2) alqueiro de terra, mais aqueles dois (2) alqueiro de terra... Aí, **logo em seguida eu soube que num podia mexê mais**. Aí, quando eu soube, eu já tinha... **Nunca fiz nada!** Só tive lá, roçado de foice, assim, um trilho assim pra andá rocei. Agora, o mais, assim, entrá roçano, não. Nunca!

Entrevistador: Nunca plantou um pé de café, nada?

Entrevistado: **Nada, nem fruta**. Eu ainda tinha desejo de plantá fruta lá à vontade! Porque as fruta serve pros bicho né. Então, vamo dizê, abacate, manga, umas fruta assim serve né. Mais aí foi também aconteceno na minha história as dificuldade tamém, da balança financeira, foi dificultano. Então, eu acabei... **Fui lá algumas vezes, mais cabei num fiz nada lá!** Aí, depois, **fiquei sabeno e cabô** (C. R., 80 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

Em relação ao quantitativo de propriedades abarcadas pelos novos limites do Parque, informações presentes em reportagem jornalística (Caliman, 2016) dão conta de que mais de 400 proprietários teriam sido afetados. Durante as entrevistas com sujeitos locais, as indicações quanto ao número de famílias atingidas variaram entre 300 e 400, apenas no que concerne às que foram impactadas pela expansão de 1997, sem contar as que foram desapropriados ainda na primeira leva, durante a efetiva implantação do ParNa nas décadas de 1970 e 1980, como é o caso das famílias

²⁰ Posteriormente, foi confirmado por outro morador entrevistado e que tem muito conhecimento da região, assim como do processo de expansão do parque, que a propriedade de C. R. passou a compor as terras do Parque a partir da expansão e delimitação dos novos limites territoriais da UC.

de P. G. e de O. M., por exemplo, e que até o momento em que esta investigação foi feita ainda não haviam recebido nenhum tipo de indenização. Conforme relatado pelo servidor aposentado da UC, cerca de 450 propriedades teriam sido incluídas, parcial ou integralmente, dentro do Parque após a redefinição de seus novos limites. No entanto, ao ser questionado sobre esse quantitativo de famílias afetadas, o atual chefe da unidade não soube dizer se era real ou não, ou mesmo quantos de fato seriam, pois a UC não possui esses dados registrados.

Em depoimento publicado na reportagem de Caliman (2016), evidencia-se, mais uma vez, o problema, bem como as dificuldades que foram impostas aos sujeitos que perderam sua fonte de renda e, pode-se dizer, de vida:

Saí de lá há mais de 14 anos. **Me proibiram de ficar na minha terra.** Na época, nem aposentado eu era e tive que ir morar em outro lugar. Fizeram um levantamento de tudo o que eu tinha, disseram que em três meses iriam me pagar e até hoje nada. **O que resta hoje é solidão. Passarinho que tinham lá, não tem mais. Nem palmito. Perdi tudo que tinha** (ibid., grifos nossos).

Durante as entrevistas com os moradores da região, diversos outros relatos dando conta de situações semelhantes também puderam ser coletados, demonstrando se tratar de um fato (a expansão dos limites do Parque) que produziu efeitos significativos na vida de vários sujeitos locais e sobre o território como um todo. Como forma de melhor visualizar essas informações, e tendo como base para o exame das mesmas o método da análise de conteúdo de Bardin (1979), apresenta-se, na sequência, o quadro 2 contendo as principais falas envolvendo a problemática em voga.

Quadro 2: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à expansão dos limites do ParNa Caparaó e seus impactos no território e na vida dos sujeitos locais

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	Expansão dos limites da unidade	Situação atual das terras que compõem o ParNa Caparaó	<i>“Não é regularizado. Mais da metade não é regularizado e não tem recurso pra regularizá e não vai regularizá! [...]E é ruim pro parque, porque o parque continua sendo aí trinta (30), quarenta por cento (40%) só. Cê imagina, o parque com trinta e um mil e oitocentos hectares e você tê só quarenta por cento (40%) dele legalizado? Mais da metade num pertence a parque. E aí?”</i> <i>“Se fosse um (1) ou dois (2) só, num vô falá que tava difíci não. O cara compra lá um pedacinho pequeno num otro lugá lá, te leva e coloca lá. Mais num é um (1) ou dois (2), isso é milhões de gente! A gente fala em torno de mil (1000), isso dá muito mais! É bastante gente”.</i> <i>“Desapropriou e não indenizou. O governo não indeniza! Então, é um confisco, eu chamo confisco!”</i> <i>“Num pagô não uê! Aqui é todo mundo uê [que não recebeu indenização]! “Ah, o parque pode pagá agora!” Mais num pagô não uê! Nunca, não pagou”.</i>
		Ausência de indenização das propriedades particulares dentro do parque	<i>“Eu conheço gente que passô por isso, entendeu? Tem hoje gente que qué vendê pro parque, mais o parque não paga o terreno. “Ah, não, cê não pode mexer!” Então, eu num posso mexer, mais eu num te pago tamém o terreno, tendeu? Então, isso aí é... eu acho injusto! Entendeu? Na minha ideia, eu acho injusto. Não sei se todos acham, mais eu acho isso aí injusto, nessa ideia do parque aí que eis querê abraçá uma coisa que não é deis, né? É de outra pessoa, particular, e num pagá essa... Tendeu?”</i> <i>“O governo não indenizou ninguém! Eles dizem que indenizaram e tal, mas foi gente que foi lá e fez um acordo e recebeu uma ninharia pela... pela área que eles tinham”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 2: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à expansão dos limites do ParNa Caparaó e seus impactos no território e na vida dos sujeitos locais (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	Impactos na vida dos sujeitos locais que tiveram terras abarcadas pela definição dos novos limites da UC	Desapropriação indireta	<i>“Pegô! Pegô! Pegô que tá paralisado. Aqui nessa... nesse alto aí ó, virano pra lá mesmo, isso aí o parque pegô ali ó. Isso tudo o dono paga imposto”.</i> <i>“Tem gente que crama porque eis têm muita terra sem vendê pra cima lá e num pode mexê mais, né? E eis num compra”.</i> <i>“Não, que o lugar que o parque pegô, num tão trabalhano”.</i> <i>“O problema do parque com a comunidade foi essa demarcação de terra. Porque quem tá denda linha do parque hoje tá muito restrito ali dentro. Ele não pode edificá, ele tem que tê autorização pra tudo e tal, e nem sempre vai tê autorização, lógico”.</i>
		Restrições de acesso, circulação e uso das áreas e dos recursos Sentimento dos moradores que tiveram terras abarcadas pelo parque	<i>“O parque, quando entrô, ali memo em Pedra Roxa era assim: quando nós tava lá trabalhano, eis chegava e falava que nós não podia fazê, não podia roçá algum lugá lá aondê que era a propriedade, tinha escritura e tudo, que aquilo ali pirtincia ao parque, que era deis tamém”.</i> <i>“Eis perdero né, dois al... de dois (2) a treis (3) alquero de terra lá em cima. Era dele né e o parque... Na época, eis queria vendê! Aí num quisero vendê e cabaro perdeno, porque o parque passô por cima lá”.</i> <i>“Só uma coisa que eu acho injusto, né? Injusto! Quando pega uma propriedade e eis não paga o preço que aquilo ali vale pra pessoa, que trabalhano ali, entendeu? Isso aconteceu em várias propriedade. E ota coisa, aí o cara fica muito preso, “é, não, essa área aqui eu num posso ficá mexeno nela por causa disso e disso”.</i> <i>“Nãooo! Fazê o que, né? É lei! [...] A revolta, a revolta fica, cê entendeu? Na cabeça, interno! Então é o seguinte, a revolta... E todo mundo fica triste”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 2: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à expansão dos limites do ParNa Caparaó e seus impactos no território e na vida dos sujeitos locais
(continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	Impactos na vida dos sujeitos locais que tiveram terras abarcadas pela definição dos novos limites da UC	Desapropriação indireta	<i>“A pessoa fica desmotivado, né? Viu o que ele tinha construído há muito tempo e eis não valorizaro esse trabalho do produtô. O cara trabalha dismotivado. Quantos, igual eu falei, que já morrerô e não definiram? Tem propriedade que não consegue nem passá a escritura mais. Isso aí é triste”.</i> <i>“Esse problema, né? Essa... essa... essa... essa angústia aí, esse troço de... ficá, né? Intalado nas pessoas, de... Essa revolta de vê... sabê que as pessoas perderam propriedades! Que o parque, pra isso, num serve pra nada, a não ser isso!”</i>
		Restrições de acesso, circulação e uso das áreas e dos recursos	
		Sentimento dos moradores que tiveram terras abarcadas pelo parque	

As falas destacadas no quadro atestam a situação experimentada pelos sujeitos locais, especialmente os que perderam terras para a UC. Além dos prejuízos financeiros, tendo em vista a perda daquela que, para muitos, era a única fonte de renda, tem-se também os prejuízos emocionais, pois para parcela importante desses sujeitos não se tratou – como ainda não se trata – apenas da privação de sua fonte de sustento, mas também de sua referência territorial e até mesmo de sua identidade, tendo em vista a ligação emocional-afetiva que tinham e têm com suas propriedades. Em algumas entrevistas, inclusive, foi possível perceber a emoção das pessoas ao relembrem de suas histórias pessoais vivenciadas no território, bem como ao trazerem à memória o processo de saída forçada – no caso daqueles que saíram – das propriedades abarcadas pelo Parque, como foi o caso, por exemplo, de P. G.

De igual modo, no que diz respeito àqueles que ainda residem nas propriedades, cultivando-as e fazendo uso de seus recursos, ao serem indagados sobre a possibilidade de saírem das mesmas em algum momento em caso de indenização por parte do Parque, as respostas fornecidas por alguns atestam que mesmo diante do pagamento por suas terras, os mesmos não se sentiriam satisfeitos, pois, como já mencionado, trata-se de uma situação que vai além do fator monetário.

Então, assim, a gente compra uma propriedade e, assim, **é a economia de uma vida!** Eu vô fazê sessenta e quatro (64) anos agora, **eu trabalhei a minha vida inteira, isso é economia de uma vida. Isso é um projeto dê vida!** Aí, um dia junta eu e minha esposa, [que] trabalhou a vida inteira também, aí a gente compra a propriedade, **investe nela**, aí depois vem um camarada e diz assim: **sai daqui que aqui agora é área pública** (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

[...] O meu receio é: o meu melhor café especial está lá. E aí? Se eu fô desapropriado, **o que que eu vô fazê?** Tipo assim, essa conquista que eu tive a partir do café, **que trouxe uma resignificação do que que é sê cafeicultor pro meu pai, pra minha família, que faz ele batê no peito e falá assim, “poxa, eu produzo um bom café especial”**, depende dessa área. Então, assim, a minha preocupação tá muito mais nesse valor que não é nem valor... Claro, tem valor financeiro? Sem sombra de dúvidas que tem, **mais tem muito mais que isso** (R. F. 33 anos, entrevista realizada em 30/03/24),

Entrevistador: Eu não estou dizendo que vai acontecer isso não, só estou dando um cenário. Se chegasse hoje e falasse: seu XXX, agora nós vamos indenizar e o senhor vai ter que sair. Qual seria o sentimento do senhor?

Entrevistado: Rapaiz, **é muito difícil pra mim! Muito difícil pra mim.**

Esposa: Se é obrigado, tem que saí, né?

Entrevistado: Se fô obrigado, fazê o que, né? **Mais que é difícil pra mim adaptá em outra região, vai sê muito difícil! Nessa altura da vida?**

Entrevistador: E o senhor acha que os vizinhos do senhor é a mesma coisa?

Entrevistado: Pelo menos os vizim mais próximo aqui é. Pensa a mesma coisa (M. L., 68 anos, A. P., 67 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

Entrevistador: E assim, a gente estava falando da questão de indenizar, né? Se, por acaso, o Parque resolvesse indenizar o senhor, como é que seria isso? O senhor teria vontade de sair ou não?

Entrevistado: Ah, rapaiz, aí, se indenizá, no caso, é... eu saí fora, né? Porque a partir do momento que vendeu a casa, vendeu sua casa lá, cê tem que saí fora, né? Pra ficá aqui tamém num... Num sei.

Entrevistador: Mas, assim, seria um desejo do senhor de sair ou não?

Entrevistado: Não, de saí num tem prano de saí não. É ficá, dá um tempo memo aí memo.

Continuano assim é bão, né? (A. T., 64 anos, entrevista realizada em 04/05/24).

Fica evidente, dessa forma, que existe, no ParNa Caparaó e seu entorno, um contexto de conflitualidade muito significativo, tendo em vista especialmente essa situação em que a territorialidade do Parque – e, por consequência, sua compreensão de natureza – se sobrepõe àquela dos moradores que ainda residem em propriedades que foram abarcadas pela UC – e que, de outro modo, possuem compreensões de natureza diferentes daquela manifestada pela unidade, conduzindo à constituição de outras territorialidades. De forma semelhante, manifesta-se também um conflito entre esses sujeitos – bem como outros que, mesmo não mais residindo em áreas que estão dentro do ParNa, continuam sendo delas proprietários – e o Parque, pois, em essência, tratam-se de territorialidades, cosmografias e formas de compreender e produzir o espaço e a natureza que, ainda que muitas vezes partam de um entendimento que toma a natureza como externalidade, possuem modos diferenciados de dela se apropriar, usar e produzir.

Ademais, como as informações disponíveis indicam, o processo que conduziu à expansão dos limites da unidade não considerou aspectos da região que extrapolavam aqueles de ordem não humana, como as próprias cosmografias dos sujeitos locais, bem como os arranjos produtivos presentes na mesma, avançando por áreas de produção consolidada, como nas situações dos sujeitos acima que tiveram suas propriedades abrangidas pela UC e que, nos casos específicos de P. P., M. L. e A. T., por exemplo, ainda vivem nas mesmas, ou seja, estão na condição de residentes do Parque.

Nesse contexto envolvendo a situação fundiária do ParNa Caparaó, é importante mencionar ainda o fato de que essa não é uma exceção, mas, pelo contrário, uma regra no que tange aos parques nacionais brasileiros. Inclusive, outros trabalhos que investigaram essa categoria de UC no país (por exemplo, Cattaneo, 2004; Santos, A., 2016) evidenciaram aquilo que parece ser, como já citado anteriormente, uma estratégia dos gestores desses espaços quando o assunto é a problemática fundiária, qual seja, o fato de não se ter uma solução definitiva para os sujeitos que são atingidos seja pela criação dessas áreas, seja pela expansão de seus limites, como ocorreu no Caparaó.

Logo, parece haver um *modus operandi*, que se inicia com um processo de demarcação forçosa, sem maiores explicações e satisfações aos proprietários que têm suas propriedades abarcadas pelas unidades. Com o passar do tempo, as dificuldades de resolução do contexto fundiário levam à imposição da legislação sobre esses sujeitos, com todas as limitações de uso do território que são inerentes às UCs, especialmente as de proteção integral. Como consequência disso, acaba-se, por um

lado, produzindo situações de conflitos manifestos, e, de outro, levando à saída forçada desses sujeitos de seus espaços de vida, tendo em vista justamente as barreiras que são criadas para a continuidade de sua reprodução socioeconômica e cultural nessas áreas.

Evidentemente, os processos de demarcação ou mesmo de expansão dos limites das UCs no país podem desempenhar papel importante no que tange à limitação dos avanços das intervenções humanas sobre os variados biomas nacionais – muitas vezes extremamente impactantes e prejudiciais, como se tem observado especialmente no Cerrado, no Pantanal e na Amazônia nos últimos anos, e como também já foi o caso da própria Mata Atlântica em outros momentos da história nacional. Esses processos são, inclusive, previstos pelas legislações vigentes no país e fundamentalmente embasados pela premissa do interesse social, que, enquanto direito coletivo, prevalece frente aos individuais (Nunes e Matos, 2011).

Entretanto, mesmo diante desse fato consagrado do ponto de vista legal, muitas vezes “o Poder Público se utiliza de justificativas de urgência para se apossar de determinado bem, sem seguir o procedimento” (ibid., p. 2), como parece ter sido o caso das áreas anexadas ao ParNa Caparaó a partir de 1997. Consequentemente, “Esse ato administrativo, que nada mais é [do que] uma arbitrariedade, acaba gerando uma lesão irreparável tanto para o particular quanto para a sociedade, pois prejudica os cofres públicos” (ibid., p. 2).

Além das dificuldades financeiras impostas aos sujeitos que perdem suas propriedades, pois essas, em boa parte das vezes, são a principal – quando não a única – fonte de renda que os mesmos possuem, é significativo notar também a própria situação afetiva experimentada por essas pessoas. Como se pode evidenciar nas falas anteriormente destacadas, parece haver todo um sentimento de pertencimento ao território, que é fruto dos processos de reprodução sociocultural estabelecidos com esse ao longo do tempo, que acabam sendo perdidos com a impossibilidade de se continuar a viver sobre ele e a praticar as ações e usos que muitas vezes eram praticadas(os) há décadas. Mesmo nos casos em que as indenizações são pagas, muitas vezes permanecem os sentimentos de perda, pois o que se perde não é apenas o material, mas também todo o simbolismo que esses territórios possuem para os sujeitos que neles vivem, ou seja, a própria identidade territorial desses indivíduos.

É interessante notar, ainda, que parte das pessoas não se colocam contrárias ao Parque, mesmo frente à iminente perda de suas terras. As mesmas entendem, inclusive, a importância do “meio ambiente”. Porém, a forma como esse processo se deu e, principalmente, a ausência de compensação financeira pelas propriedades perdidas é o foco principal do descontentamento das pessoas. A afirmação a seguir ilustra essa situação.

Entrevistador: E como o senhor definiria a importância do Parque? O senhor acha que ele tem um papel importante para as comunidades do entorno?

Entrevistado: Fundamental e importante, importância! É fundamental isso aí! **Nós não podemos absolutamente ser contrários a essa proteção ambiental, à criação do Parque** e tudo mais. **O que a gente discute são os critérios e o respeito a quem produz!** Só isso! Simples assim! (F. C., 64 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Por fim, uma parte dos moradores entrevistados coloca em xeque a própria competência do ParNa em proteger as áreas que foram incorporadas com a expansão. Segundo contam, seriam frequentes as invasões no Parque, especialmente por caçadores de aves e outros animais silvestres, bem como por coletores de plantas da flora regional. Muitas dessas áreas eram ocupadas por antigos proprietários, que acabavam mantendo a segurança das mesmas, impedindo esse tipo de ação. À medida que foram transformadas em Parque e que seus antigos donos foram saindo, as áreas se tornaram, ao que parece, vulneráveis, tendo em vista as dificuldades de fiscalização apresentadas pela própria UC.

E, na verdade, quem preserva somos nós, produtores rurais, porque a instituição pública memo não tem gasolina pra botar nos carros, **os profissionais do meio ambiente não dão a devida atenção a invasores do Parque**, com extração de... tanto da flora quanto da fauna, né? Caçadores, exploradores e cortadores de palmitos e etc. e etc. (F. C., 64 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Um exemplo disso é, assim, quando eu cheguei aqui, então... A mania aqui era caçá, tirá palmito, **o pessoal caçava e era uma invasão**. A gente começa a chegar, eu e outros moradores que vieram de fora, principalmente nessa área aqui [região de Santa Marta], **a gente trabalha como se a gente fosse os guardiões do Parque, né? Porque cê não vai vê aqui fiscalização**, o IBAMA [ICMBio] não vem aqui. Porque o Parque, eu num sei, né? Cada um de nós que tá com uma faixa de terras contígua aqui do Parque, né? Na limitação do Parque, **a gente toma conta, a gente protege**, é normal. **Porque a partir do momento que eu tô aqui, ninguém entra aqui, eles têm medo**, né? Tem medo, porque eu sou advogado, porque sabe que eu tô... eu denuncio, **sabe que eu tô vigiano** (C. A., 65 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

É. Agora eu te pergunto... Não! Agora eu vô só te contá uma história pra você entendê [...]. Houve um tempo que a fazenda de lá, né [propriedade localizada acima da sua], ficou abandonada, porque o dono morreu. O filho acabou vendendo pra uma pessoa que mora lá, trabalha lá, mais... demorô a vendê. O filho demorô a vendê e, durante dois (2) anos, ficou o espaço sem ninguém. **Isso começô a encher de bandido. Isso começô a encher de bandido e caçador**. Eu via, subia um monte de moto, depois descia moto desligada, **cada um com um imbornal cheio, cheio de carne né**, e desciam com a moto desligada, em silêncio. **Uma vez, eu falei isso com um fiscal do ICMBio** e, na hora que eu falei, ele [faz uma cara e gesticula com os braços indicando algo como “o que eu posso fazer”, “não posso fazer nada”]. **Ele fez exatamente isso** [cara e gesto de quem não poderia fazer nada]. Se for pra perturbá a vida de alguém que tá trabalhando, que tá, né? Vivendo no local, aí eles servem, aí eles tão dispostos. **E eu repeti isso várias vezes**. Fala... começa a falá... **começô a falá de caçador, de ladrão, faiz cara de paisagem, marca um ponto no horizonte e olha pra lá**. É como se tivesse falando com um robô. **Depois que vendeu e o cara foi morá lá em cima, acabou**. Meu irmão, do dia pra noite acabô (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

Esse é um cenário, no mínimo, curioso. Isso porque, se de um lado, o Parque, em vários momentos, tende a enxergar os sujeitos que ainda vivem em seu interior ou mesmo no seu entorno mais próximo como potenciais agressores da “natureza” da unidade, por outro, esses sujeitos acabam muitas vezes exercendo o papel de protetores indiretos da UC, tendo em vista que como donos e moradores das terras, não vão permitir que qualquer pessoa adentre suas propriedades para realizar atividades com as quais eles mesmos geralmente não concordam, como a caça e a retirada de produtos nativos. Assim, esses sujeitos funcionam, como alguns deles disseram, como verdadeiros “Guardiões do Parque”, atuando, até certo ponto, como barreira protetora da unidade, especialmente quando se leva em consideração o fato de que o ParNa contava, no momento em que esta pesquisa foi realizada, com um efetivo de apenas três (3) servidores. Tanto as dificuldades de fiscalização quanto o papel dos moradores locais no auxílio à proteção da unidade são reconhecidos pelo próprio Parque, ainda que também ocorram ressalvas quanto à atuação dos locais.

Sem dúvida, é [os moradores enquanto atores importantes no auxílio à proteção do Parque]. Então, **no geral pelo menos vem sendo assim**, eu acho que é fundamental. Porque, quem somos nós de... de... de... como é que a gente fala? Ter a ilusão que nós vamos conseguir controlar tudo sem o apoio da população? **Num vai acontecer, a gente precisa muito.** E por isso que é importante os trabalhos que foram feitos, **e pena que a gente não consegue fazê-los agora.** A gente precisa que as pessoas locais, que esses moradores do entorno, e mesmo que estão dentro da unidade nesse momento, dentro das suas propriedades ainda não indenizadas, **que eles tenham essa visão e nos auxiliem**, das mais diversas formas. Um efeito positivo do café eu penso que é esse, os cafés de qualidade também, agregar mais valor, e aí as pessoas terem a questão do fogo e tal. E mais que isso mesmo, de terem consciência de que é importante proteger, que aí eles vão, de alguma forma, **restringir acesso de caçador, de palmitreiro, eles vão nos dar uma informação**, “ó, surgiu um incêndio”, rapidamente a informação chega pra gente, as pessoas tão atentas, tão preocupadas. As pessoas vão se sensibilizando com relação a, por exemplo, efluentes, à questão do cuidado com recurso hídrico. Isso tudo eu acho que gera ou que gira de uma forma positiva pra auxiliar na conservação do Parque. **É fundamental!** (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 16/07/24).

Entrevistador: E assim, é uma coisa que eu ouvi de algumas pessoas com quem eu conversei, uma expressão que achei até interessante, que é a expressão “Guardiões do Parque”. Alguns produtores com quem eu conversei, algumas pessoas com quem eu conversei, elas enxergam que essas populações que estão no entorno do Parque tem um papel importante até mesmo como uma proteção extra, digamos assim, para a unidade. Porque são proprietários, porque estão ali, porque não vão deixar qualquer pessoa entrar. Se vê alguém entrando diferente, vai atrás, perguntar por que, o que está fazendo, o que está querendo fazer, ou vai denunciar, né? Como é que você vê isso?

Entrevistado: É, **mais esses também colocam incêndios**, né? Esses mesmos, são os “Guardiões do Parque”, colocam incêndios **e vai impactar a unidade de conservação.** Pode ter esse lado que você tá falando? Pode, mais não são todos. E também não são todos que colocam fogo.

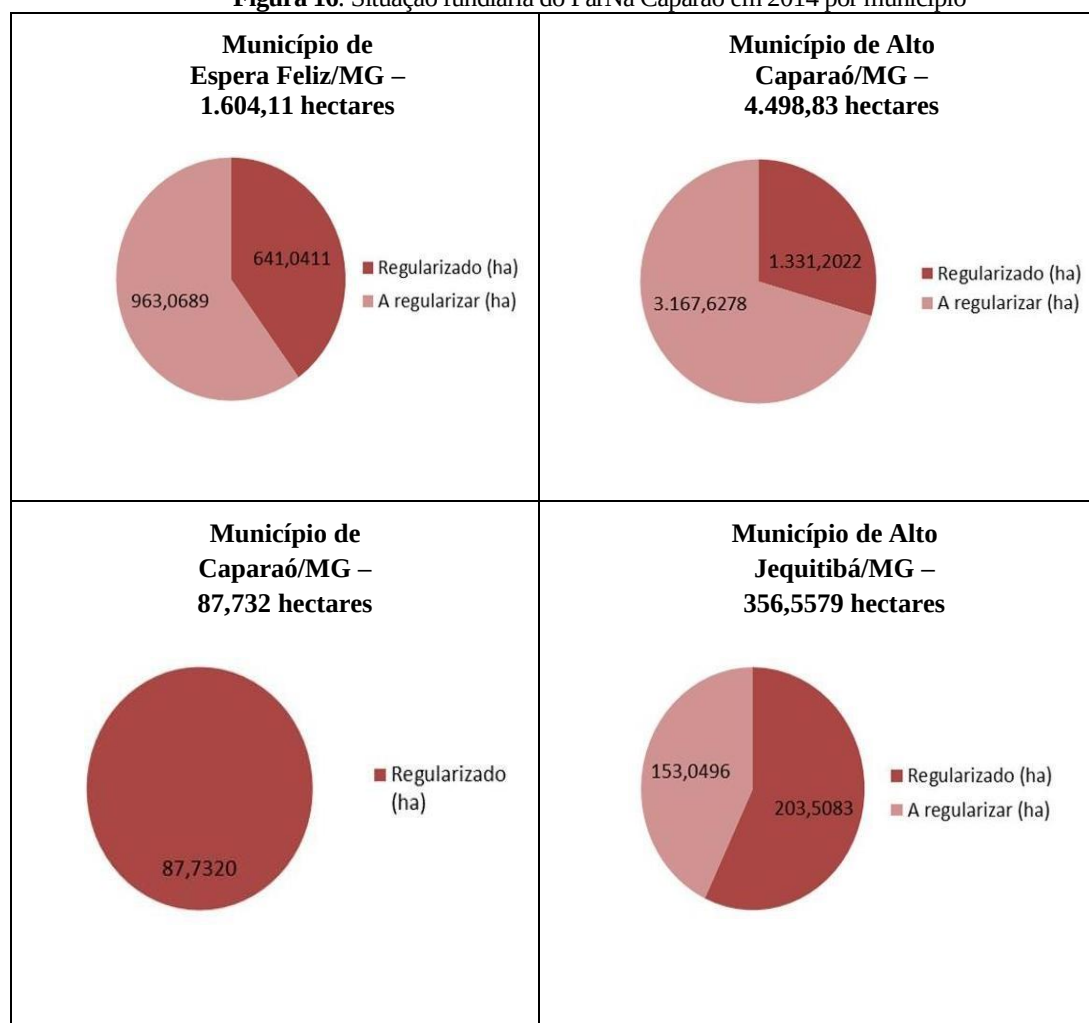
Entrevistador: Mas como é que você vê, assim, essa... Você acha que essas pessoas têm um papel, de fato, na proteção, no auxílio, de alguma forma?

Entrevistado: Sim, **eu acho que sim**. Talvez numa educação ambiental, né? Um visitante, mas nada assim... **com formalismo, com um estudo**, mais... mais empírico mesmo, né? **Mais se tem efetividade, não sei te falar** (Euler, 47 anos, servidor do ParNa Caparaó).

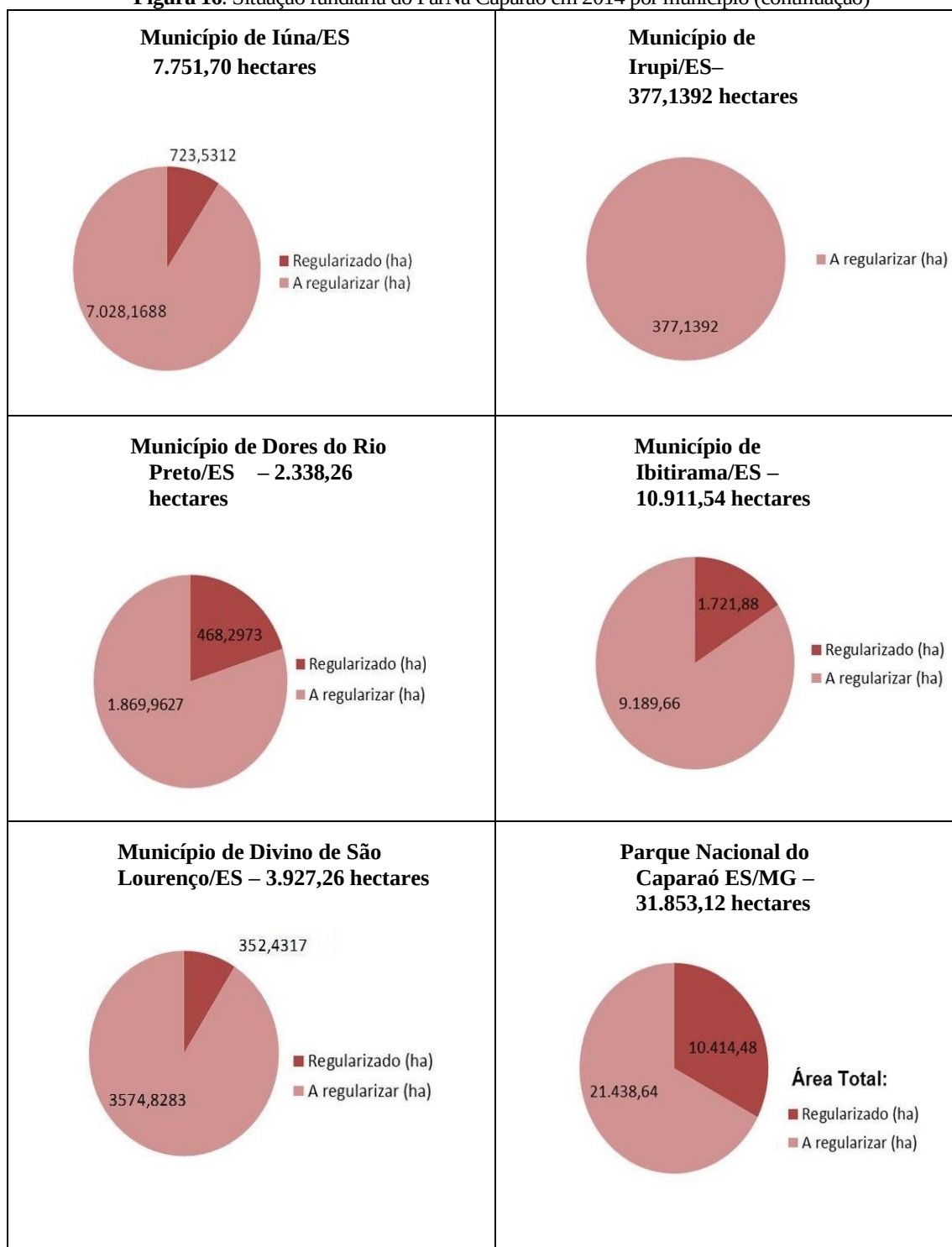
Tem-se, dessa forma, uma situação contraditória que manifesta a dialética que perpassa tanto a relação sociedade↔natureza, no geral, como aquela mais específica experimentada pelo ParNa Caparaó e seu entorno, pois o mesmo sujeito que pode ser o “agressor da natureza” do Parque, ameaçando sua integridade, também pode desempenhar o importante papel de ser seu protetor, seu “guardião”, e vice e versa.

Ainda no que concerne à situação fundiária do ParNa Caparaó, a figura 16, abaixo, apresenta gráficos que ilustram a condição experimentada pela unidade em 2014.

Figura 16: Situação fundiária do ParNa Caparaó em 2014 por município



Continua na próxima página

Figura 16: Situação fundiária do ParNa Caparaó em 2014 por município (continuação)

Fonte: PM do ParNa Caparaó (Brasília, 2015)

Essas informações corroboram com as que foram anteriormente apresentadas, demonstrando que, de fato, apenas cerca de 1/3 (um terço) do ParNa estava em situação fundiária regular até então. Como se pode observar através dos gráficos, a exceção do município de Caparaó – MG, todos os demais com terras dentro da UC ainda careciam de regularização, sendo que o município de Irupi – ES não contava, em 2014, com sequer um único hectare de terra em situação regular junto ao Parque.

Vale destacar que essa não é uma condição esporádica no que concerne às UCs brasileiras. Boa parte dessas estruturas no país não apresentam situação fundiária confortável, tendo que lidar com toda sorte de problemas relacionados a essa dificuldade, especialmente os conflitos ambientais produzidos pela ausência de regularização das áreas que compõem o espaço territorial das UCs. Nesse sentido, Rocha, Drummond e Ganem (2010) demonstram que, até 2005, de todas as UCs federais do país, que à época somavam 229 unidades, apenas 4 estavam totalmente regularizadas, sendo que outras 43 estavam parcialmente regularizadas e 84 não estavam regularizadas. Para outras 98, sequer existiam informações naquele momento que permitissem aferir sua condição quanto à regularização das terras que as formavam.

Especificamente no que diz respeito aos parques nacionais, o contexto também era bem precário. Dos 57 parques até então criados no país, incluindo o ParNa Caparaó, nenhum estava com situação totalmente regular, 18 se encontravam em condição de regularização parcial e 34 constavam em um quadro de não regularizadas. Para outros 5, não haviam, até então, informações suficientes quanto a esse processo (ibid.). Até o ParNa Itatiaia, criado em 1937 como o primeiro do país, ainda não contava com situação fundiária regular, tendo, em 2005, apenas 33% de suas terras regularizadas. Decorridos cerca de 18 anos desde então, não existem informações que sugiram que o quadro fundiário das UCs federais do país, com destaque para os parques nacionais, tenha sofrido mudanças significativas.

No caso do ParNa Caparaó, no momento em que houve sua expansão, em 1997, a UC somente havia conseguido regularizar cerca de 35% de sua área, de modo que seu crescimento apenas acentuou esse problema. Quando da expansão de suas dimensões, foi aberto processo licitatório para contratação de empresa especializada para a realização do levantamento fundiário, sendo a Extra Engenharia Ltda a instituição contratada para o serviço em questão (Brasília, 2015). Segundo o PM do Parque, houve inclusive uma nova etapa de regularização a partir do início dos anos 2000, não sendo essa, porém, suficiente para fazer com que todo seu espaço territorial fosse regularizado. Na verdade, essa nova onda de regularização nem mesmo foi capaz de levar à normatização da maior parte de suas terras, permanecendo o ParNa com a maioria de sua área ainda na condição de não regularizada (ibid.).

Ao que parece, então, essa não tem sido uma tarefa das mais fáceis. Isso fica evidente, para além do percentual de terras regularizadas no parque, quando se observa, por exemplo, que para se regularizar 1.680 ha do total de 10.414 que estavam em situação regular na UC até 2015, foram necessários cerca de dez anos (ibid.). Além dos problemas já citados acarretados por essa situação, ocorrem ainda as questões judiciais, constando no PM do ParNa a existência de onze processos

relacionados a essa problemática, sendo dez (10) movidos por antigos moradores e um aberto pela própria unidade (ibid.).

4.6.2 O turismo no ParNa Caparaó e seu entorno: breve análise acerca de sua dinâmica e importância

A região da Serra do Caparaó, com especial destaque para o Pico da Bandeira, foi, desde muito cedo, um local de atratividade para a atividade turística. Mesmo antes da criação do ParNa Caparaó, como se viu, essa área já era objeto de visitação, atraindo pessoas de variados lugares do país e até do mundo que iam em busca de apreciar as paisagens locais (Santos, 2004). Entretanto, a constitui o do Parque, em 1961, e sua efetiva implanta o, em 1979, contrib ram sobremaneira para incrementar a visita o turística   região.

Vale ressaltar, por outro lado, que essa atividade, mesmo crescendo ao longo dos anos, sempre encontrou dificuldades para se expandir com maior intensidade no ParNa e em seu entorno. Entre as razões que podem explicar esse contexto, estão o fato de que durante muitos anos, mesmo com a efetiva implanta o do Parque, os moradores locais não viam muita perspectiva em explorar esse outro veio econômico, mantendo as atividades agrícolas, especialmente a produ o de café e a cria o de gado, como suas práticas essenciais (Santos, 2004) e como modo central a partir do qual entendiam e se relacionavam com a “natureza”.

Inclusive, ao ser questionado sobre o envolvimento das comunidades do entorno com o turismo, um morador da região, que possui um empreendimento voltado para essa atividade na área, fez a seguinte coloca o:

 , são pocas pessoas [envolvidas com o turismo no entorno]! **A comunidade não se envolve não.** A comunidade num olha pra esse lado aí cara, eles num assimila isso assim, “ah, isso   bom!”.  ...

Entrevistador: E você acha que   a comunidade ou tem faltado um pouco de apoio, de incentivo?

Entrevistado: Não cara, **isso aí já   mesmo cultura. A cultura do café, do boi, do leite**, esse negócio que t  aí. Tem caboco aí que tem dinheiro pra investi, tem área boa pra investi e não investe. Então, eis num... V o dizê assim, a palavra certa, **não acredita no turismo, não acha que pode só uma coisa boa** (S. V., 62 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Além do aspecto cultural relacionado   dificuldade de parte dos locais em se envolver com outras atividades para além daquelas relacionadas   agropecuária, enraizadas na cultura local/regional, a ausência de maior investimento estatal voltado para a dinamiza o do turismo na região, o que incluiria a constru o de melhor infraestrutura para receber os visitantes e até mesmo o financiamento

aos moradores locais para que esses pudessem investir na atividade em questão, dentre outras ações, também acabou – e ainda acaba – sendo um fator limitador de um crescimento mais robusto e sustentado desse ramo econômico.

E uma coisa muito... muito ruim aqui, muito deficiente, é... **Nós recebemos verduras e legumes vindos de Santa Maria de Jequitibá** [Santa Maria de Jetibá, na verdade], **que o cara busca em Vitória**, às vezes no... no... no CEASA de Vitória, **pra trazê pra vendê aqui, coisa da natureza, que poderia ser feito aqui**. E eu... eu não dou conta pra fazê isso e não curto muito. Eu sou um cara que eu gosto de observá e as pessoas que fazem pra mim. Mas eu não sou de plantá... Essas coisas eu num gosto. Eu num... num... num... eu num tenho mão boa pra fazê uns negócio assim. Mais é... Cê vê que a comunidade ela só sabe plantá couve, cebolinha, num sei o que no fundo do quintal, cabô! **E compra tudo de fora! E aqui dá de tudo**, não é? Então, não tem isso aqui. Falta.

Entrevistador: E você acha que é por falta de conhecimento? Falta de incentivo?

Entrevistado: **Falta de um incentivo! Falta de um incentivo!** Cê tem aí os órgãos ligados à prefeitura, EMATER e um monte de órgãos que trabalhariam com isso, que tem essa função. Tem essa função é... na... na... Por exemplo, eu tenho... eu tenho dois (2) poços de peixes aqui, isso aqui pra mim é mais lazer também, mais quantas pessoas, com o monte de água que a gente tem aqui, que não poderia tá criando peixe, principalmente a tilápia, que é um peixe nosso aqui que é fácil de criar e ela é bem adaptada pra qui? **E ninguém tem! Eu tenho que comprá de fora**. Vem de Vitória a minha tilápia que eu não sei nem de onde ela tá vindo, entendeu? Porque cê numa acha aqui quem cultiva. Então... E não é só isso, é tudo! Tudo! Falta de... falta de... esse... esse grupo [os órgãos no geral, EMATER, INCAPER, etc.], né? Que trabalha com a prefeitura, o estado, que tá presente na prefeitura, ele teria que tá agilizando aqui (C. A., 65 anos, entrevista realizada em 12/12/23).

E aí, você passa ainda por um outro problema, que é o próprio Estado, novamente e infelizmente falando do Estado. **Nós não temos sequer infraestrutura básica de acesso**, que é papel do Estado, tanto na questão da rodovia, quanto na questão da eletrificação, da comunicação. Enfim, **não tem nada! Não tem investimento público nisso!** Cê passa dentro de Santa Marta aí, é um terror esse calçamento, sabe? Quebrando carro [risada irônica], quebrando cabos, caminhões passando. **Num existe estrutura que comporte desenvolvimento!** Então, é pidi muito da sociedade se o próprio Estado não enxerga isso (F. C., 64 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Desde sua criação, em 1961, até o final dos anos de 1990, os poucos investimentos estatais visando à estruturação da unidade se concentraram sobremaneira no lado mineiro do ParNa. Tanto é assim, que mesmo tendo o Parque a maior parte de suas terras situadas no ES, até a primeira metade dos anos 1990 dispunha de portaria de acesso apenas na vertente mineira. Um dos aspectos que podem ter impactado nesse quadro, segundo Parreiras (2004), é o fato de a responsabilidade pela gestão da UC ter sido destinada à seção do IBAMA – que até 2007 era o órgão responsável pela gestão das UCs federais do Brasil – localizada em MG.

Todavia, mesmo diante de gargalos importantes, como as falas citadas acima demonstram, no que concerne especialmente ao investimento em infraestrutura, essa realidade parece estar mudando um pouco na última década, principalmente no lado capixaba do ParNa. Exemplo disso foi a pavimentação de alguns trechos de estradas que ligam a região do entorno às sedes dos municípios, como Ibitirama, Dores do Rio Preto e Divino de São Lourenço, passando, ainda, por distritos e vilas

próximas aos limites do Parque, como Patrimônio da Penha, localizada em Divino de São Lourenço, Mundo Novo, localizado em Dolores do Rio Preto, e Santa Marta e Pedra Roxa, localizadas em Ibitirama. Todas essas áreas, além de outras, foram contempladas com programas do governo estadual do ES voltados para a pavimentação de estradas, facilitando, entre outras coisas, o fluxo turístico pelo entorno capixaba do ParNa Caparaó. As figuras 17 a 21, na sequência, apresentam a localização de dessas áreas, além de outras, tendo sido todas elas visitadas durante a realização dos trabalhos de campo.

Figura 17: Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando as Vilas de Santa Clara e Pedra Roxa

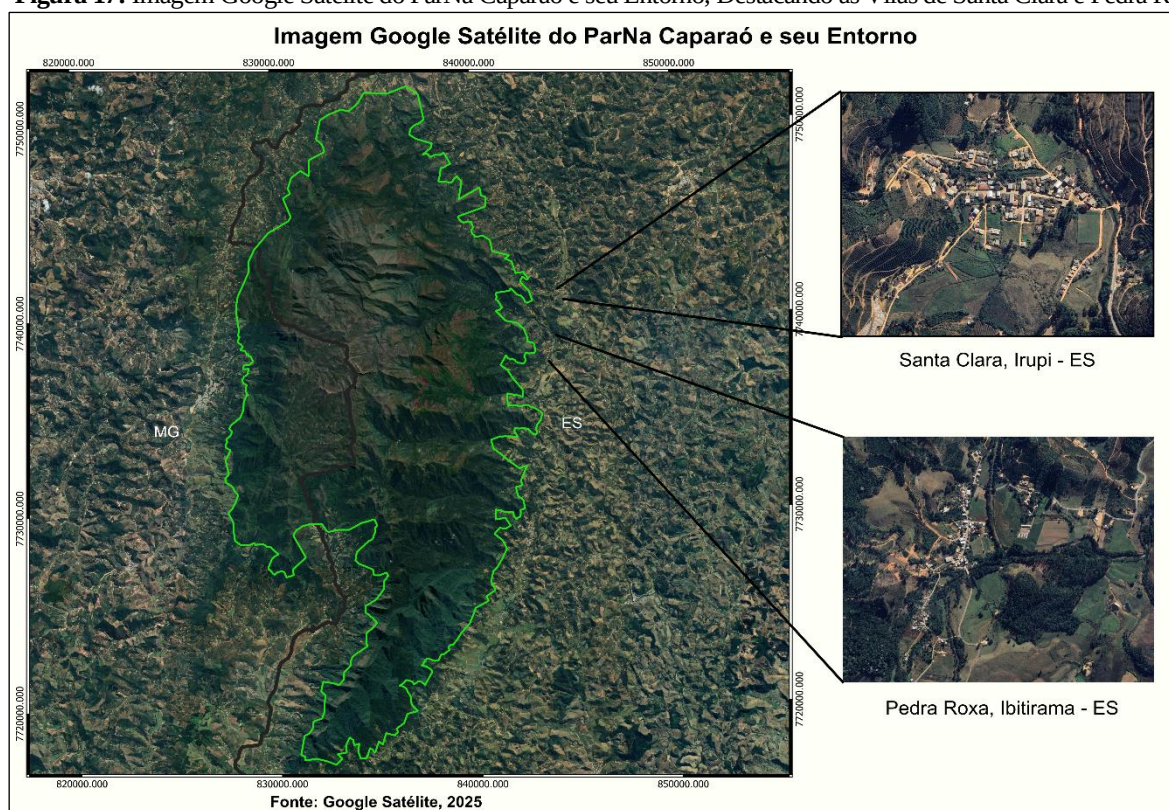


Figura 18: Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando o Distrito de Santa Marta e a Vila de Limo Verde

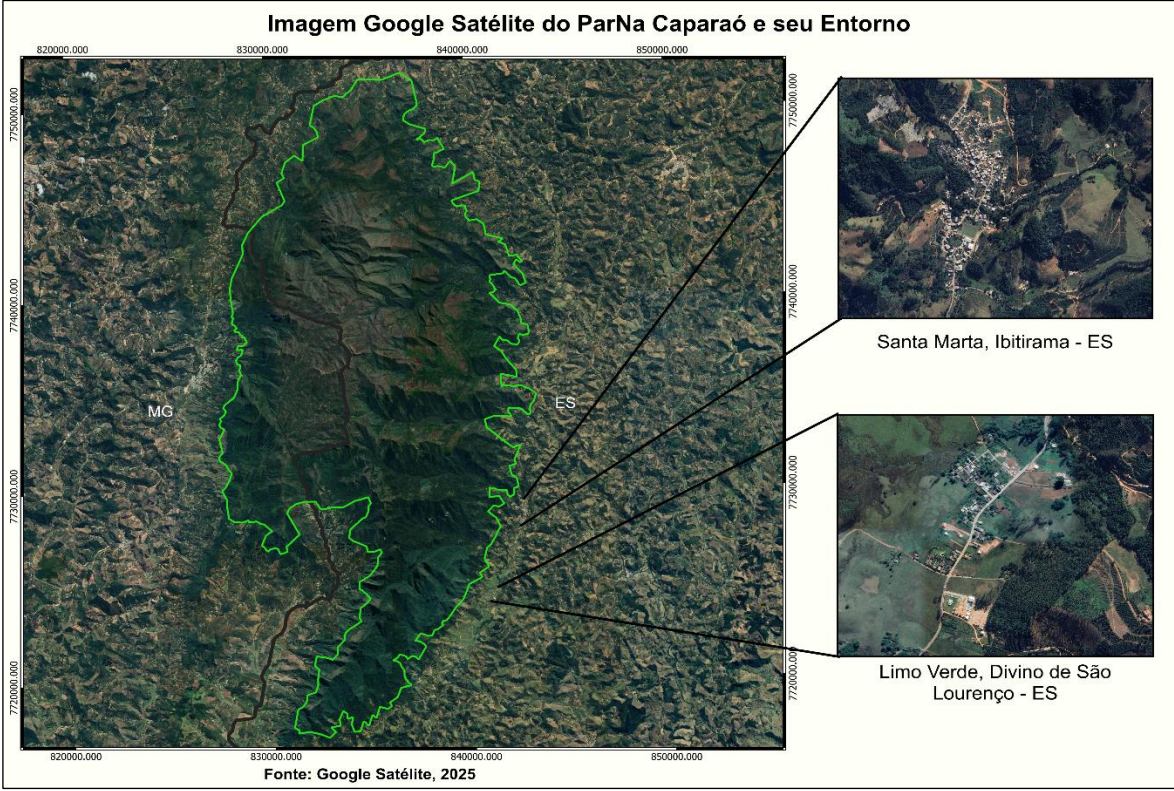


Figura 19: Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando os Distritos de Patrimônio da Penha e Mundo Novo

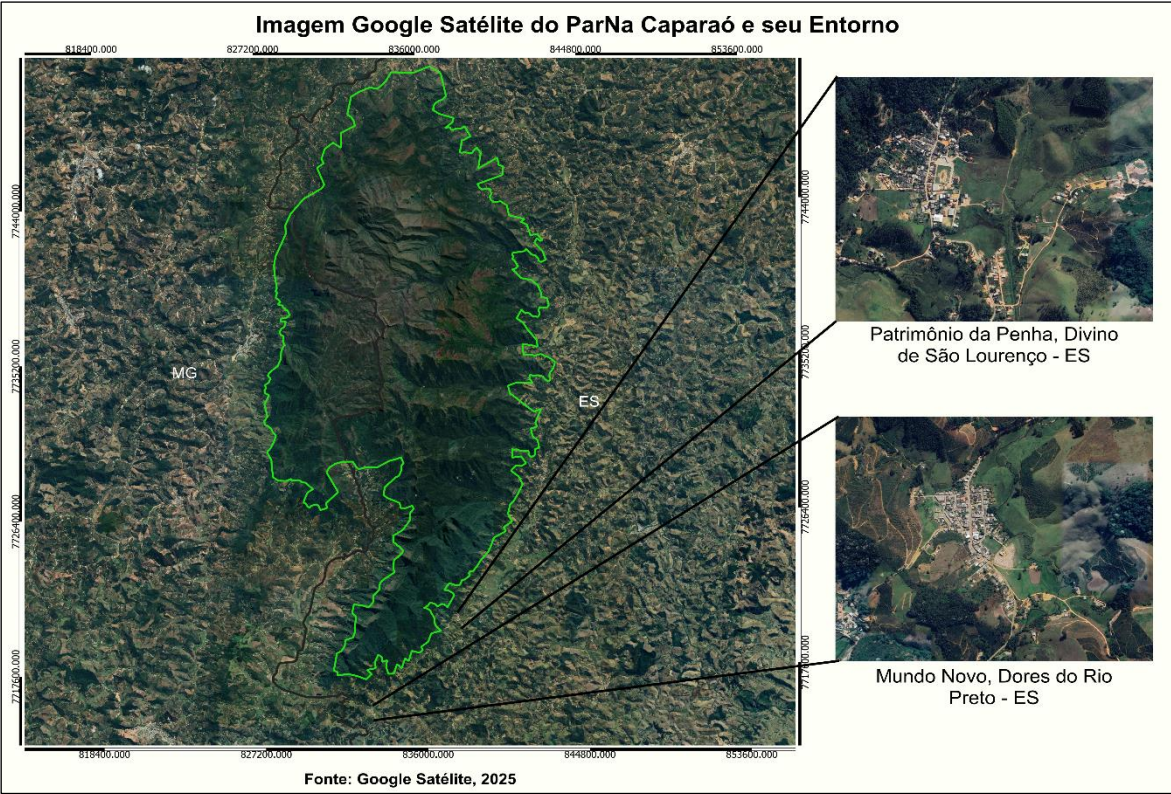


Figura 20: Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando a Vila de Rio Claro e o Córrego da Jacutinga

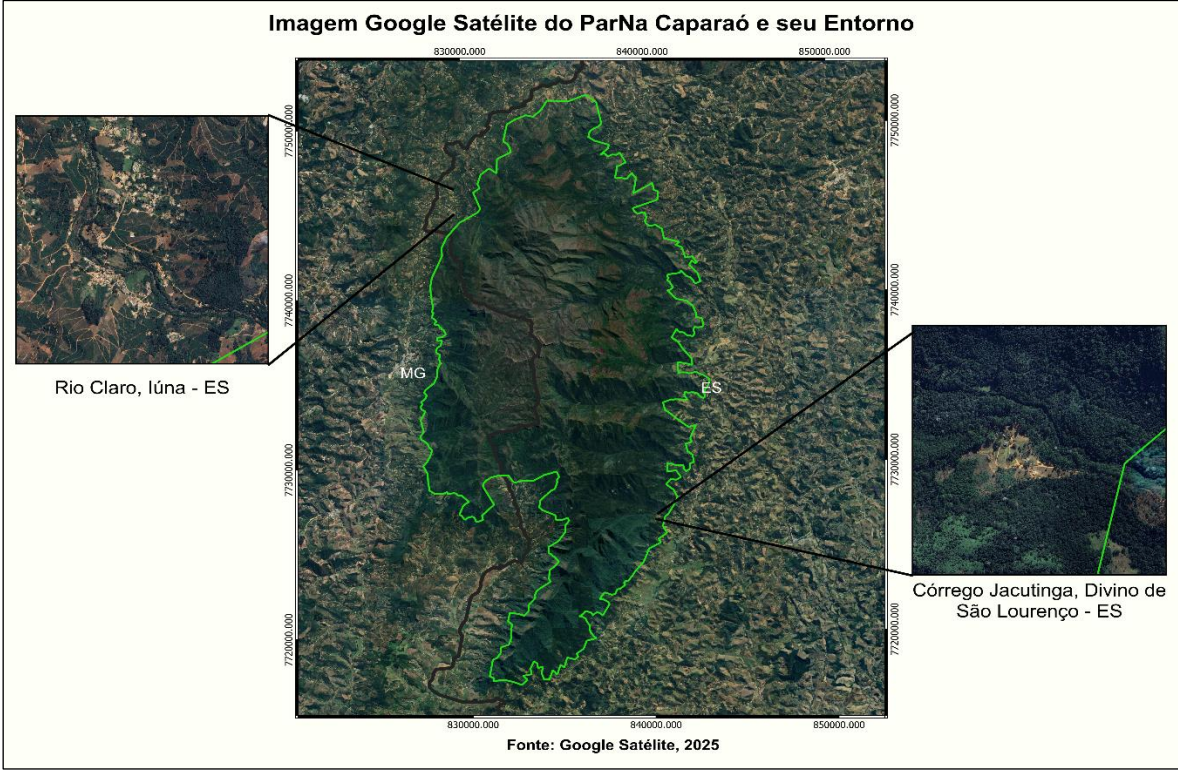
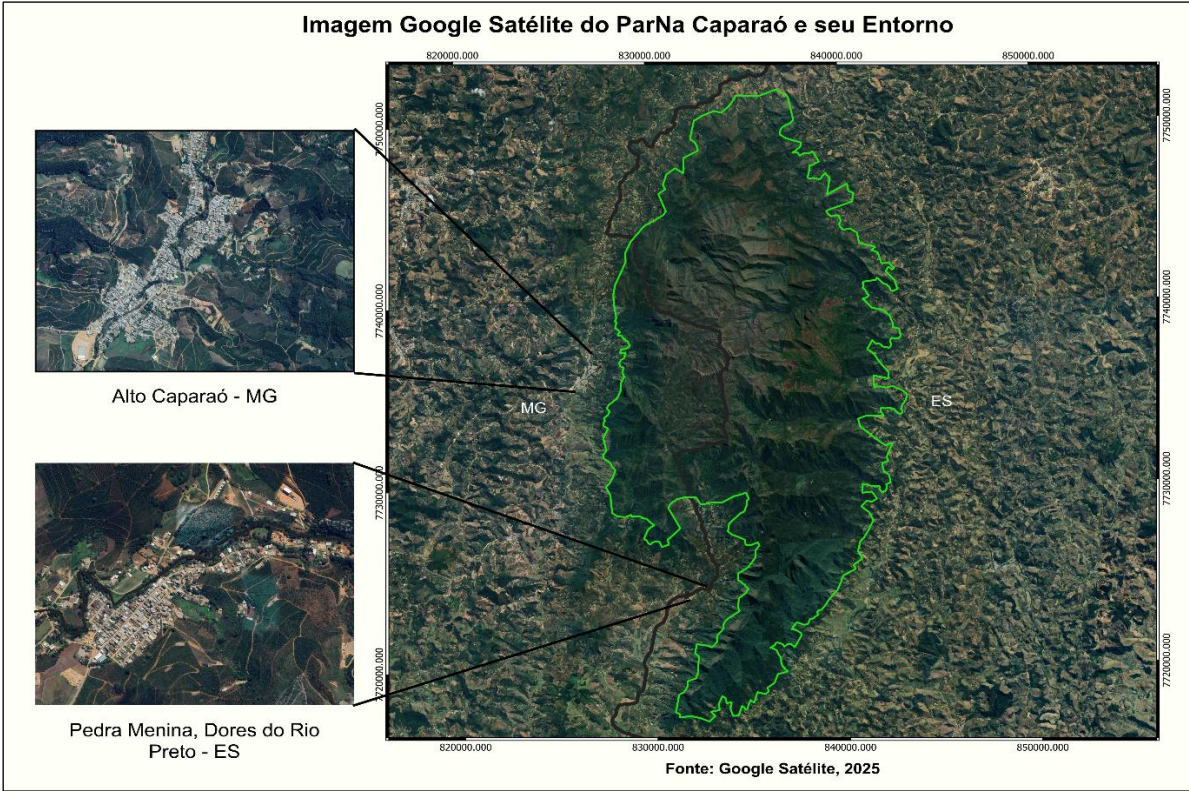


Figura 21: Imagem Google Satélite do ParNa Caparaó e seu Entorno, Destacando a Cidade de Alto Caparaó e o Distrito de Pedra Menina



Mais recentemente, através do Consórcio Caparaó²¹, os municípios do entorno capixaba do ParNa vêm pleiteando a pavimentação de novos trechos de estradas que circundam a UC, possibilitando a ligação por vias pavimentadas de outras vilas e sedes municipais ao Parque. De igual forma, busca-se conectar, por via asfaltada, a BR-262, que liga Vitória – ES a Belo Horizonte – MG, à vila de Pedra Roxa, no município de Ibitirama (Couzemenco, 2022a), objetivando, entre outras coisas, facilitar a chegada de turistas que venham por essa estrada até o Parque e suas imediações. A ideia, neste caso, é que o projeto, nessa nova etapa de ligação do ParNa e seu entorno a vias de acesso e a outros distritos e sedes municipais, siga a perspectiva de uma estrada parque, baseando-se no modelo que está instalado na SP-312, em Itu – SP, e que integra a APA Rio Tietê (ibid.).

O projeto da “Estrada Parque Modelo Caparaó”, como tem sido chamado por seus idealizadores (ibid.), busca a pavimentação e a adaptação de cerca de 100 km de estradas no entorno do ParNa Caparaó, onde seriam instaladas variadas infraestruturas objetivando fundamentalmente o fomento à atividade turística na região. Entre essas benfeitorias, estariam pistas exclusivas para pedestres e ciclistas, pontos de parada cobertos para que os turistas e visitantes pudessem admirar as belezas locais, assim como espaços em que os produtos típicos das variadas localidades do entorno da UC pudessem ser comercializados, além de outras características (ibid.). Parte desse percurso, inclusive, já conta com pavimentação, realizada no âmbito do programa “Caminhos do Campo”, da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG) do ES. Porém, para os parâmetros estipulados pelo projeto da Estrada Parque Modelo Caparaó, essa pavimentação não é suficiente (ibid.).

Um primeiro trecho das obras já foi iniciado. Trata-se, justamente, do percurso que liga a BR-262, no ES, ao distrito de Pedra Roxa, em Ibitirama – ES, sendo um trajeto de cerca de 12 km. Ainda que a obra em questão não esteja totalmente inserida no projeto proposto para a Estrada Parque Modelo Caparaó, a mesma deverá contar com uma largura maior que os trechos que foram pavimentados por meio do programa Caminhos do Campo, dispondo de uma área de acostamento em suas laterais que, no futuro, poderá passar por adaptações para que a estrada parque seja concretizada (Couzemenco, 2022a).

Na vertente mineira do Parque, Alto Caparaó foi, desde de antes da constituição da UC, o principal destino para quem desejava conhecer a Serra do Caparaó. A efetiva implantação do ParNa

²¹ O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Caparaó Capixaba (Consórcio Caparaó) é “uma autarquia, administração indireta, com autonomia administrativa, de direito público, na forma de associação pública, conforme disposto no inciso I do Artigo 6º da Lei nº 11.107, de 2005. Conta com a participação exclusiva de entes federados municipais, com a finalidade de implementação de políticas públicas comprometidas com o processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de interesses comuns dos municípios consorciados” (Consórcio Caparaó, 2023). É constituído por quatorze municípios da microrregião do Caparaó Capixaba, dentre eles os cinco municípios que fazem parte do entorno imediato do ParNa Caparaó.

e a construção da portaria de acesso à unidade sedimentaram a cidade como principal ponto de acesso ao Parque. A situação em Alto Caparaó, no geral, foi parecida àquela experimentada pelo entorno do ParNa como um todo, tendo em vista que

Inicialmente, o turismo não era ativamente empreendido pela população local; as poucas pousadas eram de pessoas de fora do município. Os moradores não viam vantagem alguma em se ter um parque nacional no município e muito menos a obrigação de preservá-lo. Ao mesmo tempo, estas pessoas não queriam abdicar de suas antigas atividades, como a agropecuária, para se dedicarem ao turismo, pois não acreditavam na sua lucratividade. O Parna Caparaó era visto como o lugar que eles foram proibidos de utilizar. Como não podiam mais usufruí-lo como faziam antes, por que então se importar com aquele lugar? (Santos, 2004, p. 60).

Entretanto, à medida que a UC se consolidava como uma área de atratividade para o turismo, atraindo cada vez mais visitantes externos, os moradores locais começaram a perceber o potencial financeiro que se abria. Nesse sentido,

Vendo este novo mercado se abrir como um filão, alguns moradores resolveram investir no turismo, mas sem deixar suas principais atividades econômicas (a agricultura e a pecuária). Muitos transformaram as suas próprias casas em pequenas pousadas. Outros alugavam quartos e até mesmo suas casas em temporadas de visitação. Outros faziam comida e artesanato para vender aos visitantes (ibid., p. 62).

Atualmente, esta é uma atividade com impacto significativo na economia municipal. Segundo Amarante (2016), os maiores gastos relacionados a viagens que são realizadas em Alto Caparaó estão associados à presença do Parque. Algo em torno de 89% dos valores despendidos pelos viajantes estão relacionados, de algum modo, ao ParNa (alimentação, hospedagem, contratação de guias turísticos, compra de produtos locais, etc.) (ibid.), evidenciando o papel que a UC vem desempenhando na economia local, mesmo com as dificuldades impostas pela sua presença a parcela importante dos moradores do entorno e até diante do baixo investimento estatal na consolidação do turismo como uma alternativa a outras práticas, tidas muitas vezes como degradantes dos elementos não humanos da área.

Além dos recursos financeiros diretos que o turismo tem provido para a cidade, outros impactos positivos podem ser observados, destacando-se

[...] o aumento da construção de equipamentos turísticos, como as pousadas e lojas especializadas, maior oferta e diversificação de trabalho, incremento da renda das famílias que se dedicam ao café e/outra atividade, permanência do morador local, englobando os aspectos sociais, econômicos e culturais [...] (ibid., 129).

Na visão de um morador da cidade, que também é um empreendedor que detém estabelecimento fortemente dependente da atividade turística,

[...] no em tudo, a gente entende que o Parque é fundamental pra região... **O único município hoje que vive do turismo aqui é a gente**, né? Nós não temos nenhuma cidade do Parque que tenha tanta indução de turismo, né? Tanto é, que a população que vem da visitação hoje, **praticamente 80% da visitação passa pela portaria Alto Caparaó**, portaria principal. Não que ela seja melhor que as outras, mais é a organização, a tradição, a estrutura que oferece aqui, né? (C. B., 52 anos, entrevista realizada em 01/06/24).

Ao mesmo tempo em que o turismo relacionado ao ParNa Caparaó parece se consolidar, mesmo com dificuldades, como uma nova alternativa de renda para parcela dos habitantes do entorno do Parque, gerando benefícios para esses, este também tem sido acompanhado de preocupações e problemas que ameaçam tanto a própria UC quanto os distritos e povoados circunvizinhos. Segundo o PM do ParNa,

[...] a atividade [turística de visitação] ocorre intensamente em diversas áreas do Parque, como caminhadas, acampamentos, fotografia, contemplação, banhos, natação, piquenique, observações noturnas e ao amanhecer, entre outras. A atividade de caminhada ao pico da Bandeira é a mais procurada pelos visitantes. Chamam a atenção também as atividades de observação da lua cheia, do nascer do sol e do pôr do sol (Brasília, 2015, p. 3).

Essa situação, segundo o mesmo documento, tem ocorrido de forma intensa em vários locais da unidade, ocasionando impactos significativos especialmente sobre as trilhas que levam ao Pico da Bandeira e nos acampamentos utilizados pelos viajantes que buscam acampar dentro da UC (ibid.). Assim, por exemplo,

A trilha de acesso ao Pico da Bandeira, no trecho entre ele e a área do acampamento Tronqueira, pela portaria Alto Caparaó, encontra-se bastante erodida. Há muito lixo no alto do Pico da Bandeira, bem como restos inservíveis de antigas construções e muitos elementos de interferência no ambiente natural, como uma estátua do Cristo Redentor sobre uma escultura circular, cruzeiro e restos de torre metálica de antiga emissora de televisão. Há excesso de uso sobre o pico (ibid., p. 3).

Parte dos impactos e problemas produzidos pelo aumento do fluxo turístico no Parque e seu entorno também é percebida pelos próprios moradores, que mesmo reconhecendo a importância cada vez maior que a atividade vem desempenhando na região, também parecem se preocupar com as possíveis consequências negativas que ela pode gerar.

Rapaiz, é porque é muita gente que passa aqui. De primeiro, **acostumado com ninguém andá quase aqui**, aí, dia de domingo, **num tem jeito quase de andá não**.

Muita gente! Mas num mexe com nada. Entra de respeito, direitim, anda na rua, tudo tranquilo (J. B., 75 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Aqui, na nossa região, tem uns turista que vem... **uns turista! Uns! Que eis distrói bastante a nossa região.** Chega na bera do rio da Pedra Roxa ali... Por isso que eu tô falano, né? Que falta um pouco de apoio dos funcionário da área. **Eis larga muito lixo, distrói das coisa,** tendeu? (L. A., 61 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

É... aqui, **que atrapalha mais, é na época do verão, que aí vem muita gente tomá banho,** né? Igual, a nossa água mesmo, ela já sai direto da banqueta, né? Que vem do rio. Qué dizê, aí, na época do verão, daqui lá no Douglá lá **isso enche de gente!** Aí, qué dizê, **fica sujano a água, né?** Mais é uma coisa que cê num pode proibí (Z. C., 62 anos, entrevista realizada em 03/02/24).

Rapaiz, um ponto negativo paisagístico, que eu digo assim, seria as lixeira. **Turistada vem, gera muito lixo,** né? Num tem, assim, um aparato de lixo... de lixeira. **O pessoal muito sem educação tamém,** entendeu? Joga na lixeira, mais aí a galera recolhe o lixo, vai lá nessas lixeira, **nas margem da rodovia, e joga lá, à moda “vão se embora”.** Aquilo cai cara, vai pro chão, cachorro rasga aquilo, vai virano aquela nojeira, né? (D. T., 37 anos, entrevista realizada em 20/04/24).

De forma semelhante, o chefe da UC também enxerga com preocupação o crescimento do fluxo turístico na área, especialmente por conta do aumento das construções e intervenções em locais bem próximos muitas vezes dos limites do ParNa, o que pode produzir reverberações dentro da própria unidade.

É, aí tá, existe uma coisa positiva que é o turismo, que pode trazer, né? Ganhos econômicos, melhoria de qualidade de vida. Aí você traz alguns serviços que podem beneficiar a sociedade como um todo e tal. Mas, assim, tem uma coisa que as pessoas chegam... Eu brinco, assim, que tem uma coisa... Têm algumas pessoas, né? “Ah, é o meio ambiente pra mim”, sabe? “Eu quero a minha casinha ali em cima, no deck do rio, daquela água e tal”, e a pessoa... **gerando, causando um impacto ali,** né? Mas em benefício próprio. E aí, **impactando um recurso que é de todos,** né? Quando a gente pensa principalmente na água e nos trechos de floresta e tal, né? Principalmente a água, né? Cê vê que a água é o grande atrativo, as pessoas querem estar perto da água e tal, e aí impacta. Então, **me preocupa muito esse crescimento desordenado,** sabe? (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 16/07/24).

A seguir, tem-se algumas imagens que foram coletadas durante as visitas nas comunidades do entorno que ilustram o problema do lixo reclamado pelo morador na fala citada acima.

Figura 22: Lixo acumulado na chegada de Patrimônio da Penha após o final de semana



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 23: Lixo descartado de forma inadequada na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Em relação ao entorno, um dos locais que mais vem sendo impactado pelo turismo é Patrimônio da Penha. Além de estar localizado nas proximidades do Parque, contando com trilhas que levam a lugares conhecidos e atrativos, como a Casa de Vidro, por exemplo, bem como com cachoeiras de grande beleza e que podem ser utilizadas para recreação, Patrimônio da Penha vem se consolidando como uma espécie de local de peregrinação e moradia de sujeitos adeptos de um estilo de vida que, até certo ponto, se assemelha aos hippies dos anos de 1960/1970, tendo estes começado a chegar à localidade entre o final de 1980 e o início de 1990..

Desde então, além desses sujeitos específicos, chamados genericamente pelos habitantes nativos de “hippies” ou mesmo “alternativos”, outros grupos de turistas têm sido atraídos para o Patrimônio, sendo envolvidos por uma espécie de mística que vem se

consolidando em torno dessa localidade e que está muito associada justamente à presença desses “hippies/alternativos” e do suposto estilo de vida que esses possuem e estabelecem com o ambiente local, criando novas territorialidades em contraposição às territorialidades manifestadas pelos nativos. Em contrapartida, problemas como o aumento do fluxo de veículos no Patrimônio, a intensificação da ocupação local, sendo algumas de forma irregular, o aumento do preço dos lotes e terrenos e até mesmo questões relacionados ao tráfico de drogas tem impactado a vida da população dessa comunidade (Massini, Bedin e Fonseca-Filho, 2015; Souza, 2016).

Olha, tudo que é demais impacta, né? **Eu tenho uma preocupação muito grande hoje com a quantidade de empreendimentos que estão surgindo na região**, porque quanto mais empreendimentos, mais gente. E cê sabe que muita gente num lugar, ele acaba impacta. **Erosão de solo, lixo, esgoto, saneamento básico**, isso tudo impacta. Quando você vem num final de semana numa vila como Patrimônio da Penha, de um feriado, **cê fica assustado** com a quantidade de gente que tem num lugar que mora ali seiscentas (600), setecentas (700) pessoas. **Num final de semana ali cê tem duas mil (2000), treis mil (3000), quatro mil (4000) pessoas num lugar que eu num sei onde enfia tanta gente**. E aí é carro de som, música que não tem nada a vê com o local, muito bebida, droga, enfim né. Eu tenho muito medo disso [...]. Então, eu fico muito preocupada com o turismo de massa, sabe? É construções em áreas que de repente com chuvas pode descê... **Tem gente que fez casa e empreendimento dentro da área do Parque**, sabe? São pessoas que tão vindo, querem ganhá dinheiro a qualquer custo e não sabe que isso tem um preço. Então, eu tenho essa preocupação hoje muito grande. Hoje mesmo... ontem mesmo, eu dei de cara com um cara aqui com o trator aqui na frente ó, **detonando aqui um brejinho aqui ó** [...]. Eu já passei a denúncia (D. R., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

Em relação ao aumento do valor da terra, essa também é uma condição que foi observada em Alto Caparaó. Assim, segundo Amarante (2016, p. 174),

O preço dos lotes na cidade tem aumentado muito, conforme alguns entrevistados, que alegam que o crescimento do perímetro urbano tenha condicionado ao aumento da infraestrutura e, conseqüentemente, o aumento do valor das terras. A construção de casas e pousadas aumentou de maneira significativa, fazendo subir o valor do lote, em um período de uma década, cerca de 5 vezes o valor pago inicialmente.

Nesse caso, além do turismo em si, exerce influência também o aumento de moradores externos nas áreas do entorno, seja de forma fixa ou de maneira temporária, através da constituição de uma segunda residência para passar temporadas na região. Atraídos pela perspectiva de estar mais próximo de espaços “naturais”, sujeitos provenientes de áreas urbanas têm encontrado na Região do Caparaó uma opção que atende a seus interesses e que, ao contrário de outras áreas já mais conhecidas, como Pedra Azul, no ES, e Lagoa Santa, em MG,

por exemplo, ainda possui preços mais acessíveis, mesmo diante da valorização mais recente, favorecendo a compra de lotes e terrenos no entorno do ParNa.

Ao que parece, trata-se de um movimento que está associado ao processo de revalorização da “natureza” que já vem se desenvolvendo há algumas décadas. Neste, sujeitos e grupos sociais residentes em espaços urbanos, estimulados pelo debate ambiental em curso e embebidos pelo discurso preservacionista de revalorização – e ressignificação – da “natureza”, acabam sendo atraídos para espaços que ainda contam com um aspecto mais próximo daquilo que entendem ser a natureza. Assim, áreas próximas a UCs, como o ParNa Caparaó, tornam-se locais que passam a exercer uma significativa atração a esses grupos, tendo em vista toda a aura de naturalidade que os envolve. Em consequência, tendem a experimentar um processo de ocupação que é puxado por sujeitos que não são nativos da área, mas provenientes de outros locais, geralmente médias e grandes cidades.

Entretanto, como já mencionado, tal situação acaba produzindo problemas e preocupações que vão além da UC, afetando os próprios moradores nativos ou que já vivem no entorno há décadas. Tem-se, então, dois aspectos centrais conectados a esse processo, pois, se por uma lado, “A busca por melhor qualidade de vida, com menos poluição e violência e mais tranquilidade é legítima e, a princípio, pode ajudar a dinamizar as economias locais, levando benefícios para todos os envolvidos” (Couzemenco, 2022b), por outro, segundo gestores municipais e outros agentes e sujeitos atuantes no entorno do Parque, “[...] nos municípios que recebem os migrantes urbanos, tem ocorrido intensa degradação ambiental e crescimento desordenado, criando as bases para transformar sonhos individuais em pesadelos coletivos” (ibid.).

Ou seja, a perspectiva que embasa a chegada desses novos sujeitos ao entorno do ParNa, assentada, de um lado, na ideia de estar inserido em um ambiente predominantemente formado por uma “natureza natural”, e, de outro, na expectativa de aproveitamento dos potenciais turísticos da região, no caso daqueles que para ela se dirigem também na condição de empreendedores, produz, em contrapartida, mudanças socioespaciais que são capazes de degradar essas áreas sob vários aspectos. Entre esses, estão a quebra da relativa tranquilidade aí existente até então, além, é claro, das mudanças negativas geradas sobre os próprios elementos ambientais não humanos que aí se fazem presentes e que são, ao fim e ao cabo, senão o principal atrativo, ao menos um dos mais importantes justamente para que esses novos sujeitos busquem se instalar nesse espaço. Da mesma forma, não se pode perder de vista que esse processo acaba impactando – as vezes até de maneira bastante significativa – sobre os sujeitos nativos e seus modos de vida, especialmente através dos novos hábitos que tendem a ser inseridos no território à medida que outros sujeitos passam a dele fazer parte,

alterando a própria territorialidade dos primeiros, o que, em última análise, pode conduzir ao surgimento de conflitos ambientais entre os nativos e os novos moradores.

Entrevistador: Entendi. Você acredita que o turismo é bom ou ruim pras comunidades do entorno? Como é que você vê essa questão do turismo assim?

Entrevistado: Tem o lado ruim e o lado bom, **não é só o bom não**. Tem o lado bom, **que vêm os visitantes, traiz o dinheiro**. Aqui... Pra falar a verdade, né? Tudo um movimento em prol do turismo quase, né? Todo mundo. Por quê? Eu tem um restaurante ali, eu sirvo comida caseira tudo ali, mais o quê? **Eu tô comprano verdura, eu tô comprano as coisa do pessoal**. Então, **se não tem gente pra comer,omé que eu vô comprá?** Entendeu? Então, eu acho que o turismo movimenta. **Mais, através do turismo, tamém chega muitas otras coisa que o pessoal que é nativo daqui, moradô daqui antigo, não tá acostumado, que às veiz tem em cidade grande e aqui não tinha e evem chegano** e... até mais às veiz que em cidade grande, né?

Entrevistador: Que tipo de coisa? Você pode dar um exemplo?

Entrevistado: Até vandalismo, né? Essas moda, assim, vandalismo. **Porque tem o turista e têm os badernerros**, essas coisas assim, entendeu? **Às veiz droga, bebida, essas coisas assim que vem junto também**, né? (S. V., 45 anos, entrevista realizada em 01/05/24).

Além das falas citadas até aqui, o quadro 3, abaixo, elaborado com base no método da análise de conteúdo de Bardin (1979), traz outros elementos que compõem a dinâmica associada à atividade turística no ParNa Caparaó e seu entorno e que auxiliam na compreensão desta.

Quadro 3: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
TURISMO	Impactos do turismo	Positivos	<i>“É importante meu amigo. O turismo é fora de sério pra trazê de bom pra região, mais precisa tê controlo também pra podê isso tê um manejo especial, porque senão, se for envorveno muito turismo aqui dentro sem manejo nenhum, sem controle nenhum, pode virá bagunça, tendeu?”</i> <i>“Em geral, aqui tá assim. A gente num tem problema com o turismo não, o turismo é bom. O que tá faltano aqui é estrutura, né? Agora, o turismo em si pra nós aqui... pra ninguém trouxe problema! Até hoje, que eu saiba não. Só trouxe benefício”.</i> <i>“Rapaiz, o turismo, cara, ele traiz coisas boas, traiz coisas ruins, né? Igual o que a gente tava conversando agora há pouco aí: vêm pessoas boas, vêm pessoas ruins. Mais, no ponto de vista geral, maió parte é coisa boa, né? Gerar mais renda, mais emprego”.</i>
		Negativos	<i>“Ótimo, ótimo! Um turismo saldável, né? Um turismo que cê chega, cê tem o turista, mais ele respeita a natureza”.</i> <i>“Aqui, por enquanto, num tá ruim não. Mais é... diz que eis ia fazê um calçamento da entrada até em cima ali, aí eu acho que ia ficá bem prejudicado, os moradô aqui”.</i> <i>“Ali pra Pedra Roxa, é muito bonito a região lá em cima! O pessoal tá todo mundo especulano, já comprando terra, segurano, mais ninguém investe. Só compra pra segurá, né? Especulação imobiliária mesmo”.</i>
		Especulação imobiliária e ocupação desordenada do solo	<i>“Tem uns hippie aí, pra cima aí, que num gosta que corta um cipó em cima do que é dele! E compraram muito! Comprô muito”.</i> <i>“É, comprô! Tem quem comprô sim, pra cima da minha casa lá, fazeno um movimento muito forte lá”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 3: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno (Continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
TURISMO	Impactos do turismo	Positivos	<i>“Sim. Pedra Minina, lá disbravô, mais é fora do Parque. Lá tem vendido muito. Agora, aqui não, aqui os produtores são bem... Ainda num teve um assédio sobre eles ainda não. Igual em volta, igual o Patrimônio [do Príncipe], geralmente acontece algumas vendas, mais é poca. As terra aqui são muito cara, então já trava um poquim. Um terreno de um (1) alquero aqui cê num vende quinhentos mil (500.000) reais”.</i>
		Negativos	<i>“Tem, subiu. Sobe, subino. Num tá como era antigamente não. Antes, cê comprava um lotezim aí, cê comprava ele por dois mil (2000), treis mil (3000). Hoje, por menos de cem [cem mil reais, neste caso] cê num leva um lotezim. Imagina comê que ficô o dia? Antes, com mil e quinhentos (1500) conto o cara falava: não, eu te vendo essa posse de doze por doze (12/12), quinze por dez (15/10). Hoje, por menos de cem cê tem que conversá direitinho, tem que conversá bonitinho”.</i> <i>“Hoje, haja vista, que terra hoje aqui em nossa região tá... Num tem nem como definí hoje preço. Hoje cê põe o preço que você quizé naquilo que é seu e muitos tão comprano”.</i> <i>“E aí, né, depois vêm outras consequências por causa disso, né? Que é uso e ocupação do solo desordenado, que é o parcelamento, pessoas que compram o terreno e vão loteando, seno que na zona rural... Na zona rural já num pode lotear, imagina a Zona de Amortecimento cê lotear e construí aqui um [inaudível], ou uma favela, vamo dizê assim? Porque a pessoa compra um lote e depois divide por dois, entendeu? Então, nós temos esse grande gargalo aí”.</i>
		Especulação imobiliária e ocupação desordenada do solo	<i>“Eu acho que a preocupação hoje seria esse crescimento, esse boom que tá seno muito grande, e eu acho que eles não tão preparados, né? As prefeituras não estão preparadas pra podê tá fazeno essa vistoria, tá vigiano aí o que que tá acontecendo, porque a gente vê construção pra tudo quanto é lado, as pessoas na beira do rio. Então, assim, tão abrino vários loteamentos irregulares e isso pode causá muita coisa no futuro, né? Então, é uma grande preocupação é o crescimento desgovernado”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 3: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno (Continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
TURISMO	Impactos do turismo	Positivos	<i>“Não, todo entorno, todo entorno [compra de terras e lotes e realização de construções]. Empreendimentos de alto nível! Por exemplo, Pedra Menina, o cara construiu num barranco dezenove (19) chalés de madeira que eu... Cê olha pra cima assim, cê fala: que loucura é essa? É lindo! Maravilhoso, mais e aí? Né? Enfim, né? São várias discussões em relação a isso. Mais eu acho que tem que tê algumas coisas, algumas situações tem que vetá mesmo. Tem que barrá mesmo, não só multa, é destruir, aquela coisa toda, porque senão vai acabá tudo”.</i> <i>“Eu só sei que vendeu pruns home... as cabicera aí! Que já é mata memo, né? Conforme aqui tamém no Jacutinga aqui que é... aqui na fazenda memo. Venderam as cabicera aí, que os hippie tá tomano, tá comprano isso aí, num sei. É... que desce pro lado da Penha. Aqui memo tem a cabicera aqui, que é do XXX... XXX hippie! Que eis fala. Já vendeu uma porção ali. Faz divisa comigo ali, com nós ali”.</i>
		Negativos	<i>“Tá vino de fora e comprano. Tem muito! Aqui tá chegano... nós já tão com mais de cinquenta por cento (50%) do povo de fora. Tá comprano, se tivé dinheiro, tá comprano. Tá comprano e tá fazeno. Aí, tem gente que chegô e comprô, tá fazeno muitas obra memo, muita! Então, a gente fica preocupado. O progresso chegô, mais também a distruição pode vim mais tarde, né?”</i>
		Especulação imobiliária e ocupação desordenada do solo	

Continua na próxima página

Quadro 3: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno (Continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
TURISMO	Visão do turismo	Crescimento do turismo na região	<i>“Não rapaiz, é que... que eu faço base que só vai miorá, porque a gente só vê gente falá de... de... sempre falá: ó, daqui um tempo o senhô pode... no causo, igual eu aqui vão supô, botá uma barraquinha ali. Quem têm as coisa pra vendê, né? Igual, aqui eu vendo muito inhame, batata, essas coisa aí, banana. Falô: rapaiz, que o turista é muito bão. Se ocê colocá uma barraquinha ali, na estrada, cê vai ganhá muito dinheiro”.</i> <i>“O turismo é bom em qualqué lugá! Quem fô contra o turismo, tá contra o progresso uai. Eu vejo dessa forma, qualqué um”.</i>
		Futuro do turismo na região	<i>“O turismo é ótimo! É... é... Eu penso, penso não, tem certeza que daqui deiz (10) ano o carro chefe nosso aqui é o turismo, não é? Porque hoje já tá... ele já tá rebentano aqui, de bão que é. Porque o turista vem e traiz muito movimento, traiz muita riqueza pro lugar”.</i>
		Turismo como indutor do desenvolvimento	<i>“Quem pode, tá vendeno um pedaço de terra, construino e botano chalezinho pra alugá. Então, eles tão começano a entender, depois de muitos anos, o poder do turismo. O turismo é o dinheiro diferente”.</i>
		Rota Pedra Menina	<i>“Agora eu tenho um decreto estadual, nós temos um decreto estadual, criando a ‘Rota Pedra Menina’ [...]. Então, assim, a coisa tá crescendo. Então, o que eu imagino lá no futuro é: uma rota totalmente sinalizada, vô falar da Pedra Menina, uma rota da Pedra Menina sinalizada, sinalização turística, bonitinha, com todos os adereços, indicando propriedades que vão receber os hospedes, receber visitantes, seja produtor, seja comercial; o Parque interagindo com a gente; o Parque interagindo com a escola, que é fundamental!”</i>

Continua na próxima página

Quadro 3: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes ao turismo e seus impactos no ParNa Caparaó e seu entorno (Continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
TURISMO	Envolvimento com o turismo	Relação das comunidades e sujeitos com o turismo	<i>“Muito pouco, muito pouco [envolvimento da comunidade com o turismo]! Começa a vir alguns empresários, falar em turismo. Eu comecei isso há trinta e três (33) anos atrás, visualizando, né? A importância e o possível desenvolvimento disso, mais nós estamos ainda muito atrasados. Algumas pessoas começam a fazê, a... investimentos melhores, maiores, de expressão, mais ainda é muito pouco”.</i> <i>“Não existe! Inexistente, inexistente [envolvimento da comunidade com o turismo]. Num participam, não interessam, num tem um cabeça que consegue fazê com que eles participe disso. Num existe”.</i> <i>“Ah, isso é fraco cara. A comunidade... Cê qué tê uma ideia? Ali em Santa Marta memo, cê passa ali e pergunta: onde que é o Vale dos Muriquis? Eu num sei se a pessoa não sabe ou num qué dá informação. “Ah, num sei não, não conheço não”. A comunidade, em geral, ela num tem muita ligação com isso. Num olha pra esse lado: ah, eu podia tirá proveito disso”.</i>
		Origem dos empreendimentos turísticos atuais na região	<i>“Cara, têm muitos colega aí que trabalha de guia né, trabalha como brigadista. Brigadista não se refere a turismo né, mais tem muitos aí que é guia né, tem pousada, já tem... A nossa região, há cinco (5) anos atraís, não tinha lugar pra ficar, hoje tem. Se ocê vim aí, cê acha vários lugares. Aqui mezo tem um casal lá de Colatina ali. Ali tem um cara do Paraná, na casa ali”.</i> <i>“A maió parte dos empreendedores de turismo hoje que estão aqui são tudo de fora. Te dizê que oitenta por cento (80%) é de fora. É tudo gente que veio de fora. Se você tivé aí uns deiz por cento (10%), quinze por cento (15%), posso até chutá até vinte por cento (20%) que é do local é raríssimo. Porque as pessoas do local não despertaram. Agora que eles estão vendo, que tem surgido empreendimento aqui, que elas estão despertando. Mais a maioria já vendeu, já perdeu, já era!”</i> <i>“Não estão organizadas. Acho que não tem essa organização assim. Acho que é um processo a se pensar e começar. Eu acho que é aquela questão que eu te falei: vai melhorar e tá começano a melhorar em relação à Estrada Parque! Que aí, todo mundo vai tentá e vai falá a mesma língua, entendeu?”</i>

As falas destacadas no quadro 3 revelam uma pluralidade de visões em relação ao papel do turismo na região e sua dinâmica. De um lado, há aqueles que enfatizam os benefícios do turismo, como a geração de novas fontes de renda para alguns moradores locais. Por outro lado, surgem receios, especialmente em relação ao aumento do fluxo de visitantes que se dirigem ao Caparaó, não apenas para passar alguns dias, mas, em muitos casos, para estabelecer moradia permanente. Além disso, como foi destacado, alguns recém-chegados não demonstram o cuidado necessário em suas intervenções no ambiente, o que pode levar a processos de degradação que ameaçam os próprios aspectos que atraem tanto os visitantes quanto os novos residentes.

É importante salientar que a dinâmica turística pode impactar a territorialidade dos moradores nativos e a manifestação de suas identidades territoriais, como argumenta Pollice (2010) em outra parte deste texto. Essa situação ocorre porque, em certas condições, a comunidade local pode ser gradualmente levada a adaptar sua própria compreensão de si mesma e de sua cultura, alterando a iconografia que até então demarcava suas tradições (ibid.). Como afirma o autor, essa transformação se desenvolve especialmente quando os *outsiders* possuem uma cultura dominante e os processos de desenvolvimento local estão profundamente relacionados a fatores externos (ibid.).

Essas diferenças culturais entre os nativos e os *outsiders* – ou forasteiros, na linguagem dos moradores nativos – podem trazer ganhos, quando, por exemplo, conduzem a processos de aprendizagem e agregação de hábitos que favorecem o cuidado e a proteção/conservação dos elementos ambientais presentes no território. Entretanto, elas também são capazes de produzir impactos negativos nos modos de vida dos nativos, especialmente quando os que chegam não conseguem compreender as manifestações culturais e os hábitos já enraizados localmente, buscando impor suas próprias convicções e territorialidades sem se preocupar com os demais membros da comunidade. Além disso, os costumes externos podem também se mostrar não tão benéficos, sendo, pelo contrário, prejudiciais ao ambiente local, como já destacado em falas anteriores, atuando, ainda, “[...] como fator desestruturante das valências identitárias do território” (ibid., p. 14). Essa situação, inclusive, é capaz de conduzir ao surgimento de conflitos entre os locais e os novos moradores.

Tá aconteceno o que eu tô te falano! **Os nativo dali** [Patrimônio da Penha] **tá começano a ficá incomodado!** Porque ali, o que aconteceu, **ali entrô muito segmento**, né? **Num é uma coisa só igual era!** Pessoal vei pra li pra tê paiz, tranquilidade, num sei o que. Aí, começô montá as aldeia, quele negócio ali. Aí, tem um pessoal ali que é duma... dum... ele tem uma frequência de vida, o outro é diferente e tal. Aí, um gosta dum barulho, o o to gosta... Aí, **todo dia que cê chegá lá, cê tem um evento pra assistí!** Aí tem aquele que o pessoal gosta e tem aquele que também incomoda. Num é que o pessoal tá fazeno errado, **mais é um tipo de sistema que vai incomodá!** E que é o quê? Cara... aquele pessoal que gosta daquilo ali, gosta, é um direito dele, só que pro outro aquilo num tá legal. Tipo uma festa de barulho,

aquele barulhão memo! **Imagina ocê deitado numa cama, meia noite, um som lá: tum, tum, tum?** (S. V., 62 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Hoje aqui a gente comenta que são, vamos dizer, várias tribos, né? Diferentes. Então, assim, têm pessoas aqui que... hoje a gente tem na Vila aqui que tem um poder aquisitivo alto e está aqui pra podê querê só descansá, **não precisa do turismo, não precisa de renda do local**, veio só pra descansá. Então, **às vezes ele não qué nenhum tipo... nada! Zero turismo!** Tem alguns já, vamos dizê, alternativos, que realmente procuram, que querem esse contato com a natureza **e não querem o crescimento às vezes do local e certas coisas que aconteçam**. Mais às vezes fala e não faz o que fala, né? Então, às vezes eu acho que falá é muito fácil, a gente fazê é mais difícil um pouquinho. Então, **tem gente que às vezes critica e fala muito**, mais às vezes faz certas coisas que contradizem o que dizem. Hoje até que a gente fez um movimento de catá uns lixos, juntá, né? Ajudei o pessoal a fazê esse movimento no Portal do Céu, que são um local que mora várias pessoas alternativas e tal, e a gente vê que, tipo assim, **eles tão lá, mais acaba deixando, jogando lixo, enterrano lixo**, né? **Tacando fogo no lixo**. Então, são coisas assim que... complicado, né? Da gente tá lá e tê que juntá. [...] E aqui dentro da Vila é a mesma questão, né? Tem nativos que se importa, mais a maioria ainda eu acho que não se importa com o local, e tamém tem os que veio morá, né? Só aproveitá dessa... “Ah não, vô pra lá porque eu tô precisano, tô veno que se eu montá isso eu vô ganhá dinheiro”. Então, essa que é a grande preocupação. E na pandemia, uns meses ficô fechado de tudo né, por causa da... **Mais muita gente brigava por causa dessa questão**. Tipo assim, a gente entende tamém que têm pessoas que sobreviviam do turismo, então acabava que eles ficaram sem dinheiro, né? Então, a gente entende que às vezes teria que girar alguma coisa mesmo. Então é complicado, a gente tem que colocá... Eu penso que quando a gente vê alguma coisa, a gente tem que se colocá no lugá da pessoa e vê aquela necessidade que ela passa. Então, é muito fácil pra uma pessoa que tá tranquila, tá aposentada, não precisa de uma renda, e uma pessoa às vezes que já tava ali precisando e vivendo do turismo e fechar e acabá passando uma dificuldade, uma necessidade, né? Apesar que o governo aí tava ajudando pra que isso não acontecesse. Então, **realmente teve esse... um puxa prum lado, um puxa pro outro**. Alguns queriam só mesmo fazê um trabalho da maneira que pudesse, mesmo que menor. Outros já: não, vamo fazê festa, evento e vamo dexá acontecê. Então, realmente dá de tudo né (H. O., 35 anos, entrevista realizada em 20/04/24).

Não, teve, teve sim [divisão entre os grupos da comunidade durante a pandemia]. **Teve alguns problemas**. A gente, por exemplo, teve um dia que eu cheguei no XXX, a gente teve que fechar, né? Aí, teve um dia que eu cheguei no XXX, tava lá assim um... um TNT preto colado na fachada do XXX! Aí eu fiquei muito brava, eu falei: como assim uê? A gente entendia que o Brasil tava de luto, mais eu não precisava tê aquilo lá. E aí, **foi um grupo de alternativos que fizeram isso com os comércios e tal**. Então teve, **teve algumas discussões bem grandes** assim né! Porque, como aquilo que eu falei, a pandemia foi, assim, um diferencial, mais... que viu as pessoas. Mais as pessoas dependiam disso aqui, né? Então, comé que você ia fazê com o seu comércio fechado? Claro que teve pessoas que deu jeitinho, mais teve uma divisão, teve algumas brigas, **muito por às vezes essas pessoas alternativas serem do alternativo, serem de mais conhecimento, serem mais pessoas que vieram de outras cidades, um pouco mais instruídas**, um pouco mais... né? Então, tinha todo esse entendimento. **Pessoas de leitura melhor**, sabe? Porque a base do nativo é... é... A escolaridade é poca, então, assim, né? **Realmente, foi bem complexo e deu esse divisor mesmo**, assim, bem grande. Mais eu acho que hoje, no entanto, é aquela questão, acho que os nativos entenderam que as pessoas vão vir mesmo. Mais aqui eu falo o seguinte: num vem, num chega cantá de galo não! **Que os nativo bota pra corrê e bota pra corrê mermo**. E sai... **e aqui eles são bravos. É tiro, porrada e bomba** (L. V., 37 anos, entrevista realizada em 01/05/24).

Aqui, é interessante perceber uma diferença no que concerne às consequências geralmente produzidas pelas UCs nos territórios em que são instaladas. Nesse caso, pode-se dizer que existiriam dois tipos diferentes de impactos: os diretos e os indiretos. No que diz respeito aos primeiros, estes são muito estudados e analisados pela academia, tendo já disponível um significativo número de pesquisas e publicações dando conta de sua dinâmica. Tratam-se daquelas situações que são diretamente produzidas pela constituição da UC, como, por exemplo, as desapropriações das terras que a compõem; as proibições de uso dos elementos não humanos que são impostas às populações impactadas pela unidade; e os próprios conflitos ambientais oriundos desses processos.

Por outro lado, os impactos indiretos, também denominados aqui de “impactos de segunda ordem” (Souza e Milanez, 2019), seriam aqueles que não são produzidos diretamente pela UC, mas que estão de alguma forma relacionados à sua presença naquele território. Entre os exemplos desses impactos, estão os embates entre nativos e alternativos ocorridos no Patrimônio da Penha e descritos nas falas acima, assim como a própria situação da degradação ambiental aparentemente em curso em parte do entorno do ParNa, já apresentada em outros momentos, sendo este processo uma consequência direta do aumento de moradores na região do entorno do Parque, que são atraídos fundamentalmente pela presença da UC na área.

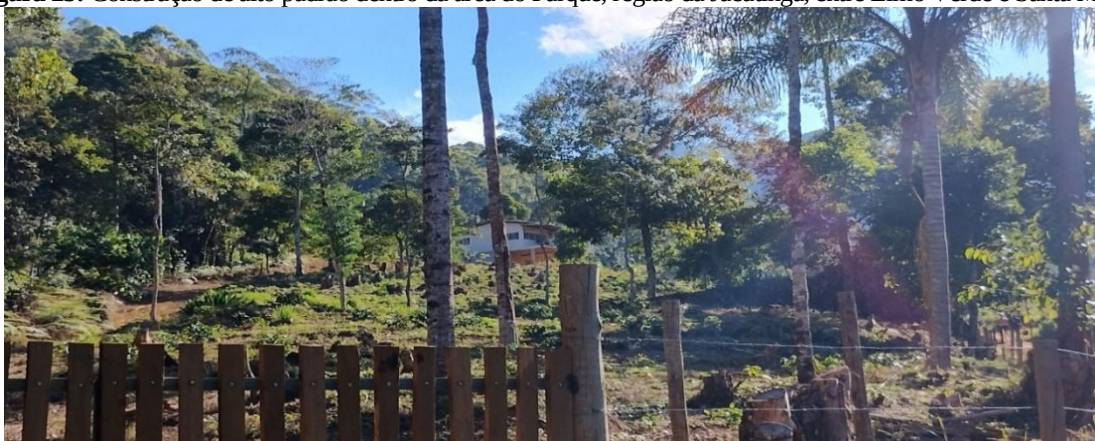
Principalmente neste último caso, a unidade em si não produz a degradação do ambiente não humano da região. Isso seria, inclusive, uma enorme contradição aos seus propósitos. Porém, é essencialmente a sua presença que ocasiona o aumento da procura por áreas próximas à UC, o que, por sua vez, tem levado ao aumento populacional em alguns locais do entorno, ocasionado sobretudo pela chegada de novos moradores provenientes geralmente de espaços urbanos. Essa ocupação, ao se dar de maneira desordenada, acaba produzindo consequências negativas para o ambiente não humano do entorno, gerando degradação das condições ambientais como um todo. Durante os trabalhos de campo foi possível observar, em algumas regiões circunvizinhas à UC, intervenções que, ao menos num primeiro olhar, aparentam representar riscos ao ambiente local, confirmando aquilo que parte dos entrevistados havia afirmado em suas falas. As imagens a seguir apresentam uma parte desse quadro.

Figura 24: Área de terraplanagem entre Santa Marta e Pedra Roxa, às margens da rodovia que circunda o ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoa, 2024

Figura 25: Construção de alto padrão dentro da área do Parque, região da Jacutinga, entre Limo Verde e Santa Marta



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 26: Construção dentro da área do Parque, região de Rio Claro, município de Iúna



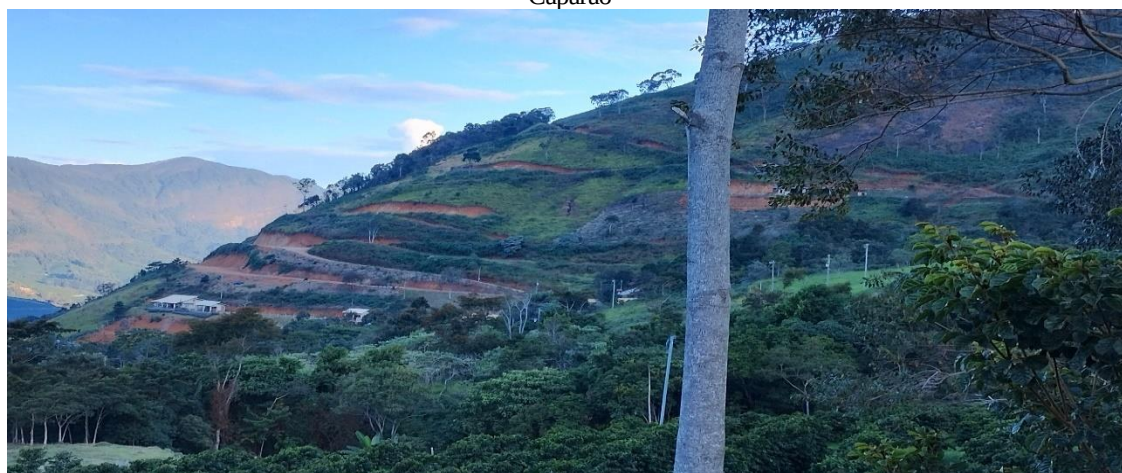
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 27: Área de terraplanagem na comunidade Paraíso, a poucos metros da portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 28: Área de terraplanagem e construção na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 29: Construção de alto padrão na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó



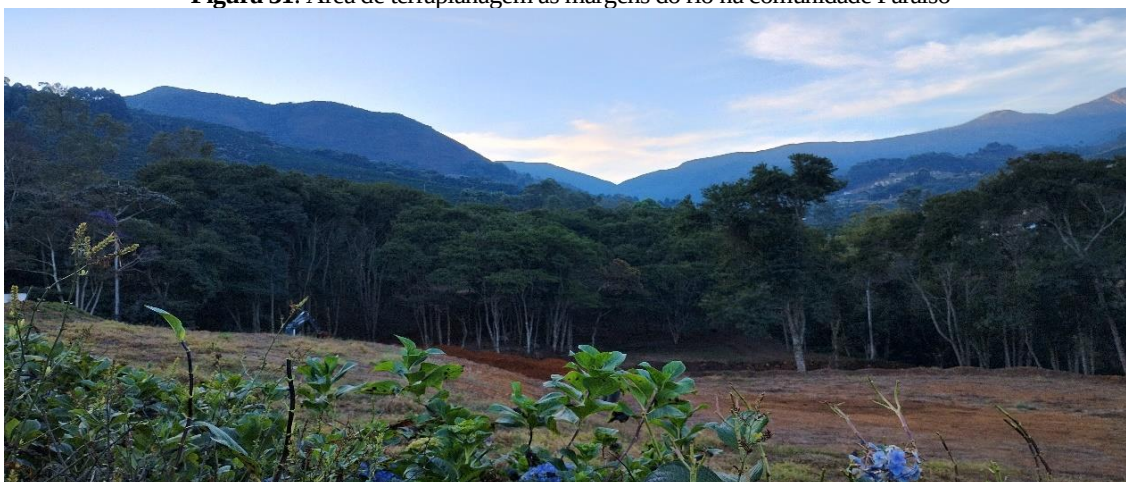
Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 30: Construção de alto padrão às margens do rio na comunidade Paraíso, próximo à portaria de Pedra Menina do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 31: Área de terraplanagem às margens do rio na comunidade Paraíso



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Ainda no que tange ao crescimento de moradores externos nas circunvizinhanças do Parque e dos impactos negativos que essa dinâmica tem produzido, uma das pessoas mais atuantes em prol do ParNa e seu entorno afirma que “Há muitos loteamentos e condomínios sem licenciamento na zona de amortecimento do Parque. Muitas pessoas vindas de fora da região estão aterrando brejos, córregos... Tem ocorrido muito” (Couzemenco, 2022b). Todas essas são situações que vêm se processando em diferentes áreas do entorno do Parque e, em situações menos frequentes segundo relatos de alguns moradores, até mesmo dentro dos limites da UC, tendo sido observado durante os trabalhos de campo movimentos mais intensos nessa direção na comunidade de Paraíso, no município mineiro de Espera Feliz, em Pedra Menina, no município capixaba de Dorcas do Rio Preto, e em diversos outros trechos no eixo Patrimônio da Penha/Santa Marta/Pedra Roxa, sendo a primeira

dessas comunidades pertencente ao município de Divino de São Lourenço e as outras duas ao município de Ibitirama, todos localizados na vertente espírito-santense do ParNa Caparaó.

Logo, ao percorrer as estradas da área, não é difícil encontrar obras novas – algumas que aparentam demandar investimentos significativos, inclusive –, assim como também são frequentes os anúncios de venda de terrenos pelo caminho, evidenciando a demanda por terras na região. As imagens apresentadas na sequência demonstram esse quadro. Em 2015, inclusive, em trabalho realizado no Patrimônio da Penha (Souza, 2016), o autor desta tese teve contato com relatos dando conta desse processo de valorização significativa dos terrenos e lotes no local e em suas imediações, numa situação que se assemelha àquela identificada em Alto Caparaó por Amarante (2016), assim como também em outras áreas do entorno.

Figura 32: Obra de grande porte nas imediações do Patrimônio da Penha



Fonte: Arquivo pessoal, 2023

Figura 33: Obra de grande porte próxima a Limo Verde, no entorno do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 34: Chalés e pousada na comunidade Forquilha do Rio, em Pedra Menina, próximo à portaria do ParNa Caparaó



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 35: Terreno à venda em Limo Verde



Fonte: Arquivo pessoal, 2023

Figura 36: Chácaras à venda na região da Jacutinga, entre Limo Verde e Santa Marta



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Figura 37: Lotes à venda na comunidade de Paraíso



Fonte: Arquivo pessoal, 2024

Por fim, não é possível falar de turismo na Região do Caparaó sem mencionar, ainda que brevemente, o papel que o café vem desempenhando para a atividade, especialmente nos últimos 14 anos, com o crescimento da produção dos chamados “café especiais”. Estes cafés

[...] distinguem-se por uma série de importantes aspectos, mas sobretudo por suas características sensoriais que, em última análise, reflete a influência de todas as demais, físicas e químicas. Tais características são influenciadas pelo ambiente nos quais os cafés são produzidos, destacando-se a influência da temperatura, umidade do ar, intensidade e distribuição de água nos diferentes períodos fenológicos da planta, da física e fertilidade do solo, da microbiota existente, da face de exposição ao sol, da ocorrência e predominância do vento, entre outras. É também, contudo, muito influenciada pelos diversos sistemas de produção e pelos cuidados na colheita, pós-colheita, processamento e armazenamento (Fonseca, 2017, p. 5).

Em comparação ao café tradicional, que geralmente têm a sua produção voltada para a quantidade, sem maiores preocupações com a qualidade, o café especial,

[...] grosso modo, consiste em um grão de café de qualidade superior, disponibilidade limitada, variedades específicas, café de origem, história vinculada ao cultivo, métodos de colheita e preparação, bem como questões ambientais. Os atributos de um café especial cobrem uma ampla gama de conceitos, que vão desde as características físicas, como origens, variedades, cor e tamanho, até preocupações sociais, como os sistemas de produção e as condições de trabalho da mão de obra cafeeira (Dias, 2022, p. 106).

Ou seja, a produção desses cafés está diretamente ligada a aspectos tanto da ecologia das regiões e lugares onde são produzidos quanto também aos processos sociais empregados na sua produção. Segundo Frederico e Barone, (2015, citados por Dias, 2022), não existe um consenso sobre a definição do que é um café especial. Entretanto, é possível dizer que cafés que alcançam notas nos processos de provação superiores a 70 pontos já são considerados cafés de

boa qualidade, muitas vezes sendo denominados de “café gourmet”. Quando essas notas superam os 80 pontos, são tidos como cafés de muito boa qualidade (Dias, 2022), sendo então chamados de “café especial”. Se a pontuação superar os 90 pontos, os cafés são considerados excepcionais (especial raro) (ibid.), sendo relativamente difícil encontrar um produto com essa pontuação. Além da qualidade e do sabor distintos desses cafés, quanto maior a nota, consequentemente, maior tende a ser o seu preço no mercado.

No que tange ao Caparaó, como já mencionado em outros momentos ao longo deste texto, trata-se de uma região altamente dependente da produção agropecuária, com o café sendo o principal produto da economia dos municípios já há várias décadas. À medida que a economia regional e local foi se organizando em torno da produção cafeeira, esse processo também foi influenciando sobremaneira na constituição de uma identidade territorial dos sujeitos que vivem nesse território. Assim, no atual momento histórico, existe uma forte correlação entre a produção do café e a identidade manifestada por boa parte daqueles que vivem dessa atividade. O advento da produção dos cafés especiais, ao que parece, vem ajudando a colocar em evidência essa correlação entre a identidade territorial local e a produção cafeeira, especialmente por se tratar de uma dinâmica que, no caso do Caparaó, por seus aspectos socioeconômicos e ecológicos, baseia-se, via de regra, em processos produtivos com fortes características familiares (Dias, 2022; Tavares, Machado e Valduga, 2023).

À vista disso,

O patrimônio natural da região, representado pela Mata Atlântica nativa preservada pela UC, é complementado pela diversidade do patrimônio cultural presente, formado pelas ruralidades estruturadas, identidades consolidadas e sentimento de afeto e pertencimento ao local (TUAN, 1990), como a gastronomia local e o café com reconhecimento de origem (Tavares, Machado e Valduga, 2023, p. 5).

No geral, os cafés especiais começaram a ganhar relevância na região a partir de 2012, quando o primeiro prêmio a nível nacional foi dado a um produtor local (Fidelis, 2016). Desde então, muitos outros produtores de várias áreas do entorno do Parque vêm conseguindo lograr êxito em concursos tanto de nível regional quanto nacional. Inclusive, em 2023, novamente um produtor da região alcançou o título de melhor café do Brasil, sagrando-se campeão do *Coffee of the Year* 2023. Além da primeira colocação em vários concursos, os cafés locais também sempre vêm ocupando outras posições de destaque, como segundos, terceiros, quartos lugares e etc., o que demonstra a elevada qualidade do produto que é concebido na região.

No que diz respeito especificamente à ligação entre o turismo e a produção desses cafés no Caparaó, é importante ressaltar que “A região do Caparaó já é uma referência em café de

qualidade, o que ocasionou o crescimento no turismo da região, principalmente aquele ligado ao interesse dos visitantes em conhecer os cafezais e como é a forma de vida dos produtores” (Santos et al., 2022, p. 32). Consequentemente,

Esse movimento turístico tem proporcionado o aumento no número de estabelecimentos para atender esta demanda de visitantes, com destaque para as cafeterias que vêm crescendo em torno da Serra do Caparaó, pois, além de trazerem inovações, também ajudam na divulgação da marca e do produto (ibid., p. 32).

É bem verdade que o grande chamariz da área é o ParNa Caparaó, com toda a exuberância de seus aspectos ecológicos, com destaque para o Pico da Bandeira e as cachoeiras. Como perceptivamente observou um morador entrevistado,

O café aqui é muito importante, mais café não chama. O cara não vai sair de Vitória, andá 5 horas de carro só pra vir aqui tomá um cafezinho (M. R., 60 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Por outro lado, a presença do café, associado ao turismo existente no entorno fundamentalmente em função do Parque, acaba funcionando como um aspecto que agrega significado, qualidade e experiência para aqueles que visitam o Caparaó. Isso porque, apesar de a quase totalidade dos que a ele se dirigem não o fazerem para experimentar o café produzido localmente, como o próprio morador citado acima afirma na sequência,

[...] Mais quando ele tá aqui, ele qué o cafezinho. Ele aprende que existe o café especial, aí depois ele pede e manda-se pelo correio pra ele. Qué dizê, então ele é um atrativo, embora não é o que atrai. O que atrai é o Parque, a altitude, essa coisa do frio aqui (M. R., 60 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Logo, tem-se essa associação dialética entre o Parque e a produção cafeeira, especialmente dos ditos cafés especiais, pois o turismo induzido pelo Parque proporciona o conhecimento dos produtos concebidos na região, gerando renda para os produtores da área. Em contrapartida, a produção cafeeira incrementa a experiência turística associada ao Parque, pois os que têm contato com o produto passam a associá-lo ao ParNa e seu entorno. Além disso, essa relação entre Parque e a produção cafeeira extrapola a questão turística, tendo em vista que a produção dos cafés especiais do Caparaó parece estar profundamente conectada às características ecológicas existentes localmente, sendo parte importante delas mantidas pela presença do Parque na área.

[...] A não ser pelo fato de se ter nessa região a predominância de lavouras a pleno sol, **as condições microclimáticas do Caparaó** se aproximam daquelas encontradas entre 1.500 e 2.400 m da zona temperada da Etiópia, origem do **Coffea arábica**. Fato que torna o Caparaó região singular em termos de cultivo de café **é seu relevo**. A maior parte de seu território constitui terras com topografia classificada como ondulada, forte ondulada e montanhosa. [...] **Em função dessa topografia, há infinitos microclimas derivados do inter-relacionamento da temperatura, umidade relativa do ar e luminosidade** (Bento et al., 2022, p. 101, grifos nossos).

Além disso,

De acordo com o Caderno de Especificações Técnicas (CET), os fatores naturais que contribuem para a caracterização do café na Denominação de Origem Caparaó **são as interações que ocorrem nas altitudes das lavouras e na forma do relevo**, quase sempre montanhoso, dificultando a mecanização; **uma boa distribuição das chuvas, com média anual entre 1.200 mm e 1.600 mm; as médias das temperaturas anuais variando entre 19 °C e 22 °C**; a escolha preferencial das faces ensolaradas para os plantios; **e as características dos solos, com bons teores de matéria orgânica e de fertilidade** (APEC, 2020a). Além disso, **os melhores cafés apontados em concursos de qualidade são originados de propriedades com boa cobertura florestal ou vizinhas do Parque Nacional do Caparaó** (Souza, Simão e Silva, 2021, p. 57, grifos nossos).

Como já destacado anteriormente, em 2021, após um processo que teve início em 2014, a Região do Caparaó alcançou a Indicação Geográfica “Denominação de Origem Caparaó” para o café arábica que é aí produzido (Santos et al., 2022). Do ponto de vista especialmente comercial, essa conquista é significativa, pois distingue e ao mesmo tempo identifica o café produzido na região em comparação àqueles produzidos em outras áreas do país. Essa denominação de origem compõe, dessa forma, o que se tem denominada neste trabalho de “selo territorial”, estabelecendo para os cafés especiais produzidos no Caparaó essa identificação que o qualifica e, ao mesmo tempo, agrega valor como uma mercadoria que carrega em seu rótulo essa especificação que o conecta a um território singular, com suas características ecológicas, socioeconômicas e culturais.

O quadro 4, a seguir, produzido com base no método da análise de conteúdo de Bardin (1979), apresenta outros aspectos que salientam o papel e os impactos do café na Região do Caparaó.

Quadro 4: Categorias, subcategorias e unidades de registro relacionadas ao café no ParNa Caparaó e seu entorno

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
O CAFÉ NA REGIÃO DO CAPARAÓ	Histórico da produção	O papel do café	<i>“Era todo pasto, aqui num tinha café. Nós começamos a plantar café aqui em 1950. Aqui a gente plantava café, a geada matava, morria as mudinha de café tudo. Depois é que começamos a trabalhar, e aí foi desenvolvendo, plantano café na parte dos morro, porque a geada cai mais no plano, e aqui, como tem muito poco plano, a gente tinha que plantá café nos morro mesmo. Então começô a formá, né? Mais então, começamos a trabalhar dessa maneira aí”.</i>
		Os cafés especiais	<i>“Então, aqui é assim: é café, café, café! O tempo inteiro é café! Café e gado. Gado até não muito, porque a nossa região é muito montanhosa. Mais, mesmo assim, tem muito”.</i>
	A ressignificação da produção	Identidade territorial	<i>“[...] A gente recebe gente aqui... Eu, atraves do Parque, café, a gente recebe gente do Brasil interô. Café e o Parque né”.</i>
		Preocupações e impactos negativos	<i>“Em 2015 eu voltei pra cá com o intuito já de começá a produzir café especial, que a região tava ganhando prêmio de café especial, e eu vi que a gente tinha um potencial de produzir café especial aqui na propriedade. E aí, nisso que eu voltei, eu já conheci logo a agrofloresta, que eu vi que era uma coisa que ia completá o que eu precisava, porque eu não conseguia também vivê, tipo assim, minha cabeça não encaixava cê vivê de uma coisa só numa terra, né? E aí, a gente começô conhecê a agrofloresta e fazê do jeito que a gente achava. E em 2017, a gente produziu nosso primeiro café, a gente entrou no concurso, no Coffee Of The Year, que elege o melhor café do Brasil, a gente ficô em décimo segundo no primeiro concurso. E daí, a gente começô a estudá mais as técnicas de agrofloresta, pra aplicá melhor, e estudá mais sobre os cafés especiais. Em 2018, a gente participou lá novamente, a gente ficou em décimo... é... décimo... é... ficou em sexto, ficamo em sexto no segundo ano. E em 2019, a gente ficou em primeiro, como melhor café do Brasil, e praticando agrofloresta”.</i>
	A importância da cultura cafeeira	Relação entre o parque e o café	

Continua na próxima página

Quadro 4: Categorias, subcategorias e unidades de registro relacionadas ao café no ParNa Caparaó e seu entorno (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
O CAFÉ NA REGIÃO DO CAPARAÓ	Histórico da produção	O papel do café	<i>“Essa região teve muita quemada, era uma prática comum, as pessoas usavam pra limpá o terreno, mais... não só pra limpa o terreno, às vezes era provocada de maneira criminoso, ou discuido, né? O cigarro. E isso, então, assim, sempre teve a quemada. O café acabô virando a barrera verde, né? Então hoje, por exemplo... E em relação à BR 262, quando o sítio do lado, que tava ligado à BR, e ele tava muito sujo, o fogo vem de lá e devastava nosso sítio. Então, o plantio do café foi a maneira que virô o assero verde ali, que é o que acontece ao redor do Parque, eu acho muito interessante. Então, existe uma preocupação: ah, o cafeicultor invasor. Mais é o cafeicultor também é a proteção, a barreira verde ao redor do Parque”.</i>
		Os cafés especiais	
	A ressignificação da produção	Identidade territorial	<i>“Nóis é que somos os guardiões do Parque hoje, porque tem um cinturão em torno do Parque, todo ele de prantio de café, e é onde que dá os melhores cafés do Brasil, tanto lado do Espírito Santo quanto lado de Minas”.</i>
		Preocupações e impactos negativos	<i>“O pessoal que teve mais conscientização, ele começa a plantá um café mais qualificado... do que eu tê dez mil (10.000) pés de café pra colhê cinquenta (50) sacas, eu tenho mil (1000), dois mil (2000) só e vô tê um café de qualidade”.</i>
	A importância da cultura cafeeira	Relação entre o parque e o café	<i>“Ó, o café hoje é o cinturão do Parque, né? O café, se não fosse as propriedades de café, até de eucalipto memo, o próprio Parque já tinha acabado, porque eles acabam virano cinturões, porque o café tem que sê capinado, ele tem que sê roçado, então ele acaba virano um acero de proteção ambiental. Não é o ideal pra unidade de conservação! Mais ele não está dentro do Parque, ele tá inserido no entorno. Se tem pé de café dentro do Parque é porque ele planejou mal o decreto de 2000 e pegô lavoura de café”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 4: Categorias, subcategorias e unidades de registro relacionadas ao café no ParNa Caparaó e seu entorno (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
O CAFÉ NA REGIÃO DO CAPARAÓ	Histórico da produção	O papel do café	<i>“Até o café especial, que a gente vê como uma alternativa de valorização da nossa cultura e uma valorização que vem com intuito de diminuir o impacto né. Você pode produzir talvez um pouco menos com um valor agregado melhor, ou você pode fazê... né... vai aceitá melho a questão da agrofloresta?”</i>
		Os cafés especiais	<i>“Não, nunca quis sai. E os filho também, nenhum deles quisero sai. Então, já vai os quato (4) filho no mesmo camim, ficaro por aqui memo, três (3) home e uma (1) mulhé. Vão ficano por aqui mesmo [...] mantendo a tradição do café. E nós também gosta de trabalhá com café especial. Então, a gente vai sempre fazeno o melho que pode! Porque a propriedade é pequenininha, só dá memo pra tocá com a família mesmo e é só mesmo pouquim de café que a gente tem”.</i>
	A ressignificação da produção	Identidade territorial	<i>“[...] Então, fui me... junto com a questão até da família, assim, de incentivá, de entendê essa questão do sítio, de vê potencial nisso, fazê curso de barista, curso de classificação, de degustação e aprimorar esse saber, é... esse saber cultural da família, né? Essa lógica que eu cresci. Cresci rodando café no terrero, então, assim, vi muito dessa transição dessa questão da cultura, do modo de enxergá o café aqui dentro. Quando era criança, lembro que as famílias cultivavam muito mais, era muito mais multidisciplinar os cultivos... múltiplos os cultivos né. Então, a gente colhia mais milho, mais feijão, batata, tinham mais cultivos né. E aí, o café foi ganhando força né, como principal ativo de recurso financeiro mesmo, troca financeira, os otros eram menos, eram mais pra subsistência do... na questão... Tinha o boi tamém, tinha pasto. Então, foi perdendo pasto e ganhando café, perdendo pasto, o café foi... Então, é... isso é uma coisa que eu lembro, que me... eu lembro, assim, até com uma certa nostalgia”.</i>
		Preocupações e impactos negativos	
	A importância da cultura cafeeira	Relação entre o parque e o café	

Continua na próxima página

Quadro 4: Categorias, subcategorias e unidades de registro relacionadas ao café no ParNa Caparaó e seu entorno (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
O CAFÉ NA REGIÃO DO CAPARAÓ	Histórico da produção	O papel do café	<i>“É um cultivo também [o café], a base da economia local. Hoje a região tá produzindo aí bons cafés, até os melhores do Brasil, mais as propriedades tem que cumpri a lei, né? Porque é vinte por cento (20%) de área de preservação, é vinte por cento (20%) no mínimo a Mata Atlântica, e a gente vê que aqui na região nós não temos sete (7%) de cobertura florestal. E o café hoje, por ele ter um preço bastante elevado no mercado, mesmo café mais comum, imagina o café especial? As pessoas tão plantando até no alto de pedra. Eu, essa semana mesmo, eu fui em uma região em que eu fiquei apavorada até onde tem café. Porque o café de altitude, ele dá um café melhor, e as pessoas tão indo aonde mais, assim, aonde mais elas... Eu jamais imaginária de subi naquele ponto lá, as pessoas tão indo e tão plantando café”.</i> <i>“Então, eu vejo o café como uma atividade econômica importante, mais ao mesmo tempo eu vejo que não estão se preocupando com as áreas de APP, em volta de nascentes, margens de rios, tão plantando em todo o canto né. Aí, isso aí pode impactá de alguma forma. Pode não! Impacta de alguma forma negativa, principalmente na questão de infiltração de água no solo. Sem falá ainda da questão dos... dos... dos... das adubações, químicas né, e também de pulverizações às vezes por materiais pesados nas lavouras, que isso tudo também pode contaminá os recursos hídricos né”.</i> <i>“E cafés. Todos os cafés que tá situado na borda do Parque são os melhores cafés do Brasil. Nós mesmo são o quinto melhor café! Eu num consigo produzi um café de excelência se eu num tivé na borda do Parque ali. Hoje é fundamental”.</i>
		Os cafés especiais	
	A ressignificação da produção	Identidade territorial	
		Preocupações e impactos negativos	
	A importância da cultura cafeeira	Relação entre o parque e o café	

Como se nota pelas falas destacadas no quadro, o café desempenha diversos papéis no Caparaó. É fonte de renda; é também uma forma de ligação das pessoas com o território e mesmo de manutenção das famílias unidas e fixadas à terra; funciona ainda, na percepção de parte dos sujeitos locais, como uma barreira para o Parque, protegendo-o principalmente de maiores riscos de incêndios de grandes proporções; tem contribuído, especialmente por meio dos cafés especiais, com a atividade turística na região, sendo mais um atrativo a impulsionar o conhecimento e reconhecimento do Caparaó a nível nacional e mesmo internacional, possibilitando, ainda, a geração e/ou o aumento da renda dos que têm se dedicado à produção desses cafés.

Como salienta Dias (2022, p. 153), no caso da produção no Caparaó,

O café para o Produtor não é apenas café, não é apenas produto. **O café é o sentimento das pessoas, é uma relação.** Mas não qualquer relação. Trata-se de legar ao filho seus conhecimentos, para que este, em algum momento, possa produzir também o seu próprio café e dar continuidade ao legado de qualidade, às histórias de sua família, do seu lugar, da sua atividade. [...] É necessário termos em mente que o café produzido pelo Produtor não é apenas produto comercial, **é valorado como um modo de contar e produzir a história**, a história da atividade de produção da família na agricultura familiar, **um patrimônio** (grifos nossos).

Entretanto, o mesmo café que traz benefícios também desperta preocupações, especialmente quanto à expansão de sua área de plantio, principalmente por conta da melhora nos preços de mercado observada nos últimos anos, pelo não respeito aos limites legais de manutenção de áreas de floresta nativa e de restrições de cultivo em determinados locais, além, é claro, do próprio uso de insumos e produtos nas lavouras, sendo muitos deles altamente tóxicos e prejudiciais para a ecologia do ambiente. De igual modo, também leva a um processo de “monoculturação” e, conseqüentemente, à perda do caráter de policultura que é característico da agricultura camponesa, caracterizando-se, dessa maneira, também como um aspecto de pressão ao ParNa Caparaó.

Todos esses processos têm marcado a dinâmica turística do ParNa e seu entorno, trazendo, como se viu, aspectos positivos, especialmente relacionados à geração de novas fontes de renda para parcelas dos sujeitos locais, mas, ao mesmo tempo, gerando preocupações tanto nesses mesmos sujeitos quanto na própria unidade, especialmente em função das dificuldades de fiscalização e controle das instituições públicas, inclusive o próprio Parque, quanto às dinâmicas induzidas pelo turismo na região. Assim, como forma de complementar as análises, olhar-se-á agora para os mapas de uso e ocupação do solo no ParNa e seu entorno nos últimos 24 anos.

4.6.3 O uso e a ocupação do solo no ParNa e seu entorno entre 2001 e 2010 e entre 2011 e 2020

Para além desse contexto envolvendo o crescimento da atividade turística, assim como também o que aparenta ser um aumento do número de moradores externos no entorno do Parque, vale destacar que, especialmente em sua ZAI, o ParNa Caparaó continua a apresentar boa parte da dinâmica socioeconômica e cultural visualizada na década de 1990. Ainda que tenha ocorrido crescimento do ramo turístico como nova alternativa de renda para uma parte dos sujeitos locais, a economia se mantém assentada sobremaneira na produção agropecuária. Como forma de melhor visualizar essa dinâmica, a figura 38 apresenta o mapa de uso e ocupação do solo no ParNa e seu entorno para o período compreendido entre 2001 e 2010.

Grosso modo, ao observar a imagem pode-se notar semelhanças com aquela apresentada anteriormente, na figura 15 (p. 176), e que compreende o período entre 1991 a 2000. É evidente que as áreas cobertas por florestas se destacam dentro dos limites do Parque em comparação com seu entorno, por exemplo, onde sobressaem as áreas de pastagem, especialmente na vertente capixaba do ParNa, e aquelas ocupadas pela produção cafeeira, principalmente em MG. Nas tabelas 6 e 7, na sequência do mapa, é possível observar a área em km² ocupada por cada categoria de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI.

Figura 38: Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI entre 2001 e 2010

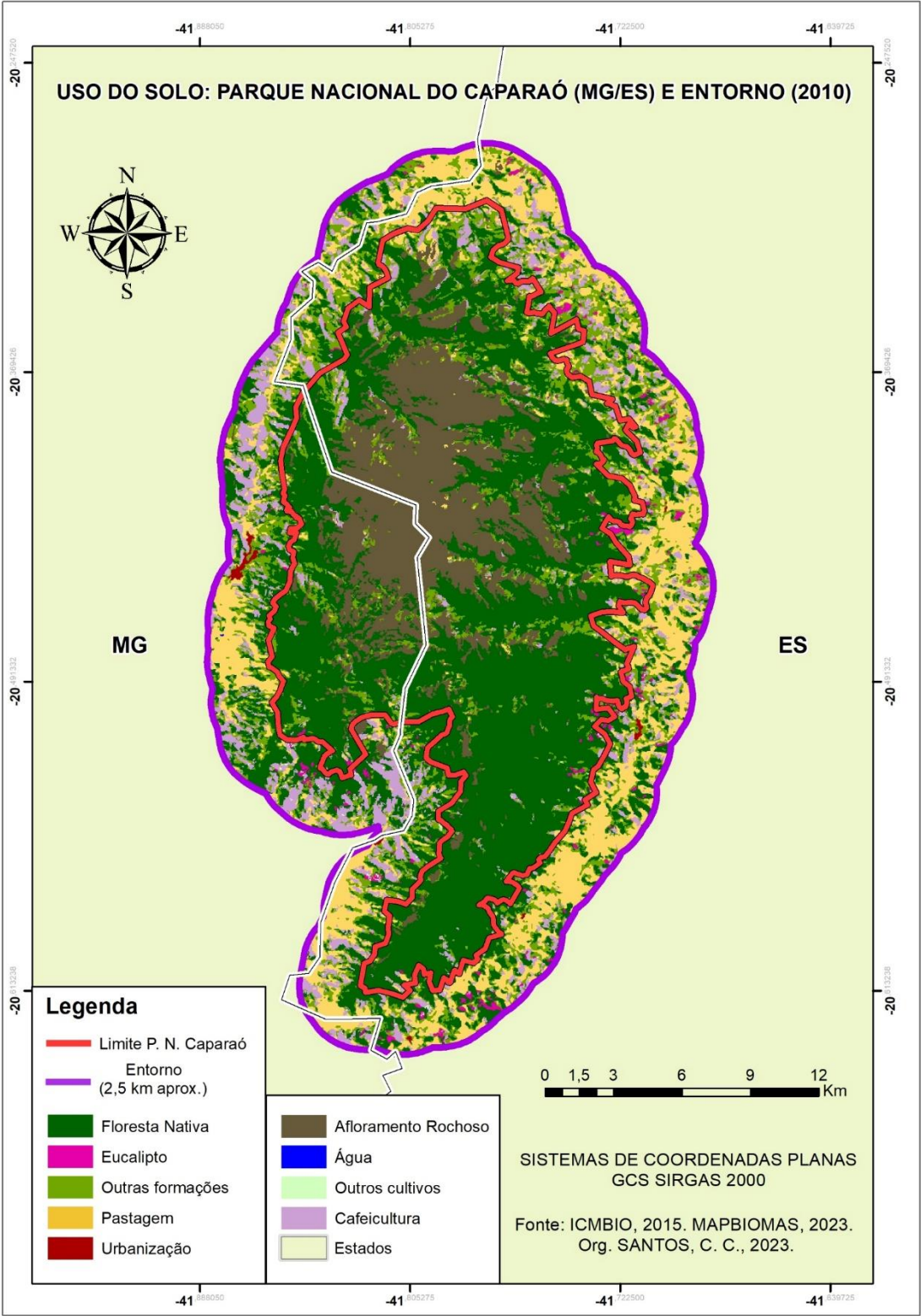


Tabela 6: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 2001 e 2010

Coluna1	2010
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	187,46
Eucalipto	0,84
Pastagens	5,56
Outras formações	31,92
Urbanização	0,00
Rocha	83,78
Água	0,00
Outros cultivos	0,15
Cafeicultura	7,93

Fonte: Elaborado com base na figura 38

Tabela 7: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 2001 e 2010

Coluna1	2010
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	69,07
Eucalipto	4,17
Pastagens	82,68
Outras formações	67,74
Urbanização	1,03
Rocha	1,30
Água	0,03
Outros cultivos	0,51
Cafeicultura	43,93

Fonte: Elaborado com base na figura 38

Assim como na figura 15, também aqui, na figura 38, para os limites do Parque destacam-se as categorias Floresta Nativa, Outras Formações – que, como se viu, tratam-se muito provavelmente de áreas em estágio inicial ou mesmo intermediário de regeneração, denominadas genericamente na região de “capoeiras” –, Cafeicultura e Pastagem. Já no que se refere à ZAI da UC, as maiores proporções de uso e ocupação do solo são para as categorias Pastagem, Floresta Nativa, Outras Formações e Cafeicultura.

As tabelas 8 e 9, na sequência, trazem a comparação entre os valores de cada categoria para o período apurado pelo mapa da figura 38 em relação aos valores que foram apresentados pelo mapa da figura 15, tanto para o parque quanto para sua ZAI.

Tabela 8: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó nos períodos 1991-2000 e 2001-2010

Coluna1	2000	Variação	2010
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	183,26	2,29	187,46
Eucalipto	0,45	84,96	0,84
Pastagens	8,41	-33,84	5,56
Outras formações	28,52	11,90	31,92
Urbanização	0,00	0,00	0,00
Rocha	85,56	-2,07	83,78
Água	0,08	-100,00	0,00
Outros cultivos	0,25	-42,13	0,15
Cafeicultura	11,11	-28,57	7,93

Fonte: Elaborado com base nas figuras 15 e 38

Tabela 9: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos períodos 1991-2000 e 2001-2010

Coluna1	2000	Variação	2010
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	63,07	9,52	69,07
Eucalipto	1,30	221,33	4,17
Pastagens	96,32	-14,16	82,68
Outras formações	66,87	1,31	67,74
Urbanização	0,68	50,35	1,03
Rocha	1,44	-9,42	1,30
Água	0,02	20,88	0,03
Outros cultivos	0,37	38,87	0,51
Cafeicultura	40,40	8,74	43,93

Fonte: Elaborado com base nas figuras 15 e 38

Com exceção da categoria Urbanização para os limites do Parque, todas as demais sofreram variações na comparação entre os períodos analisados, seja para mais ou para menos, tanto dentro da área da UC quanto em seu entorno. Em relação ao interior da unidade, as maiores variações na comparação entre os dois períodos se deram nas categorias Água (100% de redução), Eucalipto (84,96% de aumento), Outros Cultivos (42,13% de redução), Pastagem (33,84% de redução) e Cafeicultura (28,57% de redução).

No caso da água, que pode ser observada no mapa da figura 15 fundamentalmente na porção norte do Parque, é provável que se tratasse, nos anos de 1990, de algum tipo de reservatório artificial que tivesse sido construído por particulares naquela área da UC, tendo sido posteriormente desativado, o que levou a essa variação de -100% nessa categoria, impossibilitando sua visualização na mesma área do mapa na figura 38. Vale destacar também

a redução sofrida por quase todas as outras categorias que indicam algum tipo de uso humano não permitido dentro do ParNa, tal como Pastagem, Cafeicultura e Outros Cultivos.

A diminuição dessas categorias é interessante, pois traz novamente à baila a questão da expansão dos limites do ParNa, já discutida em pormenores anteriormente. Neste caso, a redução das áreas de cultivo dentro dos limites do Parque entre 2001 e 2010, assim como da categoria Água, possivelmente foi uma consequência direta do processo de saída de parte dos sujeitos que tiveram suas propriedades abarcadas pelos novos limites da UC, bem como também pelo próprio encolhimento da área de cultivo de parte dos que permaneceram nas terras, mas tiveram suas atividades limitadas pelo crescimento do espaço territorial da unidade.

Uma parte, ainda que diminuta, dessa redução, por outro lado, pode estar relacionada ao aumento de uma outra categoria, tendo sido um movimento que caminhou na contramão das demais. Trata-se da categoria Eucalipto, que como pode ser observado por meio da tabela 8, teve uma variação positiva no intervalo analisado. Ainda que em valores gerais esta ocupasse uma área relativamente pequena em 2010, ela apresentou crescimento, saltando de cerca de 0,45 km² para 0,84 km², tendo variado 84,96% entre 1991-2000 e 2001-2010. Afora o crescimento dos limites do Parque, que abarcou áreas produtivas, como se viu, no início dos anos de 1990 ocorreu a criação de um projeto pela então Aracruz Celulose voltado para o fomento florestal em vários estados, dentre eles ES e MG, denominado “Programa Produtor Florestal” (Dal’Col, 2006).

Ao que parece, o auge desse projeto no ES foi justamente o período entre o final dos anos de 1990 e o início dos anos de 2000. O grande incentivo à produção dessa cultura, estimulado tanto pela empresa quanto pelo próprio estado (Siqueira et al., 2004), principalmente no Espírito Santo – não à toa, a observação do mapa permite perceber que a pressão exercida por essa atividade era, entre 2001 e 2010, mais acentuada na vertente capixaba do ParNa Caparaó –, levou vários agricultores a aderirem ao plantio do eucalipto como resultado dessa política de fomento. Consequentemente, muitas propriedades rurais, inclusive na região do ParNa Caparaó e seu entorno, acabaram destinando parcelas de suas áreas ao cultivo dessa espécie. Em razão disso, em várias regiões do estado as lavouras de eucalipto se tornaram parte das paisagens locais.

Já no que concerne ao entorno, nota-se a continuidade do predomínio de atividades relacionadas à agropecuária, especialmente as pastagens para criação de gado, que ocupavam uma área de 82,68 km² em 2010, e a cafeicultura, que abrangia 43,93 km². Porém, é interessante perceber que essas duas categorias tiveram dinâmicas distintas para o período analisado. Enquanto a área de pastagem teve uma redução de 14,16%, aquela coberta por cafezais

aumentou cerca de 8,74%. Por se tratar de uma *commodity* que sofre variações constantes em seu valor de venda, muitas vezes o aumento ou retração da área cultivada de café está sobremaneira associada às mudanças nos preços pagos pela saca de 60 kg, de modo que o que ocorre é que geralmente quando o preço desse produto se eleva, tem-se uma tendência de crescimento da área cultivada em razão da expectativa de aumentar os ganhos oriundos da comercialização deste produto. Ao contrário, porém, quando os preços se retraem, a tendência é de também ocorrer uma diminuição na área plantada no médio prazo. As áreas ocupadas pelos cafezais se sobressaem no lado mineiro do Parque, enquanto que em sua vertente capixaba as pastagens ocupam maiores extensões.

No caso específico do Caparaó, não se pode deixar de citar ainda o crescimento da produção dos cafés especiais. É difícil afirmar, com base apenas nas informações coletadas para esta tese, que o aumento da produção desses cafés está diretamente relacionado com o crescimento da área plantada da categoria Café, visualizada no mapa. Até porque, pelo que foi possível perceber durante as investigações de campo e das conversas com moradores locais – sendo alguns deles produtores de cafés especiais –, além, é claro, da própria revisão bibliográfica sobre a temática, um aspecto que pode ser determinante na produção de um café especial é justamente a existência de um ambiente não degradado, o que leva muitos produtores a ter um cuidado maior com suas propriedades que extrapola a lavoura. Entretanto, o aumento da procura por esse tipo de café e a consequente valorização monetária do produto podem sim ser fatores a exercer pressão sobre os elementos ambientais não humanos presentes na região. Porém, é uma situação que deverá ser confirmada ou refutada com outros estudos voltados especificamente para essa problemática, cabendo aqui apenas esta breve observação.

Chama a atenção, ainda, o expressivo crescimento da categoria Eucalipto, que apresentou uma variação de 221,33%, sendo a maior entre todas as categorias de uso e ocupação do solo. Neste caso, grande parte da produção estava concentrada no lado capixaba do ParNa, ocorrendo em menor proporção também na vertente mineira. Essa diferença pode estar associada ao fato de que no ES se localizava a Aracruz Celulose, que em 2009 se fundiu com a Votorantim Celulose, dando origem à Fibria, que se tornou a maior empresa do ramo no mundo. Como já destacada acima, durante muitos anos a Aracruz teve atuação intensa no fomento à produção de eucalipto em várias regiões do ES, fornecendo insumos e outros recursos para que produtores rurais pudessem plantar essa espécie em suas propriedades e garantindo a compra do produto no final do ciclo de crescimento, o que pode estar na base da expansão dessa categoria observada para o entorno do ParNa Caparaó, especialmente na vertente capixaba.

Vale destacar, ainda que de modo não aprofundado, o papel que as políticas de fomento, seja à produção florestal, seja à cafeeira, têm na produção do espaço e nos modos através dos quais os sujeitos locais se relacionam e produzem a natureza. Diferentemente do que foi colocado em outro momento por alguns moradores locais quanto às dificuldades relacionadas à atuação dos órgãos de Estado no incentivo à atividade turística e mesmo à diversificação produtiva na região do ParNa Caparaó e seu entorno, no tocante à produção de eucalipto e de café o estímulo existiu, sendo importante, ao que parece, para que essas culturas se desenvolvem na região. No caso do café, esse estímulo continua, inclusive, a existir, com programas como o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), que somente para as safras de 2024 e 2025, disponibilizou mais de 5 bilhões de reais aos produtores de todo o país (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2024).

Assim, se por um lado – atividade turística e diversificação econômica – nota-se uma dificuldade para se alcançar recursos ou para se realizar investimentos que sejam capazes de estimular novas formas de produção do espaço e de relação com o ambiente, ou, nas palavras de muitos, com a “natureza”, de outro – produção agropecuária tradicional –, evidencia-se a abundância de recursos e incentivos, que produzem a continuidade dos usos e dos processos produtivos já em curso. Consequentemente, torna-se clara a relação existente entre a forma como o espaço – e a natureza – é produzido(a) e as políticas públicas voltadas para o estímulo à atividade econômico-produtiva, seja na Região do Caparaó, seja em qualquer outra parte do Brasil.

Para além das categorias já mencionadas, vale observar o crescimento da área ocupada pela categoria Floresta Nativa, que apresentou uma variação positiva de 9,52%, saindo de 63,07 km² no período 1991-2000, para 69,07 km² entre 2001-2010, sendo a terceira com maior área em km² no entorno do ParNa. Dentre as hipóteses explicativas para essa variação positiva, especialmente diante da predominância de atividades no entorno que tendem a produzir a substituição da vegetação nativa por outros cultivos, podem estar: uma maior sensibilização dos sujeitos locais quanto à necessidade e importância de se manter determinadas áreas com o menor nível de alteração possível, visando a manutenção de recursos e de condições ambientais satisfatórias; o aprimoramento das leis ambientais no país, inclusive com a criação de regras específicas voltadas para a proteção da Mata Atlântica, como a Lei 11.428/2006 (conhecida como Lei da Mata Atlântica) (Brasil, 2006); e a própria proximidade das áreas com os limites do Parque, o que tende a ser motivo para uma maior vigilância e fiscalização, levando a uma redução nos níveis de substituição da floresta nativa por outras culturas, bem como à recuperação de áreas que antes eram utilizadas para a produção agropecuária.

Outra possibilidade que foi levantada por Rosa et al. (2021) diz respeito à substituição de espécies mais antigas da Mata Atlântica, especialmente em áreas com relevo mais plano, por outras mais jovens, que passam a ocupar locais que já estejam exauridos para a atividade agrícola, geralmente áreas de pastagens degradadas. Segundo os autores em apreço, nos últimos trinta anos tem sido observada a manutenção do percentual da área coberta pela Mata Atlântica, o que dá a impressão de que os programas e leis voltados(as) para a proteção desse bioma têm surtido o efeito desejado no país. Entretanto, eles argumentam, essa situação pode estar mascarando outras formas de degradação da floresta, sendo a substituição de indivíduos e áreas primárias por outros(as) com características secundárias um dos principais aspectos desse quadro, conduzindo a prejuízos significativos especialmente no que concerne à riqueza biológica da floresta, ainda que, no geral, a mesma tenha se mantido e até aumentado de tamanho em alguns lugares. Caso seja esta a situação no entorno do ParNa Caparaó, o crescimento da categoria Floresta Nativa talvez não esteja sendo tão vantajosa quanto se possa crer.

O próximo mapa de uso e ocupação do solo a ser apresentado na sequência, por meio da figura 39, corresponde ao período entre 2011 e 2020, completando o ciclo de análises espaço-temporais por meio desse instrumento de investigação acerca das formas de intervenção no espaço tanto do ParNa Caparaó quanto de sua ZAI.

Esse mapa demonstra que, no geral, a dinâmica de uso e ocupação do solo especialmente na ZAI do ParNa tem se mantido ao longo das últimas três décadas, com a predominância de atividades agropecuárias nessa área. Entretanto, é possível notar mudanças nas formas de ocupação e uso das terras no entorno do Parque pelas atividades agrossilvopastoris. Uma das mais destacadas, nesse sentido, diz respeito à diminuição da área destinada à pastagem, especialmente quando se compara o mapa referente ao período 2011-2020 com o primeiro, correspondente aos anos de 1991-2000, principalmente nas partes norte e nordeste destes, com destaque, ainda, para o entorno capixaba da UC. Nesse caso, fica nítida a supressão das áreas de pastagem, que passaram a dar lugar a plantações de café, de eucalipto e também a novas áreas de floresta nativa secundária.

De igual modo, em outras partes do entorno é possível notar a substituição das pastagens por outras formas de uso e ocupação, destacando-se novamente as categorias Cafeicultura, Eucalipto e Floresta Nativa. Essa diminuição progressiva experimentada pelas áreas de pastagem fez com que essa categoria deixasse de ocupar o primeiro lugar dentre as que ocupam maior extensão nas circunvizinhanças do ParNa, alcançando agora o valor de 51,84 km².

Atualmente, aquela que ocupa a maior área na ZAI do Parque é a categoria Outras Formações, com 77,22 km².

Nas tabelas 10 e 11, na sequência, são especificados os valores ocupados pelas respectivas categorias dentro do Parque e em sua ZAI apresentados pelo mapa referente ao período 2011-2020.

Figura 39: Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI entre 2011 e 2020

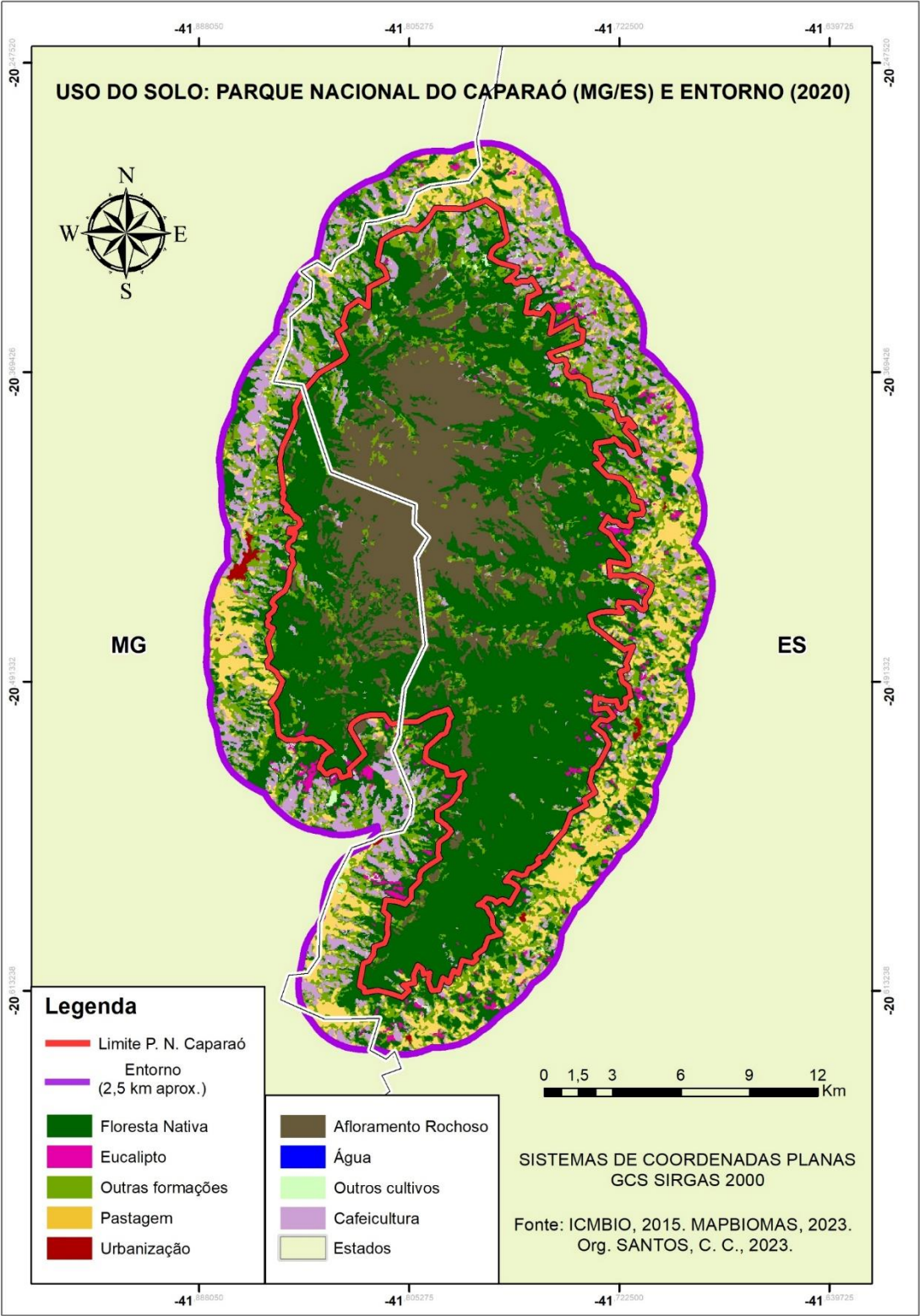


Tabela 10: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre 2011 e 2020

Coluna1	2020
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	195,22
Eucalipto	1,49
Pastagens	1,41
Outras formações	25,09
Urbanização	0,00
Rocha	86,37
Água	0,00
Outros cultivos	0,61
Cafeicultura	7,44

Fonte: Elaborado com base na figura 39

Tabela 11: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre 2011 e 2020

Coluna1	2020
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	74,44
Eucalipto	7,32
Pastagens	51,84
Outras formações	77,22
Urbanização	1,55
Rocha	1,62
Água	0,03
Outros cultivos	3,25
Cafeicultura	53,21

Fonte: Elaborado com base na figura 39

Além das categorias já citadas acima, destacam-se ainda no entorno a Floresta Nativa, a Cafeicultura e o Eucalipto, ilustrando, especialmente no caso das duas últimas, a continuidade da realização de atividades no entorno que podem, dependendo da visão de natureza manifestada pelos diferentes sujeitos que vivem e atuam no ParNa e sua ZAI, ser caracterizadas como degradantes das condições ambientais tanto da UC quanto de seu entorno imediato.

Para além dessa concepção, que pode ser encaixada dentro da perspectiva preservacionista, é possível supor que se tratam, sobretudo, de modos diferenciados de entender e, por consequência, de produzir e se relacionar com aquilo que se compreende ser a natureza, ou seja, suas cosmografias. De maneira semelhante, não se pode perder de vista que por mais que parcelas desses sujeitos que habitam o entorno do Parque compreendam a importância da manutenção dos elementos ambientais não humanos aí presentes, percebendo, inclusive, o papel que esses desempenham na sua própria qualidade de vida, em muitos momentos estes

sujeitos também precisam gerar recursos materiais e financeiros para a continuidade de sua reprodução socioeconômica e cultural, sendo as atividades dominantes neste espaço justamente aquelas que – levando-se em consideração o quadro socioeconômico e cultural da região em que estão inseridos – melhor são capazes de suprir, no momento, essas demandas legítimas dos mesmos.

E essa nossa cultura é isso aí que eu te falei mais cedo, a gente vem de uma pré-cultura dos nossos pais! **Aquilo que nossos pais faziam, automaticamente, de bom ou de ruim, a gente acaba meio que aprendendo.** Então, **vai passando de pai pra filhos** e, uma vez que você aprendeu, **você num quer parar!**

Entrevistador: Então você acha que as pessoas que estão fora valorizam mais que as que estão aqui dentro, que vivem na área?

Entrevistado: Sim! As pessoas que vem de fora... Na verdade, o que que acontece? **Se isso aqui tá preservado, quem preservô fomos nós que moramos aqui, mas através de pessoas de fora,** porque se fosse dexá na mão das pessoas daqui, já teria desmatado (F. M., 43 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Eu vivo aqui, cara, eu vivo aqui muito em paiz. **Isso aqui é bom demais!** Eu sei bastante coisa assim... **Na verdade, eu te falo, cê tá fazeno um doutorado, né? Eu fiz um doutorado no dia a dia, sem estudá.** Estudei pouco! **Estudei pouco e aprendi muito ao longo da vida, na prática,** num foi muito... Assim, eu fico olhando, **a própria natureza me ensina muito,** eu presto atenção em tudo, e, cara, nós tamo aqui num cantinho (S. V., 62 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Eu adoro essa região! Eu vivo aqui rapaiz... Se eu te falá que eu vô procurá posto médico por causa de arguém da família, mais eu num tomo uma gota de remédio. **Meu remédio é a natureza.** Eu sai daqui, com setenta e treis (73) ano de idade, **vô naquele Pico da Bandeira,** volto, chego ainda num bar, ainda falo assim: me dá uma cervejinha aí e um sargadim que eu tô sem almoço (D. Z., 73 anos, entrevista realizada em 27/01/24).

Que ocê vê, rapaiz, que a gente... Eu já andei muito... Tem dia que eu ando ainda na mata ainda, mais eu pego só um fa... só pra mim ir lá, cê compreende? Andá mucadiquim no mei do mato lá. Pego um facão aí, só um facãozim, andá no mei do mato muncado. **Cê entra dendas mata rapaiz, chega lá, rapaiz, a mente da gente é ota coisa! É bão! Fresquim. Lá cê fica com a mente boa!** O oxigênio, né rapaiz? (J. C., 73 anos, 03/02/24).

Ah rapaiz, **eu gosto de preservá a natureza né! Trazê o meio ambiente sempre limpim né!** E num fica cortano as coisa, igual eis fica aí nessas berada, capoeira, eu sô contra isso né. **E a natureza é coisa melhó que tem né! Muita fartura d'água.** Igual aqui mesmo, **eu tem muita água,** hoje tá pouco, que aquele cano ali [o cano que cai água constantemente no tanque da casa onde mora] **corre água direto! Sai chei d'água** (Z. C., 62 anos, entrevista realizada em 03/02/24).

Então, **esses projetos** [de criação de áreas protegidas como o ParNa Caparaó] **eles criam áreas de exclusão!** Sabe? Então, **tira o ser humano da região, cê vai provocá uma desgraça ali naquele lugar! Porque é o ser humano que administra.** Se o ser humano faiz juis à espinha dorsal que ele tem, isso aí já é uma outra história. Se fô alguém que num presta, né? Mais, fora essa possibilidade, é o ser humano que administra. Tem um mês e meio atrás, época de passarinho, caíram dois (2) passarinhos do ninho, pequeninhos, fui e botei no ninho de volta. Chega a hora que

começa a querer voar, né? E... O ser humano é o único bicho que consegue fazer uma apreensão redondinha, subi numa árvore e botá o bichinho lá. Nenhum outro animal é capaz disso! **É o ser humano que administra, pode tê certeza disso.** Ele tem, inclusive, uma relação pedagógica com alguns animais, porque o animal que convive com ele aprende também (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

Natureza... natureza pra mim é isso, sentado num muro, com o pé no banco, isso pra mim é a natureza. **Ouvi um barulho d'água, comê o aipim que a gente planta, comê o inhame que a gente planta, isso pra mim é natureza.** Ontem eu colhi um monte de batata yacon, isso pra mim é natureza. **Eu sei o que que eu tô comendo.** Quando a gente fornece alguma coisa pra alguém... [...] Então, assim, **quando a gente entrega, eu sei o que tem ali dentro! Eu sei que eu tô alimentando alguém né. Isso pra mim é natureza, isso pra mim é relação com natureza. Tudo que saí daqui é de verdade.** E é mesmo! É mesmo. **A gente se orgulha disso, se orgulha disso, é motivo de orgulho. Tudo que saí daqui é de verdade. Isso é relação com a natureza.** E a gente num... **E é uma parceria né.** [...] Quando cai alguma coisa no córrego, eu limpo. **É uma parceria e funciona muito bem.** Hoje **tem um monte de bicho aqui que não tinha.** Eu lembro que quando eu acabei de plantá palmito, eu tava recolhendo o caxote, tirando do campo, **eu senti uma sombra atrás de mim, era uma irara fuçando minha bunda,** igual cachorro, sabe? Quando um beija-flor posa perto de mim e eu tô aqui e ele se permite ficar perto, eu percebo que o bicho ele tá reconhecendo a minha presença como algo que não é ameaçador, sabe? Isso pra mim é natureza, sabe? **É uma coisa que tá mostrando pra mim que tá havendo uma troca, um negócio legal,** sabe? Então, natureza pra mim é isso né. **Ela te responde, né? Você fala com ela e ela te responde.** Te responde atraves de sinais, e isso acontece o tempo todo. **Isso não tem preço não cara, isso não tem preço não** (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

Eu acredito que o que eu vinha... que eu venho de... **Meu pensamento é o mesmo do meu pai, que num tinha Parque e ele já preocupava com as nascente d'água, já protegia.** Cê pode vê, isso aí [aponta para a mata próxima] poderia tê café naquela matinha, mais ele optô por tê ela. Lá também [aponta para a outra mata mais distante] a gente protegeu ela. **E veio pelo meu pai, que nem Parque na época num era,** que meu pai é de vinte e sete [1927], **ele já vinha fazendo o trabalho dele e eu continuo, atraves dele.** Nem pelo Parque não. Se tivesse hoje um manejo, se não tivesse Parque, talvez eu tava teno a mesma influência (E. H., 55 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

Então tinha essa questão da relação com a natureza. Até dessa questão da família aqui, a minha família tem uma pegada... Meu avô morreu com cento e cinco (105) anos, uma espingarda do lado da cama dele. **E ele sempre teve uma relação íntima com a natureza, mais ele sempre foi caçador.** E eu achava muito... Eu gostava muito de ouvir, **as histórias dele tavam muito atreladas à caça dentro daquele momento histórico, que era não só como lazer, mais também era uma fonte de alimento.** E eu achava muito legal, porque eles eram... **Na minha família sempre teve uma preocupação de não ser predador, de pegar o necessário.** Então, o meu avô, eu achava muito legal essas histórias, porque ele se enfiava, assim, de uma maneira mais lazer né, ele ia pra mata, e às vezes não aqui, mais ele ia pra outros lugares, pra passá um mês. E um mês dentro da mata ele levava uma sacola de macarrão pro primeiro dia, que era o risco dele não conseguir ou caça ou pesca, **e o resto ele ia vivê da experiência que ele tinha.** E o trajeto era tão grande, ele não trazia nada, no máximo que ele trazia era uma carne salgada, que ele conseguia carregar na mochila, que ele trazia pra minha avó. Então, assim, eu achava bonito, **porque eles não matavam lá pra ficá jogando fora a carne.** Não, era... O meu pai mesmo às vezes fala: não, às vezes eu já peguei o bicho que eu queria pegá, eu tô no pulero lá vendo, o bicho tá passando, eu num quero matá porque eu já tenho. **Eu vô vê!** Eu achava... sempre achei muito legal essa... [...] Então, nunca foi muito a minha praia, mais eu admiro muito a relação com a natureza que eles têm. **Eles têm uma relação de observação**

da natureza, de respeito à natureza muito grande, eu acho isso muito bonito. Meu pai às vezes chega num lugar e aí o olhar dele tá assim: ah... Aquelas coisas que naturalmente a gente passa despercebido, ele tá atento. **De conhecer a planta**, de sabê... de sabê, por exemplo: **aquela árvore ali, na tal época, ela tem a flor que veadado vem comê. Aquela ali é uma frutera que o animal tal gosta**. Então, ele tem... Outra relação que eu acho interessante são os pios [os sons do canto dos pássaros]. Então, **eles conheciam muito os pios**. Então, eles tinham vários pios, **mais eles também sabiam fazer de boca ali o pio do macuco, o pio do num sei o que...** Então, assim, uma série de conhecimentos em relação à natureza que eu hoje, mesmo com acesso à internet, eu não tenho. **Não é tangível porque é da experiência** (R. F., 33, entrevista realizada em 30/03/24).

Rapaiz, eu penso que a natureza ela é muito... **ela é severa né! Se ocê agredí a natureza, cê vai tê o troco**. Cê pode le... Às vezes a gente pode até nem ligá muito nisso, mais pode olhá, pode sabê que o troco vem. Cê entendeu? Então... **eu acho que a natureza é coisa de Deus, né?** Por exemplo, **as nossas água, nossas árve, é tudo...** são coisas que ninguém faz igual, né? Então, isso que eu me refiro à natureza, que foi uma coisa que Deus fez e num tem ninguém que faz igual, só Ele! Num tem muita coisa a dizê, num tem muito argumento pra dizê sobre muita coisa né, mais que eu posso dizê é isso aí (M. L., 68 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

Eu, por exemplo, eu gostava muito de caçá com cachorro e era a noite né. Eu, às vezes, trabalhava na inxada o dia todo, quando chegava detardim, eu tinha uma trela de cachorro, era um casal de cachorro, se eu chegasse na porta aqui e balangasse aquela trela, vinha os dois (2) pulano ne mim. Trelava eles e saia pro mato. **Ali era a noite todinha! Às vezes num matava nada não, só aquele prazer de tá ali escutano os cachorro tocá**, entendeu? **Eu tem na minha mente, são coisas que eu começo a me emocioná**. Meus cachorro me conhecia! Aí, muita gente acha que a criação não tem instinto, mais tem. Esse casal de cachorro me conhecia, fazia o que eu queria, meus cachorro fazia o que eu queria. Umas pocas vezes que eu conseguia... **A gente caçava paca aqui na região. Umas pocas vezes que eu consegui pegá a paca, matá a paca**, quando o cachorro chegava, normalmente a fêmea chegava primeiro, a cachorra, quando matava, era a primeira a chegá, era mais esperta, mais coisa, que eu falava: tá aqui, é sua! Era... e eu abraçá ela! **Aí eu não posso falá muito, são coisas que me tocava demais né**. É umas pocas vezes, não foi tantas vezes assim. E ela me... Portanto, esses cachorro era tão bão que eu não tive nem o prazer de enterrá eis. Ficaro doente e sumiu, nem sei pra onde foi (M. L., 68 anos, entrevista realizada em 06/04/24).

Nota-se, pelas falas destacadas acima, que existe toda uma relação dos sujeitos com a natureza que vai muito além da simples exploração, perpassando aspectos simbólicos e que estão no dia a dia desses sujeitos, sendo estes muitas vezes difíceis de compreender para aqueles que não vivenciam essa realidade. São cosmografias que demonstram a conexão das pessoas com o território e o ambiente que vivenciam, experimentam e a partir dos quais produzem o mundo e a própria natureza, indo muito além da simples percepção que toma essas relações como sendo sempre negativas para o meio e as demais espécies que nele habitam em conjunto com a espécie humana.

Isso não significa dizer, no entanto, que toda ação realizada por esses deva ser aceita e pode ser praticada sem maiores preocupações e precauções. Pelo contrário! Entende-se que é fundamental que a legislação ambiental, assim como os elementos ambientais não humanos

locais, sejam sempre levados em consideração com a maior estima possível, objetivando no mínimo manter a existência e a qualidade desses elementos. Entretanto, compreende-se ser também razoável que se considere os entendimentos e as formas a partir das quais a natureza local é representada e produzida, até mesmo para que se possa decidir que tipo de novas naturezas se buscará produzir, tendo sempre em perspectiva o respeito à vida das outras espécies que habitam esse ambiente, assim como também aos processos que nele se realizam. Em sendo dessa maneira, não se perde de vista a dialética que perpassa a relação sociedade↔natureza, o que pode permitir entender que as conexões entre “uma” e “outra” são muito mais intensas e significativas do que em boa parte das vezes as formas de expressão e de intervenção humanas no ambiente são capazes de compreender e manifestar.

Assim, continuando as análises sobre os dados apresentados pelo mapa da figura 39, abaixo podem ser visualizados as tabelas 12 e 13, onde os valores trazidos pelo mapa em questão são comparados àqueles apresentados pelo mapa da figura 38 (p. 247). Além disso, os quadros também trazem as variações experimentadas pelas categorias de uso e ocupação do solo ao longo dos interstícios comparados.

Tabela 12: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó nos períodos 2001-2010 e 2011-2020

Colunas1	2010	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	187,46	4,14	195,22
Eucalipto	0,84	78,11	1,49
Pastagens	5,56	-74,74	1,41
Outras formações	31,92	-21,38	25,09
Urbanização	0,00	0,00	0,00
Rocha	83,78	3,09	86,37
Água	0,00	0,00	0,00
Outros cultivos	0,15	317,69	0,61
Cafeicultura	7,93	-6,26	7,44

Fonte: Elaborado com base nas figuras 38 e 39

Tabela 13: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos períodos 2001-2010 e 2011-2020

Colunas1	2010	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	69,07	7,78	74,44
Eucalipto	4,17	75,48	7,32
Pastagens	82,68	-37,31	51,84
Outras formações	67,74	13,98	77,22
Urbanização	1,03	50,74	1,55
Rocha	1,30	24,40	1,62
Água	0,03	0,00	0,03
Outros cultivos	0,51	537,01	3,25
Cafeicultura	43,93	21,11	53,21

Fonte: Elaborado com base nas figuras 38 e 39

Para a área do Parque, chama a atenção as significativas variações experimentadas pelas categorias Outros Cultivos (crescimento de 317,69%), Eucalipto (aumento de 78,11%) e Pastagem (diminuição de 74,74%). Nesse caso, é possível que algumas áreas de pastagem tenham dado lugar a outras formas de uso, como a produção de eucalipto e de outras culturas (mandioca, feijão, milho, etc.). Além disso, essa dinâmica corrobora com a preocupação levantada pelo PM do ParNa Caparaó quanto à existência e mesmo a expansão de áreas dentro da unidade cobertas por eucalipto (Brasília, 2015), que é considerada uma espécie invasora capaz de ocasionar problemas para a biodiversidade local por uma parcela da comunidade científica. Mesmo que a porção de terras dentro da UC cobertas por essa espécie seja relativamente pequena, perfazendo um total de 1,49 km² em 2020, os dados obtidos através do mapeamento aqui apresentado demonstram que sua proporção vem crescendo década após década, sendo, como já afirmado anteriormente, possivelmente um reflexo dos programas de fomento à atividade, especialmente no estado do Espírito Santo. Além disso, como já argumentado, parte desse crescimento provavelmente está associado ao fato de que existem muitas propriedades particulares que estão na área do Parque, mas que continuam a ser cultivadas em função de ainda não terem sido indenizadas pelo ParNa.

Por outro lado, também é importante perceber o aumento progressivo apresentado pela categoria Floresta Nativa na área que forma a UC, tendo aumentado de 183,26 km² em 2000 para 195,22 km² em 2020. O crescimento dessa categoria demonstra que o Parque vem sendo capaz de alcançar seu objetivo primordial, qual seja, o de manter as características físicas da região da Serra do Caparaó, com destaque para o Pico da Bandeira, as mais preservadas/conservadas possíveis diante das intervenções sociais naquele espaço, mesmo vivenciando o contexto de possuir a maior parte de suas terras na condição de não regularizadas.

No que concerne ao entorno do Parque, destaca-se a importante redução da área em km² ocupada por pastagens, caindo de 82,68 km² para 51,84². Pela análise dos dados da tabela 13, é possível supor que muitas dessas áreas antes ocupadas por pastagens acabaram dando lugar às categorias Outros Cultivos, que teve a maior expansão, com uma variação de 537,01%, saindo de uma área de 0,51 km² para 3,25 km²; Eucalipto, que variou 75,48%, passando a ocupar uma área de 7,32 km²; Cafeicultura, que teve uma expansão de 21,11%, ocupando agora 53,21 km²; e Outras Formações, que teve variação de 13,98%, passando a ocupar 77,22 km² na ZAI do ParNa Caparaó.

Destaca-se, ainda, dentre as categorias com maior variação positiva, a Urbanização, que avançou 50,74% entre 2011 e 2020. Nesse caso, apesar de ocupar uma área relativamente pequena, essa significativa variação experimentada pela categoria na última década reflete o processo em curso de crescimento de algumas das vilas e distritos situados próximos ao Parque, como é o caso de Patrimônio da Penha e Pedra Menina, por exemplo. Esse aumento está atrelado, como já destacado anteriormente, à busca da região por sujeitos que vão para estabelecer moradias fixas, seja pela possibilidade de viver em um espaço mais tranquilo, distante da agitação urbana e mais próximo da “natureza”, seja para abrir estabelecimentos voltados para a atividade turística, como pousadas por exemplo.

É importante salientar, também, o crescimento constante da categoria Floresta Nativa. Entre 1991 e 2020, essa categoria se expandiu no entorno do ParNa, podendo ser esta uma evidência de que mesmo com as dificuldades na prevenção e redução de impactos negativos sobre os componentes não humanos do entorno e, em muitos momentos, até mesmo diante dos conflitos oriundos das diferentes visões de mundo e de natureza manifestadas pelos variados sujeitos e grupos sociais que compõem e produzem esse espaço – e essa natureza –, em certo sentido uma parte desses componentes não humanos vêm sendo mantidos afastados dos processos de degradação mais intensos aos quais estão muitas vezes sujeitos devido a formas de intervenção no espaço que não consideram a relevância e o papel central que esses desempenham. Entretanto, como se viu anteriormente, essa situação também pode estar ligada à mudança com relação às áreas preferenciais para o cultivo agrícola, de maneira que aquelas que já se encontram desgastadas e degradadas vão sendo “abandonadas” e substituídas por outras ainda ricas em recursos naturais e com potencial mais elevado para produção agrossilvipastoril, como salientado por Rosa et al. (2021) para a dinâmica da Mata Atlântica nas últimas três décadas.

No caso da Região do Caparaó, essa dinâmica geral observada pelos autores em apreço não parece, em um primeiro momento, ser aquela que predomina. Ainda que seja necessário

um maior aprofundamento nessa problemática para a região em questão, a análise e comparação dos mapas que foram apresentados demonstra que esse crescimento da cobertura florestal na área da pesquisa realmente vem se dando sobre locais que eram anteriormente ocupados por outras culturas, especialmente as pastagens. Ou seja, é mais provável, diante dos dados disponíveis, que tenha se tratado, efetivamente, de um aumento das florestas em contraposição à diminuição das áreas de pastagem e não uma substituição de florestas primárias por secundárias, como observaram Rosa et al. (2021) para a Mata Atlântica como um todo em praticamente o mesmo período. Afinal de contas, a região já não dispõe de muitas áreas onde seja possível encontrar florestas nativas primárias, tendo em vista o intenso processo de retirada da cobertura vegetal originária em décadas passadas, de maneira que até mesmo no ParNa Caparaó provavelmente são raros os locais onde é possível encontrar vegetação com essas características.

Entretanto, outras pesquisas e documentos têm evidenciado problemas graves e recorrentes especialmente no entorno do Parque (Oliveira, 1999; Santos, 2004; Cunha, 2006; Oliveira et al. 2008; Goboo et al., 2015; Brasília, 2015; Souza, 2016; Torres e Cosenza, 2017), sendo alguns deles já destacados aqui, tais como o crescimento desordenado de algumas localidades, o assoreamento de rios da região, a caça de animais nativos e a retirada de elementos da flora local, assim como o uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos, além de outros, sendo uma boa parte dessas situações difíceis de serem detectadas através dos mapeamentos de uso e ocupação do solo aqui apresentados.

Por fim, nas tabelas 14 e 15, abaixo, é possível observar as variações no uso e ocupação do solo das diferentes categorias apresentadas nos mapas das figuras 15, 38 e 39 ao longo dos 30 anos analisados, tanto para a área do Parque quanto para sua ZAI.

Tabela 14: Comparação do uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre os diferentes períodos analisados (2000-2010-2020)

Coluna1	2000	Variação	2010	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	183,26	2,29	187,46	4,14	195,22
Eucalipto	0,45	84,96	0,84	78,11	1,49
Pastagens	8,41	-33,84	5,56	-74,74	1,41
Outras formações	28,52	11,90	31,92	-21,38	25,09
Urbanização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rocha	85,56	-2,07	83,78	3,09	86,37
Água	0,08	-100,00	0,00	0,00	0,00
Outros cultivos	0,25	-42,13	0,15	317,69	0,61
Cafeicultura	11,11	-28,57	7,93	-6,26	7,44

Fonte: Elaborado com base nas figuras 15, 38 e 39

Tabela 15: Comparação do uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó entre os diferentes períodos analisados (2000-2010-2020)

Coluna1	2000	Variação	2010	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	63,07	9,52	69,07	7,78	74,44
Eucalipto	1,30	221,33	4,17	75,48	7,32
Pastagens	96,32	-14,16	82,68	-37,31	51,84
Outras formações	66,87	1,31	67,74	13,98	77,22
Urbanização	0,68	50,35	1,03	50,74	1,55
Rocha	1,44	-9,42	1,30	24,40	1,62
Água	0,02	20,88	0,03	0,00	0,03
Outros cultivos	0,37	38,87	0,51	537,01	3,25
Cafeicultura	40,40	8,74	43,93	21,11	53,21

Fonte: Elaborado com base nas figuras 15, 38 e 39

Além dos três mapas apresentados até aqui, compreendendo o período entre 1991 e 2020, elaborou-se um quarto mapa, que abarca um período menor de tempo, entre os anos de 2021 e 2023. Este mapa, que é apresentado na sequência por meio da figura 40, busca indicar as possíveis tendências para a próxima década (2021 a 2030) no que se refere ao uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e seu entorno imediato. Na sequência, apresentam-se as tabelas 16 e 17 contendo os valores referentes ao uso e ocupação do solo no ParNa e seu entorno por cada uma das categorias de uso e ocupação.

Figura 40: Uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó e sua ZAI no ano de 2023

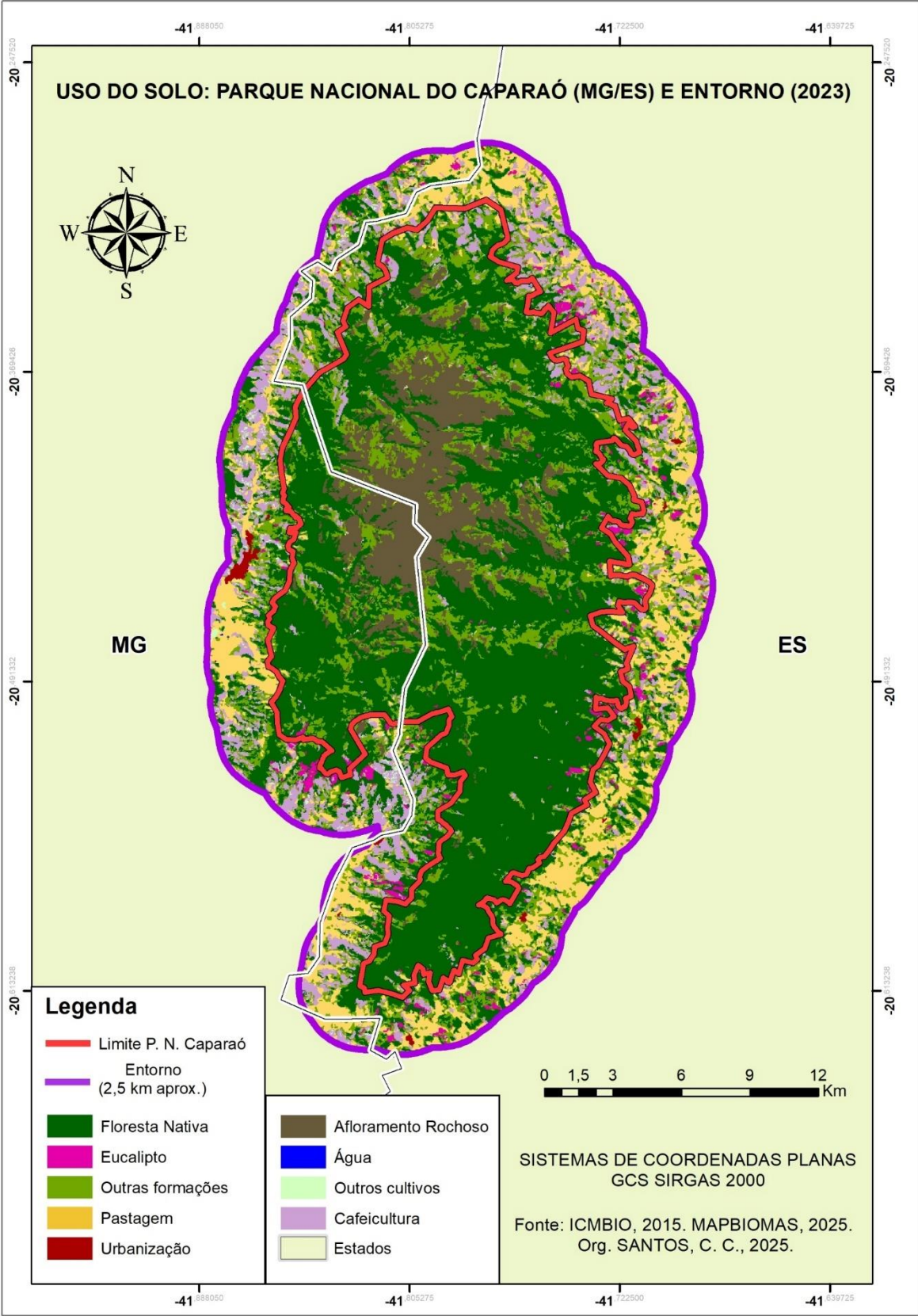


Tabela 16: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó em 2023

Coluna1	2023
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	200,087
Eucalipto	1,74
Pastagens	2,59
Outras formações	52,709
Urbanização	0,00
Rocha	52,743
Água	0,00
Outros cultivos	0,08
Cafeicultura	7,59

Fonte: Elaborado com base na figura 40

Tabela 17: Área em km² ocupada pelas diferentes categorias de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó em 2023

Coluna1	2023
Classes	Área (km2)
Floresta nativa	64,43
Eucalipto	8,05
Pastagens	69,05
Outras formações	70,97
Urbanização	1,85
Rocha	0,51
Água	0,05
Outros cultivos	2,00
Cafeicultura	53,57

Fonte: Elaborado com base na figura 40

As tabelas 18 e 19, a seguir, trazem a comparação entre os valores de uso e ocupação do solo apresentados pelo mapa referente ao período 2011 a 2020 e por aquele referente a 2023.

Tabela 18: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo no ParNa Caparaó entre os mapas de 2020 e 2023

Colunas1	2010	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	195,22	2,49	200,087
Eucalipto	1,49	16,78	1,74
Pastagens	1,41	83,69	2,59
Outras formações	25,09	110,08	52,709
Urbanização	0,00	0,00	0,00
Rocha	86,37	-38,93	52,743
Água	0,00	0,00	0,00
Outros cultivos	0,61	-86,89	0,08
Cafeicultura	7,44	2,02	7,59

Fonte: Elaborado com base nas figuras 39 e 40

Tabela 19: Comparação e variações nos valores de uso e ocupação do solo na ZAI do ParNa Caparaó nos mapas de 2020 e 2023

Colunas1	2020	Variação	2020
Classes	Área (km2)	%	Área (km2)
Floresta nativa	74,44	-13,45	64,43
Eucalipto	7,32	9,91	8,05
Pastagens	51,84	33,20	69,05
Outras formações	77,22	-8,10	70,97
Urbanização	1,55	19,61	1,85
Rocha	1,62	-68,74	0,51
Água	0,03	61,75	0,05
Outros cultivos	3,25	-38,54	2,00
Cafeicultura	53,21	0,67	53,57

Fonte: Elaborado com base nas figuras 39 e 40

A comparação dos dados apresentados pelo mapa de 2023 com os que foram trazidos pelo mapa referente ao período 2011 a 2020, demonstra que, em geral, as tendências notadas no que concerne à evolução do uso ocupação do solo no ParNa e sua ZAI se mantiveram entre 2021 e 2023. Isso é ilustrado, entre outros, pela continuidade da expansão de áreas de cultivo de eucalipto e de cafeicultura, por exemplo, bem como, no caso do território que compõe o Parque, do aumento da cobertura florestal.

Entretanto, é importante mencionar a redução da área coberta por floresta nativa na ZAI do ParNa entre 2021 e 2023, o que levanta preocupações quanto à expansão de processos de degradação florestal no entorno da unidade. Nesse sentido, os dados apresentados pelo mapa de 2023 revelam a reversão uma tendência que pôde ser notada entre 1991 e 2020, qual seja, o aumento de áreas cobertas por floresta nativa no entorno do Parque.

Ainda que se entenda que, diante do método adotado, para título de comparação o mais adequado seria uma medição que tomasse como base período de tempo semelhante àquele que foi considerado para geração do mapa da figura 39, ou seja, 10 anos, compreende-se também que essa informação apresentada pelo mapa da figura 40 levanta preocupação legítima quanto às intervenções que mais recentemente vêm sendo realizadas na ZAI do ParNa Caparaó. Assim, é preciso atenção para com essa área, especialmente no que concerne ao aumento de moradores nesse espaço, bem como com a expansão das áreas de cultivo, especialmente de café, eucalipto e pastagens, que em contrapartida à diminuição de áreas cobertas por floresta nativa, registraram aumento de suas respectivas áreas de cultivo.

Para além de toda essa dinâmica, outra situação que faz parte do contexto envolvendo o ParNa Caparaó e seu entorno, estando diretamente associada aos processos apresentados e analisados até aqui, configurando, ainda, o cerne de toda esta pesquisa, são os conflitos ambientais. O próximo capítulo busca analisar, de maneira mais aprofundada, a ocorrência e o desenvolvimento desses fenômenos envolvendo o ParNa Caparaó e seu entorno.

5. OS CONFLITOS AMBIENTAIS NO PARNA CAPARAÓ E SEU ENTORNO: EXPANSÃO TERRITORIAL, TURISMO, CRESCIMENTO POPULACIONAL E OS IMPACTOS E CONFLITOS DE SEGUNDA ORDEM

5.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar com maior profundidade os principais impactos e conflitos identificados no ParNa Caparaó e seu entorno, diretamente relacionados com a presença do Parque na região. Considerando que um dos principais objetivos deste trabalho é compreender a dinâmica dos conflitos identificados no ParNa Caparaó, em particular, optou-se por dedicar um capítulo exclusivo a esses fenômenos. Apesar de já terem sido abordados alguns aspectos desses conflitos em capítulos anteriores, este segmento busca explorar essas questões de forma mais detalhada e sistemática.

De modo geral, pôde-se identificar duas maneiras a partir das quais os conflitos envolvendo a UC se manifestam no território: os diretos e os indiretos. No que tange aos primeiros, como já mencionado, tratam-se daqueles que são diretamente produzidos como uma consequência da existência e da atuação da unidade no território. O maior exemplo desse tipo de conflito no Caparaó é aquele envolvendo o processo de expansão dos limites do Parque e a posterior regularização fundiária do mesmo. Além disso, também foi possível identificar conflitos diretos relacionados ao acesso e uso dos recursos naturais locais, ainda que, neste caso, esses conflitos, no atual momento histórico, se apresentem em menor proporção em relação ao que parece ter ocorrido no passado, demonstrando, até certo ponto, uma mudança nas formas como os moradores locais se relacionam com os elementos ecológicos da área e com o próprio Parque.

Já no que concerne aos ditos impactos e conflitos indiretos, ou de segunda ordem, como também já foi afirmado, tratam-se de situações que, ainda que não estejam diretamente relacionadas ou que sejam frontalmente produzidas pela ação do Parque sobre o território, guardam conexão com a existência da UC na região. São exemplos desses os impactos e conflitos associados ao crescimento do turismo na região. De forma semelhante, também pode ser citado como exemplo desse tipo de embate as disputadas envolvendo os processos de pavimentação de estradas da área, tendo sido possível presenciar, durante reunião com alguns moradores da comunidade de Pedra Roxa, em Ibitirama – ES, discussões entre nativos e um morador não nativo pela definição do traçado do asfalto que passará pela Vila e que a ligará por estrada pavimentada à BR 262.

Além dessas ocorrências, uma outra situação que pode ser caracterizada como um impacto/conflito indireto é aquela relacionada ao aumento da procura por lotes e terras para construir na região, com destaque para Pedra Menina, Patrimônio da Penha e para o eixo compreendendo Patrimônio da Penha/Santa Marta/Pedra Roxa.

Outro aspecto relevante observado em relação aos conflitos na região, principalmente os diretos, foi o fato de, no geral, estes não se caracterizarem, no momento em que esta pesquisa foi feita, pela presença de embates exacerbados entre os sujeitos neles envolvidos, o que leva os mesmos a terem como traço marcante a latência ou dormência, não significando, por outro lado, a inexistência desses fenômenos. Assim, tem-se, no que concerne aos conflitos diretos, a presença de uma conflitualidade perene, caracterizando-os, no momento, como “conflitos ambientais latentes”.

O capítulo está dividido em duas seções: a primeira aborda os conflitos diretos, enquanto a segunda foca nos impactos e conflitos indiretos. Essas questões influenciam significativamente a dinâmica das relações sociedade↔natureza na região do ParNa Caparaó e seu entorno.

5.2 Os conflitos diretos: a expansão do Parque, a situação fundiária e o uso dos recursos ecológicos locais

Ao iniciar esta seção, vale a pena destacar a fala do chefe do ParNa Caparaó sobre os conflitos envolvendo o Parque e as comunidades do entorno. Quando indagado se, na sua compreensão, a situação concernente à condição fundiária do Parque caracterizaria um conflito, o mesmo fez a seguinte afirmação:

Então, **o termo conflito, né? É... Teria que ver bem a palavra.** Mas, assim, a regularização fundiária é o grande gargalo, né? É o grande gargalo da gestão da unidade. Ou é um dos grandes gargalos da gestão da unidade. Porque, por um lado, você precisa... Você não vai chegar a implementar, mas você precisa... **Eu tenho que pensar aqui pra falar.** Por um lado, **o decreto criou a unidade**, ela é uma unidade de conservação, né? E aí, pra que ela se implemente de fato e cumpra a sua missão, **aquelas áreas precisam ser indenizadas.** E essas áreas que são de particulares, no caso daquelas áreas cobertas de floresta, como eu disse, elas já tão cumprindo a função, porque não tem uso. **Mas é correto, é justo que as pessoas recebam por elas**, porque é o patrimônio delas. As outras áreas que eventualmente estão ocupadas, que elas estão em processo de desapropriação, elas precisavam ser indenizadas pra passar a prestar, cumprir essa missão né. E aí a gente chega nesse momento do quanto avança, como avança, no ritmo que avança. E todas as questões bem particulares e delicadas das pessoas que ali residem e tudo mais. **Eu acho que isso aí é uma situação que vão ser muitos anos ainda nessas relações e tal.** Por onde vai caminhar, de fato, cada caso em específico. Acho que eu vou aposentar, meus cabelos já estão ficando brancos, e ainda vai tá acontecendo. Mas, assim, **eu não vejo como**

um conflito, sinceramente, porque a gente não... a gente... **A gente trabalha buscando harmonizar** (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

A argumentação do gestor é bastante ilustrativa quanto à dificuldade no que se relaciona a reconhecer ou mesmo falar do conflito, explicitando aquilo que já foi dito em outro momento desta pesquisa sobre a negatividade que a ideia de conflito assume na sociedade em geral. Compreende-se que essa dificuldade tem origem, de um lado, na própria ausência de uma compreensão mais ampla do que seja um conflito, e, de outro, possivelmente na negação do próprio conflito, justamente em função da carga negativa atribuída a esse, dificultando até mesmo o reconhecimento do fenômeno “conflito”, o que, por consequência, prejudica o entendimento das dinâmicas presentes no território, obstaculizando, ao fim e ao cabo, o emprego de formas mais propícias de abordar essas dinâmicas/problemáticas. Afinal, o primeiro passo para se tentar solucionar um problema é reconhecer a sua existência.

Entretanto, a condição envolvendo as terras do ParNa Caparaó é claramente um conflito, tendo em vista tratar-se de situação em que estão postos sobre o território interesses divergentes e que se chocam: de um lado, a perspectiva da preservação integral imaginada e buscada pela UC; de outro, a visão de produção agrícola e, em anos mais recentes, de exploração turística objetivada por parte dos proprietários dessas áreas. Nesse caso, a mesma assume ainda o caráter de ser um conflito ambiental, tendo em vista tratar-se de disputa cujo o cerne repousa sobre o acesso e uso aos recursos ecológicos locais. Para ser mais preciso, ‘uma disputa em torno da definição do que é a natureza, de qual significado ela possui, de quais serão, a partir dessa significação, seus usos e de quem ou de quais grupos terão acesso privilegiado aos recursos e direito de utilizá-los a partir de parâmetros previamente definidos’.

Como se viu no capítulo anterior, a situação fundiária do Parque é extremamente complexa, com cerca de um terço das terras que compõem a UC, segundo seu chefe, ainda pertencendo a particulares – embora, como também se buscou evidenciar, esses números sejam um tanto quanto especulativos, tendo em vista a ausência de dados precisos e atualizados sobre a real condição da unidade. Pelo que foi possível auferir, mesmo antes de 1997 o contexto envolvendo a regularização das terras que compunham a unidade naquele momento já era difícil, pois o Parque não contava nem com metade de sua área em condição regular. Com a expansão de seus limites e a agregação de novas áreas, sendo muitas delas ocupadas por moradores que viviam e produziam nas propriedades, esse cenário “apenas” se tornou ainda mais desafiador. Além disso, o processo em questão acabou produzindo o surgimento de um significativo conflito fundiário entre o Parque e os sujeitos que tiveram as terras abarcadas pelos

novos limites da unidade, dando origem a um conflito de caráter territorial nos moldes daquele definido por Zhouri e Laschefski (2010a). A fala a seguir, colhida junto ao servidor aposentado do Parque, evidencia toda essa situação.

O maior desafio que nós encontramos foi justamente na ampliação do Parque, porque houve um descontentamento geral, inclusive vários movimentos dos proprietários atingidos para tentar reverter a situação, porque ficou uma coisa... **Eles mesmos entenderam que era inviável. Fazendas, lavouras de café ficaram dentro do Parque e floresta não ficou.** Então, quando passou o limite, na mesma propriedade a floresta ficou fora a lavoura de café ficou dentro. Quer dizer, ninguém entende esse mistério, esse propósito. Quer dizer, **uma coisa descabível!** Então, **isso gerou revolta,** entendeu? Aí a gente passou a realmente a trabalhar essa questão, só que não é uma questão muito fácil, **porque uma questão sentimental,** né? **“Ah, aquilo ali era do meu avô, foi do meu pai, agora é meu e vai ser dos meus filhos”.** Aí, **chega o governo e fala: agora é do governo. Agora é parque nacional, é unidade de conservação. Aí tem normas, né? Que você vai ter que obedecer.** “Aqui agora você vai ter que andar segundo as determinações do órgão gestor”. Aí, **é uma coisa que realmente trouxe um grande aborrecimento e que teve que tê um trabalho muito grande em cima disso,** entendeu? Pra fazê a pessoa entender que era necessário a ampliação dos limites, mas que também era necessário fazer um movimento pra poder tentar reverter essa situação, entendeu? **Porque é uma situação que incomodou bastante tanto o órgão gestor como incomodou os moradores** (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 04/11/24).

Assim, apesar da negativa do chefe do Parque em reconhecer a existência de conflitos na área, especialmente o que envolve a regularização fundiária do ParNa, as falas dos moradores nativos, sendo algumas delas reproduzidas a seguir, indicam uma situação diferente.

Ou seja, **o governo tomou posse das minhas áreas, através da ampliação do Parque, nunca me indenizou por isso e nem permitiu continuar a produção.** Todos os processos que eu abri contra o IBAMA, nenhum deles frutificou, simplesmente não obtinha resposta. **Eu pedi a anuência várias vezes para continuar produzindo,** pedi que transfe... né? Mudasse os limites do Parque, também não tive nenhum sucesso e o projeto foi pra baixo (F. C., 64 anos, entrevista realizada em 16/12/23).

Entrevistador: E tem algum problema entre as pessoas e o Parque, entre o Parque e as pessoas?

Entrevistado: O Parque é uma invasão.

Entrevistador: Mas como as pessoas veem isso?

Entrevistado: Assim. O Parque é uma invasão.

Entrevistador: Mais elas não têm reação?

Entrevistado: Olha, alguns proprietários se juntaram né, eu faço parte, **e nós judicializamos essa questão,** porque pra justiça, se você não judicializá, você não existe **e eles fazem o que eles querem.** A partir do momento em que a gente judicializô, **o assédio diminuiu, digamos assim, uns noventa e cinco por cento (95%).** A conversa já muda um pouco de figura (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

O problema que tem é que às vez eis vão tomá banho lá, chega lá a polícia do Parque lá, bota eis pra fora, quer murtá, aí vira esse... Tendeu? **Tá denda minha propriedade lá e eis tá empurrano o cara pra fora.** Eis tinha que empurrá lá da cerca deis pra

dentro, quem entrasse lá botá pra fora. Agora, **denda minha propriedade eu acho que eis num podia botá ninguém pra fora**, tendeu?

Entrevistador: O senhor tá falando de onde é o XXX ali?

Entrevistado: Não. Lá pra cima do XXX. A hora que entra na mata, tem uma cerca, eis pidiro pra botá uma portera lá, eu dexei botá a portera, sabe? Eu falei: botano a portera ali, o pessoal vai menos lá, suja menos água. A água saí mais limpinha pra baxo, né? Aí falei, dexei. Mais quando entra lá dentro, eis faiz isso: **tá dentro da minha propriedade, eis põe pra fora** (J. M., 81 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

[...] **O Parque invadiu nossa área. Num é nós que tá dendo Parque, é o Parque que tá dentro de nós.** Que dizem que eles não cumpriram com o acordo deles, eles fizeram e não cumpriram. Então, pelo tempo que tem, eu acho que aquele acordo já era. **Hoje teria que tê otro acordo, otras normas pra obedecê** (E. H., 55 anos, entrevista realizada em 13/02/24).

É significativo observar, especialmente nas falas de P. P. e E. M., como eles percebem a situação em que se encontram em relação ao Parque. Para esses sujeitos, o Parque é visto como um invasor que ocupou suas propriedades e as de outros, demonstrando pouco ou nenhum cuidado com a presença deles no território. Neste caso, há uma inversão das lógicas discursivas quando estes argumentam que “O Parque é uma invasão” e “O Parque invadiu nossa área. Num é nós que tá dendo Parque, é o Parque que tá dentro de nós”, pois, em geral, os sujeitos que residem nessas áreas é que são muitas vezes tomados como invasores das UC e da natureza, quando, na verdade, em boa parte das vezes esses mesmos sujeitos já estavam presentes no território, em não raras situações, há gerações, ou seja, muito antes da constituição das unidades sobre os mesmos.

Além disso, as falas destacadas contrariam duplamente a visão do chefe da UC, pois indicam a existência de um conflito e também de um estado permanente de conflitualidade. Isso contrasta com a ideia de harmonia apresentada pelo gestor. No entanto, no caso do ParNa Caparaó, esses conflitos atualmente não se manifestam de forma exacerbada, com choques diretos e mesmo violentos entre os sujeitos locais e o Parque, como parece ter sido o caso de outros momentos no passado, especialmente nos primeiros anos da década de 2000, quando da comunicação aos proprietários da nova situação em que passaram a se encontrar após o aumento do espaço territorial da unidade.

Curiosamente, a compreensão manifestada pelo outro servidor da unidade que se disponibilizou a participar da entrevista é destoante daquela apresentada pelo chefe do ParNa, pois este outro servidor, ao ser indagado sobre a existência de alguma situação entre o Parque e as comunidades do entorno que ele entenderia como sendo um conflito, respondeu o seguinte:

Conflito territorial? **Território tem, né? Tem, porque... É! Vai ter sempre, né? Porque o Parque não tá 100% regularizado.** Então, assim, tem áreas que ainda está sob administração de pessoas físicas que não foram indenizadas. **Isso gera conflito, logicamente.** Áreas turísticas, que estão... ainda não foram regularizadas pela União, **que geram muitos conflitos.** Um exemplo, o Poço das Antas, por exemplo, um exemplo fácil. Uma propriedade particular, tá dentro do Parque, não foi regularizada, é um lugar maravilhoso, e, sim, a gente... **Eu entendo o proprietário lá. Por que que até hoje não foi regularizado? O que que tá faltando? Dinheiro? Vontade? E isso gera conflito, lógico que é.** Então, essa questão do território enquanto não regularizar 100%, né? Do território, vai ter esses conflitos. A questão que eu posso falar com... né? Do fogo. É normal, porque cê tá, né? **Tem uma propriedade entorno do Parque, você quer expandir sua área produtiva, aí o cara quer colocar fogo e... não consegue,** né? Não consegue ter o controle devido, o manejo devido, a gente vai intervir e tal. Mas, até que, assim, tem unidades que sofrem muito mais que aqui no Caparaó. Então, eu acho que... Se fosse, por exemplo, é... se fosse gado, seria muito pior. Mas impacta sim. E a gente tenta trabalhar da melhor forma possível pra... de forma preventiva, né? A gente tá fazendo os... sempre faz os aceiros e agora... E os combates, a gente tenta responder o mais rápido possível pra não ter impacto dentro da unidade. Mas a gente não consegue controlar. A gente tenta, né? Conversa com os proprietários. Vai fazer um... não, vai fazer um... alguma queima que eles precisam fazer? A gente pede pra nos avisar. Se quiser, a gente leva o nosso pessoal lá pra fazer o monitoramento. Mas, infelizmente, algumas vezes eles não nos avisam e colocam, e, né? E chutam o balde, né? Uma expressão bem chula, assim. **E isso né, gera conflito, muito conflito** (Euler, servidor do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

É interessante notar que o servidor aponta diretamente para a questão envolvendo a situação fundiária do Parque, reconhecendo a complexidade do contexto experimentado pela UC. Além disso, ele também observa a própria condição vivenciada pelos moradores das áreas pertencentes ao ParNa, mas que ainda não foram devidamente indenizadas, compreendendo, pelo que se pode averiguar a partir de suas colocações, o direito desses sujeitos quanto à percepção de justa indenização por suas terras. Além dessa situação, o mesmo assinala ainda outras ocorrências que caracterizam situações de conflito, indicando um entendimento da realidade local diferente daquele manifestado pelo chefe do Parque. Por fim, Euler também aponta para os embates que se processam em áreas que estão além dos limites do Parque, mencionando a situação envolvendo as queimadas em propriedades que circundam a UC.

Na sequência da entrevista, ao ser perguntado sobre como enxerga o contexto envolvendo a regularização das terras do ParNa Caparaó, Euler afirma o seguinte:

É um absurdo! É um absurdo o governo não regularizar essas áreas! Simples assim. Tem que regularizar. Acabô. Como? Aí cara, tem departamentos jurídicos que possam te responder isso, mas tem que regularizar. **Se é direito, paga. Como? Num sei. Tem que pagar.**

Entrevistador: Beleza. Também você não sabe como é que tem evoluído essa questão também não? Dessa regularização? Você não sabe dizer?

Entrevistado: Cara, **tá parado. Tá parado anos! Tá parado isso aí anos. Tínhamos um servidor que fazia esse trabalho de regularização fundiária, não existe mais esse servidor aqui.** Então, tá parado, há anos tá parado. Talvez o Waldomiro te falou a última área que foi regularizada. Tem quanto tempo isso?

Entrevistador: Ele falou que tem dez anos a última. Foi quando você chegou.

Entrevistado: Então, aí, pra você vê né. Eu tô pensando aqui, eu não lembro, nesses anos que eu estou aqui, que área que foi regularizada. Então, pro cê vê, **dez (10) anos cara. É muito tempo, né? Aí, cê vai crucificar esse proprietário? Lógico que não.** E tem as novas gerações, isso tudo impacta. O cara tá aí há quantos anos esperando? E fica essa protelação, protelação, burocracia e não resolve. Eu, se eu tivesse no lugar dele... cê tem que se colocar no lugar dessas pessoas, eu estaria puto, lógico que estaria. Aí são o quê? Pessoas já idosas já, já tão aí com a idade avançada e não conseguem resolver.

Entrevistador: E você acha que isso gera atrito? Gera insatisfação nas pessoas?

Entrevistado: **Gera, lógico que gera. Claro!** Porque eles acham que é a gente aqui que tá, né? Que talvez esteja impactando no resultado do trabalho. Mas eu acho que é uma área que merece uma atenção da administração, né? De Brasília, e eu não vejo isso. **Porque cadê um servidor pra tá pelo menos, né? Nesse dia a dia, ir lá no proprietário, conversar com ele, ver a situação e tal? Trabalho não falta cara, tá tendo muito trabalho. E não é feito, infelizmente não é feito** (Euler, servidor do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

Mais uma vez, a fala do servidor em questão é divergente daquela manifestada pelo chefe da unidade, pois evidencia a existência do conflito entre a UC e os proprietários que tiveram terras abarcadas pela mesma, especialmente com a expansão de seus limites. É interessante observar, ainda, o que parece ser uma certa sensibilidade do servidor quanto à situação dos proprietários – o que também pôde ser visto na fala de Waldomiro, vale ressaltar, ainda que este tenha relutado em afirmar a existência do conflito –, compreendendo o direito dos mesmos sobre as propriedades, argumentando que também estaria chateado caso estivesse em situação semelhante, demonstrando um posicionamento que difere daquele que parece ter sido apresentado por alguns dos antigos servidores da UC em anos anteriores, principalmente naqueles logo após a publicação dos decretos que estabeleceram os novos limites do Parque e a desapropriação das terras. Todo esse contexto evidencia o equívoco que caracterizou a expansão territorial do ParNa Caparaó, tendo em vista que mesmo após 27 anos da ocorrência desse fato existirem ainda inúmeras propriedades particulares que compõem a UC, não havendo, até o momento em que esta pesquisa foi realizada, perspectiva de resolução definitiva deste cenário.

Para além da questão fundiária, ao ser indagado sobre outros problemas envolvendo a UC e as comunidades do entorno, tais como a retirada de palmito e a caça – que são situações que foram citadas por moradores quando questionados sobre, bem como pelo chefe da UC, além de surgirem em documentos e outros estudos sobre o Parque e seu entorno (Brasília, 2015; Torres e Cosenza, 2017) –, o servidor afirmou que também ocorrem, ainda que não com intensidade significativa. Por outro lado, Euler argumentou ser difícil controlar tais situações, pois o número de servidores disponíveis para atuarem na unidade no momento em que a

pesquisa foi conduzida era muito reduzido, dificultando os processos de fiscalização e mesmo de aproximação entre o ParNa e as comunidades vizinhas.

À vista disso, é possível imaginar que uma parte talvez significativa dos problemas envolvendo o Parque e as comunidades até mesmo passe despercebida aos servidores da unidade, o que pode ser mais um fator a explicar a percepção, especialmente de seu chefe, quanto à inexistência de embates entre a UC e os sujeitos locais. A propósito, esse aspecto (número reduzido de funcionários efetivos no parque) foi citado pelos servidores entrevistados como um problema importante, juntamente com as dificuldades orçamentárias, sendo tempestivo discorrer um pouco mais sobre essa condição experimentada pelo ParNa Caparaó no atual período histórico.

Como já mencionado anteriormente, o Parque contava, no momento das entrevistas, apenas com três (3) servidores de carreira, sendo que um deles estava, inclusive, muito perto de se aposentar. Essa situação, pelo que foi possível averiguar junto ao chefe da unidade, se consolidou especialmente em função da não reposição, pelo Estado, dos servidores que foram ou se aposentando ou migrando para outras UCs espalhadas pelo país. Em função disso, o efetivo do ParNa Caparaó foi se reduzindo ao longo dos anos. Em 2015, quando da visita ao Parque por parte do autor desta tese para realização de outra pesquisa sobre a unidade (Souza, 2016), o mesmo contava com cerca de 9 servidores efetivos, o que já era, naquela altura, um número insuficiente para dar conta de todas as demandas da UC, inclusive aquelas relacionadas à fiscalização e à aproximação com as comunidades do entorno.

Ao serem indagados sobre os desafios relacionados a esse baixo efetivo, os servidores entrevistados fizeram as seguintes ponderações:

Então, mais do que a dificuldade é onde isso chega talvez: **é uma sobrecarga de trabalho absurda.** Então, **todos nós estamos muito sobrecarregados nas nossas áreas, porque a gente vai acumulando um tudo,** né? Que a unidade, cê imagina, ela atropela, no sentido de que as demandas vêm e muitas delas você não tem a escolha de não fazer, e aí você tem que dar um jeito de fazer, né? Então, assim, **é muito desgastante, tem sido muito desgastante pela sobrecarga de trabalho.** Aí, o uso público é o que mais nos consome a nossa energia! Porque cê imagina: duas (2) portarias, quatro (4) áreas de acampamento, no final de semana cê recebe aqui oitocentas (800) pessoas no sábado, setecentas (700) pessoas no domingo. Do lado de lá [Pedra Menina] um pouco menos, mais é um movimento, as reservas pros acampamentos é uma coisa muito trabalhosa, a gente não tem um sistema automatizado né, virtual, que atenda e que resolva todas as questões de reserva. Então, ele é um sistema ainda que depende muito da pessoa operar, sabe? Então, é muito trabalhoso. Então, uma dificuldade é manter a visitação, né? Com qualidade, manter o ordenamento também, **porque aí cê imagina essas pessoas todas dentro do Parque,** e aí, infelizmente, temos muitos bons... antes do infelizmente, temos muitos bons visitantes, a maioria, **mas infelizmente temos aqueles que não é,** que aí, por mais que você oriente, que você peça, que existam as normas do Parque né, as pessoas que... que realizam atividades, enfim, fazem... tem questões... Ah, **problemas de**

impacto com pichação... Essa semana foi terrível, sabe? Muito triste de ver, com vandalismo, é... com... Têm as normas do Parque, então com bebida alcoólica, outras normas também que as pessoas não... não... Tipo o drone, que precisa de autorização, não pode no fim de semana, pela questão do Parque tá cheio, é... Nas áreas de acampamento, lixo, abandono de lixo... Então, cê imagina que vai tendo muitos problemas, e aí nosso pessoal... Aí, todo mundo é empenhado no fim de semana pra atuar na visitação e ainda assim é pouco. Então, a gente... a equipe, né? Sofre bastante com isso, por conta também de sobrecarga por essa questão, de que o quantitativo de pessoal que a gente tem, ele precisaria ser maior pra que a gente tivesse a oferta de um serviço de excelência né! Seria um sonho! E em termos de pessoal, dos servidores efetivos, eu acho que compromete mais o trabalho junto exatamente à comunidade, a nossa presença no território, visitano os proprietários, que é uma coisa que eu fazia, gostava muito de fazê. Então, eu tava na fiscalização, mais a fiscalização é o final lá de algo que aconteceu, mais antes dela, é muito mais... antes dessa ação fiscalizatória de fato, é muito mais de orientação, de contato, de você podê visitar, passar pelos lugares, tá com as pessoas, as pessoas terem a oportunidade de perguntar, de nos ver, de falar: ah, eu precisava saber tal coisa! Você ir circular e estar ali disponível, que seria o ideal né. Então, compromete muito isso. A gente hoje não tem conseguido estar presente com o serviço ideal no território. E aí também, infelizmente, tem muitas pessoas bem intencionadas, mais têm outras que, de repente, o cara começa a aproveitar disso e você começa a ter problemas com a proteção. E com a proteção no sentido amplo, fiscalização e prevenção e combate a incêndio também né, vai ficando dificultado. A gente ainda tem conseguido, é... Porque é prioridade o combate a incêndio, a gente ainda tem conseguido ter sucesso nesses últimos anos e tudo, mas contando muito também com os voluntários. Imagine, o Parque vem formando brigadistas desde 2000, então tem muita gente, muitos ex-brigadistas. A gente fala brigadista nunca é ex, sempre será brigadista né, no entorno do Parque, que aí nos ajudam muito, principalmente no primeiro momento. Surgiu o incêndio, aí aquele acionamento nosso, até que a gente chegue, dependendo do local aqui você vai ter um deslocamento de duas (2), três (3) horas, por mais rápido que seja. Aí, eventualmente a gente já tem pessoas que tão lá, que naquele momento são decisivas, e aí a gente assume, digamos assim (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

É cara, como eu tô te falando desde o início aí, né? **Com a falta de recursos de toda ordem do órgão, né? É complexo a gente conseguir fazer todas as atividades que devem ser feitas, né?** Não sei se o Waldomiro comentou, estamos numa... numa greve, né? Só que o STJ cerceou o nosso direito de greve. Cem por cento (100%) em unidade de conservação tem que tá trabalhando. Justamente, um dos pilares não é só salário, salário é um dos nossos pleitos, é questão de ter capacidade pra trabalhar, de condições técnicas, né? **A gente não tem viatura, a gente não tem recursos pessoais, o básico do básico a gente não tem.** Hoje eu tô fazendo isso, tô... **Eu virei motorista agora, eu tô levando o brigadista pro aceiro, porque eu não tenho carro.** Se eu passar aquela caminhonete ali que você viu eu chegando, eles vão acabar com a caminhonete. **Como que cê quer que a gente vá fazer esse trabalho na comunidade? Nove municípios no entorno do Parque, perímetro de quase 200 km, 32 mil hectares, com três (3) servidores? Me diz. Não tem como. A gente consegue fazer o básico.** Isso aí tinha que ter uma equipe pra fazer isso. Lá atrás, há 20 anos atrás, **tinha 20 servidores**, como eu tô te falando, aí tinha um pra educação ambiental, tinha alguns pra fiscalização, outros pra conselho consultivo, dava pra fazer. Como que a gente vai fazer com três (3) servidores? **Uso público, receber mais de 100 mil visitantes, fiscalização, fogo, administrativo, equipamentos, frota, reservas, mais gerenciar isso tudo. Não dá cara, impossível.** Eu não sou super-homem, e nem pretendo ser (Euler, servidor do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

Ainda que se entenda, em geral, que é fundamental questionar a própria ideia de natureza que tem embasado a criação de UCs no Brasil historicamente e, igualmente, a forma

como muitas vezes as populações residentes nos territórios onde essas estruturas foram sendo implementadas foram – e em muitos casos ainda são – tratadas, e compreendendo, de modo semelhante, que é essencial indagar sobre o processo de expansão territorial do ParNa Caparaó, como se vem fazendo ao longo desta tese, não se pode negar, por outro lado, as dificuldades diversas enfrentadas tanto pelas UCs, em geral, como pelo ParNa Caparaó, de maneira particular, tendo em vista que a situação experimentada por essa unidade não é, ao que tudo indica, uma exceção no país, mas, ao contrário, uma regra. Evidencia-se, com isso, o modo problemático a partir do qual o sistema de criação e gerenciamento dessas estruturas foi sendo gestado no Brasil, legando problemas que são extremamente delicados e difíceis de serem superados.

Além disso, a maneira como muitas vezes a dita questão ambiental – dentro da qual as APs e UCs estão inseridas – tem sido historicamente trabalhada no país acaba sendo um outro fator a dificultar um bom andamento dos processos que envolvem essa problemática, sendo esta muitas vezes relegada a discursos vazios produzidos apenas para agradar a públicos específicos, sem a implementação de ações e práticas que de fato transformem a realidade em curso. Para além das diferenças quanto à própria ideia de natureza manifestada pelo Parque e pelos sujeitos que residem em seu interior e entorno próximo – que, por si só, já caracteriza um significativo desafio –, é realmente difícil imaginar, numa unidade de conservação como o ParNa Caparaó, com seus 31.800 hectares de área, sendo composta por terras de nove municípios, localizados em dois estados diferentes da federação e com um perímetro de cerca de 200 km, uma gestão que seja de fato eficaz e capaz de envolver as comunidades locais no processo de conservação com a UC contando com um número tão pequeno de servidores de carreira, além, é claro, de outras limitações também bastante significativas, como as que foram citadas pelos servidores entrevistados.

Ainda na esteira da situação apresentada nas falas dos servidores destacadas acima, ao ser questionado sobre a presença do ParNa nas comunidades do entorno, Euler fez a seguinte colocação:

Ah, eu acho que poderia fazer muito mais. A gente faz pouco. Basicamente, a gente tem esse contato maior nas fiscalizações, quando tem algum combate, a gente tem esse contato bem tête-à-tête com a comunidade, **mas a gente fica devendo, com certeza, acho que poderia ter muito mais.** As reuniões do conselho são três (3) ou quatro (4) por ano, poderia ter mais reuniões também. E o dia a dia, cara, nos atropela! O dia a dia, quando cê vê, já passou uma semana, um mês, um ano, se passaram dez (10) anos e eu estou nessa loucura. **E eu não vejo uma luz ao final do túnel, cara. A cada dia tá ficando mais nublado, mais escuro.** Não vejo. Não sou otimista, tô muito pessimista. **Tivemos o último governo com dificuldades, esse não mudou praticamente nada, pelo menos no Caparaó não mudou nada, tá só piorando.** E

entra governo, sai governo, **a questão ambiental é só falar**. Falar pra repórter, pra líder mundial, mas na prática... **Os cortes, a área ambiental sempre tem cortes**, sempre tá tendo cortes. **E corte, assim, a gente não tem praticamente nada! Já tá cortando aquilo que não dá para cortar**. Um exemplo fácil de entender: brigadistas. O Parque, no seu contexto de vários anos, décadas, a gente forma um esquadrão com dezoito (18) brigadistas. Esse ano a gente vai ter oito (8). Acha que oito (8) brigadistas, se tiver um fogo, um fogo de médias proporções, a gente vai conseguir combater com efetividade? Muito difícil. Um exemplo, assim, pequeno, a ponta do iceberg (Euler, servidor do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

De forma semelhante, ao ser indagado sobre a presença do Parque nas comunidades, o chefe da unidade afirmou que:

Já se fez muito mais né. Mas com, nesses últimos anos, **com a nossa redução do pessoal, tem sido cada vez mais difícil**. E o uso público, como eu te disse, que esse acontece, é... como é que se diz? Ele simplesmente acontece, tá implantado, precisa ser conduzido, a gente tem que fazer as escolhas, né? Então, uma das escolhas que a gente tem que fazer é continuar o atendimento da população, com o Parque aberto à visitação, que consome muito da nossa energia. E em seguida, as ações de proteção, incêndio, e aí a fiscalização. Mas todo mundo, infelizmente, a gente tem que fazer essas escolhas, **que nem sempre são escolhas de fato, elas nos são impostas**, né? Então, infelizmente **nos últimos anos menos** (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

As falas corroboram com o que foi argumentado anteriormente no que tange à correlação entre o reduzido número de funcionários efetivos e a ausência do Parque nas comunidades circunvizinhas à UC. Inclusive, nas muitas visitas realizadas pelo autor desta tese às comunidades do entorno do Parque – ao todo, foram dezenove (19) visitas a onze (11) comunidades/distritos/cidades diferentes –, em nenhuma delas foi possível encontrar servidores da unidade circulando e conversando com os moradores das mesmas. As falas a seguir, coletadas por meio das entrevistas com moradores da região, demonstram o cenário de distanciamento vivenciado no atual momento histórico entre o Parque e as comunidades circunvizinhas a ele.

Sempre parece alguém, graças a Deus! Antigamente era muito difíci, mais eis inda falta um poqui... Eu vô falá, pode sê gravado, tudo certim, **que eu tenho certeza que precisa mais reuniões com o povo!** Reuni o povo, falá da beleza, falá do que é necessário, explicá o que é certo ou errado, **isso eis tão faltano com isso!** O próprio pessoal que trabalha em defesa do Parque Nacional, eis é autoridade dentro do Parque, **tá faltano com esse dever, tá**. Porque eles tinha, de tempo em tempo, fazê uma reuniões com proprietário, pra falá o que que pode ou num pode fazê, o que que é melhô pra contecê de bão pra todo mundo, **mais num faiz uma renião**, tendeu? Nois junta às veis, nois marca e faiz reniões, eis comparece, juda lá numas... numas... numas palestra, **mais eis num marca uma reunião com o povo pra falá: isso aqui oceis num pode entra ó!** Aí, ó, **isso tudo aí tem dono** [aponta para a frente da casa dele, em direção à área do Parque]! Mais eis num faiz uma renião, rapaiz, pra conscientizá o dono e falá assim ó: cê tá ajudano a preservá, ocê é dono, aberto ocê curtiva, mais num dismata mais e tal! **Isso é importante!** Eis chamá o proprietário, fazê renião,

conscientizá eles, falá que o valor deis tá de pé, que se eis num vendê a propriedade que tá dendo Parque, eis têm o direito de tirá até um parmitim pra cumê, não pra vendê! **Mais da manera que eis faiz rapaiz, fica difícil, que eles num faiz uma renião pra conscientizá um proprietário siquer!** Eis podia fazê, rapaiz, uma renião de tempo em tempo, “ó, é proibido visitá uma cachoera? É! Mais da manera assim, assim, do contrário não!”. **Mais num faiz isso meu caro amigo.** Falta esse... **Num tem esse incentivo!** Eis têm que conscientizá a pessoa sobre isso, tá. Que o povo vai ficá satisfeito e vai falá: coordenação do Parque tá ótima, tá especial! Porque todo mundo fica satisfeito. Porque botá uma praca lá, “proibido entrada nessa cachoera”, botá ota lá, “proibido entrada aqui”, rapaiz!... **Numa parte tá certa, notra não! Num é proibi ir numa cachoera. Tem que proibi invadi!** Concorde comigo? (D. Z., 73 anos, entrevista realizada em 27/01/24).

Não. Eu acho que falta um poco de impenho deis. O probrema todo é que eis espera ocê... Sei lá, **eis espera ocê distruí ali pra chegá e querê te murta e tudo.** Não! **Conscientizá as pessoa,** tendeu? “Ó, cê pode fazê isso, cê pode fazê aquilo. Proprietário, cê pode fazê isso, cê pode fazê aquilo na sua área”, tendeu? **Num tem.** Cê vai conversa, “**a, não, num é comigo**”. Então, qué dizê, cê vai pelguntá alguma coisa, cê qué esclarecê na sua mente alguma coisa e... **Num dá essa orientação.** Dá orientação... Ah, chegô ali, cê ocê trapaíô alguma coisa, se ocê feiz alguma coisa errada, entendeu? **Já chega quereno, com aquela autoridade que... né? Te pegá e te...** Tendeu? (L. A., 61 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Não. Eis mesmo, igual ocê falô, né? De veiz em quando eis podia fazê uma reunião, né? Chamá os moradô, explicá sobre a situação, né? **Mais num faiz nada.** Lá uma veiz o otro eis só vem aí, vai lá em cima e volta, mais é... Mais pra comunidade é bom (Z. C., 62 anos, entrevista realizada em 03/02/24).

Tá nada. O pessoal que travaia em Parque, pelo menos pra qui a fora, **cê num vê não.** Num sei na sua região, pra baxo aí, **esse mei nossa aqui a gente praticamente quais num vê** (C. D., 50 anos, entrevista realizada em 24/02/24).

Aaa, **aqui eis fica mais sumido.** Eis parece mais igual quando coloca um fogo, igual colocô ali. **Eu nem sei se dessa veiz eis vei ali.** Mais da otra veiz, que quemo pra baxo daquela fazenda véia ali, eis viero. Mais agora tamém colocô fogo do lado de lá ali, nem sei se eis vei tamém (M. A., 40 anos, entrevista realizada em 02/03/24).

É, **eu vejo o Parque muito distante das comunidades. Muito distante mesmo. Eu há muitos anos que eu não vejo o Parque fazer uma reunião com comunidade do entorno.** Não vejo. Escola, já teve uma época, tinha um programa de educação ambiental, inclusive o programa que o Consórcio tinha, que o pessoal do Parque participava dele. Entendeu?

Entrevistador: E é por falta de interesse, por falta de recurso? Como que você vê isso?

Entrevistado: **Eu acho que é tudo!** Eu acho que é tudo. **Falta de interesse, falta de pessoal,** falta de... Acho que as treis coisas aí se juntam. Mais se você tivê boa vontade e quisé, você faiz sem recursos, faiz sem pessoal, dá um jeito e faiz. Faiz parceria, entendeu? Faiz parceria (D. R., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

O Parque Nacional sim, ele faz presença, **mais deveria sê melhor.** Quando precisamos de atendimento lá, **simplesmente eles vão postergano.** Se precisa de documento, simplesmente eles vão postergano. **Eles não qué resolvê rapidamente o que precisa.** Não é nada para desmatá! Simplesmente documentos e eles não agiliza não. Eles vão simplesmente postergano. Então, assim, tem o atendimento, os atuais funcionários são

gente boa, **mais faz só a parte do sistema mezo. Muito, muito devagar** (J. G., 55 anos, entrevista realizada em 30/03/24).

Em parte, sim [o Parque se faz presente nas comunidades]. De vez em quando eles marca uma presença, uma vez a cada três (3), quatro (4) meses. Então, **se faiz presente em parte**, entende? **Num é aquela presença assídua não.** Às vezes por cause de... sei lá, do quantitativo deles. Não sei (D. T., 37 anos, entrevista realizada em 20/04/24).

A relação do Parque com a comunidade cara, **eu acho que ela já foi melhor**, sabe? Eu acho que... é... A comunidade qué ficá mais próxima do Parque e talvez a gestão, ela não... Eu até entendo tamém, de repente, um pouco da gestão, né? Só pro cê tê uma ideia cara, são três servidores do ICMBio pra tomá conta de 32 mil hectares, cara. Então, assim cara, eu entendo que os caras não dão conta de atendê às denúncias, né? Que chegam pra ele, né cara? Mas, assim, **eu acho que, na minha opinião, deveria ser um pouco mais aberto**, né? Que chegam pra ele, né cara? Então, assim, eu acho que, na minha opinião, deveria sê um pouco mais aberto, **um pouco mais próximo essa comunidade com a gestão do Parque.** Porque a gente percebe que a comunidade cara, ela num faiz questão, **ela tem o prazer de ajudá o Parque**, né? E muitas das vezes cara, **o parque ele é um pouco fechado**, né? Até mesmo, de repente, pela essa parte de tanta burocracia em querer ajudar, né? Em poder receber essa ajuda ou não, sabe? (J. A., 52 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Não, não. Não tem... **não tem praticamente interação nenhuma.** E quando começa a tê alguma interação, é... Vô tomá muito cuidado para falar assim. Quando eu falei das otras, que as administrações não são legais, porque, assim, quando você começa a dividir o poder que você tem, você começa a não tê controle sobre tudo, óbvio, né? Então, **quem está no controle da unidade de conservação, ele quer que o povo entre, mas não quer muito**, né? Então, “vamos interagi, vamo...” Não existem palestras no colégio do cara do morro, vem aqui... do morro, ó, do Parque, que vai ali falá, né? Existe um movimento do colégio. O colégio, de vez em quando, pede para ir no parque ali, leva até o centro de visitante, mais como eu te falei, parede descascando, não tem audiovisual, é só umas fotos que já tão esbranquiçadas, né? Então, assim, **não tem. Aquela interação comunidade-Parque... Tem na hora do perrengue.** Como eu falei, **o pessoal dá a vida entrando no meio do fogo aí pra não dexá**, até porque, há uns anos atrás, eu não tava aqui ainda, então foi há mais de deiz (10) anos, teve um fogo que lambeu o Parque quase todo. Eu não tava aqui, eu ouvi dizê. Eu acho que nessa época aí criou uma conscientização em termo do fogo. Mais, assim, **na hora que dá o perrengue** (M. R., 60 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Logo, é provável que uma das principais consequência desse distanciamento dos últimos anos entre o Parque e as comunidades seja justamente o aumento dos impactos e, por consequência, dos conflitos, tanto no entorno quanto dentro da própria UC, como Waldomiro destaca na sequência de sua argumentação.

Entrevistador: E como é que você tem visto isso? Qual o impacto dessa menor presença? Você tem visto? Você tem sentido?

Entrevistado: Então, eu acho que tem uma tendência da gente caminhar pra... **Tenho sentido sim, aumento da pressão.** A gente conseguia, nos anos anteriores, **antecipar muita coisa**, sabe? Então, **a gente conseguia chegar um momento antes da pessoa fazer uma intervenção.** Tem um caso clássico aqui que o camarada foi e reabriu uma estrada, numa área que tava há 30 anos em pousio, quer dizer, uma propriedade que tava parada. Ele comprou, aquelas coisas assim, comprou e reabriu aquela estrada e

foi, segundo ele, apareceu um fogo, **queimou a área toda, cortou tudo de estrada e plantou café**, uma área que já tava na capoeira assim. E aí, **foi objeto de autuação e tal**. Enfim.

O ParNa Caparaó encontra-se, então, em uma encruzilhada: sendo uma UC com um número reduzido de funcionários, a aproximação com as comunidades e o envolvimento destas na manutenção da unidade tornam-se ainda mais essenciais. Contudo, no momento da pesquisa, o baixo quantitativo de servidores dificultava essa aproximação. Conforme relataram os entrevistados, as múltiplas demandas da UC exigiam priorização, resultando na relegação da integração Parque-comunidade a um segundo plano.

Nesse sentido, é interessante analisar, ainda, as respostas de alguns dos sujeitos entrevistados quando questionados sobre se conheciam e sabiam o que era o ParNa Caparaó ou, ainda, se tinham conhecimento de alguma atividade nele existente. Apesar de a grande maioria desses sujeitos ter dito que conhece o Parque, em muitos momentos chamou a atenção o fato de mencionarem, fundamentalmente, as portarias de Pedra Menina e de Alto Caparaó como sendo as referências que tem do que o ParNa é, indicando um distanciamento e mesmo uma ausência de um sentimento de pertencimento quanto à UC. Semelhantemente, foi possível identificar a dificuldade desses sujeitos em enxergar que o Parque está muito próximo deles – no sentido de proximidade espacial – ou mesmo que eles estão inseridos dentro da própria unidade.

Entrevistador: E você conhece alguma atividade do Parque?

Entrevistado: **Não rapaz, não conheço!** A gente não tem esse contato com o pessoal... Cê diz, assim, em relação ao ICMBio ou....

Entrevistador: Alguma atração turística do Parque, alguma coisa que é realizada lá ou que se pode fazer por lá...

Entrevistado: **Não, não conheço, nada! Aqui a gente não tem nada por aqui, nada, zero! Só Minas mesmo.** O que a gente conhece é pessoal de Pedra Menina ou de... ou de... até Pedra Menina! Alto Caparaó eu desconheço totalmente! Eu fui no Pico da Bandeira deve ter uns... quase cinquenta (50) anos que eu fui no Pico da Bandeira... (C. A., 65 anos, entrevista realizada em 12/12/23).

Entrevistador: Quando a gente fala “a o Parque”, como que o senhor descreveria o Parque? Na sua visão, o que que seria o Parque?

Entrevistado: Acho que seria uma reserva, né? Primeiro, né? E ondé que o cara tinha que continuar prantano pra arrumá melhó, né? Pra sê mais valorizado a coisa. Se num prantá tamém num cresce, né? E tinha que tê mais consciência de tá plantano, em vez de cortá.

Entrevistador: O senhor conhece alguma atividade, alguma atração que tem no Parque? Alguma coisa que tenha lá que o pessoal frequenta, que vai?

Entrevistado: Tem aqui em cima, pra cima do XXX ali, tem os poços dos guarda, que eis fala posto dos guarda. Então, eis gosta de ir lá, mas os guarda num dixa muito, num gosta de liberá pra eis andá lá não. Então, nego tá respeitano (J. B., 75 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Com certeza [conhece o Parque]! Com certeza. Sem dúvida. Qué dizê, é uma área maravilhosa. **Não entrei lá dentro!** Entendeu? Da mata, tudo assim. **Já fui nos entorno aqui, tanto em Pedra Menina como no Alto Caparaó.** É muito interessante, tendeu? A gente acha muito interessante aquilo ali, sobre a proteção, sobre o conhecimento, as pessoa qué vim conhecê de fora, né? Então, eu acho interessante, muito interessante isso! As pessoa de fora vim conhecê a nossa região aqui, que é maravilhosa, entendeu? (L. A., 61 anos, entrevista realizada em 21/01/24).

Não. No Parque eu nunca fui! Eu nunca fui no Parque do Caparaó. O pessoal chega, meus minino... Tem um minino que trabaiô **no Parque lá**, dois (2) ano, tendeu? Trabaiô dois (2) ano **no Parque lá**, ele falô todim que que era lá, gostei demais, mais eu num posso relatá o que eu sei porque eu nunca fui, tendeu? Não conheço. [...] **Eu nunca passei daqui pra cima e lá eu nunca fui!** Eu só trabaio nessa redondeza pra qui a fora aqui que eu vivo, só aqui. É o que eu sei. Por lá eu num sei mais nada. Num posso te informá nada disso aí! (L. B., 69 anos, entrevista realizada em 03/02/24).

Entrevistado: Eu já fui lá uma veiz, no Parque lá em cima do...

Entrevistador: Quando o senhor foi já era Parque?

Entrevistado: Já era Parque. **Nóis fomo até lá na sede lá.** Eu fui até na cachoera, perto do Terrorão, mais num subimo até no Pico não, tendeu? (J. M., 81 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

Rapaiz, eu, pra fala verdade com cê, **eu num tive, assim, dendo Parque...** A gente vê... a gente vê aqui passá pela televisão, é um momento muito interessante, né? **O Parque é um lugá interessante, é um lugá preservado.** Eu acredito que é um lugá bonito, a gente veno assim, né? A gente vê pelas minhas mata aqui! A gente vê, cê vê lá do asfalto, cê ocê pará, oiá, cê vai vê que é bonito, né? Montanha linda, bonita (C. D., 50 anos, entrevista realizada em 24/02/24).

Aaa, **eu num tem nem ideia** [de alguma atividade que é realizada no Parque], **porque eu nunca fui no Parque do Caparaó memo, eu nunca fui.** Então... (M. A., 40 anos, entrevista realizada em 02/03/24).

Como se nota pelas falas acima, parece existir de fato um certo afastamento das comunidades com relação ao Parque e vice e versa. Além disso, também é perceptível a falta de conhecimento mais aprofundado sobre o que é o Parque, bem como do fato de que eles, os moradores, estão ou muito próximos dos seus limites ou mesmo dentro dele. Este é o caso, por exemplo, de L. A., que está a poucos metros da UC e até mesmo adentra seu território com frequência, tendo em vista que trabalha em uma propriedade que está parcialmente inserida nos limites da unidade, e de C. L., que mesmo residindo dentro dos limites do ParNa, afirma que nunca esteve no Parque. De igual modo, a fala dos demais sujeitos, bem como outras que foram ouvidas durante as entrevistas, indicam que, para muitas das pessoas que vivem no entorno ou mesmo dentro do ParNa Caparaó, este é uma estrutura que estaria distante do cotidiano dessas pessoas, resumindo-se, muitas vezes, às portarias de Pedra Menina e de Alto Caparaó, às imediações dessas e à região do Pico da Bandeira.

Outro aspecto relevante notado durante as entrevistas com os moradores do entorno, e que pode estar diretamente atrelado a esse contexto envolvendo o reduzido número de funcionários efetivos no ParNa, é a percepção que os sujeitos locais têm da forma como são vistos pela unidade. Na visão de alguns desses moradores entrevistados, o Parque os vê como sendo invasores e agressores da natureza, tendo parte deles até mesmo afirmado que entendem que, para a UC, o melhor seria que eles nem existissem ou estivessem no território, pois isso tornaria a vida do ParNa mais tranquila. Novamente, o conflito entre Parque e sujeitos locais é evidenciado.

Ao ser confrontado com essa informação, o chefe da unidade fez a seguinte afirmação:

É... É **uma visão equivocada**. E aí, assim, não sei se é um caso muito particular dessa pessoa, e aí às vezes ele tem algum... algum... alguma particularidade na relação dele com o Parque, mas acho que, no caso geral, **na média, eles não percebem isso não. A gente é muito bem recebido nas propriedades como um todo**. Eventualmente, quando comete alguma infração, e que a gente tem que agir com o poder de fiscalização e tal, e a gente faz assim ao máximo... só quando não tem jeito mais, que aí você tem que agir né, quando é uma situação muito assim, e mesmo isso, a gente costuma, **a gente faz de uma maneira mais suave**, se é possível, né? Se é que essa palavra é adequada, **mas mais respeitosa possível e tudo**, porque a gente precisa passar por aquilo e continuamos estando aqui, continuarmos nos relacionando né, a gente precisa. É um trabalho... A gente tinha que ter uma formação em psicologia também, sabe? Mas a gente vai aprendendo com o tempo, **demonstrando pra pessoa que ela cometeu um erro**, né? Às vezes a gente vê que não é de má fé. Às vezes a gente vê que a pessoa resolveu arriscar. Nesse caso lá [uma área que, segundo Waldomiro, o proprietário teria realizado uma intervenção indevida], esse último mesmo, o camarada falou: ah, não consigo falar com o Parque, fui lá e vi no que dá. Ora, não conseguir falar com o parque hoje é impossível, né? Não existe essa... A gente não questiona na hora, né? Fala: é, infelizmente. Mas, assim, cá entre nós, né? Como que não consegue falar? **É só ele vim aqui ó, na hora que ele chegar na portaria ele vai falar com alguém**. Enfim, pela internet hoje tá tudo ali, tem e-mail, tem site, tem todas... tem muita forma de comunicar. Antigamente, que as pessoas tavam isoladas, eu até entendo. Mas, enfim, então acho que é uma coisa muito particular, **nós não temos essa visão**. Pelo contrário, e pelas coisas que eu falei antes você percebe, **a gente respeita muito, leva muito em consideração, tem muito cuidado no trato dessa questão e não tem esse juízo de causa**, “ah, que era bom que não estivesse ou estivesse ali”. Não é isso, não cabe isso. Existe um decreto, [inaudível] da unidade, existe uma realidade, nós vamos conviver até que essa coisa se resolva.

Entrevistador: Mas pode ser também, talvez, até um resquício de um outro tempo, em que talvez a atuação... Nem do seu tempo, né? Mas num tempo em que a atuação era um pouco mais rigorosa?

Entrevistado: Pois é, **mas só se a pessoa ficou agarrada em uma coisa muito lá no passado, porque já há muito tempo que a ação do Parque ela é permeada de educação ambiental, de orientação**. Desde que... Eu sei lá, eu num sei, mais desde que eu cheguei aqui eu percebo que é assim, muito mais... **A ação fiscalizatória e a autuação é o último recurso**. Desde que eu estou por aqui já, desde 2008 que eu percebo os colegas agindo dessa forma, é sempre o último recurso. Tudo que a gente puder fazer pra evitar, sabe? Especialmente o proprietário, tudo. **É diferente se você encontrar um caçador**. Aí o caçador não [inaudível], é outros quinhentos. Aí ele está ali deliberadamente, muitas vezes ele não é, inclusive, nem é morador, de pessoas de fora que vêm. **Às vezes o palmitreiro que tá tirando pra comércio e tudo**, pessoas de fora da unidade que entram, aí é outro caso. Mas, pensando nos proprietários, nas

intervenções, **já há muitos anos que a ação fiscalizatória é o último recurso.** A ação fiscalizatória é uma coisa ampla né, **mas a atuação é o último recurso e que não tem essa visão.** Talvez ele passou por alguma situação, mas aí só ele vai saber dizer, que aí ficou marcado pra ele assim. Mas a gente não tem isso não (Waldomiro, chefe do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

Cabe destacar que o relato recebido não foi um fato isolado, mas mencionado por mais de uma pessoa, indicando que tal situação não é tão rara, apesar de a maioria dos entrevistados ter expressado uma compreensão positiva acerca da importância e do papel que a UC tem e desempenha na/para a região. Nesse contexto, é possível asseverar que a ausência de percepção do chefe da unidade quanto a esse sentimento existente em parte das populações pode estar atrelada à perspectiva de que, na visão deste, as ações empreendidas pelo Parque sobre o território serem sempre justas e corretas, assim como se ligar ao fato de existir, no atual momento histórico em que esta pesquisa é produzida, um maior afastamento do ParNa das comunidades do entorno.

Esse sentimento dos sujeitos locais pode também não ser externado para os funcionários da UC, impedindo o entendimento dos mesmos quanto à percepção que os sujeitos locais têm da forma como o Parque os enxerga e entende. Outrossim, o fato de, como afirmado por Waldomiro, os funcionários da unidade serem sempre bem tratados pelos sujeitos locais quando chegam em suas propriedades, não significa necessariamente que exista uma visão totalmente positiva desses sujeitos quanto ao Parque e à atuação de seus servidores, tratando-se, por outro lado, apenas de um processo de aceitação forçada da presença da UC e de seus agentes no território, tendo em vista que não há muito mais o que se fazer quanto a essa realidade.

Da mesma forma, não se pode olvidar que esses funcionários carregam um status de autoridade, o que faz com que os sujeitos locais também respeitem essa condição. Ademais, existe a própria questão envolvendo o trato dos sujeitos locais com as pessoas que chegam em suas casas e terrenos, sendo, em geral, uma característica local um tratamento gentil e afável mesmo àqueles que são estranhos, como pôde ser experimentado pelo próprio autor desta tese ao se aproximar dos muitos sujeitos que se dispuseram a conversar sobre o Parque e a região.

Mesmo diante dessas possibilidades explicativas quanto à dificuldade de visualização por parte do chefe do ParNa no que concerne à forma como parcela dos sujeitos locais entende que são vistos pelo Parque, não se pode negar que, segundo o que foi relatado pelos moradores da região, houve sim uma mudança no modo como estes vêm sendo tratados pela UC nas últimas décadas. Se, no passado, o tratamento era mais truculento e agressivo, no atual momento histórico os relatos coletados junto aos locais indicam que a relação Parque-comunidades, ainda que distante, tem sido menos belicosa. A fala a seguir, coletada junto ao servidor aposentado

do ParNa Caparaó, ilustra tanto a maneira mais agressiva a partir da qual os locais eram abordados em tempos mais longínquos pelos funcionários do Parque quanto a mudança ocorrida ao longo dos anos e os frutos que essa alteração produziu no relacionamento entre a UC e as comunidades do entorno.

Durante muito tempo, o Parque foi criado, mas não desenvolveu, assim, um trabalho junto com as comunidades para dizer o seguinte: o que eu vim fazer aqui, né? Qual o meu objetivo aqui? **Isso demorou tempo.** Então, **as pessoas olhavam o Parque com indiferença, desconfiadas, acreditavam que o Parque veio pra atrapalhar,** não veio pra acrescentar, entendeu? Não veio para agregar. **Aí, à medida que começaram a aparecer os primeiros trabalhos de educação ambiental,** visitando as prefeituras, visitando as comunidades, as lideranças locais e oferecendo pra participar das atividades da comunidade, as pessoas começaram a ver o Parque com outros olhos, entendeu? E vê que o Parque estava ali pra poder proteger aquelas áreas ali, né? Próximas às comunidades, aquelas remanescentes, os recursos hídricos, os animais, as plantas. Aquilo ali era pra oferecer uma oportunidade pras comunidades vivê uma vida com qualidade. Então, à medida que foi caminhando, **as pessoas começaram a entender que o Parque tava ali pra poder estender a mão, né? Pra poder oferecer oportunidades.** E as pessoas começaram, então, a se organizar, começaram a colaborar com a proteção, a colaborar oferecendo denúncias às vezes né, quando tinha alguma depredação. As pessoas começaram a ligar, fazer ligações, denunciar, pra poder o órgão gestor tomar providência. Passaram a entendê que aquilo ali era necessário, que aquilo ali era uma riqueza que eles tinham, e que custaram a entender aquilo como uma riqueza, entendeu? Como uma oportunidade, e não como algo que veio pra atrapalhar. Então, **nos tempos mais próximos da agora, as pessoas, a maioria das comunidades, vê o Parque como algo imprescindível, vê o Parque como um valor,** né? Muito grande e se preocupam com a preservação do mesmo. Mesmo com as indiferenças às vezes, acham, elas têm em mente que a questão ambiental é algo fundamental pra melhoria de todos. Então, nos tempos próximos atrás, **as pessoas realmente tinham uma relação boa com o Parque,** a maioria das pessoas, uma relação realmente de amizade. Então, as pessoas, muitas pessoas, **prestavam esses relevantes serviços de ajudar a proteger o Parque. Eram fiscais do Parque sem receber nada em troca,** mais preocupadas e valorizano a questão ambiental como fundamental para o ser humano continuá também nesse ambiente, né? Que o ser humano também é ambiente, é natureza, então ele precisa tá inserido no meio, ele não pode ficar distante. “Ah, vão preservá só pra achar bonito!” Não. Preservano a natureza, o meio ambiente, ele entendia também que tá preservano a si mesmo, seus filhos, futuras gerações. Então entendiam isso, entendeu?

Eu cheguei a ver o depoimento de uma professora, um dia lá no centro de visitantes, levou escola lá, **ela chegou a dizer que passou um grande tempo, um grande período da vida dela escutando o pai, avô, a família falando sobre, é... odiano o Parque.** “O Parque só trouxe prejuízo, só trouxe inimizade, porque o Parque era isso, o Parque era aquilo, tudo de ruim o Parque era”. E ela descobriu, no andar da carruagem, que o Parque não era nada daquilo, **era os funcionários que estavam causando aquele mal estar,** entendeu? **Aí, ela entendeu isso.** Então, essa forma de agir, de se relacionar com a comunidade, não é questão de fazer vista grossa, ninguém nunca fez vista grossa e nem pode fazer vista grossa. O servidor público ele não pode fazer vista grossa, mais você tem que ser coerente, entendeu? **Porque, antes de tudo, o proprietário ele não é um bandido.** Ele tá cometendo um crime contra o meio ambiente, mas ele não é um bandido. Então, **a forma de você autuar ele não é com truculência, é cumprindo a lei.** Então, ele vai aceitar tranquilamente: não, eu sei que eu tô errado, sei que cês tão certos. Entendeu? Então, **cê tem que agir com respeito,** entendeu? Então, a gente era muito bem relacionado. As escolas principalmente, a gente trabalhava com tudo quanto é evento em escola a gente ia, entendeu? Levava eles lá no Parque. Então, era tranquilo, entendeu? Sem omitir nada! Que a gente não pode omitir nada, entendeu? Encontrou o ilícito, tem que autuar. Não importa o que

vai acontecer, mas tem que autuar. Só que de forma correta, de forma sem... é... desentender com a pessoa, sem chamar a pessoa de nome que ela não tem, não merece, **porque ela é um trabalhador**, né? Tem que ser respeitado nessa parte. Então, **isso aí mudou**, entendeu? Isso foi uma coisa, só trouxe benefício, muito benefício. Então, **tudo que o Parque quis fazer com a comunidade, ele era aceito ultimamente. Qualquer atividade que ia fazer, qualquer ação tinha aceitação, não tinha objeção, a pessoa recebia com naturalidade**, entendeu? Qualquer projeto que fosse desenvolver, a comunidade aceitava, entendeu? Era tranquilo demais. Mais por quê? A forma é respeitosa de tratar as pessoa, sem omitir fatos, entendeu? (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 06/11/24).

Esse contexto mais recente envolvendo a dinâmica das relações entre o ParNa e as comunidades a ele circunvizinhas não significa, é sempre importante evidenciar, a inexistência de conflitos entre a UC e os sujeitos locais. Nesse sentido, para além das falas já destacadas anteriormente, o quadro 18 abaixo, construído com base no método da análise de conteúdo de Bardin (1979), evidencia a ocorrência dos conflitos ambientais diretos que puderam ser identificados na região por meio das falas de moradores locais que foram entrevistados para esta pesquisa.

Quadro 5: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à relação entre as comunidades e o Parque

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
RELAÇÃO ENTRE O PARQUE E AS COMUNIDADES	Conflitos	Conflito fundiário	<i>“Essas áreas [Limo Verde e Jacutinga] ficaram dendo Parque. Ou seja, o Estado, né? Ocupô as minhas áreas, que eram produtivas, a exemplo de muitas outras áreas, de produtores de cafés, né? De pecuária e tudo mais. E, com isso, eu comecei a sofrê uma perseguição muito grande pela instituição, que já aí passou, foi transferido pra o ICMBio. Começaram a ocorrer denúncias de que eu... meu projeto era um projeto poluidor”.</i>
		Caça	<i>“Aqui, por exemplo, eu fiz duas represas que tá dentro do Parque. Na época, eu procurei o órgão que cuida disso aqui, que é o IDAF, e ele me autorizô, me falô, o Parque me autorizô. Depois o... O estado tem uma demarcação, o ICMBio tem outra. Aí, o IDAF me libera a represa, eu fiz e só não levei uma multa de quinhentos mil (500.000) reais porque eu tinha licença do IDAF, sabe? Aí me convocaram pra ir parar lá em Pedra Minina... Lá em... em... em... no Alto Caparaó. Aí, queria que eu levasse IDAF, eu falei: eu não vou levá IDAF, vocês que convoquem! Aí fui lá, escutei um monte de baboseira, assinei termo de... de... de compromisso, um monte de coisa, nunca... tem quatro (4) anos que isso aconteceu, nunca mais voltaram aqui. A represa... queriam que eu desmanchasse a represa! Só num me multaram por causa disso, e viviam aqui”.</i>
		Retirada de palmito	<i>“Ele meteu a máquina lá pra rancá café pro meu minino formá dinovo, o IBAMA vei ali mais a Polícia Ambiental, falô: não podia tê feito isso! Ele falô: fala com eis conversá comigo que eu tô pagano imposto disso aqui! Rancô a lavora pra formá outra. ‘Num quero destruí um (1) palmito, mais aonde eu tô cultivano, eu cultivo, porque ninguém me pagô e é meu! Se eis num quisé que eu formo café dendo que é meu, eis me paga! Eu vendo’”.</i>
		Apanha de pássaros	<i>“Então, em relação ao Parque em si, pra mim seria um problema hoje se ela me desapropriasse. Por que o meu receio é: ela vai pagá o que vale a minha terra? Porque essas minha terra num tem só um valor financeiro”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 5: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à relação entre as comunidades e o Parque (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
RELAÇÃO ENTRE O PARQUE E AS COMUNIDADES	Conflitos	Conflito fundiário	<i>“Igual eu falei com você, é indiferente pra comunidade, ela não vê nada de atrativo com o Parque. Nada! Pelo contrário, né? Essa fiscalização, que eu a chamo de imbecil, do ICMBio só atrapalha, que tem uma visão de uma coisa ruim o Parque nesse sentido. Porque restringe as pessoas até de fazer as coisas. Então, o pessoal tem raiva do ICMBio! Tem raiva do Parque! Por ter tirado essas oportunidades deles, perdido terreno, perdido sítio, perdido tudo! Desapropriou e não indenizou, o governo não indeniza! Então, é um confisco, eu chamo confisco!”</i>
		Caça	<i>“Uma vez disseram pra gente que pra gente trocá uma fechadura de porta, tem que tê licença do ICMBio, e quem falô isso pra gente foi um fiscal do ICMBio. A minha vontade foi mandá ele plantá batata, porque isso num existe! E ele não tem poder nenhum, porque não houve nada. Existiu a... o... O Fernando Henrique Cardoso, ele organizô um tratado, que foi feito de canetada. Não houve estudo de economia, estudo de população, não teve pesquisa, não teve absolutamente nada! Foi elaborado um decreto, o decreto dava cinco (5) anos pra que se conversasse com a população, entrasse com a desapropriação... Até hoje, nada se fez, nada”.</i>
		Retirada de palmito	<i>“Não! Rixa existe sim. Se entrá lá, aí eles vêm! Portanto, eu plantei um café ali em frente à hidrolância, em cima aonde é o ponto lá. Eu comprei um terreno, já tinha comprado uma propriedade, e comprei lá mais uns dois (2) ou treis (3) arquero lá, o vizim queria vendê, né? Mais lá era um chavascal, era um chapechal o treco, que quem me vendeu prantava roça, só roça de milho. Depois, resorvero largá quilo lá, tava [inaudível] já. Virano capoeira. Aí, o pessoal do Parque viero aí, lá, viero aí e me chamô lá me proibino a... Eu falei com ele que eu tava roçano chapechal né. Eu falei: eu tô roçano chapechal. Aqui toda a vida foi cultivado! Não eu, mais quem me vendeu cultivava isso aqui”.</i>
		Apanha de pássaros	

Continua na próxima página

Quadro 5: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à relação entre as comunidades e o Parque (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
RELAÇÃO ENTRE O PARQUE E AS COMUNIDADES	Conflitos	Conflito fundiário	<i>“Eu acho que é a questão da área do Parque, onde em 97 [1997] teve um decreto que aumentô a área do Parque e que os moradores têm a terra, mais não pode fazê nada com a terra. Isso aí gerou um conflito muito grande e uma insatisfação, porque as pessoas precisam trabalhar. Se tem que indenizá, indeniza o valor que vale e pra eles comprá em outro lugar. Só que não indenizô e eles também não podem fazê mais nada na área. [...] Tem muito conflito aí sim, bastante. São mais de trezentas propriedades, são trezentos e quarenta e poucas. Muitas propriedades”.</i>
		Caça	<i>“Então, com relação ao pessoal do Parque, nunca viero aqui, né? Ninguém do Parque nunca viero. Eis só vei aqui agora, depois duns dois (2) ano pra cá, ou três (3) ano, que ficô um fiscal do Parque e até um polícia militá vei de lá tamém pra impidi o turismo aqui no local, né? É o que eis viero pra me ajudá [dá uma breve risada irônica], pra mim não... O XXX tá na área do Parque, podia tá liberado, tava liberado, lotado de gente, e eu aqui fudido sem nada; e eu com o polícia aqui e o chefe do Parque. Aí, ficô uns dois (2) ano aí mais ou meno, eu cuidano do meu serviço e sábado e domingo eis tava aqui. Aí, ocê chegava aí como turista e ele te notificava, mandava cê voltá”.</i>
		Retirada de palmito	
		Apanha de pássaros	<i>“De vez em quando eles atacam um pegano passarim, esse negócio que tem aí, porque o tráfico de passarim que é o pior. Esse é o pior. Caçá o pessoal caça menos, porque tem poco bicho aqui pra baxo e o pessoal, utimamente, a verdade é a seguinte: o pessoal tá caçano poco, sabe por quê? O pessoal tá preguiçoso! Graças a Deus tá preguiçoso. O cara fica com preguiça de ir lá. Agora, pegá passarim o pessoal pega. De vez em quando eis vai na casa de um caboco aí, dá uma rala lá, pega o passarim do sujeito e leva, multa. Isso eis corre atraís. Só que é difícil de pegá, né cara? É difícil de pegá, porque os cara tamém já são malandro, eis já sabe das manha todinha. Eis compra as anilha, dexa aquilo guardado, um troca com o outro e vai...”</i>

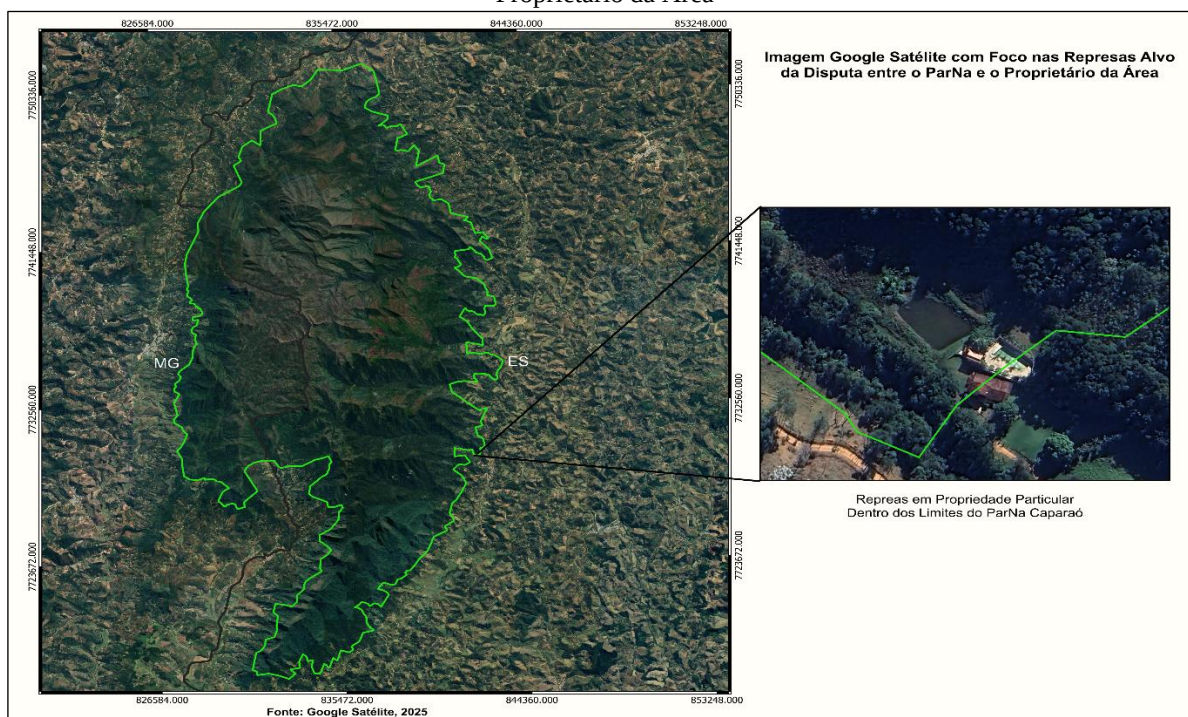
Continua na próxima página

Quadro 5: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes aos conflitos entra o Parque e os sujeitos locais (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO
RELAÇÃO ENTRE O PARQUE E AS COMUNIDADES	Conflitos	Conflito fundiário	<i>“Então, o pessoal tem evitado fogo, mais os predadores da fauna e da flora eles estão aí. Esses eles não têm tido nenhum tipo de... de fiscalização que impeça eles de agirem”.</i>
		Caça	<i>“Ainda tem! Ainda tem! A caça ainda tem! A caça, é... tirá palmito. Desmatamento não! Mais a caça e o pessoal que entra pra tirá palmito, isso ainda tem muito ainda. Não com aquela frequência de antigamente! Antigamente era costume. Hoje não! Hoje são algumas pessoas, que a gente até conhece né”.</i>
		Retirada de palmito	<i>“Muito! Muito [prática da caça]! Aqui é... uma cultura milenar que num vai acabar! Não vai. Mesmo que tem... tem pessoas que... que... que caçam! Pra consumo, e infelizmente existem pessoas que caçam pra venda! Fazê meio de vida. Uma vez que você abate um animal que você faz trezentos (300), quinhentos (500) reais nele, cê tirô a semana de trabalho. Eu vou trabalhá pra quê? É mais prático! Só que os animais que tem um alto consumo, que são mais caros, entre aspas, estão acabando por causa dessa depredação, por causa da caça excessiva”.</i>
		Apanha de pássaros	

Dentre as situações mencionadas pelos sujeitos locais, vale aqui analisar com um pouco mais de atenção aquela envolvendo a construção das represas, citada no quadro acima. Essa é uma ocorrência interessante, pois o sujeito argumenta que teve problemas com o Parque por ter construído as represas, mesmo tendo as licenças que o autorizava a fazer a intervenção. Inclusive, o mesmo alega que só não levou uma multa severa justamente por possuir as autorizações. Segundo o que ele argumentou durante a entrevista, a área onde as ditas represas foram construídas estaria dentro dos limites do Parque, porém muito próximas desses, sendo possível observar no mapeamento (figura 40, a seguir) que as linhas que demarcam o espaço territorial do ParNa passam a poucos metros das represas.

Figura 41: Imagem Google Satélite com Foco nas Represas Alvo da Disputa entre o ParNa e o Proprietário da Área



Isso traz à tona uma outra situação que foi observada pelo servidor aposentado do ParNa em sua fala, referente a um possível erro na demarcação dos limites da UC no momento em que seus servidores começaram a ir a campo com as novas coordenadas fornecidas pela empresa que realizou o mapeamento para o estabelecimento dos novos limites do Parque. Também corrobora com o que foi dito por outros sujeitos entrevistados para esta tese, que em suas argumentações levantaram dúvidas quanto à forma como teria se dado o processo de demarcação em campo e quanto ao próprio formato das linhas divisórias da unidade. Nesse sentido, segundo o servidor aposentado:

Ainda tem outra: cê vai com as coordenadas geográfica, **ainda tem um erro ainda**, entendeu? De... **em torno de uns 50 metros. Só que esses 50 metro faz muita diferença**, entendeu? É... às vezes é uma... quando vai... Igual, por exemplo, quando foi instalar aquela torre da Claro lá no Alto Caparaó, aí gerou um negócio: **ela tá dentro do Parque ou tá fora?** Porque 50 metro... **Há um erro de 50 metro**, não sei por que isso. Então, **pode tá, ou pode tá dentro ou pode tá fora**, entendeu? **Tem muita coisa assim**, é nesse sentido. Lá na portaria de Pedra Menina memo tem uma casa velha lá, um rancho. **Aquele rancho memo eis num sabe se ele tá dentro do Parque ou tá fora, por causa do tal 50 metro**, entendeu? **Aí, os limite passou dentro da propriedade da pessoa e largou um pedacico de terra fora. Será que deixou mesmo?** Num sabe, **por causa desse 50 metro de erro**, entendeu? **Um trem danado. Então, precisa consertar isso**, entendeu? **Só que isso aí demanda interesse**, entendeu? De chefe, de superintendente, de presidente do órgão, dos deputados, entendeu? Pra consertar isso, **fazer uma coisa mais decente**, entendeu? **Com clareza**. Convoca as comunidades, convoca as autoridades dos municípios do entorno, entendeu? Fazer uma coisa mais participativa, **porque há o interesse das pessoas no entorno do Parque de preservar o Parque. Eles querem, mas querem uma coisa justa**, entendeu? **Por que colocar uma propriedade totalmente em café fazendo o Parque? Qual a razão disso? Olha o preço que fica isso pra indenizar. Um absurdo! Aí, não tem dinheiro. E o governo não tem interesse de indenizar uma fazenda de café. O cara pode apresentar todos os documentos, não tem interesse uai. “Mas não tem interesse, mais e como é que eu faço?” Não faço nada, eu tô engessado do mesmo jeito**, entendeu? É uma situação difícil, que demanda muita discussão, entendeu? **Não é só chegar e colocar, impor, nada disso, eu acho que tem que ser participativo**. Eu acho que tudo em unidade de conservação tem que ser participativo, entendeu? Pras pessoas do entorno ajudar a proteger, ajudar a divulgar, ajudar a cuidar, entendeu? Porque sem a comunidade do entorno interessada em colaborar na preservação, muita ação inútil, perca de tempo, que não leva a lugar nenhum, entendeu? Então, cê tem que chegar nas comunidades e a comunidade fala assim: olha... Sentir prazerosa em ter o parque nacional, né? Ali na comunidade. Ela tem que sentir prazer de ter e não olhar e ver um órgão que veio para prejudicar alguém. Não, ao contrário, né? O parque veio pra somar, agregar, é assim que a comunidade tem que ver o Parque (Servidor aposentado do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 04/11/24).

Tomando como base esse depoimento, é possível imaginar que diversas áreas podem ter sido consideradas, naquele momento inicial de demarcação e comunicação, como estando dentro dos limites do Parque, quando, na realidade, não estavam. E, de forma semelhante, áreas que poderiam estar dentro do mesmo e que acabaram sendo consideradas como não estando. Não foi incomum encontrar, durante os trabalhos de campo, pessoas afirmando não saber com certeza onde era e onde não era Parque, se suas propriedades estavam, de fato, dentro da UC ou se estavam fora.

E eu fico com muito, assim, né? Porque as pessoas falam assim: “você tem, antes de construir, você tem que consultar primeiro”. Eu consultei! Cê viu que eu fui no órgão responsável, que era o IDAF. Então... cê sabe? **Eu imaginava, na minha cabeça, o Parque é a floresta. Cê sempre pensa assim, não é? Aí, você olha nas medições deles, cê pega o Google e dá a medição, tá fora! Mais quando eles vêm medir, e aí, e tá, mede, num sei o que, passa aqui. Uma medição que cê num sabe se tá correta!** O Parque foi desenhado em... em 96 [em 1997, na verdade] me parece. Então, **cê imagina a medição daquela época comê que foi?** (C. A., 65 anos, entrevista realizada em 12/12/24).

Entrevistador: Igual eu falei pro senhor, a ideia é justamente entender isso, né? Como que é essa coisa do Parque com as pessoas, né? E o senhor já ouviu falar do Parque? O senhor sabe que ele existe, não é?

Entrevistado: Sei que ele existe!

Entrevistador: E o senhor sabe onde ele começa, onde ele termina?

Entrevistado: Ele começô por lá, deu umas vorta, passou lá por cima lá, mais eis tão falano lá. **É o caso deles é mema coisa que eu fala assim: meu sítio passa ali ó! Num tem marco ali,** por enquanto... Porque lá, iguale cê foi no meu pedacinho lá, **eu tinha que tê lá uma marca ali: isso aqui, daqui pra cima é do Parque e de cá num é.**

Entrevistador: Então não tem essa divisão? Não sabe onde começa, onde termina?

Entrevistado: Não. Eu, aproximamente... **Eis falá que pego do Parque, mais eu num tem esse...**

Entrevistador: Entendi. E o pessoal nunca veio, nunca falou, nunca explicou?

Entrevistado: **Eis só fala que o Parque passô ali, mais... Se passô no meu pedacim de terra, dentro do que ocê foi, eu tinha que tê uma declaração aqui** (M. L., 86 anos, entrevista realizada em 27/01/24).

Rapaiz, **a gente num entende.** Eis fala que aonde... **Vem aí e marca onde é. Depois, eis vem e muda pro outro lado.** Dê eis fazê o que eis qué pra queis arto lá! Tá largado pra lá memo (A. R., 86 anos, entrevista realizada em 03/02/24).

Aí veio o Parque, aí veio a ideia do Parque em 1997. **Eu nem sabia desse negócio, eu fiquei sabendo disso há muito tempo depois que eu tinha comprado a propriedade.**

Entrevistador: Então, quando o senhor comprou, o senhor não sabia que estava dentro do Parque?

Entrevistado: Não, não, não, não. **Não sabia não.**

Entrevistador: E a pessoa que te vendeu também não sabia? Ou sabia e não falou?

Entrevistado: **Também não sabia. Sabia não, sabia não.** Olha, durante vários anos depois que eu comprei a propriedade, eu via um carro, não sei se era do IBAMA ou do ICMBio, subindo na estrada ali. Subia e descia, sabe? **Era só isso!**

Mais eu não sabia, e eu acho que ninguém sabia esse negócio de limite de demarcação não (P. P., 63 anos, entrevista realizada em 10/02/24).

Como evidenciado pelas falas destacadas até aqui, bem como por outras inseridas ao longo desta tese, os conflitos entre o Parque e os sujeitos locais existem, pois como também já foi argumentado, tratam-se, essencialmente, de modos de compreender, produzir e utilizar a natureza que são, em muitos momentos, conflitantes. Consequentemente, a sobreposição no espaço das territorialidades que se originam, entre outras, dessas formas diferenciadas de significação e produção da natureza acabam entrando em choque, ocasionando a ocorrência dos conflitos ambientais. Mesmo diante desse contexto que caracteriza o ParNa Caparaó no momento em que esta pesquisa é realizada, o que se observa no Parque e seu entorno é que esses fenômenos não têm se apresentado, no atual momento histórico, com características de disputadas exacerbadas e violentas, sendo mais sutis no atual estágio de sua evolução.

Isso não significa, entretanto, que os mesmos não possam assumir a condição de um embate mais intenso entre os sujeitos locais e o Parque caso algum gatilho capaz de gerar essa mudança seja acionado. Pelo contrário, na verdade, especialmente quando se considera a

complexa situação fundiária que caracteriza a existência da UC, com vários sujeitos residindo e/ou produzindo em propriedades que estão dentro dos limites territoriais do Parque. Ou seja, no ParNa Caparaó e seu entorno estão presentes tanto situações de conflito, como também um significativo contexto de conflitualidade, sendo este especialmente associado à condição fundiária do Parque.

Consequentemente, e compreendendo a dinamicidade que os conflitos geralmente possuem, entende-se que existe um risco considerável de que, no futuro, os conflitos – que no momento de realização desta pesquisa se encontram em um estágio que se pode denominar de “latente”, pois praticamente inexistem na região embates com nível de exacerbação significativo entre o Parque e os sujeitos locais, mesmo diante da situação envolvendo a regularização das terras que formam a UC e da presença de pessoas dentro de seus limites territoriais – podem caminhar para se tornarem “conflitos manifestos”, podendo apresentar, inclusive, situações de violência física. Essa escalada dependerá, compreende-se, da forma como o contexto fundiário da unidade vier a ser tratado nos próximos anos pelas administrações do ParNa Caparaó.

5.3 Os impactos e conflitos indiretos

Além dos conflitos diretos, nota-se, no atual período histórico, a ocorrência, especialmente no entorno do ParNa Caparaó, de impactos e conflitos ambientais indiretos, ou de “segunda ordem” (Souza e Milanez, 2019). Estes são aqueles que não têm origem por ações diretas e deliberadas do Parque sobre o território, como no caso analisado acima referente à expansão de seus limites, mas são uma consequência secundária da presença do mesmo na região.

Entre os principais impactos e conflitos indiretos que puderam ser identificados no entorno da UC em questão estão: 1) os impactos ligados ao crescimento do turismo; 2) os impactos e conflitos relacionados ao aumento de moradores em algumas áreas do entorno; 3) os conflitos associados à pavimentação de alguns trechos das estradas que cortam a região; e 4) a proibição de acesso a créditos rurais por proprietários que têm terras dentro dos limites do ParNa Caparaó.

O quadro 6 abaixo, construído com base no método da análise de conteúdo de Bardin (1979), ilustra algumas situações que foram externadas pelos moradores entrevistados e que caracterizam a ocorrência desses impactos e conflitos.

Quadro 6: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à influência indireta do ParNa Caparaó na dinâmica local

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
INFLUÊNCIA INDIRETA DO PARNA CAPARAÓ NA DINÂMICA LOCAL	Conflitos e impactos de segunda ordem	Aumento do fluxo de pessoas Conflitos entre os moradores Conflito envolvendo o turismo no parque Proibição de acesso a créditos rurais	<i>“Mais... é... Eu acho por farta disso aí! Igual eu tava falano com cê: uma entrada pelo Pico por aqui, às vez o cara vai falá assim “vai destruí!” Vai destruí não. Por que vai destruí? Vai destruí o que uma entrada do Pico por aqui?”</i> <i>“Então, a experiência que eu tive é o seguinte: é que eu vi um Parque completamente isolado. Hoje nós temos comunidades dentro desse Parque! E consegue licença pra construí! E isso me revolta”.</i> <i>“Eu tenho uma preocupação muito grande hoje com a quantidade de empreendimentos que estão surgindo na região, porque quanto mais empreendimentos, mais gente. E cê sabe que muita gente num lugar, ele acaba impactano. Se eu fô subi as trilhas do Pico da Bandeira, cê vai passá em algumas trilhas que têm mais de metro de profundidade. Erosão de solo, lixo, esgoto, saneamento básico, isso tudo impacta. Quando você vem num final de semana numa vila como Patrimônio da Penha, de um feriado, cê fica assustado com a quantidade de gente que tem num lugar que mora ali seiscentas (600), setecentas (700) pessoas. Num final de semana ali cê tem duas mil (2000), treis mil (3000), quatro mil (4000) pessoas num lugar que eu num sei onde enfia tanta gente. E aí é carro de som, música que não tem nada a vê com o local, muita bebida, droga, enfim né. [...] Então, eu fico muito preocupada com o turismo de massa, sabe?”</i> <i>“Pra mim, hoje, um dos maiores problemas do entorno, da comunidade com o Parque, é intendê que isso aqui é um patrimônio natural intocável. Que as pessoas que vêm pra cá, elas não têm que trazê os maus costumes que destruíram as cidades: subpopulação, falta de saneamento básico, lixo destinado de forma inadequada, né? E nós temos que vim pra cá pra fazê exatamente o contrário: pra reflorestá, pra cuidá da água, pra cuidá dos bichos. Nós temos que vim pra cá com esse sentimento de pertencimento, que é cuidá daquilo que é nosso, que é comum de todos”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 6: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à influência indireta do ParNa Caparaó na dinâmica local (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
INFLUÊNCIA INDIRETA DO PARNA CAPARAÓ NA DINÂMICA LOCAL	Conflitos e impactos de segunda ordem	Aumento do fluxo de pessoas	<i>“Agora há duas semanas atraís, a gente subiu e ficou assustado, assim, com certas trilhas que passaram muita gente, e acaba que parece que soltô uma manada ali. Uma trilhazinha que passava um por vez, abriu um espaço de passá deiz (10), um do lado do outro. Então, a gente vê que isso é preocupante, né? Agora mesmo, teve um festival aqui, a gente tava muito preocupado porque a capacidade da Vila é uma capacidade muito pequena, as trilhas que dão pras cachoeiras aqui são dentro da mata, né? Então, tem essa questão do desmatamento, a gente ficou bem preocupado. Mais a gente acabou fazendo uma vistoria um dia, dois dias depois, e, graças a Deus, não teve esse impacto ambiental no local. E questão de lixo também, né? Porque quando tem, vem esse fluxo muito grande de pessoas, fica esse lixo todo por aqui, né? Então, a questão do lixo, esgoto, tudo isso aumenta muito [...]”.</i>
		Conflitos entre os moradores	<i>“Rapaiz, eu vejo que as pessoas elas vão chegam aí e vão trazendo uma aculturação, né? Com a galera da comunidade, entendeu? Vêm vários costumes diferentes da cidade e eles querem implementá isso aqui. Não cabe, né? Muita coisa não cabe, né?”</i>
		Conflito envolvendo o turismo no parque	<i>“Eu gosto muito da nossa paisagem e apesar de a gente tá com preocupação que tá entrando muitas obras de fora agora. Então, a gente... porque tá mais velho! A gente tem preocupação com a água, que tá tendo muita tirada de água nos rios, nas nascentes, e ponho em casas, morro que num tinha água. Então, os mais velhos têm preocupação sim de mais tarde é perigoso faltar água”.</i>
		Proibição de acesso a créditos rurais	

Continua na próxima página

Quadro 6: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à influência indireta do ParNa Caparaó na dinâmica local (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
INFLUÊNCIA INDIRETA DO PARNA CAPARAÓ NA DINÂMICA LOCAL	Conflitos e impactos de segunda ordem	Aumento do fluxo de pessoas	<i>“Nessa comunidade aqui já tem mais de cinquenta por cento (50%) do povo de fora, né? Então, pra gente que viveu a vida inteira aqui, só o nativo mesmo daqui, hoje cê podê falá que já tem cinquenta (50%) do povo de fora é preocupante. Porque no passado, existia cinco (5) família e tudo criano quato (4), cinco (5) geração aqui. Agora, chegan o povo de fora, triplicô as casa! O gasto d'água tá muito maiô. De água e de espaço tamém”.</i>
		Conflitos entre os moradores	<i>“E... Agora, num tô falano que o povo de fora tá ruim não. Tá vino e seja bem-vindo, mais quando eles compra, eles têm que construí. Então, parece que tá fazeno casa muito fora, assim, do normal da região. Tá fazeno muito”.</i>
		Conflito envolvendo o turismo no parque	<i>“Então, como parar a invasão imobiliária? Parar ou administrar isso, pelo menos, né? E fomos numa palestra tamém com o prefeito de Gramado e, assim, é briga. O que todos nos falaram, mesmo quem já tá lá na frente, é briga, porque o poder público, se ele não entrar e matar, batê no peito e resolvê, não resolve, porque vai pra briga jurídica. Então, a briga jurídica afasta os grandes investimentos, né?”</i>
		Proibição de acesso a créditos rurais	<i>“Mudança de horário atrapalhou, criou conflito. Um dia era um horário, o oto oto. O Parque nunca fechou, agora toda quarta-feira, toda segunda-feira tem que fechar, porque tem que dá manutenção. Então, assim, eles criaram... Tudo que restringe a gente, todas as regras do Parque em relação ao trade turístico, em relação às comunidades, foram restritivas. Eles nunca ouve a comunidade, aí qué que a comunidade pertence, mais não qué participação da comunidade”.</i>

Continua na próxima página

Quadro 6: Categorias, subcategorias e unidades de registro referentes à influência indireta do ParNa Caparaó na dinâmica local (continuação)

CÓDIGO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTRO
INFLUÊNCIA INDIRETA DO PARNA CAPARAÓ NA DINÂMICA LOCAL	Conflitos e impactos de segunda ordem	Aumento do fluxo de pessoas	<i>“Não, trouxe problema, né? Trouxe problema. Principalmente pros proprietários! Principalmente pra gente que já tem o terreno lá dentro. Trais problema sim. Uai, já cortô, assim, o jeito de financiá, fazê financiamento pra trocá as lavora. Lá dentro do Parque num saí mais! É sô o que sobrô [fora dos limites do Parque] é que eu faço financiamento”.</i>
		Conflitos entre os moradores	<i>“Rapaiz, eu acho que pra nós mesmo no caso da demarcação depois, né? Prejudicô, né? Esse crescimento do Parque prejudicô! Porque o pessoal perdero crédito em banco... [...] Não consegue fazê nada! Em banco, não. Então, nessa parte, nesse aumento do Parque, prejudicô! Antes não, né? Do jeito que tava, tava bão! No aumentá o Parque, prejudicô. Um poco”.</i>
		Conflito envolvendo o turismo no parque	
		Proibição de acesso a créditos rurais	

Os impactos negativos associados ao crescimento do turismo na região, conforme relatado pelos sujeitos locais durante as entrevistas, incluem o aumento do fluxo de pessoas atraídas pelas belezas naturais presentes tanto dentro da UC quanto em seu entorno. Esse crescimento resulta em problemas como maior produção de lixo, aumento do tráfego de automóveis nas vilas e distritos, quebra do sossego característico da área e, segundo alguns entrevistados, poluição nos espaços frequentados pelos visitantes. É importante destacar, porém, que nem todos os turistas adotam comportamentos prejudiciais. Na verdade, segundo os locais, essa postura depredatória é típica de uma minoria dos frequentadores da área, sendo que a maioria, na visão dos moradores, tem uma postura cuidadosa e de respeito com o ambiente local. Entretanto, o crescimento desse fluxo, por mais ordenado e regado que seja – o que não parecia ser o caso da região no momento em que a pesquisa foi feita, é significativo destacar – acaba produzindo impactos negativos, até porque a infraestrutura local não é ainda suficiente para comportar o aumento substancial de pessoas que geralmente ocorre em determinadas épocas e/ou momentos específicos do ano.

Exemplo interessante desse processo foi o festival “Penha Roots”, realizado em Patrimônio da Penha em abril de 2024, sendo o terceiro deste tipo na Vila. O evento foi marcado pela apresentação de artistas de renome nacional, atraindo significativo número de espectadores para a área e quebrando a dinâmica normal da mesma. Além disso, o evento produziu riscos a localidades da Vila que fazem parte da sua ecologia, tais como as cachoeiras, muito visitadas especialmente no verão. Segundo relatos coletados junto a um morador atuante do Patrimônio, em função das experiências produzidas nos outros eventos da mesma organização no passado, foi necessário um planejamento por parte dos moradores locais objetivando evitar a repetição dos mesmos problemas nessa nova edição do festival.

Além disso, por ser Patrimônio da Penha uma área com uma população dividida entre dois grupos com perfis socioculturais relativamente distintos, esse tipo de acontecimento em muitos momentos produz embates entre os próprios moradores, com um dos grupos se posicionando favoravelmente enquanto que o outro tende a se opor a essas ocorrências.

Então, essa foi a terceira edição. Esse foi o primeiro evento que eu participei, até mesmo fui no evento, por causa dos artistas que a gente gosta, já que tava aqui dentro de casa, mais eu estava com essa preocupação muito grande, **porque das informações dos outros anos anteriores, das coisas, questão de lixo e tal.** Então, **eu acho que eles pregam uma coisa um pouco diferente.** Nas redes sociais, eles atraem as pessoas pra esse festival falando, né? **Da natureza,** que é um evento que se importa, que é isso, que é aquilo, mais eles não têm... **Isso não é verdade.** Então, **a gente teve alguns embates com eles aí.** Quando a gente ficô sabendo do festival, o festival já tava em andamento, eles já tinham contato com o prefeito e não tinha chegado até a comunidade. A gente que apertô, acabô chamando uma assembleia com a comunidade

e levantamos a pauta “Penha Roots” e assim apareceu na reunião um dos donos do evento.

Entrevistador: Mas o pessoal que é o promotor do evento não é daqui?

Entrevistado: Não é daqui.

Entrevistador: Eles aproveitam do lugar, dos atrativos, mas eles mesmos não são daqui?

Entrevistado: Aproveitam do lugar. **Aproveitam do lugar, dos atrativos, do nome, do local, do chamativo...** Então, eu acho que pro festival deles... Aí eles falam que se importam com a comunidade, **pra mim não tem muito essa questão de se importá com a comunidade não.**

Entrevistador: Como que a comunidade em geral vê isso?

Entrevistado: Então, **é uma briga muito grande.** Alguns pensam mais nessa questão do dinheiro, do turismo. É igual essa questão do crescimento: a gente sabe que a bola da vez, vamos dizê, do Espírito Santo é o Caparaó. Então, não adianta a gente achá que vamô “ah, não, vamo segurá, [não] vamô deixá acontecê”. Vai acontecê o crescimento! Mais que esse crescimento, então, seja um crescimento ordenado. E o festival, essas coisas, a gente sabe que vai acabá teno, mais a gente tem essa noção **que é impacto muito grande, né?** Então a gente fez um ofício, um pedido pra eles, eles até... A Associação [Associação de Moradores do Patrimônio da Penha – AMPA] entrô como apoiadora no final das contas, a gente chegô a passá a logo, porque ele queria deixar adiantado, mais ele ficô de respondê o ofício. No final, ele divulgô o apoio antes dele respondê o ofício e eu acabei dano uma resposta eles, **isso gerô um conflitozim entre a gente ali.** A gente colocou uma votação, no final das contas, a gente botô a resposta do ofício, que a gente fez alguns pedidos, **porque já aconteceu nos outros episódios, nas outras edições, falta de água, falta de energia.** Então, assim, **a Vila ela não suporta!** Ela ainda não tem essa... O pensamento de [que] **não tinha essa estrutura pra tá recebendo esse evento de grande porte.**

Entrevistador: Até o lugar onde é feito, que é no campo, né?

Entrevistado: É.

Entrevistador: Para esse nível, eu, pelo menos, considero um espaço muito pequeno.

Entrevistado: Pequeno. **Ficou bem cheio, bem cheio mesmo.** O campo tamém acabô, mais o campo tamém é um brejo! Então o campo não é usado. Então já não conseguia usá o campo, já não tinha time que jogava, já é usado a quadra né. Ali já tem que fazê uma mudança naquele local. E a gente fez alguns pedidos, tipo: de lixeira pro nosso lugá, caxa d'água, ajuda com o guardião... de segurança, **porque a gente ficou com medo de dar esse fluxo muito grande nas cachoeiras.** Eu acho que o impacto não foi tão grande, porque as pessoas... acabam que os shows passaram um pouco do horário, que é o horário limite, acabô se atrasando ali, por alguns motivos, e as pessoas ficam cansadas, bebem e nem todos vão pra cachoeira, a gente tinha esse risco. E o tempo também estava um tempo mais fechado. **Se tivesse com um solão, eu acredito que daria muito mais gente tamém!** Então, mesmo a Vila estando mais cheia do que outras datas do ano, teve menos pessoas subindo do que no Carnaval, tinha menos pessoas. E acaba que vem muita gente da região tamém. **Então, a gente tinha preocupação muito grande que virasse um caos!** E até mesmo por falta de organização, porque às vezes eles se organizam dentro do evento e esquecem do lado de fora. E aí, onde que vão estacionar todos esses carros? Aonde vai estacionar os ônibus? E os vendedores ambulantes, que vêm de qualquer jeito e não têm fiscalização? O fluxo de carro passando na rua, porque só tem ali na principal? Aí a gente já chegô a fechá um carnaval, duas vezes no carnaval, um pedacim da Vila e fazê um desvio. Mais aí, chega um caminhão, não tem como, o cara tem que passá ali, porque não dá pra passá nesse pequeno desvio, **porque as ruas são muito curtas.** E aqui é uma ES, **então teve gente ali, comerciante, que falô que se fechasse ia fazê denúncia,** então cabô que não fechou. Então, **foi gerando meses de dor de cabeça aí.** Aí, **chega um que não quer que aconteça,** que a gente tem que procurá o Ministério Público, que não deixá e tal. O outro “**não! Que tem que acontecê, que isso é bom demais, que a gente tá ganhando dinheiro**”! Então, agradar a população. Então, no final, com essa resposta do ofício, a gente jogou uma enquete no grupo da Associação pra que as pessoas lessem, a gente pedindo para lê e colocasse lá se era a favor ou contra pra gente apoiar ou não o evento. E a maioria apoiou o evento. Então, a gente continua manteno o apoio ao evento. E a minha visão é que dessa vez, pelos

outros eu não posso, cada um falava uma coisa, mais eu mesmo não... Um falava bem, outro falava mal do evento, era bem espesso, mais, no geral... O som, a altura do som, eles não colocaram uma altura tão alta... Teve uma festa uma semana antes da comunidade, que quem faz a festa é a prefeitura, que o som tava muito mais alto! Então, eles viram, sabe que a gente tava com essa preocupação, acompanharam da gente falano a posição do palco pra podê até mesmo não tá virado pra mata, por causa dos bichos ali, incomodarem a natureza, e eles colocaram de frente. A festa da prefeitura foi com som mais alto e de frente pra mata. Então, **a festa da prefeitura incomodou muito mais do que o festival**. Então a gente tem que tê essa visão também: e aí? A gente critica e fala, mais o próprio distrito faz, às vezes, alguma coisa que não se encaixa tanto igual ao festival. Então, vamos agora do festival, veio um público legal, acho que veio um público bom, um público que realmente, independente, não tô falando do evento, que às vezes ele lê e vê sobre o evento, então ele conseguiu trazê um público sim bacana. Então, **eu acho que a Vila mostrô tá mais preparada, a gente não teve problema**. O problema de energia que teve da Vila aqui **foi que eles ligaram o som na sexta-feira pra fazê um teste na rede elétrica, mesmo eles teno geradô acabaram errando e desarmou ali um transformador e deixou algumas pessoas com uma fase ou sem energia**, mais com algumas horas foi resolvido. E, fora isso, não tivemos queda de energia, **porque a gente já tem problema aqui o ano inteiro**. Então **tá cheio, dá problema mesmo, tem queda, fica ali**. Então não teve! **A gente deu a sorte de não tê**. A água não acabou. Então, **as pessoas também acabaram se preparando mais, tendo mais caxa d'água, fazendo a captação**. E o evento em si, pra comunidade, eu acho que foi positivo. Dessa vez, pelo menos, foi positivo. Não teve, assim, gerô movimento pra Vila inteira e não gerô impacto, **que a nossa preocupação maió seria impacto que ia causar nessas cachoeiras**. Como é muito pequena, o fluxo de pessoas, as pessoas não têm paciência, vê uma gretinha, **ai na hora que cê vê, passô cem (100) pessoas, abriu uma trilha nova**. Então **o desmatamento é grande, mas não teve. Mas eu acho que foi essa questão das pessoas tarem cansadas, então talvez otro ano não seja tão positivo, e o tempo. O tempo não ajudou**. Então é aquele balanço ali. E as falhas pra mim que teve, tem coisas que não cabem a eles, mas sim à prefeitura. A gente tem um problema grande aqui que eles chamam policiamento nessas datas do ano, aí eles vêm, aí três horas da manhã costuma ser o horário que eles vão embora. Porque eles falam que quando eles vêm assim, eles não vêm... É tipo uma operação, eles trabalham oito horas, aí eles já conta de saindo de Guaçuí, uma hora pra vim, uma hora pra voltar, então eles trabalham seis horas aqui. No carnaval mesmo, eu tive uma reunião no batalhão e fiz o pedido, expliquei a situação e falei com eles deles, às vezes, dividí. Ah, vai vim quatro viaturas? Vêm duas viaturas num horário e duas viaturas mais tarde. Por quê? Quando eles saem, dão as costas, **a gente não tem hoje fiscalização, não tem policiamento, não tem nada, eles vão embora, o caos começa na rua**. Aí atrapalha, que aquela grande questão dos moradores reclamam, **que vira aquele caos ali na rua ali grande**. Igual, na pandemia mesmo, **ao mesmo tempo que foi positivo talvez pro turismo, de tê começado a vim mais gente pra região, trouxe pessoas que a gente não queria**. Porque as pessoas não podia ir pra praia, aqui não tinha policiamento, não tinha nada. **Teve um carnaval aqui que isso aqui parecia que era festival de Salvador nessa rua aí. Muita gente, lotado mesmo, aquele transtorno, carro de som! Deiz carros de som ali, pau torano! Pau, pau!**

Entrevistador: No meio da pandemia?

Entrevistado: Mei da pandemia. Aí, **teve morador aí que surto! Teve gente aí que saiu com faca na mão aí pra podê querê tocá os otro daqui**, porque agir com as próprias mãos (H. O., 35 anos, entrevista realizada em 20/04/24).

A fala do morador fornece diversas informações que ilustram os impactos enfrentados pela região e que, mesmo não sendo produzidos diretamente pelo Parque, guardam algum nível de correlação com o mesmo. É difícil imaginar, por exemplo, que um evento dessa magnitude seria realizado em uma localidade com as características de Patrimônio da Penha caso a mesma

não estivesse situada às margens do ParNa Caparaó, especialmente tendo em vista o apelo que o evento em questão busca fomentar, fazendo referência à “natureza” local como forma de promoção da festa. Para além do Penha Roots, é interessante notar também na fala do morador outros elementos que aludem a outras situações experimentadas pela Vila e que estão ligadas à sua localização privilegiada, bem como aos aspectos ecológicos nela presentes, também estando estes conectados, em alguma medida, ao ParNa Caparaó.

Parece claro que tais ocorrências que vêm se processando na região não foram, em nenhum momento, projetadas ou planejadas pelo ParNa quando da sua instalação e mesmo à medida que foi se consolidando no território. Entretanto, não se pode negar a influência da UC nessas dinâmicas, tendo em vista, entre outras coisas, o movimento em curso em que parte da sociedade tem buscado estar mais próxima de ambientes que são tidos como mais “naturais”. Além disso, ainda que Patrimônio da Penha tenha uma dinâmica própria, é inegável que o Parque é o grande chamariz da região, tendo sido a partir dele, por exemplo, que os grupos não nativos que atualmente vivem na área – e que, em alguns casos, entram em disputa com os locais diante de demandas e acontecimentos que afetam ou ameaçam afetar a vida da comunidade, como na situação envolvendo o próprio festival – foram para ela atraídos.

Numa perspectiva semelhante, estão os impactos e conflitos associados ao aumento de moradores em algumas das principais vilas e distritos que circundam o ParNa. Esse aumento se conecta à presença da unidade na região, tendo em vista o selo que a mesma projeta sobre o território, fazendo com que este seja tomado como um exemplo de “espaço/ambiente natural”.

É, veja bem Leandro, você me perguntô, né? Cê veio fazê uma entrevista comigo, eu num sô uma pessoa muito indicada pra te falá... é... Talvez você não vai tê... alcançá seu objetivo comigo. Eu só posso daqui, onde eu tô morano, de oito (8) anos pra cá. Eu sô de Muriaé, onde eu mantenho meu escritório lá, **hoje eu tô aposentado né. Então, hoje eu tô procurando... vim procurar qualidade de vida! E nada melhor do que esse lugar aqui pra qualidade de vida.** Aqui é uma região promissora! **Onde que hoje nós vemos a migração da cidade pra qui.** Muitos, né? **Comprando bens aqui! Pra fixa até residência memo futura, mais já tá veno agora.** Vem de fora pra cá exatamente por quê? **Fugindo da cidade. Nós temos aqui uma qualidade de vida excepcional.** Eu noto que, nesses oito (8) anos que eu estou aqui, **peessoas vindo pra cá pra passear e depois quer voltar pra adquirir um pedacim de terra em algum lugá pra fixar sua residência,** como eu disse. E pra hoje, nós temos qualidade de vida. Só vindo pra cá pra entender o que eu estou falando. **Toda essa natureza que nós vemos aqui, cê num vê na cidade,** né? E é uma região, onde podemos dizer assim, é uma região onde eu aconselho todo mundo a vim pra região aqui! (P. A., 78 anos, entrevista realizada em 15/03/24).

Meu nome é XXX, tenho 37 anos, moro aqui em Patrimônio da Penha há 9 anos. Eu sô nascida em Guaçuí, né? Sou de Guaçuí, minha família toda é de Guaçuí, mais morei muito tempo fora de Guaçuí e conheci essa região maravilhosa aqui, me encantei e quis vim morá aqui. Antes de morá aqui, eu morava em Alegre né. E aí, há 9 anos eu moro aqui né. **Vim pelo encanto do lugá, mais vim também pra construir e abri**

meu empreendimento. Hoje eu sou formada em Educação Física, falo que aposentada, porque não trabalho mais na área, mais tenho meu comércio né, que é um café, bar, restaurante, livraria, chama XXX. E hoje eu sô empresária, dona de casa, mãe de cachorro, tudo isso. **Eu falo que esse lugar tem uma energia, uma sintonia, uma vibração que é diferente.** Apesar de eu tê morado em vários outros lugares, isso pra mim foi tudo muito diferente (L. V., 37 anos, entrevista realizada em 01/05/24).

Então, eu, quando comecei isso em 2004, eu tinha uma outra atividade paralela. Eu tinha uma academia de ginástica e trabalhei por 23 anos também na APAI de Guaçuí. E é um trabalho que eu gosto muito né. E eu tinha uma atividade durante a semana na academia e na APAI, e nos finais de semana, cara, eu trabalhava com **turismo de natureza.** E chegô um ponto, cara, que eu comecei a percebê que o que eu mais gostava **é estar mais na natureza** né. Mais, mesmo assim, continuei e tal, e em 2019 eu resolvi... E eu vinha pra cá todo final de semana né, pro Caparaó, e escutava sempre as pessoas falando: pô, XXX, cê tem que vim pra cá, cê tem que morá aqui, cê tem que vim pra cá. Só que aqui ainda **era um turismo só de final de semana** cara, eu não tinha como sobrevivê de um turismo só de final de semana, né? Até porque, eu também tinha uma outra atividade lá, na verdade duas, que era a academia e a APAI. **E em 2018, cara, a gente teve um aumento significativo aqui,** né? Que me fez virá uma chave, né cara? Eu falá: poxa, eu acho que agora é o momento de eu mudá pra Pedra Menina e trabalhar naquilo que realmente eu gosto, né? Eu já tava, meio assim, cansado da academia e tal, né? De escola, **e eu queria tá mais perto da natureza,** né? Então aí, em 2019, eu resolvi mudá de vez pra Pedra Menina e tô aí já há mais de cinco anos (J. A., 52 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

Tô aqui na região por causa da família do Caparaó Parque Hotel. Eu trabalhei com um amigo deles... com... com um amigo meu parente deles, é da família. Trouxe pra conhecê a região, **acabamos nos apaixonando, eu e a minha esposa XXX, e adotamos a região pra gente.** Então, hoje eu sou um pedrameninense. **Vivo do Caparaó hoje,** vivo da XXX e não tenho aposentadoria, **eu vivo daqui** (M. R., 60 anos, entrevista realizada em 20/05/24).

As falas dos moradores não nativos do entorno do Parque colhidas durante as entrevistas indicam que o principal fator na escolha da área para viver é a percepção de uma maior presença da “natureza”, mesmo que a palavra “parque” não apareça diretamente em suas argumentações. De forma semelhante, muitas outras pessoas têm se dirigido à Região do Caparaó em busca dessa proximidade com a “natureza” e da possibilidade de viver dela, desenvolvendo atividades econômicas ligadas ao ambiente local. Nesse contexto, a existência do Parque assume uma relevância ainda maior, como evidenciado nas falas de J. A. e M. R.

No entanto, como já mencionado, o aumento no número de moradores em localidades circunvizinhas ao Parque, como Pedra Menina e Patrimônio da Penha, entre outras, tem causado impactos e despertado preocupações tanto em moradores mais antigos da área quanto no próprio Parque.

[...] E aí, né? Depois vêm outras consequências por causa disso, né? Que é uso e ocupação do solo desordenado, que é o parcelamento, **pessoas que compram o terreno e vão loteando,** seno que na zona rural... na zona rural já num pode lotear, imagina a Zona de Amortecimento cê lotear e construí aqui um [inaudível], ou uma

favela, vamo dizê assim? **Porque a pessoa compra um lote e depois divide por dois**, entendeu? Então, nós temos esse grande gargalo aí.

Hoje mesmo... ontem mesmo, **eu dei de cara com um cara aqui com o trator aqui na frente ó, detonando aqui um brejinho aqui ó**, e ele não tá licenciado, porque não passô pelo Consórcio. Eu já passei a denúncia.

Entrevistador: E é morador nativo?

Entrevistado: Não! **Comprô um terreno aqui na frente aqui ó e tá com a máquina...**

Entrevistador: Então é alguém que veio de fora recente?

Entrevistado: É alguém de fora. Aí **chegam e não querem nem saber, já vão chegando com a retroescavadeira e cavando tudo, cortano, num querem nem sabê** (D. R., 69 anos, entrevista realizada em 23/03/24).

Entrevistador: Você falou também dessa questão imobiliária, é bem perceptível, até você passar pelo entorno você vê muitos lotes à venda, muitas construções sendo realizadas. Como é que você vê essa questão? Qual a sua perspectiva? Qual a sua percepção desse movimento, assim?

Entrevistado: É, eu não tenho muito conhecimento assim dessa área, assim. A gente vê né, mas eu não tenho conhecimento técnico, não sei se tá sendo feito dentro das leis, né? Municipais, estaduais, como tá sendo feito essa... esse mercado movimentar. Então, assim, **eu não vejo com bons olhos. Eles tão pegando carona com o nome do Parque, lógico.** A valorização é... dizem! Que é bem interessante. **Agora, será que eles vão fazer todos os trâmites legais dentro das normas técnicas? Será que vai acontecer isso? A questão da água, a questão do solo? Eu acho que é difícil, né?** (Euler, servidor do ParNa Caparaó, entrevista realizada em 15/07/24).

Aqui evidencia-se, mais uma vez, a situação envolvendo o imbróglio em torno da ZAI do Parque, tendo em vista a sua não implementação até o momento em que esta pesquisa foi realizada. Como se viu, mesmo estando prevista no PM do ParNa, tendo, inclusive, suas coordenadas traçadas e referenciadas no mesmo documento, na prática a ZAI da UC não foi instituída. Sendo assim, a mesma não existe. Isso acaba dificultando o trabalho de fiscalização e atuação do Parque nessa área, pois o ICMBio, diferentemente do que acontecia com o IBAMA quando este era o responsável pela gestão das UCs nacionais, tem uma competência que se restringe aos limites territoriais da UC e de sua ZAI. Como o ParNa Caparaó não possui ZAI regulamentada, o órgão gestor pouco pode fazer com as situações que se desenvolvem fora de seus limites territoriais, podendo atuar apenas quando a ação posta em movimento além do espaço territorial da unidade tenha relação com algum impacto produzido dentro da mesma, sendo necessário, ainda, comprovar essa relação de causa e efeito na UC. Logo, é fundamental que existam parcerias entre o Parque e outros órgãos de regulação e fiscalização capazes de atuar fora dos limites do mesmo.

Na esteira desses processos, outra situação que pode ser caracterizada como sendo um conflito indireto e que foi identificada no entorno do ParNa Caparaó, é aquela envolvendo as discussões em torno da pavimentação de trechos de estradas que circundam a UC ou conectam outras áreas às circunvizinhanças do Parque. Já em 2016, foi possível observar em Patrimônio da Penha que os debates relacionados à pavimentação da estrada que corta a Vila geraram

disputa entre os nativos e os alternativos (Souza, 2016). Na atual pesquisa, ao participar de uma reunião na comunidade de Pedra Roxa – onde, pelo que foi afirmado por moradores da mesma, também existe um grupo de novos moradores com uma forma de pensar e entender a natureza relativamente diverso daquele manifestado pelos nativos, porém menor do que o que se estabeleceu em Patrimônio da Penha – que objetivava retomar o funcionamento da associação de moradores da Vila, em certo momento, o processo de pavimentação da estrada que liga a mesma (assim como outras vilas da região) à BR 262, que conecta Belo Horizonte – MG a Vitória – ES, acabou surgindo. Nesse instante, foi possível presenciar um posicionamento destoante entre os nativos que estavam presentes na reunião e um outro sujeito que compõem o grupo de alternativos.

Neste caso, os nativos se colocaram favoráveis ao traçado inicialmente previsto no processo de pavimentação da estrada, que continuaria a passar por dentro da Vila, como já acontece com a estrada não pavimentada. O alternativo, todavia, defendeu a realização de um desvio, pois argumentava que ao jogar todo trânsito dentro da Vila isso poderia trazer problemas para a mesma, como o aumento do fluxo de veículos pesados na comunidade, podendo levar à destruição do calçamento das ruas, pois o mesmo não foi projetado para suportar cargas mais pesadas, além de outros transtornos, lembrando, inclusive, a própria situação vivenciada por Patrimônio da Penha, e que foi externada em parte pela fala de H. O. citada algumas páginas acima. Do outro lado, os nativos não concordaram com a perspectiva do morador alternativo, argumentando, entre outras coisas, que o desvio poderia levar à diminuição do fluxo turístico da Vila e suas imediações, prejudicando o comércio local, assim como as demais atividades que dependem da presença dos turistas.

Por ter a reunião em questão contado com um número reduzido de participantes – estavam presentes cinco (5) moradores da comunidade apenas, dentre eles quatro (4) nativos e um (1) alternativo –, não é possível dizer com precisão se a compreensão demonstrada especialmente pelo alternativo é compartilhada por outros sujeitos moradores da Vila. Entretanto, as conversas realizadas entre os nativos após o fim do encontro, e que também foram presenciadas pelo autor desta tese, corroboraram com aquilo que havia sido colocado durante a reunião, ficando claro que a discussão já vinha se processando há mais tempo, sendo realizado debate sobre essa problemática em grupo de whatsapp da comunidade.

Por fim, tem-se a situação envolvendo o acesso aos créditos rurais para propriedades inseridas, integral ou parcialmente, dentro dos limites de unidades de conservação, que é algo que tem atingido proprietários da Região do Caparaó nos últimos anos. Isso porque, em 2021, o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou uma resolução (Resolução n. 140/2021)

estabelecendo a proibição de acesso aos créditos rurais com juros mais baixos para propriedades que estejam nas condições descritas acima (Fernandes, Amaro e Oliveira, 2022). Isso tem impactado o acesso dos agricultores locais a programas como o FUNCAFÉ e o PRONAF, por exemplo.

É importante destacar que essa restrição estabelecida pela resolução supracitada não é absoluta, de modo que a mesma abre a possibilidade de concessão desses créditos a propriedades que estejam inseridas dentro de unidades de conservação, mas apenas se as atividades nelas desenvolvidas estiverem em conformidade com o PM da UC (ibid.). Entende-se que, neste caso, essa exceção não contempla as situações que ocorrem naquelas unidades que fazem parte do grupo das UCs de proteção integral, tendo em vista as diretrizes restritivas a partir das quais essas áreas são pensadas e concebidas. No que concerne ao ParNa Caparaó, como se sabe, trata-se de uma UC que se encaixa nessa categoria de proteção integral, o que acarreta aos sujeitos locais que estão integral ou parcialmente inseridos dentro dos limites da unidade essa proibição referente ao acesso aos créditos rurais, como se pode notar pelas falas sobre essa problemática destacadas no quadro 6.

Compreende-se que medidas com esse caráter podem cumprir importante papel na sociedade atual, especialmente diante das ameaças relacionadas à problemática ambiental que o mundo e o Brasil vêm enfrentando. Além disso, a resolução 140/2021 do BACEN fundamenta-se em preceitos legais – tais como a Constituição Federal de 1988 – que, quando estabelecidos, objetivavam fazer cumprir anseios sociais legítimos, dentre eles a proteção ambiental dos recursos ecológicos nacionais, além da defesa de grupos humanos específicos, que muitas vezes estão sujeitos a pressões do mercado que por si só são incapazes de suportar. Especificamente no caso do Brasil, no momento em que estas páginas são escritas, o país tem vivenciado ataques severos tanto aos preceitos legais que objetivam regular e proteger os biomas nacionais e os povos originários que são, ao mesmo tempo, deles muito dependentes e seus guardiões, quanto aos próprios biomas, como se tem visto com os avanços do capital por todos eles, especialmente a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Consequentemente, é inegável a necessidade de criação de novos mecanismos e do fortalecimento de parte daqueles já existentes visando reduzir ou mesmo eliminar essas ameaças, que, ao fim e ao cabo, se colocam como riscos com potencial de atingir uma grande proporção da população brasileira, e não apenas os povos tradicionais e aqueles que vivem nesses biomas, como se viu recentemente, por exemplo, na tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul durante os meses de abril e maio de 2024.

Compreende-se também ser essencial que todos esses mecanismos levem em consideração os pormenores e as singularidades de cada ambiente e território do país. Não é razoável, por exemplo, que na Região do Caparaó, marcada pelo predomínio de pequenas e médias propriedades rurais, com o emprego fundamental de mão de obra familiar, e onde, diferentemente do que ocorre especialmente na Amazônia e no Cerrado, a unidade de conservação aí existente praticamente não é ameaçada por processos relacionados à grilagem de terras, que uma resolução contendo tais restrições seja aplicada integralmente, sem considerar as especificidades que tão fortemente demarcam a dinâmica sociocultural e econômica que caracteriza este território.

Quando se pensa que, no caso do ParNa Caparaó, as áreas particulares que estão inseridas dentro dos limites territoriais da UC e que ainda são produtivas são fruto, fundamentalmente, de um processo de expansão extremamente atabalhado e eivado de dúvidas e arbitrariedades, e, ainda, tendo em vista que essas propriedades já eram objeto de uso muito antes da própria constituição do Parque, em 1961, torna-se ainda mais evidente a injustiça que esse tipo de ação produz sobre a vida dos sujeitos locais ao limitar o acesso destes aos créditos rurais mais baratos. Enquanto isso, o grande agronegócio continua sua expansão por outros territórios do país, produzindo muitas vezes nessa trajetória uma série de violações aos direitos das comunidades e povos tradicionais que vivem nos espaços que são alvo dessa expansão e legando aos biomas vários problemas ambientais graves, e tudo isso contando com vultuosos subsídios estatais.

As situações relatadas até aqui são capazes de demonstrar que os impactos gerados pelo ParNa Caparaó na região vão além daqueles de ordem mais direta, como os processos de desapropriação que geralmente vêm na esteira da criação dessas áreas, bem como as restrições de uso dos recursos dos territórios que são impactados pela constituição desses espaços. Sendo a UC uma estrutura que, pode-se dizer, já está consolidada no território – mesmo diante dos problemas associados à regularização fundiária da mesma –, e tendo ela a capacidade de influenciar sobremaneira nos processos aí existentes, ainda que indiretamente, o ParNa Caparaó acaba se configurando como um importante agente da dinâmica local/regional, mesmo naqueles casos em que sua atuação não é deliberada. Consequentemente, a UC caracterizando-se como um importante indutor de processos que levam à produção do espaço e da natureza na Região do Caparaó mineiro e capixaba, sejam eles positivos ou negativos para a vida dos sujeitos que habitam esse território, evidenciando toda a dialética que perpassa a relação sociedade↔natureza nesse espaço no atual momento histórico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de criação de unidades de conservação está inserida no contexto da chamada “questão ambiental”. Enquanto uma estratégia voltada para a proteção da “natureza”, esta tem sido indutora de transformações significativas nas áreas onde é implementada. Isso ocorre porque essas estruturas são capazes de produzir tanto o espaço quanto a própria natureza que objetivam proteger, considerando os interesses, significados e lógicas que embasam sua constituição. Pois, como bem observou Neumann (2004), em muitos momentos da história da aplicação dessa estratégia foi necessário primeiro produzir a natureza para que esta pudesse, posteriormente, ser protegida/preservada/conservada.

A criação de UCs no Brasil foi marcada por diferentes fases, influenciadas tanto pelo contexto nacional quanto pelo internacional. As primeiras áreas criadas no país foram inspiradas no modelo do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. Assim como ocorreu naquele país, idealizou-se uma perspectiva que não admitia a presença humana nesses espaços, partindo do princípio de que, para ser natureza, não poderia haver interferência/presença humana. Desconsiderou-se, dessa forma, a interação existente entre diversos grupos humanos e os elementos ambientais, tomando-se como referência apenas o modo de produção capitalista. Além disso, não se reconheceu que o próprio ato de se separar uma área específica para a proteção já era, em si mesmo, um processo “antinatural”.

Embora inspirado pelo modelo estadunidense, o movimento brasileiro de criação de UCs também refletiu interesses próprios, divergindo especialmente quanto aos objetivos que embasaram a concepção dessas áreas no Brasil. No entanto, a ideia de natureza como oposição à sociedade permaneceu central no processo. A eclosão da chamada “crise ambiental”, entre as décadas de 1960 e 1970, fez com que a política de criação de unidades de conservação se tornasse uma das mais importantes e significativas em âmbito nacional, alcançando todas as regiões e biomas. Como resultado, as UCs funcionam como instrumentos de ordenamento territorial (Santos, A., 2016), produzindo o espaço e a natureza nas áreas onde são implementadas.

Um dos principais efeitos desse processo tem sido o surgimento de conflitos significativos entre as UCs e as populações impactadas. A ideia de uma natureza “sem gente” impõe restrições de uso, apropriação e produção em muitos territórios, afetando profundamente os modos de vida de grupos que há gerações habitam essas áreas. Muitas das práticas tradicionais realizadas por estes, inclusive, são responsáveis pela manutenção das condições

ecológico-ambientais que se objetiva proteger com a criação das UCs. A história de existência do ParNa Caparaó é, em certa medida, representativa desse contexto.

Desde sua efetiva instalação, em 1978, o ParNa Caparaó tem sido um importante indutor de mudanças socioespaciais na região. O Parque modificou formas de produção, especialmente nas áreas incorporadas ao seu território, com parte dessas terras deixando de ser cultivadas e se transformando em áreas de mata regenerada. A criação da UC também levou à cessação da prática de criação de animais na Serra do Caparaó, atividade tradicionalmente realizada pelos moradores locais. Por outro lado, o Parque tornou-se um vetor econômico relevante, fomentando outras atividades além da agropecuária e estimulando mudanças espaciais em parte do entorno.

Esta pesquisa evidenciou impactos significativos produzidos pelo ParNa Caparaó nas comunidades locais e mudanças no relacionamento entre a UC e essas comunidades ao longo do tempo. Foi possível compreender como o Parque é percebido pelos moradores que vivem em seu interior e entorno, além de identificar situações de injustiça ambiental e de conflitos ambientais diretos e indiretos, especialmente aqueles ligados à expansão dos limites da unidade.

Apesar de enfrentar limitações e dificuldades, principalmente em razão de restrições orçamentárias e de pessoal, as observações de campo e entrevistas com moradores e servidores do Parque indicaram que a UC mantém a oferta de serviços importantes, como o uso público (visitação). O Parque também tem conseguido conservar a maior parte de seu território, cumprindo seu principal objetivo: proteger os elementos ambientais da região. Além disso, o ParNa Caparaó desempenha papel relevante na geração de novas fontes de renda, sendo o principal indutor do turismo na região.

Fundamentalmente no que concerne a esse último aspecto, constatou-se que a presença da unidade no território tem sido significativa para a dinâmica local. Em alguns casos, a atração exercida pelo Parque conduz ao aumento do fluxo turístico, havendo momentos em que os visitantes se dirigem à área para subir o Pico da Bandeira, ponto mais conhecido da UC, e em outros para usufruir das cachoeiras, abundantes tanto dentro dos limites do Parque quanto em seu entorno. Essas movimentações têm gerado transformações espaciais em praticamente todo o entorno, ainda que em ritmos distintos, considerando, por exemplo, a necessidade de criação ou melhoria de infraestruturas diversas para atender às novas demandas decorrentes do aumento da procura pela região.

Nesta tese, também foi realizado um mapeamento de uso e ocupação do solo do ParNa e sua ZAI, o que permitiu, de um lado, lançar luz sobre parte da dinâmica das relações sociedade↔natureza nesse espaço, e, por outro lado, realçar o papel desempenhando pelo

Parque no que tange à recuperação e manutenção dos elementos ecológicos locais. Os mapas produzidos evidenciaram, por exemplo, a regeneração de áreas de floresta especialmente dentro dos limites da UC, mas não apenas ali, uma vez que esse processo também foi observado em parte da ZAI. Essa recuperação possivelmente tem sido influenciada pela própria existência do Parque na região.

Além disso, notou-se uma conexão significativa entre os aspectos ecológicos da região, como o clima, a disponibilidade de água e a presença de extensas áreas de floresta, e as atividades econômicas, seja no turismo, seja na produção agrícola. No caso desta última, o cultivo do café, principalmente aquele voltado para o mercado dos ditos “cafés especiais”, parece estar fortemente relacionado com as características físico-biológicas da região. Isso ocorre porque a produção de cafés especiais resulta da integração entre fatores socioculturais, como os cuidados com a colheita e a pós-colheita, frequentemente associados ao emprego de mão de obra familiar no Caparaó, e fatores ecológicos, tais como o clima, a disponibilidade de água, os tipos de solo e a altitude.

A conjunção desses elementos na Região do Caparaó tem conferido aos cafés especiais aí produzidos um reconhecimento crescente no cenário nacional e até internacional. Os próprios produtores locais reconhecem a importância da proteção ambiental proporcionada pelo Parque neste processo.

De forma semelhante, a presença do ParNa tem sido significativa para a caracterização desses cafés com base em sua origem, contribuindo para a atribuição de um selo de procedência ao território. Este “selo territorial” funciona como um agregador de valor aos produtos do Caparaó, ao indicar que são originários de um território específico, com características que o diferenciam de outros. No caso do Caparaó, este selo territorial está, ainda, profundamente associado à ideia de um espaço onde a natureza é mais presente e/ou melhor conservada, agregando significado e, conseqüentemente, valor às mercadorias – fundamentalmente o café – produzidas na região.

Entretanto, a existência do Parque também gerou – e continua gerando – impactos negativos sobre o território e a vida dos sujeitos locais. No que tange ao turismo, por exemplo, notou-se a ocorrência de problemas associados ao aumento do fluxo de visitantes em algumas vilas do entorno, especialmente durante feriados e datas festivas. Esse fluxo tem levado à quebra da tranquilidade local, ao aumento da pressão sobre os elementos ambientais e sua conseqüente degradação, além de gerar uma crescente demanda por serviços de infraestrutura, que ou ainda não foram implementados ou são insuficientes para atender à expansão. Como resultado,

surgem problemas como o acúmulo de lixo, o aumento do despejo de efluentes sem tratamento nos cursos d'água locais, a falta de água e a queda de energia.

Associado a esse processo, nos últimos anos tem-se observado um aumento na procura por lotes e propriedades no entorno do ParNa Caparaó. Essa tendência parece estar atrelada a um movimento de revalorização da “natureza”, especialmente entre parcelas das populações urbanas. Assim, tanto a presença do ParNa quanto a perspectiva de crescimento do setor turístico na região têm impulsionado uma demanda crescente por áreas para compra em diversas localidades próximas à UC. Como consequência, tem aumentado, nos períodos mais recentes, o número de moradores que não são nativos da região. Esse fenômeno vem produzindo especulação imobiliária e aumento do preço dos lotes e propriedades em praticamente todo o entorno do ParNa Caparaó.

Ademais, a inexistência de um melhor planejamento e controle desse processo coloca em risco a própria integridade dos elementos sociais e ecológicos que compõem esse espaço. Como constatado por meio das observações de campo e dos relatos de moradores locais e de funcionários da UC, a ocupação do entorno por esses novos residentes tem se dado, em geral, sem que ocorra um planejamento mais adequado. Como consequência, áreas que não deveriam ser ocupadas têm sido alvo de construções, produzindo impactos negativos sobre o ambiente local, aumentando a possibilidade de surgimento de problemas graves no futuro.

Todo esse contexto é agravado pelo fato de que, no momento em que esta pesquisa foi realizada, a UC contava com apenas três (3) servidores de carreira em seu quadro de pessoal. A insuficiência de funcionários efetivos tem afetado diversas ações que o Parque deveria realizar visando tanto a conservação dos elementos ambientais locais quanto a integração das comunidades do entorno em seu processo de gestão. Como resultado, iniciativas como fiscalização e educação ambiental têm sido seriamente prejudicadas, pois dependem, entre outros fatores, da disponibilidade de servidores qualificados para executá-las.

A pesquisa também evidenciou que um dos eventos mais marcantes na história do Parque foi o processo de expansão e demarcação de seus limites. Como consequência dessa demarcação, a área da UC foi ampliada em 5.800 hectares. Essa expansão incorporou inúmeras propriedades particulares onde eram realizadas atividades econômicas fundamentais para seus proprietários, sem que houvesse qualquer estudo prévio ou consulta, seja aos moradores locais, seja à própria gestão do Parque, representada por seus funcionários e gestores. Dessa forma, a ampliação ocorreu de maneira arbitrária, imposta de cima para baixo.

Consequentemente, surgiu um importante conflito fundiário entre o ParNa Caparaó e os proprietários cujas terras foram incorporadas aos novos limites da UC, gerando desafios tanto

para a unidade quanto para os afetados pela situação. Após alguns anos em que as disputas foram um pouco mais evidentes e exacerbadas, constatou-se que esse conflito, no atual momento histórico, se encontra em um estágio de latência, pois apesar dos relatos de moradores dando conta da insatisfação e até mesmo do sentimento de insegurança e injustiça quanto à situação em voga, não foi observado nenhum embate mais acentuado entre a UC e os sujeitos locais que detêm terras dentro dos limites do ParNa Caparaó.

Ainda assim, não se pode negar a existência de um importante conflito ambiental entre o Parque e aqueles sujeitos que estão na condição de detentores de áreas que foram incorporadas à UC. Por outro lado, a condição experimentada pelo ParNa Caparaó difere daquela que mais comumente é observada e estudada no que concerne aos conflitos ambientais vivenciados pelas UCs nacionais, pois, em geral, estes têm se caracterizado pela presença de embates diretos e até mesmo violentos entre essas estruturas e os sujeitos que continuam vivendo e se reproduzindo nos territórios por elas ocupados.

Diante dessas circunstâncias, pode-se afirmar que os moradores que residem dentro dos limites da UC convivem com um cenário de incerteza significativo, fazendo persistir um contexto de conflitualidade perene entre estes moradores/proprietários e o ParNa Caparaó. Esse quadro configura a existência de um ‘conflito ambiental territorial latente’ na área, envolvendo justamente essa complexa situação fundiária. Como consequência, a escalada desse conflito para uma situação manifesta não é improvável, estando condicionada ao acionamento de algum gatilho que venha a ser disparado no futuro, como, por exemplo, a necessidade de saída desses sujeitos dessas terras ou a realização, por parte dessas pessoas, de alguma intervenção ‘em suas propriedades’ que seja considerada ilegal pelo Parque. Tal escalada pode ser capaz de acarretar prejuízos graves tanto para a unidade quanto para os indivíduos envolvidos nessa dinâmica, como ocorre em outras UCs do país e como parece já ter ocorrido também no próprio Caparaó em momentos anteriores.

Assim, considerando a forma como a expansão dos limites do Parque foi conduzida, e tomando como referência os relatos de moradores locais sobre os problemas decorrentes desse processo, pode-se afirmar com segurança que o contexto em questão ‘também configura uma situação de injustiça ambiental’. Ademais, observou-se que a maioria dos que foram implicados pelo processo de crescimento dos limites do Parque ainda não foram indenizados pelas terras abarcadas pela UC, tendo uma parte desses sujeitos, inclusive, até mesmo já falecido sem receber nenhuma compensação por essas áreas, repetindo aquilo que parece ser uma constante na história da política de criação de UCs no país.

Diante desse cenário, considera-se plenamente justificável a revisão dos decretos de expansão dos limites do ParNa Caparaó e de desapropriação das áreas que foram incorporadas à unidade. Neste caso, diferentemente de outras reivindicações em torno da revisão de limites de UCs no país, que buscam diminuir as áreas das mesmas com fins puramente mercadológicos (Jerez, Giovanelli e Ferreira, 2022), não se trataria de uma reavaliação apenas objetivando permitir a expansão das áreas produtivas, avançando sobre espaços onde predomina vegetação nativa e espécies que são altamente dependentes da manutenção das condições ambientais o mais preservadas/conservadas possíveis, mas sim da reparação de uma situação que foi – e que continua sendo, diga-se – altamente injusta.

Além disso, é fundamental e urgente que aquelas áreas que já não podem mais ser utilizadas para o cultivo sejam devidamente indenizadas, objetivando também sanar injustiças históricas, e não apenas ligadas à expansão dos limites do Parque, mas à própria implantação inicial da unidade, tendo em vista a existência de propriedades que foram alvo de apropriação ainda nos primórdios de implementação da UC e que, até o momento em que esta pesquisa foi produzida, ainda não haviam sido devidamente indenizadas aos seus proprietários ou aos herdeiros destes, como é o caso, por exemplo, de P. G. e sua família e de O. M. e sua família, além de outros.

Ainda no que se refere a uma possível revisão do processo de expansão dos limites da unidade, considera-se que seria interessante e mesmo viável a discussão sobre a criação de uma área no entorno do Parque onde uma nova categoria de UC possa ser estabelecida, abrangendo as propriedades que atualmente estão inseridas dentro do ParNa, mas que continuam sendo utilizadas para processos produtivos diversos. Nesse novo espaço, poderia ser implementado um arranjo produtivo alinhado a práticas que viabilizassem a reprodução sociocultural e econômica dos sujeitos locais e, ao mesmo tempo, manter as condições ambientais/ecológicas protegidas. Dessa forma, evitar-se-ia a degradação tanto dessas áreas quanto do próprio Parque, tendo em vista que as mesmas funcionariam como uma espécie de cinturão de proteção para a UC, como algumas delas parecem já funcionar no atual momento em que estas páginas são escritas.

Ou seja, no caso desse novo arranjo territorial e produtivo, o que se teria seria a oficialização desse processo, garantindo maior segurança tanto para o Parque quanto para os proprietários dessas áreas. A revisão da situação fundiária do ParNa Caparaó permitiria regularizar a condição dos moradores que ainda vivem e utilizam essas terras, possibilitando a continuidade do uso por meio de consensos e diálogos entre o Parque e os proprietários. Esse

ajuste tornaria as práticas produtivas mais compatíveis com a manutenção dos recursos ecológicos locais, prevenindo sua degradação.

Ao mesmo tempo, essa revisão criaria um contexto de segurança jurídica para todos os envolvidos. Atualmente, os moradores vivem sob a ameaça de desapropriação e encontram-se limitados em suas atividades cotidianas, muitas vezes agindo de forma velada por receio de retaliação por parte da UC.

A proposta também representaria uma economia significativa aos cofres públicos, já que as propriedades ainda em uso contêm diversas benfeitorias, cuja indenização demandaria um volume expressivo de recursos financeiros para ser realizada de forma minimamente justa. Diante de todo esse contexto envolvendo o ParNa Caparaó, torna-se fundamental a realização de um planejamento que seja capaz de orientar os processos em andamento aproveitando o potencial da área, sem, contudo, promover um desenvolvimento a qualquer custo. O histórico de diversas regiões no Brasil e no mundo demonstra os impactos negativos de um crescimento desordenado, muitas vezes impulsionado pela atividade turística.

Para evitar esse cenário, é essencial que os diferentes órgãos e setores das sociedades locais, incluindo o próprio ParNa Caparaó, estabeleçam um diálogo e trabalhem para desenvolver estratégias, em conjunto com as comunidades, que estejam em consonância com práticas capazes de conduzir à produção do espaço – e da natureza – de modo que o ambiente local/regional seja considerado e tomado em sua integralidade, não privilegiando sobremaneira somente o “natural” ou, de outro lado, apenas o econômico.

Como se nota, o quadro geral que caracteriza as relações sociedade↔natureza no ParNa Caparaó e seu entorno é marcado pela diversidade dos processos, uma vez que diferentes formas de compreender, significar, produzir e utilizar o espaço e os recursos naturais coexistem nesse território. Esse cenário revela um contexto profundamente dialético no relacionamento entre o Parque e os sujeitos que foram e que continuam sendo por ele impactados, produzindo consequências que hora são positivas, hora são negativas na vida das comunidades que o circundam.

Consequentemente, ao passo em que o Parque desempenha importante papel, seja na proteção e manutenção dos elementos físico-biológicos locais, seja como indutor para a geração de novas fontes de renda, seja, ainda, dando significado ao território, produzindo um selo que o identifica e o distingue de outros, a UC também é responsável pela produção de injustiça ambiental, especialmente pelos condicionantes e incertezas que impôs aos sujeitos que tiveram suas propriedades abarcadas pela unidade, gerando conflitos e criando um contexto em que a conflitualidade é perene.

Assim, por mais significativas que sejam as contribuições da unidade para o território local, nenhuma dessas pode ser utilizada como justificativa para legitimar as injustiças produzidas pela UC na vida de variados sujeitos que viviam e ainda vivem na região, sendo fundamental que se trabalhe para que as mesmas sejam reparadas, proporcionando a esses sujeitos e/ou a seus herdeiros a correção de problemas históricos que produziram e continuam a produzir angústias, tristezas, incertezas, revoltas e embates entre esses e o ParNa Caparaó.

Apesar das contribuições desta pesquisa, alguns desafios e limitações foram identificados ao longo do trabalho. A indisponibilidade de dados detalhados sobre a implementação da UC e as restrições logísticas para o acesso a certas áreas limitaram algumas análises. Além disso, os conflitos analisados continuam em transformação, o que reforça a necessidade de estudos longitudinais que acompanhem suas dinâmicas ao longo do tempo.

Nesse sentido, futuras pesquisas podem aprofundar a análise da governança do ParNa Caparaó e de outras UCs, comparando modelos de gestão e seu impacto sobre as comunidades do entorno. Outro aspecto relevante seria um estudo mais detalhado sobre os impactos econômicos e turísticos do Parque, bem como sobre a viabilidade da criação de uma nova categoria de UC na área do entorno, que, nesse caso, poderia ser uma UC de uso sustentável. Semelhantemente, também seria relevante a realização de análises que objetivem aprofundar o conhecimento acerca da correlação existente entre os aspectos ecológicos da região e a produção dos cafés especiais oriundos da mesma, dentre outras possibilidades que podem ser exploradas no futuro.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACSELRAD, H. As práticas sociais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará; Fund. Heinrich Boll, 2004.
- ADAMS, W. M.; HUTTON, J. People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. **Conservation and Society**, v. 5, n. 2, p. 147–183, 2007.
- Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. **Trechos Rodoviários**, 2016. Disponível em: < <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/ff37f924-e88d-4ee4-82e7-14a3e5efe0fd> >. Acesso em: 04 de março de 2025.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: contexto, 2007.
- ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxito e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 48, p. 25-49, 2018.
- ALTO CAPARAÓ. Prefeitura Municipal de Alto Caparaó – MG. **História do Município**. Disponível em: <<https://www.altocaparao.mg.gov.br/alto-caparao/historia.html>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.
- AMARANTE, F. B. **A influência da criação do parque nacional do caparaó (1961-2014) sobre a mudança da paisagem em alto caparaó (mg): sob a perspectiva do turismo**. 293 p. Dissertação (Mestrado em Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Visoça, 2016.
- ANAYA, F. **De "encurralados pelos parques" a "vazanteiros em movimento": As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. 257 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, São Paulo, n. 103, p. 13-24, 2014.
- ARRUDA, D. B. et al. Conflitos entre ReBio Guaribas e Comunidades locais: injustiça ambiental e ecologia política. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, Santa Maria, v. 2, n 2, p. 280-304, 2013.
- AUDIBERT, E. A. **Preservar com ou sem a presença humana? A problemática ambiental no contexto de Áreas Protegidas**. 581 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- BARBANTI, JR. O. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: **I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba, nov. 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Diversidade e Unidade: um dilema constante. In: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. (Org.) **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014.

BENNETT, C. F. **Conservation and Management of Natural Resources in the United States**. USA: John Wiley & Sons, 1983.

BENTO et al. Caracterização de cafés da denominação de origem caparaó, analisados no ifes – campus de alegre em 2020. In.: SIMÃO, J. B. P. (org.) **A cafeicultura do Caparaó [recurso eletrônico]: resultados de pesquisas V**. Vitória: Edifes, 2022. Disponível em: <<https://caparaojr.com/wp-content/uploads/2022/08/Livro-Cafeicultura-no-Caparao-V.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

BERCOVITCH, J.; KREMENYUK, V.; ZARTMAN, I. W. The nature of conflict and conflict resolution. In: _____. **The SAGE Handbook of Conflict Resolution**. Califórnia: Sage Publication, 2009.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org.). **A questão Ambiental: Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOB, U.; BRONKHORST, S. Environmental conflicts: Key issues and management implications. **African Journal on Conflict Resolution**, v. 10, n. 2, p. 9-30, 2010.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In.: **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BOSSÉ, M. L. As questões de identidades em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004, p. 157-179.

BRASIL, decreto s/n de 20 de novembro de 1997. Dispõe sobre a definição dos limites do Parque Nacional do Caparaó, criado pelo Decreto nº 50.646, de 24 de maio de 1961, e da outras providências. Brasília, 1997.

_____. Decreto de Desapropriação s/n de 20 de dezembro de 2000. Decreto de desapropriação das terras, imóveis rurais e benfeitorias do Parque Nacional do Caparaó, nos Estados de Minas e Espírito Santo. Diário Oficial da União, fls. 61, seção 1, Brasília, 19 de dezembro de 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm>. Acesso em: 31 de março de 2025.

Brasil em Relevo: Espírito Santo. **Brasil em Relevo**, 2005. Disponível em: <<https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/download/es/es.htm>>. Acesso em: 30 de março de 2025.

BRASÍLIA. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, 1981.

_____. Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2015.

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais, UNIFAP, v. 1, n. 1, 1-12, 2008.

_____. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS**, Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

CALIMAN, B. Produtores do ES pedem revisão de limites do Parque do Caparaó. **G1 Espírito Santo** [online]. Espírito Santo, 26 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/agronegocios/noticia/2016/10/produtores-do-es-pedem-revisao-de-limites-do-parque-do-caparao.html>>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

CAMARGOS, R. M. F. **Homem, natureza e sensibilidade ambiental: as concepções de áreas naturais protegidas**. 111 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARDOSO, P. M. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí-RS**. 131 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASSAB; L. A; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da História Oral. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v.16, n. 1, p. 7- 24, 2004.

CASTREE, N.; BRAUN, B. **Social Nature: Theory, Practice and Politics**. Massachusetts: Blackwell, 2001.

CASTRO JUNIOR, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.) **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CATTANEO, D. **Identidade territorial em unidades de conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 131 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

COLCHESTER, M. Salvaging Nature: Indigenous Peoples, Protected Areas and Biodiversity Conservation. **UNRISD Discussion Paper**. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 1994.

CONSÓRCIO CAPARAÓ. **Quem somos**. Divino de São Lourenço – ES. Disponível em: <<https://consorcioaparao.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em: 08 de julho de 2023.

CORREIA, S. A.; CASTRO, M. R. C. Quando a natureza perdeu seus direitos? Um passeio filosófico sobre a natureza da natureza. In. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2015. **Anais...** Porto Alegre, 2015.

COSER, L. **Las funciones del conflicto social**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1961.

COUZEMENCO, F. Estrada Parque Modelo do Caparaó: sonho que começa a se realizar? **Século Diário** [online], Espírito Santo, 04 de junho de 2022a. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/estrada-parque-modelo-do-caparao-sonho-que-comeca-a-se-realizar>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

_____. Êxodo urbano: o desafio de não levar para o campo o padrão desordenado das cidades. **Século Diário** [online], Espírito Santo, 20 de janeiro de 2022b. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/exodo-urbano-o-desafio-de-nao-levar-para-o-campo-o-padrao-desordenado-das-cidades>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

CRONON, William. The Trouble with Wilderness; or, Getting Back to the Wrong Nature. **Environmental History**, n. 1, jan. p. 7-28, 1996.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The ‘Anthropocene’. **Global Change Newsletter**, n. 41, p. 17-18, 2000. Disponível em: < http://www.igbp.net/download/18.316f18_321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

CUNHA, D. M. **Atuação das instituições governamentais e não-governamentais em projetos ambientais no entorno do Parque Nacional do Caparaó, Minas Gerais**. 124 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

DAL’COL, J. Fomento florestal: uma oportunidade de negócio. **Revista Opiniões**, p. 28, jun./ago. 2006. Disponível em: <<https://florestal.revistaopinioes.com.br/pt-br/revista/leitura/online/o-fomento-florestal-brasileiro/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2023).

DESCARTES, R. **Discurso sobre o Método**. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

DEMERRITT, D. What is the ‘social construction of nature’? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 6, pp. 767–790, 2002.

DEUTSCH, M. **The Resolution of Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

DEWES, J. O. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 52 p.

DIAS, G. P. “CAFÉ CORAJOSO”: uma análise da atividade de uma família produtora de cafés especiais da Forquilha do Rio, região do Caparaó. 221 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

DIGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C.; VIANNA, L. P. **Conflitos entre populações humanas e Unidades de conservação e Mata Atlântica**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 1995.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Arcas à Deriva: unidade de conservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora TB, 2013.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; NINIS, A. B. **O estado das áreas protegidas no Brasil – 2005**. Brasília: Observatório de Unidades de Conservação, CDS/UnB, 2006.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). **Conservação da**

biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília: Edições Câmara, 2010.

ENTELMAN, R. F. **Teoria de conflictos**. Barcelona: Editora Gedisa, 2002.

EUCLYDES, A. C. P. **A HIPÓTESE OTIMISTA – Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul**. 273 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

FERNANDES, D. N.; AMARO, F. S.; OLIVEIRA, A. B. O impacto da resolução Bacen nº 140/2021 à pequena propriedade rural. **Revista Nativa Americana de Ciências, Tecnologia & Inovação**, v. 2, n. 1, p. 128-142, Ji-Paraná, 2022. Disponível em: <<https://jiparana.emnuvens.com.br/riacti/article/view/407>>. Acesso em: 02 de março de 2024.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio Júnior**. 1ª ed., Curitiba: Ed. Positivo, 2005.

FERREIRA, L. E. C. **Que os parques possam ser nossa casa - a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins**. 202 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

FERREIRA, V. O.; ROSA, R. M. A crise ambiental global: conjuntura e interpretações. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 84, p. 188-199, dez. 2021.

FIDELIS, L. Caparaó: estudos sobre qualidade de café transformam região em laboratório. **Revista Safra**, ano 5, ed. 20, fev./mar. 2016. Disponível em: <<https://conexaosafra.com/revistas/?id=conexao>>. Acesso em 19 de maio de 2024.

FIGUEIREDO, L. V. R. **Percepção Ambiental em uma Unidade de Conservação de proteção integral**. 180 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

FONSECA, A. F. A. Prefácio. In: SIMÃO, et al. **Cafeicultura do Caparaó: resultados de pesquisa**. Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2017.

FREDERICO, S; BARONE, M. Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas – ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG). **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 27, n. 3, p. 393-404, set/dez 2015.

GARCIA, C. M. H. Entre Minas Gerais e o Espírito Santo. A história da Criação do Parque Nacional do Caparaó e os conflitos socioambientais de sua administração. In: **II CONINTER** – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, 2013.

GOBOO, S. D. A., et al. Caracterização sociocultural das propriedades rurais do entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 11, n. 22, p. 83-99, 2015.

GOOGLE EARTH. Google Earth website, 2025. Disponível em: <<https://www.Google.com.br/earth/>>. Acesso em: 26 de março de 2025.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In.: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Niterói, n. 17, p. 19-46, 2007.

_____. Territorio y multiterritorialidad en cuestión. In: _____. **Vivir en el límite**: Territorio y multi/trans territorialidad en tiempos de in-seguridad y contención. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.) **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HARVEY, D. A relação do capital com a natureza. In: _____. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERCULANO, S. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: **I Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**. Indaiatuba, nov. 2002. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

História de Yellowstone: uma olhada no passado histórico de Yellowstone. **Yellowstone Net**, 2025. Disponível em: <https://yellowstone.net/history/>>. Acesso em: 25 de março de 2025.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Parque Nacional do Caparaó**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/natureza-local.html>>. Acesso em: 05 de junho 2023.

_____. **Parque Nacional da Tijuca**. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/quemsomos.html#:~:text=O%20grupo%20das%20Florestas%20Protetoras,do%20Rio%20de%20Janeiro%2C%20com>>. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Online. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Online. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Online. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. **Malha Municipal**. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>>. Acesso em: 28 de março de 2025.

INPI concede Denominação de Origem para café do Caparaó. **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**, 2021. Disponível em:< <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-concede-denominacao-de-origem-para-cafe-do-caparao>>. Acesso em: 02 de abril de 2024.

JACOB, K. **Crimes against Nature: Squatters, Poachers, Thieves, and the Hidden History of American Conservation**. Los Angeles: University of California Press, 2001.

JARDIM, L. M. **O ensino de Ciências e a transposição didática: do saber a ser ensinado ao saber ensinado nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 153 p. Dissertação (Mestrado em Educação de Ciências e Matemática) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/57170/R%20-%20D%20-%20LUCIANA%20DE%20MORAES%20JARDIM.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 junho 2024.

JEONG, H. **Understanding Conflict and Conflict Analysis**. California: Sage Publication, 2008.

JEREZ, D. M.; GIOVANELLI, R. G.; FERREIRA, M. N. Panorama e intervenções em processos de redução, recategorização e extinção de Unidades de Conservação. In: OVIEDO, A. F. P.; BENSUSAN, N. (Org.) **Como proteger quando a regra é destruir**. Brasília: Editora Mil Folhas, 2022.

LASCHEFSKI, K. A.; DUTRA, C.; DOULA, S. M. A legislação ambiental como foco de conflitos: uma análise a partir das representações sociais da natureza dos pequenos agricultores em Minas Gerais, Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, Uberlândia, Ano 24, n. 3, p. 405-418, set./dez. 2002.

LASCHEFSKI, K. A. O mapa dos conflitos ambientais em Minas Gerais. **RBDR – Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 73-92, 2017

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEFF, H. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEWIS, L. S.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocen. **Nature**, v. 519, p. 171–180, 2015.

LIMA, E. L. O mito do “fator antrópico” no discurso ambiental geográfico. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 109-122, set./dez. 2015.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. *et al.* **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

_____. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, Rio de Janeiro, 2003. Disponível: <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/620>>. Acesso em: 07 de novembro de 2023.

LUCHIARI, M. T. D.; ISOLDI, I. A. Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Caçandoca (Ubatuba/SP). **Terra Livre**, Presidente Prudente, v. 2, n. 29, p. 163-180, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terra livre/article/view/246>>. Acesso em: 11 de maio de 2024.

MACNAGHTEN, P.; URRY, J. **Contested Nature**. Londres: SAGE Publications, 1998.

MACK, R. W.; SYNDER, R. C. 1957. The Analysis of Social Conflict: Toward an Overview and Synthesis. **Journal of Conflict Resolution**, v. 1, n. 2, p. 212–248.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 989, p. 1-11, 2012.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: contexto, 2007.

MAPBIOMAS. **Algorithm Theoretical Basis Document (ATBD), Collection 7**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/estatistica-de-acuracia/colecao-7/>>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

_____. **Mosaicos Landsat**, 2000. Disponível em: <<https://mapbiomas.org>>. Acesso: 07 abril 2023.

_____. **Mosaicos Landsat**, 2010. Disponível em: <<https://mapbiomas.org>>. Acesso: 07 abril 2023.

_____. **Mosaicos Landsat**, 2020. Disponível em: <<https://mapbiomas.org>>. Acesso: 07 abril 2023.

_____. **MapBiomas General Handbook: Algorithm Theoretical Basis Document (ATBD) – Collection 9**. Disponível em: <https://data.mapbiomas.org/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.58053/MapBiomas/ICCL5B>>. Acesso em: 25 de março de 2025.

MASSINI, V. S.; BEDIM, B. P.; FONSECA FILHO, R. E. O turismo em Patrimônio da Penha (ES) e suas interfaces com o Parque Nacional do Caparaó. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 715-734.

MASSINI, V. S.; VALE, C. C. A cobertura natural, o potencial paisagístico e o turismo no Parque Nacional do Caparaó (ES/MG). **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 253-267.

MEDEIROS, R. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 41-64, Jan./Jun. 2006.

MEDERIOS, et al. Contexto Geral das Unidades de Conservação no Brasil. In: YOUNG, E. F.; MEDERIOS, R. (Org.) **Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras**. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018.

MONTEIRO, F. T. **OS (AS) APANHADORES (AS) DE FLORES E O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS (MG): travessias e contradições ambientais**. 2011. 240 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MORAIS, M. S. **A realidade socioambiental imposta às comunidades locais pela criação e implantação dos parques estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 230 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MORAIS, M. F.; MELLO, E. M. O terroir e o café especial da indicação geográfica do Sul de Minas Gerais. **CES Revista**, v. 33, n. 1, p. 1-29, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/2131/1413>>. Acesso em: 26 de maio de 2024.

MORALES, S. P. D. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: Uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de**

Itabaiana/SE-Brasil. 166 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

MORTON, T. **Ecology Without Nature:** Rethinking Environmental Aesthetics. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

MOSCOVICI, S. **Natureza:** para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NARANJO, F. Z. Geografía y ordenación del territorio. **Íber, Didáctica de las ciencias sociales, geografía e historia.** Barcelona, n. 16, p. 19-32, 1998.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. *et al.* **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NEUMANN, R. P. Nature-State-Territory: Towards a critical theorization of conservation enclosures. In: PEET, R.; WATTS, M. **Liberation Ecologies: Environment, Development, Social Movements.** Londres: Routledge, 2004.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio:** oito mil anos de história na Amazônia Central. São Paulo: Editora Edusp, 2022.

NUNES, D. A. O.; MATOS, T. A. T. M. L. Desapropriação indireta. **Revista de Direito UNIFACS**, n. 131, p. 1-17, maio de 2011. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1487>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

OLIVEIRA, A. M. S. A relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista Pegada on line**, Presidente Prudente, v. 3, p. 123-130, 2002.

OLIVEIRA, F. S. et al. Identificação de conflito de uso da terra em áreas de preservação permanente no entorno do parque nacional do caparaó, estado de minas gerais. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 2, n. 35, p. 899-908, 2008.

OLIVEIRA, L. C. A. **The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil.** Ph.D. in Geography. University of Edinburg, 1999.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição:** pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PARDO, D. W. A.; NASCIMENTO, E. P. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 11, v. 1, p. 117-140, jan./jun. 2015.

PARQUE NACIONAL DO CAPARAÓ. **Plano de prevenção, controle e combate aos incêndios florestais do Parna Caparaó e seu entorno.** Alto Caparaó, 2006.

PARREIRAS, C. P. **DESENVOLVIMENTO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O projeto Doces Matas e a inserção de Políticas de Gestão Participativa no Parque Nacional do Caparaó.** 200 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PATTERSON, A. Indian Removal from Yellowstone National Park. **Intermountain Histories**,

2019. Disponível em: <<https://www.intermountainhistories.org/items/show/344>>. Acesso em: 09 de novembro de 2023.

PATTON, M. Q. (2002), **Qualitative Research and Evaluation Methods**. Thousand Oaks, Sage Publications: USA.

PAULA, F. C. Repensando o Território: discutindo a categoria de território vivido. In: II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. **Anais...** São Paulo, USP, 2009.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Tradução de Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-23, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espaco_e_cultura/issue/view/275>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**. Brasília, nº 54, p. 13 a 28. Abr-jun. 1983.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, L. G. M.; DRUMMOND, J. A.; GEMEM, R. S. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para sua resolução. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010.

ROCHA, V. “Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política”, **Revista Política Hoje**, vol. 1, nº. 29:1-26, 2020.

ROLSTON III, H. Nature for real: is nature a social construct? In: CHAPPELL, T. D. J. (Ed.). **The Philosophy of the Environment**. Edinburgh: University Press, 1997, p. 38-64.

ROSA, M. R. et al. Hidden destruction of older forests threatens Brazil’s Atlantic Forest and challenges restoration programs. **Science Advances**, v. 7, n. 4, p. 1-8, 2021.

SANTOS, A. S. P. **Des-ordenamento Territorial e Unidades de Conservação**. 460 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

_____. Territórios de “vida” e de “morte”: um olhar sobre os conflitos territoriais associados ao Parque Nacional da Serra do Cipó, MG. **Boletim Goiano do Geografia**, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 553-572, 2017.

SANTOS, E. M. B. **Parques por decreto: um estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó**. 175 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

_____. Parque Nacional do Caparaó: histórias de um lugar. **HALAC**, Belo Horizonte, v. III, n. 1, p. 117-143, 2013.

SANTOS et al. Panorama das indicações geográficas no estado do Espírito Santo. In.: SIMÃO, J. B. P. (org.) **A cafeicultura do Caparaó [recurso eletrônico]: resultados de pesquisas V**. Vitória: Edifes, 2022. Disponível em: <<https://caparaojr.com/wp-content/uploads/2022/08/>

[Livro-Cafeicultura-no-Caparao-V.pdf](#)>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

SANTOS, L. B. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, jan./jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a10.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2014.

_____. **A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente**. 347 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista GEOgraphia**, Niterói, n. 1, p. 7-13, 1999.

_____. **Por uma geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 6ª ed., 2008a.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 5ª ed., 2008b.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 6ª ed., 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografoa**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, UFSC, **Anais...** Florianópolis, 10 a 14 de out. 2004.

SILVA, A. L. F. **Onde os direitos ambientais sobrepõem direitos humanos na Mata Atlântica brasileira: Estudo a respeito da diversidade cultural em comunidades tradicionais sobrepostas por Unidades de Conservação no Vale do Ribeira, SP**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 569-574, 2011.

SIQUEIRA et al. Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da aracruz celulose s. a. e extensão florestal do governo do estado do espírito santo. **Revista Floresta**, ed. Especial, p. 3-67, nov. 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2410/2018>>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOPER, K. **What is nature?** Hoboken: Blackwell, 1995.

SOUZA, L. R. C. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: Estudo de caso dos conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais na Zona de Amortecimento de Impacto do Parque Nacional do Caparaó – ES**,

201 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SOUZA, L. R. C.; MILANEZ, B. Comunidades e Unidades de Conservação: conflitos socioambientais de segunda ordem no entorno do Parque Nacional do Caparaó. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 69, p. 403-420, mar. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/41421>>. Acesso em: 22/04/2019.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. A.; SIMÃO, J. B. P.; SILVA, M. V. Denominação de Origem Caparaó para Café Arábica. **INCAPER em Revista**, Vitória, p. 49-60, v. 11/12, jan./dez 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Mauricio-Fornazier/publication/357437078_INDICACAO_GEOGRAFICA_CAFE_MONTANHAS_DO_ESPIRITO_SANTO/links/61ddc5823a192d2c8af32dbd/INDICACAO-GEOGRAFICA-CAFE-MONTANHAS-DO-ESPIRITO-SANTO.pdf#page=50>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

SWYNGEDOUW, E. ;La Naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada”. **Revista Urban**, Madri, p. 41-66, nº 01, 2011.

THOMAS, L. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Schwarcz, 1988.

TAVARES, B. C; MACHADO, M. B. T.; VALDUGA, V. Territorialização do café no Caparaó capixaba. **Mercator**, v. 22, p. 1-13, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/fDsGWzTdPJD67vCBp6R4ZsQ/>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2024.

TOFETI, A. R. **As transformações nos usos do território promovidas pelas unidades de conservação no Brasil**. 280 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2018.

TONIETTO, J. Afinal, o que é Terroir? **Jornal Bon Vivant**, Flores da Cunha, v. 8, n. 98, p. 8, abr., 2007. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/147755/1/Tonietto-BonVivant-v8-n98-p8-abr2007.pdf>>. Acesso em: 19 junho 2024.

TORRES, R.; CONSENZA, B. Avaliação da gestão e sustentabilidade do Parque Nacional do Caparaó (Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental Sustentável**, João Pessoa, v. 4, n. 8, p. 395-419, 2017.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEographia**, Rio de Janeiro: UFF, ano 4, n. 8, 2002, p. 77-106.

_____. **Tempo, espaço e contradições na proteção das áreas naturais: as políticas públicas e a conservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro (1975-2002)**. Niterói: Editora Alternativa, 2017.

WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and people: the social impact of protected areas. **Annual Review of anthropology**, Palo Alto, v. 35, p. 251-277, 2006.

ZHENG, Y.; YOSHINO, R. Diversity patterns of attitudes toward nature and environment in

Japan, USA, and European nations. **Behaviormetrika**, v. 30, p. 21–37, 2003.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **RBCS** – Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In:_____. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.

_____. Conflitos Ambientais. **GESTA UFMG**, 2010b. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/page/2/>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2023.

APÊNDICES

APÊNDÍCIO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS MORADORES DO ENTORNO E DO INTERIOR DO PARNA CAPARAÓ

Informações de caráter pessoal/demográfico:

1 – Você poderia falar um pouco sobre você, sua idade, sua formação, sua ocupação/profissão e o tempo que você mora/vive na área?

2 – Por que você mora aqui?

3 – O que você acha da paisagem da região? Quais pontos negativos e quais pontos positivos você enxerga na região?

Relação com a Natureza:

4 – Para você, o que é a natureza?

5 – Como você descreveria a sua relação com a natureza?

6 – Você acha que suas ações degradam a natureza ou ajudam a mantê-la/preservá-la?

Conhecimento sobre o Parque Nacional do Caparaó:

7 – Você já ouviu falar do Parque Nacional do Caparaó? Se sim, como você descreveria esse lugar?

8 – Você conhece alguma atividade ou atração do Parque Nacional do Caparaó?

9 – A sua relação com a natureza mudou ao longo do tempo por conta da existência do parque do Caparaó?

10 – Na sua opinião, o Parque Nacional do Caparaó tem um papel importante na/para a sensibilização/conscientização ambiental dos moradores do entorno? Se sim, de que forma?

11 – Você já teve experiências ou momentos específicos no Parque Nacional do Caparaó que influenciaram a sua visão pessoal da natureza? Se sim, quais ou de que tipo elas foram?

Percepções sobre o Parque:

12 – Para você, o Parque do Caparaó é importante para a comunidade local? Você consegue dizer de que maneira?

13 – Você acha que o parque, através dos seus funcionários principalmente, se faz presente na comunidade?

14 – Na sua opinião, essa presença do parque, ou a ausência dela, é mais positiva, mais negativa ou não tem importância no dia a dia das pessoas da comunidade e nas práticas que elas realizam sobre o ambiente?

15 – Você acha que existe algum tipo de problema entre os moradores da comunidade e o parque, ou que o parque trouxe algum problema para a comunidade e seus moradores? Se sim, quais seriam?

Relação com o Turismo:

16 – Você acredita que o turismo é bom ou é ruim para as comunidades do entorno do Parque do Caparaó? Pode dar exemplos de coisas boas e ruins que o turismo trás?

17 – Você já teve alguma experiência pessoal com o turismo relacionado ao Parque? Se sim, qual?

18 – Como a comunidade do entorno, no geral, como ele está envolvida nas atividades com o turismo relacionado ao Parque?

Percepção de Mudanças ao Longo do Tempo:

19 – Você percebeu alguma mudança na relação entre a comunidade do entorno e o Parque do Caparaó ao longo dos anos? Se sim, quais?

Participação e Engajamento:

20 – Você participa ou já participou de iniciativas, grupos ou organizações relacionadas ao Parque do Caparaó ou ao turismo na região? Você pode/consegue dizer como foi essa experiência?

Expectativas Futuras:

21 – Como você imagina que a relação entre a comunidade do entorno e o Parque do Caparaó pode ser nos próximos anos/no futuro?

22 – O que você espera em relação ao turismo na região nos próximos anos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS SERVIDORES DO PARNA CAPARAÓ

Informações de caráter pessoal

- 1 – Fale um pouco sobre você, sua formação, naturalidade, idade, função que ocupada no Parque, etc.
- 2 – Para você, o que é a natureza?
- 3 – Que tipo de relação você tem com a natureza?
- 4 – Como você percebe/entende o ParNa Caparaó?

Contextualização e Histórico:

- 5 – Como os aspectos naturais do Parque Nacional do Caparaó têm evoluído ao longo do tempo desde sua criação? Quais são as mudanças mais notáveis que ocorreram na paisagem e na biodiversidade?
- 6 – Como as interações entre as comunidades locais e a natureza na região do Caparaó mudaram desde a fundação do Parque Nacional? Quais são as principais diferenças comparando o passado e o presente?

Relações sociedade↔natureza

- 7 – Quais são os principais usos nas áreas circunvizinhas ao Parque? Como esses usos evoluíram com o tempo e sob a influência da criação do parque?
- 8 – Como as atividades das comunidades locais têm sido afetadas pelas políticas e regulamentações do Parque Nacional do Caparaó ao longo dos anos?
- 9 – Como você percebe o entendimento que as pessoas das comunidades do entorno do parque têm da natureza e, a partir daí, como você entende o relacionamento que elas estabelecem com o ambiente?
- 10 – O que você entende como gestão sustentável de recursos naturais?
- 11 – Quais são os principais desafios enfrentados pelas comunidades locais no que diz respeito à gestão sustentável dos recursos naturais? Como esses desafios têm sido abordados ao longo do tempo?

Influência da Constituição do Parque:

- 12 – Você acredita que a existência do parque nessa região influenciou e continua influenciando na forma como os moradores locais entendem a natureza e se relacionam com o ambiente?

13 – De que maneira a criação do Parque Nacional do Caparaó impactou as relações entre as comunidades locais e o ambiente natural? Quais foram os efeitos positivos e negativos percebidos ao longo do tempo?

14 – Você acha que o parque se faz presente nas comunidades do entorno?

15 – Na sua opinião, essa presença do parque, ou a ausência dela, é mais positiva, mais negativa ou não tem importância no dia a dia das pessoas das comunidades do entorno e nas práticas que elas realizam sobre o ambiente?

16 – Como as mudanças nas políticas e regulamentações do parque, desde sua criação, têm influenciado as atividades econômicas e sociais das comunidades vizinhas? Quais foram os ajustes necessários por parte das comunidades para se adaptarem a essas mudanças?

17 – Existe alguma situação que você entende como sendo de conflito entre o parque e as populações das comunidades do entorno? Se sim, como o parque tem se posicionado e atuado diante desse quadro?

Perspectiva Futura:

18 – Como os gestores do Parque Nacional do Caparaó enxergam o futuro das relações sociedade↔natureza na região? Quais são os planos e estratégias para equilibrar a conservação ambiental com as necessidades das comunidades locais?

Interações Temporais:

19 – Como tem sido a aplicação das diretrizes estabelecidas no plano de manejo do parque?

20 – Nas conversas com moradores da área, surgiram reclamações sobre a forma como se deu a demarcação dos novos limites do Parque. Você poderia esclarecer como ocorreu esse processo? Quais foram os critérios adotados para estabelecer os novos limites? Como se deu a comunicação desse fato aos moradores locais afetados pela demarcação dos novos limites?

21 – Como tem evoluído a questão da regularização fundiária do parque? Quais têm sido as maiores dificuldades nesse quesito?

22 – O Parque conta com um mapeamento ou levantamento indicando as áreas que ainda não foram regularizadas? Existem áreas que são prioritárias para realização da regularização?

23 – Como você enxerga a questão do turismo na região, bem como os empreendimentos que, em função do crescimento dessa atividade, vêm sendo desenvolvidos?

24 – E a Zona de Amortecimento do Parque, ela foi delimitada? Como ocorre a fiscalização dentro dessa Zona?

25 – Você acredita ser possível a preservação ambiental fora da área do parque? Se não, por quê? Se sim, como seria possível esse processo?

26 – E sobre o processo de concessão do Parque, como anda? Você acredita que esse é um caminho interessante ou não? No caso da concessão, como ficariam as áreas do Parque que ainda não foram regularizadas do ponto de vista fundiário?

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM O SERVIDOR APOSENTADO DO PARNA CAPARAÓ

- 1 - Fale um pouco sobre você: sua formação, naturalidade, idade, profissão, ocupação atual e de como foi sua chegada ao ParNa Caparaó.
- 2 – Para você, o que é a natureza?
- 3 – Como você percebe/entende o ParNa Caparaó?
- 4 – Como você percebia, no período em que esteve como servidor no ParNa Caparaó, a relação das comunidades do entorno do Parque com a natureza local?
- 5 – Você acredita que a existência do Parque nessa região teve influência na forma como os moradores locais entendem a natureza e se relacionam com o ambiente?
- 6 – No período em que esteve no ParNa Caparaó, você percebia a existência de algum conflito entre os moradores e a UC?
- 7 – Como era, durante o tempo em que você esteve no ParNa, a relação entre o Parque e as comunidades do entorno?
- 8 – Enquanto gestor/funcionário do Parque, quais foram os maiores desafios que você percebeu/enfrentou no relacionamento entre a unidade e as comunidades do entorno?
- 9 – No período em que esteve no Parque, quais foram os principais projetos e ações que foram desenvolvidos objetivando aumentar a integração entre a UC e as comunidades do entorno?
- 10 – Nas conversas com os moradores locais, uma situação que surgiu muito fortemente foi aquela relacionada ao processo de expansão dos limites do Parque que ocorreu a partir de 1997. Os atuais funcionários da UC, por não estarem presentes naquele momento, não souberam informar com precisão sobre como se deu esse processo. Você poderia falar um pouco sobre esse episódio em especial? Como se deu o processo? Quais foram os critérios adotados para realizar a expansão da área? Como essa informação chegou até os moradores que foram diretamente afetados pelo crescimento dos limites do Parque? Como as áreas que passaram a fazer parte do Parque foram selecionadas? Por que áreas produtivas acabaram sendo abarcadas pela expansão? Qual era o planejamento para indenizar e desapropriar as novas áreas do Parque? Entre outras situações que entender pertinentes para melhor compreender o que aconteceu.
- 11 – No período em que esteve no ParNa Caparaó, como era feita a abordagem junto aos moradores do entorno do Parque, especialmente quando surgia alguma denúncia de irregularidade ou crimes ambientais sendo praticados por esses sujeitos?
- 12 – Pensando no momento em que você chegou à Região do Caparaó até o momento em que você saiu, quais foram as principais mudanças que você notou no que se refere ao relacionamento dos sujeitos locais com a natureza, em geral, e com o ParNa Caparaó, em particular?

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Unidades de conservação e populações: análise da dinâmica espaço-temporal das relações estabelecidas entre as comunidades e a natureza no entorno do Parque Nacional do Caparaó, ES/MG

Pesquisador: URSULA RUCHKYS DE AZEVEDO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76712623.0.0000.5149

Instituição Proponente: Universidade Federal de Minas Gerais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.761.806

Apresentação do Projeto:

O presente projeto trata-se de uma pesquisa de doutorado na qual, a partir de uma perspectiva temporal, busca-se investigar como se desenvolveram as relações sociedade e natureza no entorno do ParNa Caparaó. Segundo o proponente, a investigação se justifica porque as áreas protegidas (AP), com especial destaque para a categoria "Parque Nacional", produzem um processo de reorganização do território, tendo potencial para gerar novas configurações nas relações sociedade-natureza nos espaços no quais estas estruturas são criadas, podendo essas novas relações apresentarem-se sob diferentes aspectos, perpassando desde mudanças que podem ser lidas como positivas nas formas como os sujeitos e grupos sociais se apropriam e utilizam os elementos ambientais, até situações de injustiças sociais e ambientais, sendo estas um dos aspectos negativos ligados à constituição das APs no mundo e também no Brasil. Nesse sentido, é proposto a realização da pesquisa envolvendo observação e campo e realização de entrevistas semiestruturadas. Especificamente, a pesquisa de campo, irá envolver a realização de observações e de entrevistas com roteiro semiestruturado com os moradores locais, técnicos e gestores do Parque e com os representantes das organizações atuantes nas comunidades que serão pesquisadas.

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.761.806

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário

Entender quais são e como se desenvolveram as relações sociedade natureza no entorno do ParNa Caparaó, em uma perspectiva temporal, tendo como fator de influência central a constituição do parque.

Objetivo secundário

1. Entender como os sujeitos e grupos sociais das comunidades do entorno do ParNa Caparaó percebem a influência do parque nas relações sociais que se manifestam sobre o território.
2. Analisar a atuação de instituições, sujeitos e grupos sociais nas comunidades do entorno do parque, buscando perceber como as diferentes relações de poder existentes influenciaram e continuam a influenciar na atuação de cada um desses sujeitos/grupos sociais na área do entorno do ParNa Caparaó.
3. Identificar e analisar as situações de injustiças sociais e ambientais produzidas pela presença do parque sobre sujeitos e grupos sociais das comunidades do entorno do ParNa.
4. Identificar os conflitos ambientais existentes no entorno do ParNa Caparaó e analisar a dinâmica espaço-temporal desses conflitos.
5. Identificar e analisar as mudanças ocorridas na relação sociedade natureza no entorno do ParNa Caparaó a partir de sua fundação até os dias atuais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Após a revisão das informações, os riscos são apresentados como "Nesta pesquisa, as perguntas que serão realizadas durante a realização das entrevistas podem ocasionar algum risco ou desconforto para os sujeitos entrevistados, tendo em vistas que algumas dessas perguntas se referem a possíveis problemas existentes entre as comunidades/sujeitos locais e o Parque Nacional do Caparaó, ou mesmo a possíveis problemas que o parque gerou para as comunidades e seus moradores, sendo as respostas a esses questionamentos potenciais geradores de novos problemas.". E os benefícios foram apresentando da seguinte forma "Acredita-se que por se tratar de pesquisa envolvendo a temática da relação sociedade-natureza, tendo como foco a problemática das áreas protegidas, este trabalho pode produzir importantes contribuições para as discussões em torno desses temas ao ajudar a elucidar situações que afetam tanto a vida dos sujeitos e grupos sociais que são impactados pela presença das áreas protegidas em seus territórios de vida, quanto as próprias áreas protegidas em sua convivência com esses grupos, tendo em vista que o sucesso desses espaços,

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.761.806

pensados enquanto políticas públicas voltadas para a questão ambiental, tão em voga no período contemporâneo, depende, entre outros fatores, do bom relacionamento que podem estabelecer com as comunidades de seu entorno imediato, o que perpassa o conhecimento por parte da unidade das características relacionadas à dinâmica socioeconômica e cultural dessas comunidades, como muitos outros pesquisadores e pesquisas têm apontado. De igual forma, ao lançar luz sobre essa dinâmica, a pesquisa pode contribuir para evidenciar situações tanto positivas no relacionamento das comunidades com a natureza local, evidenciando o papel relevante desempenhando pela unidade na mudança qualitativa no trata das populações com a natureza, quanto também trazer à luz situações negativas que podem estar sendo geradas pela presença do parque, tais como a ocorrência de injustiças ambientais sobre determinados sujeitos e grupos sociais locais, que podem, a partir daí, ser objeto de maior preocupação e de busca por soluções que possam reduzir ou, preferencialmente, eliminar tais problemas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Considerando a viabilidade da pesquisa e as contribuições oriunda do estudo, a pesquisa é pertinente e adequada para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na revisão foram considerados os seguintes termos:

- Folha de informações básicas;
- TCLE; e,
- Carta resposta

Recomendações:

Não há outras recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tendo em vista que o proponente atendeu todas as sugestões e solucionou todas as pendências, sou favorável à aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS**



Continuação do Parecer: 6.761.806

na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2106886.pdf	03/04/2024 10:26:30		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	03/04/2024 10:25:44	Leandro Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Campo.pdf	19/03/2024 09:24:32	Leandro Souza	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_06_12.pdf	06/12/2023 10:44:31	Leandro Souza	Aceito
Outros	SEI_UFMG_Oficio_aprovacao_Parecer.pdf	01/11/2023 14:32:51	Leandro Souza	Aceito
Parecer Anterior	SEI_UFMG_Parecer.pdf	01/11/2023 14:31:35	Leandro Souza	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado_corrigida.pdf	01/11/2023 14:23:35	Leandro Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	22/06/2023 11:40:34	Leandro Souza	Aceito
Declaração de concordância	Aut_pesq_inst.pdf	22/06/2023 11:39:41	Leandro Souza	Aceito
Outros	Questionario_gestores.pdf	22/06/2023 08:34:08	Leandro Souza	Aceito
Outros	Questionario_moradores.pdf	22/06/2023 08:33:47	Leandro Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 6.761.806

BELO HORIZONTE, 12 de Abril de 2024

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br